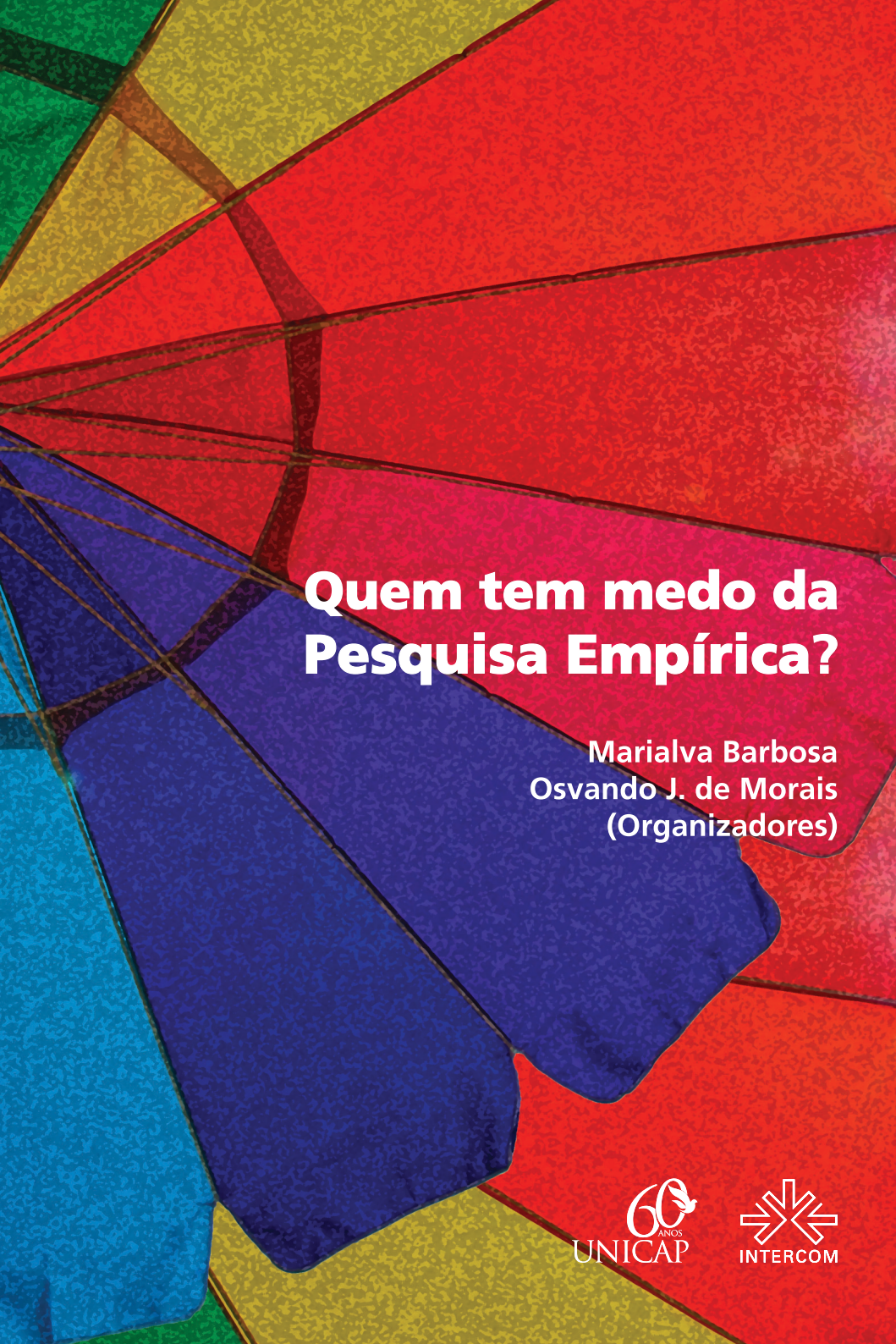


Quem tem medo da Pesquisa Empírica?

Marialva Barbosa
Osvando J. de Morais
(Organizadores)

60 ANOS UNICAP
INTERCOM

Quem tem medo do Lobo Mau? Quem tem medo de Virginia Woolf ? Quem tem medo de Pesquisa Empírica ?

Foi na Mesopotâmia, literalmente região entre rios de água potável, terra fertilíssima ladeada pelo elemento primordial Água que nasce a nossa história e a História nas primeiras representações verbais escritas nos relatos do que teria acontecido aos nossos antepassados recriados pela mão de quem vivenciou os fatos, fictícios ou não. Isso não importa! Dada a importância de não apenas a aquisição da competência de manipular os símbolos agora pictóricos nos maravilhar como também a capacidade de sua utilização para construir mitos. Por suas narrativas somos informados, não mais sem registro, que ali vicejaram civilizações que abraçaram o Céu e seus corpos luminosos como a primeira fonte do Conhecimento que vislumbra a desejada Eternidade ante o aprendizado amargo da finitude humana e a transitoriedade da vida. Se o primeiro círculo da abóboda celeste é traçado pela trajetória dos deuses – Sol e Lua – semoventes e grandes e fortes e constantes, por outro lado, é o quarto e último círculo que foi escolhido pelos homens como o lugar da morada dos outros deuses junto ao deus maior, apenas entrevistos ou sonhados.

Em contraposição à condição humana é lá no chamado Empíreo, locus onde os deuses permanecem misturados e confundidos com as estrelas brilhantes e perenes que os humanos devem almejar habitar a dividirem com elas a primeira qualidade atribuída aos deuses – a Onipresença que a eles confere a Imortalidade. A segunda qualidade – a Onipotência, foi facilmente deduzida bem anteriormente justo pela força dos habitantes do primeiro círculo que tudo pode crestar ou aliviar ou mudar com sua luz. E é dessa força – a LUZ - que a eles sob forma de estrelas luminosas foi atribuído a terceira qualidade que por nos vigiar eternamente tudo sabem de nós, e a sua Sabedoria tudo observa, não havendo como deles fugir ou esconder pois é deles o Conhecimento... e também por nada haver que desconheçam ao possuir a sua Onisciência derivada de sua luz eterna.

Para sermos como os deuses e as estrelas, ou no mínimo a eles tentarmos nos igualar, é necessário que busquemos as três qualidades que definem a deidade.

Do Oriente soprou o vento que perambulando pelo caminho do sol consigo trouxe do antigo Iraque para as ilhas gregas e suas terras continentais o Conhecimento, e os gregos arcaicos cunharam uma palavra única que traduzisse os deuses.

E eles criaram LOGOS que deles herdamos junto também à sua polissemia. Nós, ocidentais de formação judaico-cristã, a usamos em todos ou quase todos os seus sentidos possíveis... Para nós, dependendo da nuança pretendida, ela pode significar: palavra, discurso, sabedoria, razão, conhecimento, luz, ciência... e por aí, adiante!

Também de lá veio o ensinamento que para possuirmos a palavra e sua força devemos executar duas ações – Observar e Experimentar – que quando as realizamos somos conduzidos ao Empíreo. Vigorando para nós, simples mortais, a condição de nos tornarmos empiristas ou habitantes do espaço em que brilha a luz do conhecimento, imiscuídos aos deuses e as estrelas, nada mais é necessário do que abrirmos os nossos olhos e demais sentidos e não fugir quando chamados à ação das experimentações.

Através da via, senda, vereda, caminho ou como querem os gregos – método - é que a pesquisa empírica oferece levar o investigador ao Conhecimento. Sendo como é a Comunicação, um fenômeno eminentemente humano em virtude da separação dos homens dos outros seres vivos pela capacidade de simbolização é que as pesquisas comunicacionais tem-no prioritariamente como objeto. Historicamente, mesmo as ciências duras que exigem quantificação e redução do conhecimento em números para chegar à comprovação, quando se trata do objeto humano, se exige que o homem seja substituído por sucedâneos, como fez Mendel que lançou as bases gerais da Genética utilizando-se de flores - órgãos sexuais e reprodutores de ervilhas. É, por questões ligadas à ética, que condicionam que seja humano o uso dos seres humanos nas pesquisas acadêmicas, no dizer de Norbert Wiener, que torna tão controversas as pesquisas ligadas às células tronco e a utilização de embriões humanos. Esses arrazoados nos fazem crer ser correto afirmar que para o estudioso do campo da Comunicação a Pesquisa Empírica é seu melhor método, e nem há razão alguma de temê-la.

Paulo B. C. Schettino
Professor e Pesquisador do Mestrado em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba - UNISO

Quem tem medo da pesquisa empírica?

DIRETORIA GERAL DA INTERCOM 2008 – 2011

Presidente - Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)
Vice - Presidente - Nélia Rodrigues Del Bianco (UNB)
Diretor Editorial - Osvando José de Morais (UNISO)
Diretor Financeiro - Fernando Ferreira de Almeida (UMESP)
Diretor Administrativo - José Carlos Marques (UNESP)
Diretor de Relações Internacionais - Edgard Rebouças (UFES)
Diretora Cultural - Rosa Maria Cardoso Dalla Costa (UFPR)
Diretora de Documentação - Maria Cristina Gobbi (UNESP)
Diretora de Projetos - Paula Casari Cundari (FEEVALE)
Diretora Científica - Marialva Carlos Barbosa (UTP)

Secretaria
Maria do Carmo Silva Barbosa
Genio Nascimento
Mariana Beltramini
Jovina Fonseca

Direção Editorial
Osvando J. de Morais

Presidente: Raquel Paiva (UFRJ)

Conselho Editorial – Intercom

Alex Primo (UFRS)
Alexandre Barbalho (UFCE)
Ana Sílvia Davi Lopes Médola (UNESP)
Christa Berger (UNISINOS)
Cicilia M. Krohling Peruzzo (UMESP)
Erick Felinto (UERJ)
Etienne Samain (UNICAMP)
Giovandro Ferreira (UFBA)
José Manuel Rebelo (ISCTE, Lisboa)
Jeronimo C. S. Braga (PUC-RS)
José Marques de Melo (UMESP)
Juremir Machado da Silva (PUCRS)
Luciano Arcella (Universidade d'Aquila, Itália)
Luiz C. Martino (UNB)
Marcio Guerra (UFJF)
Margarida Maria Krohling Kunsch(USP)
Maria Teresa Quiroz (Universidade de Lima/Felafacs)
Marialva Barbosa (UFF)
Mohammed Elhajii (UFRJ)
Muniz Sodré (UFRJ)
Nélia R. Del Bianco (UNB)
Norval Baitelo (PUC-SP)
Olgária Chain Féres Matos (UNIFESP/UNISO)
Osvando J. de Morais (UNISO)
Paulo B. C. Schettino (UNISO)
Pedro Russi Duarte (UNB)
Sandra Reimão (USP)
Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB)

Quem tem medo da pesquisa empírica?

Marialva Barbosa
Osvando J. de Morais
(organizadores)

São Paulo
Intercom
2011

Quem tem medo da pesquisa empírica?

Copyright © 2011 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Direção
Osvando J. de Morais

Tradução
Ana Resende, Osvando J. de Morais e Paulo Schettino

Projeto Gráfico e Diagramação
Mariana Real

Capa
Mariana Real

Revisão
João Alvarenga e Osvando J. de Morais

Ficha Catalográfica

Q49 Quem tem medo da pesquisa empírica? / Organizadores, Marialva Barbosa, Osvando J. de Morais. – São Paulo : INTERCOM, 2011.
528 p.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-88537-81-1

1. Pesquisa - Metodologia. 2. Comunicação – Pesquisa. I. Barbosa, Marialva Carlos. II. Morais, Osvando José de. III. Título.

CDD-302.2072

Todos os direitos desta edição reservados à:
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM
Rua Joaquim Antunes, 705 – Pinheiros
CEP: 05415 - 012 - São Paulo - SP - Brasil - Tel: (11) 2574 - 8477 / 3596 - 4747 / 3384 - 0303 / 3596 - 9494
http://www.intercom.org.br – E-mail: intercom@usp.br

Sumário

Apresentação
Um medo que não se justifica..... 11
Osvando J. de Morais

Primeira Parte: A pesquisa empírica e o campo acadêmico da comunicação

1.1 Memória do campo acadêmico da comunicação: Estado da arte do conhecimento empírico de natureza historiográfica 19
José Marques de Melo

1.2 A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio..... 77
Marialva Carlos Barbosa (UTP)

1.3 É possível a pesquisa empírica num país preconceituoso e de tradição escravagista? 91
Antonio Hohlfeldt

1.4 Pesquisa em Comunicação Comunitária: há lugar para a empiria?..... 105
Raquel Paiva

1.5 A Interpretação do Dado Empírico no Contexto das Correntes Teóricas em Comunicação..... 123
Luiz C. Martino

1.6 Em busca das relações contratuais: Propostas de pesquisa empírica no domínio socio-discursivo 149
Giovandro Marcus Ferreira

1.7 A pesquisa em comunicação no Brasil, com ênfase na pesquisa empírica 167
Lucia Santaella

Segunda Parte: Conhecimento empírico crítico: Extensões de McLuhan na Comunicação

2.1 McLuhan no Brasil..... 185
José Marques de Melo

2.2 As TIC e o sistema educacional. Os temores de Innis e as esperanças de McLuhan..... 187
Gaëtan Tremblay

2.3 Marshall McLuhan e a teoria midiática: dívidas e críticas 201
Oumar Kane

2.4 A compreensão da transição da blogosfera para a twittosfera por meio de McLuhan 225
Octavio Islas

2.5 A ascensão do mcluhanismo, a perda do senso de Innis: Repensando as origens da Escola de Comunicação de Toronto..... 255
William J. Buxton

Terceira Parte: A pesquisa empírica como instrumento de comunicação científica

3.1 Ciências Empíricas: Método, mutabilidade teórica e nova gramática da comunicação científica..... 283
Salvato Trigo

3.2 Quem tem medo da pesquisa empírica? Seguramente, não os pesquisadores portugueses em jornalismo 305
Jorge Pedro Sousa

3.3 Digitalização da televisão em Moçambique: Estruturações, políticas e estratégias 323
João Miguel

Quarta Parte: A pesquisa empírica aplicada: Métodos, desafios institucionais, meios de comunicação, educação e interfaces

4.1 A produção social do Telejornalismo
Um olhar sobre os estudos acerca da oferta de conhecimento nos noticiários de TV..... 343
Iluska Coutinho

4.2 A pesquisa em comunicação e os desafios da interface comunicação e educação..... 359
Rosa Maria Cardoso Dalla Costa

4.3 Pesquisa Empírica na Sociedade Digital..... 379
Maria Cristina Gobbi

4.4 Revendo elementos clássicos da pesquisa empírica: Gênero e Análise de Conteúdo como bases de pesquisas empíricas em comunicação 411
Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

4.5 Teoria e prática no ensino de Comunicação na Universidade Federal do Pará..... 433
Maria Ataide Malcher
Suzana Cunha Lopes

4.6 A pesquisa empírica em comunicação organizacional e em relações públicas no Brasil: conquistas, tendências e desafios 463
Margarida M. Krohling Kunsch

4.7 Pesquisa empírica, RP e a opinião que gera relacionamentos 485
Luiz Alberto de Farias (ECA-USP e Cásper Líbero)
Vânia Penafieri (Belas Artes e Cruzeiro do Sul)

4.8 Integração entre teoria e prática na obra de Nelson Werneck Sodré..... 503
Olga Sodré

Apresentação

Um medo que não se justifica

Osvando J. de Morais[1]

Entendemos ser oportuna a indagação da INTERCOM que norteia o Congresso deste ano, bem como esta publicação, quanto à questão da relevência da pesquisa empírica no meio acadêmico brasileiro, principalmente no que tange ao universo da área das ciências da Comunicação, sobretudo o jornalismo. É oportuna, posto que os modelos vigentes na academia, nos contextos possíveis da atualidade, conforme atestam os autores que se fazem presentes nesta coletânea, em suas mais variadas abordagens, tem relegado a pesquisa empirística ao plano da subjetividade em detrimento do olhar investigativo dos novos cientistas, dada a necessidade da 'emergência' da informação com que se confronta o intelectual dos nossos dias.

Assim, mais do que um simples provocação, o questionamento sobre o temor que alguns pesquisadores têm de se lançar no caminho do empirismo, que vem à luz pela fala de muitos pesquisadores, a exemplo de José Marques de Melo, Jorge Pedro Souza, Lúcia Santaella, Marialva Barbosa, Luiz Martino, entre tantos outros importantes intelectuais,

1. Coordenador do Mestrado em Comunicação e Cultura da Universiade de Sorocaba-UNISO. Diretor Editorial -INTERCOM.

brasileiros e lusitanos. Repensam, em seus escritos, a comunicação hoje, trazendo-nos, também, uma reflexão arguta sobre como a academia e as ciências, como um todo, devem redirecionar o trabalho de pesquisas empíricas no meio formador, a fim de não apenas resgatar sua importância para a formulação de nossos conceitos e conhecimentos, como manter vivo o espírito cientifico, que é a linha-mestra de todo conhecimento humano acumulado ao longo da História da humanidade. Espírito este, que aliás, sem o qual o próprio homem, na sua longa trajetória, não teria acumulado todo o arcabouço teórico que fundamenta a filosofia e a própria ciência, além de sustentar os avanços tecnológicos dos quais dispõem essa sociedade que vive transformações com extrema aceleração.

Desse modo, esta coletânea é uma profícua contribuição para esssa saudável discusão, que não se finda aqui, neste congresso, e muito menos nestas páginas, mas acena para um novo contexto, no qual a comunicação e os cientistas que buscam o saber passarão a olhar o trabalho da pesquisa empírica com outros olhos, não mais o do preconceito acadêmico ou do distanciamento entre pesquisa e teoria, (prática e conhecimento), posto que a teoria, na sua consistência, nasce da observação, nasce da pesquisa de campo, da constante indagação da realidade. Ambos, são indissociáveis nesse novo contexto da sociedade da comunicação e da informação.

Todavia, uma indagação ainda se presentifica, neste momento em que as ciências da comunicação firmam-se como ciências quase que autônomas, ante o evidente desprezo com que a própria ciência contemporânea tem relegado a pesquisa empírica, em nosso país ou mesmo no exterior. Principalmente no que tange ao jornalismo, posto que própria facilidade que os meios tecnológicos criaram para se levantar a notícia (objeto da informação), também tornou o profisional de mídia refém do produto pronto, em que pouco se investiga, pouco se questiona, e muito se produz, sem buscar antes a sua confirmação para que a informação seja transmitida com um mínimo de ruído ao grande público. Por que isso ocorre, cotidianamente, e pode ser observado sem muito esforço mental.

É com esse viés, o de investigar os meandros da pesquisa empírica, no

Brasil, e tentar definí-la, no contexto das pesquisas clássicas, bem como estabelecer os seus limites, sua importância e, também, classificar os tipos de pesquisas existentes e que são postas em prática nas universidades, que apresentamos esta coletânea, em que textos dos pesquisadores da área procuram não só discutir a importância da pesquisa empírica como também apontar nossos caminhos para que esse método - o empírico - seja aplicado e utilizado com maior ênfase nas universidades, como forma de não só despertar no jovem pesquisador o desejo de investigar, como romper a barreira do preconceito que tem limitado o conhecimento à produção de teorias que não se renovam, mas que são releituras do conhecimento já adquirido.

Partindo desse pressuposto, a fala do professor José Marques de Melo, presente na abertura desta coletânea, faz um importante resgate histórico do empirismo, tendo como ponto de partida a expansão dos estudos comunicacionais no espaço acadêmico de nosso país. Em sua análise, esse campo do saber foi que mais apresentou crescimento, em relação aos demais campos de pesquisa, nos últimos trinta anos.

Assim, no entender de Marques, isso se deu em decorrência do interesse das novas gerações de estudiosos pela História do campo da Comunicação, agora já melhor identificado, bem como ao fortalecimento da área, em decorrência da autoconfiança dos pesquisadores em investigar um campo amplo que está à espera, e ainda permite, por constantes questionamentos. Ao ser referir à memória da pesquisa empírica no Brasil, o professor Marques traça um palarelo sobre o ontem, desde a instituição da Comunicação como campo de pesquisa, mostrando sua evolução, bem como aponta novos caminhos para o empirismo na academia, como forma de extinguir o estigma provocado pela crença difundida de que a pesquisa empírica não se sustenta num arcabouço teórico, e por isso, em tese, seria menos valorizada, quando na verdade desconhece-se sua natureza e importância.

Além de elucidar essas questões que ficam no campo do preconceito acadêmico, Marques pontifica que pesquisa "empírica" resulta dos processos de observação da realidade, ensejando conhecimento capaz de ser

aplicado à práxis, ação refém da experimentação. "Sua principal finalidade é responder às perguntas colocadas acerca de fenômenos, procurando aumentar o grau de conhecimento existente." (Dencker e Da Viá, 2001, p. 66)

Produtos da coleta de dados factuais, documentados e sistematizados, as fontes empíricas se convertem em instrumentos fundamentais para análise de tendências e formulação de previsões, como ensinou Florestan Fernandes (1967, p. 13), ao dizer que "o tratamento analítico dos fenômenos estudados alarga o campo de observação, tornando evidentes os aspectos da realidade social".

Na mesma linha de raciocínio, o texto de Antonio Hohlfeldt, atual presidente da INTERCOM, "É possível a pesquisa empírica num país preconceituoso e de tradição escravagista?", é enfático, ao combater o excesso de teorias que não trazem aprofundamentos aos assuntos discutidos, atualmente, pelas universidades. No seu entender, o vazio teorico mantém o país refém da tecnologia importada. "Continuamos pagando *royalties* enormes para a utilização de tecnologias presentes em nosso cotidiano, na medida em que preferimos as elucubrações apenas teóricas, sem qualquer preocupação com a aplicabilidade das mesmas e sua necessária apropriação pela sociedade, que paga para que tais estudos e pesquisas sejam desenvolvidos". Em linhas gerais, Hohlfeldt defende uma revisão do conceito de pesquisa e uma maior valorização da pesquisa empírica.

Já o pesquisador lusitano Jorge Pedro Sousa, direciona sua abordagem sobre a pesquisa empírica no jornalismo português, ao mapear as publicações de livros portuguesas que não só tratam dos vários tipos de pesquisas desenvolvidas nas universidades lusitanas, mas que têm o estudo do jornalismo como objeto de pesquisa e análise.

Seu objeto de atenção, neste trabalho, foi detectar até que ponto os pesquisadores portugueses, da área de Jorrnalismo, recorrem a estratégias metodológicas empíricas e não-empíricas, a fim de responder ao seguinte questionamento: "serão os pesquisadores portugueses em jornalismo avessos à investigação empírica?"

O resultado desse levantamento encontra-se, aqui, na forma de seu texto, em que Jorge Pedro apresenta um painel não só esclarecedor como favorável sobre o peso que as pesquisas empíricas têm em Portugal. Sua abordagem observa aspectos como: métodos e técnicas de pesquisa em comunicação, elementos da teoria em pesquisa de comunicação, metodologia de pesquisa em jornalismo e métodos de pesquisa em jornalismo**,** com destaque para vários autores da área.

Lúcia Santaella, por sua vez, além de observar a ânfase que é dada à pesquisa empírica no campo comunicacional brasileiro, traça, também, as subdivisões da ciências, numa apanhado histórico do pensamento científico, além de detalhar os tipos de pesquisas existentes, numa abordagem que traz um contributo para a proposta desta antologia, a pesquisa empírica e o muito do que ela possibilita como instrumento de construção do conhecimento para a área das ciências da comunicação.

A abordagem de Marialva Carlos Barbosa, *A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio,* evidencia a importância da pesquisa empírica, além de Dr. Gaëtan Tremblay, com *As TIC e o sistema educacional. Os temores de Innis e as esperanças de McLuhan*, resgatar o trabalho do 'pai da aldeia global', evidenciado que seu foco era, também, o empirismo.

De forma brilhante, completam esta coletânea, textos de João Miguel, *Digitalização da Televisão em Moçambique: Estruturações, Políticas e Estratégias*; Raquel Paiva, *Pesquisa em Comunicação Comunitária : há lugar para a empiria?*; Iluska Coutinho, *A produção social do Telejornalismo. Um olhar sobre os estudos acerca da oferta de conhecimento nos noticiários de TV*; Rosa Maria Cardoso Dalla Costa, *A Pesquisa em Comunicação e os Desafios da Interface: Comunicação e Educação*; Maria Ataide Malcher e Suzana Cunha Lopes, *Teoria e prática no ensino de Comunicação na Universidade Federal do Pará*; Luiz Alberto de Farias e Vânia Penafieri, *Pesquisa Empírica, RP e a opinião que gera relacionamentos*; Octavio Islas, *A compreensão da transição da blogosfera para a twittosfera por meio de McLuhan*; Maria Cristina Gobbi, *Pesquisa Empírica na Sociedade Digital*;

Salvato Trigo, *Ciências Empíricas: Método, Mutabilidade Teórica e Nova Gramática da Comunicação Científica*; Giovandro Marcus Ferreira, *Em Busca Das Relações Contratuais: Propostas de Pesquisa Empírica no Domínio Sócio-Discursivo*; Margarida M. Krohling Kunsch, *A pesquisa empírica em comunicação organizacional e em relações públicas no Brasil: conquistas, tendências e desafios*.

Sem dúvida, essa discussão não se esgota aqui, muito ao contrário, estando apenas no começo será forçosamente objeto de outros enfoques. O primeiro passo foi dado, esperamos ter vencido o medo da pesquisa empírica.

1ª PARTE

Pesquisa Empírica e o Campo Acadêmico da Comunicação

1.1 Memória do campo acadêmico da comunicação: Estado da arte do conhecimento empírico de natureza historiográfica

José Marques de Melo[1]

1. Introdução

A expansão dos estudos comunicacionais, no espaço universitário, constitui fato evidente e relevante. Segundo Donsbach (2006, p. 437), trata-se do campo de pesquisa que experimentou o "maior crescimento" em relação a outros ramos do saber nos "últimos 30 anos". Vem crescendo, também, o interesse das novas gerações pela História do campo, pois o seu fortalecimento acadêmico pressupõe estratégias de autoconfiança para demandar legitimação institucional.

O sintoma perceptível é o volume ascendente do conhecimento empírico sobre essa temática, no último decênio. Destacam-se os trabalhos escritos ou organizados pelos alemães Löblich e Scheu (2011), pelos norte-americanos Park e Polley (2008), pelo espanhol Godoy (2008),

1. Professor Emérito da Universidade de São Paulo, Diretor da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação e Presidente de Honra da INTERCOM.

pelo brasileiro Marques de Melo (2008, 2003), pelo mexicano Duarte (2007), pelo português Sousa (2006), pelo francês Olivesi (2006), pelo inglês MacQuail (2003), pelo italiano Bechelloni, associado à ítalo-brasileira Vassalo de Lopes (2002).

A tarefa de mapear a fortuna historiográfica acumulada repousa, preliminarmente, na elucidação de duas variáveis substantivas: a invenção do objeto e a instituição do campo, bem como na definição de dois fatores adjetivos: historiográfico e empírico.

Fatores adjetivos

Preliminarmente, convém definir o que é fonte historiográfica e qual a natureza da pesquisa empírica.

Qual o significado da fonte historiográfica? Não se trata de fonte "histórica", quer no sentido de "observação documental", como é comum nas ciências sociais (DUVERGER, 1962, p. 115-132), quer na acepção histórica "clássica" (RODRIGUES, 1969, p. 234-238) ou, de acordo com a "escrita" da "nova história" (BURKE, 1992, p. 25-31), nem tampouco na linha das "novas" fontes de coleta dos dados sobre o passado (PINSKY, 2006).

Adotamos, aqui, aquele conceito próprio da pesquisa em comunicação, ou seja, como fonte "secundária", indispensável à "revisão de literatura" (ASA BERGER, 2000, p. 21-33). Sua destinação intencional corresponde aos historiógrafos da comunicação (pesquisadores do campo), ainda que possa ser útil aos historiadores da comunicação (estudiosos dos objetos).

Resta saber o que se entende por pesquisa "empírica". Trata-se daquela resultante dos processos de observação da realidade, ensejando conhecimento capaz de ser aplicado à práxis. "Sua principal finalidade é responder às perguntas colocadas acerca de fenômenos, procurando aumentar o grau de conhecimento existente." (DENCKER e DA VIÁ, 2001, p. 66) Produtos da coleta de dados factuais, documentados e sistematizados, as

fontes empíricas se convertem em instrumentos fundamentais para análise de tendências e formulação de previsões. Como ensinou Florestan Fernandes (1967, p. 13), "o tratamento analítico dos fenômenos estudados alarga o campo de observação, tornando evidentes os aspectos da realidade social".

Assim sendo, os historiadores geram fontes baseadas na observação dos fatos, enquanto os historiógrafos se dedicam a conceber fontes amparadas na análise sistemática dos fatos conhecidos.

A distinção entre o labor histórico e o historiográfico, no âmbito comunicacional, fica ainda mais nítida se atentarmos para a observação sobre a pesquisa social empírica feita por Max Horkheimer e Theodor Adorno (1973, p. 122): "a reflexão crítica sobre os seus princípios" {seara do historiógrafo} "é tão necessária" (quanto) "o conhecimento profundo dos seus resultados" {território do historiador}, desde que "conduzida segundo os seus próprios métodos e de acordo com os modelos característicos do seu trabalho".

Ou, como Wright Mills (1972) prefere denominar "empirismo abstrato" (p. 59). Numa demonstração cabal de "imaginação sociológica", posiciona claramente as ciências sociais na "idade do fato", de modo "a perceber, com lucidez, o que está acontecendo no mundo" (p. 11).

A invenção do objeto

Ainda que não exista consenso, na academia, sobre a natureza do objeto das ciências da comunicação, o fato é que, há meio século, vem se estruturando uma comunidade que pesquisa os fenômenos comunicacionais. Isso explica porque a identidade do seu objeto cognitivo permanece na sombra, sem transparência.

Aliás, essa vacilação, aparentemente terminológica, já era notada pelo primeiro presidente da associação mundial dos estudiosos da área. (TERROU,

1964, p. 7-15) Tanto assim que a entidade, sob sua liderança, empregou duplo significado em sua denominação, conotando uma tensão ao mesmo tempo geopolítica e sociocultural. Em língua inglesa, privilegia-se o conceito de processo ou suporte, contido na palavra *mass communication*; mas, em língua francesa, predomina a concepção de produto ou conteúdo, sob o termo *informação*.

Tal dicotomia prevaleceu até o fim do século passado. Em plena fase da hegemonia anglófona, a entidade alterou a denominação original para conciliar as duas correntes, passando a ser conhecida como International Association for *Media* and *Comunication* Research. Como o idioma inglês vem se convertendo em *língua franca* da academia, são puramente ornamentais as denominações codificadas, nas duas outras "línguas oficiais" da organização – a francesa *information* ou a espanhola *comunicación social* .

Aliás, o termo *comunicação social* foi introduzido no repertório de toda a sociedade ocidental, pela Igreja Católica, através do Decreto Conciliar *Inter Mirifica*. Tendo inspiração instrumental (meios e técnicas de difusão), sua intenção é inegavelmente humanista (ética e ecumênica), em oposição sutil à massificação atribuída à palavra anglo-americana e como recusa ao suposto elitismo da expressão francesa. (DALE, 1973, p. 163-165).

Essa falta de convergência semântica favoreceu as vanguardas acadêmicas que, suprimindo as adjetivações, optaram pelo termo *comunicação,* na verdade "inventado" pelos enciclopedistas franceses, já em 1753. (MATTELART, 1995, p. 11) De fato, Bacon reconheceu, em seu "sistema geral do conhecimento humano", a existência de um novo objeto de estudo científico, denominando-o "ciência de comunicar". Comportando duas disciplinas – a Crítica e a Pedagogia –, tinha como objeto unificador o Discurso. Este, por sua vez, compreendia três unidades cognitivas: o instrumento, o método e o ornamento. (MARQUES DE MELO, 1966, p. 72)

Os tempos passaram, mas a indefinição persistiu. Raymond Nixon (1963, p. 4) já apontava a tendência vocabular dominante nos países de língua inglesa, consagrando o uso do singular e do plural com sentidos distintos: *Comunicações* (meios) *Comunicação* (mensagens).

Tal distinção foi, também, endossada por Mattelart e Sieglaub (1979, p. 12-13). Fundamentados, no escritos econômicos de Karl Marx, sugerem tal distinção entre as formas pré-capitalistas de transporte dos bens e dos símbolos (dependentes da economia e da tecnologia) e os modos pós-capitalistas de difusão de ideias e do conhecimento (alavancados pela política e ideologia). Assim sendo, as *comunicações* têm natureza *infraestrutural* e a *comunicação* está situada no patamar da *superestrutura.*

Na sociedade contemporânea, torna-se cada vez mais difícil estabelecer os limites entre os dois espaços, motivando comentário identificador de Armand Mattelart (1995, p. 15). "Objeto continuamente superado por si mesmo, como todo emblema da modernidade, suscita uma trajetória infinita." Trata-se, portanto, de um "objeto de estudo volátil, não estabilizado e dificilmente estabilizável", cuja alternativa exclusiva é prosseguir, ir adiante.

A instituição do campo

Nos idos de 60, quando ainda estavam em maturação as ideias de "campo científico" defendidas por Pierre Bourdieu (ORTIZ, 1983) , a noção de "campo de estudos" já era empregada por Raymond Nixon (1963, p. 10) e por outros acadêmicos.

Sua definição do campo comunicacional é ampla e elucidativa. "Campo latitudinal que cruza as linhas longitudinais de muitas disciplinas afins, usando sua metodologia apropriada – documentos, sondagens, testes em laboratórios, etc. – sempre que necessária para tratar problemas específicos. O desempenho funcional do comunicador profissional é o que confere a esse campo seu caráter distintivo e sua particularidade".

Nesse sentido, a interdisciplinaridade, indispensável ao movimento do campo, não significa a perda de identidade das disciplinas que o compõem, em se tratando do estudo de objetos particulares, não raro localizados.

Linda Putnam (2001, p. 38-39), ao fazer um balanço de meio século de ação da International Communication Association – ICA – sugere que essa entidade pode ser tomada como espelho da comunidade internacional da área. Se, nos primeiros tempos, imperava um clima de unidade, sem excluir a diversidade, no fim do século, predominava um ambiente marcado pela "fragmentação, fermentação e legitimação". Diante disso, ela assume o compromisso de estimular a mudança de atitude dos novos pesquisadores, em busca de uma "comunidade dialógica".

Passado um quinquênio, o presidente da ICA reconhecia os avanços obtidos, embora fizesse algumas advertências. Constatava que o crescimento do campo, embora provocasse uma evidente "erosão epistemológica", não interferira na produtividade do mundo acadêmico. Graças à prevalência da "pesquisa empírica", o campo da comunicação acumulara "conhecimento em muitas áreas".

O desafio remanescente é, sem dúvida, recuperar uma "orientação normativa" para não ficar paralisado pela simples acumulação de dados. "A pesquisa em comunicação tem o potencial e o dever de focalizar agendas que possam ajudar a sociedade a desenvolver uma melhor comunicabilidade tanto no contexto nacional quanto global." (DONSBACH, 2006, p. 446-447)

Desafiados por esse compromisso disciplinar, vem sendo constante o interesse da geração emergente pela "volta às origens", a fim de descobrir as singularidades do campo ou as peculiaridades de disciplinas. Destacam-se, nessa corrente, os alemães Maria Löblich (2007) e S. Averbeck (2008); os brasileiros Marialva Barbosa (2010) e Antonio Hohlfeldt (2009); o português Jorge Pedro Sousa (2010); o mexicano Gustavo Adolfo León Duarte (2009); o argentino Maximiliano Duquelsky (2006); o espanhol-catalão Jordi Xifra (2006) ou a inglesa Karin Wahl-Jorgensen (2004, 2000).

2. Panorama internacional

A História do campo comunicacional começou a ser escrita pela vanguarda que a UNESCO atraiu, na década de 50, para constituir a nossa comunidade acadêmica. Em 1949, publica-se o livro de Robert Desmond – *La formation professionellle des Journalistes* – primeiro de uma série que incluiria o rádio, o cinema e a televisão.

Concomitantemente, desenvolvia-se um programa de legitimação das Humanidades, cujo processo fora deslanchado, também, em 1949, pelo brasileiro Arthur Ramos. Artífice do fortalecimento das ciências sociais, Ramos promove a criação de comunidades acadêmicas mundiais nas áreas de antropologia, sociologia e política. (MARQUES DE MELO, 2011)

Falecido precocemente, coube aos seus sucessores dar continuidade ao projeto destinado a valorizar, estrategicamente, as ciências vocacionadas para o desenvolvimento sociopolítico. Capitalizando os esforços iniciais de Desmond, Ramos e colaboradores, o percurso das ciências da comunicação para participar desse universo vai demorar um decênio – 1949-1959.

Comunidade acadêmica

Nessa conjuntura, foi decidido fundar uma associação que reunisse as lideranças da pesquisa em jornalismo, propaganda, cinema, rádio e televisão. Idealizada pela equipe francesa que assessorou a UNESCO, cuja liderança intelectual coube a Jacques Kayser, a entidade, finalmente legalizada em 1959, tem a denominação *International Association for Mass Communication Research* – IAMCR.

A nossa historiografia nutre-se, portanto, no repertório documental sobre as pesquisas referentes aos meios de informação realizadas no biênio 1955-1957 (UNESCO, 1957) e nas fontes legadas pelos principais

mentores da IAMCR – Fernand Terrou (1958, 1964), Jacques Kayser (1953, 1955, 1964), Raymond Nixon (1963), Jacques Bourquin (1958, 1967, 1968), Francesco Fatorello (1967, 1969), Jacques Leauté (1958, 1970), Juan Beneyto (1957, 1958, 1973), Otto Roegele (1967), Mieczyslaw Kafel (1958, 1961, 1967), E. . Sommerland (1958, 1965), Angel Benito (1967, 1970), Hifzi Topuz (1968), Wladimir Klimes (1958, 1967, 1968), Jorge Fernandez (1961, 1970), Danton Jobim (1957, 1960, 1964) entre outros.

Dariam continuidade a esse esforço de construção da memória do campo: James Halloran (1970), Y. V. Lakshmann Rao (1972), Kaarle Nordestreng (1989, 1990, 2008), entre outros.

Enquanto isso, alguns estudiosos se encarregariam de sistematizar o conhecimento histórico acumulado, produzindo fontes valiosas para sedimentar o trabalho dos futuros historiadores e para sinalizar as tendências mundiais do campo: Raymond Nixon (1974), Miquel de Moragas (1976, 1981), Angel Benito (1982), Erick Barnkow e George Gerbner (1989), Raul Fuentes (1992), Everett Rogers (1994), Armand e Michele Mattelart (1995), Guillermo Orozco (1997) e José Marques de Melo (2003).

Completam esse panorama duas obras coletivas que dão conta das lacunas existentes nas fontes de abrangência internacional. Armand Mattelart e Seth Sieglaub (1979) organizaram uma antologia, em dois volumes, reunindo textos que documentam o pensamento comunicacional marxista. Da mesma forma, Alfonso Gumúcio e Thomas Tufte (2006) fizeram meritório esforço para selecionar o pensamento comunicacional não hegemônico, vale dizer, terceiro-mundista.

Além disso, existe um conjunto de fontes que contempla o panorama mundial, embora ancorado em cenários descritivos nacionais ou adotando ângulos interpretativos regionais.

Vamos apresentar, a seguir, um quadro ilustrativo dessa historiografia de corte nacional, limitando aos casos dos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Itália, constituintes do "paradigma dominante", na chamada "ciência ocidental" (BOAVENTURA SANTOS, 1996). Em relação a eles, o Brasil vem mantendo uma relação pendular de intercâmbio assimétrico.

O balanço da fortuna historiográfica brasileira será feito no próximo subcapítulo, de modo a garantir oportunidades de comparação sincrônica e de avaliação diacrônica.

Estados Unidos

Densa, plural e contínua, a contribuição dos Estados Unidos reflete, inegavelmente, a legitimidade cedo alcançada pelo campo da comunicação, tanto o campo social quanto o campo acadêmico. Para entender esse processo histórico, pode ser útil a consulta aos ensaios críticos de Marshall McLuhan (1951) e de Christopher Brookermann (1984) sobre as interações orgânicas entre cultura erudita, massiva e popular.

O principal artífice da historiografia norte-americana foi, sem dúvida, Wilbur Schramm, cujos primeiros balanços históricos sobre o avanço da pesquisa em comunicação datam de 1954, quando publica seu livro *Process and effects of mass communications*. Essa obra tornou-se uma espécie de 'bíblia' dos iniciantes no campo. A seleção dos textos ali incluídos revela sua linha de análise histórica do conhecimento comunicacional acumulado, no país, concepção que ele explicitará em 1961, ao inaugurar uma série de palestras sobre o novo ramo do saber. Logo traduzido, no Brasil (1964), abrindo a coletânea *Panorama da comunicação coletiva* (Rio, Fundo de Cultura), tal ensaio difunde a tese dos quatro 'pais' fundadores das ciências da comunicação nos EUA. Mas, sua contextualização só seria conhecida integralmente, quando apareceu seu livro póstumo *The Beginnings of Communication Study in America* (1997) . Editado por dois de seus diletos ex-alunos, esse volume contém uma segunda parte, na qual os discípulos Steven Schaffee e Everett Rogers reconhecem Wilbur Schramm como o verdadeiro fundador do campo.

Antes disso, a tese de Schramm já vinha sendo contestada por jovens pesquisadores, como Daniel Czitrom (1982), que reivindicava esse mérito para cientistas da Escola de Chicago, como John Dewey e Robert

Park. Outros, como Timothy Clander (1999), dedicaram-se a estudar as origens da pesquisa norte-americana no contexto da guerra fria.

Essas e outras controvérsias motivaram o famoso colóquio sobre a revisão crítica da trajetória histórica da pesquisa comunicacional norte-americana, dirigido por Everett Dennis e Helen Wartella (1996), encorajando novos estudos empíricos sobre o tema. Participaram desse evento acadêmicos seniores, que anotavam relevantes variáveis. James Carey (1989) destacou outros protagonistas, entre eles, Harold Innis. Gertrude Robinson (1994), agendou a contribuição histórica da mulher, valorizando, também, as raízes europeias da pesquisa ianque e canadense.

O maior e mais bem elaborado volume de contribuições dessa natureza tem a assinatura de Everett Rogers, que focalizou a tensão histórica entre duas subdisciplinas do campo comunicacional – comunicação massiva e comunicação interpessoal – (1999) e inventariou, criticamente, o itinerário histórico de dois segmentos cognitivos – comunicação intercultural (1999) e comunicação internacional (2003).

Vale à pena, finalmente, salientar a preocupação da ICA, no sentido de fazer balanços históricos periódicos do conhecimento comunicacional: o debate sobre o "fermento" cognitivo, animado por George Gerbner (1983), o seminário sobre o "futuro" do campo, liderado por Mark Levy e Michael Gurvich (1994) e a tentativa de avaliação do "estado da arte" sobre teoria e pesquisa da comunicação, promovida por William Benoit (2004, 2005).

Sinalizadoras de tendências particulares são as iniciativas de Edmond Lauf, estudando sincronicamente a diversidade nacional na autoria dos artigos publicados pelos principais periódicos internacionais do campo da comunicação (2005); a de Barbie Zelizer (2008), inventariando diacronicamente quais as implicações das variáveis "comunicação, cultura e crítica", na pesquisa do jornalismo, ou a de Zixue Tai (2009), analisando a estrutura do conhecimento e a dinâmica acadêmica peculiar à pesquisa sobre o agendamento da mídia, durante o decênio 1996-2005.

Esse desafio constante da nossa comunidade, no sentido de legitimar-se,

academicamente, sensibilizou o editor de *Journal of Communication*, provocando atos expressivos e denotando a tendência cada vez crescente para *disciplinarizar* o campo da comunicação. Michel Plau (2008) organiza um painel comparativo dos progressos feitos pela pesquisa da comunicação, em suas interfaces com a sociologia, a psicologia social, a política e a economia, sem deixar de acompanhar o desenvolvimento dos estudos específicos de comunicação organizacional e comunicação política e das metodologias vigentes (empíricas ou críticas).

Reveladora da preocupação cultivada pela vanguarda norte-americana para acompanhar os indicadores de aspirações da comunidade internacional, é a instituição de um espaço, no qual os presidentes da ICA mostram suas percepções do sentimento predominante em cada momento.

Assim sendo, Linda Putnam reconhece a importância das dissidências cognitivas (2001), Wolfgang Donsbach mostra sensibilidade pela construção da identidade acadêmica do campo (2006) e Patrice Buzzanell proclama a reconciliação dos atores, eventualmente em tensão, para lograr um ambiente em que todos possam estar de bem com a vida (2010).

Alemanha

Embora ostentando o pioneirismo nos modernos estudos midiáticos, a Alemanha, onde Tobias Peucer defendeu a primeira tese doutoral **sobre** Jornalismo, em 1690, possui evidente descontinuidade historiográfica, denotando um quadro histórico de avanços e recuos.

Se há indícios da intensa atividade intelectual da Universidade de Leipzig, no século XVII (Casasús, 1990), novas pistas historiográficas só aparecem no século XIX (Nixon, 1963). Então, o conhecimento comunicacional já se encontrava no estágio da divulgação científica, graças ao empenho dos enciclopedistas germânicos Benzenberg e Krug. Seus verbetes sobre liberdade de imprensa chegam precocemente ao Brasil,

por volta de 1810, traduzidos por Hipólito Jose da Costa e publicados no *Correio Brasiliense* (MARQUES DE MELO, 2003).

O período áureo das ciências da comunicação, na *sociedade teuta*, vai se dar no início do século XX, documentado pela historiografia em função de episódios emblemáticos: os primórdios da *zeitungswissenchaft*, especialmente o protagonismo de Karl d`Esher, primeiro *scholar* alemão do Jornalismo (Nixon, 1963) e o interesse que Max Weber demonstra pelo estudo sociológico da imprensa, fato reconstituído e contextualizado por Enrique Martin Lopez (1992).

Isso explica porque o reitor Walter Williams decidiu conhecer o modelo alemão de ensino, antes de inaugurar a pioneira escola de Jornalismo da Universidade de Missouri, em 1908 (Williams, 1929). Entende-se, também, a recomendação de completar seus estudos na Alemanha, dada por John Dewey ao discípulo Robert Park, no limiar da Escola de Chicago. Park faz doutorado na Universidade de Heidelberg, onde defendeu, em 1903, tese sobre a "multidão e o público", retornando a Chicago para realizar estudos sobre a imprensa dos imigrantes estrangeiros e outras correlatas. (Rogers, 1994, p. 175)

O vanguardismo alemão só voltaria à agenda da comunidade acadêmica internacional, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, através do desempenho de dois intelectuais enigmáticos: o jornalista Otto Groth e a *politicóloga* Elizabeth Noelle-Neumann.

Groth desempenhou papel fundamental no desenvolvimento do Jornalismo como disciplina cientifica autônoma. Estimulado por seu mentor intelectual Max Weber, começou a escrever, em 1910, sua primeira obra – *Die Zeitung* –, em 4 tomos, somente publicada, no biênio 1928-1930. Tornou-se obra clássica, figurando como fonte de referência para formar as primeiras gerações de jornalistas que passaram pela universidade. Seu autor lecionou Jornalismo em Munich, até 1934, quando repudiou o regime nazista e, em consequência, foi banido da vida intelectual alemã.

Com o fim da guerra, Groth assumiu a direção do Instituto de Jornalismo Ilustrado de Munich, onde escreveu sua obra definitiva, uma

enciclopédia em 7 volumes, sobre a ciência do Jornalismo. Falecido em 1965, deixou um legado precioso, que repercute até hoje, dentro e fora da Alemanha. (Belau, 1966).

Formada em Jornalismo pela Universidade de Mainz, Elizabeth Noelle dedicou-se ao estudo dos fenômenos da opinião pública. Fundou, em 1947, o Instituto de Demoscopia, destinado a conhecer os efeitos das pesquisas de opinião pública sobre a formação de atitudes dos cidadãos imersos na sociedade midiática. O conjunto de evidências empíricas acumuladas embasou sua teoria da "espiral do silêncio", segundo a qual as pessoas comuns tendem a endossar o ponto de vista da maioria, comportando-se no estilo "maria-vai-com-as-outras".

Elizabeth teve, no pós-guerra, papel destacado na recomposição dos estudos de comunicação nas universidades alemães. Por isso mesmo ganhou projeção internacional e foi acusada, veladamente, de haver inibido o avanço da "teoria crítica" em seu país. (Loblich & Scheu, 2011, p. 14). Falecida, no ano passado, seu necrológio não escapou de insinuações dos seus desafetos sobre suposta simpatia pelo regime nazista.

Aliás, esse tipo de desconfiança pesou sobre toda a comunidade que trabalhou no campo comunicacional antes da ascensão de Hitler ao poder. O grande desenvolvimento nacional dos estudos de comunicação, nas décadas anteriores, serviu de pretexto para bloquear ou desencorajar ações de crescimento da área no pós-guerra.

Os gestores "aliados" entendiam que o conhecimento estocado pelos comunicólogos alemães fora apropriado por Goebels e seus colaboradores para gerar processos persuasivos danosos à sociedade. Essa é a razão pela qual reduziram 2/3 da capacidade instalada nas universidades, que pesquisava comunicação. (BETH & PROSS, 1987, p. 18)

Tal política desestabilizadora perdurou até os anos 70, quando começa o *boom* comunicacional, na Alemanha, inclusive motivando a historiografia da área. A produção de conhecimento empírico de natureza histórica tem sido constante, embora restrito aos que dominam o idioma nacional. Não tem sido fácil acompanhar externamente os progressos

históricos alemães, em parte descritos e comentados por autores fluentes em inglês, francês e espanhol ou traduzidos numa dessas línguas.

As fontes que abriram a 'cortina alemã' para a comunidade ibero-americana foram escritas ou organizadas por Erich Feldmann (1972), H. Prakke (1977), Beth & Pross (1987).

O intercâmbio Alemanha-América Latina mostrou-se intensivo, durante a guerra fria, quando as fundações Adenauer, Ebert e Neumann patrocinaram projetos de pesquisa relevantes, desenvolvidos pelo CIESPAL (Equador) e pela FELAFACS (Peru).

Essa memória do conhecimento alemão sobre a comunicação periférica está documentada em várias obras individuais ou coletivas, destacando-se o inventário feito por Michael Kunczik (1984) sobre o impacto da comunicação nos processos de mudança social e o painel liderado e organizado por Jurgen Wilke (1992), a propósito dos sistemas midiáticos da Argentina, Brasil, Guatemala, Colômbia e México.

Dentre as contribuições do pensamento alemão ao campo comunicacional, encontra-se, evidentemente, aquela corrente forte e duradoura representada pela "teoria crítica" oriunda da Escola de Frankfurt. Nutrida pelas ideias fundadoras de Adorno e Horkheimer, nos anos 30, ela tem sido retemperada pelas ousadas interpretações de Hans Magnus Enzensberger, pela densa exegese feita por Jurgen Habermas ou pelas controvérsias lançadas por Nicolas Luhman.

França

A tradição comunicológica francesa remonta ao século XVIII, considerado como o "século das luzes", quando os enciclopedistas Diderot e D´Alembert inscrevem as ciências da comunicação na árvore do conhecimento socialmente legitimado.

Em sua antologia dos "textos essenciais" para o estudo das ciências da "informação e comunicação", Daniel Bougnoux (1993) situa dois marcos

históricos para o nascimento do saber francês. A gênese do "objeto" é atribuída a Etienne de la Boétie (1550), em sua digressão sobre a "servidão voluntária", enquanto o mérito de deslanchar o "campo" é creditado a D´Alembert (1751), inaugurando a taxonomia da comunicação, ao escrever o "discurso preliminar" da "enciclopédia ou dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios", bem como a Jean-Jacques Rosseau (1762), desbravando a "pedagogia da comunicação", nas reflexões intituladas "Emile ou sobre a educação"

Quando se dá o início do pensamento francês sobre a comunicação de massa, segmento cognitivo que Régis Debray rotulou como "midiologia"? Jean Cazeneuve (1982) indica Serge Tchakotine como seu artífice, ao publicar, em 1939, seu tratado sobre a "mistificação das massas pela propaganda política". Por sua vez, Jerome Bourdon (2000) atribui essa glória a Gabriel Tarde, que percebe com lucidez o papel catalisador de jornal diário na formação da opinião pública, pautando as conversações domésticas. Mas, Robert Chesnais (2001) prefere recuar no tempo, apontando Condorcet (1792) como seu desbravador, na reflexão sobre a doutrina da "propaganda" erigida pela Igreja Católica, ao justificar a criação da Congregação *Propaganda Fide*, potencializando o proselitismo evangélico através da imprensa.

Contudo, Franciss Balle (1997) reivindica o patronato dos modernos estudos franceses da comunicação para Fernand Terrou, ao abrir-lhes as portas da universidade, através do Instituto Francês de Imprensa, fundado em 1937 na Sorbonne. Ali, forma-se a vanguarda contemporânea das "ciências da informação e da comunicação", cuja liderança intelectual é exercida por Jacques Kayser, o iniciador dos estudos de imprensa comparada, e a figura-chave da UNESCO para a constituição da nossa comunidade acadêmica internacional.

Papel semelhante ao exercido por Terrou, nos anos 30, abrindo picadas para o estudo científico da imprensa, que seria desempenhado, nos anos 70, por Robert Escarpit, a quem as autoridades educacionais francesas confiaram o planejamento do novo campo de estudos. Seu livro

Theórie générale de l'information e de la communication (Paris, Hachette, 1976) reflete a nova orientação que a academia francesa adotou, tendo a SFISC – Societé Française des Information et de la Communication – como aglutinadora da comunidade acadêmica nacional.

A mais recente historiografia francesa está dividida em 4 blocos analíticos: Mucchielli (1995) e Bougnoux (1998) discutem a natureza do campo; Bautier & Cazenave (2000) e Miége (2004) refletem sobre suas origens; Flichy (1991) e Balle (1997) esboçam sua periodização; enquanto Boure & Pailliart (1992), Mattelart (1995), Wolton (1999) e Miége (2000) comparam as correntes de pensamento.

Itália

A primazia do estudo científico da comunicação, no mundo ocidental, cabe historicamente à Itália, pois foi em Roma, no século I d.C., que se deu continuidade à tradição retórica aristotélica. Marco Fabio Quintiliano (30-96), embasado no erudito legado de Aristóteles e resgatando a fortuna empírica de Cícero, elabora sua *Institutionis Oratoria*, obra composta por doze livros, contendo um panorama teórico e prático da oratória latina.

Traduzido para o espanhol, em 1996, e publicado pela Universidade de Salamanca, no marco das comemorações do XIX, aniversário do falecimento do autor, esse tratado de retórica demonstra a vastidão do conhecimento acumulado, naquela época, dando conta da complexidade processual da comunicação humana.

Na cronologia dos estudos italianos, os continuadores pedagógicos de Quintiliano são os Padres da Igreja – Clemente de Alexandria, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino –, que aplicaram sua "retórica escolar" ao "magistério eclesial" (Redondo Garcia, 1959) e à "pregação apostólica". (ESTEVES REI, 1998).

Desse período em diante, existe uma escassez historiográfica sobre a comunicação italiana, o que pode espelhar a inibição intelectual

provocada pela imposição da censura prévia no século XVI.

Os poucos indícios evidentes são os documentos pontifícios sobre os fenômenos da interação simbólica, na era *gutembergiana*, denotando a "mentalidade da época", mais sensível aos "malefícios" da imprensa do que aos "benefícios" atualizadores da vida em sociedade. (DALE, 1973, p. 16)

A presença italiana, no panorama mundial das ciências da comunicação, ganha significação nos primórdios da IAMCR, não apenas porque Milão foi escolhida como sede da assembleia de consolidação da entidade; mas, também, pela presença de Francesco Fattorello, diretor do Centro Nazionale Italiano per gli Studi sull´information, sediado na Cidade Universitária de Roma.

Consultando toda a documentação disponível sobre a gênese da IAMCR, é sintomática a escassez, quase omissão, de informações sobre o ensino e a pesquisa da comunicação na Itália. Compareceram à assembleia de Milão várias personalidades, de distintas cidades, entre elas o historiador Giuliano Gaeta, o psicólogo Francesco Alberone e o jornalista Domenico De Gregorio. (Milous Vejvoda, org. – *IAMCR, dossier*, Praga, IJI, 1989) Todas são produtores de obras em que estão claras seus ideias comunicacionais. O mesmo não acontece com Fatorello, cujo único livro em circulação, no nosso continente, intitula-se *Introducción a la Técnica Social da Información*, cujo conteúdo é muito esquemático e, por vezes, confuso.

Na verdade, a Itália só ganhou visibilidade comunicacional, por intermédio da circulação dos textos de autoria de Umberto Eco, que se tornou o ícone mundial dos estudos semióticos e de Mauro Wolf, professor da Universidade de Bolonha, autor de manuais de teoria da comunicação, contendo visões críticas muito instigantes, alem de Giuseppe Richeri, também de Bolonha, dedicado ao estudo da comunicação internacional.

A novidade alvissareira do nosso campo é a ascensão da Scuola Fiorentina di Comunicazione (SFC), liderada por Giovanni Bechelloni e Milly Buonano, pesquisadores atualizados e produtivos, abertos ao diálogo internacional e muito receptivos a parcerias com a América Latina, especialmente com o Brasil.

Inglaterra

O protagonismo inglês no campo comunicacional adquiriu visibilidade internacional, desde que o país se tornou sede da IAMCR. Em 1972, no congresso de Buenos Aires, James Halloran é eleito presidente dessa associação, transferindo para a cidade de Leicester seu 'quartel-general', ali permanecendo durante 20 anos.

Halloran, um especialista em reeducação carcerária, liderou estudo nacional sobre a violência na mídia, ganhando notoriedade fora do país. Convidado pela UNESCO para participar do debate mundial sobre essa questão, ascendeu imediatamente ao circuito acadêmico e passou a influir na alocação de recursos provenientes dos fundos internacionais para a pesquisa em comunicação. Autor de um livro sobre formação de atitudes, tendo como variável principal a televisão (1970), organizou duas antologias que conquistaram interesse público, uma sobre os efeitos da televisão (1970) e outra sobre manifestações de rua (1970). Adotando uma perspectiva crítica, não lhe foi difícil ganhar a confiança dos colegas que gravitavam nos círculos internacionais e chegar à Presidência da IAMCR.

Contou com a cumplicidade dos países do bloco comunista, durante a guerra fria, organizou congressos mundiais em cidades da chamada "cortina de ferro", por exemplo, Leipzig (1980), Praga (1984). Recebeu, também, subsídios estatais e forte apoio político de lideranças históricas – especialmente – o russo Yassen Zassoursky, o finlandês Kaarle Nordestreng e o polonêsValery Pisarek. Sua gestão "imperial" foi contestada pela nova geração, em 1988 (Barcelona), e só terminou em 1992 (Guarujá), com a ascensão negociada de seus vice-presidentes, Cees Hamelick e Hamid Mowlana.

A sede da IAMCR foi transferida para outros países, mas retornou à Inglaterra, quando o contingente feminino conquistou a direção da entidade. Assumiu, inicialmente, a canadense Robin Mansell, residente em

Londres. Docente da Universidade de Sussex, ela tem liderado pesquisas sobre a sociedade do conhecimento (1988). Sucedida por Anabelle Sreberny, que ocupava o lugar de Halloran, na Leicester University, mantém-se a hegemonia anglófona na comunidade mundial da área.

A influência britânica, no campo da comunicação, deu-se também através da corrente dos estudos culturais (Storey,1996), na qual Raymond Williams exerceu papel significativo, contribuindo inclusive no segmento historiográfico (1992).

Contribuições relevantes se cruzam na bibliografia inglesa. Devemos a Dennis McQuail (1994) o exaustivo inventário histórico das teorias da comunicação. Somos tributários de Peter Corner, Philip Schleisinger e Roger Silvestrone, pelo fecundo inventário crítico que editaram sobre a trajetória internacional da pesquisa midiática.

Também não podemos nos esquecer das incursões historiográficas de Peter Burke para assegurar mais adequada interação entre a História e o conhecimento (2003).

Sua parceria com Asa Briggs garantiu um oportuno balanço da História da Mídia (2004), revisando fatos, revisitando cenários e desvendando as iniciativas de inovadores como Gutemberg e Bill Gates, que vincularam suas biografias, de forma indelével, à revolução das comunicações.

Historiadores típicos do século XXI, Burke e Briggs confessam que combinaram métodos arcaicos e modernos para escrever o livro – partes, escritas à mão, partes digitadas no computador. Por isso mesmo, eles se mostram "otimistas". Confiantes quanto ao "futuro do livro", acreditam em sua sobrevivência, convivendo com as "novas formas de comunicação", da mesma forma que aconteceu com os "manuscritos", na era das publicações, configurando uma "nova divisão de trabalho" no território midiático.

3. Panorama brasileiro

Categorização

Ancorados numa revisão da contemporânea literatura *teuto-franco--americana* sobre o resgate da memória do campo acadêmico da Comunicação, nos países hegemônicos, os pesquisadores alemães Löblich & Scheu (2011, p. 1) listaram cinco categorias de análise historiográfica: a intelectual (pensamento), a biográfica (autoral), a institucional (entidades), a disciplinar (estatutário) e a contextual (conjuntural).

Ao fazer o inventário da historiografia comunicacional brasileira, identificamos um conjunto heterogêneo de fontes, cuja natureza e significado ficam mais compreensíveis, se as organizarmos de acordo com a referida categorização. Vamos apresentar, a seguir, as referências selecionadas, distribuindo os textos, sempre que possível, em ordem cronológica, para tornar esta cartografia, não só operacional, mas acessível aos jovens pesquisadores.

Advertimos que se trata de um repertório bibliográfico, constituído por livros e coletâneas, sendo desejável sua ampliação para incluir a literatura "cinzenta", especialmente teses e dissertações, bem como artigos em periódicos e anais, escassamente consultados nesta pesquisa.

História intelectual

Quem primeiro esboçou o universo cognitivo dos embrionários estudos brasileiros, no contexto internacional da pesquisa em comunicação, foi Luiz Beltrão, em palestra proferida na ABI, Rio de Janeiro, em 1965. Seu texto intitulado "La investigación científica de los medios de información", está incluído no livro organizado por Jorge Fernández –"*En-*

señanza de periodismo y medios de información colectiva" (Quito, Ciespal, 1965). Focalizando o impacto dessa pesquisa, no meio universitário, o autor retornou à questão, em outra conferência, proferida em 1967, na Faculdade Cásper Líbero. Sob o título "A pesquisa dos meios de comunicação e a universidade", foi divulgada na coletânea editada por José Marques de Melo – *Panorama Atual da Pesquisa em Comunicação no Brasil* (São Paulo, Cásper Líbero, 1968).

Nessa ocasião, José Marques de Melo faz o inventário mundial dos avanços da pesquisa em comunicação, sugerindo sua periodização, em artigo publicado na revista *Comunicações & Problemas* (Recife, ICINFORM, 1966), ampliando, portanto, o roteiro histórico contido na sua monografia de pós-graduação, apresentada ao CIESPAL (Equador). Traça, ao mesmo tempo, um quadro das iniciativas vigentes no âmbito empresarial, bem como das ideias circulantes na academia brasileira. A primeira versão desse ensaio foi disseminada no opúsculo *A pesquisa em comunicação* (São Paulo, Cásper Líbero, 1968), depois revista e incorporada ao livro *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* (Petrópolis, Vozes, 1970).

Complementando tal ofensiva exploratória, Marques de Melo procura desvendar uma incógnita que o inquietou, precocemente, qual seja, a prevalência de fontes de inspiração norte-americana, se comparadas com as procedentes de outras zonas de influência. A oportunidade de corresponder a esse desafio surgiu, durante sua permanência nos Estados Unidos, para realizar estudos pós-doutorais. Curioso para saber o que os *ianques* sabiam sobre os fenômenos da comunicação, no Brasil, peregrinou pelas bibliotecas universitárias, deparando-se com um volume considerável de fontes. Ao retornar ao país, socializou suas anotações críticas, reunidas no livro *Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil* (1976). Prosseguindo nessa empreitada bibliográfica, promoveu, com a ajuda de Ada Dencker e vários outros colaboradores, o levantamento exaustivo das fontes nacionais, posteriormente reunidas no volume *Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil, 1883-1983*, publicado pela INTERCOM (1984).

Contribuição relevante foi adicionada por Luis Costa Lima (1969), quando publicou na revista *Tempo Brasileiro* elucidativo ensaio, no qual oferece uma leitura brasileira, *historicizando,* criticamente, as teorias sobre comunicação e cultura de massas em circulação no meio acadêmico. Tal esforço interdisciplinar suscitou o interesse de outros pesquisadores, que ampliaram a visão ecumênica de Costa Lima. Ecléa Bosi (1972) discutiu as relações entre comunicação, cultura de massa e cultura popular. Samuel Pfromm Neto (1976) documentou as fontes *psicopedagógicas* que nutrem a pesquisa brasileira. Enquanto Renato Ortiz (1988) desentranha as ideias que embasaram nossa "indústria cultural", ensejando a "moderna tradição brasileira", Lucia Santaella (1992) resgata as fontes de inspiração semiótica que podem iluminar o caminho dos estudiosos da nossa "cultura das mídias". Todas essas correntes intelectuais mereceriam cuidadosa revisão de Francisco Rudiger (2002), na tentativa de discernir a "trajetória histórica" da nossa pesquisa em comunicação como "ciência social crítica".

Quais os projetos intelectuais hegemônicos e as tendências observadas no país ? José Marques de Melo procurou responder a essa questão no ensaio "Pedagogia da Comunicação: as experiências brasileiras", em capítulo do livro *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação* (1974), no qual destaca projetos intelectuais em processo de maturação no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Recife.

Mais tarde, Marques de Melo (2003, 2004, 2008, 2010) faria um balanço do pensamento comunicacional brasileiro, seja em suas conexões com outros espaços geopolíticos, seja cruzando os caminhos com outras áreas do conhecimento humanístico.

Uma das mais recentes contribuições para mapear intelectualmente esse campo de trabalho provém dos historiadores Ana Paula Goulart Ribeiro e Michael Herschmann, organizadores da coletânea *Comunicação e História* (Rio de Janeiro, Mauad, 2008). Fazendo uma análise *pluridisciplinar*, a obra amplia o objeto de estudo além das fronteiras entre os dois segmentos claramente enunciados para incluir enfoques de disciplinas conexas.

História autoral

A focalização dos intelectuais historicamente relevantes para o campo da comunicação foi iniciada por José Marques de Melo, que desvendou as raízes intelectuais de Paulo Freire, descortinando as ideias- matrizes da sua Pedagogia da Comunicação Dialógica (1981). Exercício semelhante foi feito, posteriormente, em relação a outros personagens históricos, como Frei Caneca, Costa Rego, Carlos Rizzini e Luiz Beltrão, cujos perfis estão reunidos num dos capítulos da sua *História do Pensamento Comunicacional* (2003).

As estratégias que determinam tal recorte historiográfico estão devidamente sistematizadas no ensaio "A biografia como alternativa metodológica", incluído no livro *História Política das Ciências da Comunicação* (Rio de Janeiro, Mauad, 2008, p. 81-87).

No final do século XX, Marques de Melo deu continuidade a essa linha de trabalho, lançando, na Universidade Metodista de São Paulo, o programa coletivo de estudos sobre a difusão dos paradigmas da escola latino-americana de comunicação nas universidades brasileiras. Os resultados iniciais desse inventário foram apresentados durante a 48ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A professora-doutora Sandra Reimão tomou a iniciativa de publicá-los em edição especial da revista *Comunicação & Sociedade* (1996).

Esse projeto teve continuidade através do mutirão investigativo destinado a mapear a memória de três "grupos comunicacionais" brasileiros.

O Grupo Gaúcho foi biografado pelos alunos da primeira turma de Mestrado em Comunicação da PUC-RS, na qual o Professor Marques de Melo atuou como Professor Visitante, contando com a assistência da professora Maria Beatriz F. Rahde (1997). O Grupo de São Bernardo foi pesquisado com a assistência da professora Samantha Castelo Branco (1999) e os Grupos do Centro-Oeste tiveram as suas histórias de vida

reconstituídas por equipe liderada pelo professor Jorge Duarte (2001), então, respaldado pelo CEUB – Centro Universitário de Brasília.

Nesse ínterim, Roberto Benjamin desvenda o "itinerário de Luiz Beltrão", com a finalidade de celebrar os seus 80 anos de nascimento, incluindo uma série de depoimentos sobre o pioneiro olindense que tivera a ousadia de fundar o campo da comunicação no Brasil (1998). Seu vanguardismo seria enaltecido, novamente, na coletânea organizada por Marques de Melo e Trigueiro (2007), reunindo estudos e depoimentos sobre o "pioneiro das ciências da comunicação no Brasil".

Alguns contemporâneos de Luiz Beltrão também já tiveram suas histórias de vida pesquisadas. Carlos Augusto Calil e Maria Tereza Maldonado (1986) reuniram estudos que reconhecem Paulo Emílio Salles Gomes como um "intelectual na linha de frente". Paulo da Rocha Dias (2004) traçou um perfil polifacético de Carlos Rizzini, considerado o "amigo do Rei" pela sua estreita ligação com os Diários Associados de Assis Chateaubriand. Gustavo Barroso, Anke Finger e Rainer Guldin (2008) documentaram o pensamento filosófico de Vilém Flusser, o intelectual tcheco que chegou ao Brasil, fugindo da "barbárie nazista", aqui, produzindo instigantes reflexões sobre a fotografia e outras plataformas comunicacionais.

Concomitantemente, a Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação iniciou um subprojeto dedicado aos pensadores paradigmáticos da Escola Latino-Americana de Comunicação. Coordenado pelo Professor Marques de Melo, essa linha de estudos foi implementada, em parceria com Juçara Brittes, responsável pelo resgate da história de vida de Luiz Ramiro Beltrán (1998); Paulo da Rocha Dias, encarregado de organizar a reconstituição da trajetória intelectual de Jesús Martín-Barbero (1999); Cristina Gobbi e Marly dos Santos, responsáveis pela pesquisa das contribuições de Décio Pignatari, Muniz Sodré e Sérgio Caparelli ao pensamento comunicacional latino-americano (2000); Maria Aparecida Ferrari, Elydio dos Santos Neto e Cristina Gobbi, artífices da reconstituição do legado *educomidiático* de Mário Kaplun (2006); além de Cristina Gobbi e Antonio Luis Herbelê, que

ajudaram a coletar e ordenar as ideias de Eliseo Verón (2008).

Dentre os "personagens que fizeram história", no universo da imprensa brasileira, alguns deles militaram no *front* acadêmico, sendo incluídos na série, em 4 volumes, coordenada por Marques de Melo e publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em parceria com a Rede Alfredo de Carvalho. No primeiro e segundo volumes (2005), figuram os perfis de Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho, Roquette Pinto, Gilberto Freyre, Carlos Lacerda, Luiz Beltrão, Mario Erbolato, Juarez Bahia e Vitorino Prata Castelo Branco. Ao terceiro volume (2008) comparecem Frei Caneca, Costa Rego, Carlos Rizzini, Danton Jobim e Pompeu de Souza. Finalmente, estão biografados, no volume 4 (2009), algumas figuras emblemáticas: Alfredo de Carvalho, Nabantino Ramos, Adelmo Genro Filho e Daniel Herz.

O protagonismo feminino mereceu atenção do Professor Marques de Melo, que estimulou seus discípulos a identificar as lideranças atuantes no *front* latino-americano (2003) e aquelas mais atuantes no espaço acadêmico brasileiro, integrando o olimpo das "Valquírias Midiáticas" (2010).

As novas lideranças brasileiras do campo da comunicação vêm sendo reconhecidas, publicamente, através do Prêmio Luiz Beltrão, outorgado, anualmente, pela INTERCOM. Suas histórias de vida constam das antologias organizadas por Antonio Hohlfeldt (2004) e por Cristina Gobbi (2010).

História institucional

Muniz Sodré alavanca essa vertente analítica com o artigo "Por que uma escola de comunicação?", publicado na *Revista de Cultura Vozes* (1972), como parte de um dossiê orientado para diagnosticar a situação do ensino e da pesquisa da área em todo o país. Participam desse debate Francisco Dória, Geraldo Queiroz, Roberto Benjamin, Antonio González e Pedro Benjamin Garcia.

Vasculhando a documentação oficial sobre o nosso ensino superior, Marcello e Cybele de Ipanema (1973) reconstituíram a cronologia das iniciativas e motivações que marcaram o desenvolvimento inicial do ensino do jornalismo e da comunicação, no Brasil, em artigo publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Trilha dessa natureza seria percorrida com entusiasmo por Erasmo de Freitas Nuzzi, seja *periodizando* a regulamentação do ensino de comunicação, valendo-se do acervo jurídico emanado dos organismos federais (1992) ou, então, atuando como "testemunha ocular da História", recuperando a memória da pioneira escola de jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo (1997).

Numa perspectiva distinta, Marques de Melo e seus discípulos (2006) mapearam o panorama pedagógico das instituições reconhecidas como "matrizes brasileiras" – Cásper Líbero, ESPM, ECA-USP e PUC-SP – em comparação com escolas que continham propostas inovadoras – casos da FAENAC e do SENAC.

Perfis institucionais diversos compõem o elenco da nossa historiografia comunicacional, embora seja raquítica a safra referente aos institutos de pesquisa situados fora do *campus*. Exceção singular é a biografia sincrônica do IBOPE, escrita por Silvana Gontijo (1996), narrando a sua trajetória institucional em sintonia com os produtos gerados pela organização, ou seja, as pesquisas de opinião pública que vêm realizando há seis décadas em todo o país.

Outra entidade peculiar é a UCBC, prosperando na fronteira entre o *campus* e o claustro, cuja biografia, resgatada por Pedro Gilberto Gomes (1995), revela uma instituição emblemática. Catalisando aspirações provenientes das igrejas, das universidades e dos movimentos sociais, a UCBC produz um tipo de conhecimento capaz de contribuir para o fim do regime político, mesmo enfrentando as agruras daqueles tempos de repressão.

As instituições pioneiras do campo comunicacional têm sido objeto de investigação das novas gerações, como explicitam as obras organizadas por Marques de Melo & Gobbi (1999, 2010), focalizando comparativamente o

ICINFORM (Brasil), o ININCO (Venezuela) e o CIESPAL (Equador).

Perfis autônomos de sociedades científicas legitimadas, publicamente, foram editados por José Salvador Faro (1992), focalizando a gênese da INTERCOM; por Cristina Gobbi (2008), que recuperou a memória institucional da ALAIC, bem como por Margarida Kunsch, que documentou momentos decisivos vividos por uma associação acadêmico corporativa – ABECOM (1992) e por um movimento político-acadêmico – ENDECOM (2007). Marialva Barbosa (2007) restaurou as linhas de pensamento cultivadas pela INTERCOM, implícitas no modo de pensar dos seus ex-presidentes.

A mais recente incursão, nesse território associativo, foi empreendida pela SOCICOM, em parceria com o IPEA, que dedicou um volume do *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil* (2010) à "memória das associações científicas e acadêmicas da comunicação", em nosso país, no qual estão registradas as marcas biográficas de grandes entidades, como a INTERCOM e a COMPÓS; mas, também, de associações de médio porte, como a SBPJOR e a SOCINE, sem descuidar das pequenas organizações, como a FOLKCOM e a ABCiber, todas em processo de consolidação.

Cogita-se a publicação, na próxima edição do *Panorama* (2011), dos resultados da pesquisa sobre a História do Campo da Comunicação, no Brasil, que vem sendo realizada pela Rede Alcar, sob a liderança de Marialva Barbosa.

História Disciplinar

Coube a Gilberto Freyre o mérito de agendar o estatuto disciplinar da comunicação, no Brasil, ao reivindicar o reconhecimento do seu vanguardismo no estudo científico da imprensa como fonte para as ciências humanas.

Desde 1934, o "solitário de Apipucos" vinha proclamando o pioneirismo verde-amarelo na aplicação da "técnica de pesquisa", que herdara

do historiador pernambucano Pereira da Costa (1851-1923).

Na Introdução à primeira edição de sua obra sobre o escravo, nos anúncios de jornais (Recife, 1961), ele se limita a registrar essa metodologia como "uma contribuição originalmente brasileira para as Ciências do Homem".

Mas, na introdução à 3ª. edição (São Paulo, 1979), quando o campo acadêmico da comunicação estava amadurecendo, ele amplia seu significado, declarando que se trata de "sistemática científica", denominada de *Anunciologia*. Atribuindo a McLuhan a paternidade da nova disciplina, iniciada com a publicação do seu livro *The Mechanical Bride* (1951), Freyre, na verdade, polemiza sobre o estatuto disciplinar da comunicação, pelo viés historiográfico.

Através do ensaio "A imprensa como objeto de estudo científico no Brasil: as contribuições de Gilberto Freyre e Luiz Beltrão", capítulo do livro *Estudos de Jornalismo Comparado* (São Paulo, Pioneira, 1972), José Marques de Melo reconhece o protagonismo de Gilberto Freyre, enaltecendo seu papel no âmbito das ciências humanas, mas destacando o pioneirismo de Luiz Beltrão, no segmento do Jornalismo.

Na mesma conjuntura, Eduardo Portela (1970), Samuel Pfromm Neto (1972), Gabriel Cohn (1973), Egon Schaden (1974) e Decio Pignatari (1974) sugerem, respectivamente, as ligações históricas da Comunicação com disciplinas como a Literatura, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e a Semiótica, da mesma forma que Virgilio Noya Pinto sugerira seus liames com a própria História (1967), reiterados tempos depois, no quadro da cultura brasileira (1986). Igual iniciativa tomou, bem mais tarde, Samuel Pfromm Neto (1998), para reivindicar a estreita ligação da Comunicação com a Educação.

Sem perder de perspectiva os laços exógenos com o arcabouço teórico das ciências humanas, os estudiosos da comunicação não deixaram de fortalecer suas vinculações endógenas, atreladas ao pragmatismo do mundo profissional. O balanço histórico desse conjunto de disciplinas orgânicas, coordenado por Marques de Melo (1983), documentando a

trajetória histórica das disciplinas estruturadas e dos segmentos embrionários, contou com a participação de Gisela Goldstein (jornalismo), Cicilia Peruzzo (relações públicas), Roberto Queiroz (rádio), José Manuel Morán (televisão), Luiz Beltrão (*folkcomunicação*), entre outros.

Diagnósticos semelhantes voltariam a ser realizados pela INTERCOM, sob o comando de Maria Immacolata Lopes, no ano em que essa entidade celebrava seu 20º. Aniversário (1999), bem como em oportunidades de diálogo com a comunidade internacional, seja durante o Colóquio Brasil-Itália (2000), seja por ocasião do congresso mundial da IAMCR (2004).

Semelhante exercício de revisão e reflexão disciplinar teria lugar em São Paulo, durante a comemoração dos 450 anos de fundação da cidade, em simpósio desenvolvido no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cuja memória foi resgatada por Marques de Melo & Adami em coletânea denominada *São Paulo na Idade Mídia* (2004).

A mais recente tentativa de mapeamento disciplinar do campo da comunicação, no Brasil, deve-se a Marques de Melo (2008a), que mobilizou 13 pesquisadores: Elias Machado (Jornalismo), Neusa Demartini Gomes (Publicidade e Propaganda), Margarida Kunsch (Relações Públicas), Sonia Virginia Moreira (Rádio), Sandra Reimão (Televisão), Raquel Paiva (Comunicação Cidadã), Cristina Schmidt (Folkcomunicação), Arquimedes Pessoni (Comunicação e Saúde), Sebastião Squirra (*Cibercomunicação*), Cesar Bolaño e Valerio Brittos (Economia Política da Comunicação) e Adolpho Queiroz (Marketing Político).

Reflexões críticas sobre a natureza disciplinar de áreas estratégicas estão presentes em obras de autoria individual: Adelmo Genro legou consistente plataforma sobre o Jornalismo como forma de conhecimento (1987), Margarida Kunsch discute o estatuto das Relações Públicas na modernidade (1997), Lucia Santaella e Jorge Vieira (2008) reivindicam o estatuto de *metaciência* para a semiótica; Muniz Sodré (2009) reflete sobre a "teoria do acontecimento", valorizando a simbiose da notícia com a narrativa ficcional, para explicitar a nova identidade do Jornalismo;

Luis Maranhão questiona o poder da publicidade frente ao consumidor indefeso (2010); José Marques de Melo oferece tripla contribuição – resgata as "identidades brasileiras" peculiares à nossa teoria do Jornalismo (2006), sugere balizas para construir a História da Folkcomunicação (2008) e propõe um roteiro histórico para o registro do desenvolvimento da Economia Política da Comunicação no país (2010).

Essas teses sobre a "multidisciplinaridade" do campo da comunicação coexistem, naturalmente, com aquelas que pregam a diluição das fronteiras entre as disciplinas, advogando a emergência de um espaço *transdisciplinar,* como, por exemplo, Maria Immacolata V. Lopes (2000 e 2003).

História Contextual

José Salomão David Amorim faz a primeira análise contextual dos estudos de comunicação, no Brasil, no livro de Charles Wright – *Comunicação de massa* (Rio de Janeiro, Bloch, 1968), em apêndice intitulado "Panorama da Cultura de Massa no Brasil", tendo, ao afinal, um comentário sobre "tendências dos estudos".

Os passos seguintes seriam dados por José Marques de Melo (1976), ao situar o paradoxo comunicação/incomunicação no mapa geopolítico nacional, proclamando-a como variável relevante para a consolidação da área acadêmica. Luiz Beltrão, Carlos Alberto de Medina e Anamaria Fadul acrescentam suas contribuições para bem entender o espaço regional brasileiro, onde florescem singulares culturas populares.

Octavio Ianni (1976) lança o grito de alerta: "É inviável a compressão da natureza da indústria cultural sem enquadrá-la na moldura do imperialismo". Tais advertências repercutem, vivamente, na postura crítica assumida pela INTERCOM, refletindo-se no temário dos livros resultantes dos seus primeiros congressos: ideologia e poder (1979), classes subalternas (1980), populismo (1981) e contra-hegemonia (1982).

Sintoma desse engajamento contextual mostra-se evidente nos conteúdos das publicações da autoria de sócios que formam a vanguarda da emergente associação: Carlos Eduardo Lins da Silva mostra-se desafiado pela "crise ambiental" (1978), Lucia Santaella está atenta ao papel da "ideologia" na produção de linguagem (1980), Luiz Beltrão dedica-se a mapear a "comunicação dos marginalizados" (1980), Albino Rubim advoga a centralidade do "capitalismo" no entendimento histórico da comunicação, Ciro Marcondes denuncia o "discurso sufocado" (1982), enquanto Regina Festa dedica-se ao fortalecimento da "imprensa alternativa" (1986), Maria Immacolata V. Lopes pesquisa o "rádio dos pobres" (1988) e Luiz Fernando Santoro produz "vídeo popular" (1989).

Maria Immacolata Lopes (1990) legitimou e sistematizou esse tipo de análise, inserindo a pesquisa em comunicação no contexto do desenvolvimento do mercado cultural, no Brasil, ou seja, compreendendo a pesquisa acadêmica no quadro do desenvolvimento econômico do país, base estratégica do sistema cultural hegemônico.

Na passagem do século, as mudanças significativas que ocorreram no cenário internacional, com o fim da guerra fria, transparecem a "centralidade" da comunicação na sociedade do futuro.

Frente aos desafios emergentes, há os que explicitam perplexidade em relação à "força transformadora" da "era pós-moderna", como demonstraram Monica Rector e Eduardo Neiva (1997), ou os que denotam esperança na "metamorfose da ideologia", alavancando uma "sociedade civil mundial", de acordo com as ideias reunidas por Ladislaw Dowbor (200).

No ambiente pluralista, sempre cultivado pela INTERCOM, frutificam abordagens instigantes, num espectro que vai do "pragmatismo utópico" (2004), inventariado por Marques de Melo & Gobbi, à constatação feita por Lucia Santaella (2005) sobre a difícil convergência entre as "comunicações e as artes", motivando a indagação de Cosette Castro: "por que os *reality shows* conquistam audiências?" (2006).

Enquanto Marialva Barbosa (2007) defende a alternativa contextual, estabelecendo conexões entre memória e narrativa, no percurso do olhar

historiográfico, Nilda Jacks reage, prontamente, notificando a "emergência dos estudos de recepção" (2008). Muitas outras respostas certamente vão aparecer.

Consciente da complexidade do problema, a INTERCOM decidiu promover um seminário nacional para discernir todas as nuances existentes. Elas estão anotadas no livro organizado por Cristina Gobbi, estimulando o avanço das "ciências da comunicação no Brasil democrático" (2008).

4. Conclusão

A sensação de complexidade constitui não apenas uma sinalização para garantir oportunidades a todas as correntes de pensamento que gravitam em torno do campo comunicacional, mas deve ser interpretada como um alerta para a reflexão crítica das nossas vanguardas acadêmicas.

Durante o exaustivo percurso documental para construir esta memória das ciências da comunicação, no limiar do século XXI, verificamos que a maior dificuldade enfrentada foi a quantidade de fontes disponíveis, o que exigiu, naturalmente, um comportamento seletivo. Contudo, outra barreira dimensionada, mas não solucionada, foi a compreensão generalizada de um campo funcionalmente fragmentado e teoricamente multifacetado.

Nesse sentido, vale a pena considerar as sugestões anotadas pela pesquisadora norte-americana Susan Herbst (2008), ao discutir o "futuro da pesquisa em comunicação", tomando como referência suas "disciplinas" legitimadas, porém, incluindo na análise suas "interfaces" acadêmicas.

Sua tese é a de que as "lutas institucionais" travadas pelo campo da comunicação para ocupar espaços na academia, não obstante sua legitimação nos *campi* norte-americanos, está ensejando situações perigosas como, por exemplo, o "isolamento" dentro das nossas comunidades segmentadas. Os pesquisadores-líderes esquecem-se de dialogar com

as demais microcomunidades universitárias e, também, negligenciam a transferência do conhecimento produzido pelas nossas equipes de pesquisa para o mundo real da comunicação, ou seja, as empresas, o governo e as organizações comunitárias. Essa atitude de *incomunicação* cognitiva pode gerar efeitos perversos para o "futuro" das nossas atividades, em decorrência do poder de persuasão difusa que tais instâncias possuem na alocação de recursos públicos para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico.

Finalmente, convém refletir sobre a anotação contundente de Herbst, ou seja, seu temor de que a onda "pós-disciplinar" possa conduzir a comunidade das ciências da comunicação ao descompromisso com as nossas raízes intelectuais, os nossos marcos epistemológicos e as nossas responsabilidades sociais, apostando na "geleia geral" do saber liberado da avaliação de resultados ou investindo no fortalecimento de estruturas corporativas manejadas por lideranças que se impõem pelo "poder" de coação institucional, o que pode conduzir ao "vale tudo" do conflito ocultado.

Felizmente, a comunidade brasileira da área, prevenindo-se contra esse tipo de contingência, está buscando formas de organização acadêmica que reconheçam a nossa complexidade e possam vislumbrar estratégias de sobrevivência através do diálogo e da parceria, seja entre disciplinas, seja entre campos sociais, seja entre instâncias decisórias.

Esse é o papel que vem, no último quinquênio, desempenhando a Federação Brasileira das Sociedades Científicas e das Associações Acadêmicas de Comunicação – SOCICOM –, contando com a adesão de 15 entidades representativas das macrocomunidades (holísticas) ou das microcomunidades (segmentadas).

A iniciativa de publicar, anualmente, o *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, em convênio com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – constitui indício de que o inventário cognitivo, aqui esboçado, terá continuidade e aperfeiçoamento. O segundo volume da referida trilogia contém o perfil histórico de cada associação. Na verdade, é um roteiro implícito para guiar o trabalho dos pesquisadores motivados a preencher as lacunas deste modesto inventário.

Trata-se de capitalizar o esforço empreendido por duas de suas filiadas, que vêm realizando balanços periódicos das tendências da pesquisa brasileira, na área, nas últimas quatro décadas: Marques de Melo (INTERCOM, 1984), Lopes (INTERCOM, 1999), Lopes & Marques de Melo (INTERCOM, 2005) e Braga & Lopes (COMPÓS, 2010).

Os resultados dos levantamentos da pesquisa empírica promovidos pela INTERCOM (2011), em seus congressos regionais (São Paulo, Londrina, Cuiabá, Boa Vista , Maceió) e nacional (Recife), certamente, irão trazer subsídios valiosos para embasar os debates travados em nossa comunidade acadêmica nesta conjuntura que marca a alvorada do século XXI.

Fontes citadas ou consultadas:

Amorim, José Salomão David
1968 – Panorama da cultura de massa no Brasil, In: Wright, Charles – *Comunicação de massa*, Rio de Janeiro, Bloch, p. 123-174

Anderson, James A. e outros
2004 - Philosophies and philosophic issues in communication, 1995-2004, *Journal of Communication*, vol: 54, nº 4, pág: 589 à 615.

Asa Berger, Arthur
2000 – *Media and communication research methods*, Thousand Oaks, Sage

Assmann, Hugo e outros
1974 – *Comunicación y cultura*, Buenos Aires, Galerna

Averbeck, S.
2008 – Comparative History of communication studies: France and Germany, *Open Communication Journal*, 2 (1), 1-13

Balle, Francis
1997 – *Médias et sociétés*, Paris, Montchrestein

Balle, Francis e outros
1983 - Mass media research in France: An emerging discipline, *Ferment in the Field – Communications Scholars Address critical issues and research tasks of the discipline*, pág: 146 à 156.

Barbosa, Marialva
2007 – *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memórias*, Niterói, Editora da UFF

Barbosa, Marialva, org.
2007 – *Vanguarda do Pensamento Comunicacional Brasileiro: as Contribuições da Intercom (1997-2007)*, S ao Paulo, Intercom

Barnow, Eric and Gerbner, Geoge
1989 – *Interrnational Encyclopedia of Communications*, 4 v., New York, Oxford

Bautier, Roger e Cazenave, Elisabeth
2000 – *Les origines d´une conception moderne de la communication*, Grenoble, PUG

Bechelloni, Giovanni
1995 - *Giornalismo e post-giornalismo: studi per pensare Il modello italiano,*Napoli, Liguori Editore

Bechelloni, Giovanni e Vassalo de Lopes, Maria Imacolata
2002 – *Dal Controllo Allá condivisione*, Roma, Mediascape

Belau, Angel Faus
1966 – *La ciência periodistica de Otto Groth*, Pamplona, Arte Gráfica

Beltrão, Luiz
1965 – La investigación científica de los médios de información , In: Fernandez, Jorge – ed. - *La investigación de periodismo y médios de información colectiva*, Quito, Ciespal, p. 339-358
1968 – A pesquisa dos meios de comunicação e a universidade, In: Marques de Melo, ed. – *Panorama atual da pesquisa em comunicação,* São Paulo, Faculdade de Jornalismo Cásper Libero, p. 19-28
1980 – *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados*, São Paulo, Cortez
1983 – O interesse pela Folkcomunicação, In: Marques de Melo, org. – *A pesquisa em comunicação no Brasil,* São Paulo, Cortez, p. 189-194

Beneyto, Juan
1957 – *Mass Communications*, Madrid, IEPM
1958 – La formation des journalistes: Espagne, in Desmond, Robert, ed. – *La formation des journalistes*, Paris, Unesco, p. 184-188
1973 – *Conocimiento de la información*, Madrid, Alianza

Benito, Ángel
1982 – *Fundamentos de Teoría geral de la información*, Madrid, Ediciones Pirámide

Benito, Angel e outros
1967 – *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra
1970 – *Los profesores de periodismo,* Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra

Benjamin, Roberto, org
1998 - *Itinerário De Luiz Beltrão*,Recife, AIP- Unicap

Benoit, William, ed.
2004 – The state of art in Communication Theory and Research - I, *Journal of Communication*, 54(4), New York, Oxford

2005 – The state of art in Communication Theory and Research - II, *Journal of Communication*, 55(3), New York, Oxford

Bernardo, Gustavo e outros
2008 – *Vilém Flusser, uma Introdução*, São Paulo, Annablume

Beth, Hanno y Pross, Harry
1987 – *Introducción a la Ciencia de la Comunicación,* Barcelona, Antrophos

Blackwell, Wiley
2011 – *communication theory*, St. Germantown, JICA

Bosi, Ecléa
1972 – *Culturas de Massa e Cultura Popular, Leitura de Operárias*, Petrópolis, Vozes

Bougnoux, Daniel
1993 – *Sciences de línformation et de la communication*, Grenoble, Larousse
1998 – *Introduction aux sciences de la communication*, Paris, Repéres

Bourdon, Jérôme
2000 – *Introduction aux médias*, Paris, Montchrestein

Boure & Paillart
1992 – *Les théories de la communication*, Paris, Colet-Telerame

Bourquin, Jacques
1958 – La formation des journalistes en Europe, in Desmond, Robert, ed. – *La formation des journalistes*, Paris, Unesco, p.156-180
1967 – *AIERI: documents historiques,* Praga, IJI
1970 – AIERI: chronique generale, *Cuadernos de Trabajo*, 13, Pamplona, Universidad de Navarra, p. 9-18

Braga, José Luiz e outros
2010 – *Pesquisa empírica em comunicação*, São Paulo, Compós/Paulus

Briggs, Asa e Burke, Peter
2004 – *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar

Brokeman, Cristopher
1984 – *American culture and society since the 1930s*, New York, Schocken books

Burke, Peter
1992 – *A escrita da história*, São Paulo, UNESP
2003 – *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg à Diderot*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar

Buzzanell, Patrice M
2010 - Resilience: talking, resisting, and imagining new normalicies into being, *Journal of communication*, vol: 60, nº 1, pág: 1 à 14.

Calil, Carlos Augusto e Machado, Maria Teresa
1986 – *Paulo Emilio, Um intelectual na linha de frente*, São Paulo, Brasiliense

Carey, James W.
1989 – *Comunications as culture: essays on media and society*, Winchester, Unwin Hyman, Inc.

Casassus, Joseph Maria
1990 – *La primera tesi doctoral sobre periodisme*, Barcelona, Societat Catalana de Comunicació

Castro, Cosette
2006 – *Porque os Reality shows conquistam audiências?,* São Paulo, Paulus

Cazeneuve, Jean
1982 – Communications et Média: France, *Les cahiers de la comunication*, 2 (4-5), 369-384, Paris, Dunod

Chaffee, Steven e Rogers, Everett
1997 – *The beginnings of communication study in America*, Londres, Sage

Chesnais, Robert
2001 – *Histoires de Médias*, Paris, Natilus

Cohn, Gabriel
1973 – *Sociologia da Comunicação, Teoria e Ideologia*, São Paulo, Pioneira

Corner, John
1997 – *International Media Research*, Londres, Routledge

Costa Lima, Luiz
1969 – Comunicação e cultura de massa: uma abordagem histórica, *Tempo brasileiro*, 19/20, p. 3-41, Rio de Janeiro, Editora TB

Dale, Frei Romeu
1973 – *Igreja e comunicação social*, São Paulo, Paulinas

Dencker, Ada de Freitas e Chucid da Viá, Sarah
2001 – *Pesquisa empírica em ciências humanas*, São Paulo, Futura

Denis, Everette e Wartella, Ellen
1996 – *American communication Research*, New Jersey, Lea

Desmond, Robert
1949 – *La formation professionalle des journalistes*, Paris, Unesco

De Gregorio, Domenico
1966 – *Metodologia del periodismo*, Madrid, Ediciones Rialp

Dias, Paulo da Rocha
2004 - *O amigo do rei, Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados* Florianópolis, Letras Contemporâneas

Donsbach, Wolfgang
1982 - Communiation et Médias: Allemagne Fédérale, *Les Cahiers de la Communication*, 2 (4-5), p. 301-325
2006 - The identity of communication research, *Journal of communication, vol: 56, nº 3,* pág: 437 à 448.

Dowbor, Ladislaw e outros, orgs
2000 – *Desafios da Comunicação*, Petrópolis, Vozes

Duarte, Gustavo León
2007 – *Escola Latinoamericana de comunicação, a nova hegemonia*, São Bernardo do Campo, UMESP

Duquelsky, Maximiliano
2006 – Latinoamerica y la Escuela de Frankfurt, *Revista Argentina de Comunicación*, 1(1), p. 161-186, Rio Cuarto, Fadecos

Duverger, Maurice
1962 – *Métodos de las ciencias sociales*, Barcelona, Ariel

Eco, Umberto e outros
1969 – *Los efectos de las comunicaciones de masas*, Buenos Aires, Jorge Alvarez
1976 – *Apocalípticos e integrados*, São Paulo, Editora Perspectiva

Esteves Rei, José
1998 – *Retórica e sociedade*, Lisboa, IIE (Instituto de inovação educacional)

Faro, José Salvador
1992 – *A universidade fora de si: A Intercom e a organização dos Estudos de Comunicação no Brasil*, São Paulo, Intercom

Fatorello, Francesco
1967 – Síntesis crítica de la enseñanza del periodismo em el mundo, In: Benito, Angel, ed. - *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, p. 151-173
1969 – *Introduccion a la técnica social de la informacion,* Caracas, Universidad Central de Venezuela
1970 – Lección Introductória, In: Benito, Angel, ed. – *Los profesores de Periodismo*, Pamplona, Universidad de Navarra, p. 49-62

Feldmann, Erich
1977 – *Theoría de los médios masivos de comunicación*, Buenos Aires, Kapelusz

Fernandes, Florestan
1967 – *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional

Fernandez, Jorge
1961 – *Los médios de información em América Latina*, Paris, Unesco
1970 – Tendencias de la enseñanza del Periodismo em América Latina, In: Benito, Angel, ed. – *Los profesores de Periodismo*, Pamplona, Universidad de Navarra, p. 115-144

Flichy, Patrice
1991 – *Histoire des sciences: Une histoire de la communication modern: Espace public et vie privée*, Paris, La Decouverte

Freyre, Gilberto
1963 – *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, Recife, **Imprensa Universitária**

1979 – *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, São Paulo, Ed. Nacional

Fuentes Navarro, Raul
1992 – *Um campo cargado de futuro – El estúdio de la comunicación em América Latina*, Mexico, CONEICC

Gallois, Cindy
2003 - Reconciliation through communication in intercultural encounters: potencial or peril?, *Journal of communication*, vol: 53, nº 1, pág: 5 à 15.

Genro Filho, Adelmo
1987 – *O segredo da pirâmide, para uma teoria marxista do jornalismo*, Santa Maria, Pallotti

Gerbner, George, ed.
1983 – Ferment in the Field, *Journal of Communication* 33(2), Austin, ICA

Giovannini, Giovani
1984 – *Evolução na comunicação*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira

Glander, Thimoty
2000 – *Origins of mass communications research during the American cold war*, New Jersey, Lea

Goulart Ribeiro, Ana Paula e Herschmann, Micael, orgs
2008 – *Comunicação e história, interfaces e novas abordagens*, Rio de Janeiro, Mauad X

Gobbi, Maria Cristina
2008a - *A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina*, São Paulo, UMSP
2008b – *Ciências da comunicação no Brasil democrático*, São Paulo, Intercom
2010 – *Teoria da comunicação: Antologia de pensadores brasileiros*, São Paulo, Intercom

Godoy, Antonio Checa
2008 – *Historia de la comunicación: De le crônica a la disciplina científica*, La Coruña, Netbioblo

Goldenstein, Gisela Taschner
1987 - *Do jornalismo político à indústria cultural*, São Pulo, Summus

Gomes, Pedro Gilberto
1995 – *A comunicação cristã em tempo de repressão*, São Leopoldo, Unisinos

Gontijo, Silvana
1996 – *A voz do povo*, São Paulo, Objetiva

Gumucio-Dagron, Alfonso e Tufte, Thomas
2006 – *Communication for social change: Anthology: historical and contemporary readings*, New Jersey, Communication for social change Consortium

Halloran, James
1970 – *Les moyens d´informations dans la societé*, Paris, Unesco
1970 – *Attitude formation and change*, New York, Leicester University
1974 – *Los efectos de la television*, Madrid, Panther Books
1979 – *Demonstration and Comunication: A case study*, Victoria, Penguin Books
1980 - Introduction, *Mass media and national cultures* – a conference report and international bibliography, pág: 5 à 7, Leicester, IAMCR
1984 - Introduction, *Social Communication and global problems: main papers from plenary sessions of the 1984 prague conference*, pág: 7 à 9., Leicester, IAMCR

Hennebelle, Guy
1991 – *L´enseignement du cinema et de l´audiovisuel dans l´Europe dês Douze*, Paris, INRP Corlet-Télérama CEE

Herbst, Susan
2008 – Disciplines, Intersections and the future of communication research, *Journal of Communication* 58(4): 603-614

Hohlfeldt, Antonio e Gobbi, Maria Cristina
2004 – *Teoria da comunicação, Antologia de pesquisadores brasileiros*, Porto Alegre, Sulina

Horkheimer, Max e W. Adorno, Theodor
1973 – *Temas Básicos da Sociologia*, São Paulo, USP

Ianni, Octavio
1976 - *Imperialismo e cultura*, Petropólis, Vozes

Ipanema, Marcello e Cibelle
1972 – O ensino de jornalismo e comunicação no Brasil**,** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 296, p. 166-195, Rio de Janeiro, IHGB

Jacks, Nilda
2008 – *Meios e audiências, A emergência dos estudos de recepção no Brasil*, Porto Alegre, Sulinas

Jobim, Danton
1957 – *Intuduction au journalisme contemporain*, Paris, Librairie Nizet
1960 – *Espírito do Jornalismo*, Rio de Janeiro, São José
1964 – *Pedagogia del Periodismo*, Quito, Ciespal

Kafel, Mieczyslaw
1958 – La formation des journalistes en Pologne, in Desmond, Robert, ed. – *La formation des journalistes*, Paris, Unesco, p. 192-195
1961 – *Teoria y práctica de la prensa,* Quito, Ciespal
1967 – La enseñanza del periodismo en las democracias populares, in Benito, Angel, ed., *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Universidad de Navarra, p. 67-86

Kayser, Jacques
1953 – *Une semaine dans le monde*, Paris, UNESCO

1955 – *Mort d'une liberte*, Paris, Plon
1964 – *Estudios de prensa comparada*, Quito, Ciespal

Klimes, Vladimir
1967 – La enseñanza del periodismo en las democracias populares, In: Benito, Angel, ed. - *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, p.37-56
1970 –La formación de profesores de Periodismo en la Europa Central y Oriental, In: Benito, Angel, ed. – *Los profesores de Periodismo*, Pamplona, Universidad de Navarra, p. 63-68

Kunczik, Michal
1985 – *Communication and social change*, Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung

Kunsch, Margarida Maria Krohling
1997 – *Relações públicas e modernidade, novos paradigmas na comunicação organizacional*, São Paulo, Summus

Kunsch, Margarida Maria Krohling, org
1992 - *O ensino de comunicação, Análises, tendências e perspectivas*, São Paulo, ABECOM: ECA/USP
2007 – *Ensino de comunicação|Qualidade na formação acadêmico-profissional*, São Paulo, ECA/USP Intercom

Lakshmana Rao, Y. V.
1972 – *The practice of mass communication: some lessons from research*, Paris, Unesco

Lauf, Edmund
2005 - National diversity of Major International Journals in the Field of Communication, *Journal of communication*, vol: 55 nº 1, pág: 139 à 151.

Léauté, Jacques
1958 – *La formation des Journalies*, Paris, UNESCO

1967 – Formación espontânea o enseñanza del periodismo?, In: Benito, Angel, ed. - *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, p.37-56

Levy, Mark e Gurevitch, Michael
1994 – *Defining Media Studies*, Oxford, Oxford University Press

Lins da Silva, Carlos Eduardo, org
1978 – *Ecologia e sociedade, Uma introdução às implicações sociais da crise ambiental*, São Paulo, Loyola

Lins da Silva, Carlos Eduardo e Festa, Regina, orgs
1986 – *Comunicação Popular e alternativa no Brasil*, São Paulo, Paulinas

Loblich, Maria
2007 – German "Publizistikwissenschaft" and its shift from a humanistic to na emphirical academic discipline, *European Journal of Communication* 22(1): 69-88

Loblich, Maria e Scheu, Andrean
2011 – Writing the History of Communication Studies, *Communication Theory,* 21(1): 1-22

Lopes, Maria Immacolata Vassalo
1988 – *O rádio dos pobres, Comunicação de massa, ideologia e margilinidade social*, São Paulo, Loyola
1990 – *Pesquisa em comunicação, Formulação de um modelo metodológico*, São Paulo, Loyola

Lopes, Maria Immacolata Vassalo, org
1999 – *Vinte anos de ciências da comunicação no Brasil*, São Paulo, Intercom e USC
2003 – *Epistemologia da comunicação*, São Paulo, Loyola

Lopes, Maria Immacolata Vassalo e Buonanno, Milly, orgs
2000 – *Comunicação no plural, Estudos de comunicação no Brasil e na Itália*, São Paulo, Intercom/EDUC

Lopes, Maria Immacolata Vassalo e outros
2005 – *Pensamento comunicacional brasileiro*, São Paulo, Intercom

López, Enrique Martin
1992 – Hacia una sociologia de la prensa, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 57, p. 247-259

Mansell, Robin e Wehn, Uta
1998 – *Knowledge Societies: information technology for sustainable development*, New York, Oxford University Press

Maranhão Filho, Luiz
2010 – *Os efeitos da publicidade e a proteção do consumidor*, Recife, FMN

Marcondes Filho, Ciro
1982 – *O discurso sufocado*, São Paulo, Loyola

Marques de Melo, José
1966 - Ciências da Informação: Classificação e Conceitos, *Comunicações e Problemas*, vol: II, nº 2, pág: 71 à 91.
1972 – *Estudos de Jornalismo Comparado*, São Paulo, LPE
1974 – *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*, São Paulo, Paulinas
1980 – *Comunicação e classes subalternas*, São Paulo, Cortez
1981a – *Populismo e comunicação*, São Paulo, Cortez
1981b – *Comunicação & libertação*, Petrópolis, Vozes
1996 - Difusão dos paradigmas da escola latinoamericana de comunicação nas universidades brasileiras, *Comunicação e Sociedade*, nº 25, pág: 11 à 20.
1999 - O grupo comunicacional de São Bernardo : ideias hegemônicas e perfil sociográfico, *Revista Brasileira de ciências da Comunicação*, volume XXII, nº 1, pág: 57 à 68.

2003 – *História do pensamento comunicacional*, São Paulo, Paulus
2006 – *Teoria do jornalismo*, São Paulo, Paulus
2007 - James Halloran, o homem e o mito, *Revista Argentina de comunicación*, año 2, nº 2, pág: 229 à 238.
2008a – *História política das ciências da comunicação*, Rio de Janeiro, Mauad X
2008b – *Mídia e cultura popular, história, taxionomia e metodologia da folkcomunicaçã*o, São Paulo, Paulus
2009 - Ciências da Comunicação na América Latina: O papel histórico do CIESPAL (1959-2009), *Ciencias de la comunicación*, nº 11, ALAIC, pág: 12 à 26.
2010 – *Os caminhos cruzados da comunicação, política, economia e cultura*, São Paulo, Paulus
2010 - Espaço, tempo e movimento: contribuições de Manuel Correia de Andrade para a Geografia da Comunicação, *ALCEU Revista de Comunicação, Cultura e Política*, vol: 10, nº 20, pág: 82 à 99.
2011 – Arthur Ramos e a comunicação, In: Barros, Luitgarde, ed. – *Arthur Ramos*, Rio de Janeiro, (no prelo)

Marques de Melo, José e Adami, Antonio
2004 - *São Paulo na Idade Mídia*, São Paulo, Arte e Ciência

Marques de Melo, José e Castelo Branco, Samantha
1998 – *Pensamento comunicacional brasileiro, o grupo de São Bernardo*, São Paulo, UMESP

Marques de Melo, José e Dencker, Ada
1984 – *Inventário da pesquisa em comunicação no Brasil*, São Paulo, PORT--COM, Intercom/ALAIC/CIID/CNPq

Marques de Melo, José e Duarte, Jorge
2001 – *Os grupos do centro oeste*, Brasília, UniCEUB

Marques de Melo, José e Gobbi, Maria Cristina
2004 – *Pensamento comunicacional latinoamericano*, *da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*, São Bernardo do Campo, UMESP/Cátedra UNESCO
1999 – *Gênese do pensamento comunicacional latinoamericano, o protagonismo das instituições pioneiras CIESPAL, ICINFORM, ININCO*, São Bernardo do Campo, UMESP/Cátedra UNESCO

Marques de Melo, José e Rahde, Maria Beatriz F.
1997 – *Memória das ciências da comunicação no Brasil, o grupo gaúcho*, Porto Alegre, Edipucrs

Marques de Melo, José e Trigueiro, Osvaldo
2007 – *Luiz Beltrão, pioneiro das ciências da comunicação no Brasil*, João Pessoa, Editora Universitária da UFPB e Intercom

Marques de Melo, José e outros
1976 – *Comunicação/incomunicação no Brasil*, São Paulo, Loyola
1978 – *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*, Petrópolis, Vozes
1983 – *Pesquisa em comunicação no Brasil, tendências e perspectivas*, São Paulo, Cortez e Intercom
2001 – *Contribuições brasileiras*, *ao pensamento comunicacional latinoamericano*, São Paulo, Cátedra UNESCO e UMESP
2003 – *Comunicação latinoamericana, o protagonismo feminino*, São Bernardo do Campo, UMESP/Adamantina e FAI
2006a – *Educomídia alavanca da cidadania, o legado utópico de Mário Kaplún*, São Bernardo do Campo, UMESP/Cátedra UNESCO
2006b – *Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras*, São Paulo, Angellara
2008a – *O campo da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes
2008b – *A diáspora comunicacional que se fez na escola latinoamericana, as ideias de Eliseo Verón*, São Bernardo do Campo, UMESP

2010 – *Do jornalismo à comunicação, 50 anos de estudos midiáticos na América Latina*, São Bernardo do Campo, UMESP
2010 - *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil* – volume 2 – memória das associações científicas e acadêmicas da comunicação no Brasil.

Mattelart, Armand
1995 - *La invención de la comunicación: traducción, notas y aportaciones bibliográficas de Gilles Multigner*, Barcelona, Bosch Casa Editorial

Mattelart, Armand e Siegelaub, Seth
1979 - *Communication and class struggle: 1 – Capitalism, Imperialism,* New York , I.G Editions

Mattelant, Michéle et Armand
1999 – *História das teorias da comunicação*, São Paulo, Loyola

McLuhan, Marshall
'95' – *The Mechanical Bride*, Boston, Beacon Press

McQuail, Denis
2003 – *Teoria da comunicação de massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Miége, Bernard
1996 – *El pensamiento comunicacional*, Col. Lomas de Santa Fe, Universidad Iberoamericana/UNESCO
2000 – *O pensamento comunicacional*, Petrópolis, Vozes
2004 – *Línformation – communication, object de connaissance*, Bruxelas, De Boek

Moragas Spa, Miguel
1976 – *Semiótica y comuniación de massas*, Barcelona, Península
1981 – *Teorías de la comunicación*, Barcelona, MassMedia

Morin, Edgar
1972 – *Cultura e comunicação*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas

Mucchielli, Alex
1995 – *Les sciences de l'information et de la communication,* Paris, Hachette

Nixon, Raymond
1963 – *Investigaciones sobre comunicación colectiva, rumbos y tendências*, Quito, Ciespal
1974 – La enseñanza del periodismo en América Latina, *Comunicación y cultura*, Buenos Aires, Galerna, p; 197-212

Noelle, Elisabeth
1963 – *Encuestas em la sociedad de masas*, Madrid, Alianza

Nordenstreng, Kaarle
1989 – *IAMCR Dossier*, Praga, IJI
1990 – Reports on journalism education in Europe, Tapereen, UTDJMC
2008 – Institutional networking: the History of the International Association for Media and Communicaion Research, in Park & Pooley – *The History of media and communication research: contested memories*, New York, Peter Lang

Nuzzi, Erasmo de Freitas
1997 – *História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero,* São Paulo, Ágil Gráfica Editora

Olivesi, Stéphane
2006 – *Sciences de l'information et de la communication*, Grenoble, Presse universitaires de Grenoble

Orozco, Guillermo
1997 – *La investigación de la comunicación dentro y fuera de América Latina*, La Plata, EPC

Ortiz, Renato
1983 – *Pierre Bourdieu*, São Paulo, Ática

1988 – *A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural*¸ São Paulo, Brasiliense

Park, D. & Pooley, I.
2008 – *The History of media and communication research: contested memories*, New York, Peter Lang

Pfau, Michael
2008 – Epistemological and Disciplinary Intersections, *Journal of Communication* 58(4): 597-602

Pfromm Netto, Samuel
1972 – *Comunicação de massa*, São Paulo, Pioneira Editora da USP
1976 – *Tecnologia da educação e comunicação de massa*, São Paulo, Pioneira Editora da USP
1998 – *Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema*, Campinas, Editora Alínea

Pignatari, Décio
1974 – *Semiótica e literatura,* São Paulo, Perspectiva

Pinsky, Carla
2006 – *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto

Pinto, Virgilio Noya
1967 – História, juventude e comunicações, *Revista da Escola de Comunicações Culturais,* 1, p. 173-182, São Paulo, ECC-USP

1986 – *Coimunicação e cultura brasileira*, São Paulo, Áica

Pooley, Jefferson e outro
2008 - Further notes on why american sociology abandoned mass communication research, *Journal of communication*, vol: 58, nº 4, pág: 767 à 786.

Portella, Eduardo
1970 – *Teoria da comunicação literária,* Rio de Janeiro, TB

Prakke, H e outros
1977 - *Comunicación social: introducción a la publicística funcional*, Madrid, Artes gráficas Toledo

Pross, Harry e Beth, Hanno
1987 – *Introdución a la ciencia de la comunicación*, Barcelona, Anthropos

Putnam, Linda M
2001 - Shifting voices, oppositional discourse, and new visions for communication studies, *Journal of communication,* vol: 51, nº 1, pág: 38 à 51.

Quintiliano, Marcos Tulio
1996 – *Instituciones Oratoria - Obra completa en el XIX Centenario de su muerte*, Salamanca, PUC, 5 vols.

Rector, Monica e Neiva, Eduardo
1995 – *Comunicação na era pós-moderna*, Rio de Janeiro, Vozes

Redondo Garcia, Emilio
1959 – *Educacion y comunicacion*, Madrid, CSIC e Instituto San Jose de Calasanz

Rodrigues, Honório José
1966 – *Vida e história*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira
1969- *Teoria do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional

Roegele, Otto
1967 – Instrucción y formación del periodista em Alemania, In: Benito, Angel, ed. - *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, p.37-56

Rogers, Everett
1994 – *A History of Comunication Study*, New York, Macmillan Inc.
1999 - Anatomy of the two subdisciplines of communication study,

Rogers, Everett M. e Steinfatt, Thomas M.
1999 – *Intercultural Communication*, Illinois, Waveland Press, Inc.
Human Communication Research, vol: 25, nº 4, págs: 618 à 633.

Rubim, Antonio Albino
1980 – *História e comunicação no capitalismo,* João Pessoa, Editora Universitária
1988 – *Comunicação e capitalismo*, Salvador, Centro editorial e didático da UFBA

Rudiger, Francisco
2002 – *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação social*, São Leopoldo,UNISINOS

Santaella, Maria Lúcia
1980 – *Produção de linguagem e ideologia*, São Paulo, Cortez Editora
1992 – *Cultura das mídias*, São Paulo, Razão Social
2005 – *Por que as comunicações e as artes estão convergindo?*, São Paulo, Paulus

Santaella, Maria Lúcia e Vieira, Jorge Albuquerque
2008 – *Metaciência: como guia da pesquisa,uma proposta semiótica e sistêmica*, São Paulo, Mérito

Santoro, Luiz Fernando
1989 – *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*, São Paulo, Summus

Santos, Boaventura De Sousa
1996 – *Um discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento

Schaden, Egon
1974 - A antropologia da comunicação e a cultura eurotropical do Brasil, *Contribuição paulista à tropicologia: trabalhos apresentados ao Seminário de Tropicologia da UFPE, pág:127 à 147*São Paulo, Pioneira

Schramm, Wilbur
1964 – *Panorama da comunicação coletiva*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura

Sodré, Muniz
1972 - Por que uma escola de comunicação?, *Revista de Cultura Vozes*, vol: LXVI, nº 8, pág: 21 à 26.
2009 – *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*, Petrópolis, Vozes

Sommerland, E.
1958 – La formation des journalistes en Australie et Nouvelle-Zélande, in Desmond, Robert,ed. - *La formation des journalistes*, Paris, Unesco, p. 224-225
1965 – *La formation professionelle em matière d´informattion*, Paris, Unesco

Sousa, Jorge Pedro
2006 – *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*, Porto, UFP
2010 - Sociologia da comunicação: o trabalho pioneiro de José Júlio Gonçalves em Portugal, *Comunicação & Sociedade*, ano 31, nº 53, pág: 123 à 144.

Storey, John
1996 - *What is cultural studies? A reader*, New York, St Martin Press

Tai, Zixue
2009 - The structure of knowledge and dynamics of scholarly communication in agenda setting research, 1996-2005, *Journal of communication*, vol: 59, nº 3, pág: 481 à 513.

Terrou, Fernand
1958 – Formation professionelle des journalistes et recherche de l´information, In; Desmond, Robert, ed. – *La formation des journalistes*, Paris, UNESCO, p. 67-75
1964 – *A informação*, São Paulo, Difusão Européia do Livro

Thoveron, Gabriel
1997 – *Histoire des médias: Mémo*, Bruxelas, Seuil

Tolson, Andrew
1996 – *Mediations: Text and Discourse in media studies*, New York, St. Martin Press

Topus, Hifzi
1970 – La formación de profesores de Periodismo em Ásia y África, In: Benito, Angel, ed. – *Los profesores de Periodismo*, Pamplona, Universidad de Navarra, p. 145-154

UNESCO
1957 – *Recherches actuelles sur lês moyens d´information*, Paris
1962 – *Les moyens d´information dans les pays em voie dedéveloppement*, Paris
1963 – *L´éducation sociale por ta television*, Paris
1965 – *La formation professionelle em matière d´information*, Paris

Wahl-Jorgensen, Karin
2004 - How not to found a field: new evidence on the origins of mass communication research, *Journal of communication*, vol: 54, nº 3, pág: 547 à 564.

Weber, Maria Helena e outros
2002 – *Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação*, Porto Alegre, Sulina

Wilke, Jürgen
1992 – *Massenmedien in lateinamerika*, Frankfurt, Verveurt

Williams, Raymond
1981 – *Historia de la comunicacion: del lenguaje a la escritura – vol 1*, Barcelona, Bosch Casa Editorial
1992 – *Historia de la comunicacion: de la imprenta a nuestros dias – vol 2*, Barcelona, Bosch Casa Editorial

Williams, Sara Lookwood
1929 – *Twenty years of education for journalism*, Missouri, University of Missouri

Wolf, Mauro
1987 – *Teorias da comunicação*, Lisboa, Editorial Presença
1997 - La investigació sobre mitjans de comunicació a Itália , *Análisi quaderns de comunicació I cultura*, nº 21, pág: 211 à 220.

Wolton, Dominique
1999 – *Pensar a comunicação*, São Paulo, Difel

Wright Mills, C.
1972 – *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar

Xifra, Jordi
2006 - Pioneros e ignorados: La escuela de París y la doctrina europea de lãs relaciones públicas, *Ámbitos Revista internacional de comunicación*, nº 15, pág: 449 à 460.

Zelizer, Barbie
2008 - How communication, culture, and critique intersect in the study of journalism, *Communication, culture & critique*, vol: 1, nº 1, pág: 86 à 91.

1.2 A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio[1]

Marialva Carlos Barbosa (UTP) [2]

Costumo dizer que o século XXI é o século da Comunicação como lugar de pesquisa, tal como foi o século XVII para a instituição da ideia de ciência e o século XIX para a formação e desenvolvimento das pesquisas em torno do universo histórico.

O mundo em que nos movimentamos, hoje, é um mundo comunicacional. Próteses as mais variadas fazem parte do nosso dia a dia de forma a tornar ainda mais eficiente o nosso ato de se comunicar. Podemos ler sob a superfície plana e iluminada de um *IPad*; podemos ver e falar com aqueles que estão distantes, usando o computador como interface; usamos

1. Conferência realizada na abertura do INTERCOM SUL 2011. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 26 de maio de 2011, com o título original "Reflexões em torno da comunicação no Brasil".

2. Diretora Científica da INTERCOM (2008-2011). Professora do Programa de Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

o telefone celular para muitos atos cotidianos, nos quais a comunicação é o ator chave e central.

Podemos dizer que, nos últimos 20 anos, o mundo passou por extraordinárias transformações em função de um estonteante desenvolvimento tecnológico. E a comunicação assumiu a dianteira desse processo: passamos de um mundo analógico a um mundo digital, em que as noções de tempo e espaço mudaram radicalmente.

Mas, todo esse processo começou há muito tempo. A rigor, o século XX se constituiu como tempo de preparação para o mundo que viria depois, mas que assolado pelas misérias que passaram a fazer parte de um cotidiano de discórdias e de lutas, fez dele uma "era de extremos", como conceitua Eric Hobsbawm (1995).

Mesmo assim, diante de um cenário de crises crescentes, assistimos, no final dos anos 1980 do século passado, os gritos de uma revolução tecnológica que tornaria o mundo cada vez mais próximo e com a possibilidade de inserir, no mundo privado do lar, as tecnologias da informática e de acoplar ao corpo novas próteses comunicacionais. Tudo com o objetivo de tornar mais eficiente o ato de se comunicar: aliás, esse é, em síntese, o objetivo de toda a história da comunicação humana.

Diante de um mundo comunicacional, de mudanças extraordinárias que acontecem, a cada instante, de transformações que possibilitaram a desconstrução de ideias tradicionais como a de tempo e de espaço, modificando, radicalmente, nossas percepções e os conceitos sobre esses conectores, a pesquisa em comunicação assume lugar de ponta no cenário científico.

Hoje, ninguém tem dúvida da importância da pesquisa na área, já que a comunicação, como afirma Santaella (2001, p. 75-76), constitui-se como central para todas as outras ciências humanas, avançando até mesmo dentro de algumas ciências naturais. Enfim, o fenômeno comunicacional está presente de maneira onipresente em múltiplos setores da vida social, em várias áreas de conhecimento e como área de saber acopla-se a disciplinas já consolidadas e àquelas que emergem num mundo marcado por cenários de transformação.

Hoje, os atos comunicacionais possibilitados pelas tecnologias permitem suprimir espaços e o velho sonho de estar em todos os lugares, como num passe de mágica, torna-se possibilidade real. E o conector tempo, que nos envolve a todos, em função das possibilidades tecnológicas, ganha novas dimensões. O 'tempo mundo', aquele que dá a impressão de conectar a todos num mesmo presente estendido, passa a ser o dominante. E, na cena dos meios de comunicação, o tempo apresentado como real aparece como ultra-atual, tendo-se a impressão de que não existe nenhuma decalagem nos minutos que nos acompanham.

Na televisão, por exemplo, assiste-se a substituição do ao vivo pelo ultra-atual, mesmo quando as equipes de jornalismo não têm a possibilidade de estar na cena dos acontecimentos. Câmeras em *laptops* e em celulares dos jornalistas e as imagens produzidas pelo público suprem a ausência, colocando-nos sempre em presença. O público, transformado em produtor da informação, munido de seus celulares que podem filmar e fotografar cenas extraordinárias de um mundo em crise registra, minuto a minuto, aquilo que choca a sua rotina e que poderá vir a chocar outras pessoas, elas também são público dos meios de comunicação.

As cenas esmaecidas, muitas vezes trêmulas, desfocadas, com pouca qualidade técnica, assumem, neste momento, o padrão de qualidade das emissoras de televisão: o que importa é divulgar o 'ultra-atual'.

Mas, o que todo este preâmbulo significa numa palestra, cujo objetivo é refletir sobre as pesquisas em comunicação no Brasil? Esse breve diagnóstico mostra, em primeiro lugar, a centralidade das reflexões em torno dos fenômenos da comunicação no século XXI e as razões do extraordinário impulso das pesquisas, na área, nos últimos anos.

É um pouco desse crescimento histórico do campo da comunicação e das suas pesquisas que me ocupo a seguir.

Comunicação: de área jovem à área consolidada

No início dos anos 1990, com pouco menos de 20 anos do início dos estudos pós-graduados, na área, poucas eram as pós-graduações em Comunicação existentes no país e, ainda, havia muita dificuldade, mesmo entre os pesquisadores, em definir de que se ocupava a reflexão teórica dos estudos de comunicação. A necessidade de delimitar, claramente, do que tratavam as pesquisas na área (por uma questão de natureza política) levou a algumas idiossincrasias, como aquelas que, inicialmente, procuraram afastar da comunicação os diálogos sempre vigorosos e históricos com outras disciplinas.

Desde os anos 1970, quando surgiram às primeiras pós-graduações em comunicação, no país, os estudos da área se caracterizaram por importantes e decisivas parcerias com outras áreas de saberes. Os chamados bons vizinhos da comunicação – Letras/Literatura, Filosofia, Sociologia, com mais força, História, Antropologia, Ciências Políticas, com menos intensidade, entre outros – permitiram a ampliação dos temas abordados e, sobretudo, produziram as primeiras pesquisas com densidade teórica suficiente para ocuparem, hoje, o lugar de históricas. Estou me referindo, por exemplo, ao livro pioneiro de Muniz Sodré, **Comunicação do Grotesco**; aos textos fundamentais de Milton José Pinto, sobre a questão discursiva; à coleção "Novas Perspectivas em Comunicação", no qual este teórico, falecido há pouco, e a quem rendo minhas homenagens, dedicava-se com afinco a trazer para as discussões da área textos de Todorov, Genette, Umberto Eco e Roland Barthes, entre outros. Não poderia deixar de me referir aos livros pioneiros de José Marques de Melo, fundador da INTERCOM, enfrentando com vigor as pesquisas empíricas, realizando trabalhos de comunicação comparada, que hoje são clássicos na comunicação.

Aliás, gostaria de fazer um parêntese, numa breve, mas justa referência ao Professor José Marques de Melo: fundador da INTERCOM.

Há mais de 30 anos, ele foi o responsável decisivo por toda a institucionalização da área. Por isso, quando, hoje, vejo pesquisadores que mal saíram dos bancos do doutorado, espécies de arrivistas que querem o reconhecimento, sem trilhar a trajetória necessária a todo percurso do reconhecimento, ousando criticar o Professor José Marque de Melo, que é responsável pela institucionalização de nossa área, vejo o quanto a falta de uma visão que reconheça o passado, como lugar fundador, produz desvios que qualifico, por uma questão de educação, como desvios "de caminho".

A natureza *presentista* dos estudos de comunicação nos leva, também, a esquecer, muitas vezes, a historicidade dos processos de constituição do próprio campo e reinventar teorias e reflexões que já estavam postas à mesa há muitas décadas. O fato de começarmos, muitas vezes, de um novo marco zero, a cada dia, também trouxe (e traz) enormes dificuldades.

Durante muitos anos, clamamos pela juventude da comunicação. Hoje, esse clamor não só não é mais possível, como parece algo anacrônico. A comunicação não é uma área jovem, não é um campo em formação: é uma área constituída, há décadas, com milhares de pesquisadores, com mais de 40 programas de pós-graduação em todas as regiões do país, realizando pesquisas fundamentais para refletir sobre o mundo em que vivemos.

Hoje, não temos dúvida de que as reflexões se direcionam para duas grandes questões que funcionam como espécies de balizas teóricas: estudamos processos e sistemas comunicacionais. Processos que se materializam nas análises daquilo que emana, sob os mais variados aspectos, dos meios de comunicação: sejam seus discursos, suas práticas, sua dimensão institucional, sua dimensão pragmática ou dos atores nas dinâmicas da comunicação. Estudamos, também, os múltiplos sistemas de comunicação que dialogam com as práticas em nosso cotidiano. Esses sistemas podem ser pensados, tal como fez Barbero (2004, p. 230), como um mapa que se movimenta sobre dois eixos: um histórico de longa duração, tensionado entre as Matrizes Culturais e os Formatos Industriais – e outro sincrônico, dando conta das Lógicas de Produção em sua relação com o

que chama Competências de Recepção e Consumo. Pensar a comunicação como sistema desvela uma multiplicidade de atos que não se reduzem aos produtores, nem aos consumidores, mas a própria *processualidade* dos fazeres e dizeres comunicacionais.

Outra dificuldade que enfrentamos, nesse percurso de consolidação, referiu-se ao fato de estar acoplada às Ciências Sociais Aplicadas: a ideia de uma ciência com aplicabilidade prática, aliada à dimensão extremamente valorizada da prática da comunicação, como um saber eminentemente técnico, desvirtuou, durante muito tempo, a área e estabeleceu uma dicotomia divergente entre o saber teórico e o saber prático, como se fosse possível pensar qualquer prática sem a teoria, isto é, sem o saber reflexivo que a acompanha. E uma das dificuldades enfrentadas pelos professores de graduação, logo nos períodos iniciais, é tentar fazer o aluno compreender a importância da teoria para o exercício de uma profissão, cujo domínio da técnica é apresentado como fundamental.

Em outras áreas parece claro que a dimensão teórica é parte integrante do saber fazer: ninguém se espanta ao saber que o engenheiro deve conhecer teoria de cálculo, que o médico deve saber profundamente anatomia, que o advogado deve estar familiarizado, por exemplo, com a teoria do direito civil. Mas, na comunicação, o jovem aspirante à jornalista, a publicitário, entre outros, custa a compreender para que "servem" as teorias da comunicação, as teorias do jornalismo, a história da comunicação, a filosofia da comunicação, ou seja, qual a importância do saber reflexivo que emana da comunicação.

Outro aspecto que gostaria de enfatizar, nesta minha fala que, por um vício profissional, destaca os pressupostos históricos de constituição da Comunicação como saber científico, diz respeito às formas como foram se agrupando as pesquisas ao longo das décadas.

Não apenas no bojo dos modismos que, muitas vezes, trazem para o campo a primazia de um olhar, a pesquisa em comunicação seguiu, na América Latina, de maneira geral, e no Brasil, de maneira particular, um movimento de temas, teorias e olhares que se conectava, diretamente, ao momento histórico em que se vivia.

Se nos anos 1970, como nos mostra Christa Berger (1999), por força do momento político, econômico e cultural, havia a prevalência do que chamou "pesquisa crítica e de denúncia", nos anos 1980, florescem os estudos que enxergam o poder libertador nas possibilidades da comunicação: proliferam as análises da chamada comunicação subalterna, popular, tendo como foco dominante a perspectiva de que a ação dos sujeitos comuns engajados, nesse processo, poderia transformar o mundo. E as análises teóricas confundem-se com o *denuncismo*: se num primeiro momento, o inimigo eram os meios massivos (notadamente, a televisão, com seu poder manipulador, o que precisaria ser denunciado) e o capitalismo financeiro norte-americano, que promovia uma espécie de *anestesiamento* das ações; num segundo momento, aposta-se na possibilidade libertadora dos meios de comunicação se produzidos por mãos menos comprometidas com o estado demiurgo.

Podemos dizer que, tanto na década de 1970 quanto nos anos 1980, as pesquisas em comunicação seguem a perspectiva ou do enfoque funcionalista simplificado, como alerta Berger, ou do "esclarecimento e da intervenção contestatória" e será, nessa perspectiva, que a 'indústria cultural' será estudada, produzindo o que, para a autora, seria a matriz do pensamento comunicacional na América Latina: a pesquisa crítica e de denúncia (1999, p. 8).

Há razões históricas para este movimento: a "denúncia esclarecida" parece ser o comportamento político mais próprio para um momento, em que se passa de um giro pela esquerda, que tomou conta da Europa e da América Latina, nos anos 1960, para a emergência de ditaduras que anestesiaram as falas mais libertadoras do Cone Sul. Enfrentando o *amordaçamento* dos tempos de ditadura, parece claro que a posição dos intelectuais engajados, nesse processo, tomasse a face do comprometimento, seja via denúncia relacionada ao papel anestesiador dos meios, seja via construção de possibilidades de uma comunicação que encontrasse uma terceira via.

Numa análise crítica altamente esclarecedora, Berger, num texto que tomo como referência e considero emblemático para o diagnóstico da

pesquisa em comunicação, publicado no final dos anos 1990, completava:

> Chegamos, assim, aos anos 90, carregados de livros-panfletos que nos ensinaram sobre os sistemas de comunicação e seu poder de manipulação ideológica; na bagagem se confundem, ainda, relatórios, projetos e cartas de intenção de intelectuais ativos e governantes, com manuais de outros intelectuais, também atuantes, para produzir um jornal alternativo, uma rádio clandestina ou um mural junto com o povo (1999, p. 8-9).

No alvorecer do novo século, num momento em que se dava primeiro o crescimento das pós-graduações em comunicação, no país, com a criação de novos programas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Paraná, observávamos, também, a abertura do leque temático das pesquisas na área de comunicação e certo apagamento da marca política inicial dos estudos da área.

Num texto que produzi, no início dos anos 2000, fiz um diagnóstico da pesquisa em comunicação, no Brasil, no qual enfatizava a importância que os pesquisadores passaram, naquele momento, a dar à questão do poder e da cultura, envolvendo os processos de produção interna e os contextos econômicos externos, nos quais os meios de comunicação operavam. Com isso, perderam terreno as teorias sobre dominação e os pesquisadores abandonaram o tom retórico e o debate ideológico em favor de métodos de investigação, como estudos de campo, análises de políticas de comunicação e dos efeitos da mídia, entre outros.

Passados mais de dez anos daquele momento e com o distanciamento crítico que o tempo permite fundar, o meu olhar sobre a década de 1990 não é tão otimista como era então. Apesar de ter ponderado que havia entre os pesquisadores brasileiros mais dúvidas do que certezas, eu considerava fundamental que se fizesse análises menos holísticas de nossas temáticas e que se levasse em conta as especificidades das sociedades latino-americanas. Ainda que os modelos teóricos pudessem ser

universais, havia que se considerar a realidade multifacetada e complexa dessas sociedades e, sobretudo, a historicidade dos processos e sistemas de comunicação que se constituíram em territórios simbólicos específicos (BARBOSA, 2002).

Christa Berger foi menos otimista em relação aos anos 1990 e, em decorrência, foi mais feliz no seu diagnóstico no que diz respeito às pesquisas na área. Nos anos 1990, diagnosticava, "os centros de pesquisa se transformam em instituições administrativas que lutam por sobreviver, as disputas de ideias vão sendo substituídas por disputas de espaço, o intelectual crítico dá lugar ao especialista técnico, e a política como ponto de vista privilegiado de reflexão sobre a comunicação é trocada pelo *marketing* como instrumento de atuação eficiente" (1999, p. 9-10)

A sua avaliação não só é correta, como também é de uma lucidez digna de reverência. Realmente, os anos 1990 viram surgir, em muitas universidades, em muitas pós-graduações, uma pesquisa utilitária, com temáticas que se perdiam em modismos sem densidade e no qual se observava o que Berger chamou de *desideologização* do discurso acadêmico. O perigo era os pesquisadores darem às costas aos problemas sociais, passando a comprometer-se apenas com as demandas propostas pelo mercado (BERGER, 1999, p. 11). Mas, o que se observou foi, ainda, mais drástico: a proliferação da pesquisa pela pesquisa, certa *espetacularização* dos temas de pesquisa, ignorando-se, muitas vezes, que a pesquisa possibilita sempre uma interpretação transformadora que começa, invariavelmente, na compreensão dos fenômenos do mundo que chamamos contemporâneo.

Mas, não é só essa tendência que marcou as pesquisas de comunicação no final do século XX. De modo positivo, observamos, também, a emergência, ou melhor, o acoplamento da questão cultural às temáticas da comunicação o que resultou na complexidade dos olhares, no alargamento das abordagens, na compreensão mais precisa dos fenômenos comunicacionais. A introdução do paradigma cultural significou também a adoção de uma abordagem teórica mais sofisticada nos estudos, permitindo o alargamento das temáticas, ampliando-se o leque das pesquisas, sobretudo a

partir da reinterpretação do conceito de dominação cultural, no âmbito das pesquisas sobre audiência, telenovelas, fluxos da informação. O conceito de resistência tão caro aos historiadores e antropólogos, nos anos 1990, transformou-se no âmbito da comunicação nos estudos que incluíam o público como ator multifacetado e ativo dos processos de comunicação.

Não precisamos mais ter medo do contágio...

Chegamos ao século XXI convencidos de que a Comunicação é o campo mais importante dos estudos da chamada área das humanidades. Por outro lado, a clareza do nosso objeto, de nossas temáticas e de nossos problemas de pesquisa permite-nos aproximar dos chamados "bons vizinhos da comunicação". Definida a nossa fatia, no bolo da ciência, delimitado o nosso universo de pesquisa e conhecimento, não há mais por que nos afastarmos de outros campos de saberes.

Por outro lado, a emergência de um mundo no qual as referências se mesclam em busca de uma melhor compreensão dos fenômenos sociais, torna anacrônico o discurso que postula um lugar próprio sem contaminação ou contágio de outras áreas teóricas. Por tudo isso, cada vez mais se clama por inter, multi, transdisciplinaridade.

Num outro texto de diagnóstico do chamado campo da comunicação, explicava, já no início dos anos 2000, que a extensão ilimitada dos fenômenos associados à palavra comunicação; se por um lado, desqualificava a ideia de *disciplinaridade*, por outro, aproximava os paradigmas do campo da comunicação de outros saberes, que se formaram na confluência de "novas abordagens, novos métodos e novos objetos", utilizando-se, aqui, a tríade clássica para os historiadores, proposta na obra organizada por Jacques Le Goff no início dos anos 1970 (BARBOSA, 2000).

Naquele momento, enfatizava que essa constatação não desqualificava a comunicação como lugar de constituição de um saber próprio, mas estava apenas enfatizando a necessidade de se construir este lugar,

a partir da ideia de transdisciplinaridade[3]. Nesse mesmo texto, afirmava que a consolidação da comunicação como campo de saber (como qualquer outro campo de conhecimento científico) deveria considerar dois aspectos: a trajetória histórica de constituição do próprio campo e as lutas e embates claros ou sub-reptícios travados ao longo deste percurso.

Considerando a comunicação como uma relação de natureza social, em consonância com o lugar onde ela se dá, com a história daquela sociedade, com os mecanismos de constituição das visões de mundo daquele espaço social, com os modelos mais interiores de percepção de um mundo igualmente social ou de uma sociabilidade mais abrangente, que visualiza um processo complexo, enfatizamos o fato que essa relação perpassa vários saberes.

A comunicação diz respeito a um ato comunicativo, a uma linguagem, a uma construção, a um sujeito e a uma história, com todas as implicações – culturais e políticas – que estas correlações produzem. Uma linguagem que não é suporte de mera representação do mundo, mas de compreensão de um mundo e repleto de sujeitos, que pensam, agem, têm sentimentos e relacionam-se entre si.

Nesse sentido, hoje, não mais negamos que a Comunicação é um saber que se vale de outros objetos, outros métodos, novas abordagens e, sobretudo, novos olhares, em um campo em permanente processo de mutabilidade. Em relação a esse saber, podemos afirmar que já se consolidou como campo de teórico e de conhecimento próprio, deixando de ser considerado como mero suporte de conhecimento e de ação para outras disciplinas. Hoje, reconhecemos esse campo sem ter medo do contágio e isso privilegia a ideia de síntese, sem, entretanto, perder a natureza transdisciplinar, numa visão que considera a complexidade social.

---

3. Sobre a questão da transdisciplinaridade e suas diferenças em relação à interdisciplinaridade cf. MORIN, Edgar. "Sur la transciplinarité". In: **Guerre et Paix entre les sciences**. Disciplinarité, inter-et-transdisciplinarité Paris: La Découverte/MAUSS, 1997.

Portanto, pensar em comunicação não é apenas pensar um ato que deixa a mostra o diálogo. Pensar a comunicação é pensar a construção de espaços comuns. É nesse sentido que a sua reflexão teórico-conceitual não deve se direcionar apenas para formatos ou para processos comunicacionais desenvolvidos na cena mais evidente dos meios de comunicação. Há que se considerar, também, não ser possível fazer tábua rasa dos conhecimentos anteriores, como se as reflexões de hoje fossem fundadora do "grau zero de nossa escrita", nos apropriando, aqui, da expressão que deu nome ao livro de Barthes. Outros produziram saberes que devem ser considerados e reconhecidos.

Gostaria de introduzir, aqui, uma última discussão: pensar a comunicação como conversação, no sentido amplo do termo, isto é, em termos de trocas do si e do outro, do si e do mundo, num processo hermenêutico de produção do conhecimento, a partir dos lugares intercambiáveis do mundo. Um mundo que é texto, que se faz texto, que volta a ser texto (RICOEUR, 1997).

Não se trata de apenas inserir a lógica da pragmática da comunicação em seus dois planos possíveis: num primeiro, sujeitos comuns que falam e o contexto de interlocução como lugar decisivo da compreensão; num segundo, visualizar a situação de comunicação em toda a sua complexidade, evocando o contexto de enunciação, as competências ideológicas e culturais dos interlocutores, as determinações psicológicas, os filtros de interpretação que se interpõem entre as mensagens trocadas. Trata-se de pensar a comunicação num mundo como narrativa, isto é, lugar histórico, no qual está sempre presente a tentativa de explicação e compreensão.

O caminho é pensar a relação comunicacional, ou seja, o sujeito em relação. Enfocar os processos comunicacionais em relação é, por exemplo, refletir sobre a relação sujeito *versus* redes tecnológicas. Através da escrita, da impressão, da difusão impressa, dos meios eletros-acústicos e dos meios informatizados temos a relação do homem com um mundo construído para além do ser e do conhecimento que brotava em sua mente, para brotar nas tecnologias que ele mesmo produziu (e produz).

Tecnologias que alargam as suas possibilidades como ser comunicacional. Tecnologias que produzem formas através das quais desenvolvemos determinadas capacidades cognitivas.

O mundo teórico da comunicação diz respeito, portanto, a uma relação fundamental: a esfera das ideias em relação com a mídia e com a chamada biosfera, ou seja, o mundo no qual esse ser humano vive em relação e no qual as suas ideias se constituem em relação. O mundo teórico da comunicação diz respeito às *performances* comunicacionais, de um sujeito a outro; mas, também, de redes de sujeitos, as interfaces entre o mundo e os sujeitos. Trata-se do sujeito nas relações, partindo do pressuposto de que o sujeito isolado só existe na ficção. O mundo comunicacional é o mundo teórico das relações.

Referências

MARTÍN-BARBERO, Jesús (2004). **Ofício de cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola.

BARBOSA, Marialva (2000). **Comunicação**: a consolidação de uma interdisciplina como paradigma da construção do campo comunicacional In: V Congresso da Associação Latinoamericana de ciências de Comunicação, 2000, Santiago. Anais do V Congresso da ALAIC.

BARBOSA, Marialva (2002). **Conceitos, armadilhas, olhares**: apontamentos metodológicos para a consolidação de um campo transdisciplinar. Anais do VI Congreso latinoamericano de investigadores de la comunicacion, 2002.

BERGER, Christa (1999). Crítica, perplexa, de intervenção e de denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina. In: **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 6, p. 1-15, julho/dezembro 1999.

HOBSBAWM, Eric (1995). **A era dos extremos**. O longo século XX. São Paulo: Cia das Letras.

RICOEUR, Paul (1997). **Tempo e Narrativa** (Vol. 3). Campinas: Papirus.

SANTAELLA, Lucia (2001). **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker, 3ª. ed. S.J. do Rio Preto: Bluecom.

1.3 É possível a pesquisa empírica num país preconceituoso e de tradição escravagista?[1]

Antonio Hohlfeldt[2]

Num país com tradição escravagista, além de profundamente preconceituoso, socialmente falando, em que qualquer trabalho manual – mecânico – é desconsiderado e desclassificado, não deve surpreender que a pesquisa empírica seja considerada de menor importância e significado na academia. Por isso mesmo, o tema escolhido para o foco deste novo

1. Texto apresentado como parte das reflexões temáticas sobre a pesquisa empírica no âmbito do XXXIV Congresso Nacional da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, na Universidade Católica de Pernambuco, setembro de 2011.

2. Professor do PPGCom da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS; Presidente da INTERCOM, triênio 2008-2011; pesquisador do CNPq; membro do Conselho Consultivo da SBPJor – Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

congresso da INTERCOM é importante. Mas, quero pensar essa questão, a partir de minha própria experiência e prática de cátedra, ao longo desses mais de vinte anos em que me encontro na academia.

Chega de teoria

Sobretudo, nos últimos anos, a universidade brasileira tem se dedicado demasiadamente a reflexões teóricas, isoladas, como se isso a elevasse aos patamares considerados ideais pelas avaliações internacionais, esquecendo-se de que a ciência tem um aspecto instrumental fundamental, sem o qual nenhuma nação garante sua verdadeira independência. Daí que continuamos pagando *royalties* enormes para a utilização de tecnologias presentes em nosso cotidiano, na medida em que preferimos as elucubrações apenas teóricas, sem qualquer preocupação com a aplicabilidade das mesmas e sua necessária apropriação pela sociedade, que paga para que tais estudos e pesquisas sejam desenvolvidos.

Por força da tarefa profissional de professor e orientador de pesquisas, tenho me deparado com diferentes situações que envolvem alunos em todos os níveis, da Graduação à Pós-Graduação, e a mais comum é: "Professor, não sei o que quero pesquisar..." Se o sujeito não sabe o que quer pesquisar, por certo o melhor seria ficar em casa. Mas, como o ritual de aprovação acadêmica exige uma pesquisa, então, o aluno chega com algumas ideias, as mais genéricas, aquelas do tipo guarda-chuva: abrangem tudo e, na verdade, não estão, de fato, voltadas para nada.

Juremir Machado da Silva discutia, ainda recentemente, os diferentes momentos e desdobramentos da pesquisa, valorizando processos como a construção/reconstrução/desconstrução do objeto/realidade a ser pesquisada[3]. Ele

3. SILVA, Juremir Machado da. O que pesquisar quer dizer, Porto Alegre, Sulina. 2010, p. 23.

propõe um lúdico duplo movimento de desvendar/desvelar a realidade dada, que está em nosso entorno e que constitui o motivo de nossa curiosidade e indagação, movimento de tirar da condição de encoberto, tornando descoberto aquilo que, muitas vezes, está bem à nossa frente, mas que não somos capazes de enxergar.

Ora, se queremos compreender nosso entorno, evidentemente temos de ter interesse e curiosidade em torno dele. Como já observou, corretamente, Maria Immacolata Vassallo de Lopes, "a pesquisa como prática epistêmica [é] *sobredeterminada* pelas condições sociais de sua produção, que são as que regem o funcionamento do campo científico ou intelectual *tout court* dentro de uma sociedade numa dada época"[4], porque, na verdade, o real existe em si mesmo e dispensa o olhar humano, mas o real empírico não existe independente do olhar do pesquisador[5]. Assim sendo, algumas questões básicas se colocam para uma reflexão a respeito da pesquisa, e especialmente da pesquisa empírica.

Quem é o pesquisador?

O Brasil guarda, herança ibérica em sua formação colonial, uma clara tendência ao eruditismo pedante, como se tal condição garantisse co-

4. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. "Reflexividade e relacionsimo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação" in BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). Pesquisa empírica em comunicação, São Paulo, Paulus.2010, p. 28.

5. CUNHA, Isabel Ferin. "Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo", in http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.html, acessado em 24.06.2011.

nhecimento e autoridade de saber. No máximo, contudo, *lemos nos livros*, quando lemos. Raramente *fazemos* efetivamente. O caso se coloca muito claramente em várias situações que vivemos na seleção de candidatos para nossos cursos. Os candidatos vêm de uma carreira profissional até com êxito. Nesse sentido, *sabem fazer*, mas quando chega a hora de *explicar o que fazem*, é uma calamidade. Por que isso ocorre? Naturalmente, porque nenhuma experiência foi realmente introjetada. Perde-se, assim, uma das principais características da prática científica que é, justamente, a possibilidade de, a partir de uma determinada experiência particular, apreender suas características gerais, capazes de se tornarem leis e poderem ser aplicadas, universalmente, naquelas e em outras situações, desde que adaptadas às novas condições. A consequência mais nefasta disso é que estamos sempre começando de novo, como que redescobrindo o mundo a cada momento. No campo da comunicação, especialmente, isso é muito comum: dispensam-se os *velhos* jornalistas e dá-se preferência aos novos, aparentemente mais capazes, esquecendo-se de que a *prática* dos anos anteriores é uma excelente base para a qualidade da tarefa que nos cabe, a informação exata e eticamente responsável, na medida em que nos ajuda a decidir corretamente em situações-limite.

Num país que evoluiu drasticamente da condição rural para a de sociedade altamente urbanizada e industrializada, desqualificamos o aprendizado prático, trazido de anos de vida, por exemplo, do interior: assim, o peão da construção civil é tratado como um trabalhador *sem especialização*, logo ele, que é capaz de *dar um jeitinho* em várias situações que nem o mestre de obras e, muito menos o engenheiro, seria capaz de resolver...

Entre nós, a sabedoria da experiência de vida, a voz dos mais velhos, a tradição, ficaram relegadas ao *folclore* e à *cultura popular*, colocados no patamar mais baixo do conhecimento: os próprios órgãos governamentais, por vezes, ajudam nesse menosprezo, quando a ANVISA, por exemplo, comporta-se com desconfiança diante de xaropes populares e conhecidas receitas de ervas que, na maioria das vezes, nos tiram enxaquecas e nos resolvem aquela tosse tão irritante...

O que ver e como ver

É evidente, contudo, que a experiência, em si mesma, não basta, se não conseguirmos refletir em torno dela. A sabedoria adquirida pela experiência só funciona se acompanhada das questões – do levantamento do problema – teoricamente bem colocado. É aquela *maneira de ver a realidade* a que nos referimos acima.

Pessoalmente, gosto muito de trabalhos que se ocupem de pesquisa de campo. Ainda há pouco tempo, Gay Talese, o conhecido profissional integrante do chamado *new journalism* norte-americano, em visita ao Brasil, criticava, em entrevista, a tendência que o atual jornalista tem de ficar na redação, sentado diante de seu *lap top*, sem sair de sua escrivaninha e, assim, redigir sua reportagem ou simples notícia. No máximo, usa seu celular para contatar alguém ou se vale da Internet para buscar alguns dados disponíveis[6]. Ora, a vida existe *lá fora nas ruas*, como já descobriu, ainda no início do século XX, o extraordinário João do Rio, iniciador da verdadeira reportagem em nosso jornalismo. Nossas pesquisas também estão lá na rua: precisamos conhecer nossa realidade, nossa gente... Precisamos saber de nossas práticas anteriores, por exemplo, no próprio jornalismo, para não dizermos bobagens, imaginando que estamos começando, agora, processos que, na verdade, já têm décadas de existência, e que talvez apenas foram *atualizados,* graças a novos suportes tecnológicos ou práticas mercadológicas... Daí, a recomendável proximidade entre a pesquisa – em geral; mas, sobretudo, no campo da comunicação social – com a etnografia, e as práticas de pesquisa, com a *etnometodologia*, segundo a sugestão de Luiz Cláudio Martino[7].

---

6. http://www.youtube.com/watch?v=MEsG7xWws0Q, acessado em 25 de junho de 2011.

7. MARTINO, Luiz Cláudio. "Panorama da pesquisa empírica em comunicação"

Pela (carência de) formação trazida do curso inicial e do ensino médio, nossos alunos desconhecem a realidade circundante e nada sabem do passado. Para o jovem de hoje, infelizmente, vinte anos é pré-história. Assim, muitas vezes, quando se vai iniciar um projeto de pesquisa, precisamos, primeiro, *informar* o aluno a respeito daquela realidade, de suas circunstâncias as mais genéricas, a partir do que, então, podemos escolher o foco e, por consequência, o *corpus* e a metodologia a ser empregada. Mas, aqui, enfrentamos outro desafio quase intransponível: se a metodologia advém de uma *maneira de ver o mundo*[8], e estes jovens estudantes, em geral, *desconhecem* o mundo, como vão pensar criticamente aquela determinada realidade? O resultado é quase sempre frustrante: a maior dificuldade do aluno é escolher uma linha teórica a seguir e, portanto, o método por que optar, a fim de chegar àquele objetivo teoricamente esboçado. Porque, afinal de contas, não se pode imaginar que alguém vá, repentinamente, passar a ter vontade de conhecer – estudar – alguma coisa, assim, do nada, gratuitamente. De modo geral, a área de interesse do pesquisador vai-se desenhando, gradualmente, ao longo dos anos, desde uma primeira oportunidade de alguma leitura que lhe despertou atenção; a possibilidade de uma bolsa de iniciação científica para trabalhar certos temas que já são o campo de pesquisa do professor-orientador, etc. O que se verifica, na prática, é que o aluno que já traz certa bagagem de mundo chega com alguma perspectiva bastante concreta sobre a sua pesquisa, ao contrário daqueles jovens que, infelizmente, estão restritos a um aprendizado que repete fórmulas e se reduz à preocupação com a média

---

in BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). Pesquisa empírica em comunicação, São Paulo, Paulus. 2010, p. 154.

8. SILVA, Juremir Machado da. O que pesquisar quer dizer, op. cit., p. 35.

mínima que lhe permita passar de semestre, sem maior compreensão do que possa vir a ser seu futuro profissional.

Importância social

Outra questão sempre polêmica, que precisamos enfrentar, é se o que vamos estudar e pesquisar tem alguma utilidade social. Não se trata de voltar ao tema antes mencionado, ainda que rapidamente, de instrumentalidade ou utilitarismo. Mas, confesso que, às vezes, fico me perguntando, diante de uma proposta de pesquisa que um aluno me faz, qual a lógica social para aquela pesquisa. Porque, afinal de contas, a universidade tem, sim, uma responsabilidade social, e sem querermos decidir, autoritariamente, sobre o que pode ou deve ser estudado, sempre me preocupa que aquilo com que vamos nos ocupar, durante determinado tempo, tenha uma aplicabilidade posterior, na sociedade, no mínimo, para melhorar a tarefa que depois irei empreender.

Todos conhecemos a disputa surgida entre Paul Lazarsfeld e Theodor Adorno, quando este, refugiado político, nos Estados Unidos, terminou por romper com o amigo e apoiador. Relembra Luiz Cláudio Martino, citando Todd Gittlin, que "Adorno mesmo insiste que sua objeção não é relativa à pesquisa empírica enquanto tal, mas contra sua primazia sobre a teoria e, finalmente, ao invés da teoria"[9]. Na maioria dos casos que conhecemos, a família do jovem estudante, ou ele mesmo, que vem *investindo* em seus estudos, preocupa-se com que o aluno *aprenda* o mais

9. GITTLIN, Todd. "Media sociology: The dominant paradigm", in Theory and Society, 6, 1978, ps. 205-253, apud MARTINO, Luiz Cláudio. "Panorama da pesquisa empírica em comunicação" in BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). Op. cit., ps. 139-140.

rapidamente possível a sua futura profissão. A partir daí, enfrentamos uma forte resistência de grande parte dos alunos quanto ao estudo teórico de cada curso. No entanto, quando chegamos ao final do mesmo, a hora da pesquisa exigida se torna um tormento para o aluno e o professor. Por quê? Porque teimamos em colocar *hierarquizadamente* a prática sobre a teoria, esquecendo que uma não existe sem a outra. Ao mesmo tempo, na experiência prática, limitamo-nos a repetir fórmulas e receitas, sem nos preocuparmos verdadeiramente em inovar, sobretudo, sem palmilharmos um caminho de autosuficiência e autoconsciência que permita ao jovem estudante e futuro profissional ser capaz de, identificando determinada realidade, refletir *criticamente* sobre ela, diferenciando-a de uma outra, mais ou menos semelhante. Terá, assim, alternativas e soluções outras, criativas e inovadoras, para o problema colocado?

Certamente, não temos sido ajudados por algumas decisões estapafúrdias como aquela proferida pelo STF em torno da exigência do diploma para a prática do jornalismo profissional. Neste caso, o STF decidiu que jornalismo é uma simples prática. Não requer, portanto, nenhuma teorização e, a se julgar pela expressão de alguns juízes, nem reflexão. É evidente que isso incomodou, e incomodou por uma questão tão simples quanto fundamental: o jornalismo não é o simples relato de acontecimentos, como pode parecer. Ele é a própria seleção sobre o quê relatar; a maneira de concretizar o relato; a avaliação sobre as consequências de um determinado relato; o reconhecimento sobre as responsabilidades de quem relata; os desdobramentos do acontecimento, que podem ser ou não antecipados, etc. Tudo isso vai um pouco mais além da experiência prática e envolve questões éticas bem mais profundas. Para os membros do STF, ao que parece, o jornalismo não passaria de uma ciência aplicada, instrumentalizada. Esqueceram-se os juízes de que a comunicação social – e nela o Jornalismo – encontra-se no campo das ciências humanas aplicadas. Ora, isso distancia a comunicação social do mero saber utilitário para situá-lo num patamar bem mais complexo: a comunicação social lida com os seres humanos, instáveis e inesperados – criativos e

desafiadores – por natureza, quer por sua condição racional, quer por suas condições emocionais. Ora, isso nos coloca a necessidade de, não apenas conhecermos as rotinas e as práticas de cada atividade do campo, como sermos capazes de avaliá-las e renová-las, constantemente[10].

Duas questões fundamentais

Por todas essas questões, no campo da comunicação social, é extremamente difícil aceitarmos a pesquisa empírica de bom grado. De um lado, pelo motivo, já antes exposto, segundo o qual a pesquisa empírica parece ser hierarquicamente inferior enquanto prática acadêmica. Essa questão se torna mais sensível ainda porque, por ser a comunicação social parte das ciências sociais humanas, na maioria das vezes, as evidências alcançadas, na pesquisa empírica, não são necessariamente conclusivas[11]: elas se aplicam àquele caso, não necessariamente a outro. O processo comunicacional é complexo, porque nele interferem múltiplos agentes e movimentos sociais que o tornam sempre novo e, por isso mesmo, interessante. Mas, ao mesmo tempo, deixa o pesquisador inseguro. Tem sido

10. Marialva Barbosa faz uma abordagem bastante interessante sobre esta perspectiva, em artigo presente neste mesmo volume. Ver BARBOSA, Marialva Carlos. "A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio", conferência realizada na abertura do INTERCOM SUL 2011, na Universidade Estadual de Londrina, a 26 de maio de 2011, e que se encontra também neste volume.

11. MARTINO, Luiz Cláudio. "Panorama da pesquisa empírica em comunicação" in BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). Idem, ibidem, p. 151.

assim, desde os anos 1930, com as chamadas pesquisas experimentais de laboratório, e não tem deixado de sê-lo, mesmo com as mais cuidadas pesquisas de campo. Os contextos se modificam; os próprios sujeitos podem mudar suas práticas. Aprender sobre uma situação não implica necessariamente poder generalizá-la de imediato, a não ser com muito cuidado. E, no entanto, há, sim, alguns princípios e algumas práticas comunicacionais que são verdadeiramente universais.

Mas, quero me referir, sobretudo, a uma outra perspectiva e, com ela, retomar a abertura desta reflexão. Vivemos numa sociedade de classes, extremamente hierarquizada e preconceituosa, com uma forte herança escravagista, mesmo que disso nem sempre nos demos conta. Por consequência, apostamos mais no *ensinar* do que no *aprender*. Ou seja, estamos mais preocupados em *transmitir* conhecimento do que levar o aluno a *descobrir* por ele mesmo sobre determinada realidade. Preferimos reproduzir que criar. Ora, acredito que um bom caminho para defendermos e realizarmos, convictamente, a pesquisa empírica é nos lembrarmos da lição de Paulo Freire. De modo geral, o que encontramos na situação 'pesquisador-pesquisa-pesquisado' é, também, um posicionamento autoritário e hierarquizado. Raramente, o pesquisador se dispõe, de fato, a *ouvir* ou *ver* a coisa – o sujeito – pesquisado.

Alerta-nos, contudo, Paulo Meksenas:

> Abordar a contribuição da teoria de Paulo Freire na questão das metodologias da pesquisa empírica implica refletir acerca da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto de pesquisa, superando a noção comum do *sujeito-que-pesquisa* atuando *sobre* os *sujeitos-que-são-pesquisados*, de modo unilateral e vertical[12].

12. MEKSENAS, Paulo. "Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: A contribuição de Paulo Freire" in http://www.espacoacademico.com.br/078/78meksenas.htm, acessado em 25.06.2011.

No sentido de que a pesquisa deve ser compreendida enquanto uma *ação pedagógica*, de aprendizado, significa necessariamente que o pesquisador deve se colocar *ao lado* da coisa/do sujeito pesquisado, não acima ou distante dele. Precisa-se aderir – sem perder o sentido crítico – àquela realidade que se estuda e com ela estabelecer um verdadeiro *diálogo*, sem o qual nenhuma metodologia, por mais bem desenvolvida que seja, ajudará a chegarmos à compreensão da *realidade* em si mesma. Porque a pesquisa é um *ato de conhecimento*[13], não apenas da realidade externa ao pesquisador, quanto dele próprio: à medida que descubro e conheço o *outro*, ele deixa de ser *outro* e se torna um *eu mesmo*, do mesmo modo que este *eu mesmo* me transforma, igualmente, em um *eu mesmo como o outro*.

Se tivermos clareza sobre tal perspectiva, isso será sempre o melhor argumento que poderemos invocar em defesa da pesquisa empírica. É a pesquisa empírica que nos exige sairmos de nosso próprio mundo, nos disponibilizarmos a *dialogar* com o mundo *lá de fora*, buscando vislumbrá-lo e entendê-lo. Sobretudo, nos ensina que pesquisar deve ser uma atividade profundamente humilde: é o ato de comunicação por excelência. Não somos nós quem falamos, é o *outro* – são *os outros* – a quem devemos ouvir. Vale recordar a advertência de Guillermo Orozco Gómez:

> La investigación empírica en comunicación no puede entenderse solamente como una buena Idea, o una opción más entre muchas otras de generar conocimiento válido, o como una mera posición epistemológica em abstracto. Ante la vastedad de lo que requiere ser comprendido y transformado

13. FREIRE, Paulo. "Criando métodos de pesquisa alternativa", in BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante, São Paulo, Brasiliense. 1983, p. 36, apud MEKSENAS, Paulo. "Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: A contribuição de Paulo Freire" in http://www.espacoacademico.com.br/078/78meksenas.htm, acessado em 25.06.2011.

> em comunicación, y frente al desafio de un empoderamiento comunicacional de los sujetos sociales, la investigación empírica es también una estratégia pedagógica en si de envolucramiento y fortalecimiento de sus participantes en la compreensión y eventual transformación[14].

Isso significa, também e, sobretudo, um posicionamento político e ideológico frente ao que signifique pesquisar. Optar pela pesquisa empírica, neste caso, obriga-nos a sair da tranquilidade da cátedra ou de nossa casa. Dispormo-nos a ir a campo, *ver* e *ouvir os outros*. Mas, sobretudo, reconhecermos que não sabemos tudo, e que, a partir de cada uma dessas pesquisas, temos a oportunidade de nos renovar, de nos transformar, de virmos a ser novos. Quebramos, nesse sentido, a hierarquia do conhecimento. E nos predispomos a pesquisar o que seja socialmente relevante, repartindo, com essa mesma sociedade, aquilo que eventualmente descobrimos e aprendemos, porque aprendemos com ela, e não apesar ou fora dela. Aprendemos com os demais, e com eles devemos repartir o que eventualmente aprendermos.

Referências

BARBOSA, Marialva. "A pesquisa em comunicação no Brasil: Não precisamos ter mais medo do contágio", conferência de abertura do INTERCM SUL de 2011, na Universidade Estadual de Londrina.

14. GÓMEZ, Guillermo Orozco. "Hacia una convergencia critica y múltiple entre lógicas, prácticas y agendas de investigación empírica em comunicación" in BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (Orgs.). Op. cit., p. 22.

BRAGA, José Luiz. **Pesquisa empírica em comunicação. Livro Compós 2010.** São Paulo, Paulus. 2010.

CUNHA, Isabel Ferin. "Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo", in http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.html

GÓMEZ, Guillermo Orozco. "Hacia una convergência crítica y múltiple entre lógicas, prácticas y agendas de investigación empírica en comunicación" in BRAGA, José Luiz. **Pesquisa empírica em comunicação. Livro Compós 2010.** São Paulo, Paulus. 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. "Reflexividade e relacionsimo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação" in BRAGA, José Luiz – **Pesquisa empírica em comunicação. Livro Compós 2010.** São Paulo, Paulus. 2010.

MARTINO, Luiz Cláudio. "Panorama da pesquisa empírica em comunicação", in BRAGA, José Luiz. **Pesquisa empírica em comunicação. Livro Compós 2010.** São Paulo, Paulus. 2010.

MEKSENAS, Paulo . "Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: A contribuição de Paulo Freire" in http://www.espacoacademico.com.br/078/78meksenas.htm

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: Paradigmas latino-americanos**, Petrópolis, Vozes.1998.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**, Porto Alegre, Sulina. 2010.

TALESE, Gay. "Metrópolis" in http://www.youtube.com/watch?v=MEsG7xWws0Q

1.4 Pesquisa em Comunicação Comunitária: há lugar para a empiria?

Raquel Paiva[1]

Predomina nos estudos de algumas das ciências mais preocupadas com a eficácia dos resultados, como a Medicina, o relato dos casos clínicos. A extensa e circunstanciada narrativa em torno dos casos, bem como a contextualização do paciente e seu histórico, constituem um dos mais eficazes métodos de ensino na formação de novos médicos. É relevante essa associação do método à experiência, principalmente por sabermos que a origem da palavra empiria, do grego *empeiria* (donde, *empeirikos*/ empírico) está diretamente relacionada a uma escola de Medicina, na Grécia antiga, que defendia a extração do conhecimento pela experiência sensorial. Ampliando a ideia, a transformação de relatos em ciência é algo que esteve, também, em evidencia para a área da comunicação, em especial nos primórdios das suas pesquisas, principalmente com os teóricos

1. Professora associada da Escola de Comunicação – UFRJ, pesquisadora CNPq, autora de vários livros dentre eles "O Espírito comum – mídia, comunidade e globalismo" ,1997, Ed. Vozes.

provenientes da antiga Escola de Frankfurt e exilados nos Estados Unidos.

Entretanto, se para a Medicina este continua sendo um método irrefutável de aprendizagem, na área da comunicação, essas narrativas foram sendo deixadas de lado como algo de menor importância para a produção ensaística e conceitual. Não que tenham sido totalmente abolidas, mas sua força como método não tem mais vigência nas escolas e faculdades. O esforço descritivo é o que mais se aproxima dessa via e, ainda assim, com presença reduzidíssima, até mesmo nos cursos de Jornalismo.

As narrativas ou relatos, metodologia tão cara à antropologia, foi pouco a pouco alijada dos estudos de comunicação, que passaram a conferir força e lastro de veracidade a argumentação e ao ensaio. Paradoxo maior não há, já que o Jornalismo, base dos estudos de comunicação, no país, trafega extensamente nesse formato. As grandes reportagens, em especial, constituem-se como ponto de partida para o propósito de elaboração dos relatos.

Após contextualizar a pertinência do conceito e a sua presença como eficácia metodológica para a atualidade, propõe-se, aqui, olhar em direção ao primeiro trabalho realizado, na Europa, sobre as condições sociais e psíquicas do desemprego. Trata-se de um trabalho de investigação empírica conduzido por três pesquisadores austríacos que, por quatro meses, desenvolveram uma observação participante, na pequena cidade Marienthal, próxima a Viena. O relatório da pesquisa gerou o livro/relatório "Os desempregados de Marienthal".É muito interessante observar como Marie Jahoda — um dos pesquisadores e, na época casada, com Paul Lazarsfeld, o segundo e principal pesquisador, ao lado de Hans Zeisel — conclui o livro/relatório: "Foi uma investigação cientifica que nos conduziu a Marienthal, de onde saímos com um único desejo: que desapareçam, o mais rapidamente possível, as condições trágicas que deram origem a esta pesquisa"[2].

2. JAHODA et alli , p. 194.

Fica registrado, nestas palavras e em tantas outras, ao longo do trabalho, o quanto o grupo se envolveu com a pesquisa que pretendia, desde o principio, tecer bases cientificas capazes de produzir dados quantitativos para uma conclusão objetiva. Apesar da disposição objetiva, o grupo jamais se furtou ao envolvimento com as famílias. Desde a introdução, deixam definidas as motivações para a pesquisa sobre o desemprego, ao constatarem existir "um vazio entre as estatísticas oficiais e as impressões, um tanto aleatórias, da reportagem social"[3].

A pesquisa foi realizada sob os auspícios do Partido Socialista Austríaco e de sindicatos, em uma pequena cidade formada, basicamente, por operários da indústria têxtil que apresentava, na época da investigação, 75% da população em situação de desemprego e 30% dos quais se encontravam em sérios estágios de degradação familiar. O estudo foi importante, também, porque marcou a transferência no mesmo ano – 1933 – de Paul Lazarsfeld para os Estados Unidos, graças a uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller. Como bem se sabe, Lazarsfeld é um dos fundadores da linha da "communication research" nos Estados Unidos.

Assim, outro dado importante para o contexto dessa pesquisa empírica é que ela marca os novos rumos de Lazarsfeld como pesquisador vinculado, principalmente, às pesquisas de governo e empresas, chegando a dirigir o Escritório de Pesquisas Radiofônicas de Princeton. Exatamente, nesse cargo, ele interage de maneira bastante intensa com diversos membros do Instituto de Pesquisas Sociais (Escola de Frankfurt), que migram da Europa para os Estados Unidos, fugindo do nazismo. A produção dessa parceria é muito intensa, com um material de impacto, mas, de certa forma, bastante esquecida pela área da comunicação nos dias de hoje. São celebres as discussões sobre método entre Lazarsfel e seu subordinado, Theodor Adorno, que terminaram em conflito. O caráter belicoso da relação, expresso em vários documentos, pode ser exemplificado pela

3. Idem, p. 33

passagem de uma das muitas correspondências, quando Lazarsfeld critica, duramente, "as técnicas de verificação" de Adorno, chegando mesmo a argumentar: "Seu texto permite suspeitar que você nem sequer sabe como se deve fazer a verificação empírica de uma hipótese".[4]

Lazarsfeld era físico de formação e socialista, quando começou a trabalhar como estatístico no Instituto de Psicologia da Universidade de Viena, onde surgiu a pesquisa sobre o desemprego que o levou a postos definitivos para sua vida acadêmica, como a Universidade de Columbia, em Nova York. Aliás, especificamente sobre a pesquisa empírica e a Escola de Frankfurt, há uma passagem em que Martin Jay[5] esclarece detidamente a questão, lembrando que o Instituto, antes de migrar da Alemanha para os Estados Unidos, sempre lançou mão da pesquisa empírica, muito mais com objetivos de enriquecer, modificar e respaldar suas hipóteses especulativas do que com propósitos de verificação. Os membros admitiam trabalhar com técnicas primitivas, mas já reconheciam a necessidade de aprimoramento do método.

Merece destaque os cinco volumes produzidos para a pesquisa "Estudos sobre o preconceito", que reuniu vários teóricos de diferentes áreas por dois anos. Esta é, certamente, a pesquisa empírica mais importante que a Escola de Frankfurt desenvolveu, por todas as questões imbricadas, desde o fato de ter se desenvolvido em território norte-americano, com uma gama de interfaces obrigatórias com o campo científico, até o fato de consolidar a integração entre a teoria crítica e a investigação social empírica. O expoente do primeiro grupo é Adorno, marcado pela aversão à investigação empírica, por considerar que esta reduz o objeto às suas técnicas; o segundo grupo, que conta com Lazarsfeld, entre vários os defensores das técnicas empíricas e estatísticas norte-americanas, elege

4. LAZARSFELD apud JAY, 2008, p. 285.

5. JAY, 2008, p. 284

a análise dos fatos como o fórum último das investigações. Entretanto, é preciso deixar bastante claro que o empenho da Escola era demonstrar que ambos os tipos pesquisas poderiam ser executados concomitantemente. Essa posição era assumida por todos os envolvidos no projeto.

A pesquisa, iniciada em 1944, reuniu, novamente, dentre os inúmeros pesquisadores, Marie Jahoda e Lazarsfeld, ela, agora, atuando totalmente com enfoque psicanalítico no volume "Antissemitismo e distúrbios afetivos: uma interpretação psicanalítica" em parceria com Nathan Ackerman. Jahoda havia migrado, inicialmente, para a Inglaterra, onde viveu exilada por oito anos, antes de mudar-se para os Estados Unidos. O dado importante, dessa pesquisa, é que a metodologia da teoria crítica *frankfurtiana* convive com a realização de inúmeras entrevistas e milhares de questionários, com a aplicação do TAT (Teste da Apercepção Temática), construção de escalas, entrevistas clínicas, análises de conteúdo e um contexto de investigação na área dos estudos *freudianos*.

Apesar de munida de inúmeros aparatos de confirmação científica, a pesquisa não deixou de receber muitas críticas. Dentre elas, merece ênfase a que questionava a possível tendenciosidade política dos próprios pesquisadores, já que o mais nítido enfoque era o do antissemitismo. Segundo Jay, "um dos comentaristas de todos os volumes de Estudos sobre o Preconceito, acertou em chamá-los de um acontecimento memorável na ciência social."[6] Jay lembra ainda que, nos anos seguintes, o estímulo produzido pela pesquisa resultou numa enxurrada de pesquisas e o que é mais interessante: quando o Instituto retornou à Alemanha, levou as técnicas científicas que havia adquirido em sua passagem pelos Estados Unidos.

Numa conferência para sociólogos, em 1952, em Colônia, destinada à apresentação das novas propostas, Adorno disse que a sociologia "não mais deveria ser considerada uma *Geisteswissenschaft* (ciência da cultura), pois o mundo, dominado pela *reificação,* dificilmente poderia ser entendido

6. JAY, 2008, 315.

como 'dotado de sentido'. Desse modo, a tão aviltada desumanidade dos métodos empíricos é sempre mais humana do que a humanização do desumano"[7]. Dessa maneira, os *frankfurtianos* admitiam, formalmente, que os métodos da pesquisa administrativa deveriam ser usados, desde que dentro de um arcabouço crítico, para explorar os fenômenos sociais. Isso continuou a ser um problema, na época, e mesmo nos anos seguintes, quando a sociologia alemã dividiu-se entre os adeptos das técnicas de investigação norte-americanas e a teoria dialética. A disputa entre os dois pressupostos, entre Lazarsfeld e Adorno, na verdade, nunca se dissipou totalmente.

As questões trazidas pela Escola de Frankfurt em relação ao fato de que a pesquisa empírica poderia enriquecer a teoria crítica nunca deixaram de existir. Trata-se de uma reconciliação que nunca ocorreu efetivamente. Fora do contexto alemão, entre nós, em especial nas referências que se fazem aos estudos de comunicação comunitária, é bastante frequente perceber, entre colegas de outras áreas, o temor de que ir a campo, entrevistar, acompanhar, observar grupos e relatar, possa comprometer a dimensão teórica. No entanto, o esforço que se tem feito, nos últimos anos, no país, é exatamente para demonstrar e comprovar que o acompanhamento do objeto, por meio da investigação e da produção de dados, pode ser realizado, paralelamente, à investigação teórica. São inúmeros os casos de que dispõe a área específica da comunicação comunitária.

Para a comunicação comunitária, a realidade social é um irrefutável ponto de partida, um foco necessário. Mas, é naturalmente preciso fazer o esforço da interpretação. Se a meta maior é intervir, como de fato o é, se o objetivo primeiro é alterar realidades e idiossincrasias sociais, a meta é consolidar teorias e conceitos capazes de possibilitar entendimentos contundentes. Se, por muitas e muitas vezes, nos imbricamos, como a própria Marie Jahoda, em situação de envolvimento total com o objeto,

7. Apud JAY, 2008, 315.

não é outro o motivo, senão tratar-se de questões "humanas, demasiadamente humanas" (parodiando-se Nietzsche) .

Nunca é demais lembrar que o termo "empiria" tem longo curso no vocabulário filosófico, enquanto doutrina relativa à natureza do conhecimento. No interior do círculo discursivo da filosofia, costuma-se restringir o empirismo à filosofia clássica moderna: de um lado, o empirismo inglês (Francis Bacon, Thomas Hobbes, J. Berkeley, David Hume); do outro, o racionalismo continental com Malebranche, Spinoza, Descartes, Leibniz e Wolff. Guardadas as devidas diferenças, o que há de comum, no pensamento empirista, é o empenho de explicar o conhecimento como um fenômeno *a posteriori*, ou seja, como algo decorrente das sensações ou das impressões obtidas pelo sujeito em sua experiência de mundo.

Antes de se indagar sobre os caminhos do empirismo na Comunicação, vale à pena recordar as duas metáforas propostas por Karl Popper[8] para a pesquisa nas ciências sociais. A primeira é a "metáfora do balde", que dá conta da perspectiva empirista. Por ela, o conhecimento procede da observação passiva. A mente seria como um balde a ser cheio pelos canais dos órgãos dos sentidos. Ao invés de conceitos gerais (como no racionalismo), os dados concretos da experiência.

A segunda é a "metáfora do holofote", proposta e adotada por Popper. Para ele, a observação não é o começo da construção do conhecimento, pois é precedida por problemas, interesses, etc. que guiam o que se tenta ver. Assim como um holofote coloca algo em foco e deixa na penumbra o restante, as expectativas daquele que busca conhecer guiam o processo de observação. O que vemos depende de quem somos e procuramos, e o objeto observado é, assim, construído por nós, sendo a observação um procedimento ativo e seletivo daquele que observa. O conhecimento e a ciência não começariam, assim, por um processo indutivo, observando coleções de fatos, e sim por problemas, pela tensão entre conhecimento e

8. Cf **A Lógica das Ciências Sociais**, Tempo Brasileiro, 1978

ignorância, O ponto de partida é sempre um problema. Na ciência, o método adequado para a solução do problema é a experimentação, ensaio e erro.

Entretanto, é comum usar-se a expressão "estudos empíricos" para designar, no campo das ciências sociais, as investigações e as análises que, sem maiores questionamentos teóricos, buscam elucidar aspectos problemáticos de uma situação social determinada, em função de demandas estatais ou de mercado. No tocante à comunicação, Wolton assinala que "inúmeros estudos empíricos, alguns de vocação industrial, outros acadêmicos, forneceram, entre 1950 e 1965, quadros analíticos teóricos, ainda hoje, bastante valiosos sobre os efeitos positivos e negativos das mídias, a construção da imagem, as teorias da recepção, do *two step flow*, do *gatekeeper*, da «atenção seletiva», da «teoria de usos e gratificações», da «espiral do silêncio».[9]

É precisamente isso o que, aqui, pretende-se frisar. Com efeito, o que se chamou, nos Estados Unidos, de "communication research", como um ramo da sociologia, consiste em sua quase totalidade de estudos empíricos levados a cabo por intelectuais alemães refugiados, naquele país, durante o III Reich. É nesse cenário que se insere o trabalho de Lazersfeld, intrinsecamente conectado com as pesquisas em curso nos Estados Unidos. Nesse sentido, a empiria da sociologia *stricto-sensu* tinha muita relação com a sociedade da produção, enquanto a empiria comunicacional tem com a lógica do consumo. Daí, a persistente atualidade da teoria de Adorno, pois defende que os dados obtidos, a partir da investigação empírica, não devem ser desconectados das condições que os geraram.

A esta altura, parece-me importante o retorno ao exemplo inicial, o caso de "Os desempregados de Marienthal" — o já citado estudo sobre o impacto psicossocial do desemprego maciço na população da pequena

9. Cf WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. Uma teoria crítica da televisão. Ática, 2006, p. 49

cidade — a fim de se obter, por analogia, mais luz sobre os protocolos necessários à comunicação comunitária.

> A jovem Marie, além de participar da pesquisa, assumiu, praticamente, a responsabilidade pelo texto, após o término das entrevistas e da observação participante. A atenção às técnicas empregadas, a pesquisa cuidadosa (Muller, 2008) são tão relevantes quanto o próprio envolvimento pessoal de Jahoda e seus colegas, durante os tempos de crise na pequena localidade. Quando se falou de pesquisa-ação, décadas depois, como uma inovação, foi porque este estudo clássico permanecera meio esquecido em pequenas edições alemãs, por quase quarenta anos, até a primeira edição de impacto internacional, em Língua Inglesa. Pesquisa e intervenção (sob condições adversas para os próprios pesquisadores) estiveram lado a lado, como afirmou mais tarde Marie Jahoda, mencionando a intenção não apenas de investigar o contexto de abandono e depressão, mas também de organizar e ajudar as famílias (FLECK, 2003, p. 12). Mas, essas intenções estão claras já na Introdução da obra, quando Jahoda e colegas defendem um princípio ético de pesquisa: ninguém seria mero observador ou entrevistador, mas deveriam todos participar de alguma atividade de auxílio as cerca de 500 famílias atingidas pela crise e que compunham a quase totalidade da população .[10]

A descrição da pesquisa, das situações que se evidenciaram, enquanto durou o trabalho, e também a quantificação dos dados fazem com

10. ANTOS, Luiz Antonio de Castro. **Expressões da sociologia vienense: Marie Jahoda (perfi l, militância, obra)** texto apresentado ao XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, em 29 de julho de 2009, UFRJ, RJ. GT Teoria Sociológica, coordenado por José Luiz Bica de Melo, José Luiz Ratton e Márcio de Oliveira. Universidade do Estado do Rio de Janeiro., pag 208

que este seja um trabalho de leitura obrigatória. Também, concorre, positivamente, para sua consolidação como um marco o fato de ter-se colocado como um divisor de águas nas vidas profissionais dos pesquisadores envolvidos. O trabalho, ainda, permanece recoberto pelo véu de sombras que cerca o entrelaçamento das duas proposições: análise crítica e empírica. Véu que não se dissipou, até hoje, e que parece muito bem retratado pelo professor Luiz Antonio Santos, do Programa de Medicina Social da UERJ, ainda, no texto sobre Jahoda, ao relembrar experiências acadêmicas:

> Lembro-me, a propósito, de antiga aluna de mestrado, que cheguei a orientar e que iria realizar uma pesquisa em uma favela carioca. Sugeri que percorrêssemos, juntos, a leitura e discussão do texto-guia de Jahoda e colegas. Começamos pelos primeiros capítulos, até que ouvi dela a recusa peremptória a prosseguir, mais ou menos nos seguintes termos: "fiz um curso sobre epistemologia da ciência e sei que este texto é positivista [...]". Por meio dessa experiência
> – aliás, interrompida – de orientação acadêmica, eu estava de volta ao mesmo preconceito de minha geração, quando nossos toques ou vernizes epistemológicos nos afastavam de leituras fundamentais e nos tornavam pequenos diante de grandes textos.[11]

O viés filosófico

O filosofo italiano Gianni Vattimo contextualiza em livro[12], de uma maneira muito interessante, as correntes de pensamento e sua relação

11. IDEM, 2009, 210

12. VATTIMO, Gianni. ¨Técnica ed esistenza – uma mappa filosófica del Novecento" , Torino, Paravia, 1997

com a cientificidade. No capítulo sexto, intitulado "A Ciência como Modelo", Vattimo trata de cinco tópicos que, segundo sua interpretação, conectam-se. Mostrando como a filosofia do século XIX era fortemente marcada pelo domínio da técnica; ele argumenta que, se existiram correntes filosóficas que não se colaram totalmente nessa relação, de uma maneira geral, todas aceitaram o pressuposto da importância do pensamento científico (metódico, objetivo, desinteressado) como modelo. Essa já havia sido a premissa básica do positivismo (no século XVIII) e a corrente que insistiu, enormemente, nessa temática, no século XIX, foi o *neopositivismo.* A partir dessa reflexão, Vattimo elege como cinco tópicos deste capitulo: o neopositivismo ou empirismo lógico; o Circulo de Viena; Wittgenstein: do *Tractatus* aos jogos linguísticos; Popper: ciência e falsificação; e, finalmente, o retorno do pragmatismo.

Aqui, interessa especificamente compreender o porquê de o Pragmatismo estar vinculado à questão da eficácia, da ciência, da técnica, do empirismo e do instrumentalismo. O empirismo e o positivismo floresceram, principalmente, na Inglaterra do século XVIII; a partir de 1930, o neopositivismo, com Wittgeinstein e Popper[13], que foram capazes de deixar para trás as teses meramente *fisicalistas.* Sabemos que o neopositivismo tem, em comum com o positivismo, a ideia de que a única maneira de alcançar a Verdade é partir da ciência positiva ou seja: experimentos, métodos rigorosos, repetição dos controles etc. Vattimo lembra que, entre o **positivismo clássico** e o **neopositivismo,** houve um período de mutações decisivas na ciência, dentre elas, a "Teoria da Relatividade" e a geometria não-euclidiana, derrubando postulados da geometria euclidiana, sobre a qual o conhecimento estava assentado. Um dos êxitos, desse período, é a ideia do **convencionalismo,** ou seja, a teoria segundo a

13. Popper com a ideia central da cientificidade como falsificação – ou seja, a preocupação em se prever possibilidades de desmentidos científicos - e Wittgenstein, que abriu a via da filosofia analítica.

qual a verdade de uma proposição científica depende de um acordo sobre o uso de conceitos e postulados iniciais .

Uma lembrança importante feita, ainda, sobre o quanto essa estrutura de pensamento marca uma época é que, na Viena dos anos 20, muitos dos *neopositivistas* são socialistas e trazem, nos seus trabalhos, a preocupação básica com aprimoramento social. Essa estrutura programática encontra-se presente em diversos pensadores, mesmo aqueles que não faziam parte, diretamente, do Círculo de Viena. Como exemplos de neopositivistas, Vattimo aponta Wittgenstein, Popper, Carnap, tendo como lema a ideia de que "o significado de uma proposição está no método da sua verificação empírica" algo como: *se não se pode indicar sob que condições um enunciado pode ser verdadeiro não há significado*.[14] O que acontece, segundo o filósofo, é que vários problemas filosóficos tradicionais tornam-se privados de significados, já que não estão ancorados na experiência concreta.[15]

Em síntese, para nos neopositivistas, um enunciado deve ser decomposto em enunciados mais simples, que são verdadeiros, quando se referem às experiências elementares e passíveis de comprovação. Essas proposições são conhecidas como Protocolos ou Proposições Protocolares. Os protocolos são proposições e não fatos. E assim ocorre com o "Tractatus lógico-philosophicus" de Wittgenstein, em 1922: são assertivas que possuem princípios de verificação, ainda que a temática verse sobre o problema religioso e o místico.

Esse cenário, segundo argumenta Vattimo, conduziu ao renascimento do pragmatismo, cuja versão clássica surge, no século XVIII, nos Estados Unidos, e tem como marcos os trabalhos de William James, Charles

14. Apud VATTIMO, 1997, p.53

15. E esta é uma das maiores críticas que se faz ao Pragmatismo. Argumenta-se ser muito restritivo ao elencar seus temas. Verdade é só o que pode contribuir para o bem estar da humanidade

Sanders Peirce e John Dewey. As bases dessa corrente de pensamento foram muito importantes para os membros do Clube de Viena, quando estes migraram para os Estados Unidos. Entre as teses do pragmatismo, é basilar a ideia de que a "verdade de uma proposição se identifica com as consequências práticas satisfatórias". Vattimo lembra que o pensamento de Dewey é chamado, também, de instrumentalista (coisa que o próprio Dewey nomeou numa época inicial) por conceber a atividade do pensamento como invenções de instrumentos para a solução de problemas vitais.

Finalmente, Vattimo observa que a obra de Richard Rorty está inserida na corrente *neopragmatista*, ressaltando que a sua ênfase na concepção da filosofia como definição da verdade, do belo e do bom, deve ser abandonada, mas que o funcionamento da sociedade não requer nenhum fundamento objetivo do conhecimento, e sim apenas a garantia de que o *diálogo social* (sublinhado por Vattimo, por ser uma ideia cara a Rorty) não seja interrompido, como poderia ocorrer a um organismo, caso fosse retirado do seu ambiente natural. Para Rorty, o âmbito da linguagem é esse ambiente natural, através do qual ele concebe o caráter "epistemológico" e "hermenêutico" para as bases de uma distinção entre a ciência normal e a ciência revolucionaria. ´

Vattimo diz que "**epistemológico** para Rorty é aquele tipo de pensamento que procura resolver problemas com paradigmas de modos **consolidados** de organizar a experiência. Enquanto **hermenêutica** é o pensamento que se confronta com as propostas de novos paradigmas, com novos modos de denominar as coisas. O nascimento de um novo paradigma é a **redescrição** do mundo que enriquece os conhecimentos compartilhados e aquela conversação tolerante, que torna possível a própria sobrevivência da sociedade."[16]

O projeto da redescrição (Rorty) afigura-se como método basilar para trabalhar com as pesquisas na área da comunicação comunitária.

16. VATTIMO, 1997, p.55

A possibilidade de inserir novas e novíssimas narrativas, de 're-inventar' o vocabulário, certamente, constitui para nós, pesquisadores alinhados com o projeto de mudança social, em direção a uma sociedade marcada por bases mais justas e inclusivas, o projeto maior. Todas as experiências que trafegaram por esse projeto, como é ainda o caso da narrativa sobre os desempregados de Marienthal, devem servir de referência para essa metodologia que é largamente desenhada por Rorty em diversos escritos seus e, também, através de autores que buscam aplicar e desenvolver suas bases teóricas.

É do próprio Rorty a explicação de que "nós tendemos a identificar a ação de buscar 'uma verdade objetiva" como a ação de 'usar a razão' e, por isso, pensamos nas ciências naturais como paradigmas de racionalidade. Assim, nós pensamos a racionalidade como uma questão de seguir procedimentos estipulados, antecipadamente, como uma questão de sermos metódicos. Dessa forma, nós tendemos a usar os termos 'metódico' , 'racional', 'objetivo' e 'cientifico' como sinônimos".[17]

No cerne de toda a reflexão de Rorty, está o projeto de redescrição como uma metodologia capaz de produzir o que ele nomeia por "Ciência como Solidariedade", na medida em que essa narrativa seja capaz de permitir uma identificação. Há exemplos bastante simples, ao longo de toda a sua obra, sobre a natureza dessa narrativa inclusiva que ele estabelece como proposta para o pragmatismo, que "tem sido chamado, afetuosamente, [por seus críticos] de 'novo turvamento', porque é uma tentativa de esvaecer justamente aquelas distinções entre o objetivo e o subjetivo, e entre o fato e o valor, que a concepção crítica da racionalidade desenvolveu." E defende: "nós, turvos, gostaríamos de substituir a ideia de 'objetividade' pela de 'concordância não forçada'."[18]

17. RORTY, Richard. Objetivismo, relativismo e verdade. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002, p 55

18. IDEM, 59

Essa ideia da concordância não forçada, defendida por Rorty, traz à baila, como ele mesmo reconhece, a acusação do pragmatismo como relativista. Ora, se isto não é para nós, pesquisadores de formas alternativas e possibilidades contra-hegemônicas de comunicação, muito mais do que uma deixa, uma definição de atuação... Afinal, trabalhar com o reconhecimento de que as coletividades são específicas e que devem ser tratadas a partir de fundamentos particulares e apropriados, significa não possuir verdades e proposições lacradas e metas fechadas.

Essa ecologia dos saberes, como a proposta pela economista indiana Vandana Shiva, [19] certamente pode ser visualizada em projetos e narrativas como a dos desempregados de Marienthal, na qual é possível trafegar por dados objetivos (como inventário das comidas, no período, número de livros emprestados pela biblioteca local, taxas de nascimento, mortes e casamentos) até o acesso aos diários pessoais, redações de alunos nas escolas e, finalmente, a implementação de ações junto à população, como realizaram Marie Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, com promoção de cursos para adolescentes, campanhas para doações de gêneros dentre outras atividades que desenvolveram durante os meses em que transcorreu a pesquisa.

Outro modelo, mais recente, de narrativa inclusiva é o texto do jornalista londrino Mattew Collin sobre Belgrado, durante o domínio de Slobodan Milosevic, com o projeto de limpeza étnica, repressão na mídia, no final da década de 80, a partir da narrativa em torno de uma emissora de rádio clandestina. A emissora de rádio B92[20], hoje, um grupo de comunicação com rádio e televisão, é apresentada na narrativa de Collin, com dados sobre o período, sobre a cidade, o comportamento das pessoas

19. SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente – perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo, Editora Gaia, 2003

20. COLLIN, Matthew Radio Guerrilha. Rock e resistência em Belgrado. São Paulo, Editora Barracuda, 2006.

em descrições detalhadas e entrevistas. Trata-se de um trabalho capaz tanto de apresentar a realidade de um projeto de comunicação alternativo em seus mínimos detalhes como também – e este é certamente o objetivo maior – alterar uma situação existente.

Uma observação

Este nosso texto pretende ser o ponto de partida para a execução, a partir dos dois modelos apresentados, da proposta em torno da Rádio Novo Ar, uma das milhares de emissoras comunitárias que, ainda, continuam a ser fechadas no país. Em fevereiro de 2009, a Novo Ar, emissora comunitária, com sede em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, foi fechada, depois de ficar no ar por treze anos. Condenada a pagar multas pesadas, teve seus equipamentos apreendidos e foi fechada, apesar de ter realizado parcerias com a Fundação Banco do Brasil e com o Ministério do Planejamento, além do próprio Ministério das Comunicações. Apesar de clandestina, a emissora também foi ganhadora do Prêmio Experiência Inovadora do Banco Mundial, em 2002, além de prêmios na UNICEF, Banco Itaú, Moção da Câmara dos Vereadores e Prêmio Fundo Ângela Borba.

O reconhecimento de que a situação do acesso à produção de mensagens, no Brasil, continua sendo um problema legal e sem soluções definitivas, no horizonte, apesar do reconhecimento e de todos os inúmeros dados gerados por dezenas de pesquisadores, em todo o país, consolidou a ideia da montagem de uma pesquisa científica, cuja metodologia primeira é a descrição, o relato, as entrevistas e a concentração primeira, no propósito de que sejamos todos capazes de nos identificar e, finalmente, modificar um quadro de reconhecido feudalismo hertziano.

Referências

JAY, Martin. A imaginação dialética – historia da Escola de Frankurt e do Instituto de Pesquisas Sociais – 1923/1950, Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2008.

SANTOS, Luiz Antonio de Casto. Expressões da Sociologia Vienense: Marie Jahoda (perfil, militância e obra), trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, UFRJ, RJ, GT Teoria Sociológica.2009

JAHODA, Marie, LAZARSFELD, Paul e ZEISEL, Hans. Los parados de Mariethal. Madrid, Ediciones de La Piqueta, 1996.

BRAGA, José Luiz, VASSALO DE LOPES, Maria Immacolata e MARTINO, Luiz Claudio. Pesquisa Empírica em Comunicação – Livro Compos 2010. São Paulo, Editora Paulus, 2010.

RORTY, Richard. Objetivismo, relativismo e verdade – escritos filosóficos 1. Rio de Janeiro, Relume Dumará Editora, 1997.

VATTIMO, Gianni. Técnica ed esistenza – uma mappa filosófica del Novecento, Torino, Paravia, 1997

1.5 A Interpretação do Dado Empírico no Contexto das Correntes Teóricas em Comunicação.

Luiz C. Martino[1]

Falar de pesquisa empírica é tentar *dizer por que a ciência não é a filosofia*, é entrar no âmago da questão do conhecimento e apontar o modo particular que cada uma delas estabelece sua relação com o real. Tudo o que pode ser dito sobre a pesquisa empírica remete a esse problema.

Se o objetivo deste texto não é uma resposta direta a essa questão fundamental – que, em última instância, enquadra e dá sentido a sua discussão –, nem por isso a perderemos de vista. Nosso propósito, aqui, será examinar a compreensão do problema do empírico no pensamento comunicacional. Dando continuidade a uma reflexão iniciada em uma publicação anterior (MARTINO, 2010a), visaremos à análise das diferentes concepções que as correntes de pesquisa em comunicação têm da natureza do fenômeno que tomam como objeto de estudo, sob o ângulo de sua relação com a realidade.

1. Professor e pesquisador da Universidade de Brasília(UNB) e do CNPq

Uma boa maneira de introduzir o assunto é tentar entender a necessidade de fazer pesquisas empíricas. Por que ou em que condições elas se tornam necessárias? Ilustremos nossa resposta com o exemplo a seguir.

Investigando a questão das doenças mentais, Hollinsgshead e Redlich perguntam se haveria alguma relação entre a incidência de esquizofrenia e classes sociais. A princípio, um exame do conceito dessa doença não revelava nenhuma ligação aparente com a divisão social em classes. Aparentemente, nada nos sintomas ou na gênese da doença indicava alguma relação com mecanismos sociais. A análise lógica não conseguia estabelecer nenhum vínculo necessário entre elas e, portanto, não pôde dar resposta ao problema colocado. No entanto, uma vez realizada a investigação empírica, foi encontrada uma correlação: quanto mais baixa era a classe social, maior era a incidência da esquizofrenia. Havia um nexo empírico, até ali ignorado, que não estava expresso nas teorias da esquizofrenia (citado por Brown, 1972, p. 240)

O exemplo nos mostra, claramente, que a teoria cumpriu seu papel de estruturar e indicar o tipo de dado que a pesquisa empírica deveria gerar. Esta, por sua vez, trouxe novos elementos à reflexão, novas conjecturas, que provocaram uma modificação ou enriquecimento do conceito de esquizofrenia, sugerindo que este deve comportar um componente social. Essa relação de complementação e regulação entre teoria e dados empíricos permite identificar uma pesquisa empírica[2]. Notemos que a relação entre os dois fenômenos não poderia ser estabelecida de antemão, pela simples análise lógico-conceitual. Foi preciso fazer uma "consulta" à realidade empírica (evidentemente, estruturada pela teoria) para que a reflexão avançasse, inclusive com novos problemas. É isso que justifica a pesquisa empírica: o dado empírico é relativo a um problema, e a teoria é regulada (limitada e desafiada) pela realidade empírica.

2. Para a definição e discussão da tipologia de pesquisa empírica, ver Martino 2010a.

No domínio da comunicação, um investigador interessado, por exemplo, na relação da Internet com a democracia poderia ser levado a ter boas razões para acreditar que o potencial de livre expressão desse meio traz um aporte à democracia. No entanto, a análise de uma determinada situação pode lhe trazer informações que contradizem suas expectativas, estimulando-o a encontrar explicações que possam compatibilizar os achados empíricos com sua teoria a respeito desse meio. Por exemplo, a vigilância dos servidores de acesso à rede permite incrementar a perseguição a indivíduos julgados subversivos; além disso, a capacidade de expressão pode ter outros destinos (diversão, pornografia, arte, esporte...) e não necessariamente ser empregada para fins políticos ou de cidadania; ou ainda, pode haver um movimento de contrainformação, colocando em dúvida o teor das informações divulgadas ou a veracidade de certas intervenções nos debates virtuais.

Essas possibilidades de obstrução do processo democrático poderiam ser levantadas no plano teórico, revelando uma ambiguidade na conceitualização da Internet, mas somente em um contexto empírico é que teríamos condições de saber se essa ambiguidade será mantida ou se alguma tendência irá sobressair, marcando o sentido do meio para aquele contexto (que pode ser uma situação ou uma época). Em suma, como no exemplo anterior, o avanço da teoria depende de sua confrontação com a realidade empírica, ao mesmo tempo em que esta não aparece de forma independente, mas a partir das inquietações provocadas pela teoria.

Pelo exposto, seria de se esperar que a designação "pesquisa empírica" refletisse um importante ramo da pesquisa em comunicação. Mas, não é assim, ao contrário, ela é raramente empregada. As classificações normalmente seguem outros princípios[3], mesmo porque pesquisa empírica

3. As classificações da pesquisa de nossa área tomam como critério: as correntes teóricas, a metodologia no aspecto do desenho da pesquisa (experimental ou de campo), a metodologia no tocante ao tipo de dado (quantitativa ou qualitativa),

e pesquisa teórica são complementares. Em ciência, o termo *pesquisa* expressa o processo de aquisição de conhecimento, o qual envolve várias ações (organizar, sistematizar, criticar...); mas, particularmente, implica o empreendimento de confrontar e testar esses conhecimentos frente à realidade. Claro que todas essas ações formam um conjunto e não atividades isoladas. Se o trabalho científico pode dar alguma ênfase ao elemento empírico ou ao elemento teórico, sem perder sua unidade, é porque se trata apenas de divisões do trabalho coletivo da ciência. Pesquisas teóricas ou empíricas apenas indicam momentos ou estágios para uma síntese necessária, pois não têm significação independente e pouco adiantaria pretender insistir em qualquer oposição entre elas.

Contudo, se o elemento empírico se encontra por toda parte, sua compreensão não é a mesma e as grandes correntes do pensamento comunicacional refletem diferentes posicionamentos epistemológicos a esse respeito.

A identificação das grandes correntes de pesquisa em comunicação é, por si só, um tema controverso (mais do que normalmente se julga) e seu mapeamento foge do escopo do presente trabalho. Em vista de nossos propósitos, nos contentaremos em analisar algumas das mais representativas, tomando como referência a classificação proposta por um especialista do assunto, Oliver Boyd-Barret (2009) que afirma que,

> [...]a grosso modo, a corrente complexidade do campo pode ser acomodada no interior de três dos mais significativos movimentos dos estudos dos meios: estudos dos efeitos, economia política e estudos culturais (p.23).

---

os diferentes tipos de objetivo (administrativa ou crítica), o segmento do processo de comunicação (emissor, recepção, conteúdo), o fator histórico-geográfico (communciation research, estudos culturais latino-americanos) ou o assunto (film studies, TV).

Representação do campo que apenas desdobra a clássica oposição, sugerida por Lazarsfeld, entre *pesquisa administrativa* e *pesquisa crítica*, normalmente evocada para opor uma corrente empírica a uma corrente marxista. Um debate que tem sido obstinadamente retomado em nossa área de estudo. Na síntese que faz dos principais impasses aí gerados, Sheryl Hamilton (2006, p. 14) aponta três discussões. a) A reivindicação de "superioridade moral" de ambos os lados – os defensores de um viés crítico evocam a importância de suas pesquisas; os que defendem um viés administrativo, de outra parte, asseguram que seus trabalhos estariam fundados em um conhecimento científico puro, sem ideologia. b) Uma querela sobre o empirismo tendo por base a falta de distinção entre empirismo e positivismo. c) E, em razão desta última, uma discussão mal colocada em torno da metodologia, inclusive opondo esta à teoria. A autora conclui que o debate não é propriamente metodológico – ambos os lados podem se servir dos mesmos métodos –, mas é de ordem *ontológica e epistemológica* ("em que consiste o mundo e como podemos conhecê-lo?").

Em nossa visão, esses três pontos estão entrelaçados e remetem a um movimento comum, no qual, a seguir, tentaremos explicitar na sequência desta apresentação. 1) Primeiramente, fazendo uma breve exposição sobre os modos de abordagem e constituição do observável nas grandes correntes de pesquisa: o que constitui o dado empírico para elas? 2) Num segundo momento, examinaremos o fundamento da materialização do processo de comunicação, faremos a análise das reduções do processo comunicacional. 3) Para, finalmente, discutir suas implicações para nossa área de conhecimento.

A Constituição do Observável

Tendo-se em conta que nosso problema não é a possibilidade ou a utilidade de dados empíricos em ciências sociais, nos limitaremos a dizer

que o dado não é uma *prova*[4] (verdade metafísica), nem é uma pura *ficção*[5] (uma construção exclusivamente humana). Nosso foco consiste em procurar entender as abordagens do dado empírico em comunicação.

Os pesquisadores de nossa área provavelmente estariam de acordo com a afirmação de que o objeto que investigam não é um "ente imaginário", uma ficção teórica, mas um ser existente, algo que está no mundo. Ou melhor, algo que, em parte, está no mundo (materialidade do signo, mensagens, meios etc.) e que, em parte, dá-se como um processo mental. Também seria fácil admitir a necessidade de uma *base material* para que ocorra o processo de comunicação. Até esse ponto, acredito que haveria grande consenso. Mas, o panorama muda, rapidamente, se perguntamos em que consistem esses elementos materiais, que são a base para a observação, e qual o seu valor para a reflexão em comunicação.

Evidentemente, as respostas não podem mais coincidir, e isso tem grande importância para nós, pois é sobre essa materialidade que repousa a questão do dado empírico que queremos desenvolver. Apresenta-se, então, a questão de saber como as grandes correntes em comunicação se posicionam em relação a esse problema.

Começaremos apresentando os modos de abordagem e constituição do observável nas grandes correntes de pesquisa. Isso nos permitirá entender, em linhas gerais, o que constitui o dado empírico para cada uma delas.

---

4. Para uma discussão da noção de prova ver Badi Kasm, L'Idée de Preuve en Métaphysique, 1959.

5. Ver as críticas de Paul Bernard ao subjetivismo, « L'insignifiance des "données": bref essai contre la stigmatisation positiviste », 1982.

1) Communication Research

Formada por volta dos anos 30, nos Estados Unidos, essa corrente é a que mais correspondeu à demanda de conhecimentos operacionais dos meios de comunicação. Ao ponto de muitos a identificarem completamente com a chamada *pesquisa administrativa* ou como *pesquisa dos efeitos*. Se a primeira designação fixa os objetivos, eliminando qualquer possibilidade de desenvolvimento de pesquisa básica, a segunda sugere que essa corrente adota apenas um tipo de explicação, a da causalidade, o que está longe de ser verdade.

Uma maneira menos artificial de definir sua unidade, talvez seja encontrada no modo como elas abordam e configuram o processo comunicacional, isto é, através de sua *redução ao comportamento*. Tal redução constitui um traço tão característico que mesmo pesquisadores experimentados, como Frey, Botan, Friedman e Kreps – na interessante obra *Interpreting Communication Research: a case study approach* –, não hesitam em estabelecer os objetivos da investigação, empregando exclusivamente a noção de comportamento:

> A pesquisa em comunicação está orientada para realizar três propósitos gerais: descrever o comportamento de comunicação; relacionar o comportamento de comunicação a outras variáveis; e/ou criticar o comportamento de comunicação (p. 8).

Grande parte da investigação realizada, nos Estados Unidos, adota – explicitamente ou não – o comportamentalismo como base para a pesquisa. Esses trabalhos não estão necessariamente engajados com o movimento *behaviorista*, no sentido estrito de elaborarem esquemas de ação e reação. Eles simplesmente admitem (por razões ontológicas ou metodológicas) que o comportamento seria uma instância válida de tradução dos fenômenos humanos. Isso permite atender a exigência de transpor ou traduzir o processo comunicacional para um plano observável, porém, tal conversão não pode ser feita sem trazer certos problemas.

Cabe, aqui, então, indicar uma distinção entre a influência da psicologia e da sociologia. Na primeira vertente, os processos de comunicação são *identificados* aos processos psicológicos. Geralmente, essas pesquisas são desenvolvidas por psicólogos, os quais não têm por que se inquietarem de assumir a assimilação dos processos de comunicação ao comportamento ou à vida mental: atitude, memória, percepção, motivação (esses mesmos alcançados pela observação do comportamento).

De fato, para muitos teóricos de nossa área, a comunicação interpessoal não poderia se separar dos processos psicológicos. Tal abordagem facilitou o tratamento empírico, permitindo inclusive o uso de métodos experimentais, mas a questão que fica é até que ponto tais pesquisas podem ser consideradas estudos de comunicação, num sentido estrito? Certamente não, se os processos se encontram *identificados* ou se são *explicados* por processos mentais.

Vemos que a questão do dado empírico, rapidamente, estende-se para o problema da própria existência da área de estudos, como veremos mais à frente.

De outra parte, a vertente sociológica toma como objeto a comunicação mediática, o que lhe permite trazer alguma especificidade ao problema da comunicação, embora raramente tenha se colocado de forma séria a questão de uma identidade epistemológica para a área. Uma pesquisa paradigmática é a do famoso *The People's Choice*, com base empírica e focada no efeito dos meios. O processo comunicacional é ali analisado como comportamento de voto, mas seu modelo teórico (dois estágios da comunicação) permite que se façam generalizações para outros campos, como o consumo cultural, a moda, o aconselhamento pessoal ou a adoção de inovações tecnológicas. Em todos eles, a abordagem do processo comunicacional consiste na conversão ao comportamento.

Mas, o grande diferencial, aqui, como para outras correntes, dá-se no modo de explicação, pois a isso estão atrelados os dados empíricos. É de grande importância, então, ter em conta a distinção entre as pesquisas em cujas explicações os meios aparecem como *vetor de explicação* e aquelas pesquisas que comportam explicações, nas quais a ação ou funcionamento

dos meios aparecem *explicados* por outros fatores. Apenas as primeiras marcam a especificidade das pesquisas em comunicação.

2) Os estudos críticos

Em sua boa síntese sobre o pensamento crítico, Sheryl Hamilton (2006) afirma que essa corrente tem definido seu problema de pesquisa como as relações entre comunicação e poder.

> Este foco tem sido variavelmente enquadrado como uma questão de (1) poder e controle social (Halloran, 1983); (2) preocupação com as estruturas de poder (Gerbner, 1983b); ou (3) uma investigação no interior da dominação, contradição e conflito (MOSCO, 1983, p. 12).

Essas possibilidades de interpretação se desdobram em correntes críticas, reteremos as três mais importantes: a Escola de Frankfurt, os Estudos Culturais (britânicos) e a economia política da comunicação.

a) *Escola de Frankfurt*.

Com forte influência marxista, essa corrente, que também recolhe a contribuição de outros elementos do pensamento alemão (como a psicanálise, a sociologia de Max Weber e a da filosofia alemã), volta-se para uma profunda reflexão filosófica das questões levantadas pelo Iluminismo e a crítica marxista. O escopo de suas inquietações ultrapassa, largamente, a problemática da comunicação e visa à questão da emancipação humana.

Nosso interesse em aproximá-la das questões de nossa área não deve nos fazer esquecer que a materialidade do processo de comunicação é um assunto pouco desenvolvido, como de resto, o assunto mesmo sobre meios de comunicação. Do ponto de vista comunicacional, sua maior contribuição é o conceito de Indústria Cultural, entendido como a influência

do capitalismo sobre a cultura, ou a substituição da cultura pela lógica do mercado e da exploração capitalista.

Para os autores dessa orientação, trata-se de compreender os mecanismos que impedem a realização da plenitude humana (como levantada na questão do *trabalho* em Marx). Os meios de comunicação aparecem como veículos da 'Indústria Cultural', são tecnologias de inculcação ideológica, responsáveis pela manutenção da ordem dominante. Ao lado do consumismo, os meios são vistos como excitantes externos, em parte como mercadorias, em parte como agentes ativos que visam à fidelidade das massas ao sistema produtivo. Eles também podem funcionar de modo menos explícito, por meio do incentivo de práticas de lazer, enquanto divertimento, isto é, como distração dos reais problemas ou como compensação, uma válvula de escape, para aliviar as tensões geradas pela pressão do sistema de produção.

De certo que os meios não são mercadorias quaisquer, seu consumo ultrapassa o âmbito da posse e do *status* da posse, trata-se de um consumo fugaz, imediato e propício à diversão ou à fixação da ideologia dominante. A materialidade da comunicação se dá, então, nos próprios meios, enquanto veículos de mensagens ideológicas ou, simplesmente, nessas últimas, já que a significação dos primeiros é derivada das ideologias que veiculam.

Por isso, as práticas de consumo, o lazer como divertimento, a circulação de mensagens como distração ou reforço ideológico acabam sendo equivalentes, no sentido que são manifestações ou veículos de uma instância maior, que encerram a significação última dos processos comunicacionais *mediatizados*: a dominação do homem pelo homem. São práticas do poder que obstaculizam a plena realização do ser humano.

b) *Estudos Culturais*.

Para essa corrente, o processo de comunicação ganha sua materialidade, a partir da ideia de que os polos de Emissão e de Recepção coincidem com o confronto entre classe dominante e classe dominada. A

emergência de uma indústria cultural coloca o problema da penetração de bens culturais produzidos por uma classe dominante em ambientes sociais que desenvolvem formas culturais próprias. O par emissor-receptor desdobra o choque político, de modo que o processo de comunicação é entendido como conflito de classes sociais. A materialidade da comunicação, estritamente falando, é a mesma do comportamento e das práticas culturais, mas elas recebem uma significação que ultrapassa o nível descritivo.

Assim, os estudos culturais irão se desenvolver dentro de dois parâmetros: de um lado, o trabalho de identificar esses ambientes de recepção e descrever suas formações culturais; de outra parte, devem apontar as formas de dominação e de resistência que lhes acompanham, para que possam ser avaliadas. Além da *submissão* ou da *resistência* à ideologia da classe dominante, a significação de uma prática social também pode ser a *negociação*, que representa os diferentes matizes entre esses dois polos. Essas três possibilidades, certamente, fixam um interessante quadro para a análise da significação. Mas, de quê exatamente? Do processo de comunicação ou do resultado de uma relação de poder? Não resta dúvida de que a resposta se volta para esta última, deixando ver que os processos de comunicação são apenas o suporte, o "canal", o *lócus*... de uma análise do poder. Nesse caso, a identificação é uma redução do processo de comunicação às estruturas de poder.

De outra parte, notemos que a ênfase na resistência e na possibilidade mesma de escapar à ação *ideologizante* da indústria cultural é o traço que distingue a abordagem dos Estudos Culturais em relação à Escola de Frankfurt. Esta lhe poderia objetar se as "resistências" em questão seriam apenas válvulas de escape, pequenas concessões ou mesmo um atrativo para o bom funcionamento do sistema de produção dominante. O que leva os Estudos Culturais a acentuarem sua visão não-negativa e a valorizarem as formas culturais, tendendo ao argumento de que as estruturas de poder *são* formas culturais – e não o inverso. Desse modo, eles favoreceriam a uma visão mais antropológica do que política.

Por conseguinte, esses matizes geram uma tensão entre o *viés descritivo* (ou antropológico) e o *viés filosófico*. O primeiro é caro aos Estudos Culturais que, frequentemente, recorrem a um tipo de *etnometodologia* como uma maneira de dar tratamento a seu objeto empírico. O vetor filosófico, por sua vez, é intrínseco às noções de *emancipação* ou de *autonomia*, empregadas na avaliação das formações culturais (resistência, submissão ou negociação?). Porém, onde se apoia a explicação: numa redução da cultura ao poder ou ao inverso (viés filosófico), uma redução do poder à cultura (viés antropológico)?

Em todo caso, a questão que emerge é se o processo comunicacional pode ser reduzido ao conflito de classes sociais. Ou melhor, qual o sentido dessa redução? No plano metodológico, ela expressa um recurso normal da pesquisa científica, e leva os Estudos Culturais a se aproximarem ou coincidirem com a Antropologia Social. Mas, se seu escopo for um plano ontológico, então, passamos para a filosofia (incluindo, aí, o ativismo político-social). Tanto em um caso como no outro, a análise do processo de comunicação é apenas uma primeira etapa de algo que será resolvido em outra instância, a do poder.

c) *Economia Política*

A economia política leva mais longe a assimilação descrita acima e identifica completamente a comunicação à mercadoria, para analisar os fluxos informativos como um *mercado*. Diferente dos outros enfoques críticos, ela tende a permanecer mais fiel à visão ortodoxa do marxismo no tocante a considerar a cultura como uma infraestrutura redutível à base econômica e a considerar o processo de comunicação sob o controle de instâncias econômicas e interesses políticos.

Mesmo admitindo a possibilidade de que o controle capitalista da produção cultural não a transforme, necessariamente, em suporte da ideologia dominante, tal possibilidade não pode ser levada às suas últimas consequências, sem esvaziar o ponto de vista da economia política. Uma

apresentação mínima dessa perspectiva pode ser formulada como a adesão à proposição que atribui algum grau de determinação dos fluxos de comunicação (influência, controle) pelas estruturas que viabilizam esses próprios fluxos.

Para a economia política, a materialidade da comunicação se traduz nas realizações da tecnologia e dos investimentos financeiros. Juntos, eles formam as *instituições* fornecedoras de *mercadorias* (*commodities*), que são realidades sintéticas tomadas como unidade de observação para o jogo político que se instaura na luta pelo seu controle. Por isso, a centralidade da noção de mercadoria e a conversão dos processos comunicacionais a essa noção.

Os dados empíricos são fundamentalmente de ordem econômica. Eles fornecem a descrição do mercado de informação, cujo comportamento os modelos políticos irão procurar explicar, a fim de discernir as possíveis linhas de ação para a intervenção, tanto no sentido econômico de regulação, quanto, também, de regulamentação legal, através de proposição de políticas públicas para os órgãos de comunicação.

Não podemos encerrar sem uma observação geral para todas as correntes críticas. Devemos ter em conta que o deslocamento da significação dos fenômenos empíricos para o plano do poder desdobra as investigações marxistas em dois planos diferentes: como teoria no âmbito de uma *disciplina ou campo científico,* voltada para a análise das estruturas do poder (ciências políticas, economia-política) ou como *filosofia*, que reduz todas as significações a um nível, ontologicamente, mais importante. De acordo com a primeira, o poder é uma chave de leitura, uma conjectura, para se explicar a realidade; na segunda, ele é o fundamento último de todas as realidades.

É, nesse último sentido, que se apoiam as críticas à ciência como uma ideologia, desenvolvendo uma visão negativa – e indevidamente generalizada – do positivismo como tudo aquilo que não é pensamento crítico e, também, a negação de todo e qualquer tipo de objetividade como ideológica. Esses pilares do pensamento crítico mais radical são expressões do marxismo, enquanto filosofia e se apoiam em uma hierarquização de

valores. Eles são a fonte da confusão positivismo com o empirismo. Nessa forma filosófica, a questão do dado empírico fica largamente limitada, visto que não cumpre uma função no âmbito da explicação. Como qualquer outra concepção filosófica, o marxismo pode servir de quadro de referência para as pesquisas científicas[6], mas não deve ser confundida com a própria ciência.

As reduções do processo de comunicação

As apresentações, acima, evidentemente, só podem ser aproximadas e incompletas. Contudo, a simples colocação da questão "*o que seria o dado para os estudos de comunicação?*" já nos permite uma observação importante: em geral, as pesquisas em comunicação se debruçam sobre uma "matéria sensível" que não é o processo de comunicação. Isso coloca o problema epistemológico de examinar os procedimentos dessa *conversão* [7].

Apressemo-nos em dizer, que se trata de um recurso válido e corrente em ciências humanas; mas, curiosamente, negligenciado, já que grande parte das pesquisas em comunicação elabora seus dados empíricos sem dar atenção a essas conversões e sem discutir suas consequências para a abordagem de seu objeto. Assim, se os processos de comunicação podem ser investigados sob a forma de *processos mentais* (atitude, memória, percepção, motivação) ou sob a forma de *comportamento* ou, ainda, sob a

6. BRUYNE, Paul de et. al. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais. Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1977.

7. Empregamos o termo *conversão* de forma genérica, para marcar algumas distinções de sentido nos processos de *redução*. Termo que é mais comum na literatura especializada e que é não é tomado, aqui, em sua acepção negativa (eliminação, corte ou abstração, que deixa escapar o importante ou o essencial).

forma de uma redução às *estruturas do poder* – procedimentos que asseguram uma base empírica para o estudo da comunicação –, isso exige, no entanto, uma tomada de posição frente a algumas opções epistemológicas cruciais sobre o significado dessas conversões, visto suas importantes consequências tanto para a *significação teórica* dos achados empíricos quanto para a própria caracterização da área de estudo.

Essa conversão pode ser entendida como:

a) Uma *tradução* (ou *redução metodológica*), um expediente metodológico necessário para viabilizar a observação ou para dar tratamento ao processo de comunicação. Por exemplo, os processos comunicacionais podem ser expressos pelo comportamento: efeito da campanha eleitoral sobre o comportamento de voto, efeito da publicidade e a compra de uma mercadoria, influência da circulação da informação científica e a adoção de uma nova tecnologia, relação entre a difusão de crítica de arte e a *frequentação* de cinema etc. Nesse sentido, ela pressupõe uma conversão que *pode* ser desfeita e que *deve* ser desfeita no momento da interpretação dos resultados finais, pois os dados não coincidem exatamente com o fenômeno estudado, apenas o representam. Logo, eles demandam atenção e cuidado para que os procedimentos metodológicos que garantiram a observação (conversão da comunicação ao comportamento) não tomem o lugar do objeto de estudo: a comunicação não é o comportamento.

b) Outra opção é tomá-la como uma *identificação*. Por exemplo, os processos de comunicação *são* os processos mentais. Estaríamos apenas diante de sinônimos. Como tal, não tem importância para nós, salvo se, para além do fator linguístico, seja dada uma interpretação ontológica a essa identificação. Então, ela pode assumir o valor de *redução*, como veremos em seguida.

c) Entender os processos de comunicação como passíveis de serem *reduzidos* aos processos mentais, comportamento etc. constitui uma opção que implica uma afirmação ontológica sobre a natureza do real. Isso

porque os primeiros expressariam níveis superficiais da realidade, ou seja, seriam *efeitos* ou consequências de um nível mais profundo, no qual deve se fundamentar a explicação. Tomando como exemplo os processos de comunicação, estes seriam *efeitos* dos processos psicológicos e devem ser explicados por esses últimos, os únicos *reais*.

d) Também se pode entender a conversão como uma busca do significado do processo de comunicação através do *deslocamento da significação* a um plano diferente daquele, no qual se passa o fenômeno imediatamente observado. É desse outro plano que seria possível explicar ou entender o primeiro. Tal deslocamento implica um *sistema de valor*, pois é a importância atribuída ao segundo plano que assegura essa passagem. Esse procedimento pode ser considerado similar ao da redução, na medida em que instaura uma hierarquia, ainda mais se o valor for derivado do próprio real (um nível profundo ou escondido do real). A "luta de classes", por exemplo, poderia ser considerada como *ontológica*, como expressão de um real mais profundo que explicaria todos os elementos da vida social, em sentido amplo. Então, o valor é derivado do real. Porém, de outra parte, o valor não precisa ter um lastro direto no real, e ser puramente um valor humano, de modo que um dado fenômeno é avaliado, por exemplo, por seu potencial de *emancipação*, o quanto ele promove a realização da essência humana. De qualquer modo, a colocação como *valor* fundamenta as correntes críticas, inclusive sua tendência ao ativismo político-social.

Esses posicionamentos estão na base de grande parte das pesquisas realizadas em nossa área. Eles não esgotam todas as possibilidades. Três correntes merecem ser mencionadas, embora seus posicionamentos epistemológicos "contornem" o problema da conversão, focando diretamente o processo comunicacional (o que gera outro tipo de problema, diferente daquele que nos ocupamos aqui). As *teorias cognitivistas*, embasadas no paradigma de construção da realidade social, focam a natureza *simbólica*

da comunicação e garantem, assim, a fidelidade ao fenômeno comunicacional. No entanto, expõem-se aos problemas do construtivismo: o reforço da teoria empurra a pesquisa aos limites do subjetivismo e, por conseguinte, a uma paradoxal desconstrução da própria teoria. Desse modo, os dados empíricos não têm uma significação própria, seriam um efeito da teoria [8]. Outras análises do processo comunicacional também enfrentam esse mesmo problema de hipertrofia e eliminação da teoria. Elas configuram uma tendência que pode ser caracterizada pela desconsideração do dado empírico, em vista da busca de uma "essência" do processo de comunicação (por exemplo, Braga, 2010; Marcondes Filho, 2004). Por fim, outra corrente importante, mas seguidamente negligenciada nas classificações do campo da comunicação, é a da *teoria dos meios* (também conhecida como *media ecology*). O foco na questão tecnológica, e a própria noção dos meios como *extensões*, introduz uma continuidade entre os meios e o processo de comunicação. De certo modo, essa corrente elimina a questão da conversão, já que a atividade dos meios não deixa de ser um processo comunicacional. Ao mesmo tempo, ela elege como foco de investigação a peculiaridade da intervenção da tecnologia nos processos de comunicação. O contraste entre a comunicação direta (ou interpessoal) e a comunicação mediática, pode assumir o sentido do problema de conversão que tratamos, aqui; mas devemos observar que, como tal, ela deixa de ser uma opção epistemológica de uma abordagem de pesquisa, para se tornar um problema de investigação, central e incontornável para todas as pesquisas dessa corrente (cada meio seria uma conversão particular do processo de comunicação). Não é mais o problema da redução, o que passa a ser focado é a especificidade de cada meio de comunicação.

8. Para uma visão geral das críticas ao subjetivismo ver Bernard (1982). Sobre a desconstrução da teoria, ver Craig (1999) e as críticas de Martino (2010b).

Feitos esses esclarecimentos, voltemos à análise das opções de interpretação da conversão do processo de comunicação. Das opções acima, apenas as duas últimas – a de *redução* e a de *deslocamento da significação* – despertam polêmica e nelas iremos nos concentrar.

Pouca atenção tem sido dada para o fato de que o modo de configurar os dados empíricos está ligado ao desenvolvimento teórico da área. A discussão sobre a pesquisa empírica em comunicação não pode ser independente da maneira como a área compreende a si própria. Na falta de uma reflexão epistemológica mais desenvolvida, grande parte de nossas pesquisas *naturalizam* a conversão do processo comunicacional a outras instâncias.

Não é fácil entender porque muitos estudos de comunicação se permitem uma liberdade sem limites e não se intimidam frente ao paradoxo de estudarem os processos de comunicação *como* mercadoria, comportamento, processos mentais etc. Uma resposta mais exata talvez devesse incluir considerações de ordem da sociologia da ciência. Consideraremos, aqui, apenas aquelas de ordem epistemológica.

Uma maneira corrente de naturalizar a conversão do processo comunicacional tem sido negar a repartição disciplinar (e ignorar suas razões), com isso, buscam um fundamento último (filosofia) ou apreendem seus objetos de reflexão diretamente, como no senso comum. Os procedimentos de conversão também podem ser naturalizados se forem hipervalorizados (tendência para a *communication research*) ou subvalorizados (tendência para a corrente crítica), sendo desligados do quadro mais geral da explicação. Nessas condições, eles passam a assumir valores ontológicos e não visam gerar explicações que articulam o dado empírico à teoria, como é necessário na pesquisa científica.

No caso do positivismo filosófico, o valor ontológico se estabelece como uma hierarquia de disciplinas (sociologia, psicologia, biologia, física, esta última como a mais fundamental). As pesquisas em nossa área, frequentemente, recorrem a teorias importadas de outras disciplinas para realizar suas explicações (Berger, 2007), por conseguinte, a conversão do processo de comunicação também acaba sendo um reenvio à outra

disciplina. Tudo se passa como se o trabalho teórico se desse somente "após" a conversão, (até então o processo é naturalizado). Em outros termos, o tratamento empírico é garantido graças a abordagens (tratamento metodológico, recursos teóricos) de outras disciplinas, sem que este procedimento seja discutido.

Em suma, essa "importação de teoria" – que corresponde à conversão do processo de comunicação – pode ser justificada ingenuamente por uma identificação dos processos de comunicação aos processos de outra natureza ou, de modo mais sofisticado, por sua remissão a outras instâncias da realidade, como realizada pelo positivismo filosófico.

Para muitas pesquisas da corrente da *communication research,* a redução da comunicação ao comportamento não seria somente a exigência de uma base material, mas uma redução no sentido de fundar o processo de comunicação em algo existente (plano ontológico). Segundo a doutrina de Auguste Comte, afirmar que os fenômenos de um determinado nível podem ser reduzidos a um nível mais fundamental equivale a dizer que este nível é *mais real* e pode melhor explicar aqueles fenômenos.

O livre trânsito de teorias também poderia ser justificado por uma posição interdisciplinar, que nega as fronteiras entre as disciplinas. Mas, tanto num caso quanto no outro, o processo comunicacional é apenas uma realidade imediata, explicada por outra instância da realidade (ver adiante, os processos comunicacionais como *explicans*).

De outra parte, para a corrente crítica, o deslocamento da significação também recebe uma justificativa ontológica. A redução da comunicação às estruturas do poder e à prática da dominação também é a exigência de um *termo último*. A explicação seria uma significação "mais profunda". Os dados empíricos têm um valor menor, visto que sua significação última resta diretamente ligada a uma questão humana, por isso, ideológica e política, como a própria interpretação da realidade física. Tal concepção ontológica coloca em xeque a própria noção de "empírico", que aparece como resultado de uma operação política, relativa às condições do modo de produção econômica ou às estruturas do poder.

Por isso, as identificações do processo de comunicação com instâncias do regime de produção capitalista – mensagem *como* mercadoria (Escola de Frankfurt), emissor-receptor *como* produtor-consumidor (Estudos Culturais), mercado *como* comunicação (Economia Política) – são consideradas válidas (naturais), já que sua significação corresponde ao valor que elas assumem para o desenvolvimento do ser humano. Toda mercadoria carrega uma mensagem (a comunicação expressa o capitalismo), assim como toda mensagem é consumida como uma mercadoria (a comunicação assume a forma do capitalismo). Qualquer tentativa de marcar diferenças seria inútil, pois equivaleria a desconhecer a realidade última dessas manifestações do sistema de dominação capitalista.

Desse modo, a redução ou deslocamento do dado empírico corresponde a operações "teóricas" justificadas de modos diferentes para as pesquisas com base positivista (redução dos níveis de realidade) e as pesquisas marxistas (deslocamento da significação). Mas, ambas se apoiam em um sistema de hierarquização (respectivamente, do real e dos valores) e implicam na extrapolação do plano científico.

Em sua interessante obra *A explicação em Ciências Sociais,* Robert Brown, num esforço de síntese, define explicação como "a busca do irredutível" (1972, p. 268). Mas, isso num sentido epistemológico e não ontológico. Segundo o autor, uma explicação em ciências sociais:

> É a explicação final de uma série de um certo tipo. Esta série consistirá em explicações que só se referem a propriedades sociais, e o último elemento da série será aquela explicação cujas variáveis exigem outras explicações em termos de propriedades não sociais. Dito de outro modo, a explicação última será o membro final de uma série de explicações sociais, final porque em si mesma não terá uma explicação *social* (p. 267).

"Não terá uma explicação *social*", completemos de nossa parte, pois será de outra natureza, encontra-se em outro nível de realidade, que

corresponde à outra disciplina e não mais à sociologia. A explicação em ciência é incompatível à ideia de uma redução última, já que *para o pensamento científico a realidade não se apresenta como uma hierarquia de níveis, nem de valores*. Os níveis de realidade não são tomados de forma ontológica, eles são perspectivas, cuja validade deriva de pressupostos que não podem ser totalmente esclarecidos. Estão baseados em conjecturas (na forma lógica do "se... então") e se encontram vinculadas, portanto, ao *problema* e as questões que as introduzem: os níveis equivalem a tipos de problema, disciplinas, e não a camadas da realidade.

Apesar de a ciência postular a realidade como unidade, esta aparece fragmentada, na forma de disciplinas de estudo, correlacionadas às perspectivas conceituais que recortam e definem instâncias ou níveis de realidade. Por conseguinte, como estes últimos não têm existência absoluta, não há sentido efetuar *reduções* ontológicas. As reduções no trabalho de pesquisa científica só podem ser de ordem *epistemológica* (ponto de vista de uma disciplina) ou de ordem teórico-**metodológica** (como artifício para viabilizar o tratamento de um determinado objeto de estudo). Tampouco podem ser hierarquizados por seu valor, já que as proposições científicas só podem ser avaliadas em relação ao problema e ao conjunto dos conhecimentos com o qual se relacionam. Diferente da filosofia, os níveis de realidade comportam um valor intrínseco às disciplinas científicas, não havendo possibilidade de síntese.

Enfim, se o procedimento de redução ontológica se justificasse, teríamos que tomar o dado empírico como *real* e não como uma construção teórica. Ao inverso, se aceitássemos a ideia de um nível *mais importante*, a partir do qual pudéssemos atribuir a significação dessa instância aos dados empíricos, estes teriam um papel secundário ou irrelevante, visto que não teriam significação própria.

Consequências para a Área de Conhecimento

Que conclusões devemos tirar da análise dessas conversões para a área de conhecimento? Se os procedimentos de redução são intrínsecos ao trabalho científico, nem por isso devemos aceitar sua *naturalização*. Ora, como devemos entender, então, esse hiato que se abre entre o uso legítimo e delicado de um expediente epistemológico e, de outra parte, o fato que as operações de conversão não recebam tratamento a altura de sua importância?

A identificação dos processos comunicacionais a outras instâncias se reflete na indefinição das pesquisas dos comunicólogos em relação a outras áreas de conhecimento. Isso tem fornecido um ilusório respaldo metodológico, mesmo ao preço de que o resultado final seja a redução do comunicacional. Tal concepção da área tem sido alvo fácil para as críticas céticas no tocante à autonomia do saber comunicacional (Martino, 2003).

De outra parte, e igualmente muito expressiva, é a posição daqueles que leem essa identificação no sentido inverso, como se os processos de comunicação fossem o *fundamento* dos processos psicológicos, comportamento etc. Como se todo o universo das ações humanas pudesse ser reduzido à comunicação.

Para a primeira, a comunicação é *efeito* de outros níveis, por isso, deve ser necessariamente reduzida. O processo de comunicação é apenas um "dado empírico", um fenômeno a ser explicado (*explicans*), nunca aparece como *explicadum* (termo que explica). Na falta dessa perspectiva epistemológica, os processos comunicacionais passam a ser explicados pela psicologia, pela sociologia etc. Não seria possível, portanto, constituir uma disciplina científica.

De outra parte, aqueles que tomam a comunicação como fundamento universal dos fenômenos humanos (por exemplo, Anderson, 1987; Bougnoux, 1999; Martin Serrano, 1982), adotam uma posição filosófica que estende o campo da comunicação ao conjunto das ciências do homem. Eles visam marcar um tipo de supremacia: "Se as ciências naturais são todas *físicas*, então, as ciências sociais são todas *comunicação*" (Anderson, 1987, p.48).

Em nenhum dos casos a comunicação é vista como disciplina científica: ela é menos ou é mais. Tal convergência deve ser levada em consideração para nossa reflexão sobre o dado empírico, porque essas posições, evidentemente, esvaziam a questão de *pesquisas empíricas em comunicação*. Temos aí as condições para que grande parte das pesquisas de nossa área apareça sob o dilema: ou são *empíricas*, porque na verdade são pesquisas de outras disciplinas (o processo de comunicação é o empírico, mas não é o elemento teórico); ou são *de comunicação*, mas já não seria mais válido falar de "dado empírico", porque a comunicação é fundamento último de todos os fenômenos humanos, ela deixa de ser um processo empírico. De qualquer forma, o processo de comunicação não desempenha nenhuma função na explicação do fenômeno, ele é a essência por detrás dos fenômenos ou coincide com a própria manifestação genérica destes. Estaríamos, então, no registro da filosofia.

Essas compreensões do dado empírico expressam o curioso movimento que faz oscilar o *status* do saber comunicacional, que vai da simples inexistência ao imperialismo absoluto. Mas, deixam sem sentido a questão de dados empíricos, pois não sendo pertinentes em ciência, privam o saber comunicacional de uma base empírica. A morte da teoria é um convite ao *empiricismo* (empirismo ingênuo) ou ao abandono da ciência.

Também é preciso ter em conta o quadro que normalmente se dá essa discussão. O embotamento da reflexão epistemológica faz com que boa parte do capital de inteligência epistemológica de nossa área se dedique a mobilizar a filosofia para opô-la à ciência. O que certamente não reflete o pensamento dos filósofos da ciência, visto que está longe de ser a melhor maneira de articular ciência e filosofia.

Por fim, também devemos colocar a pergunta: se a questão empírica é fundamental e incontornável para o pensamento científico, por que ela precisa ser lembrada, hoje, como um ponto de discussão para nós? Qual o sentido de se colocar essa questão?

Na história da formação de nossa área de estudos, no Brasil, décadas se passaram sem que a pesquisa empírica não fosse associada ao positivismo

e este, por sua vez, empregado como um termo desqualificante. Muitos pesquisadores tomaram o combate ideológico como finalidade da pesquisa. Qualquer tentativa de discutir realidades empíricas sem o crivo de uma interpretação política foi, sistematicamente, vigiada e combatida (Berger, 1999), pois se acreditava que representavam um descompromisso com o social e, consequentemente, eram a expressão de uma ideologia "dominante".

Para toda uma época, o próprio sentido de "fazer pesquisa" sofreu severas restrições. Mesmo do lado daqueles que investiam na pesquisa empírica, pois entendiam que isso deveria se dar como uma preocupação com o método ou sob a forma de um fortalecimento da teoria, a partir da importação de outras disciplinas.

Em nossa opinião, vemos como muito bem-vinda a questão sobre a pesquisa empírica em comunicação. Como poucas, ela coloca diretamente o problema de um posicionamento em relação à ciência e, por conseguinte, a questão da autonomia do saber comunicacional. Ela aparece como um fortalecimento necessário frente a uma crescente dispersão e desintegração de nossa área de conhecimento.

Referências

Anderson, James A. *Communication Research: issues and methods.* McGraw-Hill, N.Y, 1987.

Berger, Charles R. "Por que Existem tão poucas Teorias da Comunicação?", in Martino, L.C. (org.) – *Teorias da Comunicação: Poucas ou Muitas?* Ateliê. São Paulo, 2007.

Berger, Christa – "Crítica, Perplexa, de Intervenção e de Denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina", in *Intexto*, n.6, 1999. Disponível em http://www.intexto.ufrgs.br/v6n6/a-v6n6a3.htm.

Bernard, Paul. « L'insignifiance des "données" : bref essai contre la stigmatisation positiviste », *in Sociologie et sociétés*, vol. 14, n° 1, 1982, p. 65-82, http://id.erudit.org/iderudit/006767ar

Boyd-Barret Oliver, *Theory in Media Resarch*, *in* Hansen, Anders (ed.) *Mass* Communication *Research Methods*. Sage, London, 2009.

Braga, José Luiz. "Nem Rara, Nem Ausente – Tentativa", in *Anais do XIX Encontro da Compós*. Rio de Janeiro, 2010. http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1506.doc

Bougnoux, Daniel. *Introdução às Ciências da Comunicação*. Edusc. Bauru, 1999.

Brown, Robert. *La explicación en las ciencias sociales.* Periferia. Buenos Aires, 1972.

Bruyne, Paul de et. al. – *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1977.

Chalmers, A. F. *O que é a Ciência Afinal?* Brasiliense. São Paulo, 1993.

Craig, Robert T. "Communication theory as a field". *Communication Theory*, 9(2), 1999, p.119-161.

Freund, Julien. « De l'Interprétation dans les Sciences Sociales », *Cahiers Internationaux de Sociologie*. PUF, Paris, 1978, vol. LXV.

Frey, Laurence; Botan, Carl H.; Friedman, Paul G.; Kreps, Gary L. *Interpreting Communication Research: a case study approach.* Prentice Hall. Englewood Cliffs, New Jersey, 1992.

Hamilton, Sheril N. "Considering Critical Communication Studies in Canada", in Attallah, P.; Shade, Regan (eds.) *Mediascapes: New Patterns in Canadian Communication.* 2nd ed. Thompson & Nelson, 2006, p.9-27.

Kasm, Badi. *L'Idée de Preuve en Métaphysique.* PUF. Paris, 1959.

Martin Serrano, Manuel et ali. *Teoria de la comunicación:* I. Epistemologia y analisis de la referencia. Vol. VIII de Cuadernos de la Comunicación. Facultad de C. C. de la Información de la Universidad Complutense de Madri. Editor, A. Corazón. Madrid, 1982, 2ª edición revisada y ampliada.

Marcondes Filho, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* Editora Paulus, São Paulo, 2004.

Martino, Luiz C "Panorama da Pesquisa Empírica em Comunicação", *in* Braga, J.L.; Lopes, Maria Immacolata V.; Martino, L. C. (orgs.) *Pesquisa Empírica em Comunicação.* Livro da Compós 2010. Paulus. São Paulo, 2010a.

Martino, Luiz C. – "Significação da Teoria em um Campo Diversificado", IV Colóquio Bi-nacional Brasil-Estados Unidos de Estudos da Comunicação. Anais XXXIII Congresso da Intercom, Universidade de Caxias do Sul, 2010b.

Martino, Luiz C. – "Ceticismo e Inteligibilidade do Saber Comunicacional", in Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura, PPG PUC-SP, n. 5, abril de 2003. São Paulo: Educ. Brasília: CNPq, 2003.

Molino J. «Pour une Histoire de L'interprétation : les étapes de l'herméneutique », in *Philosophiques*, Vol. XII, Numéro 1, Printemps 1985, p.73-100.

Oppenheim, P.; Putnam, H. "L'Unité de la science: une hypothèse de travail", in Jacob, Pierre. *De Vienne à Cambridge.* Essais de philosophie des sciences choisis, traduits et présentés par P. Jacob. Gallimard. 1980.

1.6 Em busca das relações contratuais: Propostas de pesquisa empírica no domínio socio-discursivo

Giovandro Marcus Ferreira[1]

No interior do domínio do sociodiscursivo ou análise dos discursos mediáticos, buscou-se, desde décadas passadas, a construção de pesquisas com o intuito de analisar produtos e linguagens mediáticos. Posicionando-se numa perspectiva diacrônica, as diferentes fases de tais estudos estão marcadas por pesquisas, na maioria das vezes, empíricas, que refletem as preocupações e limites que caracterizam cada uma dessas fases.[2]

1. Professor Associado da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

2. Em outros textos, já foi produzido pelo autor esta mesma classificação, porém um pouco mais extensa. Ver FERREIRA, G. M. . Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. Eptic On-Line (UFS), v. VIII, n. 1, p. 1-15, 2006. (http://www.eptic.com.br)

1. Num primeiro momento, fase *imanentista*, há uma relevância o binômio denotação –conotação e o intuito da reflexão é desvendar as estruturas por trás das mensagens, na qual "tudo significa", conduzindo ao processo de reinterpretação do signo, levando Barthes ao estudo do mito na sociedade moderna. No seu livro "Elementos de semiologia", Barthes faz uma relação entre signo e mito, dizendo que "pelo simples fato de existir socialmente, todo uso do signo se converte em signo desse uso".[3] Essa relação se processa da seguinte maneira: o mito opera tornando um signo já edificado, construído, com pleno sentido no interior do seu próprio sistema. O sentido primeiro é esvaziado, convertendo assim num significante vazio. Por fim, ocorre um investimento de um outro significado contextualmente construído. Nesse processo, Barthes irá pesquisar, em "Mitologias", como ocorre a migração da noção de *francesidade* para *militaridade* e outras noções construtoras de mitos contemporâneos.[4]

Na semiologia de segunda geração, alguns deslocamentos são feitos, demarcando os parâmetros analíticos expostos, que se farão operar na obra de Barthes, assim como de outros teóricos que têm com objeto de estudo o sentido do discurso. Metz realiza um gesto capital, na revista Communication,[5] denunciando a busca estéril da unidade mínima, que leva ao distanciamento da noção de Saussure de "signo" e, ao mesmo tempo, a noção de "código". O núcleo duro da análise passa a ser as

3. BARTHES, R., Eléments de sémiologie", revue Communication, Nº 4, 1964.

4. BARTHES, R., Mithologies, Paris Seuil, 1957.

5. METZ, C., "Para além da analogia", A análise das imagens – novas perspectivas em comunicação 8, Petrópolis, Vozes, 1973.

mensagens, parâmetro para se pensar sua organização na produção e na recepção, e não o código que outrora servia de pedra angular para balizar a interpretação. A resistência ao estruturalismo busca desviar do conceito de estrutura, da noção de código, ficando diante do agenciamento das mensagens provenientes da história e da sociedade. Eis algumas questões que norteiam muitas pesquisas empíricas no novo estágio de estudo discursivo: Como operar configurações, como se dar conta dos agenciamentos das mensagens que se busca analisar? Qual é a natureza das regras operatórias que as mensagens constroem ao longo do tempo?[6]

Nesse contexto que aparece a problemática da enunciação, tornando possíveis três avanços: (1) a definição de novos parâmetros de análise, (2) o estabelecimento de novas relações – para se pensar certo tipo de matéria significante, a fotografia, por exemplo, e a relação entre diferentes matérias significantes e, sobretudo, (3) a articulação das mensagens analisadas e o ambiente sociocultural.[7]

A enunciação desloca igualmente, no interior da linguística, a problemática estabelecida de maneira diacrônica para uma perspectiva sincrônica acerca da apropriação da língua, da produção de mensagens. Como o sujeito falante se apropria da língua? Como o enunciador e o destinatário estabelecem relação a partir do ato de linguagem? Tais questões posicionam a problemática para a maneira de dizer, distanciando-se, nesse caso, do o que é dito, que fortemente marcou certos estudos empíricos semânticos e pragmáticos e, principalmente, no domínio dos estudos comunicacionais, pela influente análise de conteúdo que marcara os trabalhos de dissecação de jornais, durante várias décadas. Diga-se de passagem, que os estudos de comunicação, em especial os estudos de

6. VERON, E., "De l'image sémiologique aux discursivités", in **Hermes**, nº 13-14, Paris, CNRS Éditions, 1994.

7. Idem ibidem.

jornalismo, foram marcados, em diversos países, pela análise de conteúdo, durante algum tempo, como a principal pesquisa empírica da época.[8]

Na virada dos anos 60 para os anos 70, observa-se, então, dois movimentos simultâneos. Um novo *front* aberto pela enunciação, que irá mobilizar analistas do discurso nessa direção, entre outros, Roland Barthes, com a publicação de "Sade, Fourier, Loyola"[9] e um outro deslocamento em direção ao *engendramento* e à produtividade textual. Essa segunda fase – ou semiologia de segunda geração – remonta do texto às condições de sua produção. Uma obra inaugural, nesse sentido, ocorre em 1969, com a publicação de Σημειωτικὴ "Recherches pour une semanálise", de Julia Kristeva.[10] A *semanálise*, segundo Kristeva, é uma teoria da significação, na qual o texto será um certo tipo de produção de significante, que ocupará um lugar preciso numa ciência que precisa ser definida. Como a semiótica, a semanálise se voltará ao signo, portanto, com uma diferença já que a autora apela para o domínio pleiteado, um espaço da significância, no desdobramento em direção às práticas significantes pelo signo, pelo ato de decompor o signo e de abrir, no seu interior, um novo espaço, um "dehors" (fora).

O processo do estudo da construção do sentido, que caracteriza, a grosso modo, o estudo semiológico, sobretudo, na França, pode-se dizer que partiu de uma concepção internista e, a partir de diferentes problemas e preocupações, passando a ser fortemente ancorado na noção de enunciação. Torna-se sensível (e se enriquece) com questões provocadas

8. Ver MELO, José Marques de, Estudos de Jornalismo Comparado, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1972.

9. BARTHES, R., **Sade, Fourier, Loyola**, Paris, Seuil, 1971.

10. KRISTEVA, J., Σημειωτικὴ **Recherches pour une sémanalyse**, Paris, Seuil, 1969.

pelas condições de produção e, mais tarde, igualmente, pelas condições de reconhecimento ou recepção. Há uma aproximação de diversos trabalhos com a produção de Charles Pierce, colocando em relevo a noção de circulação e de uma *simiose* social, histórica e infinita. Nessa terceira fase, vão surgir propostas metodológicas que passarão a nortear novas questões e problemas, assim como novas interfases com outras diferentes disciplinas. Nesse novo momento que vão surgir novas metodologias que conduzirão novas pesquisas empíricas sobre a construção de sentido. Em seguida, este trabalho se dedicará à apresentação duas propostas metodológica, que refletem um terceiro momento do estudo do discurso que provocaram, a partir dos anos 80, diversas pesquisas empíricas no âmbito dos estudos do discurso mediático.

3.1. Do contrato de leitura

Se o leitor *"é 'fiel' a um título de jornal porque ele sabe, antecipadamente e de uma forma precisa, qual o tipo de discurso que ele irá encontrar*", essa afirmação de Eliseo Veron, é uma assertiva que dá sustentação à proposta de uma nova metodologia de análise da imprensa para explicar o sucesso e insucesso dos jornais em concorrência.

O ponto de partida do 'contrato de leitura', proposto por Veron, é norteado por algumas questões que passam a estruturar suas pesquisas acadêmicas e aplicadas:

> Dois veículos se endereçam ao mesmo alvo, têm as mesmas manchetes, tratam dos mesmos temas mais ou menos da mesma maneira. Um progride, o outro estagna ou declina. Por quê?
>
> Dentre os indivíduos possuindo um mesmo perfil sociodemográfico, exprimindo a mesma configuração de motivação, expectativas, interesses, uns leem o veículo A, outros o veículo B. Por quê?

> Nos domínios das inovações (jogos eletrônicos, vídeo, microinformática etc.), assiste-se a uma proliferação de revistas tratando dos mesmos temas, tentando todos constituir e firmar seu leitorado: entre esta pletora de novas revistas, somente sobreviverão dois ou três. Como saber aqueles que têm chance, e por quê?
>
> O posicionamento dos veículos pertencentes a um mesmo universo de concorrência se faz num espaço mais ou menos estreito; nesse estreito espaço de concorrência, como um suporte pode achar novos argumentos de valorização, capazes de evidenciar sua singularidade junto aos anunciadores[11]

Para responder a essas questões, Veron propõe o contrato de leitura que estabelece um elo fundamental entre um suporte imprensa e seus leitores. A relação contratual de um jornal se configura pelo conjunto de traços de seu discurso apreendido através da análise, que se atém: (1) *à regularidade das propriedades descritas* – propriedades relativamente estáveis do discurso, encontradas em diferentes temas; (2) *à diferença obtida pela comparação entre suportes* – busca das semelhanças e diferenças a partir das características discursivas de cada suporte estudado; e, por fim, (3) *à sistematização das propriedades contidas em cada suporte* – configuração do conjunto das propriedades a fim de fazer emergir o contrato de leitura desses suportes estudados, identificando os pontos fortes e fracos, aqueles ambíguos e as supostas incoerências.

A noção de contrato evidencia as condições que une a mídia aos seus consumidores; e o objetivo do contrato nada mais é do que a busca de preservação do hábito de consumo, no caso, do consumo de um jornal (que pode se estender a outros tipos de meios de comunicação). A novidade encontrada, nessa metodologia, lançada nos anos 80, é a inde-

11. Idem ibidem, p. 205.

terminação relativa entre produção e reconhecimento do discurso. Para efetuar essa análise, articulam-se duas técnicas: a análise semiológica de um 'corpus' (se atendo ao dispositivo de enunciação) e a análise sociológica qualitativa (entrevistas semidiretivas ou grupos de projeção).

Estudar esse tipo de relação entre as "partes" do discurso é analisar as condições e as determinantes da leitura. A leitura, que era desconsiderada em estudos de outrora, é colocada em destaque na perspectiva da circulação entre a produção e o reconhecimento do discurso. É na teoria da enunciação, sobretudo, que se encontram os fundamentos para o desenvolvimento do contrato de leitura.

O discurso da imprensa escrita, a partir da noção de matérias significantes, apresenta-se sob a forma de material verbal (título, artigo etc.) e de material não-verbal (fotografia, gráfico, *layout* etc.). É preciso, então, levar em conta essa complexidade de matérias discursivas para descrever o sentido engendrado nos suportes de imprensa, observando igualmente os sistemas de representações ligados às estruturas institucionais e às modalidades dos destinatários.

O 'contrato de leitura' assentado em dois tipos de análise – no dispositivo de enunciação, de um lado, e numa investigação sociológica dos leitores e não-leitores, de outro – busca dar conta de um elo fundamental que se estabelece entre um determinado suporte e seus leitores. Cada suporte imprensa cultiva, ao longo de sua existência, uma relação que se alimenta de uma permanente negociação com seus leitores. O estudo do contrato de leitura se situa entre os suportes de imprensa e seus leitores através da leitura.

A análise do contrato de leitura é orientada por um critério comparativo, pois ela é sempre uma análise *dos* discursos e ela se atém às diferenças entre os discursos de uma mesma zona de concorrência, fruto de suas "invariantes referenciais". Cada discurso carrega seus traços específicos que mudam lentamente ao longo do tempo. A análise do contrato de leitura busca detectar o conjunto do funcionamento discursivo dos suportes de imprensa baseado nessas "invariantes referenciais", levando em conta,

como já se mostrou acima, a regularidade das propriedades descritas; a diferença obtida pela comparação entre os suportes e a sistematização das propriedades exibidas por cada suporte.[12]

Assim, a análise de discurso proposta pelo argentino Eliseo Veron busca identificar como os suportes de imprensa constroem de forma duradoura as suas matérias significantes, que englobam os aspectos linguísticos do discurso e, também, não- linguísticos.[13] A evolução do contrato de leitura coloca em evidência a dinâmica dos leitores (suas aspirações, suas expectativas, seus interesses, suas motivações...), as mudanças socioculturais (que modificam, também, o contrato de leitura) e a situação de concorrência (o comportamento dos concorrentes é, também, um fator de mudança).

Todos os princípios que dinamizam o contrato de leitura fazem que um suporte imprensa seja tomado numa constante negociação com seus leitores: as propriedades de seu discurso vão depender da aceitação das estratégias de apropriação de seus eventuais leitores. Esse elo delicado é, então, dinamizado pela diferença que existe entre a produção e o reconhecimento do discurso. A relação entre a produção e o reconhecimento de um conjunto discursivo é e será sempre marcada por uma diferença. Essa diferença constitui o essencial dos discursos sociais. Ela é um aspecto fundamental do discurso social que nega toda análise linear na relação produção e reconhecimento de um discurso, como afir-

12. VERON, E., "L'analyse du 'contrat de lecture': pour une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presse", in Les médias, expériences, recherches actuelles, applications, Paris, IREP, 1983.

13. Eliseo Veron também chama de 'matérias linguísticas' e 'matérias não lingüísticas'

mavam certas análises outrora.[14]

O estudo do contrato de leitura se firma, então, entre os suportes de imprensa e os leitores pelo viés da leitura, isto é, pelas matérias significantes propostas pelo suporte imprensa, que supõe uma contemplação das expectativas dos leitores. Esse estudo faz igualmente um apelo ao conhecimento das expectativas dos leitores pela pesquisa qualitativa, por meio das entrevistas semidiretas ou por grupos de projeção, que fora descrita acima como uma contribuição sociológica no interior da metodologia do contrato de leitura.

Todos os princípios que dinamizam o contrato de leitura fazem que um suporte imprensa seja tomado num constante entrosamento com seus leitores: as propriedades de seu discurso vão depender da aceitação das estratégias de apropriação de seus eventuais leitores. Porém, a relação do sucesso ou não de um suporte imprensa não se esgota no horizonte das expectativas do leitores e não-leitores. É preciso, igualmente, estar atento ao funcionamento de uma zona de concorrência, consequentemente, no posicionamento discursivo de outros suportes de imprensa que disputam nichos idênticos e, com o processo de segmentação, são bastante semelhantes ao nível do conteúdo. A aposta do contrato de leitura é a distinção ao nível da forma ou da construção de sentindo pelas tramas da enunciação. Além da zona de concorrência, a análise do contrato de leitura leva em conta, também, a relação dos suportes de imprensa com a evolução sociocultural, que vai além de estudos ao nível do *marketing*. A evolução sócio-cultural corresponde às tendências pesadas de uma sociedade que ajudam a visualizar o posicionamento discursivo, ou melhor, a semiose numa perspectiva, diacrônica, histórica.

A análise contrato de leitura proposta por Veron, a partir dos anos 80, deu um passo à frente em relação a outras abordagens que se encontravam

14. VERON, E., La semiosis sociale – fragments d'une théorie de la discursivité, Saint-Denis, Presse Universitaires de Vincennes, 1987.

sobre o mercado das teorias, em algumas frentes. Em primeiro lugar, as matérias significantes abarcam matérias linguísticas e não-linguísticas, fazendo com que o contrato de leitura não fosse prisioneiro de uma análise puramente linguística. Em segundo lugar, essa abordagem deixava para trás a perspectiva ilusionista do "além" (*au-delà*), tendo marcado bastante a análise dos discursos, que era tida como uma extensão da análise linguística. (Ao contrário, o funcionamento discursivo socialmente relevante está constantemente borrando as fronteiras impostas por certas análises que primam por um só tipo de matéria, no caso, a matéria verbal).[15] Por último, a perspectiva do contrato de leitura começa assinalar a presença de sujeitos extradiscursivos na sua análise de discurso. O leitor inicia um processo, no qual ele deixa de ser um simples "fantasma" mergulhado somente no interior das tramas discursivas.

3.2. Do contrato de comunicação

Observando a presença dos jornais no interior da relação proposta pela empresa de comunicação em relação aos seus leitores e não-leitores, percebe-se que essa relação ultrapassava as fronteiras do produto, isto é, do suporte imprensa pelo viés de suas estratégias e estruturas discursivas. O contrato proposto pelos jornais é regido também pela presença de sujeitos extradiscursivos, sobretudo do jornal na inserção na esfera pública. O contrato de leitura é, assim, um dos 'contratos' propostos pelos jornais, ou melhor, parte de uma relação contratual que extrapola as dimensões de uma análise do dispositivo de enunciação e de uma consulta junto aos leitores e não-leitores.

Nessa proposta metodológica, contrato de comunicação, busca-se assentar sobre dois domínios aparentemente distantes: de um lado, a

15. VERON, E., "Matière linguistique e analyse des discours (pièce à conviction), in Langage et société, n° 28, Paris, juin, 1984,

hermenêutica e, de outro, a sociologia, articulada também com as técnicas de gestão utilizadas nas empresas mediáticas (planejamento estratégico, composto de marketing...). Apropria-se da hermenêutica de Paul Ricoeur sobre o processo global de significação ou *semiotização*.[16] Esse filósofo ajuda a ver que o processo de semiotização implica sujeitos discursivos, mas também sujeitos extradiscursivos em um certo pé de igualdade.

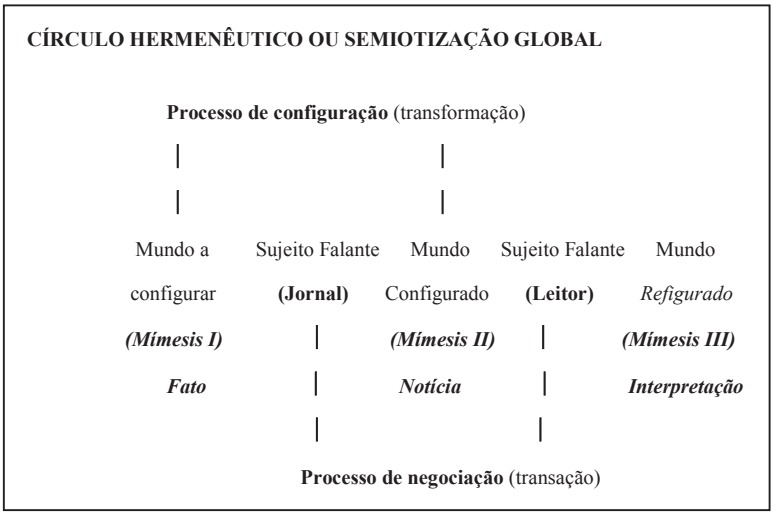
> *Eu direi de uma maneira resumida que de um lado a noção de texto é um bom paradigma para a ação humana, de outro, a ação é um bem referente para toda uma categoria de texto.*[17]

Para Ricoeur, o círculo semiológico que articula os sujeitos discursivos está situado no interior de um círculo maior – conhecido como círculo hermenêutico – que leva em consideração os sujeitos discursivos e extradiscursivos. Paul Ricoeur mostra pelas três mímesis (prefiguração, configuração e *refiguração*), que a elaboração discursiva implica em dois processos: um de *transformação* – as coisas se tornam signos (discurso) e estabelecem uma relação entre os sujeitos discursivos (sujeito enunciador

16. Ricoeur desenvolveu um diálogo fecundo com vários semioticistas, em especial com A.-J. Greimas. Três artigos são referências nesta produção de uma hermenêutica aplicada à semiótica, reagrupados no seu livro Lectures 2. Ver RICOEUR, Paul, "La grammaire narrative de Greimas" (1980), "Figuration et configuration. A propos du Maupassant de" (1976), "Entre herméneutique et sémiotique (1990), **in Lectures 2** - La contrée des philosophes, Paris, Seuil, 1992. A grande obra de Ricoeur acerca do processo global de significação ou semiotização é a trilogia Temps e Récit, vol. I, II, III, Paris, Editions du Seuil, 1983, 1984, 1985.

17. RICOEUR, P., **Du texte à l'action**, Paris, Editions du Seuil, 1986, p. 175.

e sujeito destinatário) – e um outro de *transação* entre os sujeitos implicados, que ultrapassam as fronteiras do discurso.



Existem, assim, dois processos estreitamente ligados: um processo de transformação, realizado pelas palavras da língua, e o processo de transação conduzido pelas situações de comunicação. Nessa perspectiva de Ricoeur, dois patamares de análise estão em pé de igualdade: um engendrado pelas estratégias e estruturas discursivas (*ad-intra*) e, outro, pelas estratégias e estruturas de ação e discursiva (*ad-extra).*

Aplicando o círculo hermenêutico de Ricoeur ao estudo da imprensa, o 'Mundo a configurar' que são os diversos fatos e eventos que poderão ser configurados ou transformados, em notícia, quer dizer, 'Mundo configurado'. O processo de *configuração* transforma fatos em discurso, no caso, em notícia. No interior desse processo, temos o Sujeito falante (ou Sujeito Enunciador) que é o suporte imprensa. O 'Mundo configurado' ou da notícia sofrerá, também, a ação de outro sujeito falante, no caso, o

leitor, que – pela interpretação – fará a sua *refiguração* ou interpretação, a partir do 'Mundo configurado', da notícia. Porém, todo esse círculo de significação sofre influência da relação estabelecida no âmbito extradiscursivo entre o jornal e o leitor. É por isso que uma mesma notícia não tem o mesmo impacto, mesmo sendo construída de forma idêntica, em jornais diferentes. Essa diferença não é só causada pelos discursos precedentes, mas também pela existência extradiscursiva, além dos sujeitos enunciativos analisados no suporte imprensa.

Essa démarche analítica evidencia que o suporte imprensa (produto) não é o único elo estabelecido com os leitores, que se faz presente na esfera pública. Na esfera pública atual, as empresas são atores cada vez mais presentes, enquanto tais, apenas viam seus produtos. Elas ocupam um espaço que outrora era ocupado, sobretudo, pelo Estado, sindicatos, instituições caritativas. A empresa, enquanto tal, é igualmente uma presença na relação com leitores e não-leitores de seus suportes de imprensa. Atualmente, o planejamento estratégico das empresas busca uma relação múltipla com o público, a começar pela gestão de sua própria imagem. O planejamento da comunicação organizacional ou empresarial com seus inúmeros públicos (externo, interno, fornecedores...) ocupa cada vez mais um espaço no planejamento geral das empresas.[18]

Assim, observa-se que o contrato de leitura é fundamental na relação jornal-leitor, porém, com as considerações feitas, esboça-se um panorama analítico mais amplo que pode enriquecer o estudo desse contrato (leitura). Logo, as explicações do sucesso ou insucesso de jornais em concorrência ultrapassam a relação articulada no interior do produto, suporte imprensa no caso. Diante das características do contrato de leitura,

18. Ver entre outras: FLORIS, Bernard, **La communication managérale – La modernisation symbolique des entreprises**, Grenoble, PUG, 1996. SEMPRINI, Andrea, Le marketing de la marque, Paris, Editions Liaisons, 1992. FLOCH, Jean-Marie, **Sémiotique, marketing et communication**, Paris, PUF, 1990.

busca-se direcionar a análise a um outro nível (*ad-extra*), completando o contrato de comunicação, que oferece, também, um fértil terreno para analisar as estratégias e estruturas de jornais em concorrência, que englobam os aspectos discursivos do suporte imprensa, mas igualmente o que se passa além das fronteiras de tal produto.

O contrato de comunicação é uma metodologia que busca analisar a relação jornal-leitor (e não-leitor) pelas vias sociológica e semiológica dentro da perspectiva do círculo hermenêutico que esboçamos anteriormente. Esses dois patamares de análise fazem parte de um único processo de significação ou de semiotização global, como foi caracterizado no gráfico. Isso evidencia que os jornais se relacionam com os leitores através de dois tipos de posicionamentos, *ad-extra* e *ad-intra* no que se refere ao suporte imprensa, que se inscrevem no interior de um contrato de comunicação ou de um posicionamento discursivo assentado nessas duas bases.

Com isso, esboça-se que o jornal dispõe de dois eixos de concorrência por onde se implementam estratégias que, por sua vez, oferecem explicações sobre os eventuais sucessos ou insucessos de um meio de comunicação. Por um lado, ele concorre através de um "mercado discursivo" que se bifurca para as estratégias no interior do produto (suporte imprensa) e pelo posicionamento institucional. O contrato de comunicação é uma análise que busca pistas ou marcas deixadas pelas suas estratégias nesses dois planos. Esse modelo de análise busca dar conta das estratégias e estruturas discursivas das empresas mediáticas em geral, e dos jornais em particular. O processo de significação é estudado numa perspectiva diacrônica e sincrônica, levando em conta o duplo percurso analítico.

Para terminar esta apresentação da metodologia, resta falar da abordagem que se utiliza para a análise do contrato institucional (*ad-extra*) já que, para o contrato de leitura (posicionamento discursivo do suporte imprensa), resgata-se a metodologia proposta por Eliséo Veron. No estudo do contrato institucional, situa-se, sobretudo, no interior do domínio sociológico para operar o posicionamento dos sujeitos sociais, no caso os diferentes posicionamentos efetuado pelas empresas de comunicação. A

sociologia nos oferece abordagens para compreender conjunturas específicas e estruturas mais vastas da realidade social. Nessa proposta metodológica, adota-se a teoria dos campos sociais por ser a mais pertinente, segundo a orientação dada ao estudo – explicações sobre o sucesso ou insucesso dos meios de comunicação. Além disso, pode-se tirar lições sobre a história das teorias sociológicas e sua influência sobre a pesquisa dos meios de comunicação, e atinar-se que a teoria dos campos sociais ultrapassa a velha dicotomia entre macro e micro-sociologia, entre objetivo e subjetivo. Há uma integração e uma reciprocidade entre esses dois polos dinâmicos na construção do espaço social.[19]

Segundo a teoria dos campos sociais, a realidade social é construída pelo jogo de disputa entre os diversos sujeitos ou agentes sociais[20] que formam os campos sociais. A representação do mundo ou da realidade social é fruto de inúmeras ações de construção que estão em curso, de tempos feitos e refeitos. Assim, a realidade é tomada numa construção permanente, na qual a representação e a vontade são misturadas, já que são esses dois fatores que determinam as ações dos sujeitos e suas visões sobre eles mesmos.[21]

---

19. A teoria dos campos sociais tem como uma de seus idealizadores o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que tem uma grande obra. Ver BOURDIEU, Pierre, **Les règles de l'art**, Paris, Seuil, 1992. **Choses dites**, Paris, Les Editions de Minuit, 1987. **Questions de sociologie**, Paris, Editions de Minuit, 1984. **La distinction,** Paris Les Editions de Minuit, 1979.

20. Bourdieu empregado, sobretudo, o termo agente social.

21. Essa abordagem coloca em relevo duas características no conceito de realidade social: ela é feita de estruturas e está numa contínua construção. Logo, a realidade é vista pela ótica do construtivismo estruturalista ou pós-estruturalismo, segundo Pierre Ansart. Ver ANSART, P. **Les sociologies contemporaines**, Paris, Seuil, 1990.

Segundo Bourdieu, a realidade social é forjada por dois aspectos da História: a história que se faz corpo ou subjetiva, denominada *habitus* e a história objetiva sob a forma de lugares, instituições, rituais, objetos... é denominada de estruturas sociais.[22] Para que exista um campo social, é preciso haver um capital em disputa, o que torna a presença de agentes ou atores sociais com posições diferenciadas, com os estatutos desses atores tendo um "valor" variável. Esse espaço social pode ser uma escola, um escritório, um partido político, um jornal...

A realidade social evolui e a "história se faz coisa" e se transforma em campos sociais, que são esferas que podem adquirir, aos poucos, uma certa autonomia. Assim, os campos sociais podem, através de um processo de autonomia, livrar-se da influência de outros campos. Tornando-se um campo com forte grau de autonomia, ele poderá dominar ou ter influência sobre outros campos sociais. O grau de autonomia de um campo varia segundo as épocas, a tradição nacional, regional... Por exemplo, o campo de produção jornalístico francês não é o mesmo do brasileiro. Da mesma forma, hoje, temos um campo jornalístico que é diferente daquele que tínhamos nos anos 40.

Existem três momentos de análise de um campo. Em primeiro lugar, é importante saber a posição do campo estudado em questão em relação ao campo do poder, com o qual ele está numa relação macro e microcosmo. Por exemplo, para estudar o jornalismo regional, uma primeira análise pode ser feita em relação à imprensa nacional e em relação aos outros campos sociais (político, econômico...). É importante saber como se dá a ressonância da influência, segundo seu grau de autonomia. Em segundo lugar, é necessário conhecer as estruturas internas de um campo social. Essa etapa é a identificação da "regra" do jogo, da divisão de recursos específicos do campo em questão. Em terceiro e último lugar,

22. BOUDIEU, P. *"Espace social et pouvoir symbolique*, in **Choses dites**, Paris, Les Editions de Minuit, 1987.

trata-se da análise do *habitus* dos atores sociais, os sistemas de disposição que são o resultado do percurso e do posicionamento de cada um dos ocupantes de um determinado campo. Essa é a história das posições e tomadas de posição dos sujeitos sociais. Esses sujeitos sociais seguem uma trajetória social que é plena de sentido no estudo dos campos sociais.

Enfim, nós podemos estabelecer esses três níveis de análise da seguinte maneira: o grau de autonomia do campo estudado em relação aos outros campos sociais; seu funcionamento interno com a hierarquia real entre os sujeitos sociais, e a maneira pela qual esses sujeitos atingem posições diferenciadas. O funcionamento do campo social está no centro desse tipo de análise. Portanto, o ponto de vista pode se situar do lado do campo (objeto) ou do lado do *habitus* (sujeito). O funcionamento social sob a ótica do *habitus* revela a dialética das posições e das tomadas de posição dos sujeitos sociais.

Assim, completam-se as abordagens do círculo de significação. Partiu-se da análise do contrato de leitura, proposto por Eliséo Veron. Porém, visto o impacto das organizações na esfera pública, buscou-se criar um outro patamar de análise, recorrendo à hermenêutica de Paul Ricoeur, o círculo de semiotização geral, baseado nas mímesis de Aristóteles. Nessa perspectiva, dois processos foram evidenciados: um, o de transformação (*ad-intra*, contrato de leitura) e, outro, *ad-extra,* contrato institucional, formando o contrato de comunicação.

O apelo as duas abordagens – uma de cunho semiológico e outra de cunho sociológico – mesmo oriundas de domínios diferentes, todas as duas partem de análises comparativas, relacionais. O sentido é construído pela relação ou interação. Do lado dos sujeitos discursivos (*ad-intra*), o sentido é engendrado pela relação no interior do ato de enunciação e de sua comparação entre suportes, no interior de uma zona de concorrência; de lado dos sujeitos sociais, no interior de um campo (mobilizado por um capital), em posições desiguais, constroem igualmente sentido numa disputa que explicitam uma relação de poder e de sentido.

O Estudo do contrato de comunicação busca, então, analisar as coerências e incoerências no interior desses dois níveis (estratégia no interior do suporte imprensa e fora dele) e, também, as coerências e incoerências entre essas duas instâncias de análise. Provavelmente, realizando este percurso analítico, poderemos avançar na indagação que busca as razões que levam *o leitor é 'fiel' a um título de jornal, saber com antecipação, o tipo de discurso que ele irá encontrar,* como também e a força e a fraqueza na posição de disputa de cada jornal, suas coerências e incoerências, no interior das estratégias *ad-intra* e *ad-extra*; e a relação sinérgica, contraditória ou difusa entre elas.

Eis, então, algumas orientações metodológicas, que articulam domínios diferentes, a partir do sociodiscursivo, para estar a serviço do combate ao medo, no interior dos estudos da comunicação, da pesquisa empírica.

1.7 A pesquisa em comunicação no Brasil, com ênfase na pesquisa empírica

Lucia Santaella[1]

Se o tema acima tivesse sido apresentado a mim, no início dos anos 1990, teria plenas condições para responder a ele satisfatoriamente. Naquela época, fui consultora da área de Comunicação no CNPq. Isso me deu a oportunidade de conhecer, com bastante intimidade, todos os projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq que se desenvolviam por todo o território nacional. Tanto é que, em 1993, na prova escrita para a ob-

1. Lucia Santaella é pesquisadora 1 A do CNPq. Professora titular no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUCSP, com doutoramento em Teoria Literária na PUCSP em 1973 e Livre-Docência em Ciências da Comunicação na ECA/USP em 1993. É Coordenadora da Pós-graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Diretora do CIMID, Centro de Investigação em Mídias Digitais e Coordenadora do Centro de Estudos Peirceanos, na PUCSP. É presidente honorária da Federação Latino-Americana de Semiótica e Membro Executivo da Associación Mundial de Semiótica Massmediática y Comunicación Global, México, desde 2004.

tenção do título de Livre-docência, na ECA/USP, escolhi como tema justamente "A pesquisa em comunicação no Brasil", sobre o qual discorri com alguma desenvoltura e, sobretudo, convicção.

Hoje, no entanto, transcorridos quase vinte anos, falta-me desenvoltura e sobra-me timidez para enfrentar esse tema, na medida em que ele pressupõe quiçá o mesmo nível de conhecimento sobre a pesquisa em comunicação, no Brasil, que eu tinha naqueles tempos. Há que se considerar, também, que as condições atuais são muito distintas daquelas de duas décadas atrás.

1. A expansão e onipresença da comunicação

A área de comunicação é nitidamente uma área em expansão contínua e as pesquisas, evidentemente, têm acompanhado essa expansão. Tenho repetido, desde muito tempo (ver SANTAELLA, 2001, p. 75-76), que a comunicação se constitui, crescentemente, em verdadeiro pivô de todas as outras ciências humanas, avançando até mesmo dentro de algumas ciências naturais.

De um lado, o fenômeno comunicacional em si faz-se presente e interfere em vários setores da vida privada e social e em várias áreas do conhecimento; de outro lado, enquanto área de conhecimento, a comunicação cada vez mais parece se situar na encruzilhada de várias disciplinas e ciências já consensuais ou emergentes.

Tanto é que as comunicações constituem, ao mesmo tempo, um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico que é objeto de consumo maciço, um investimento tecnológico em expansão ininterrupta, uma experiência individual diária, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de se informar, de entreter-se e de passar o tempo etc. (WOLF, 1987, p. 13).

Sfez (1994, p. 25) também nos alertou para o fato de que a comunicação invadiu todos os domínios: a empresa e seu proeminente setor

de "relações humanas"; o *marketing*, antes restrito ao produto, hoje, recobrindo a imagem da própria empresa; os meios políticos inteiramente entregues ao *marketing* político e à imagem de marca; a imprensa, o audiovisual e a edição nos quais a rubrica da comunicação floresce; as psicoterapias que se pretendem comunicativas, e até as ciências exatas – física e biologia – estão contaminadas pelo vocábulo "comunicação".

Além de a comunicação ter invadido metaforicamente o conjunto das ciências humanas e das práticas políticas, sociais, culturais e econômicas, recordemos, ainda, dizia Sfez (ibid., p. 28-29), que a biologia genética origina-se no modelo de transmissão codificada de uma mensagem (ADN); que a ciência ecológica ou etológica nutre-se de imagens comunicacionais; que as neurociências tomam seu conteúdo de referência de empréstimo à conexão (esses permutadores cerebrais de mensagens invisíveis). Enfim,

> todas as tecnologias de vanguarda, das biotecnologias à inteligência artificial, do audiovisual ao *marketing* e à publicidade, enraízam-se num princípio único: a comunicação. Comunicação entre o homem e a natureza (biotecnologia), entre os homens na sociedade (audiovisual e publicidade), entre o homem e seu duplo (a inteligência artificial); comunicação que enaltece o convívio, a proximidade ou mesmo a relação de amizade (*friendship*) com o computador (SFEZ, 1994, p. 21).

Na época em que Sfez escreveu sua *Crítica da comunicação*, as redes teleinformáticas não haviam ainda explodido e abraçado o globo com uma teia de conexões, nem as questões da globalização político-econômica e da mundialização da cultura haviam entrado, na ordem do dia, de modo que, ao acrescentarmos esses novos fenômenos à lista de Sfez, a imagem proliferante da comunicação se torna ainda mais tentacular.

Embora não sistemático, o contato que tenho tido com os pesquisadores brasileiros, especialmente por meio de suas publicações – com todos os louros devidos às publicações da Intercom, que tem mantido, ao longo

de tantos anos, coerência e fidelidade aos seus ideais – permite-me afirmar que as pesquisas em comunicação, no Brasil, têm, sem dúvida, acompanhado *pari passu* a expansão da área.

Penetrar mais profundamente na veracidade de tal afirmação implicaria levantar dados e proceder a uma pesquisa empírica, algo que, no momento, não tenho em mãos. Na falta de dados conclusivos, nesta ocasião do lançamento do Prêmio Luiz Beltrão-2011, na cidade de Recife, em que me honram com o convite para esta apresentação, optei por discorrer, reflexivamente, sobre o papel da pesquisa empírica no contexto da pesquisa científica em geral. Tomo, portanto, um caminho muito mais epistemológico do que propriamente empírico sobre a ênfase na pesquisa empírica que me foi requerida.

2. As subdivisões das ciências

A tradição filosófica nos legou como eixo central a dimensão logo-teórica do homem. Logos – discurso e *theorein* – contemplação. Segundo Aquiles von Zuben (1994), "O primado da teoria remonta aos primórdios da filosofia grega, que afirmava a vida contemplativa como a mais eminente, a mais elevada. A vida contemplativa prevalecia sobre a vida prática. O saber foi, ao longo da história ocidental, identificado com um projeto teórico. Essa teoria se apresentava igualmente em um *logos*, um discurso racional." Quando se interroga sobre o real, sobre sua essência, sua origem, seu fim, o homem fala. "Aristóteles o qualificou 'zoon *logon echon*', isto é, o homem é um ser falante, um ente de linguagem. A linguagem pressupõe toda questão e toda resposta. O saber é, então, uma logo-teoria, discurso e contemplação". Essa foi a característica do saber clássico. "Pela natureza *teorética* impôs-se o privilégio absoluto do olhar, da visão" (*Theorein*). Isso assim se deu até o nascimento da ciência moderna, quando o saber, a partir de Descartes, dividiu-se em duas esferas, a da filosofia, de um lado, e a da ciência, de outro. Com suas principais ca-

racterísticas que são a experimentação e a *matematização*, duas formas do operatório, a ciência passou a recusar o saber livresco e especulativo da escolástica para reafirmar o poder operativo e preditivo da ciência moderna.

Foi, a partir do século XVII, quando se deu o nascimento da ciência moderna, que surgiram as primeiras formulações sobre o fundamento do conhecimento, na oposição entre o racionalismo, associado principalmente aos nomes de Descartes e Leibniz, de um lado, e o *empiricismo*, de outro, ligado aos nomes de F. Bacon e dos ingleses, Locke e Hobbes, culminando no empiricismo radical de Hume. "A ciência *baconiana* trazia implícito o conhecimento prático, baseado na experimentação do tipo tentativa e acerto. Esta última exigia uma investigação intencional do comportamento da matéria em situações novas" (CHALMERS, 1994, p. 44).

A aceleração no desenvolvimento das ciências do século XIX em diante incorporou as ciências humanas – sociologia, psicologia, antropologia, economia etc. – no panteão das ciências e todas elas, exatas, naturais e humanas, passaram a se dividir, basicamente, em ciências puras e aplicadas. Nas primeiras, o conhecimento é buscado pelo conhecimento, sem interesse na obtenção de resultados por mais proveitosos que esses possam ser. As ciências aplicadas diferem das puras apenas nos seus objetivos, pois, nas aplicadas, são estudados métodos e teorias que têm relevância para determinadas aplicações (DA COSTA, 1997. p. 30).

Outra divisão importante é aquela que se dá entre as ciências formais, nas quais o conhecimento é intuitivo, racional e formal, obtido através do raciocínio dedutivo, e as ciências empíricas, nas quais, além do conhecimento discursivo, obtido pela dedução e indução, há também aquele que é obtido através da observação e experimentação que se fundam na percepção sensorial.

Assim, segundo Newton da Costa, a experiência é fundamental nas ciências empíricas, pois elas são sínteses de criação racional, de observação e de experimentação, nas quais razão e experiência se fundem. Nas ciências empíricas

> as explicações são edifícios racionais arquitetados pelo homem, baseados na observação e na experimentação, que impõem certa ordem cognitiva em situações problemáticas. Como se sabe que qualquer concepção teórica acaba sendo apenas aproximadamente verdadeira, vê-se que a explicação científica é, por sua própria natureza, aproximada... (ibid., p. 44, 46).

Enfim, os princípios epistemológicos ou postulados que o autor (ibid.: 51-52) nos apresenta como definidores da ciência empírica são resumidamente os seguintes:

(a) princípio da possibilidade (o conhecimento científico é possível);

(b) princípio da origem (o conhecimento nasce do intercâmbio entre experiência e pensamento, sendo simultaneamente reflexo do real e construção racional);

(c) princípio da natureza (o conhecimento das disciplinas empíricas refere-se a um universo de coisas e fatos que existem independentemente de nós);

(d) princípio do critério (os critérios de justificação referentes ao conhecimento pertencem à lógica dedutiva, indutiva e à metodologia das ciências experimentais);

(e) princípio das categorias (a ciência se talha através de sistemas de categorias que se modificam historicamente).

O que se pode concluir, desse tópico, de interesse para a área de comunicação, é que todas as ciências não-formais são ciências empíricas. Entretanto, mesmo nas ciências empíricas, há ciências puras e aplicadas. Isso é importante para compreendermos os tipos de pesquisa que se desenvolvem no âmbito das ciências.

3. Tipos de pesquisa

Sem pesquisa não há ciência, de modo que a pesquisa é o mais legítimo alimento da ciência. Para a explicitação dos tipos de pesquisa, deve ser considerado que, embora as definições de pesquisa coloquem ênfase na referência à realidade empírica do conhecimento que a pesquisa busca atingir, há pesquisas que não têm nada a ver, diretamente, com a realidade empírica. É o caso das ciências formais, como é o caso das pesquisas teóricas que têm por função preencher lacunas no conhecimento, desvendar e construir quadros conceituais de referência. Há pesquisas cuja função poderia estar, exclusivamente, na discussão de um conceito controverso dentro de uma determinada área de conhecimento.

Dessa distinção entre pesquisas teóricas e pesquisas que visam a um conhecimento referenciado à realidade empírica, advém a primeira grande divisão dos tipos de pesquisa, aliados à divisão principal das ciências em *fundamentais* e *aplicadas*. O que mobiliza a mente humana, nos dizem Laville e Dionne (1999, p. 85), são problemas, a busca de um maior entendimento das questões com que a realidade nos desafia ou a busca de soluções para problemas nela existentes. Para melhor conhecer, o caminho é a pesquisa *fundamental* que tem por função aumentar a soma de saberes disponíveis, saberes estes que, em algum momento, nunca se sabe quando, serão utilizados para a solução de problemas empíricos. A história da ciência está cheia de exemplos dessa espécie.

Nessa medida, a pesquisa *fundamental* visa criar quadros teóricos de referência e mantê-los, tanto quanto possível, livres dos malentendidos e das anemias que a impaciência e negligência teóricas costumam produzir. Sem bons quadros teóricos de referência, pesquisas aplicadas ficam debilitadas, de modo que, na pesquisa, não pode haver nada mais prático do que uma boa teoria.

A motivação principal das pesquisas *aplicadas*, por seu lado, está na sua contribuição para resolver um problema. Para tal, ela aplicará conhecimentos já disponíveis, mas das aplicações podem resultar não apenas a

resolução do problema que a motivou, mas também a ampliação da compreensão que se tem do problema ou, ainda, a sugestão de novas questões a serem investigadas. É em razão disso que os verdadeiros pesquisadores não fazem pesquisa *ad hoc*, mas a fazem pela vida afora. O conhecimento está em um *continnum,* cuja origem e cujo fim nos serão eternamente desconhecidos.

Além da divisão entre pesquisa *teórica ou fundamental* e pesquisa *aplicada*, Chizotti (1991, p. 27) apresentou o seguinte quadro de tipos de pesquisa: a *descritiva*, que se restringe à descrição dos fatos; a *analítica*, que faz análises interpretativas dos dados e extrai conclusões; a *quantitativa*, assim chamada devido ao suporte em medidas e cálculos mensuráveis que utiliza; a *qualitativa*, que ressalta as significações que estão contidas nos atos e práticas; a *nomotética*, que tem o intuito de extrair as leis (*nomos*) da regularidade e da ocorrência dos fatos observados para generalizar. As pesquisas *analíticas* podem ser subdivididas de acordo com o método de abordagem analítica que utilizam: *comparativa, histórica, funcional, estrutural, sistêmica, dialética*. Podem, ainda, ser classificadas de acordo com seus objetivos, por exemplo, a pesquisa *clínica*, que estuda determinados casos individuais, visando a um julgamento e uma prescrição, e a *pesquisa-intervenção*, que se baseia na relação participante do processo de análise e mudança *psicossociológica*.

Uma outra divisão dos tipos de pesquisas e os procedimentos necessários para realizá-las foram apresentados por Demo (1985, p. 23-26): a *teórica*, a *metodológica*, a *empírica* e a *prática*. A *teórica* coincide em alguns pontos com a que foi, acima, chamada de fundamental. A *metodológica* se refere à reflexão sobre os métodos que direcionam a pesquisa científica, os modos de pesquisar, a problematização das vias do conhecimento. A "construção de propedêutica da descoberta da realidade". O cultivo de uma atitude típica diante da realidade, nos diz Demo, isto é, "da atitude da dúvida, de crítica, de indagação rodeada de cuidados para não sermos ingênuos, crédulos, apressados", é questão fundamentalmente metodológica. A falta de reflexão bem informada sobre ela redunda em um tipo de

mediocridade científica manifesta na credulidade em evidências dadas.

A pesquisa *empírica* dirige-se para "a face experimental e observável dos fenômenos", manipulando fatos e dados e procurando traduzir os resultados em dimensões mensuráveis, sendo, por isso mesmo, na medida do possível, quantitativa. Para Demo (ibid., p. 25), mesmo que não coincida com o mais relevante da realidade, esse tipo de pesquisa trouxe para as ciências humanas a contribuição inestimável do "compromisso com afirmações controláveis, contra especulações perdidas" ou divagações sem fundamento. Mas, uma vez que aquilo que é mais relevante não se manifesta à primeira vista, havendo, além do mais, muitas dimensões dos fenômenos que são refratárias à mensuração, a dedicação empírica não pode se restringir ao nível superficial, sempre mais fácil de ser mensurado.

A pesquisa *prática* se realiza através do teste prático das ideias e reflexões teóricas. Vale aqui, portanto, a inversão do postulado, acima formulado, sobre a teoria: nada melhor para a teoria do que uma boa prática. As chamadas *pesquisa-ação* e *pesquisa-intervenção*, que têm por objetivo intervir na realidade, também se enquadram na categoria de pesquisa prática.

Uma vez que a pesquisa empírica consta do tema desta apresentação, é a ela que vamos dirigir nossa atenção.

4. A pesquisa empírica

Para Halavais (2011, p. 12),

> O empirismo se baseia na capacidade dos observadores concordarem a respeito de uma representação de suas experiências, ou seja, de suas percepções do mundo. Mesmo quando não existem múltiplos observadores, o empiricismo requer que se assuma que alguém outro, no nosso lugar, faria os mesmo tipos de observação e as representaria de modo semelhante. [...] O empiricismo é mais uma *techne* que *episteme* – não que esses dois possam alguma vez ser totalmente

> separados. O empiricismo representa um *modus operandi* que permite construção colaborativa em prol de compreensão compartilhada.

Há que diferenciar, entretanto, o empirismo ingênuo do empirismo epistemologicamente informado. No primeiro caso, parte-se "do pressuposto de que é possível a observação imediata e direta da realidade feita por um observador *despreconceituoso* e imparcial". Já o empiricismo não-ingênuo leva em conta que "aquilo que um observador observa depende de sua experiência passada, de seu conhecimento, de sua expectativa" e, sobretudo, no caso de uma pesquisa, deve-se considerar a dependência que esta tem de teorias adequadas. (ROSSETTI, 2010, p. 75), de modo que o empírico não deve significar primazia sobre a teoria, muito menos ao invés da teoria. O contrário também é, muitas vezes, verdadeiro, pois "se a teoria estrutura e dá sentido ao dado empírico, por sua vez, este seleciona e regula o jogo das teorias concorrentes" (MARTINO, 2010, p. 142).

No seu artigo sobre "Panorama da pesquisa empírica em comunicação", Martino (ibid., p. 135-160), alerta para os diferentes usos e compreensões do termo empírico. Apesar de diversidade, tem predominado a compreensão vaga de que pesquisa empírica envolve coleta de dados que, na comunicação, está atrelada à corrente norte-americana da *Communication Research*, dos anos 1940.

Ainda, segundo Martino (p. 144), em comunicação há dois usos distintos do empírico, primeiramente, entendido como uma característica geral da pesquisa científica. Esse uso está ligado à divisão das ciências em formais e empíricas. O segundo uso refere-se apenas a um tipo de pesquisa científica. Esclarecedora é a tipologia da pesquisa empírica proposta por Martino (ibid., p. 148-149), como se segue:

> (a) Pesquisa empírica em sentido forte, na qual "os dados contribuem estruturalmente para a produção do conhecimento". Explicando: "se a teoria estrutura a observação, a observação regula a

teoria, selecionando teses concorrentes e intervindo na validade destas".

(b) Pesquisa empírica em sentido mediano. Nesse caso, "o dado empírico é apenas estruturado pela teoria, sem ter papel estruturante". Portanto, "os dados empíricos não alteram o conhecimento teórico, trata-se de descrever a realidade, ou de analisar determinada situação".

(c) Pesquisa empírica em sentido fraco. O que se tem, aqui, é a pesquisa de "cunho exploratório, como a coleta de dados ou os estudos de caso, que visam gerar informações sobre certa realidade específica. O elemento teórico é mínimo e, frequentemente, resta implícito".

5. Pesquisa empírica quantitativa e qualitativa

As pesquisas empíricas costumam ser associadas às pesquisas quantitativas. Neste ponto, entramos na questão do método. De fato, na medida em que a pesquisa empírica dirige-se para a face experimental e observável dos fenômenos, manipulando fatos e dados e procurando traduzir os resultados em dimensões mensuráveis, ela é, na medida do possível, quantitativa (ROSSETTI, ibid., p. 74). Mas, a pesquisa empírica não depende, exclusivamente, do método quantitativo. Enquanto este faz uso da estatística, as pesquisas qualitativas se desenvolvem por outros meios não menos legítimos. Essas últimas, segundo Chizzotti (1991, p. 9), abrigam um grande número de divisões e subdivisões que, embora diversas, unem-se na oposição ao modelo experimental e no pressuposto de que há uma relação dinâmica, uma interdependência entre o mundo real, o objeto da pesquisa e a subjetividade do sujeito. Enquanto o objeto deixa de ser tomado como um dado inerte e neutro, o sujeito é considerado como parte integrante do processo de conhecimento, atribuindo significados àquilo que pesquisa.

A abertura que a pesquisa *qualitativa* permite não pode nos levar a supor que, com ela, deixem de existir as exigências e critérios que devem regular uma pesquisa. Embora com características próprias, as pesquisas qualitativas, também, obedecem a certos protocolos, tais como: a delimitação e formulação claras de um problema, sua inserção em um quadro teórico de referência, a coleta escrupulosa de dados, a observação, as entrevistas, quando necessárias, a determinação de um método, a análise dos dados, o teste das hipóteses, a necessidade de generalização das conclusões etc. Enfim, o recurso ao qualitativo não pode servir para o pesquisador se abrigar, confortavelmente, na rejeição aos métodos com a desculpa de que estes são rígidos e castradores da inspiração criativa. Na pesquisa, sem método, inspiração é mito, como o é na própria arte, pois esta também se submete a métodos que lhe são muito próprios.

Não há um consenso em relação ao sentido que se pode dar à pesquisa *qualitativa*. Há um sentido amplo, conforme foi discutido, acima, e um sentido mais estreito. No sentido estreito, a pesquisa *qualitativa* é tomada apenas como uma parte da pesquisa *quantitativa*, aquela relativa à análise de conteúdo. De acordo com Laville e Dionne (ibid.: 225), até os anos 1970, a análise do discurso manifesto, colhido através de documentos, de questionários, entrevistas, etc., realizada pela pesquisa quantitativa, privilegiava os cálculos de frequência dos termos e das expressões utilizados no discurso. Uma vez que essa abordagem não costumava render os frutos esperados, o domínio e as modalidades do que se chamava de análise de conteúdo ampliaram-se, absorvendo abordagens qualitativas, quer dizer, interpretativas, das unidades de sentido, das relações entre elas e do que delas emana. Não obstante esse sentido estrito, a pesquisa qualitativa acabou por desenvolver autonomia própria, podendo se referir a todas as pesquisas que privilegiam a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração.

Para concluir, dentro de uma perspectiva da comunicação, cumpre lembrar que até os anos 1970, entrando mesmo nos 80, as pesquisas em comunicação, no Brasil, ficaram divididas nos campos antagônicos da

pesquisa *empírica*, presente nos estudos de *mass communication* dos Estados Unidos, e da teoria *crítica*, baseada especialmente nos escritos da Escola de Frankfurt. Essa oposição ficou mais tensionada pela ascensão dos modelos de comunicação, especialmente os semióticos, como norteadores da pesquisa. Durante algum tempo, a pesquisa empírica ficou identificada com a *mass communication research*, o que acarretou em preconceitos contra esse tipo de pesquisa, gerando uma outra tensão entre teoria e prática. No dizer de Marques de Melo, em seu manifesto sobre "Quem tem medo de pesquisa empírica", tema do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação (2011), o conflito latente entre "pragmáticos" e "teóricos", ou seja, entre os "praticantes dos ofícios comunicacionais e seus pesquisadores acadêmicos" vem, até hoje, produzindo "equívocos semânticos, como, por exemplo, a desqualificação do adjetivo empírico, convertido em antônimo de teórico".

> Assim sendo, a pesquisa em comunicação, genuinamente instituída no universo empírico do fazer jornalístico, publicitário, cinematográfico etc., passa a ser estigmatizada, desassistida e até mesmo obstaculizada. Rotulada como anacrônica, instrumental, mecanicista por seus antagonistas, adquire significado equivalente ao discurso do senso comum. Empírico resume-se, para tais exegetas, em conhecimento baseado apenas na experiência, destituído de caráter científico (MARQUES DE MELO, 2011).

Reagindo a tal tipo de patrulhamento, os pesquisadores dos campos profissionais, por seu lado, "desqualificam as contribuições oriundas das disciplinas conexas, julgando-as inapropriadas, porque eivadas de abstracionismo e classificando seus autores como teóricos incapazes de por os pés na terra, meros fabricantes de conhecimento inútil" (ibid.).

Para evitar esse patrulhamento mútuo, colocando ambos os lados no confronto e diálogo de um debate pluralista, foi idealizado o temário do Congresso da Intercom de 2011. Um caminho para a superação das falsas

dicotomias parece se encontrar na multiplicação de métodos e abordagens e na busca por metodologias mistas e integradas. São essas que acabam por tornar obsoletas as falsas oposições e tensões.

Ao fim e ao cabo, é necessário, ainda, considerar que, por trás de todas as epistemes, tipos de pesquisa, métodos, procedimentos e técnicas, a pesquisa científica é uma atividade específica e especializada realizada por pessoas vivas. Uma atividade que demanda de quem se propõe a desenvolvê-la uma certa vocação, um certo grau de renúncia às agitações da vida mundana e insubmissão às tiranias da vida prática, demanda a curiosidade sincera pelo legado do passado e a vontade irrefreável de prosseguir; exige isolamento disciplinado e consequente capacidade para a solidão reflexiva, hábitos de vida muito específicos, ao mesmo tempo em que abertura para a escuta cuidadosa e sempre difícil da alteridade), junto com a capacidade renovada de se despojar do conforto das crenças, quando isso se mostra necessário. Exige, antes de tudo, amor pelo conhecimento. Só esse amor pode explicar a docilidade do pesquisador aos rigores da ciência, especialmente aos rigores do método.

Referências

CHALMERS, Alan (1994). *A fabricação da ciência*, Beatriz Sidou (trad.). São Paulo: Unesp.

CHIZZOTTI, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.

COSTA, Newton da (1987). *O conhecimento científico*. São Paulo: Fapesp/Discurso Editorial.

DEMO, P. (1985). *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas.

HAVELAIS, Alexander (2011). Prefácio. In *Métodos de pesquisa para internet*, Fragoso, Suely et al. Porto Alegre: Sulinas.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. (1999). *A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais*, revisão técnica e adaptação da obra por Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed/Ed. UFMG.

MARTINO, Luiz Claudio (2010). Panorama da pesquisa empírica em comunicação. In *Pesquisa empírica em comunicação*, Braga, J. L. et al. (orgs.). São Paulo: Paulus, 135-160.

Melo, José Marques de Melo (2011). Quem tem medo de pesquisa empírica. Manifesto de divulgação do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).

ROSSETTI, Regina (2010). A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação da pesquisa empírica em comunicação. In *Pesquisa empírica em comunicação*, Braga, J. L. et al. (orgs.). São Paulo: Paulus, 71-86.

SFEZ, L. (1994). *Critica da comunicação*, Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral (trads.). São Paulo: Loyola.

SANTAELLA, Lucia (2001). *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 3ª. ed. S.J. do Rio Preto: Bluecom.

Von ZUBER, Newton Aquiles. Os caminhos da fenomenologia. Prefácio. In Masini, E. F. S. *O perceber e o relacionar-se do deficiente visual*. Brasília: Corde, 1994.

WOLF, M. (1987). *Teorias da comunicação*, Maria Jorge Vilar de Figueiredo (trad.). Lisboa: Presença.

2ª PARTE

Conhecimento Empírico Crítico: Extensões de McLuhan na Comunicação

2.1 McLuhan no Brasil

José Marques de Melo[1]

Equivocaram-se completamente as pitonisas que vaticinaram o eclipse intelectual de Marshall McLuhan, logo após sua morte em 1980. Os eventos que marcam o calendário intelectual de 2011, ano do centenário do seu nascimento, negam inteiramente aquela previsão funesta.

O momento culminante das celebrações brasileiras está agendado para a cidade do Recife, em setembro próximo, durante o congresso brasileiro de ciências da comunicação, promovido pela INTERCOM, associação que aglutina a comunidade acadêmica da área.

Nenhum lugar mais apropriado para isso, justamente por ter sido Recife o porto de desembarque das ideias de McLuhan no Brasil. Elas chegaram ao binômio Rio-São Paulo, no fim dos anos 60, mas só prosperam na década de 70, quando seus livros foram traduzidos e publicados.

---

1. Professor Emérito da Universidade de São Paulo, Diretor da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação e Presidente de Honra da INTERCOM.

Quem primeiro tomou conhecimento das teses iconoclastas e dos métodos heterodoxos do pensador canadense e os difundiu, no país, foi Gilberto Freyre. Quando escreveu, em 1961, a introdução ao seu clássico estudo sobre o escravo nos anúncios de jornal, o solitário de *Apipucos* refere-se ao livro *The Mechanical Bride* (1951), que ele considera precursor da 'Anunciologia', disciplina voltada para o estudo da propaganda na imprensa.

Entusiasmado com essa descoberta, Freyre imediatamente procurou dialogar com McLuhan. O encontro se deu, em Paris, durante colóquio para o qual ambos os escritores haviam sido convidados. Gilberto revela essa interlocução no prefácio à 3ª. edição do já referido livro, lançado em São Paulo, quando o profeta canadense estava na crista da onda.

Assim sendo, as ideias de McLuhan circularam em Pernambuco, bem antes da sua difusão nas metrópoles nacionais. Elas eram objeto de debate acadêmico, no início do Curso de Jornalismo da UNICAP, graças ao cosmopolitismo de Luiz Beltrão, que se mantinha atualizado sobre o pensamento contemporâneo.

Evidência disso são o ensaio que Luiz Beltrão publicou, em 1968, na revista *Comunicações & Problemas*, fazendo exegese não preconceituosa do livro *The Gutenberg Galaxy* (Toronto, 1962), e a resenha que sua discípula Tereza Lúcia Halliday publicou, em 1969, na revista *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* do JB.

Nesse final dos anos 60, Marshall McLuhan e seus livros repercutiram em todo o país, pautados pelos *Cadernos* de comunicação e jornalismo, editados pelas empresas jornalísticas Bloch e JB. Tais fontes nutriam o imaginário dos jornalistas responsáveis pelas editorias de cultura da grande imprensa.

Motivos fortuitos impediram a visita de McLuhan ao Brasil. Várias vezes tentado pelas organizações que bancariam seus elevados cachês, esse projeto fracassou. Não veio o homem, mas ficou o mito.

2.2 As TIC e o sistema educacional. Os temores de Innis e as esperanças de McLuhan

Gaëtan Tremblay[1]

Marshall McLuhan é universalmente conhecido por seus célebres aforismos, como, por exemplo, *The Medium is the Message* [O meio é a mensagem] e *The Global Village* [A aldeia global]. Alguns o desprezam, chamando-o de publicista e determinista. Outros, muito mais numerosos, o veneram como um visionário, que teria previsto o desenvolvimento e o impacto da televisão, do computador e da internet. Todos devem reconhecer que ele foi um dos primeiros a chamar a atenção para a importância das mídias na vida individual e coletiva.

McLuhan reconheceu de modo explícito a influência exercida sobre seu trabalho a obra do historiador e economista Harold Innis. Fora do Canadá, frequentemente é por meio dessa manifestação de gratidão que se conhece este último: Innis, o precursor de McLuhan.

1. Université du Québec à Montreal. O autor agradece muito ao Prof. Dr. Osvando J. de Morais pela tradução brasileira para a língua Protuguesa.

Já tive oportunidade de testemunhar minha dívida intelectual em relação a Innis e McLuhan em uma comunicação apresentada por ocasião de um colóquio organizado por Antonio Hohlfeldt, em Porto Alegre, em agosto de 2003. Publicado, em português, na *Revista FAMECOS*[2] e retomado e revisado alguns anos mais tarde, em francês, na revista *TIC et Société* , este texto tem por tarefa, bastante difícil, apresentar de modo claro uma síntese da abordagem teórica e do método de cada um dos dois autores canadenses. Nele, são enfatizados seu interesse comum pela comunicação e o trabalho pioneiro que ambos realizaram nesse novo campo de estudos. Também são analisadas as diferenças que distinguem suas respectivas obras e impedem de confundi-los, sem nuances, no interior de um mesmo âmbito de pensamento. Se eu chamei McLuhan de "profeta" ao me referir a sua contribuição, optei pelo epíteto de "escriba" em detrimento de "precursor" para qualificar a contribuição de Innis, recusando-me, desse modo, a reduzi-lo a um pré-mcluhaniano e convidando o estudioso da comunicação a uma leitura crítica distinta dos dois autores.

Não repetirei evidentemente o que já escrevi nessas duas publicações, que podem facilmente ser consultadas on-line. Em vez de abordar de modo geral a obra de Innis e de McLuhan, optei por levar minha análise comparativa a questões específicas. O roteiro que proponho hoje, com uma extensão proporcional ao tempo disponível, inclui três etapas. A primeira trata do método e as duas seguintes abordarão uma questão de fundo: os TIC na educação. Em primeiro lugar, exporei como McLuhan percebia a obra de Innis e até que ponto este o inspirou. Baseando-me no prefácio escrito para a reedição de *Empire and Communication*, em

2. Tremblay, G., "De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da Aldeia Global ao Império Mundial", *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, no. 22, dezembro de 2003, p. 13 - 22. Disponível on-line no seguinte endereço: http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/viewFile/.../173.

1972, buscarei mostrar como McLuhan transformou Innis, a posteriori, em um mcluhaniano. Em um segundo e terceiro pontos, apresentarei sucessivamente a análise que Innis e, em seguida, McLuhan, fizeram do setor educacional, de seus problemas, desafios e do futuro face ao desenvolvimento das técnicas de comunicação. Exporei o pensamento de Innis a partir do texto apresentado inicialmente na Universidade de Nouveau-Brunswick, em 30 de março de 1950 e publicado posteriormente em *The Bias of Communication*, de 1951[3]. Para a perspectiva McLuhaniana, utilizarei um artigo: "The future of education: The class of 1989", publicado em colaboração com G. B. Leonard, no ano de 1967, na revista *Look*[4], hoje extinta. Este caso específico, qual seja, o da educação e dos TIC, que nos concerne diretamente, me permitirá destacar as divergências de ponto de vista entre os dois autores. Concluirei, evidenciando sucintamente os pontos comuns e as diferenças que caracterizam a obra desses dois autores canadenses que contribuíram para o desenvolvimento das ciências da comunicação.

1. Innis visto por McLuhan

No prefácio que redigiu para a reedição de *Empire and Communication*, de 1972, McLuhan sublinha a importância que Innis concede aos meios de comunicação em sua leitura da história: "ele considerava as mídias – novas e antigas – não apenas como vértices para os quais dirigir seu ponto de vista, mas como vórtices vivos do poder que cria ambientes

3. "A Plea for Time" está disponível on-line no seguinte endereço: http://www.gutenberg.ca/ebooks/innis-plea/innis-plea-00-h.html

4. "The future of education: The class of 1989", disponível on-line no seguinte endereço: http://learningspaces.org/n/files/mcluhanfs.html

ocultos para agir de modo abrasivo e destrutivo sobre antigas formas de cultura" (p. V, da edição original). Em seguida, ele se dedica a demonstrar detalhadamente a originalidade do método histórico de Innis, de modo a evidenciar e valorizar, segundo me parece, as características de seu próprio método e, desse modo, reclamar uma filiação innisiana.

Em primeiro lugar, McLuhan destaca que, para Innis, o trabalho do historiador não se reduz à mera descrição dos fatos, pois, além disso, busca identificar os padrões e as tendências subjacentes, como ele mesmo tentou fazer. Nesse sentido, Innis não é tão original quanto pensa McLuhan. Devemos recordar, com efeito, que os historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloc fundaram, em 1929, a revista dos *Annales d'histoire économique et sociale* e o marco do que se tornaria a escola dos Annales, que exaltava a abertura às outras ciências sociais e proclamava a unidade e a totalidade da história. Após a Segunda Guerra Mundial, os herdeiros dessa escola, como, por exemplo, Fernand Braudel, evidenciaram o estudo do tempo longo da história, das grandes evoluções, em detrimento do tempo curto, dos eventos. A escola dos Annales teve uma grande influência, muito além das fronteiras francesas.

Em segundo lugar, Innis, segundo McLuhan, não se limita ao papel de observador externo que apresenta, em seguida, um ponto de vista. Ele se envolve pessoalmente na explicação dos fenômenos estudados, participando ativamente em um processo complexo de análise multifatorial: "Innis não apenas se coloca no centro mesmo de ações históricas veladas, distinguindo as culturas no interior de seus processos em vez de descrever e narrar desde o seu exterior, mas ele sempre é paradoxal, graças ao fato de oferecer mais de um aspecto de uma situação simultaneamente" (p. VI). Vemos aqui novamente a tabela mcluhaniana que dicotomiza as mídias quentes e frias, as mídias informativas e as participativas, sendo que, para McLuhan, as segundas são mais ricas e superiores às primeiras. Percebemos igualmente a valorização da multiplicidade de aspectos da situação analisada, uma referência pouco disfarçada da abordagem em mosaico de McLuhan.

Aqui também, devemos mencionar a implicação do historiador Innis no contexto de sua época, qual seja, o da primeira metade do século XX, quando o engajamento social dos intelectuais estava na ordem do dia. Assim, por exemplo, um dos fundadores da escola dos Annales, Lucien Febvre, encorajava os jovens historiadores aos quais se dirigia no ano de 1943 a participar dos debates de sua época:

"Entre a ação e o pensamento, não há divisão. Não há barreiras. É necessário que a história deixe de lhes parecer uma necrópole sonolenta, onde passam apenas as sombras desprovidas de substância. É necessário que vocês invadam os antigos palácios silenciosos onde ela dorme, animados para a luta e cobertos com a poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido e que, ao abrir as janelas, reacendendo as luzes e recordando o barulho, despertem a vida em vocês, sua vida quente e juvenil, a vida congelada da princesa que dorme... "[5].

Esta implicação pessoal, esta participação no processo, está na origem, segundo McLuhan, das reticências manifestadas por muitos leitores dos livros de Innis: "A razão para as 'dificuldades' que muitas pessoas encontram na leitura de Innis decorre de seu interesse participativo em processos, mais que num ponto de vista. À medida que se tornou mais familiarizado com os processos históricos desencadeados pela inovação tecnológica, estava cada vez menos inclinado a moralizar" (p. VI). Como não ver nesse comentário, uma alusão às pretensões de McLuhan sobre a abordagem global em oposição à dos pontos de vista particulares herdados pela era de Gutenberg, ao seu método de penetração nos objetos de análise (*light through*), ao de esclarecimento exterior das abordagens positivistas (*light on*)?

Em terceiro lugar, McLuhan se esforça para apresentar Innis em ruptura com o pensamento causal linear, que ele atribui ao método científico da

5. Febvre Lucien. Propos d'initiation: vivre l'histoire. In: Mélanges d'histoire sociale, N°3, 1943. p. 17

era gutenberguiana. Assim, ele insiste no fato de que Innis não apresenta perspectiva particular nem ponto de vista, mas procede a uma análise de processos complexos: "É importante reconhecer que Innis não está apresentando uma perspectiva ou ponto e vista, mas um diagnóstico de um processo complexo. Ele percebeu que a relação figura-fundo entre a escrita e a oralidade está, em toda parte, num estado de mudança constante" (p. VIII-IX).

E, para superar o pensamento causal linear, Innis sublinha com insistência que as mesmas causas produzem uma grande diversidade de efeitos: "Ele insiste que uma única e mesma causa pode ter uma ampla diversidade de efeitos previsíveis e característicos" (p. IX). Pode-se, no entanto, manifestar perplexidade diante de certas aplicações deste princípio metodológico. Assim, a tradição oral teria tornado os anglo-saxões alérgicos aos procedimentos do direito romano: "A tradição oral anglo-saxã da *common law* colocou-a em contradição perpétua com os padrões escritos visuais e orais do procedimento jurídico romano" (p. XI). Mas por que ela mesma não os protegeu da revolução industrial? Se os ingleses são culturalmente tão refratários à abordagem visual favorecida pela escrita e à fragmentação da produção industrial, como explicar que eles tenham sido os primeiros a pôr em movimento a revolução industrial, responsável pela segmentação das tarefas e a uniformização do processo de produção?

Finalmente, na abordagem de Innis considerada por McLuhan, o acento é posto sobre os efeitos mais que sobre as causas: "Esta observação ilustra mais uma característica da abordagem simbolista ou de figura-fundo utilizada por Innis em seus escritos tardios. Falo da compressão. O simbolismo é a técnica de concentrar-se nos efeitos mais que nas 'causas'" (p. XI).

O viés espaço-temporal que implica a dominação de cada mídia está no centro da análise histórica de Innis, como testemunha o título de uma de suas obras principais, *The Bias of Communication*. Com base em sua interpretação de Innis, McLuhan apresenta como equivalentes duas oposições, a que este estabelece entre escrita e tradição oral e aquela na qual ele

mesmo baseia toda sua teoria entre formas visuais e auditivas. Ora, em poucas palavras, o que estrutura a distinção entre escrita e oralidade, segundo Innis, é a referência ao tempo e ao espaço, à duração e à extensão. Em McLuhan, a oposição entre o visual e o auditivo é a do linear e do simultâneo, do específico e do global. É uma questão de particularidades sensoriais. A projeção do quadro de análise mcluhaniano sobre o innisiano conduz a uma equivalência enganosa. A tradição oral em Innis não se reduz ao uso da audição, nem a tradição escrita ao da visão.

2. As TIC e a educação, os temores de Innis

Ao tratar do impacto da tecnologia sobre a educação, Innis o remete, de modo indissociável, aos efeitos do mercado que ele induz. Porque a tecnologia conduziu a uma difusão de massa, a produção de livros impressos agiu insidiosamente sobre a educação, atraindo os autores para os produtos populares e os mercados de grande público:

"A imprensa não apenas enfatizou a importância da língua inglesa em comparação com outras línguas, mas também criou divisões entre classes no interior dos países de língua inglesa. A ênfase no letramento e na educação obrigatória recorreu a uma concentração nos livros com apelo geral e ampliou a distância entre o artista interessado em desenvolver sua arte e o escritor preocupado com o maior mercado. Talvez eu começa a divagar sobre os efeitos dessas tendências nas universidades. William James afirmou que a liderança do pensamento americano estava "passando das universidades para as revistas de dez centavos." Hoje ele poderia argumentar que ela passara para o rádio e a televisão". (p. 9).

Innis teme este desejo de agradar, de seduzir. Ele teme – e nisso não está muito distante do pensamento dos filósofos da Escola de Frankfurt – que tal tendência conduza a uma cultura da facilidade, em oposição a sua própria concepção da cultura, concebida como esforço de emancipação e domínio de si. A exemplo de Godkin, ele acredita que a cultura é "a

arte de fazer com facilidade o que não se gosta de fazer. É a mobilização dos poderes a serviço da vontade"[6].

Innis critica esta concepção utilitarista da formação universitária, resultante da ampliação dos processos de mercantilização e industrialização, que gostaria de transformar a universidade em uma grande escola profissional que respondesse às necessidades de mão de obra das empresas:

"Se nos atrevemos a utilizar esta definição, nos damos conta imediatamente da tendência das universidades acrescentarem cursos porque as pessoas gostam de fazê-los ou porque lhes serão úteis após a graduação e lhes permitirão ganhar mais dinheiro. Em troca, cursos são oferecidos porque os membros do corpo docente das universidades gostam de oferecê-los – um curso extra significa um departamento maior e um orçamento maior e, além disso, permite que se continue com o tema".

Como Adorno e Horkheimer, Innis acredita que a industrialização da cultura, da informação e da educação uniformiza por baixo:

"Essas tendências refletem uma preocupação com a informação. Elas são apoiadas pela indústria do livro-texto e outras indústrias que podem ser descritas como da informação. Isso foi disseminado nas universidades por meio dos novos meios de comunicação, incluindo imagens que se movem, alto-falantes, o rádio e a televisão num futuro próximo. O corpo docente e os estudantes estão testando sua capacidade de disseminar e receber informações. Dispositivos engenhosos, questionários, testes de inteligência são utilizados para dizer ao estudante a que lugar ele pertence e o estudante, portanto, seleciona processos para aplicar dispositivos semelhantes aos membros do corpo docente. Um vasto exército de pesquisadores e alunos está interessado em simplificar a língua e torná-la acessível para que outros aprendam o inglês e para que mais pessoas

6. Minha tradução de: "the art of doing easily what you don't like to do. It is the breaking-in of the powers to the service of the will" (Godkin citado por Innis, p.9).

leiam e escrevam o que será escrito em linguagem mais simples".

Innis dá o sinal de alarme: o desvio da industrialização que leva a conceber as universidades como mercados que visam satisfazer os gostos dos estudantes e os interesses dos professores, concebidos, respectivamente, como clientes e fornecedores, conduz as universidades a uma direção errônea: "A relativa adaptabilidade de diversos temas à transmissão mecânica ameaçou destruir a unidade da universidade."

Para Innis, a universidade é, sobretudo, um lugar de formação do pensamento. E cita *The Degradation of the Democratic Dogma,* de Henry Adams: "A Universidade, à diferença da escola tecnológica, não tem função própria além de ensinar que a flor da energia vital é o Pensamento, e que nenhum Instinto mas o Intelecto é a forma suprema de uma Vontade sobrenatural".

Em resumo, para Innis, as tecnologias da informação e da comunicação contribuem para a expansão dos mercados aos domínios da cultura e da educação, ao triunfo da ideologia mercantil e utilitarista que ameaça a verdadeira missão da universidade e do sistema educativo en su conjunto.

3. As TIC e a educação, as esperanças de McLuhan

Marshall McLuhan fez diversas alusões, ao longo de sua obra, à educação. O texto que publicou com George Leonard me parece um dos textos nos quais ele se estende mais longamente e mais sistematicamente sobre a questão. Como Innis, McLuhan e Leonard associam o desenvolvimento de um sistema de educação de massa e a emergência da sociedade industrial. Para estes últimos, um e outro resultam da mecanização, da fragmentação e especialização das tarefas:

"A educação de massa é uma criança na era mecânica. Ela cresceu junto com as linhas de produção e alcançou a maturidade apenas no momento histórico em que a civilização ocidental alcançara o extremo final de fragmentação e especialização e dominara a técnica linear de estampar produtos na massa".

A explicação desta constatação, porém, não os coloca, do lado da economia, sobre a qual passam rapidamente, mas antes do lado de uma análise das características da tecnologia. Eles se deixam seduzir pelas possibilidades fascinantes que os TIC abrem para a educação. E consideram a televisão, por exemplo, como uma porta aberta para o mundo, um instrumento fantástico de interação e de criação que revolucionará o ensino tradicional:

"A televisão ajudará os estudantes a explorar e interagir com um ambiente de longo alcance. Permitirá a eles, por exemplo, examinar o átomo ou o espaço; ver suas próprias ondas cerebrais; criar padrões artísticos de luz e som; envolver-se com velhos ou novos modos desconhecidos de viver, sentir, perceber; comunicar-se com outros aprendizes, onde quer que eles possam estar".

Um livro recente, publicado por um pesquisador francês (Desmurget, 2011) conclui que a televisão tem efeitos similares à lobotomia! Mas deixemos de lado esta antiga querela sobre os efeitos da televisão.

A tecnologia não é, no entanto, o único fator em causa nem mesmo, de modo surpreendente, em McLuhan, o fator principal. Devemos considerar a influência de Leonardo, que se define, sobretudo, como um pedagogo? Seja qual o motivo, é a definição dos papéis na relação pedagógica que é apresentada como fator determinante para o futuro do sistema educacional:

"A própria tecnologia que grita agora por um novo modo de educação cria meios de obtê-la. Mas os dispositivos educacionais, embora importantes, não são tão centrais para a escola de amanhã como os novos papéis de estudantes e professores. Cidadãos do futuro terão menos necessidade de semelhança de função ou visão. Ao contrário, serão recompensados pela diversidade e originalidade".

Ao contrário da concepção de Innis, a concepção de McLuhan da educação enfatiza o jogo, o prazer e a criatividade: "Se o estudante do futuro pode ser comparado à criança que brinca, ele também se assemelha ao artista que trabalha". Ainda se está longe da pedagogia do esforço emancipador!

As novas tecnologias da informação e da comunicação permitirão criar, num mundo globalizado, novos ambientes pedagógicos interativos e lúdicos, nos quais se praticarão valores caros a McLuhan de engajamento e de participação:

"O educador de amanhã será capaz de iniciar a emocionante tarefa de criar um novo tipo de ambiente de aprendizado. Os estudantes circularão livremente pelo espaço de aprendizado, seja uma sala, um edifício ou um complexo de edifícios ou (como veremos mais tarde) uma construção escolar ainda maior. Não haverá distinção entre o trabalho e a brincadeira na nova escola, pois o estudante estará totalmente envolvido. A responsabilidade pela eficácia do aprendizado será deslocada do estudante para o professor.

Atualmente, o professor tem um público pronto. Ele tem a garantia de casa cheia e de longo prazo. Os alunos que não gostam do show tiram notas ruins. Se os estudantes são livres para perambular por onde quisessem, porém, ocorre uma situação completamente nova e a qualidade da experiência chamada educação se modificará drasticamente. O educador então terá naturalmente uma difícil tarefa em gerar interesse e participação para os estudantes".

Em resumo, o ponto de vista de McLuhan e de Leonard se aproxima dos defensores da pedagogia ativa à maneira de Summer Hill e da abordagem de Célestin Freinet, fundada sobre a expressão livre das crianças. As TIC constituem uma chance e uma ocasião que permitirá transformar radicalmente o universo da educação modificando os papéis do educador e do aluno.

Conclusão

O que podemos concluir a partir desta breve exposição? Em primeiro lugar, no que se refere ao método, duas coisas. Primeiro, o método histórico de Innis não é tão inovador quanto proclama

McLuhan. Aberto à contribuição das ciências sociais, buscando tendências de fundo além do evento, engajado nos debates do presente, esta abordagem metodológica está de acordo com as grandes correntes da história contemporânea, tal como iniciado, no entre-guerras, pela escola francesa dos Annales. Em segundo lugar, em sua leitura do método de Innis, McLuhan está principalmente atento ao que o aproxima do seu próprio método. Ele dá a impressão de procurar um precursor, um pesquisador conhecido, suscetível de lhe fornecer o reconhecimento acadêmico que a universidade frequentemente lhe recusou. Resta que Innis é, sobretudo, um pesquisador das ciências sociais, enquanto McLuhan é um literato.

Sobre a questão específica dos TIC e da educação que abordei brevemente na presente comunicação por meio de dois textos de Innis e de McLuhan, pode-se concluir que um e outro colocam as tecnologias de informação e de comunicação no centro das mutações do sistema educacional. Neste caso, seu pensamento não é determinista como, em geral, se afirma, pois um e outro fazem intervir o que se pode chamar de variáveis intermediárias. Dois traços, no entanto, distinguem suas respectivas abordagens. Em primeiro lugar, na análise de Innis, a variável intermediária deve ser buscada do lado da economia, enquanto que, na perspectiva de McLuhan, ela se encontra, sobretudo, do lado da pedagogia. Em segundo lugar, Innis vê na generalização do uso dos TIC na educação razões para grande inquietação. McLuhan, porém, encontra motivos para alegrar-se.

A história demonstrou a pertinência dos temores de Innis em relação à tendência de tornar as universidades mercados da formação. Ela também deu razão à McLuhan no que se refere à generalização da tecnologia informática e às redes informáticas e sua utilização na formação, em todos os níveis. Mas a história não confirma – não ainda, como dizem alguns – sua visão de uma classe sem divisões e totalmente interativa, na qual os alunos se entretêm, satisfazendo a sede insaciável pelo aprendizado.

Para Innis, a mercantilização e industrialização da formação representam ameaças graves à missão principal das universidades – o aprendizado do pensamento – considerado uma conquista da vontade sobre os impulsos naturais à facilidade. Para McLuhan e seu seguidor, Leonard, as tecnologias da informação e comunicação constituem os instrumentos indispensáveis ao posicionamento da pedagogia no mundo moderno globalizado, que valoriza a interação, a participação e a diversidade.

Referências

Desmurget, Michel (2011) *TV Lobotomie. La vérité scientifique sur les effets de la télévision*. Paris : Max Milo

Febvre Lucien (1943) "Propos d'initiation: vivre l'histoire". In: *Mélanges d'histoire sociale*, N°3, p. 5-18. Disponível on-line: http://www.persee.fr

Freinet, Célestin (1964) *Les techniques Freinet de l'École moderne*, Paris, Librairie Armand Colin

Innis, Harold A. (1950). *A plea for time. In The bias of communication* (1982).. Toronto: University of Toronto Press.

McLuhan, Marshall, & Leonard, George B. (1967). "The future of education: The class of 1989". *Look*, February 21, 23-24.

http://learningspaces.org/n/files/mcluhanfs.html

Tremblay, Gaëtan (2008) «De Marshall McLuhan à Harold Innis ou du village global à l'empire mondial1», *Revue tic&société* [on-line], De TIS à tic&société : dix ans après, Numéros, disponibilizado em: 16/02/2008, URL: http://revues.mshparisnord.org/ticsociete/index.php?id=222.

Tremblay, Gaëtan (2003) "De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da

Aldeia Global ao Império Mundial", *Revista FAMECOS*: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, no. 22, dezembro 2003, p. 13 - 22. Disponível on-line no seguinte endereço:

http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/viewFile/.../173

2.3 Marshall McLuhan e a teoria midiática: dívidas e críticas

Oumar Kane[1]

Introdução

> Como os futuros historiadores da cultura e da inteligência considerarão a contribuição de H. Marshall McLuhan (1911-1980), professor de literatura inglesa na Universidade de Toronto e célebre ex-intelectual das mídias? Ele continuará a ser visto como uma figura controversa, um cidadão marginal de um país marginal que cometeu um erro, como a ortodoxia atual considera? Será examinado como um ícone dos anos 1960 que contribuiu para uma mudança substancial no modo como as pessoas comuns pensam sobre a mídia? Ou sua importância residirá no papel de catalisador da forma história da moderna "interdisciplina" da comunicação? (JEFFREY, 1989, 1).

Um século após seu nascimento e trinta anos após sua morte, Marshall

1. Departamento de comunicação social e pública Université du Québec à Montreal (UQÀM) Montreal, Canadá E-mail: kane.oumar@uqam.ca

McLuhan (1911 - 1980) é objeto de inúmeras comemorações e releituras críticas ou ditirâmbicas para avaliar o alcance de sua contribuição em diversos âmbitos disciplinares e, particularmente, nas ciências da comunicação. Paradoxalmente, parece que, se a história da comunicação tornou-se um âmbito de pesquisa independente foi, ao mesmo tempo, graças e apesar dos trabalhos de McLuhan (HYER, 1989). Eis a ambivalência da recepção da obra do autor canadense. Elogiadas, durante os anos de 1960, abandonadas no fim de sua vida, as ideias de McLuhan retornariam com força nos anos 1990. O entusiasmo pelo pós-estruturalismo desempenharia um papel importante nesse sentido. Ao desconstruir e problematizar a objetividade, o saber científico e a racionalidade, o pós-estruturalismo teria esgotado os argumentos dos detratores de McLuhan, permitindo que suas ideias adquirissem uma dignidade nova no âmbito científico realizando, a título póstumo, um retorno em força plena (WILMOTT, 1996). No início dos anos 1960, sua notoriedade mundana e midiática conheceu um desenvolvimento importante, a ponto de preceder sua recepção científica e de desviá-la consideravelmente. Caricaturado e reduzido a dois aforismos simplistas[2] ("o meio é a mensagem" e a "aldeia global"), auxiliado por um sentido agudo da fórmula, mas prejudicado por um estilo aforístico hermético, a posteridade de McLuhan não é, de modo algum, fácil de avaliar, pois as tomadas de posição estão essencialmente entrincheiradas, apesar de certas tentativas de nuançar a proposta (ROSENTHAL, 1969).

2. Jeffrey (1989) considera que McLuhan é estereotipado e utilizado como um espantalho por ser um tecnodeterminista. Para ele, não se faz justiça ao pensamento de McLuhan remetendo-o a esses dois clichês. O trabalho de McLuhan em *The Gutenberg Galaxy* se inscreveria na tradição de pesquisa antiga à qual ele trouxe sua própria contribuição: "Os detalhes variam, mas todos veriam o descolamento na organização cultural e cognitiva humana da oralidade para o letramento como fundamental para a compreensão das mudanças históricas na organização social" (4).

McLuhan preconizou uma abordagem pioneira e inédita em análise dos meios de comunicação, num momento em que a pesquisa em comunicação se ampliava em direções radicalmente diferentes. Sua primeira monografia, *The Mechanical Bride. Folklore of Industrial Man* (1951), constitui, em muitos sentidos, uma anomalia (à qual voltaremos) na economia geral de sua obra. *The Gutenberg Galaxy. The Making of the Typographic Man* (1962) analisa as transformações culturais após a invenção da imprensa. A obra será seguida, em 1964, pelo já clássico *Understanding Media. The Extensions of Man*. Frequentemente, o subtítulo de suas obras é muito eloquente e permite apreender, verdadeiramente, a tese que será desenvolvida. Com *The Medium is the Massage*[3]. *An Inventory of Effects*, publicado em 1967 em colaboração com Quentin Fiore, o fato de que as mídias eletrônicas não sejam mais a extensão de um sentido único (como o livro era uma extensão do olho ou a linguagem, da orelha), mas do sistema nervoso humano em seu conjunto tem consequências muito importantes. A abolição da concepção linear do espaço e do tempo é um aspecto essencial para McLuhan. Encontramo-nos, a partir daí, em uma época do pós-impresso. No entanto, não constitui um paradoxo que seja através de um livro impresso ricamente ilustrado por Quentin Fiore que McLuhan anuncie a morte do livro (MACEY, 2001).

O sucesso do autor canadense com o grande público seria consequência, segundo Winter e Goldman (1989, 99), da "teologia secular da tecnologia eletrônica". Estes dois autores elaboraram seu artigo de 1989 numa conjuntura caracterizada por uma onda de avaliação das obras de

3. Segundo Eric McLuhan, filho do autor canadense, o título original do livro era *The Medium is the Message*. Foi depois de um erro tipográfico do impressor, que trocou um "e" por um "a", que o título mudou e, consequentemente, Marshall McLuhan sugeriu um jogo de palavras entre "*message*", "*massage*" e "*mass age*", remetendo à ideia do primado dos meios de comunicação.

McLuhan, a fim de determinar a importância de seu trabalho no âmbito de uma sociologia do conhecimento. Os termos utilizados para dar conta dessas obras oscilam entre a simples "reputação" mundana e a "fundação" dos *media studies*, passando por diversas formas de reconhecimento de uma contribuição à história das ideias ou à produção de conhecimento.

O objeto da presente comunicação não é, portanto, repetir o que foi dito sobre McLuhan, mas antes abordar sucintamente certos trabalhos e, com o recuo temporal de que hoje dispomos, considerar a posteridade de suas ideias sobre os estudos em comunicação atualmente. Num primeiro momento, trataremos brevemente de algumas das fontes de inspiração de McLuhan (suas dívidas). Em seguida, voltaremos à teoria dos meios de comunicação, às críticas que lhe foram feitas e a sua posteridade epistêmica. Terminaremos nossa proposta, abordando as relações com a comunicação como interdisciplina, como âmbito de pesquisa e local de luta simbólica.

As dívidas de McLuhan

De acordo com Babe (2000), quatro autores exerceram uma grande influência sobre McLuhan. Primeiro, Lewis Mumford, autor de *Technics and Civilization*, de 1934, que analisou as relações entre tecnologia e cultura. Em seguida, Siegfried Giedion, que escreveu *Mechanization Takes Command*, em 1948, e *Space, Time and Architecture,* em 1954, o influenciou por meio da tese sobre a mecanização da consciência. Eric Havelock, membro da escola de Toronto, causou grande impressão em McLuhan com seus estudos sobre o desequilíbrio civilizacional ocorrido após a invenção do alfabeto fonético entre os povos antigos. Havelock desenvolveu, em particular, suas teses em *The Crucifixion of Intellectual Man*, em 1951, e *Preface to Plato*, em 1963. E, *last but not least*, Harold Innis, cuja influência sobre McLuhan é mais amplamente atestada por meio de sua insistência sobre a importância das mídias no exercício do

poder e na mudança social que ele desenvolve, sobretudo, em *Empire and Communications,* de 1950, e *The Bias of Time*, de 1951.

A ampliação radical da definição de meio que McLuhan opera, pode ser atribuída, em parte, a Giedion, que considerava que todo objeto pode ser "estético", isto é, pode ser estudado a partir de suas relações com o aparelho perceptivo humano. Considerando seriamente esse ensinamento, McLuhan considera como "meio" todo objeto, artefato ou dispositivo que mantém uma relação com o *sensorium* humano. Não são os meios de comunicação, no sentido estrito do termo (imprensa, rádio, televisão...), mas todos os artefatos técnicos que prolongam as funções, faculdades ou órgãos humanos. Assim, o vestuário, a estrada ou a roda são meios de comunicação que têm "efeitos" psicológicos e sociais muito importantes. Sob este viés, a análise das mídias teve como efeito inesperado a substituição do corpo no centro da análise em certos autores que reivindicam McLuhan, considerando, assim, que a "última lição de Marshal é que o corpo é o meio e que é nosso principal trunfo" (COUPLAND, 2009, 232).

A dívida de McLuhan em relação ao *new criticism*[4] merece ser igualmente mencionada, pois permite compreender com mais clareza o método, na esfera da forma e do conteúdo. O *new criticism* emerge, nos anos 1930, no campo da crítica literária britânica e americana. Sem ter a coesão de uma "escola", seus pilares elaboram e compartilham um discurso e uma prática fundados na poesia e que se opõe à crítica filológica e histórica. Esta última analisava as obras, a partir de um interesse quase exclusivo no conteúdo do texto, pelo viés de uma hermenêutica textual aplicada à poesia. Assim: "a tarefa do crítico é, portanto, realizar 'o exame mais estrito possível daquilo que o poema diz como poema'" (MACEY,

4. Mantivemos no texto o sintagma inglês para evitar, na tradução, a confusão com a *nouvelle critique* francesa. O *new criticism* é anglo-saxão e anterior à *nouvelle critique*, que emergiu, na França, a partir das obras de Roland Barthes no início dos anos 1960.

2001, 269). Vê-se, imediatamente, a filiação com o desinteresse pelo conteúdo das mídias que foram analisadas "enquanto mídias" em McLuhan. O *new criticism* se insurge contra as duas principais tendências da crítica literária que consistem em concentrar a análise sobre a intenção (*intentional fallacy*) e a afetividade (*affective fallacy*). São tendências porque, segundo os *novos críticos*, a intenção do autor de uma obra não está disponível para o pesquisador e não servirá para nada perder-se em conjecturas a seu propósito. Do mesmo modo, insistir sobre a afetividade significaria perder de vista o "texto enquanto texto". O paradoxo e a metáfora querem receber uma importância nova. O resultado é um distanciamento do discurso científico e a reivindicação de um discurso anticientífico, paradoxal e aforístico (MACEY, 2001), que teria os favores de McLuhan e confundiria amplamente muitos de seus leitores.

McLuhan e as mídias

Se devemos traçar uma linha divisória entre um primeiro e um segundo McLuhan, em sua abordagem[5] das mídias, *The Mechanical Bride*, em 1951, pertenceria, sem dúvida alguma, ao primeiro período, no qual McLuhan desenvolve uma veia crítica agressiva a propósito da cultura popular e condena, violentamente, as esferas do *business* e a publicidade. Essa denúncia de consumação da massa e da publicidade desapareceria de suas obras posteriores, em particular, as do início dos anos 1960 (*The Gutenberg Galaxy* e *Undestanding Media*). McLuhan rejeitará mesmo *The Mechanical Bride*, como uma tentativa irracional de se apegar a um

5. Repetidas vezes, McLuhan negou a existência de uma teoria da comunicação em suas obras, mas esta não é a opinião de certos especialistas (MCLUHAN, 2008; WINTER e GOLDMAN, 1989).

passado terminado numa sociedade dominada por novas mídias[6] que, na época, eram o rádio e a televisão. É isso que leva Winter e Goldman (1989, 96) a afirmar: "Em algum momento, naquele intervalo de 11 anos, entre 1951 e 1962, Marshall McLuhan tornou-se um *tecnodeterminista*". Com o deslocamento analítico, o *locus de responsabilidade* (no sentido amoral do termo) é, a partir de então, *tecnologizado* e exteriorizado e deve ser buscado nas próprias mídias, em vez de ser posto na conta do sistema e das instituições de comunicação como antes. Entramos, assim, num universo determinista, no qual as mídias devem ser mimadas e culpadas. Entretanto, o alcance crítico da análise midiática de McLuhan subsiste, virtualmente, com a possibilidade de que, levada ao extremo, a lógica de funcionamento de um meio se inverte para atualizar as potencialidades contrárias ao modo de funcionamento dominante. É o "quiasma[7]" a que se refere Babe (2010, 299) em sua análise do pensamento comunicacional de McLuhan.

A tese de McLuhan, defendida na universidade de Cambridge, em 1943, tem como tema Thomas Nashe e se intitula *The Classical Trivium*[8]*: The*

6. Tratava-se, segundo seus próprios termos, de uma tentativa irracional de preservar a herança de uma cultura livresca numa época dominada pela eletricidade. Com efeito, uma economia política das mídias não tem sentido algum para ele, senão no âmbito onde prevalecem as mídias mecânicas (BABE, 2010), o que não era mais o caso com o advento da televisão, no momento em que ele desenvolvia os escritos midiáticos nos anos 1960.

7. O *quiasma* será um meio de possível redenção tecnológica para o muito católico McLuhan. Para desenvolvimentos sobre este ponto e a perspectiva oposta de Innis, ver Babe (2010, 299).

8. No período medieval, o *Trivium* era o *corpus* constituído pelo estudo conjunto de gramática, retórica e lógica. O *Quadrivium* agrupava, por sua vez, o estudo da

Place of Thomas Nashe in the Learning of His Time. Ele se interessa pela história da retórica no período que vai da Antiguidade ao Renascimento. A partir daí, nasce seu interesse pelas tecnologias da comunicação e sua relação/influência com a história social dos povos. Ao conceber a linguagem como uma tecnologia, McLuhan pôde considerar sobre o mesmo *continuum* os artefatos humanos em relação a seus efeitos sobre o *sensorium*[9] humano, definido por Santo Tomás de Aquino como a interação dos cinco sentidos. Por meio deste viés, ele torna explicitamente equivalentes artefato e meio. Feito isso, amplia o domínio inicial de aplicação (a linguagem) da crítica literária, não apenas às mídias no sentido restrito do termo, mas a toda mídia concebida no sentido amplo mencionado anteriormente (a roda ou o vestuário, por exemplo). Como ele afirma em *Counterblast*, desse modo, ele tentou desenvolver uma "abordagem ecológica", que considera conjuntamente as mídias e os sentidos humanos que elas prolongam ou acentuam. Mas, se as mídias mecânicas amplificam um sentido em detrimento de outros, o advento da era eletrônica opera uma mudança radical, ao exteriorizar o sistema sensorial humano em seu conjunto. Trata-se de uma grande modificação na história das comunicações e na ecologia das mídias.

Uma outra inovação *mcluhaniana*, relativa à análise das mídias e muito controversa, diz respeito à "temperatura" das mídias. Com efeito, McLuhan classifica as mídias em duas categorias, as mídias quentes e as frias.

---

matemática, geometria, astronomia e música.

9. A escrita permite a passagem do *sensorium* humano do primado do auditivo (oralidade) ao do visual.

> Um meio de comunicação quente é um meio que se estende num único sentido em alta definição; é rico em informações específicas e deixa pouco espaço para ser preenchido pelo público. Segundo McLuhan, a imprensa é quente, assim como o rádio e o filme. Ao contrário, meios de comunicação frios são de baixa definição em termos de informação; elas impelem o público a decidir. Para isso, é necessário envolver um ou mais sentidos. O discurso coloquial é frio, assim como o telefone e a televisão.

Mídias quentes e frias são definidas, portanto, com base na participação do receptor sem que a criteriologia mobilizada seja clara. A título de exemplo, a imprensa escrita, o rádio e o cinema oferecem uma mensagem completa que necessita de pouca participação do receptor. São, portanto, quentes. A situação é oposta com as histórias em quadrinhos, o telefone ou a fala. Veremos, mais adiante, que além da obscuridade teórica, essa divisão apresenta problemas, quando ocorre uma forma de hibridação midiática, como nós conhecemos atualmente, com as diferentes formas de convergências (conteúdos, suportes, plataformas, etc.).

Se todo meio é uma prótese que tem certos efeitos sobre o *sensorium*, então o homem muda, quando os meios se transformam. Além disso, todas as épocas conhecem um meio de eleição, cujo modo relacional com os sentidos será dominante durante a sua hegemonia. Consequentemente, toda transformação tecnológica das mídias transforma o ambiente social e a percepção individual e coletiva. Por isso, McLuhan fala, frequentemente, das mídias em termos de ambiente. A partir disso, a materialidade do meio precede e predomina sobre a do contingente que pode vir a veicular. Isso não basta para pôr em causa o primado do meio "enquanto meio". A distinção entre conteúdo e mensagem leva à afirmação, segundo a qual o *conteúdo* da televisão é constituído por imagens, enquanto que sua *mensagem* está ligada ao seu efeito sobre os telespectadores.

Nesse sentido, certas tomadas de posição de McLuhan, especialista

da retória, permitem compreender o McLuhan teórico das mídias. Com efeito, ele costumava se insurgir contra as abordagens nominalistas e defendia a ideia, segundo a qual as palavras não são arbitrárias, pois retiram suas raízes da experiência. Ele parte da análise das onomatopeias e da poesia (a palavra está ligada esteticamente à realidade que designa) para aplicá-la às mídias que manteriam, por isso, uma relação *motivada* com os sentidos humanos.

É importante assinalar que, para McLuhan, as mídias como *extensões* não se aplicam senão à espécie humana, mas se aplicam *universalmente*[10] à espécie humana. A partir de então, McLuhan buscou uma resposta para a questão "o que fazem todas as mídias? "Sua ambição era definir uma lei de caráter geral e que fosse verificável. Num artigo em que tenta analisar a contribuição científica do pai, Eric McLuhan (1989, 80-81), avalia que Marshall McLuhan identificou quatro leis, que formulou sob a forma de perguntas, a fim de responder ao questionamento global: "o que fazem todas as mídias?"

As perguntas que devem ser propostas para cada meio dominante, em uma dada conjuntura histórica, são as seguintes:

1. O que foi deslocado (abandonado)?
2. O que foi amplificado?
3. Que inversão ocorreu?
4. Que forma atrofiada foi recuperada?"

10. Como escreveu Couplant (2009, 294): "As mídias transformam a sociedade porque transformam uma faculdade ou capacidade humana universal."

Aqui, é mobilizada uma análise, iniciada por *Understanding Media* e completada por *From Cliché to Archetype* (1970), que impede que McLuhan, ao menos em teoria, recaia numa análise exageradamente determinista. Essa formalização permite, ao contrário, compreender como as *tendências* que as mídias favorecem se invertem, quando sua lógica é levada a extremos, demonstrando que a abordagem *mcluhaniana* sobre as mídias, certamente, é determinista, mas não é mecanicamente unívoca.

As críticas a McLuhan

As críticas a McLuhan são frequentes e seria impossível e inútil tentar analisá-las exaustivamente aqui. Trataremos, brevemente, de algumas, contextualizando-as no quadro das relações de poder, nas quais elas emergiram. Isso nos servirá de contraponto, quando abordarmos sua posteridade no tópico seguinte.

Originário da crítica literária inglesa e partidário do *new criticism*, McLuhan é um *outsider* no campo da comunicação no início dos anos 1960. Ele se encontra numa situação difícil em relação aos paradigmas dominantes de um âmbito em vista da institucionalização. A situação do *new criticism* em relação à crítica filológica é semelhante à da análise *mcluhaniana* das mídias em relação às abordagens sociológicas dominantes (efeitos psicológicos imediatos, propaganda ou psicosociologia). Ao decidir enfatizar as mídias "enquanto mídias", ele se expõe à crítica feita ao *new criticism* em seu próprio espaço de desenvolvimento. Isto é, ao analisar "o poema como poema", a crítica literária e o poema se fecham sobre si mesmos, levando a um sistema autorreferencial que não pode senão autoconfirmar-se. O resultado final é uma tautologia que se autovalida. A mesma crítica foi feita a McLuhan em sua abordagem das mídias "enquanto mídias" e não por acaso.

A crítica mais recorrente feita a McLuhan, provavelmente, está ligada à reprovação de uma abordagem determinista das mídias: "Por determi-

nismo tecnológico, entende-se a atitude intelectual que consiste em acreditar que a tecnologia determina essencialmente ou prioritariamente a organização social e o comportamento humanos" (ATTALLAH, 1989, 290). A crítica do tecnodeterminismo aponta para a postura *mcluhaniana*, que enuncia o primado das mídias[11] sobre todos os outros fatores no desenvolvimento histórico. Uma outra crítica, que vai mais além, trata da *monocausalidade* do autor canadense: "O problema, claro, é que a causalidade na História, se existir, não pode ser atribuída a um único fator tal como os meios de comunicação, em especial, por meio dos vastos períodos de tempo com que lida em *Galaxy*" (HEYER[12], 1989, 37). A mudança histórica se reduzirá, portanto, à mudança tecnológica que McLuhan analisa, ao estudar a transformação induzida, exclusivamente, pelas mídias em detrimento de outras determinantes sócio-históricas.

Jeffrey (1989), no que aparenta ser uma defesa de McLuhan, sustenta, porém, que Carey[13] (1970) contribuiu mais que qualquer outro intelectual a denegrir sua reputação, no âmbito das ciências sociais, ao operar uma analogia entre as teses *mcluhaninas* e a hipótese Sapir-Whorf. Sua acusação contra a célebre hipótese serviria para desacreditar os trabalhos

11. Coupland (2009, 182) cita este aforismo de McLuhan: "o usuário é o conteúdo", que soa como um desafio.

12. Além disso, quando McLuhan considera que foi somente com o telégrafo que a mensagem humana foi mais rápida que o mensageiro, expõe-se à crítica de Heyer (1989), que recorda que os sinais de fumaça, o tambor e os retransmissores vocais ocuparam esta função muito antes do nascimento do telégrafo elétrico.

13. Carey (1970) foi um divulgador de primeira para a difusão dos trabalhos dos dois teóricos canadenses, em função da clareza e elegância de seu estilo, que se diferencia do estilo obscuro e hermético de McLuhan e Innis.

do autor canadense. Feito isso, Carey teria escolhido enaltecer a obra de Innis mais próxima de sua orientação ideológica, em detrimento dos trabalhos de McLuhan, devido à ausência de perspectiva crítica na quase totalidade dos trabalhos deste último.

Apesar da existência de uma vasta literatura crítica de McLuhan, da qual alguns autores foram seus alunos, suas ideias conheceram uma segunda vida e foram amplamente retomadas, seja por simples epígonos, seja no âmbito das apropriações mais férteis. No tópico seguinte, faremos algumas abordagens que, hoje, reivindicam explicitamente a análise *mcluhaniana* das mídias.

A posteridade de McLuhan

A contribuição de McLuhan para a pesquisa em comunicação é clara e pode ser facilmente medida pelo destino que suas teses conheceram e pelas citações de que ele se beneficia, nas pesquisas atuais, sobre as mídias e a comunicação. A influência de McLuhan ultrapassou, grandemente, o âmbito da disciplina comunicacional, pois autores como Zbigniew Brzezinski (1970[14]), Daniel Bell (1973[15]) ou Alvin Toffler (1980[16]) reivindicam, mais ou menos abertamente, sua herança. Do mesmo modo, Heyer (1989), do qual acabamos de ver a força da crítica dirigida aos escritos de McLuhan, não deixa de reconhecer a realidade de sua abordagem da teoria contemporânea das mídias:

14. Between Two Ages: America's Rôle in the Technetronic Era, Viking Press, New York, 1970.

15. The Coming of the Post-Industrial Society, Basic Books, New York, 1973.

16. The Third Wave, Pan, London, 1980.

> Não obstante, qualquer discussão contemporânea do papel da televisão, incluindo a que se baseia em, "que Deus não permita" conteúdo, não pode auxiliar, mas tratar de algum aspecto da perspectiva de McLuhan. E mesmo evitar sua posição cria uma situação por meio da qual importantes considerações emergem no intervalo entre a visão não mcluhaniana e a que se tenta evitar ou contradizer. Apesar das deficiências, Understanding Media é um livro importante. Sua importância não está naquilo que diz sobre as coisas, mas nas coisas que reúne para dizer. (HEYER, 1989, 44).

Portanto, McLuhan influenciou, consideravelmente, a teoria contemporânea no âmbito das mídias. Na França, a midialogia de Régis Debray, que estuda os efeitos das aparelhagens e instituições sobre o pensamento individual e coletivo, deve-lhe muito, na medida em que os midiólogos se interessam pelos regimes simbólicos (do saber, da memória, da instituição, etc.) em sua relação com os objetos e os artefatos. A midialogia francesa insiste nas mídias como "matéria organizada" (empréstimo de McLuhan), mas ela considera igualmente as organizações, em sentido amplo, ao analisar o que sobressai nas "transmissões". A abordagem *mcluhaniana* é, portanto, *apropriada* no quadro do projeto metodológico e articulada a uma consideração das instituições. Resta que a concepção de esferas sucessivas (logosfera, grafosfera, videosfera) não deixa de remeter às etapas históricas desenvolvidas pelo autor canadense (Galáxia de Gutenberg, Galáxia de Marconi, aldeia global).

Nesse sentido, a midialogia enquanto "ciência dos meios de comunicação", na qual as mídias têm um papel preponderante, inscreve-se, evidentemente, na posteridade *mcluhaniana*. A ampliação midialógica do universo das mídias a todos os artefatos técnicos não faz mais mistério de sua dívida em relação ao autor canadense: "A busca dos efeitos naturais

das mediações técnicas não pode, de fato, ignorar objetos como a bicicleta, o relógio, a roda ou o telescópio, enquanto mídias que não comunicam mensagens explícitas, mas que 'afinam' nossas relações, regulando-as com o espaço e o tempo (MARZEAU, 1998, 31)". A referência à concepção *mcluhaniana* das mídias não poderia ser mais evidente.

A ecologia das mídias é igualmente herdeira de McLuhan. O autor canadense é muito citado nas obras que o reivindicam, mesmo se ele divide o panteão da ecologia das mídias com muitos outros nomes ilustres, como Lewis Mumford ou Walter Ong (PROULX, 2008). Nascida enquanto McLuhan estava vivo, nos anos 1970, a ecologia das mídias busca, da melhor maneira, delimitar as relações entre sociedade, cultura e tecnologia. Desenvolvendo uma abordagem sistêmica, empenha-se em pensar o meio através da materialidade para englobar as relações que se ligam, constroem-se e se desfazem com o tempo. Assim, o projeto apenas poderia realizar a economia das obras de McLuhan que influenciaram sobremaneira Neil Postman (1993), um dos autores mais importantes da ecologia das mídias e que lhe dará novo fôlego nos anos 1990 e 2000.

Do mesmo modo, em semiótica das mídias, o legado de McLuhan se manifestou nos últimos anos. Ao se questionar sobre o estatuto do suporte midiático, a pesquisa, neste domínio, não pode fazer a economia das obras de McLuhan. O interesse pela materialidade dos suportes e dos efeitos *tecnognósicos*, ao mesmo tempo, físicos e cognitivos, encontra no pensador canadense instrumentos conceituais para pensar o meio como suporte (de inscrição, de memória ou de prolongamento dos sentidos), isto é, como "*instrumento* de transmissão, *objeto* semiótico e *prática* cultural", a fim de construir um terreno de encontro entre técnica, sociedade e o humano.

Abordaremos, no próximo tópico, a comunicação como disciplina e campo de pesquisa, tendo como referência algumas apostas, nas quais McLuhan foi um dos atores principais.

McLuhan e a comunicação como interdisciplina

A escola de comunicação de Toronto, na qual Eric Havelock, Harold Innis e Marshall McLuhan figuram entre os membros mais ilustres, dedica-se a pensar os efeitos das tecnologias de comunicação (portanto, da escrita) no funcionamento das sociedades humanas, sobre o espaço e o tempo. A escola de Toronto foi decisiva na fundação da história das comunicações como campo de pesquisa autônomo. Nesse sentido, a contribuição pessoal de McLuhan foi favorecer a institucionalização dos estudos em comunicação ao favorecer decididamente a interdisciplinaridade:

> Institucionalmente, McLuhan contribuiu para o crescimento dos estudos interdisciplinares numa variedade de modos. Sua abordagem interdisciplinar era evidente na formação diversificada de todos os convidados dos Seminários sobre Comunicação e Cultura 1953-55, na Universidade de Toronto, financiados pela Fundação Ford e a primeira realização de McLuhan reconhecida publicamente... (JEFFREY, 1989, 16).

Além disso, não por acaso, a vontade de conceber a comunicação como interdisciplina ocorreu a pesquisadores originários de âmbitos disciplinares diferentes, e agrupados, sobretudo, em torno do estudo da história e dos fenômenos da comunicação. O fato de que o doutorado em comunicação da universidade McGill, em Montreal, tenha sido fundado por Donald Theall, um de seus antigos alunos na universidade de Toronto, levou McLuhan a tentar promover um programa de comunicação em Toronto e a solicitar a ajuda de Innis (JEFFREY, 1989). A despeito do destino que esse projeto conheceu, McLuhan é, sem sombra

de dúvida, um dos autores que mais contribuiu para confederar os pesquisadores em torno das mídias e da comunicação no Canadá (JEFFREY, 1989). A partir de 1953, a revista *Explorations. Studies in Culture and Communication* tornou-se um terreno fértil para os pesquisadores originários de diferentes disciplinas, mas animados por um interesse pelo estudo dos fenômenos de comunicação. Assim, certas temáticas desenvolvidas, em 1962, em *The Gutenberg Galaxy*, são baseadas em ideias já desenvolvidas por McLuhan e outros autores em *Explorations*.

Isso não significa que houvesse um consenso entre os pesquisadores norte-americanos, desde que uma disputa opôs McLuhan a certos teóricos importantes da comunicação nos Estados Unidos. McLuhan criticou, sobretudo, Wilbur Schramm e Paul Lazarsfeld, em *Understanding Media*, por serem vítimas de uma ignorância epistêmica em sua análise do rádio (Lazarsfeld) e da televisão (Schramm). Por seu turno, ele se considera um inovador na pesquisa sobre as mídias:

> A razão por que sou admirado em Paris e em alguns países latinos é que minha abordagem é considerada, de modo correto, "estruturalista". Cheguei a essa abordagem por meio de Joyce e dos simbolistas e a utilizei em Mechanical Bride. Ninguém, exceto eu, no âmbito das mídias, arriscou-se a usar a abordagem estruturalista ou "existencial". É uma abordagem intelectual e as escolas de comunicação são uniformemente limitadas em seu treinamento e atividades. (citado em JEFFREY, 1989, 16).

Desde os anos 1960, quando McLuhan se interessou, verdadeiramente, pelas técnicas e suportes de comunicação, a pesquisa sobre as mídias e a comunicação de massa é dominada por abordagens

lineares, behavioristas ou quantitativas herdadas dos psicólogos e dos sociólogos que inauguraram esse âmbito. A perspectiva inédita de McLuhan, que se distancia fortemente das tradições em via de institucionalização, o faz afirmar que a força de suas pesquisas reside na abordagem de *transformação* que ele oferece, enquanto os grandes nomes da área ainda analisam a comunicação sob o registro do *transporte* (JEFFREY, 1989). Segundo este autor, o fato de McLuhan ser um *outsider,* originário da literatura inglesa, permitiu-lhe renovar a análise das mídias, tal como ocorreu na Grã-Bretanha, com autores igualmente originários da literatura inglesa, como Raymond Williams, que renovaram de maneira semelhante à análise midiática. Mas, enquanto Raymond Willians se inscrevia em uma perspectiva crítica, McLuhan sofreu os golpes dos teóricos críticos, em razão do abandono das relações de poder que somente a análise do conteúdo e das condições de produção permitem esclarecer.

Conclusão

As teorias *innisiana* e *mcluhaniana* são teorias comunicacionais culturalistas[17] que se propõem a fazer uma história social da comunicação. A diferença – essencial – reside, porém, no fato de que Innis atribui "qualidades históricas às mídias", enquanto McLuhan atribui "qualidades midiáticas à história" (ATTALLAH, 1989, 275). Por meio do prolongamento das faculdades ou órgãos humanos, as mídias conseguirão, por meio de sua simples materialidade, induzir

17. Do mesmo modo que a teoria da informação é a teoria comunicacional dos engenheiros, a teoria do impacto, a dos psicólogos, e a teoria das interações, a dos sociólogos (ATTALLAH, 1989, 274).

uma mudança de escala das atividades humanas. A eletricidade[18], *médium das mídias*, conseguirá afetar o conjunto das mídias restantes, quando estas últimas afetarem, por sua vez, o *sensorium* humano. A eletricidade, assim, estará próxima de um *meta-médium* no âmbito do que se poderia chamar ecologia midiática *mcluhaniana*.

Apesar dessa determinação unívoca da escala das atividades humanas pelas mídias, que foi objeto de inúmeras críticas (como muitos outros aspectos dos escritos de McLuhan), somos obrigados a reconhecer que a análise da *retribalização* que ele faz, no âmbito da sociedade moderna, mostra que os efeitos das mídias não são unilineares e que hibridações de efeitos podem andar contra a corrente da História. À televisão, por exemplo, é atribuída a capacidade de retribalizar os indivíduos e de os reconduzir a uma cultura da oralidade. Essa abertura permite analisar as interações com as mídias e mais amplamente com os dispositivos técnicos contemporâneos no registro da hibridação. Mas, para pensar a hibridação midiática, é necessário renunciar a certos aspectos do pensamento de McLuhan, em particular, em relação à "temperatura" das mídias:

> Por exemplo, como reagir diante da televisão "fria" que, em breve, se transformará em televisão de alta definição? A televisão de alta definição de qualidade visual comparável à do cinema exige menos participação pessoal que

18. O exemplo paradigmático que ele dá da lâmpada elétrica como meio sem conteúdo é claro nesse sentido. A lâmpada não tem conteúdo nem mensagem; mas, enquanto meio, reordena completamente a economia geral das trocas humanas. O que a lâmpada esclarece e em que contexto torna-se menos pertinente, nesse sentido, pois o essencial reside na própria materialidade.

> a antiga televisão. O meio frio se transformará, portanto, em quente por uma simples modificação das características tecnológicas? Quando a eletricidade – meio frio – é aplicada à impressão – meio quente –, a impressão esfria ou esquenta? (ATTALLAH, 1989, 295).

A grande popularidade de sua "aldeia global", hoje, é amplamente convocada para pensar a globalização através da rede de telecomunicações em escala planetária. Essa recuperação mercantilista e, talvez futurista, está associada às vias promissoras, nas quais a pesquisa contemporânea se encaixa, buscando pensar conjuntamente o meio, seu conteúdo e o ambiente mais amplo que permite compreender a interação entre humano e meio. Talvez, ao convocar Harold Innis em defesa de Marshall McLuhan, sejamos bem-sucedidos.

Referências

Attallah, Paul. "La théorie médiatique de MArshall McLuhan." In *Théories de la communication. Histoire, contexte, pouvoir* (PAUL ATTALLAH, dir.). Québec: Presses de l'université du Québec, 1989.

Babe, Robert. "The Communication Thought of Marshall McLuhan." In *Canadian Communication Thought. Then Foundation Writers*, Univerty of Toronto Press, 266-306 . Toronto, 2000.

Carey, James. "Harold Adam Innis and Marshall McLuhan." *The Antioch Review* 27, no. 1 (1967).

Carey, James, and John W. Quirk. "The Electronic Mythos." *The American Scholar* 39 (1970): 219-241; 395-424.

Coupland, Douglas. *Marshall McLUHAN.* Montréal: Boréal, 2009.
Havelock, Eric. *Aux origines de la civilisation écrite en occident.* Paris: Maspéro, 1981.

Heyer, Paul. "Probing a Legacy: McLuhan's Communications/History 25 Years After" *Canadian Journal of Communication* 14, no. 4 (1989): 30-45.
Jeffrey, Liss. "The Heat and the Light: Towards a Reassessment of the Contribution of H.

Marshall McLuhan." *Canadian Journal of Communication* 14, no. 4 (1989): 1-29.

Macey, David. *Dictionary of Critical Theory.* Londres: Penguin Books, 2001.

Marchand, Philip. "Some Comments on The Mcluhan Papers in the National Archives of Canada." *Canadian Journal of Communication* 14, no. 4 (1989): 67-72.

McLuhan, Eric. "Marshall McLuhan's Theory of Communication: The Yegg." *Global Media Journal Canadian Edition* 1, no. 1 (2008): 25-43.

—. "The New Science And The Old." *Canadian Journal of Communication* 14, no. 4 (1980): 80-91.

McLuhan, Marshall. "An Ancient Quarrel in Modern America." *The Classical Journal* 41, no. 4 (1946): 156-162.

—. *The Mechanical Bride: Folklore of Industrial Man.* London: Beacon Press, 1951.

—. *The Medium is the Massage: An Inventory of Effects.* New York: Bantam Books, 1967.

—. *Pour comprendre les médias.* Paris: Seuil, 1968.

—. *La Galaxie Gutenberg, la genèse de l'homme typographique.* Paris: Gallimard , 1977.

McLuhan, Marshall, et Harley Parker. *Counterblast.* New York: Harcourt, 1970.

Merzeau, Louise. "Ceci ne tuera pas cela." *Strates*, 1998: 28-39 .

Postman, Neil. *Technopoly. The Surrender of Technology to Culture*. New York: Vintage Books, 1993.

Proulx, Serge. "Écologie des médias: une ouverture critique." In *Écologie des médias* (Patrick-Yves Badillo, dir.) 71-79. Bruxelles: Éditions Bruylant, 2008.

Rosenthal, Raymond. *McLuhan. Pro and Con.* Baltimore: Penguin Books, 1969.

Wilmott, Glenn. *McLuhan. Or Modernism in Reverse*. Toronto: University of Toronto Press, 1996.

Winter, James P., et Irving Goldman. "Comparing The Early And Late Mcluhan To Innis's Political Discourse." *Canadian Journal of Communication* 14, no. 4 (1989): 92-100.

2.4 A compreensão da transição da blogosfera para a twittosfera por meio de McLuhan

Octavio Islas[1]

Introdução

Quanto os atores comunicativos que se apropriaram de um determinado ambiente midiático, chegam a um momento, no qual enfrentam graves limitações à criatividade e expressividade, então, paulatinamente, transcenderão os limites desse ambiente até gerar um novo, que responda melhor a suas necessidades de expressão – sem necessariamente abandonar completamente o ambiente midiático precedente. Esse fenômeno – designado na *Ecologia das Mídias* como *remediação* – ocorreu com todas as mídias e com cada uma das tecnologias ao longo da História.

1. Octavio Islas (México). Doutor em ciências sociais. Diretor do Projeto Internet – Cátedra de Comunicações Digitais Estratégicas do Tecnológico de Monterrey. Diretor da revista web *Razón y Palabra* [http://www.razonypalabra.org.mx]. Seu *email* é octavio.islas@proyectoInternet.org e seu *blog* principal pode ser consultado em http://octavio.islas.wordpress.com

Sempre sobreviverão, por mais tempo, os ambientes comunicativos que efetivamente consigam adaptar-se às necessidades expressivas do homem. Sempre sobreviverão as mídias que consigam se parecer mais com o homem. Isso ocorreu na passagem da *blogosfera* para a *twittosfera* e é o tema deste breve ensaio.

O texto se divide em três partes: Na primeira, apresento alguns dos conceitos fundamentais na Ecologia das Mídias (*Media Ecology*), até abordar o termo *remediação*, fazendo referência, também, a algumas das principais *remediações* que a Internet registrou em sua história. Até, agora, a Internet 2.0 pode ser considerada como a mais importante *remediação* da rede, não apenas por propiciar o advento de novos ambientes midiáticos – a *blogosfera* e a *twittosfera* –, por exemplo; mas, principalmente, pelo surgimento de um novo ator comunicativo: o *prosumidor.* Sem o prosumidor, a passagem para a sociedade da informação e do conhecimento simplesmente é impossível. Do ativismo do *prosumidor*, necessariamente, surgirá uma nova ordem informativa.

As instituições históricas não poderão conservar o monopólio sobre a produção do discurso e de sua ordem (Foucault). O desenvolvimento das comunicações digitais interativas nos desloca ao imaginário da "sociedade da ubiquidade" (NAKAMURA, 2004). Nela, os prosumidores podem participar ativamente na produção social do conhecimento.

Na segunda parte do texto, identifico três etapas no desenvolvimento da *blogosfera*. Na primeira etapa (1998-2002), a *blogosfera* apenas foi perceptível. Na segunda etapa (2003-2007), a *blogosfera* observou um crescimento sustentável. Na terceira etapa (2008 aos nossos dias), a *blogosfera* começou a ajustar suas dimensões. O Twitter – que, primeiro, foi considerado um sistema de *microblogging* – gerou um novo ambiente comunicativo – a *twittosfera* – que começou a relegar a *blogosfera* a um segundo plano. A passagem da *blogosfera* para a *twittosfera* pode ser explicada a partir das teses de Marshall McLuhan relativas à invisibilidade-visibilidade dos ambientes midiáticos.

Por último, analiso algumas das visões realizadas que foram propostas, não faz muito tempo, por entusiastas promotores da *blogosfera* e traço uma breve relação das razões pelas quais a *twittosfera* decretou, antecipadamente, a obsolescência do ambiente midiático que, na época, foi considerado o meio de comunicação mais importante da História da humanidade, desde a criação da imprensa: a *blogosfera*.

1 McLuhan e a ecologia das mídias

Em 2011, celebramos o 100º aniversário de nascimento de Herbert Marshall McLuhan (1911-1980), que nasceu em Edmonton, Alberta, no Canadá, e que pode ser considerado um dos mais importantes e citados pensadores do século XX e, certamente, na breve história da comunicação possível.[2] A tese de Marshall McLuhan – a quem infelizmente alguns acadêmicos e pesquisadores das ciências da comunicação, na América Latina, insistem em associar ao pensamento Estrutural Funcionalista –, representa o principal fundamento teórico da Ecologia das Mídias – também conhecida como "Escola de Toronto",

2. Jesús Galindo Cáceres, importante pesquisador mexicano – que, nos últimos anos, dedica-se ao estudo da comunicologia possível–, afirma que essas são as sete fontes teórico-conceituais da *comunicologia* possível: a cibernética, a sociologia funcionalista, a sociologia crítica, a sociologia fenomenológica, a economia política, a semiolinguística, a psicologia social. A comunicologia, afirma Galindo: "é o nome da ciência da comunicação. Ainda não existe totalmente e, para que isso aconteça, deve antes satisfazer uma série de requisitos formais, e, no interior dessas formalidades, adquirir presença na vida acadêmica do espaço social que se dedica, de forma especializada, ao desenvolvimento e à prática da comunicação" (GALINDO 2005, p. 9).

"Escola de Nova York", "Midialogia", "Escola de São Luís" e "Escola Norte-Americana de Comunicação" –. Neil Postman,[3] um dos teóricos mais conhecidos da Ecologia das Mídias, definiu assim seu objeto de estudo:

> A Ecologia das Mídias examina a questão de como as mídias de comunicação afeta a percepção humana, o entendimento, a sensação e o valor; e como nossa interação com a mídia facilita ou evita nossas chances de sobrevivência. A palavra ecologia implica o estudo dos ambientes: sua estrutura, conteúdo e impacto nas pessoas. Um ambiente é, por fim, um sistema complexo de mensagens que impõe aos seres humanos certos modos de pensar, sentir e agir. Ele estrutura o que podemos ver e dizer e, consequentemente, fazer. E atribui funções a nós, insistindo que joguemos com eles. Ele especifica o que nós podemos e o que não podemos fazer. Algumas vezes, como no caso de um tribunal ou sala de aula ou escritório, as especificações são explícitas e formais. No caso de ambientes midiáticos (p. ex., livros, rádio, cinema, televisão etc.), as especificações são com mais frequência

3. Nova-iorquino (1931-2003). Sociólogo, comunicólogo e analista crítico das mídias. Importante discípulo de Marshall McLuhan. Cursou o Doutorado em Letras na Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi diretor da revista *Et Cetera* – atualmente publicada pelo Institute of General Semantics, cujo presidente é Lance Strate. Foi diretor do Departamento de Cultura e Comunicação na Universidade de Nova York (NYU), onde lecionou sobre a Ecologia das Mídias. Autor de mais de 10 livros, entre os quais se destacan *Amusing Ourselves to Death* (1985), *Conscientious Objections* (1988), *Technopoly: The Surrender of Culture to Technology* (1992) e *End of Education*. Ver: http://neilpostman.org/

> implícitas e informais, disfarçadas por nossa suposição de que aquilo com que lidamos não é um ambiente, mas uma máquina. A ecologia da mídia tenta tornar essas especificações explícitas. Ela tenta descobrir que papéis a mídia nos força a representar, como a mídia estrutura o que vemos, por que a mídia nos faz sentir e agir como fazemos. A Ecologia das Mídias é o estudo da mídia como ambiente.

É possível afirmar que a Ecologia das Mídias transcende o horizonte teórico e conceitual da comunicologia possível, admitindo ser compreendida como uma importante escola sistêmica que se inscreve na perspectiva de uma complexa e avançada *engenharia social.* A Ecologia das Mídias concede ênfase particular ao estudo do impacto cultural das tecnologias e os meios de comunicação na modificação das sociedades, considerando que a fatalidade das modificações tecnológicas é um princípio "ecológico" na História. Os meios e as tecnologias produzem profundas modificações culturais nas sociedades.[4] Desde a perspectiva da Ecologia das Mídias, as tecnologias e os meios de comunicação são compreendidos como extensões do homem. A roda, por exemplo, é considerada extensão do pé, a roupa é a extensão da nossa pele e as cidades são extensão de nossa roupa e da pele. Os meios de comunicação e as tecnologias são aceleradores da vida sensorial. McLuhan afirmava que "qualquer meio afeta, em seguida, todo o âmbito dos sentidos" (MCLUHAN, 1996, p. 65).

No livro *Comprender los medios de comunicación. Las extensiones*

4. Sobre a fenomenologia das mudanças tecnológicas, ver Neil Postman: "Cinco coisas que devemos saber sobre a mudança tecnológica. Disponível em: www.infoamerica.org/teoria/postman1.htm Data de consulta: 23 de junho de 2011.

del hombre – que, definitivamente, pode ser considerado como obra seminal na Ecologia das Mídias-,[5] McLuhan afirmou que, graças ao telégrafo, o homem conseguiu, pela primeira vez, estender seu sistema nervoso central para fora de si. E também o telégrafo antecipou a transição da "Galáxia de Gutenberg" para a idade elétrica:

> O telégrafo revolucionou completamente os métodos de obtenção e apresentação das notícias [...] Assim, em 1844, ano em que se jogava xadres e loteria com o primeiro telégrafo norte-americano, Soren Kierkergaard publicou *O conceito de angústia.* Começara a idade da ansiedade Com o telégrafo, o homem deu início àquela extensão ou exteriorização do sistema nervoso central que, agora, aproxima-se à extensão da cosnciência mediante retransmissão por satélite (MCLUHAN, 1996, p. 260).

A Internet pode ser considerada *remediação*[6] complexa do telégrafo.

---

5. A primeira edição do referido livro - que foi traduzido para mais de 20 idiomas-, data de 1964. Em 1969, a Editorial Diana publicou a primeira edição em espanhol do livro mais importante na obra de Marshall McLuhan - embora não o seu *best-seller*-, com o seguinte título: *Comprendiendo a los medios de comunicación como extensiones del ser humano.* Em 2003, a Ginko Press publicou a "versão crítica" desse livro. Em 2006, Paidós (Espanha) publicou uma nova versão em espanhol, com o seguinte título: *Comprender los medios de comunicación. Las extensiones del hombre.*

6. O conceito de *remediação* admite duas interpretações na Ecologia das Mídias. No livro *The Soft Age*, Paul Levinson (1997) empregou o termo "meio remedial" para descrever como nossas sociedades utilizam um meio para

A velocidade instantânea do movimento da informação – a afirmou McLuhan – procede precisamente do telégrafo.

A velocidade com a qual circula a informação representa uma das principais variáveis explicativas de cada etapa histórica, segundo a Ecologia das Mídias. A cada etapa histórica corresponde um determinado "ritmo informacional". Na primeira idade – Pré-literária ou Tribal-, a velocidade com que a informação circulava era extremamente lenta. Consequentemente, as reações eram tardias. Na Idade Elétrica, a informação começou a circular mais rápido. Por isso, McLuhan afirmou que ela podia ser pensada como a "Idade da Ansiedade":

---

modificar ou melhorar outro meio. Segundo Levinson, num esforço do qual nem sempre nos damos conta, tentamos fazer com que os meios se pareçam mais com o homem. Em outro livro magnífico – *Cellphone. The story of the world's most mobile medium and how it has transformed everything* –, Levinson afirmou que os meios de comunicação competem pela atenção das pessoas (LEVINSON 2004, p. 12). Em termos darwinianos – sugere Levinson –, a seleção do ambiente midiático está nas mãos das pessoas, que contribuem, com sua preferência, para a evolução de um determinado meio. O meio que melhor evolui é aquele que se ajusta mais às diversas necessidades do homem. O processo de *remediação* dos meios de comunicação sintetiza tal adequação, que permite aos meios de comunicação "imitar" as operações realizadas pelas faculdades e órgãos do ser humano. Por outro lado, Jay Bolter e Richard Grusin empregam o conceito *remediação* para descrever as relações formais de interdependência cultural que existem entre dois ou mais meios, argumentando que, nas primeiras linhas de *Comprender a los medios de comunicación. Las extensiones del hombre,* Marshall McLuhan afirmou que o conteúdo de todo meio é outro meio. Para Jay D. Bolter e Richard Grusin, a Internet é um novo meio remediador, pois assimila os antigos meios que a antecederam. O conteúdo da Internet são os meios que a antecederam.

> Na idade mecânica, agora em crise, podiam ser levadas a cabo muitas ações sem preocupação excessiva. O movimento lento assegurava que as reações demorariam longos períodos de tempo. Hoje em dia, ação e reação ocorrem quase ao mesmo tempo. De fato, vivemos mítica e integralmente, por assim dizer, mas seguindos pensando ocm os antigos e fragmentados esquemas de espaço e tempo próprios da idade pré-elétrica. A tecnologia da escrita proporcionou ao ocidental a capacidade de ação sem reação [...]. Na idade elétrica, na qual nosso sistema nervoso se ampliou tecnologicamente até nos implicar com toda a humanidade e incoporá-la toda em nosso interior, participamos necessária e profundamente das consequências dos nossos atos" (MCLUHAN, 1996, p. 26).

Nas primeiras linhas do livro *The Medium is the Massage. An inventory of effects,* McLuhan e Fiore descreveram a complexidade da ecologia cultural da Idade Elétrica:

> O meio ou processo de nosso tempo – a tecnologia elétrica – está remodelando e reestruturando padrões de interdependência social e cada aspecto de nossa vida pessoal. Ela está nos forçando a reconsiderar e reavaliar de modo prático cada pensamento, cada ação e cada instituição que antes se acreditava conhecer. Tudo está mudando – você, sua família, sua vizinhança, sua formação, seu emprego, seu governo, sua relação com os "outros". E eles estão mudando dramaticamente (MCLUHAN e FIORE, 1967, p.9).

No livro *Comprender los medios de comunicación. Las extensiones del hombre,* McLuhan antecipou com clareza impressionante a transição para uma nova etapa histórica, que sucederia à Idade Elétrica, que designou como *The Information Age:*

> Após três mil anos de explosão, por meio de tecnologias mecânicas e fragmentárias, o mundo ocidental implodiu. Nas idades mecânicas, ampliamos nosso corpo no espaço. Hoje, depois de mais de um século de tecnologia elétrica, ampliamos nosso sistema nervoso central até incluir todo o planeta, abolindo tempo e espaço, ao menos no que se refere a este planeta. Estamos nos aproximando rapidamente da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, por meio da qual os processos criativos se ampliarão, coletiva e corporativamente, ao conjunto da sociedade humana, de um modo que se assemelha ao modo como ampliamos nossos sentidos e nervos com os diversos meios de comunicação (MCLUHAN, 1996, p. 24-25).

Um dos aspectos mais distintos da Idade da Informação é o formidável incremento na velocidade com a qual circula a informação e isso, certamente, em boa medida, deve-se à Internet. O ritmo informacional que distingue a Idade da Informação possibilita a instantaneidade informativa.[7] Em março de 2011, a *Internet World Stats* estimou 2.029.468.782 usuários da Internet no mundo.[8] Hoje, a informação se duplica a cada dois anos. Estima-se mais de um bilhão de páginas *web* e o *The New York Times,* em uma semana, publica mais informação que toda a

7. Atento a esse fenômeno, no livro *Business @ the speed of thought. Using a Digital Nervous System* (1999), Bill Gates incorporou duas importantes teses de McLuhan: o impacto da velocidade com que circula a informação e o desenvolvimento dos sistemas nervosos que ultrapassaram o homem.

8. Ver: http://www.Internetworldstats.com/ Data de consulta: 30 de junho de 2011.

informação de que dispunha uma pessoa, no século XVIII, durante toda a sua vida. Todo fato noticioso pode ser conhecido no instante mesmo em que se produz. O incremento na velocidade dos ritmos *informacionais,* certamente, traduz-se em maior complexidade para os indivíduos, organizações e sociedades em geral:

> O aumento de velocidade desde o mecânico à forma elétrica instantânea transforma a explosão em implosão. Na atual idade elétrica, as energias em implosão ou contração. Do nosso mundo, chocam-se com os antigos padrões de organização, expansionistas e tradicionais [...]. De fato, o que gera nossa preocupação com a população não é o aumento das quantidades, mas o fato de que todo o mundo deve viver na mais estreita proximidadde criada por nossa implicação elétrica e recíproca na vida dos demais. Do mesmo modo no ensino, não é o aumento no número de pessoas em busca de educação que provoca a crise. Nossa nova preocupação com a educação surge depois da mudança para uma interrelação no saber, enquanto que antes as matérias do programa se mantinham separadas (MCLUHAN, 1996, p. 55).

McLuhan advertiu que "o efeito de um meio apenas se fortalece porque existe outro meio que lhe serve de conteúdo" (MCLUHAN 1996, p. 39) – esse é justamente o sentido da principal tese de McLuhan: "o meio é a mensagem". De acordo com o autor canadense, um ambiente midiático, criado por uma nova tecnologia, apenas pode ser percebido pela maioria das pessoas, no momento em que chega outra tecnologia nova, que começa a modificá-lo. O ambiente midiático anterior, então, torna-se visível, enquanto o novo se torna invisível para a maioria das pessoas. Isso significa que a visão da maioria das pessoas está um passo atrás da mudança tecnológica.

2. Da *blogosfera à twittosfera*

Na breve história da Internet, as *remediações* foram frequentes. Em seu início, a Internet foi uma espécie de tecnologia difusa, originalmente concebida para finalidades de inteligência militar – como precisamente ocorreu com um número considerável de "novas tecnologias", ao longo da História. Em fins da década de 1980, apenas um pequeno número de investigadores universitários, principalmente especialistas em ciências da computação e informática, começou a utilizar a Internet para trocar informações sobre os diversos temas da investigação científica.

No início da década de 1990, a introdução da *World Wide Web* (WWW),desenvolvida pelo famoso cientista Tim Berners-Lee, estabeleceu um verdadeiro divisor de águas, no desenvolvimento da Internet, dando início a uma etapa de formidável expansão, que se estende até os nossos dias. Em anos recentes, a evolução da Internet 2.0 permitiu o advento de novos ambientes midiáticos, definitivamente mais amigáveis que os introduzidos pela Internet convencional ou Internet 1.0.[9]

---

9. Claudia Benassini, importante pesquisadora mexicana, identifica duas características decisivas dos ambientes midiáticos: "A primeira, não são apenas recipientes, mas processos que modificam o conteúdo e tornam visível o ambiente anterior. Consequentemente, os novos meios são novos ambientes; por isso, os meios são as mensagens. Como exemplo, McLuhan destaca que os jornais criam um ambiente de informação, mas também sem crimes como conteúdo, não seríamos capazes de perceber o ambiente. Dito de outra maneira, os jornais têm que dar as más notícias, pois, de outra forma, apenas haveria anúncios ou notícias boas. Sem as más notícias, adverte, não poderíamos distinguir as regras subjacentes ao ambiente. A segunda característica é que os ambientes realmente totais e saturados são invisíveis. Aqueles que percebemos são fragmentários e insignificantes comparados com os que não vemos. Não obstante, os ambientes

criados pelas novas tecnologias se tornam invisíveis enquanto tornam visíveis os novos ambientes. McLuhan ilustra esta característica por meio de filmes antigos exibidos na televisão: os filmes que antes eram ambientais e visíveis, por meio deste meio se transformaram numa forma altamente apreciada de fazer arte" (BENASSINI 2007, p. 130). O meio é a mensagem, segundo McLuhan, por que: "as consequências individuais e sociais de qualquer meio, isto é, de qualquer uma de nossas extensões, resultam da nova escala que introduz em nossos assuntos qualquer extensão ou tecnologia nova" (MCLUHAN 1996, p. 29). Novamente recorremos a Claudia Benassini, que nos oferece uma detalhada explicação de algumas das mudanças registradas nos ambientes midiáticos do rádio e da televisão, destacando, além disso, algumas das tecnologias que forneceram importantes *remediações* nos referidos meios: "Pensemos no caso da televisão, considerando que McLuhan utiliza este meio para exemplificar os ambientes – ao destacar a presença de películas antigas na programação [...] a primeira geração de aparatos apresentava falhas, com suas implicações nos usuários e na programação: por um lado, era necessário esperar que o aparato se aquecesse – ao menos, cinco minutos, segundo as avós – para poder ter acesso à imagem e ao som; mas por outro lado, o sobreaquecimento podia provocar acidentes domésticos, que iam desde um defeito até a explosão do televisor. Em consequência, a programação era planejada levando em conta o período que o espectador poderia ficar diante do aparelho. Neste contexto, recordemos que, desde 1947, as empresas eletrônicas norte-americanas experimentavam o uso de transistores, tanto para o funcionamento dos microprocessadores como para os aparatos radiofônicos. Em fins de 1954, começaram a ser vendidos nos Estados Unidos os primeiros "rádios de transistores", como ficaram conhecidos. A partir desse momento, o número de aparelhos nas casas se multiplicou, toda vez que a nova tecnologia tornou possível duas coisas: primeiro, que os aparelhos fossem portáteis e, segundo, individuais. Além disso, ocorreu uma mudança relevante: o aumento nas horas de programação, toda vez que os usuários deixavam de sofrer com as avarias. Um exemplo típico

A palavra *blog* tem origem no termo *weblog*. José Luis Orihuela[10] destaca que esse termo foi introduzido por Jorn Barger no *site Robot Wisdom,* em dezembro de 1997, para designar um conjunto de *links* para *sites* interessantes que ele descobrira, ao navegar na rede (ORIHUELA 2006, p. 40). Orihuela propõe a seguinte definição de *blog*:

> [...]um *site web* que se compõe de entradas individuais, chamadas anotações ou histórias, dispostas em ordem

---

dos ambientes mcluhanianos, cujo passo natural à televisão teve início em fins da década de 1950, com consequências semelhantes às já descritas. Em resumo, o aperfeiçoamento tecnológico dos aparatos radiofônicos e televisivos influenciou o aumento nos horários de programação até chegar a 24 horas por dia, com a consequente modificação dos ambientes. Consideremos, nesse sentido, a existência da televisão a cabo e de outras modalidades de pagamento como a televisão direta no lar. Não apenas a oferta de programação se ampliou durante praticamente todo o dia, também o número e a procedência dos canais, partindo tanto do orçamento disponível como dos estudos sobre preferências das audiências em matéria de procedência e características da programação. Novamente, a introdução de novos ambientes, pois é frequente que canais estrangeiros sejam gratuitos em seus respectivos países – generalistas, diriam os especialistas – e pagos no exterior. Outra mudança de ambiente na televisão, posto que a recepção dos conteúdos por uma e outra modalidade determina a composição da audiência. Consequentemente, uma análise superficial - por enquanto - dos ambientes volta a mostrar a presença de "o meio é a mensagem" e da vigência da proposta mcluhaniana na diversidade de ambientes a que dá lugar a tecnologia" (BENASSINI 2007, p.131).

10. Famoso pesquisador argentino. Há mais de uma década radicado na Espanha. Académico e pesquisador na Universidade de Navarra, Espanha – propiedade da Opus Dei - e autor do blog *e-cuaderno.com:* http://www.ecuaderno.com

> cronológica inversa. Cada história publicada é armazenada com o próprio endereço URL como um *link* permanente, assim como a data e hora de sua publicação. Em inglês, o termo *log* designa o registro da atividade de um servidor e, em sentido mais amplo se refere a um diário, como *travelog*, para os clássicos diários de viagem. Assim, para o diário de navegação do internauta pela Web se criou em 1997 o termo *weblog*, que se usa indistintamente em sua forma abreviada, *blog*" (ORIHUELA, 2006, p. 34). Desde janeiro de 1992, Tim Berners-Lee,[11] criador da *World Wide Web,* registrava a evolução de seu projeto no *site What´s New in ´92*, considerado o primeiro *blog*, por alguns especialistas, entre os quais se destaca Dave Winer. Segundo Winer,[12] citado por Orihuela (2006, p. 40): "o primeiro *weblog foi* o primeiro *site web*".

O termo "blogosfera" é atribuído a Brad Grahm, em 1999. Em 2001, dois anos depois, William Quik o fundamentou:

> Proponho um nome para o *ciberespaço* intelectual que nós, *blogueiros*, ocupamos: *blogosfera*. É simples o bastante, a raiz da palavra é *logos*: na filosofia pré-socrática, o princípio que governa o cosmos, a fonte desse princípio ou a razão humana do universo (VARELA, in ROJAS, 2005, p. 112).

11. Berners-Lee criou a www quando trabalhava no Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN), en Genebra, Suíça, no início dos anos 1990, e a partir de objetivos muito modestos: integrar e associar sua agenda, diretório e alguns arquivos pessoais por meio de hipertextos.

12. http://www.scripting.com

Assim como a Internet, os *blogs* também foram objeto de importantes *remediações*. Destacam-se, por exemplo, os *fotoblogs* e *videoblogs* – que podem ser considerados como extensões lógicas dos *blogs* convencionais. Os formatos de descrição por meio de metadados, conhecidos como RSS ou sistemas de difusão, converteram os *blogs* em fontes de conteúdos para outros *sites*. Os leitores ou agregadores de notícias: "como *Blogglines* ou *Feedness*, estão modificando a forma de relacionar os usuários com a infomação, otimizando o tempo e personalizando sua navegação" (ORIHUELA, en ROJAS 2005, pág, 26). A "blogosfera" – território virtual – ganha particular relevância como ambiente midiático na Internet 2.0, pois favoreceu a transformação de não poucos internautas passivos em *prosumidores* ativos.[13]

13. O conceito de prosumidor adquire particular relevância na Ecologia das Mídias. O importante futurólogo, Alvin Toffler, introduziu formalmente o termo em 1980, no livro *A terceira onda*, no capítulo XX, que tem como título: "O ressurgimento do prosumidor". Segundo Toffler, as atividades dos prosumidores definiriam o rumo da "economia invisível". "Durante a primeira onda, a maioria das pessoas consumia o que elas mesmas produziam. Não eram nem produtores nem consumidores em sentido habitual. Eram, em vez disso, o que poderiam ser denominados prosumidores. Foi a Revolução Industrial que, ao introduzir uma divisão na sociedade, separou essas duas funções e gerou o que, agora, chamamos produtores e consumidores [...] se examinamos atentamente a questão, descobriremos o início de uma mudança fundamental na relação mútua existente entre esses dois setores ou formas de produção. Vemos um progressivo desaparecimento da linha que separa o produtor do consumidor. Vemos a crescente importância do prosumidor. E, além disso, vemos aproximar-se uma impressionante mudança que transformará também a função do mercado mesmo em nossas vidas e no sistema mundial". (TOFFLER 1981, p. 262-263). No livro *A revolución*

Nunca antes foi tão simples publicar informação na Internet. Na Internet 2.0, o emissor, finalmente, pôde evoluir para a condição de *prosumidor*. Sem dúvida, o *prosumidor* pode ser considerado como o ator comunicativo da "sociedade da ubiquidade" (NAKAMURA, 2004).

---

da riqueza, Alvin e Heidi Toffler explicarão como conceberam o conceito de prosumidor: "Em *A terceira onda* (1980), inventamos a palavra PROSUMIDOR para designar quem cria bens, serviços ou experiências para nosso próprio uso ou diversão, e não para vendê-los ou trocá-los. Quando como indivíduos ou coletivos, produzimos e consumidos, nossa própria produção está *prosumindo.* Se preparamos uma torta e nós a consumimos, somos prosumidores. Mas, o prosumo não é apenas um ato individual. Parte do propósito de preparar a torta talvez seja dividi-la com a família, os amigos ou nossa comunidade sem esperar dinheiro ou o equivalente a uma troca. Na atualidade, dado que o mundo se encolheu, graças ao progresso do transporte, as comunicações e as Tecnologias da Informação (TI), a noção de comunidade é mundial, outra consequência da mudança em nossa relação com o fundamento profundo do espaço. Por essa razão, o prosumo pode incluir o trabalho não remunerado para criar valor e compartilhá-lo com estranhos do outro extremo do mundo. Em um momento ou outro, todos somos prosumidores e todas as economias contam com um setor de prosumo, pois muitos de nossos desejos e necessidades mais íntimos o mercado não proporciona ou não pode proporcionar; ou são muito caros ou talvez desfrutemos sendo consumidores ou necessitamos terrivelmente sê-lo. Uma vez que deixamos de observar a economia monetária e colocamos em surdina toda a verborragia econômica, descobrimos coisas surpreendentes. Primeiro, que essa economia do prosumidor é imensa; segundo, que abarca algumas das coisas mais importantes que fazemos e, terceiro, que, apesar da maioria dos economistas prestar pouca atenção a ela, essa economia de cinquenta bilhões de dólares que estudam não sobreviverá nem dez minutos sem ela (TOFFLER E TOFFLER 2006, p. 221-222).

No desenvolvimento da *blogosfera*[14], é possível identificar três etapas. Na primeira etapa (1998-2002), a *blogosfera* apenas foi perceptível. Na segunda etapa (2003-2007), a *blogosfera* observou crescimento contínuo. Na terceira etapa (2008 aos nossos dias), o Twitter, um sistema de *microblogging*, foi capaz de articular um novo ambiente comunicativo – a *twittosfera* –, que deslocou a *blogosfera* a um segundo plano.

Em 1998, o número de *blogs* mal chegava a 20, destacando *Scripting News,* de Dave Winer; *Tomalak´s Realm,* de Lawrence Lee, e *CamWorld,* de Cameron Barret. Um ano depois, em 1999, *The Page of Only Weblogs,* de Jesse James Garrett (ORIHUELA, in ROJAS 2005, p. 16) identificava 23 *blogs*. Nesse ano, foram incorporadas as primeiras ferramentas gratuitas para edição e publicação de *blogs*, destacando Pitas, no mês de julho, e Blogger, em agosto. Em outubro desse mesmo ano, foram publicados, na Internet, os primeiros *blogs* em espanhol – *Betolog,*[15] *Área Estratégica,* [16]*Bitácora Tremendo*[17] e *Subte*-.[18] Talvez, o fato mais relevante, durante a primeira etapa de desenvolvimento da *blogosfera,* tenha ocorrido em

14. A *blogosfera*, afirma Orihuela, o universo e a cultura dos *weblogs*, é um sistema complexo, autorregulado, extraordinariamente dinâmico e especialmente sensível à informação produzida pelos meios de comunicação tradicionais, em particular, aquela que se refere a assuntos políticos e tecnológicos". (In ROJAS 2005, p. 25).

15. http://www.betobeto.com/betolog/

16. http://www.area.com.mx/estrategica

17. http://www.tremendo.com/bitácora

18. http://www.subte.com/v01

novembro de 2002, quando tiveram início as operações da Technorati,[19] que rapidamente se converteu em uma das principais fontes de informação sobre as dimensiones e principais características da *blogosfera*.

Na segunda etapa (2003-2007), dois fatos favoreceram a rápida expansão da *blogosfera*. Em fevereiro de 2003, o Google comprou o Blogger da Pyra Labs e, em meados do mês de março, teve início à guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. Na invasão do Iraque, um fato estimulou a grande visibilidade midiática dos *blogs*: a censura imposta pela CNN ao *blog* do jornalista Kevin Sites.[20] Enquanto a televisão norte-americana conferia à guerra do Iraque o tratamento de macabro "*reality show*", alguns jornalistas optaram por criar *blogs* para evitar a mordaça imposta pela administração do, então, presidente Bush aos meios de informação nos Estados Unidos. Os chamados "*warblogs*" – os *blogs* de guerra – representaram uma importante contribuição ao desenvolvimento da blogosfera, afirmando as possibilidades informativas dos *blogs*. A audiência de notícias *online* cresceu, notavelmente, em 2003, graças à oportuna contribuição de *blogs* destinados à análise, crônica e relato de informações noticiosas,

19. http://technorati.com

20. Em 21 de março de 2003, um dia depois do início das operações do exército norte-americano no território iraquiano, Kevin Sites, correspondente de guerra da Cable News Network (CNN), informou que em seu blog (http://www.kevinsites.net) não publicaria mais informações relativas à cobertura noticiosa que realizava no Iraque, devido à pressão de altos executivos da CNN. Um considerável número de *bloggers* expressou sua solidariedade a Kevin Sites na blogosfera. Em resposta, os porta-vozes da CNN afirmaram que o *blog* de *Sites* era incompatível com seu trabalho informativo na CNN.

que geraram a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.[21]

Em outubro de 2004, de acordo com as informações de Technorati, foram estimados 4 milhões de *blogs*. Na época, eram publicados 12 mil novos *blogs* a cada dia (em média, um *blog* era criado a cada 7,4 segundos). A cada cinco meses, a *blogosfera* duplicava suas dimensões. Em outubro de 2005, a Technorati estimou 19,6 milhões de *blogs*. Na época, a cada 24 horas, eram criados 70 mil novos *blogs* (um por segundo). O número de textos publicados, diariamente, nos blogs, variava entre 700 mil e 1,3 milhão (33 mil notas publicadas por hora e 9,2 por segundo). O estudo realizado, em 2005, pela Techonorati, pela primeira vez, mencionou a prática do *spam* na blogosfera. Os chamados "*fake blogs*" e "*spam blogs*" representavam entre 2 e 8% dos novos *blogs* gerados.[22] Em outubro de 2006, entre os 100 *sites* mais populares, na Internet, foram citados 12 *blogs*. De acordo com as estatísticas da Technorati, mencionadas por David Sifry, fundador da empresa,[23] em abril de 2007, foram estimados 70 milhões de *blogs*. Na época, eram criados, diariamente, 120 mil novos blogs [1,4 por segundo].[24]

---

21. A guerra dos Estados Unidos contra o Iraque terminou em 19 de agosto de 2010.

22. Em 2005, foi registrada outra importante *remediação* na Internet: a introdução do "podcasting", tecnologia que permite gravar o áudio em formato mp3 para ser distribuído na Internet através de RSS. O impacto do *podcasting*, logicamente, estendeu-se aos *blogs*. Quando os conteúdos são publicados, a partir de um telefone celular, fala-se em *moblogs*.

23. Ver: http://www.sifry.com/alerts/archives/000493.html Data de consulta: 6 de junho de 2011.

24. Ver o gráfico relativo ao crescimento da blogosfera no período 2003-

Em relação às funções comunicativas da *blogosfera*, José Luis Orihuela afirmou:

> As funções da *blogosfera,* no novo cenário comunicativo, são múltiplas: um filtro social de opiniões e notícias, um sistema de alerta oportuno para os meios, um sistema de controle e crítica dos meios, um fator de mobilização social, um novo canal para as fontes reconvertidas em meios, um novo formato aplicado nas versões eletrônicas dos meios convencionais para coberturas de continuidade, catástrofes e acidentes, um gigantesco arquivo que opera como memória da *web*, o alimento privilegiado dos buscadores por sua renovação constante e alta densidade de entrada e saída e, finalmente, a grande conversão de comunidades múltiplas, cujo fundamento comum é o conhecido que compartilharam. (ORIHUELA, in ROJAS, 2005, p. 27).

A partir de 2008, teve início a terceira etapa no desenvolvimento da *blogosfera*, na qual é possível discernir uma sensível desaceleração em seu crescimento. Em 2008, a Technotati modificou o formato que, em anos anteriores, utilizou para apresentar os resultados do estudo *State of the Blogosphere,*[25] incluindo, nesse ano, cinco seções.[26] Na introdução do estudo mencionado, Phillip Winn – um de seus autores – recorreu a diversas fontes de informação para descrever as dimensões da *blogosfera*.

2007 em: http://www.sifry.com/stateoftheliveweb/

25. Em espanhol: *Estado de la Blogósfera.*

26. Ver: http://technorati.com/blogging/feature/state-of-the-blogosphere-2008/

Em março de 2008, por exemplo, a Universal McCann estimou que 184 milhões de pessoas começaram um *blog* e que 77% dos usuários ativos da Internet, leem, pelo menos, um *blog*; em maio desse mesmo ano, a eMarketer estimou 941 milhões de leitores de *blogs*, que representavam 50% do total de usuários da Internet, na época; em agosto, a empresa comScore MediaMetrix estimou 77,7 milhões de visitantes únicos de *blogs* nos Estados Unidos. Além disso, Winn destacou que, segundo as informações divulgadas pela comScore MediaMetrix, em julho de 2008, 4 dos 10 principais *sites* de entretenimento, na Internet, eram *blogs*: OMG, TMZ, Azylum e Perezhilton. O total de *blogs* indexados pela Technorati, desde 2002, foi estimado em 133 milhões. Em um período de 120 dias, foram publicados comentários em 7,4 milhões de *blogs*. No espaço de 7 dias recentes, o número de comentários publicados foi estimado em 1,5 milhão. A cada 24 horas, publica-se uma média de 900 mil comentários. A *blogosfera* crescia – afirmaram os especialistas da Technoratti –, sem destacar que, naquele ano, o ritmo de crescimento da *blogosfera* diminuíra. Além disso, no estudo de 2008, ficou evidente que a Technorati concedeu ênfase particular no estado da *blogosfera* nos Estados Unidos.

Em 2009, a Technorati novamente modificou o formato do estudo *State of the Blogosphere,* incluindo seções sobre atividades profissionais nos *blogs*, marcas comerciais na blogosfera, a economia da blogosfera, twitter e *micro-blogging*[27] e o impacto informativo da blogosfera. Tal modificação resultou contraproducente e abalou a credibilidade da Technorati, pois pareceu que eles ocultavam, deliberadamente, as informações

27. Os especialistas da Technoratti pareceram relutantes em reconhecer o Twitter como rede social e preferiam referir-se a ele como sistema de *micro-blogging*. Ver: http://technorati.com/blogging/feature/state-of-the-blogosphere--2009/#ixzz1OdLcLg22 Data de consulta: 7 de junho de 2011.

estatísticas efetivamente relevantes sobre as dimensões da blogosfera.

Também, no estudo correspondente a 2010, a empresa deixou de apresentar informações estatísticas das dimensões da blogosfera. Em 27 de dezembro de 2010, a Softwarelogia (Espanha)[28] divulgou os resultados de uma infografia da blogosfera: dois terços dos *bloggers* são homens, quase metade reside nos Estados Unidos, e foram estimados 133 milhões de *blogs* – número que permitiria supor que a blogosfera se ampliou, sem considerar o grande número de *blogs* inativos.

Apesar dos esforços realizados por entusiastas promotores da blogosfera, a partir de 2008, foi impossível ocultar sua sensível diminuição. Enquanto a *blogosfera* ajustava suas dimensões, o Twitter, na época, considerado um sistema de *microblogging* adquiria grande popularidade. O advento do novo ambiente midiático – a *twittosfera* – contribuiu para tornar visível a *blogosfera*, confirmando a pertinência e validade da teoria *mcluhaniana* relativa à visibilidade-invisibilidade dos ambientes midiáticos. Marshall McLuhan afirmava que um ambiente comunicativo começa a se evidenciar, quando irrompe, no cenário midiático, um novo ambiente comunicativo. O antigo ambiente comunicativo, então, começa a se evidenciar. Isso ocorreu precisamente na transição da *blogosfera* para a *twittosfera*. Hoje, a *blogosfera* começa a se evidenciar, graças ao advento da *twittosfera*.

28. Ver: http://softwarelogia.com/2010/12/27/completa-infografia-de-la-blogosfera/ Vale a pena destacar que a referida empresa não ofereceu nenhuma explicação sobre a metodologia empregada na elaboração da *infografia*

3 A teoria da visibilidade-invisibilidade dos ambientes midiáticos como recurso explicativo para compreender a passagem da *blogosfera* para a *twittosfera*

Nos anos dourados da *blogosfera*, alguns entusiastas promotores dos *blogs* apregoaram sua indispensabilidade, afirmando que eles poderiam ser considerados um autêntico divisor de águas no desenvolvimento das comunicações institucionais. O relações públicas Octavio Rojas,[29] por exemplo, afirmou:

> Os *blogs*, como nenhuma outra ferramenta de comunicação tradicional, dão às organizações a oportunidade de aproximar-se das audiências, de exibir sua intimidade diante de milhões de olhos no mundo, de estabelecer verdadeiras conversas com os usuários e críticos em situação de igualdade (ROJAS, in ROJAS, 2005, p. 324).

Nos anos dourados da *blogosfera*, especialistas em temas *de blog marketing*, como Jeremy Wrigth (2006), por exemplo, afirmaram que os *blogs* representavam à nova e revolucionária forma de incrementar as vendas, construir uma marca e obter resultados excepcionais. Os *blogs* foram considerados como meio remedial, que transformaria radicalmente a economia do conhecimento. Afirmou-se que os *blogs* poderiam ser considerados um novo meio de comunicação – o mais importante, desde a invenção da imprensa.

No livro *Blogs. La conversación en Internet que está revolucionando medios, empresas y a ciudadanos*, José Luis Antunez, autor do capítulo

29. Octavio nasceu no México e há mais de uma década está radicado na Espanha.

"O impacto dos gestores de conteúdos (CMS) afirma: o motor que permitia que os *blogs* fossem o protagonista de uma revolução comparável a que provocou o aparecimento da imprensa, no século XV, acelerava o ritmo [...] a nova era da Internet começava" (ANTUNEZ, in ROJAS 2005, p.51).

Com o passar dos anos, os promotores da *blogosfera* não puderam introduzir as mutações de que ela necessitava. Perderam objetividade ou estavam extremamente comprometidos com a incipiente economia desse ambiente comunicativo. A esse respeito, Hugo Pardo Kuklinski assinala:

> Os *blogs* estão mudando rapidamente, e nessa mutação acreditamos que eles se converterão em outra coisa (e-magazines?) e deixarão de ser cadernos de anotações pessoas com *links* externos, como em sua origem comercial em 1999. O fim dos *blogs*? Representa uma chamada de atenção para um formato que pode perder o ritmo da mudança que propõem as redes sociais em grande escala [...]. No período 1999 – 2005, os *blogs* eram o gestor de conteúdo por excelência; entretanto, em 2009, tornou-se muito difícil iniciar um *blog* individual do zero, quando se carece de um perfil anterior atraente que lhe permita ganhar uma mínima massa crítica de usuários. O ruído existente, na rede, como consequência da multiplicação de conteúdos [...] converte a maioria dos blogs em praticamente inadequados e, portanto, irrelevantes na hora de criar opinião pública (PARDO, in CARlÓN *et alia* 2009, p. 252-253).

Graças à teoria da visibilidade-invisibilidade dos ambientes midiáticos, hoje, podemos reconhecer algumas das principais limitações da *blogosfera:*

1. Como ferramentas de produção de conteúdos, os *blogs* respondem, fundamentalmente, a necessidades de expressão individual. A participação coletiva se restringe aos comentários.

2. A blogosfera, que nunca foi um espaço propício para o pensamento independente, foi convertida em receptáculo de conteúdos de pagamento (*splogs*), *marketing* e amadorismo sem preocupação com a qualidade.

3. Os primeiros *blogueiros* conquistaram notoriedade com relativa facilidade. Ao contrário, para *blogueiros tardios* – com exceção das celebridades –, toma considerável tempo e trabalho conseguir um número respeitável de seguidores leais. Por essa razão, não foram poucos os *blogueiros tardios* que desistiram e abandonaram *blogs* recém-publicados.

4. Na *Blogosfera,* poucos modelos de negócios, efetivamente, demonstraram ser rentáveis.

5. A *twittosfera* é um ambiente midiático propício para o desenvolvimento de uma opinião pública diferente da gerada pelos meios convencionais.

6. A *blogosfera* é um ambiente midiático idôneo para a produção de conteúdos em condições de mobilidade e que exigem difusão instantânea.

7. A informacão circula mais rápido na *twittosfera* que na *blogosfera*. [30]

30. Desde a perspectiva da Ecologia das Mídias, a velocidade com a qual circula a informação representa uma das primeiras variáveis a serem consideradas nas diferentes etapas históricas. A cada etapa, corresponde um determinado "ritmo informacional". Na primeira idade – Pré-literária ou Tribal –, a velocidade com que a informação circulava era extremamen-

Referências

Benassini, C. "Orígenes y desarrollos recientes de Sociedad de la Información. Una introducción al pensamiento de Norbert Wiener, Marshall McLuhan y Daniel Bell, En Rebeil, M. (Coord.). Anuario XIV CONEICC, México, Consejo Nacional para la Enseñanza y la Investigación de las Ciencias de la Comunicación, p. 119-146.

Benkler. Y. (2006). *The Wealth of Networks. How social production transforms markets and freedom,* U.S.A, Yale Press.

Bolter, J., y Grusin, R. (1999). *Remediation. Understanding New Media,* USA, The MIT Press.

---

te lenta. Consequentemente, as reações eram tardias. Na Idade Elétrica, a informação circula muito rápido. Por isso, McLuhan se referiu à Idade Elétrica como a "Idade da Ansiedade": "Na idade mecânica, agora em crise, podiam ser levadas a cabo muitas ações sem preocupação excessiva. O movimento lento assegurava que as reações iam demorar longos períodos de tempo. Hoje em dia, a ação e reação ocorrem quase ao mesmo tempo. De fato, vivemos mítica e integralmente, por assim dizer, mas seguimos pensando com os antigos e fragmentados esquemas de espaço e tempo próprios da idade pré-elétrica. A tecnologia da escrita proporcionou ao ocidental a capacidade de ação sem reação [...]. Na idade elétrica, na qual nosso sistema nervoso se ampliou tecnologicamente até nos implicar com toda a humanidade e incorporá-la toda em nosso interior, participamos necessária e profundamente das consequências de todos os nossos atos" (MCLUHAN 1996, p. 26).

Carlón, M., y Scolari, C (Eds.) (2009). *El fin de los medios masivos. El comienzo de un debate,* Argentina, La Crujia Ediciones.

Coupland, D. (2009). *Marshall McLuhan,* Canadá, Extraordinary Canadians.

Excelsior. "Blogs, el quinto poder". Entrevista de Amaia Arribas a José Luis Orihuela. Suplemento Dinero, página 11, 21 de agosto de 2006.

Hewitt, H. (2005). *Blog. Entenda a revolução que vai mudar seu mundo*, Brasil, Thomas Nelson Brasil.

Igarza, R. (2008). *Nuevos medios. Estrategias de convergencia.* Argentina, La Crujia Ediciones.

Jenkins, H. (2009*). Fans, blogueros y videojuegos*. Barcelona, Paidós Comunicación

Levinson, P. (1997). *The soft age. A natural history ad future of the information* revolution, London, Routledge.

Levinson, P. (1997). *The soft age. A natural history ad future of the information* revolution, London, Routeledge.

Levinson, P. (1999). *Digital McLuhan. A guide to the information millennium,* New York, Routledge.

Logan, R. (2004). *The alphabet effect. A Media Ecology understanding of the making of Western Civilization,* U.S.A., Hampton Press.

Marchand, P. (1989). *Marshall McLuhan. The medium and the Messenger*, Toronoto, Random House.

McLuhan M., y Fiore, Q. (1967). *The Medium is the Massage. An Inventory of Effects,* New York, Bantam Books.

McLuhan M., y McLuhan, E. (1988). Laws of Media: The New Science, Toronto, Toronto Press.

McLuhan, M. (1996). *Comprender los medios de comunicación. Las extensiones del ser humano,* España: Paidós.

McLuhan, M. (2001). *The mechanichal bride: folklore of industrial man.* Canada, Ginko Press.

Nakamura, K. "Sociedad Digital Ubicua Enriquecida, Acelerando la siguiente etapa". Véase: http://www.razonypalabra.org.mx/N/n65/varia/oislas.html

Orihuela, J.L. (2005). *La revolución de los blogs,* España, La esfera de los libros.

Paz, M. (2009). *Redes sociales. La gran oportunidad,* México, INFOTEC--CONACYT.

Rojas, O., et al, (2005). *Blogs. La conversación en Internet que está revolucionando medios, empresas y a ciudadanos*, España, ESIC.

Schittine, D. (2004). *Blog. Comunicação e escrita intima na Internet,* Brasil, Civilizacion Brasileira.

Toffler, A. (1980). *La tercera ola,* México, Edivisión.

Wright, J. (2006). *Blog marketing,* México, McGraw Hill.

2.5 A ascensão do *mcluhanismo*, a perda do senso de Innis:[1] Repensando as origens da Escola de Comunicação de Toronto

William J. Buxton[2]

Este artigo examina porque a obra substancial de Innis sobre comunicação (elaborada nas últimas décadas de sua vida) foi, de início, virtualmente ignorada, enquanto a ousadia de McLuhan, nesse campo, obteve reconhecimento precoce e duradouro. Sustento que essa disparidade não pode ser atribuída aos méritos relativos das contribuições

1. In Mattie Molinaro, Corinne McLuhan, and William Toye, eds. *Letters of Marshall McLuhan* (Toronto, Oxford, New York: Oxford University Press, 1987), 491-492.

2. Departamento de Estudos da Comunicação Concordia University. Harold Innis, *Political Economy in the Modern State* (Toronto: University of Toronto Press, 1946); Empire *and Communications* (Oxford: Oxford University Press, 1950); *The Bias of Communication* (Toronto: University of Toronto Press); *The Strategy of Culture* (Toronto: University of Toronto Press, 1952); *Changing Concepts of Time* (Toronto: University of Toronto Press, 1952) foi publicado postumamente.

para o estudo das comunicações, mas antes à disponibilidade relativa dos textos e suas respectivas práticas comunicacionais. Inicio com uma discussão de como McLuhan, nos anos 1950, beneficiou-se de Innis em seus esforços para estabelecer o campo da comunicação, culminando em seu (de McLuhan) reconhecimento como uma autoridade na área, no fim da década. Isso será seguido de uma discussão da razão por que um campo de comunicação, emergindo diretamente da obra de Innis, nunca se materializou, enquanto McLuhan foi extremamente bem-sucedido em estabelecer uma abordagem amplamente reconhecida da comunicação, associada a Innis como um precursor. Em seguida, abordo como a apropriação de Innis por McLuhan, apesar de bem-sucedida, enquanto estratégia para dar credibilidade ao âmbito da comunicação, surgiu, em detrimento de aspectos distorcidos da obra de Innis sobre comunicação, negligenciando totalmente outros. Finalmente, indico algumas das principais deficiências no tratamento de Innis por McLuhan – baseando-me amplamente nas obras deste último que McLuhan ignorou – e apresento algumas implicações de como podemos entender a Escola de Comunicação de Toronto.

> Você está familiarizado com a timidez e respeitabilidade acadêmicas. Você está assumindo sua vida acadêmica em suas mãos ao escrever sobre Innis e McLuhan. E não deve ter receio. Nunca conheci alguém que realmente estivesse interessado em algo que, também, tivesse receio de assumir as consequências da reprovação. Foi Hercule Poirot que, ao perguntarem "O que era a verdade?", respondeu: ""*Eet ees whatever upsets zee applecart*." (Marshall McLuhan a James W. Carey, 25 de março de 1974).

Innis, McLuhan e o estudo da comunicação nos anos 1950

Innis e McLuhan se encontravam em extremos opostos do espectro acadêmico, em meados do século XX – pelo menos, no que se refere ao *status* e à reputação. No entanto, na década e meia seguinte, a fama e a notoriedade de McLuhan ultrapassaram tudo o que Innis jamais desfrutou. Com efeito, durante os anos 1950, a reputação de Innis sofreu como resultado de sua ousadia no âmbito da comunicação, no final da carreira. Certamente, algumas de suas principais obras em história econômica foram republicadas, nesse período, e foram bem recebidas, mas os textos que ele publicou, na área de comunicação, antes de sua morte, em 1952, foram recebidos com indiferença, para não dizer hostilidade. Esse estado de coisas não durou. Sobretudo, por meio do apoio dado à sua obra pela estrela em ascensão – McLuhan –, Innis obteve reconhecimento como uma figura pioneira nos estudos de comunicação. Mas, essa reputação estava ligada à sua conexão com McLuhan, no que foi caracterizado como o germe de uma Escola de Comunicação de Toronto. E, também, foi em virtude de sua conexão com Innis, pelo menos, em parte, que McLuhan pôde emergir das sombras da academia para se tornar uma das principais figuras públicas e intelectuais.

Na época de sua morte, em novembro de 1952, Innis acumulava uma quantidade impressionante de trabalhos relacionados à comunicação, incluindo alguns capítulos de *Political Economy in the Modern State*, *Empire and Communications*, The *Bias of Communication*, bem como algumas revisões e ensaios relacionados à história das mídias. Ele, também, produziu um manuscrito de 1.400 páginas – com circulação muito limitada –, intitulado "História da Comunicação". Nesse momento, McLuhan escrevera relativamente pouca coisa sobre o tema da comunicação, concentrando-se na crítica literária e seu texto sobre cultura popular, *The Mechanical Bride,* dificilmente chamou a atenção, vendendo apenas umas

poucas cópias.[3] No fim dos anos 1950, foi McLuhan e não Innis quem foi reconhecido como uma das principais forças no âmbito da comunicação, que se encontrava no centro de uma rede emergente na área. Embora não tenha produzido monografias de larga escala e coleções de ensaios como Innis fez, ele foi capaz de se estabelecer como um especialista em mídias, invocando, em parte, Innis como um ponto de referência para sua obra. Mais que simplesmente referir-se à obra de Innis em comunicação *per se*, ele enfatizou que sua obra era uma *extensão* dos escritos antigos sobre matérias-primas e história econômica, o que ainda representou um considerável capital simbólico e intelectual. Com efeito, ao enfatizar a continuidade entre o "primeiro" Innis e o Innis "tardio", McLuhan o estava defendendo contra quem tinha dificuldade em compreender a virada do estudo da história econômica para a comunicação. Essa abordagem foi evidente na resenha de McLuhan de *Changing Concepts of Time*, de Innis, publicado, postumamente, em 1952. Ele observou que "[havia] uma grande confusão" entre os colegas de Innis sobre "a razão [de Innis], um historiador econômico, passar para o estudo da cultura e da comunicação." Baseando-se na afirmação de W. T. Easterbrook de que a transição de Innis do estudo das matérias-primas para o estudo das mídias ocorreu devido ao seu interesse na atuação do mecanismo de preços, McLuhan argumentou que o "preço é uma questão de informação e comunicação de modo que é natural para alguém que estuda os preços desviar a atenção do fluxo de mercadorias para o fluxo de informação." Sem dúvida, McLuhan prontamente reconheceu que a "capacidade [de Innis] para se comunicar com os leitores parecia tê-lo desertado", quando se voltou para o "problema da comunicação." Isso se deveu ao fracasso do seu "poder retórico e de exposição"; mas, também, podia ser atribuído à "grande dificuldade" do tema com o qual ele estava lutando.

3. Marshall McLuhan. *The Mechanical Bride: Folklore of Industrial Man* (New York: Vanguard Press, 1951).

Como Innis, agora, procurava entender o "processo social total do qual a economia é um aspecto preferencialmente tratado", foi obrigado a abandonar a "prosa linear anterior" em favor de uma "técnica proporcional à sua visão multifacetada do processo social". De acordo com McLuhan, isso contou para o uso de Innis de "'cenas ou declarações descontínuas justapostas numa espécie de *montagem* retórica ou em prosa."[4] Em sua própria demonstração retórica, McLuhan não apenas procurou conferir *creditibilidade* aos escritos de Innis sobre comunicação, ao associá-los aos primeiros trabalhos sobre matérias-primas; mas, também, veio em defesa do estilo de prosa de Innis, alegando que era apropriado, graças ao tema em questão.[5]

A afirmação de McLuhan de que a obra de Innis sobre comunicação se baseava em sua pioneira pesquisa sobre as matérias-primas, tornou-se evidente em uma inscrição escrita com Edmund Carpenter para uma bolsa, no valor de 50 mil dólares, do Departamento de Ciências do Comportamento, da Fundação Ford, para um projeto de pesquisa de dois anos. Na proposta, intitulada "Changing Patterns of Language and Behavior and the New Media of Communication," McLuhan citou a obra de Edward Sapir e Innis como fundamentais para o projeto proposto.[6] Em maio de 1953, McLuhan e Carpenter foram notificados do

4. Marshall McLuhan. Review of *Changing Concepts of Time*, *Northern Review* 6, 3, 1953: 44-46.

5. Ver também Marshall McLuhan. "The Later Innis," *Queen's Quarterly* 60, 3, 1953: 385-394.

6. Universidade de Toronto. "Changing Patterns of Language and Behavior and the New Media of Communication." (inscrição para uma bolsa do Departamento de Ciências do Comportamento, da Fundação Ford. Ford Foundation Archives).

êxito da proposta e receberam um total de 44.250 dólares, durante dois anos.[7] Quando o seminário semanal (formando o núcleo do seminário) começou, no outono de 1953, combinou-se que os escritos de Innis sobre comunicação seriam o tópico principal da discussão.[8]

Durante os anos 1950, após a aprovação do projeto da Fundação Ford, McLuhan desviou o foco de sua atenção da língua inglesa para a mídia e a cultura, mencionando frequentemente Innis como uma das principais referências.[9] Ele não apenas começou a publicar seus trabalhos em periódicos importantes, na área de humanidades como, também, participou de uma miríade de seminários e conferências, explorando o sentido e significado das mídias. Eles incluíram um Seminário sobre Pesquisa em Transmissão Educativa, patrocinado pela National Association of Educational Broadcasters (NAEB), que ocorreu na Ohio State University,

7. Marchand, *Marshall McLuhan. The Medium and the Messenger, A Biography* (Toronto: Vintage Books, 1990), 117.

8. "Report on the Ford Seminar at Toronto University, 1953-55," 5 August 1955. Ford Foundation Archives. Os comentários extraídos de ensaios sobre os escritos de Innis sobre comunicação por estudantes de pós-graduação que participaram do seminário foram publicados como "Innis and Communication," in *Explorations* 60, 3, 1953: 96-104.

9. Marshall McLuhan. "Joyce, Mallarmé and the Press," *Sewanee Review* 62, 1, 1954: 38-55; Edmund Carpenter and Marshall McLuhan, "The New Languages," *Chicago Review* 10, 1, 1956: 46-52; McLuhan, "Myth and the Mass Media," *Daedalus* 88, 2, 1959): 339-348; McLuhan, "Effects of the Improvements of Communication Media," *Journal of Economic History* 20, 4, 1960: 556-575.

de 9 a 13 de dezembro de 1957,[10] o convite para uma palestra para executivos da General Electric, no GE Conference Center, em Croton-on--the Hudson, Nova York, em 1959,[11] um discurso inaugural na reunião anual da NAEB, que ocorreu em Omaha, em 1958[12]; participação no primeiro Congresso de Líderes Culturais, que ocorreu em Washington, D.C., em 1959 e um seminário sobre educação profissional, patrocinado pelo Departamento de Instrução Audiovisual (DAVI), em Cincinnati, em 1960.[13] No fim da década, portanto, McLuhan estava se tornando conhecido como uma das principais autoridades em questões das mídias, não apenas na academia, mas nas esferas de negócios e governamentais.

Em forte contraste, além do interesse demonstrado por McLuhan, uma parte substancial da obra de Innis sobre comunicação fracassou em atrair muita atenção. Certamente, houve uma comoção para publicar resenhas da obra sobre comunicação publicada, no início dos anos 1950 – a maior parte delas escrita pelos colegas de história econômica. Enquanto algumas eram positivas, a maioria manifestava surpresa, senão hostilidade. Entretanto, a julgar pelo conteúdo dos artigos que apareciam em periódicos acadêmicos, durante esse período, a obra de Innis em comunicação

10. Keith Tyler. "Current Developments in Communication: NAEB Research Seminar for Educational Television and Radio, *Audio Visual Communication Review* 7, 1, 1959: 47-68.

11. Marchand, *Marshall McLuhan*, 151.

12. *Ibid*., 136-137. Subsequentemente, McLuhan escreveu um relatório para a NAEB que se tornou a base para *Understanding Media*.

13. George Gerbner. "Let's Put the Human Element Back In," *Audio Visual Communication Review* 8, 5, 1960: 50-58.

foi quase que totalmente ignorada.[14] À exceção a essa indiferença, foram McLuhan e dois pesquisadores, Dallas Smythe e George Gerbner, que trabalhavam no Instituto para Pesquisa em Comunicação da Universidade de Illinois. Enquanto Gerbner se referiu a Innis *en passant*,[15] Smythe dedicou-se a obra do canadense com alguma atenção.[16] Entretanto, foi McLuhan que se encarregou do estudo sobre os escritos de Innis. Como havia tão poucos comentários sobre essa parte da obra, isso significava que a leitura de Innis feita por McLuhan – desenvolvida por meio de uma série de escritos que datam do início dos anos 1950 até o início dos anos 1970 – dominou amplamente a cena.[17] Eles incluíram não apenas

---

14. Ela se baseou numa pesquisa sobre as referências em periódicos acadêmicos relacionados na JSTOR, durante o período 1950-1960.

15. George Gerbner. "On Content Analysis and Critical Research in Mass Communication," *Audio Visual Communication Review* 6, 2, 1958: 85-108; Gerbner, "Let's Put the Human Element Back In."

16. Dallas W. Smythe. "Some Observations on Communications Theory," *Audio Visual Communication Review* 2, 1, 1954: 24-37. Pode ser que Smythe e Gerbner – ou um deles – tenha inspirado James Carey a tratar de Innis na dissertação que escreveu sobre a economia da comunicação. Carey também se recorda do encontro com McLuhan, durante o verão de 1960, em que este passou na Universidade de Illinois escrevendo o que se tornaria *Understanding Media*. James Carey, "Marshall McLuhan: Genealogy and Legacy," in Rita Watson and Menahem Blodheim, eds., *The Toronto School of Communication*: *Interpretations Extensions, Applications* (Toronto: University of Toronto Press; Jerusalem: The Hebrew University Magnes Press, 2007), 82-97.

17. A interpretação de Innis por McLuhan não sofreu modificações até o aparecimento do artigo de James Carey "Harold Adams Innis and Marshall McLuhan,"

a avaliação criteriosa do "Innis tardio", de 1953, mas também as introduções altamente influentes às novas edições de *Bias of Communication* (1964) e *Empire of Communications* (1972).[18] A pergunta que podemos fazer, então, é sobre o motivo por que o rigoroso trabalho de Innis não conseguiu inspirar mais seguidores dos anos 1950, enquanto que a abordagem mais aforística de McLuhan – que citava Innis como uma referência – atraiu legiões de seguidores. O que se segue é uma tentativa de responder a essa pergunta.

O esquecimento de Innis e a ascensão de McLuhan

A falta de atenção dada à obra de Innis, após sua morte em 1952, estava associada à indisponibilidade desse material. Quando *Bias of Communication* and *Empire and Communications* esgotaram, não foram republicados. Além disso, as *oeuvres* mais amplas dos escritos de Innis – que ele elaborou durante os anos 1940 – era praticamente inacessível. A escassez dos textos de Innis podia ser atribuída – pelo menos, em parte – às deliberações de um comitê especial de executores que assumiu as avaliações sobre a possibilidade de publicação de obras particulares. O comitê em questão era formado por "Sra. Innis, Donald [Innis] e os professores Donald Creighton, W.T. Easterbrook e S. D. Clark." Eles deveriam "examinar a coleção de papéis

---

Antioch Review 27, 1, 1967: 5-39 e William Kuhns's *The Post-Industrial Prophets: Interpretations of Technology* (New York: Weybright and Talley, 1971).

18. Marshall McLuhan, Introdução a Harold A. Innis, *The Bias of Communication*. 2a. edition (Toronto: University of Toronto Press, 1964); McLuhan, Introdução a Harold A. Innis, *Empire and Communications*. 2a. edição (Toronto: University of Toronto Press, 1972).

de Innis e decidir qual deles deveria ser publicado."[19] Ao determinar quais obras de Innis deveriam ser publicadas, o comitê selecionou aquelas que recaíam na área que, em sua opinião, melhor exemplificavam a formação de Innis, a saber, a história econômica canadense. Por isso, decidiram supervisionar a preparação das edições revisadas de duas obras clássicas: *The Fur Trade in Canada*: *An Introduction to Canadian Economic History*[20] e *The Cod Fisheries*: *The History of an International Economy*.[21] Também decidiram preparar uma coleção de ensaios de Innis que "tinha uma ligação com a históría econômica do Canadá". Isso significou que "um bom número de escritos de Innis dos últimos anos de vida não [foram] incluídos."[22] O comitê decidiu que os escritos de Innis sobre a história econômica do Canadá eram mais importantes e representativos que suas outras obras. Certamente, o comitê examinou *History of Communications*, de Innis, que cobria o desenvolvimento do papel e da tecnologia de impressão da Antiguidade ao século XIX. Originalmente, o comitê de executores "não sabia o que fazer com o manuscrito, nem o que fazer com

19. William Christian, ed. *The Idea File of Harold Adams Innis* (Toronto: University of Toronto Press, 1980), xvii.

20. Harold A. Innis. *The Fur Trade in Canada*: *An Introduction to Canadian Economic History*. edição revisada (Toronto: University of Toronto Press, 1956) (publicada originalmente por Yale University Press, em 1930).

21. Harold A. Innis. *The Cod Fisheries*: *The History of an International Economy*. edição revisada (Toronto: University of Toronto Press, 1954) (publicada originalmente por Yale University Press e Oxford University Press, em 1940).

22. S. D. Clark, prefácio a Harold A. Innis (ed. Mary Q. Innis), *Essays in Canadian Economic History* (Toronto: University of Toronto Press, 1956), v.

os escritos sobre comunicação, que julgavam ser aberrações perigosas para a reputação acadêmica de Innis."[23] Entretanto, o grupo enviou o manuscrito para publicação pela University of Toronto Press, que descobriu que ele estava incompleto, precisava de um trabalho editorial e não podia ser categorizado facilmente. Esses juízos foram obtidos com base em dois relatórios muito negativos de leitores contratados, em 1954-55. Como as publicações de obras sobre comunicação, no Canadá, era virtualmente inexistente antes da ascensão de Marshall McLuhan, nos anos 1960, não surpreende que os leitores tenham respondido negativamente. Ainda assim, deve-se imaginar quanto esforço foi dedicado às revisões e em que medida o comitê estava comprometido com sua publicação. Como observou S. D. Clark, um dos membros do comitê, em carta a Mary Quayle Innis, embora o manuscrito sobre comunicação "aparentasse estar completo, sentia-se que ele [Innis] poderia ter querido revisá-lo e havia um grande temor, de nossa parte, que a publicação pudesse prejudicar sua reputação". Clark acrescentou pesaroso que "olhando para trás, não posso ter certeza de que o comitê agiu com sabedoria."[24] Isso sugere que o comitê acreditava que a publicação de outras obras sobre comunicação poderiam diminuir a reputação de Innis como acadêmico. Ou podem ter percebido que faltava o conhecimento necessário para revisar o manuscrito de modo consistente com os padrões acadêmicos que Innis tinha estabelecido. Como resultado das decisões do comitê, nem o monumental *History of Communications*,

23. Brian Shoesmith. "An Introduction to Innis' 'History of Communication," In I. Angus and B. Shoesmith (Eds.), *Dependency/space/policy: A Dialogue with Harold A. Innis*, a special issue of *Continuum: The Australian Journal of Media and Culture* 7, 1, 1993: 121-131.

24. *Ibid.*, 126.

nem os outros primeiros escritos sobre comunicação foram disponibilizados para o público.[25]

Como observado, as principais obras publicadas não atraíram muita atenção. Isso poderia ser amplamente explicado pelo fato de que o objetivo desses escritos era ampliar e enriquecer o âmbito da história econômica – a principal referência acadêmica de Innis. Por isso, ele dividiu o progresso de suas novas ideias com a comunidade de historiadores econômicos, que tomara corpo em meados dos anos 1940. A reação dos colegas à mudança para a comunicação variou de leve apoio e tolerância confusa até a franca rejeição, com a maioria dos colegas expressando, pelo menos, algum grau de embaraço sobre a nova direção que Innis estava tomando. Mas, em geral, Innis não conseguiu convencer os colegas de que o âmbito da história econômica poderia progredir, se dessem mais atenção à comunicação. Isso significou que, além de McLuhan – e, em certa medida dos pesquisadores da Universidade de Illinois – Innis não teve defensores dispostos a chamar a atenção para seus escritos de comunicação.

O foco de Innis, na história econômica, como referência para sua obra de comunicação era sintomático da ausência de interesse em desenvolver a comunicação como um âmbito independente.

Embora ele tratasse de questões de comunicação em seu escrito tardio, não demonstrava interesse em estabelecer as fundações para uma nova área de investigação. Ele nunca pareceu ter refletido sobre a possibilidade de a comunicação tornar-se um campo de estudo ou um departamento. Antes, este era um esforço que ele mesmo empreendeu

25. Uma versão em *microfichas* do manuscrito de *História da Comunicação* estava disponível para um número limitado de bibliotecas. Foi, somente, após a reputação de McLuhan dar credibilidade ao âmbito da comunicação, que novas versões de *Bias of Communication* e *Empire and Communications* foram publicados: Innis, *The Bias of Communication*, 1964; Innis, *Empire and Communications*, 1972.

– na forma de história da comunicação ou da civilização – *no interior* da história econômica. Ele esperava que isso servisse como uma correção ao monópolio do conhecimento que encontrava nas obras de Arnold Toynbee e outros. Em particular, ele procurava enfatizar os horizontes temporais e a cultura em sua obra, que podiam, então, servir como um exemplo para outros, como Tom Easterbrook e Hugh Aitken, desenvolverem. Ao contrário, McLuhan parecia muito afoito para desenvolver a comunicação como um novo âmbito e dedicava considerável energia para que isso ocorresse.

Embora a obra de McLuhan não se comparasse à de Innis, no início dos anos 1950, no fim da década, ele foi capaz de encontrar para si um lugar como uma das principais figuras do campo emergente. À diferença de Innis, cuja referência era definida de modo restrito como a história econômica, a orientação de McLuhan tinha uma natureza interdisciplinar. De fato, o núcleo de seus próprios esforços de pesquisa foi o círculo de pesquisadores com formação diversificada, que tomou parte no programa patrocinado pela Fundação Ford, sobre novas mídias de comunicação. Particularmente decisivo, a esse respeito, para os esforços de publicação de McLuhan, foi o periódico *Explorations* – editado pelo colega, Edmund Carpenter, que constituiu o núcleo do programa na Universidade de Toronto. McLuhan não apenas publicou com frequência, no periódico; mas, também, serviu-se de material publicado lá por seus colegas para desenvolver suas próprias ideias. De modo mais amplo, McLuhan foi muito além das publicações para especialistas em língua inglesa, voltando seu trabalho não apenas para os humanistas em geral, mas também para os trabalhos em áreas como educação, estudos audiovisuais, assim como para o universo corporativo. Ao fazê-lo, ele também foi capaz de atrair a atenção de formadores de opinião influentes – como, por exemplo, Harry J. Skornia, presidente da National Association of Educational Broadcasters e Herbert E. Krugman, diretor de pesquisa de opinião pública corporativa da General Electric. Figuras

como essas foram capazes de abrir portas para McLuhan, no interior da comunidade de programas educativos e no universo corporativo, respectivamente.

As estratégias de comunicação de Innis e McLuhan

As diversas estratégias de comunicação organizadas por Innis e McLuhan, respectivamente, também tiveram impacto no modo como suas ideias foram recebidas. Sabe-se comumente que, nos últimos anos, Innis tornou-se um grande defensor da comunicação oral, o que o ligou às propriedades de construção de comunidade das mídias ligadas ao tempo. O que permaneceu esquecido, porém, foi a natureza da própria prática de Innis como orador, incluindo não apenas a apresentação formal de comunicações em eventos acadêmicos, mas também a leitura de discursos e palestras para diversos grupos sociais. Com efeito, um grande número de publicações, em particular, aquelas que aparecem, na última década de sua vida, foram originalmente apresentações orais. Elas incluíam as apresentações baseadas em palestras, encontros acadêmicos ou comunicações lidas aos membros de grupos cívicos e religiosos, aberturas de eventos, apresentações como convidado e um discurso inaugural. Outras apresentações nunca foram publicadas ou apenas o foram postumamente. Embora muitos desses artigos tenham sido examinados em detalhe, eles foram tratados como textos escritos, enquanto sua origem oral foi ignorada. Os discursos podem ser mais bem considerados como atos retóricos; Innis desejava não apenas imprimir declarações particulares sobre aqueles a quem se dirigia; mas, também, congregá-los em modos particulares de entender o mundo. Provavelmente, havia um certo grau de troca entre Innis e o público, para não mencionar a divulgação de suas ideias, através do 'boca a boca', resultando em possíveis efeitos secundários.

Embora isso tenha permitido a conscientização em ambientes desconectados, nada acrescentou para a formação de redes de interlocutores

com ideias semelhantes. Além disso, nos deixou um rastro impressionante de textos escritos, cuja forma oral e retórica original apenas pode ser imaginada. Sem dúvida, o extenso manuscrito de *History of Communications* não resulta de suas apresentações orais. Em virtude do tamanho e da inacessibilidade, ele estava destinado a não ser publicado nem circular. O acesso muito limitado significava que ele pouco contribuiu para nossa compreensão da comunicação. De todo modo, não ficou claro se Innis queria que o trabalho fosse publicado; ele parecia sugerir que ele serviria mais como um repositório de suas atividades pedagógicas.

Por sua vez, McLuhan estava muito mais interessado em desenvolver redes baseadas no uso dos textos escritos. Embora seja conhecido por sua crítica da cultura do livro e da 'Era de Gutenberg', ele tinha consciência da capacidade das obras escritas de conectar espaços e criar e promover a construção de comunidades. Sabe-se, no entanto, que a conversação era muito importante para McLuhan, mas essas trocas orais eram, com maior frequência, baseadas na textualidade.[26] Em particular, ao longo de sua carreira, a correspondência escrita desempenhou um papel extremamente importante para McLuhan. Isso fica evidente, quando examinamos a impressionante coleção de cartas, publicada em 1987.[27] McLuhan usava as cartas para desenvolver de modo cada vez mais amplo – e crescentemente cruzado – círculos de amigos e colegas que compartilhavam seus valores, prioridades e preocupações. Ele buscava, continuamente,

---

26. E, de todo modo, como observa Douglas Coupland, McLuhan pode ter tido "uma leve condição *desinibitória*", o que significava que ele "pensava... a apresentação monológica de seu pensamento como um diálogo. Ao contrário, a maioria de nós pensa o diálogo como uma via de mão dupla, que envolve dar e receber entre os falantes." Coupland, Marshall McLuhan (Toronto: Penguin, 2009).

27. Molinaro, McLuhan, Toye, *Letters of Marshall McLuhan*, 1987.

expandir seu círculo e, para isso, escrevia às pessoas (com mais frequência, os ricos, famosos ou poderosos) com quem ele pensava ter alguma afinidade. Essas pessoas iam de Buckminster Fuller a Ann Landres e Pierre Trudeau.

Ele, também, usava suas cartas como plataforma para as ideias emergentes. Com efeito, em muitas ocasiões, ele escreveu, basicamente, a mesma carta e a enviou a pessoas diferentes em intervalos distintos. Em poucas ocasiões, institucionalizou essa prática, como no projeto de "rede", no início da década e seu projeto de final dos anos 1960. A tendência a se engajar numa correspondência desse tipo estava, discutivelmente, associada aos projetos morais, como, por exemplo, combater o declínio da masculinidade e a ascensão do homossexualismo, a atividade furtiva de sociedades secretas, como a maçonaria, e o secularismo excessivo.[28]

Innis, em comparação, não usava suas cartas dessa maneira. Embora fosse um correspondente prodigioso, a maior parte dessa correspondência parece ter sido esboçada, rapidamente, com pouca reflexão sobre seu lugar na formação de uma rede mais ampla. Elas eram, em sua maioria, escritas à mão em folhas de blocos altamente perecíveis e não tinham

28. Como ele observou, em carta de 1946 ao padre Clement McNaspy do Assumption College: "devemos enfrentar o secularismo em suas manifestações mais confiantes (e) despertá-lo de sua confusão, analfabetismo e terrível desvio de sua lógica. ... A tarefa deve ser conduzida em cada frente – a partir de cada fase da impressão, do lançamento de livros, música, cinema, educação, economia. Eles podem servir para educar um público imenso – católico e não-católico – a resistir à rápida obliteração que está ocorrendo". (*Ibid.*,180). Em 1951, ele escreveu em carta para Walter Ong: "No último ano, estive explorando as relações entre as artes e as Sociedades Secretas. Um negócio terrível. Não sei se você sabe, mas sei que não há um artista vivo ou crítico de renome que não esteja jogando o jogo deles. Quero dizer, os rituais e doutrinas como base da organização artística". (*Ibid.*, 237).

cópias. Tratava-se, sobretudo, de cartas administrativas e estratégicas, mas podiam ser mais pessoais ou de fofocas, se Innis fosse íntimo do correspondente. Raramente ele descrevia suas ideias em detalhes, nas cartas, preferindo, evidentemente, discutir seus pensamentos com os interlocutores.

Apesar de Innis ter deixado uma considerável quantidade de comunicações, ela foi amplamente ignorada. Discutivelmente, isso poderia ser atribuído não apenas ao modo como seus escritos sobre comunicação foram tratados, após sua morte, mas à ausência de preocupação com o desenvolvimento da comunicação como um campo e sua ênfase na teoria e na prática da oralidade, que o obcecou durante a última década de vida.

McLuhan, por outro lado, estava muito mais disposto a desenvolver a comunicação como um campo. Sua disposição em usar a textualidade para construir comunidades e sua preocupação em desenvolver formas institucionais inovadoras, tornou possível o auxílio externo e a reunião dessas comunidades em um seminário experimental. Isso estava em linha com a intenção da Fundação Ford em desafiar estruturas universitárias convencionais e desenvolver novos modelos. Mais importante, isso foi a base do Seminário da Fundação Ford e resultou na possibilidade de McLuhan criar uma reputação como uma das principais autoridades em comunicação no fim dos anos 1950.

Distinguindo Innis de McLuhan: conhecendo o "Innis desconhecido"

O fato de que Innis e McLuhan sejam, frequentemente, mencionados juntos não é casual; é uma consequência do longo esforço de McLuhan para obter credibilidade para sua própria obra. Com efeito, foi apenas em virtude da reputação de McLuhan que a obra Innis sobre comunicação foi republicada nos anos 1960 e 1970. É evidente que esses escritos foram muito influenciados pela interpretação de McLuhan, na introdu-

ção que escreveu para a edição reimpressa de *Bias of Communication*, em 1964.[29] Ele estabeleceu seus primeiros comentários sobre Innis, enfatizando como as mídias podiam ser vistas como uma nova forma de matéria-prima e como a tecnologia teve um efeito decisivo na transformação cultural bem como psíquica. Como observou o autor canadense:

"sugiro que Innis fez a... transição da história das matérias-primas para a história dos meios de comunicação de maneira muito natural. As mídias são os principais recursos, assim como as matérias-primas econômicas. Com efeito, sem as ferrovias, as matérias-primas de trigo e madeira dificilmente poderiam ter existido. Sem a imprensa e as revistas, a polpa de madeira não poderia existir como uma matéria-prima.[30]

Essa declaração resumiu a estratégia de McLuhan de se basear na reputação considerável de Innis como um teórico das matérias-primas para tomar de empréstimo credibilidade para sua própria abordagem – que se estabeleceu a partir do modo como as tecnologias midiáticas manifestaram os efeitos em virtude de suas propriedades inerentes. Embora isso tenha permitido a McLuhan ressuscitar Innis como uma figura pioneira dos estudos midiáticos, veio em detrimento de deixar sua própria marca no legado *innisiano* para a pesquisa em comunicação. O resultado foi a tendência comum de ver os dois pensadores como uma amálgama, como o núcleo do que veio a ser chamado de Escola de Comunicação de Toronto. Cada vez mais, Innis foi considerado como uma espécie de precursor de McLuhan, senão um associado. Como escreve Marchand, – ao considerar a afirmação de McLuhan de que seu livro *Gutenberg Galaxy* foi apenas uma nota de rodapé a Innis – "se Innis for lido no

29. Innis, *Bias of Communication*, 1964.

30. McLuhan. Introdução a Innis, *Bias of Communication*, 1964, xv.

futuro será como uma nota de rodapé a McLuhan e não o contrário."[31] Embora seja infrutífero especular sobre quem seria nota de rodapé de quem, é um exercício válido refletir em que medida a leitura de Innis por McLuhan – que justificou o modo como Innis foi lido – foi tendenciosa e seletiva. A falta de espaço não nos permite prosseguir, nesta análise, mais detalhadamente. Entretanto, explorarei, brevemente, três questões associadas a ela: (1) a confiança de McLuhan's em um alcance relativamente estrito dos escritos de Innis, (2) como as hipóteses de McLuhan sobre a "mídia como matéria-prima" afetaram sua interpretação de Innis, (3) a afirmação de McLuhan de que Innis poderia oferecer uma base para os próprios esforços em encontrar o solo comunicativo comum para diversos âmbitos de conhecimento e especialidade.

As limitações da leitura de Innis, tal como proposta por McLuhan

Ao discutir a obra de Innis, McLuhan se baseou, sobretudo, em *Empire and Communications*, *The Bias of Communications*, e, em menor medida, *Changing Concepts of Time*. Entretanto, ele fracassou em incluir o livro *Political Economy in the Modern State*[32] de Innis (refletindo o juízo do comitê de publicação em não republicar um certo número de ensaios de Innis deste volume). Se ele tivesse feito isso, poderia ter visto as contribuições de Innis sob uma luz diferente, como essa coleção de "artigos esparsos e relativamente publicados, desde 1933", na área da economia política, ensaios reunidos sobre história das mídias, educação superior,

31. Marchand, *Marshall McLuhan*, 115.

32. Harold Innis, prefácio a *Political Economy in the Modern State* (Toronto: Ryerson Press, 1946), VII, XVI.

cultura, ciência política, bem como política econômica. Eles demonstram que o conceito de comunicação de Innis não podia ser reduzido a uma forma de matéria-prima midiática, mas poderia ser considerado mais como um processo interativo, associado de modo inerente ao crescimento da civilização, à emergência das universidades e ao advento de novas formas de público. Sem dúvida, Innis estava muito atento à importância do alcance das propriedades tecnológicas das mídias; mas, repetidamente, enfatizou o alcance em que outros fatores eram constitutivos do processo de comunicação. Por exemplo, como observou em relação aos jornais: "O impacto da mudança tecnológica na imprensa modificou-se não apenas com as grandes revoluções na impressão, confecção do papel, coleta das notícias e distribuição dos jornais; mas, também, com as características da organização por meio da qual esses processos eram realizados." Ao examinar o desempenho dessas propriedades, Innis enfatizou a importância de aspectos "que não eram a matéria-prima" da imprensa, como o controle da imprensa pelo impressor (e, mais tarde, editor), a influência exercida pelo jornalista e editor e a "construção da boa vontade" que tornou possível a propaganda, a "expansão das notícias na primeira página" e "o desenvolvimento das manchetes".[33] As mídias, tal como discutido aqui, vão muito além das "matérias-primas econômicas" que McLuhan afirmava serem o ponto central da obra de Innis na história das comunicações. Elas, também, tinham pouco em comum com a hipótese de McLuhan de que o aspecto mais importante das matérias-primas midiáticas era como elas afetavam os sentidos humanos e a consciência por meio das propriedades materiais. Innis sugeriu que as características essenciais dos jornais eram derivadas, sobretudo, dos processos sociais e culturais mais que das matérias-primas midiáticas *per se*.

33. Harold Innis. "The Newspaper in Economic Development," in *Political Economy in the Modern State* (Toronto: University of Toronto Press, 1946), 15-16.

A ampla visão de Innis das mídias ficava, ainda, mais evidente em seu documento massivo, a *History of Communications*, que foi publicado em meados dos anos 1950.[34] Novamente, se McLuhan tivesse dado atenção (uma cópia foi depositada na biblioteca da Universidade Toronto), ele poderia ter chegado a conclusões diferentes sobre as visões de Innis sobre a comunicação. Apesar do título, o manuscrito não é sobre a história da comunicação *tout court*. Antes, trata da história do papel, da imprensa e da publicação, desde aproximadamente o século X (com a invenção do papel) até o século XX. De modo tipicamente *innisiano*, foi concedida maior atenção aos aspectos materiais da impressão, incluindo não apenas os avanços na confecção dos tipos e da composição; mas, também, no desenvolvimento do papel e da tinta.[35] A narrativa geral, porém, não é apenas sobre o avanço tecnológico. Antes, Innis dá particular atenção à relação entre a impressão e os monopólios de conhecimento e poder, à medida que estes se modificam e se desenvolvem ao longo do tempo.[36]

---

34. A versão em microfichas do manuscrito foi disponibilizada a um certo número de bibliotecas na América do Norte. Uma versão editada do manuscrito, em dois volumes, editada por William J. Buxton, Michael Cheney e Paul Heyer será publicada pela Rowman and Littlefield.

35. Por exemplo, um capítulo dedica centenas de páginas à indústria de fabricação do papel na França.

36. A própria escolha do material, por parte de Innis, é bastante reveladora, em particular, se considerada com outras obras publicadas e com suas próprias preocupações e interesses. Eu proporia que ela pode ser lida com seu "arquivo de ideias" (Innis, 1980), em progresso por volta da mesma época, que oferece alguns insights sobre o significado e importância por trás das bruscas declarações e longas descrições que constituem "Uma História das Comunicações".

O material está presente, cronologicamente, com vários capítulos tratando dos desenvolvimentos, durante o curso de séculos sucessivos, dentro de contextos nacionais específicos. Dar forma e sentido aos dados em questão era um quadro de análise que permitia a Innis não apenas traçar, diacronicamente, padrões recorrentes sobre o tempo, mas justapor desenvolvimentos sincrônicos sobre o espaço. Com efeito, a obra é implicitamente informada por um quadro histórico-comparativo, um modo de análise que aderia de modo menos consistente aos outros escritos importantes. Innis dá particular atenção ao modo como padrões de dominação, enraizados em monopólios particulares de conhecimento e formas de mídias, criam condições sobre as margens da sociedade que, finalmente, conduzem a desafios a partir de novos interesses. O estado de coisas, subsequente, é caracterizado por uma disputa entre os centros de poder arraigados e os defensores das mudanças, conduzindo, dialeticamente, à formação de uma nova ordem, na qual um monopóligo diferente de conhecimento foi tomando forma.

No interior dessa configuração geral de saber, poder, conflito e mudança, Innis cobriu uma ampla variedade de temas, incluindo proteção, religião, propaganda, alfabetização, opinião pública e educação. Innis, também, incluiu uma boa quantidade de material relacionado a vários aspectos da cultura, lançando dúvida sobre a alegação de McLuhan de que ele teria pouco interesse pela arte. Não apenas Innis cita com frequência a poesia[37]; mas, também, explora como as diversas formas de empresa artística (como escultura e pintura) se cruzaram com a emergência de novos públicos. Tais aspectos estão longe de afastar a visão de McLuhan de que Innis tinha pouca sensibilidade para questões literárias e culturais.

37. Por exemplo, Innis inclui um longo trecho extraído de *The Matéria-prima of News*, de Ben Jonson, no capítulo 8, "The Paper and Printing Industries in the 17th Century."

Além disso, refletindo sobre as tendências liberais, Innis discutiu, extensamente, as contribuições feitas à comunicação por uma ampla gama de pensadores e líderes, incluindo Li T'ing-kwei, T'ai Tsung, a imperatriz Shōtiku, Rogério II, da Sicília, Roger Bacon, John Wycliffe, Dante, Erasmo e Martinho Lutero. Diferentemente do eurocentrismo de McLuhan, na análise da emergência da "Época de Gutenberg" – dependente do desenvolvimento da tecnologia da impressão – a representação de Innis da história da comunicação, concentrando-se em como a produção e o uso do papel difundiram-se, na Ásia para o oeste, durante o curso de um milênio, foi muito mais equilibrado. E em seus extensos relatos sobre a produção de papel, Innis se limita às propriedades do papel semelhantes à matéria-prima em relação aos sentidos humanos; mas, também, oferece análises detalhadas da divisão do trabalho no processo de produção, no contexto político, nas relações de classe e as implicações dos produtos específicos que são feitos, a partir do papel, incluindo cartas de jogos, mapas, panfletos e obras religiosas. Assim, até onde McLuhan está envolvido, Innis compartilha sua visão de que as matérias-primas midiáticas podiam ser examinadas em termos muito gerais.[38]

Finalmente, em seu esforço para desenvolver sua própria visão da teoria e da prática da comunicação, McLuhan afirmava que Innis compartilhava seu ponto de vista. Ao "se mover na direção [da] harmonização das artes e das ciências", afirmou McLuhan, a obra de Innis teve grande relevância para "o estudo da teoria e da prática da comunicação". De acordo com o canadense, "tal estudo parece inevitavelmente conter a chave para a unificação dos especialismos que proliferam no conhecimento moderno." Em seu estudo, o físico poderia se aconselhar com o estudioso de poesia ou filosofia. E o estudioso de poesia ou filosofia

38. McLuhan afirmava, por exemplo, que a "imprensa foi tirada do pedestal por outras mídias." McLuhan, "New Media as Political Forms," *Explorations* 3, 1954, 123.

poderia se aconselhar com o físico."[39] Com efeito, McLuhan sugeria que a obra de Innis era fundacional pelo seu próprio projeto de usar o estudo da comunicação para encontrar um solo comum entre pessoas que tinham interesses e especialidades totalmente variáveis.[40] Ainda, assim, é contestável que Innis partilhasse dessa visão. Diferentemente da noção de um "monopólio do conhecimento" de Innis, o elemento de poder está visivelmente ausente da concepção de McLuhan da teoria e da prática da comunicação, que envolve tornar explícito o discurso compartilhado por vários interesses cognitivos. Entretanto, para Innis, as diferenças de poder eram fundamentais, era apenas por meio de conflitos políticos planejados, dirigidos das margens para o centro, que a mudança poderia ocorrer.[41]

O que emerge do exame dos escritos, amplamente negligenciados de Innis sobre comunicação, é uma concepção do trabalho na área que está

---

39. McLuhan, "The Later Innis," 393-394.

40. A rede que McLuhan sugeriu a Innis, em sua carta de março de 1951, se baseava neste projeto. Ele também elaborou o que tinha em mente numa carta a Ezra Pound no início do ano: "Minha ideia... é enviar algumas folhas a 30 - 40 pessoas sérias... e deixá-las redatilografar e passar essas folhas a alguém que conheçam e/ou receber comentários, idiogramas, etc. O objetivo dessas folhas é disseminar a intercomunicação nos diversos âmbitos. Para abrir os olhos e ouvidos dos físicos, antropólogos, historiadores, etc., para os desenvolvimentos relevantes nas artes. McLuhan a Pound, 5 de janeiro de 1951, *in* Molinaro, McLuhan, Toye, *Letters of Marshall McLuhan*, 218.

41. Isso se alinha à observação de James Carey de que "a compreensão da tradição oral [de McLuhan] (uma compreensão muito distinta da de Innis) é profundamente informada por um sentido litúrgico do canto e da memória mais que pela discussão e o debate." O mundo pré-letrado que ele almejava era um mundo litúrgico e não político. Carey, "Marshall McLuhan: Genealogy and Legacy," 83.

nas antípodas da estreita concepção de "mídia como matéria-prima", tal como descreveu McLuhan. Embora Innis certamente dê muita atenção às propriedades materiais das tecnologias de comunicação, ele está muito mais interessado no quadro institucional mais amplo do qual a mídia era uma parte, com particular referência à iniciativa individual e às relações sociais. Isso indica que as visões convencionais de Innis, que foram modeladas pela leitura de McLuhan e baseadas em uma quantidade de textos muito restrita, devem ser reconsideradas. Uma tal reformulação nos permitiria não apenas entender Innis em seus próprios termos; mas, provavelmente, conduziria à conclusão de que uma ligação muito mais frouxa da dupla Innis/McLuhan estaria em jogo. Isso levanta a questão sobre como se deve conceber a relação de Innis e McLuhan com o que veio a ser chamado de Escola de Comunicação de Toronto. Se, de fato, é o caso que o a dupla Innis/McLuhan seja produto dos esforços zelosos de McLuhan, mais que o reflexo de uma comunidade real de propósitos e substância, então, faria muito sentido considerar Innis como uma *inspiração mais* que como um *fundador* da Escola de Comunicação de Toronto. Alguém poderia, então, dedicar-se à tentativa de extrair um sentido de uma "*des-mcluhanização*" de Innis, por um lado, e na Escola de Comunicação de Toronto *mcluhanista*, por outro.[42]

---

42. Esta comunicação é uma versão revisada de uma apresentação, "The Ambiguous Legacy of Innis and McLuhan: Thoughts on the Emergence (and Non-Emergence) of Communication Studies In Canada, 1943-1955," apresentada no Simpósio "Tracking," no Departamento de Estudos de Comunicação na Concordia University, em 4 de novembro de 2005. E também se baseia em material dos seguintes artigos: William J. Buxton, "The Bias against Communication: On the Neglect and Non-publication of the 'Incomplete and Unrevised Manuscript' of Harold Adams Innis." *Canadian Journal of Communication* 26, 2, 2001: 211-229; William J. Buxton, "Harold Innis' 'French Inflection': Origins, Themes, and Implications of his 1951

Address at le Collège de France." *Canadian Journal of Communication* 29, 2, 2004: 171-186; William J. Buxton and Risa Dickens, "*Harold Innis's* "Crisis in Public Opinion': Performance, Recovery, and the Politics of Knowledge," *Canadian Journal of Communication* 31, 2, 2006: 325-34.

3ª PARTE

A Pesquisa Empírica como instrumento de comunicação científica

3.1 Ciências Empíricas: Método, mutabilidade teórica e nova gramática da comunicação científica

Salvato Trigo[1]

1. A famosa obra de Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery*, defende que "a primeira tarefa da lógica do conhecimento é a de elaborar um conceito de ciência empírica", adiantando que esta se caracteriza pelo fato de empregar o método indutivo e que uma teoria do método empírico não é mais do que uma teoria daquilo que, normalmente, é chamado "experiência".

---

1. Salvato Trigo - Doutor em Literaturas de Expressão Portuguesa pela Universidade do Porto (1981). Agregação em Literatura Africana de Língua Portuguesa pela Universidade do Porto (1989). Professor da Faculdade de Letras do Porto, Presidente da Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa; Reitor da Universidade Fernando Pessoa; Vice-Presidente do Réseau Transméditerranéen dês Centres de Formation Multimédia (França).

2. Desde, pelo menos, o *Ensaio sobre o entendimento humano*, de John Locke, o conhecido filósofo do empirismo, o papel da experiência no conhecimento científico tem sido exaltado como forma de combater a, por vezes, tão exacerbada metafísica.

3. O abade francês, Condillac, que Karl Marx considerou, a justo título, discípulo direto de Locke, inspirar-se-ia naquele ensaio fundador para escrever o seu *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos,* no qual arremessou o sensorialismo do filósofo inglês contra a metafísica do século XVII, assim reforçando a importância da ciência empírica.

4. O apreço de Marx sobre o ensaio de Locke, no qual se formula o princípio de que nada existe no pensamento que não tenha passado, primeiro, pelos sentidos, levou o filósofo germânico a perguntar-se se o inglês não teria sido ele próprio um discípulo de Espinosa.

5. A interrogação de Marx quanto à influência de Espinosa em Locke e deste em Condillac, confirma, afinal, a afirmação de Popper, segundo a qual "as teorias científicas estão em perpétua mutação", não, por mero acaso, mas pela decorrência mesma da ciência empírica. Com efeito, os sentidos, na sua apreensão da realidade, são condicionados pelo estado psicológico de quem experiência ou observa e pelo tempo em que experiência ou observa, produzindo o pensamento, por isso, enunciados cientificamente diferenciados, de acordo com o momento diferente em que os formula.

6. Esta é a característica distintiva do discurso das ciências humanas: produzir enunciados teóricos, científicos, portanto lógicos, acerca da realidade, a partir da sua observação subjetiva. O termo *teoria*, do étimo grego *theoros*, significa exatamente "observação",

isto é, a formulação de um discurso com propósito de manifestar a ciência, o saber, semanticamente ancorado no étimo latino *scire*, por seu turno, filiado à raiz indoeuropeia *skei-*, que quer dizer "cortar, separar". Ter ciência de alguma coisa significa, portanto, ser capaz de recortar no tempo e de separar no espaço a complexidade da realidade, tornando-a acessível por um discurso metódico de legibilidade gramaticalmente garantida.

7. Esse exercício de recortar, de separar, será mais fácil nas chamadas ciências exatas, geofísicas e bioquímicas do que nas chamadas ciências humanas, obviamente de natureza discursiva não exclusivamente empírica. Bem sabemos que essa dicotomia classificatória das ciências não é isenta de controvérsia, como pode se verificar, por exemplo, numa obra tão interessante quanto útil escrita por Dennis Flanagan, *Flanagan's Version. A Spectator's Guide to Science on the Eve of the 21st Century*, fundador e diretor por 37 anos da prestigiada Revista *Scientific America*, na qual o autor afirma, com desassombro, que "as ciências são todas humanidades". Nessa obra e, no mesmo sentido dessa asserção, Flanagan conta um episódio em que Einstein, perguntado por que razão a física havia progredido tanto e as ciências sociais tão pouco, terá respondido: "A física é muito mais simples do que as ciências sociais".

8. A maior complexidade das ciências sociais fica, naturalmente, a dever-se à sua forte componente empírica, à temeridade do método indutivo, devida à multiplicidade de ângulos de observação e à subjetividade presente na produção de enunciados que, todavia, pretendem ser objetivos.

9. É sobretudo no meio das ciências empíricas que se movem e se alimentam as designadas ciências da informação e da comunicação, das quais o jornalismo é expressão socialmente mais valorizada, desde que alicerçada numa gramática da comunicação que

combine na perfeição a ética com a estética, numa interpretação adequada dos fatos que são seu objeto.

10. A minha comunicação procurará, então, resgatar a importância das ciências empíricas para a construção duma nova gramática da comunicação que seja capaz de conciliar o jornalismo clássico da 'Galáxia de Guttenberg' com as novas formas discursivas de informação e de comunicação da 'Galáxia Internet', nas suas diferentes tipologias, dessacralizando, ao mesmo tempo, o discurso científico, não raras vezes afetado e infetado por modismos e sobrancerias intoleráveis.

11. Um desses modismos, que dominou o último quartel do século XX e se projeta, ainda, sobre o início deste novo século, reconfigurando a gramática da comunicação das ciências humanas e sociais, foi o das teorias do pós-colonialismo e do pós-modernismo, de que faremos, seguidamente, uma revisão e confrontação resumitivas, através do ensaísmo literário, no qual, normalmente, cruzam-se muitos dos nossos conhecimentos empíricos que "a universidade do Google" tem, de alguma forma, diluído.

12. Kanishka Chowdhury, fazendo a resenha de "***The African Experience in Literature and Ideology***", de Abiola Irele (1990) e de "***Resistance in Postcolonial African Fiction***", de Neil Lazarus (1990) para a ***Modern Fiction Studies*** (vol. 37, nº 3, autumn 1991), fala do influxo de textos não-ocidentais no currículo universitário americano como um verdadeiro desafio ao cânone e acrescenta:" *A aceitação desta vasta e diversa literatura, agora estudada sob qualquer coisa a que se dá o título genérico de "textos pós-coloniais", tem sido ajudada pelo exemplar trabalho feito por conhecidos teóricos da literatura marginalizada, tais como Homi Bhabha, Henry Louis Gates, Abdul JanMohamed, Edward Said e Gayatri Spivak."*

13. A importância da literatura e da teoria pós-coloniais ficou particularmente sublinhada, quando a Routledge publicou, em 1989, o volume da autoria de três universitários australianos, Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, intitulado "***The Empire Writes Back: Theory and Practice in Postcolonial Literatures***".

14. Porém, a proliferação do discurso crítico sobre literatura pós-colonial tem tido os seus aspetos negativos. A este propósito é particularmente elucidativo o ensaio de Jasper Goss, publicado no ***Third World Quarterly***, vol. 17, nº 2, pp.239.250, 1996, sob o título interrogativo "*Postcolonialism: subverting whose empire?*"

15. Depois de ter recordado que autores como Gayatri Spivak, Edward Said e Homi Bhabha utilizaram, nos seus estudos do pós-colonialismo, os fundamentos filosóficos que retiraram de Jacques Derrida, Michel Foucault e Jacques Lacan, Jasper Goss acusa as teorias pós-coloniais de ecléticas com uma grande falta de clareza, desde logo, pela polissemia do termo, em função do contexto em que é utilizado.

16. Para ele, Said e Spivak usam o termo como uma estratégia discursiva (o primeiro refletindo a situação *palestiniana* e, a segunda, a realidade indiana, especialmente a das mulheres e, dentre estas, as viúvas); Bhabha, por seu turno, identifica o pós-colonialismo como pós-colonialidade, "*isto é, como uma condição de ser – em termos literários, subjetivos e epistemológicos.*"

17. Os estudos pós-coloniais vieram, de alguma forma, na sequência do *orientalismo* de Said, dar um estatuto de discurso teórico e crítico de academia ao chamado *Terceiro Mundo* que, politicamente, tinha nascido na Conferência de Bandung de 1955, com o assim designado "Movimento dos não-alinhados", instrumento, como se sabe, da ex- URSS e, de certo modo, da China, em plena Guerra Fria.

18. Execravam-se, por então, conceitos que, por mal definidos, eram facilmente distorcidos e *hipossemizados*, como aconteceu com o conceito de colonialismo que, após Bandung e, depois, com o Maio de 1968, ganhou contornos semânticos que não tinha, para servir a retórica política da Guerra Fria. Acusou-se o colonialismo de iconoclasta, de destruidor de ambientes e de culturas endênicas, de dizimador de povos e de filosofias de vida genuínas em nome das quais terão surgido os movimentos de libertação e o seu apoio pelos ditos não-alinhados, exigindo a autodeterminação e a independência, entretanto, consagradas na Carta das Nações Unidas para os povos colonizados, em nome do direito que eles tinham a uma nação e a um estado modernos.

19. Esqueciam-se esses teóricos, quase sempre eurocêntricos ou eurocentrados; mas, também, americanocêntricos, de que, antes da colonização, não existiam tais nações ou tais estados e que foi justamente aquela que permitiu transformar territórios tribais, marcados pela divergência e pela conflitualidade, em estados e em nações políticas. Razão, pois, para os críticos das teorias pós-coloniais, como Mohanty e como David Harvey que, sobre essa questão, têm posições muito claras.

20. Mohanty afirmava que a significação da colonização tende justamente para "*uma supressão discursiva ou política da heterogeneidade do sujeito em questão*", quer dizer que foi pela colonização que se anularam diferenças, quiçá irreconciliáveis, entre tribos habitantes de territórios contíguos, sem grande ou nenhuma verdadeira definição territorial, permitindo, assim, a emergência dum estado e duma nação política. Quase poderíamos dizer que uma colonização dessa natureza tem como fim último criar condições para a emergência dos estados e das nações a que os estudos pós-coloniais se dedicam.

21. Harvey acentua isso mesmo, escrevendo que "*os espaços do mundo eram desterritorializados, despojados de suas significações precedentes, e foram, então, reterritorializados de acordo com a conveniência da administração colonial e imperial*." A colonização reorganizou, portanto, o território do mundo e, sem querermos, por nenhum meio, elogiar sua forma de atuação, a verdade é que o fez, diferentemente, ainda que com o mesmo resultado: fazer nascer estados e nações políticas modernas lá onde, antes, haveria apenas vivência tribal e, não raras vezes, guerras tribais intermináveis.

22. Mas é, também, óbvio que a colonização não modifica apenas o colonizado e os seus espaços físicos e espirituais; modifica, também, o colonizador e a sua visão do mundo. O colonizador direto, o que está no terreno, e aquele que somente pertence ao país colonizador, mas que nunca conheceu diretamente a colônia. Essa é a razão por que a *descolonização* foi sempre lida de forma diferente pelos colonizadores, no terreno, e pelos seus compatriotas que eram, genericamente, apodados de colonialistas sem sequer imaginarem o que tal pudesse ter sido.

23. O colonizador, porém, porque detém o poder político e econômico cria um domínio discursivo e conceitual sobre o colonizado, afetando-o, tornando-o híbrido e ambivalente, como Fanon e Memmi o demonstraram. Ao impor-lhe uma língua, impõe-lhe, também, um novo sistema de representação do mundo e de si próprio. A colonização, todavia, não cria apenas o conceito de *terceiro mundo*, como o espaço do outro, do colonizado; ela germina, também, após a *descolonização*, bolsas de *novomundismo* em certas regiões dos novos países, como acontece, por exemplo, na Coreia do Sul, em Bombaim, em Banglore, em Santiago, na cidade do Cabo, e bolsas de *terceiromundismo* nos países outrora colonizadores, como acontece em Londres, em Brixton, em

Lisboa ou nos arredores de Paris. O *terceiro mundo*, portanto, morreu com o fim da Guerra Fria, mas tinha começado já a morrer com a descolonização, o que só demonstra a vacuidade do conceito e a circunstancialidade de que estava ferido.

24. Por todas essas variantes de análise do fenômeno colonial, as teorias pós-colonais ressentem-se de algum monocordismo. No estudo de Goss, já citado, dá-se conta de alguns importantes pontos de vista críticos sobre o pós-colonial, que parece tender cada vez mais para "*um mero jargão*", usado, segundo McClintock, para "*o marketing de toda uma nova geração de painéis, artigos, livros e cursos*" ou, como prefere, G. Eley, para uma "*orgia de reflexividade*".

25. Goss insiste em que "*o pós-colonialismo, como conceito, tornou-se moda e, na linha de outros "pós" (tais como pós-industrial ou pós-feminismo), parece ser de uso particular em estudos textuais (como Bhabha, Spivak e Said o demonstraram). Contudo, a teoria do pós-colonialismo é, no melhor, uma amálgama de elementos profundamente confundintes, retirados da crítica literária, da história e da filosofia*." Parece que Bhabha e Spivak, entre outros, foram a Derrida buscar a máxima de que "*nada existe fora do texto*" e converteram-na em "*nada mais existe a não ser o texto*". Nessa acepção, todas as relações (coloniais, pessoais, institucionais etc.) só têm sentido como relações textuais.

26. Benita Parry argumenta que, nessa perspetiva, "*no interesse de estabelecer a autarcia do significante o acontecimento narrado é existencialmente diminuído*". Por isso, Henry Louis Gates conclui que a teoria pós-colonial criou o seu duplo dilema, já que pode escolher-se entre "*promover o nativo discursivamente…reduzindo o papel da violência epistémica (e literal) do colonialismo; ou realçando a natureza absoluta da dominação colonial, pela negação da*

subjetividade e acção do colonizado, assim replicando, textualmente, as operações repressivas do colonialismo."

27. Aijaz Ahmad, crítico também das teorias pós-coloniais, nota que nelas "*o colonialismo torna-se numa coisa trans-histórica, sempre presente e sempre em processo de dissolução numa parte do mundo ou noutra, para que cada um tenha o privilégio, mais cedo ou mais tarde, de ser colonizador, colonizado e pós-colonial*". E, todavia, como bem notou Benita Parry, Bhabha insiste, nos seus escritos, na ambivalência e no hibridismo como formas subjetivas pós-colonais; mas não há, estranhamente, nos seus textos quaisquer referências ao crioulo ou ao mestiço, cuja similaridade com as suas teorias é evidente. Essa é uma das razões por que Arif Dirlik acusa Bhabha de "*mestre da mistificação política e da ofuscação teórica*." A outra razão é o seu jargão linguístico, tantas vezes incompreensível pelo propositado hermetismo, designadamente nos estudiosos dos "*subaltern studies*", que é outra das vertentes dos estudos pós-coloniais, nascida especialmente na Índia. Outra das razões prende-se com a manifesta incompreensão, para não dizer ignorância, com que alguns "estudiosos" do pós-colonial falam do colonialismo e das sociedades coloniais, o que levou Jasper Goss a chamá-los de "*descolonizadores de sofá*" (*armchair decolonisers*).

28. Como escreve Dirlik, em "*Rethinking Colonialism*" (***Interventions***, vol. 4(3) 428-448, 2002), "*colonialismo é também um termo muito complicado e vago. O colonialismo diferiu, historicamente, conforme não só o colonizador, mas mesmo mais importantemente conforme o colonizado. Ele não levou às mesmas consequências por todo o lado e, dentro das sociedades de indivíduos, classes diferentes, gêneros e etnicidades sentiram os seus efeitos, e relataram-nos, diferentemente*." Essa é uma das razões por que Dirlik desvaloriza a questão central da crítica pós-colonial contemporânea, isto é, a questão

da identidade cultural a que está associado o tema do hibridismo, "*muito popular no nosso tempo nas discussões pós-coloniais das identidades coloniais*", mas que para ele *"é de alguma forma trivial na sua generalidade, pois que é possível argumentar, analogamente ao caso do colonialismo, que toda a identidade humana é híbrida, porque culturas e civilizações foram colonizando e hibridizando as suas populações ao longo dos tempos*."

29. Dirlik concorda, portanto, com Achille Mbembe para quem a "*temática do anti-imperialismo está exausta*". Deveremos, por isso, acrescentar que a problemática do pós-colonialismo também está exausta. Escreve Dirlik : "*a problemática do nacionalismo radical anticolonial das décadas próximas da descolonização e a problemática da identidade cultural, que tem dominado o recente pensamento pós-colonial, que revelou as contradições do pós-colonialismo mais temprano, mas parece incapaz de produzir alguma coisa mais do que crescentes litanias formulaicas acerca de fronteiras e hibridismos."*

30. As teorias pós-coloniais têm ainda um outro crítico implacável em Terry Eagleton que, em "***Postcolonialism and 'Postcolonialism'***", enuncia, ironicamente, como regras dum manual secreto para teórico aspirando ao pós-colonial as seguintes: *"1ª Seja tão obscurantista quanto possa ser decentemente para sair com ou sem o que escreveu absolutamente não-lido; 2ª Comece o seu ensaio por pôr em questão toda a noção de pós-colonialismo".* E isso para que se veja a lamentável inadequação desse termo, "*porque é uma maneira eurocêntrica de olhar e uma forma pós-modernista de se ocupar de tudo o que exista a sul de Palermo, porque sugere que tudo, numa sociedade 'pós-colonial',* é pós-colonial no sentido de que tudo colorido de verde é verde, e por aí fora."

31. Eagleton, de forma mais irônica, conclui que, afinal, as especificidades do objeto de estudo do pós-colonialismo não são nem

mais nem menos aquelas que são comuns a toda a humanidade, tais como os "*conceitos de hibridismo, não-exclusivismo, multiplicidade, transgressividade, não-identidade, abertura ao Outro, a disseminação da diferença e o resto dessa litania familiar.*"

32. Robert Young, em "*Ideologies and the Postcolonial*", editorial do primeiro número de ***Interventions*** (1998), reconhece Edward Said com o seu **Orientalism**(1978) como fundador dos estudos pós-coloniais modernos. Sendo um defensor do movimento, Young não deixa de assinalar que o "*pós-colonialismo oferece mais uma visão política do que uma metodologia teórica coerente*." E, todavia, as questões da identidade, centrais no pós-colonialismo atual, nada interessavam a Said :"*´Identity´bores me, I am simply not interested in defending ´identity´.*"

33. Talvez, seja essa ausência duma metodologia clara, nos estudos pós-coloniais, que tenha levado Said, em entrevista a John Higgins para a ***Pretext: literary and cultural studies***, vol. 10, nº 2 , 2001, a pôr o dedo na ferida da crise dos estudos humanísticos na universidade do nosso tempo: "*O que é muito mais importante do que a lenta aprendizagem de competências de alta literacia é a mestria dum sistema filosófico e alguma espécie de desenvolvimento concetual desse sistema quase inacessível. É isso que as pessoas associam à profundidade. Eu tenho assistido a conferências por estrelas acadêmicas nessa espécie de sistema de pensar. Eles falam uma língua que eu não consigo entender e, de alguma forma, isso atrai para eles mais estudantes, exatamente porque não se consegue entender. Tudo isso parece residir na ideia de que se não podemos entender, então, é porque é profundo.*"

34. Passar-se-á o mesmo com a mais recente dimensão dos estudos pós-coloniais que dá pelo nome de "*estudos subalternos*", cujo conceito, como nos informa José Rabasa, foi cunhado por Ranajit Guha, a propósito da pós-colonialidade da Índia, donde

veio matéria para a criação do grupo de estudos subalternos da Ásia do Sul, a que também pertencem Gayatri Spivak(criadora do conceito de "*epistemic violation*" a propósito da concepção ocidental do *Outro*) e Dipesh Chakrabarty, com suas duas modalidades da História.

35. Que temas e conceitos do atual pós-colonialismo não são, efetivamente, tão novos assim, demonstra-o Reiland Rabaka a propósito do conceito de "*semi-colonialismo*" que vai buscar a William Du Bois, para dar um contributo crítico para os estudos pós-coloniais modernos. Rabaka passa, também, por Amílcar Cabral, Césaire, Fanon e Nkrumah, como teóricos do anticolonialismo que se reencontram concetualmente com Du Bois. Considerando que as épocas históricas não nascem e caem em moldes definidos ou em tempos precisos e, partindo do princípio correto de que a cultura do país que colonizou continua a ter efeitos na cultura do colonizado, mesmo depois da independência, Rabaka acha que muito do discurso do pós-colonialismo está extremamente mal dirigido.

36. Mal dirigido certamente, também, foi o famigerado pós-modernismo, ou pós-modernidade, como preferem outros, acabando por se transformar em bordões discursivos como manequins que servem a todo o *design*, a todas as coleções, enfim, a todos os temas e estilos, gerando assim, como diria Tony Judt, uma "*uniformidade descendente*" que visava, por um lado, combater a "*herança elitista da academia*" e, por outro lado, desvalorizar a originalidade das análises que não incorporassem o jargão pós--moderno e pós-colonial, no que ele tinha, e tem, de modismo e de cultura do igualitarismo.

37. Tony Judt, um dos ensaístas contemporâneos mais liberalmente cosmopolitas e, por isso, como diria Fernando Pessoa, desafeto

do provincianismo e do deslumbramento, considerava justamente que essa cultura do igualitarismo, que ele atribuía sobretudo ao "*solipsismo comunitário do pós-modernismo*", contaminou o mundo acadêmico, antes ancorado no mérito e nos saberes clássicos que lhe davam substância e adequada perspetiva histórica.

38. Defendendo o mérito e os saberes clássicos contra a crescente hegemonia dos estudos identitários e advogando um *ethos* de austeridade perante o encantamento por uma democratização baseada em padrões de consumo, responsável principal por essa "*uniformidade descendente*", geradora de novas formas de estratificação no acesso ao conhecimento, Judt reflete nostalgicamente: "*Na minha geração, víamo-nos a nós próprios como sendo ao mesmo tempo radicais e membros de uma elite. Se isso parece incoerente, é a incoerência de uma certa herança liberal, […] a incoerência da meritocracia: dar a todos as mesmas oportunidades e depois privilegiar os talentosos*."

39. É que, continua Judt, antes do desenfreado consumismo pós-colonial e pós-moderno, "*a austeridade n*ão era apenas uma condição econô*mica: aspirava a ser uma ética pública*". A acutilância e atualidade da análise de Judt vão mais longe, quando afirma: "*Uma visão empobrecida da comunidade, baseada na comunhão através do consumo, é tudo o que merecemos daqueles que nos governam. Se queremos melhores governantes, temos de aprender a exigir mais deles e menos para nós próprios. Alguma austeridade vinha a calhar.*"

40. A maturidade do pensamento desse ensaísta, nascido no tempo do *baby-boomer* do após Segunda Guerra Mundial, aluno de escola pública num bairro de classe média-baixa, dos subúrbios de Londres, antes de se graduar no seleto King's College da Universidade de Cambridge e, mais tarde, na não menos seleta École

Normale de Paris, atingiu-a ele em plenitude quando foi viver para Nova York, levando na bagagem a experiência de ativista sionista, enquanto jovem em *kibutz* israelitas, e uma formação sólida de historiador marxista interessado na esquerda francesa do século XX.

41. Nova York e seu *melting pot* alimentar-lhe-ão um inconformismo intelectual de que muito poderia ainda esperar-se, não fosse a morte precoce ter posto termo a um profundo sofrimento físico que lhe decantou o pensamento que nos deixou em ***Memory Chalet***, no qual se revela franco opositor a todas as formas de ortodoxia, proclamando a tolerância inteletual: "*Neste admirável novo século, vamos sentir falta dos tolerantes, dos que vivem nas fronteiras, dos que gostam de explorar os limites – a minha gente!*"

42. A sua gente, como recordou o seu colega e amigo, Timothy Garton Ash, no obituário de Judt, é aquela que manifesta um pensamento feito de heranças contrastantes bebidas nos estudos clássicos e alimentadas pelo empirismo, pelo ceticismo e, democraticamente, pelo liberalismo inglês, aquele que cunhou a *Magna Charta* dos direitos fundamentais da pessoa humana.

43. A sua gente é aquela que acredita como ele que o encorajamento das ciências humanas e sociais às várias minorias para se estudarem a si mesmas ou ao predomínio dos métodos dos diferentes "*pós-*" é um sintoma do seu declínio e uma porta aberta para o relativismo, reforçando as "*mentalidades sectárias e de* ghetto *que, em princípio, deviam questionar*."

44. As ciências humanas e sociais pertencem ao domínio do que os americanos chamam de "*soft sciences*", forma eufemística de lhes conferir um estatuto menos relevante do que às chamadas "*hard sciences*". Considerando estas como as verdadeiras herdeiras da

ideia seminal de Galileu e Kepler, de que a matemática é a língua da natureza e, portanto, de que a modelação matemática, hoje, tão cientificamente assumida como método para quase tudo o que o imperialismo tecnológico nos impõe como condicionante da nossa existência; olvida-se facilmente de que todo o pensamento científico se constrói através de um código verbal, morfossintática e semanticamente, enriquecido pelo impulso inerente à condição humana, para saber mais e compreender melhor, como o ***Fédon*** de Platão bem o avalia, e pela experiência de vida de cada sujeito que o enuncia. Também Lucrécio, como recorda George Steiner, secunda Platão, afirmando que a busca do conhecimento "é preeminente neste mamífero insaciável e inacabado a que chamamos "Homem"."

45. É justamente essa experiência de vida e o enriquecimento da linguagem como meio de representação de saberes e de sabores, a que ela conduz, que nos permitem valorizar, cada vez mais, as nossas empirias e descodificar mais facilmente o discurso das "*ciências duras*", ao mesmo tempo que nos defendem de totalitarismos científicos, como o que Hawking prometia de nos servir uma "*Teoria de Tudo*", fazendo-nos aderir ao axioma de Adorno, segundo o qual "*qualquer totalidade é uma mentira*".

46. Semelhante asserção de Adorno pertence ao domínio das proposições a que o histologista português Abel Salazar designava de psicológicas, em contraposição com as proposições analíticas, cujo conteúdo, segundo ele, é tautológico, e com as proposições sintéticas, cujo conteúdo é empírico e verificável imediata ou mediatamente. Só esses dois tipos de proposições podem exprimir o conhecimento científico, porque se distinguem das proposições psicológicas que não têm sentido lógico; só têm sentido psicológico.

47. Abel Salazar tinha uma concepção aberta da ciência e, muito antes de Thomas Khun, exemplificou, explicitamente, e chamou a atenção para o papel dos compêndios, da tradição e das comunidades científicas na elaboração dos paradigmas da investigação. Paradigmas que Khun analisou em "***A Revolução Copernicana***", no qual considera que esta foi muito menos importante do que "*a nova maneira de olhar a natureza, o homem e Deus – um nova perspectiva científica e cosmológica que, durante os séculos XVIII e XIX, repetidamente, enriqueceu as ciências e reformulou tanto a filosofia religiosa quanto a política*".

48. A revolução copernicana descentrou, de fato, a nossa linguagem culturalmente vinculada à civilização judeo-cristã , obrigando-a a questionamentos teogônicos e teleológicos, antes impensáveis. Mas, a linguagem, alicerçada no empirismo permanentemente atualizado pela vivência social, resistiu tantas vezes a um cientismo que ameaçava, e ainda ameaça, tudo querer dominar. Por isso, Heidegger não deixava de ter razão, quando afirmava que "*as ciências são triviais. Só nos dão as respostas possíveis. São as perguntas que importam*."

49. Perguntas sobre o estatuto ontológico e metafísico do homem ou sobre o sentido essencial, o estatuto epistemológico das realidades que investiga e manipula não tem a ciência para tudo isso respostas, porque, insiste Heidegger, "*a ciência não pensa*".

50. Vão, aliás, no mesmo sentido as considerações de Wittgenstein, ao afirmar que a ciência não poderia resolver, nunca iria resolver, os problemas realmente importantes da existência humana, porque estes são de natureza ética e estética, entendida esta, na acepção de Kant, como próxima da moralidade. Pois, aqui está, de novo, o Homem como sujeito e objeto dos seus próprios enunciados epistémicos, aqueles que, no final da evolução vertiginosa

da biologia molecular, da biogenética e do melhor conhecimento dos processos geológicos, vão afetar a existência pessoal e coletiva das pessoas, vão determinar as opções morais e legais, os paradigmas econômicos, os sistemas políticos, as terapias e a própria psicologia.

51. Esses enunciados, para se tornarem verdadeiramente performativos, que são os que mais interessam às ciências empíricas, e serem oraculares para o nosso tempo, vão necessitar de mediadores de qualidade que sejam competentes para realizar as sínteses dos conhecimentos que as ciências duras vão gerando ou atualizando, por forma a que o homem comum deles possa aperceber-se. Essa mediação será, certamente, feita cada vez mais por um jornalismo especializado que, todavia, tenha presente, como escreveu Abel Salazar, que a ciência não pode nem deve ser um ideal para a Humanidade e que uma predominância crescente da ciência provocará, no futuro, "*talvez um novo problema social: a tirania da Ciência*".

52. Como bem anota Helga Nowotny, nas suas considerações epistêmicas e sociais sobre os constrangimentos da produção do conhecimento científico, "*a ciência não se desenvolve isolada da sociedade*" e, por isso, deveremos rejeitar todo o cientismo, como forma de ditadura do racional sobre o emocional, como cartesianamente se diria, mas que hoje, como bem o demonstram os estudos de António e de Hannah Damásio, entre outros, já não é aceitável, sabendo-se, como se sabe, que a razão e a emoção não são dicotômicas, antes, uma díade fundamental, para compreender os escaninhos e os arcanos do pensamento humano.

53. Citemos, mais uma vez, Abel Salazar, para concordar com ele: "*Ninguém deve pretender tudo reduzir à Ciência. Esta – banalidade que é preciso repetir – não pode dar uma satisfação integral ao homem*

– *que é por natureza artista e poeta*." Ou, como cantava Keats, a verdade é beleza, por isso é que o conhecer é do domínio da ciência e o sentir, do domínio da arte.

54. Aceitar essas verdades não significa discordância com, por exemplo, George Steiner, quando este escreve: " *Quaisquer que sejam os seus dilemas ou limitações potenciais, a ciência tem sido, a ciência permanecerá a iluminadora filha da razão. A ameaça da loucura política e do fanatismo infantil raramente foram tão insistentes. Nem a terapia da ciência, da tolerância racional que a ciência contém, mais necessária*". Estamos de acordo, desde que essa proclamação não queira estabelecer uma inaceitável separação entre a ciência teórica e a ciência experimental, pois, como recorda, Dennis Flanagan, " *a teoria não tem sentido sem a experimentação e a experimentação não tem sentido sem a teoria*".

55. Essa separação, que, no entanto, muitos fazem, tem sido a grande responsável pela crise das ciências empíricas, exatamente porque estas têm na observação, que o mesmo é dizer na teoria, o seu campo privilegiado de ação. Infelizmente, neste nosso tempo de globalização e de predomínio da economia financeira, que é essencialmente virtual e, por isso, divorciada da realidade, existe uma forte recessão da teoria causada, em particular, pelo recuo do ensino e do estudo da filosofia e pelo distanciamento, para não dizer ignorância, do modelo analítico das ciências humanas e sociais consagrado por Pierre Bourdieu, que a hegemonia anglo-americana de Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld tem vindo a ameaçar.

56. Não se diga, portanto, que a recessão da teoria, da crítica e da reflexão – instrumentos fulcrais para o pensamento científico – resulta de medos ou de limitações proclamados em nome do empirismo ou do narrativismo ou dos "*cultural studies*" como

aparentes substitutos das humanidades. Ela resulta mais, para um autor como Wlad Godzich, em "***The Culture of Literacy***", do que ele chama de "*literacia operativa*" ou concepção utilitarista da universidade posta ao serviço duma economia que, em boa parte, a não entende.

57. A recessão da teoria e a crise do pensamento crítico, que hoje se reconhecem nas ciências humanas e sociais, dever-se-ão mais seguramente à resistência em assumirmos que a universidade é, neste tempo globalizado, uma instituição estruturante do desenvolvimento humano e, portanto, econômico, obrigando-nos à proclamação universal de que tudo o que diga respeito ao homem, no seu tempo e nas suas circunstâncias, como diria Ortega y Gasset, não pode ser estranho à universidade. Acrescente-se: sem "*metopias*", isto é, sem querer fazer do método o objeto do estudo, o que, a acontecer, gerará um discurso autotélico ou de inócua autocontemplação semântica.

58. A recessão da teoria, também prejudicial às ciências empíricas, deve-se mais a uma perda de valor da linguagem como princípio e fim do conhecimento: nada se conhece que não tenha sido traduzido num código verbal. É o conhecimento profundo desse código e das suas técnicas e artes combinatórias, em suma, da sua gramática da comunicação, o que confere acessibilidade ao saber, o que permite analisar o complexo, explicar o complicado, fazer sentido e gerar sínteses que reconstruam, num todo coerente, os fragmentos de textos que lemos e escrevemos, diariamente, em busca da significância para a nossa vida. Essa é a função nobre do jornalismo especializado.

59. Quem tem medo das ciências empíricas? Somente aqueles que, sabendo que a ciência é uma questão de *fatos*, são incapazes de formular as perguntas a que eles dão uma resposta, porque se recusam

à hermenêutica. E, como escreveu Gianni Vattimo, citando Gadamer, é só do ponto de vista hermenêutico que se pode chegar à fundação da própria ciência.

60. Ou aqueloutros que não compreendem a profundidade de Gustave Flaubert, em *Préface à la vie d'écrivain*, na asserção tão aparentemente simples de "*nous avons trop de choses et pas assez de formes*".

61. Regressamos, pois, com Flaubert ao princípio da linguagem como fundadora do pensamento científico ou outro. Há tantas coisas fora da linguagem, vemo-nos rodeados de tantas coisas que, sendo exteriores a nós próprios, só passarão para o domínio do pensamento, quando para elas encontrarmos as formas verbais que as transformem em conhecimento. Tendo essa capacidade para encontrar as formas corretas da linguagem, porque haveremos de ter medo das ciências empíricas? Ou da ciência, simplesmente. O que teremos é de criar uma nova gramática da comunicação, que, sem abdicar do rigor normativo, consiga conciliar Guttenberg com o Google, sem cedências a modismos metodológicos pós-coloniais ou pós-modernos, sem sublimações tecnológicas, antes, capaz de fundamentar os novos saberes numa irresistível fruição da linguagem, cadinho, por excelência, das ciências empíricas.

62. E, obviamente, das ciências da mediação, sejam elas veiculadas pela *mídia* tradicional ou pela nova *mídia* dos *blogs*, das redes sociais ou dos novos *tubes*, cuja instantaneidade ou concomitância discursiva não deve servir de desculpa para o apoucamento da gramática e, muito menos, para a pidginização da língua.

Referências

Derrida, Jacques (1967). *L'écriture et la différence*.

Popper, Karl (1972). *The Logic of Scientific Discovery*.

Vattimo, Gianni (1991). Éthique de l'interprétation.

Flanagan, Dennis (1988). *Flanagan's Version. A Spectator's Guide to Science on the Eve of the 21st Century*.

Steiner, George-org (2008). *A Ciência Terá Limites?*

Khun, Thomas S. (1990). *A Revolução Copernicana*.

Condillac (1973). *Essai sur l'origine des connaissances humaines* précédé de *L'archéologie du frivole*, de Jacques Derrida.

3.2 Quem tem medo da pesquisa empírica? Seguramente, não os pesquisadores portugueses em jornalismo[1]

Jorge Pedro Sousa[2]

Introdução

Folheando-se os estudos jornalísticos publicados em livro, em Portugal, por autores portugueses, é possível constatar que estes pesquisadores optaram por diversos procedimentos de pesquisa para produzirem

1. Pesquisa produzida no âmbito do projecto Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

2. Jorge Pedro Sousa é professor catedrático de Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e investigador do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Lisboa, Portugal). É agregado (livre-docente), pós-doutor e doutor em Jornalismo. Email: jorgepedrosousa@gmail.com

conhecimento científico sobre o jornalismo. Alguns desses procedimentos podem classificar-se como empíricos, pois implicam diversas formas de *investigação de campo* – levantamento de dados discursivos e documentais; entrevistas e inquéritos aos agentes implicados no processo jornalístico (desde as fontes aos receptores); debates entre esses agentes moderados pelos pesquisadores etc.; outros não implicam qualquer espécie de trabalho de campo – caso, por exemplo, das reproduções e revisões teóricas, isto é, da teoria gerada a partir de ideias pré-existentes, sem verificação "no terreno" da validade dos postulados teóricos.

Este trabalho tem por objetivo apurar até que ponto os pesquisadores portugueses em jornalismo recorrem a estratégias metodológicas empíricas e não empíricas, de forma a encontrar dados suficientes para responder à questão balizadora da pesquisa – serão os pesquisadores portugueses em jornalismo avessos à investigação empírica? A hipótese a testar é que, apesar de os estudos jornalísticos portugueses terem sido quase exclusivamente não-empíricos até 1974 (SOUSA, coord. *et al.*, 2010), desde esse ano, ter-se-ão tornado predominantemente empíricos, devido à instituição de cursos universitários de comunicação e jornalismo, a partir de 1979, e à consequente formação de uma comunidade científica portuguesa de pesquisadores devotados aos estudos jornalísticos.

Um segundo objetivo do trabalho é o de perceber quais os métodos de pesquisa empírica mais e menos usados pelos pesquisadores portugueses.

Esta pesquisa visa responder, assim, a duas perguntas de investigação:

1) Qual o peso da pesquisa empírica e não-empírica nos estudos jornalísticos desenvolvidos em Portugal após 1974?

2) Qual o peso que tem cada um dos métodos empíricos nas pesquisas no campo do jornalismo desenvolvidas em Portugal após 1974?

Para se dar resposta a ambas as perguntas, adotou-se uma metodologia que combinou a pesquisa bibliográfica com uma emula-

ção da análise de conteúdo (SOUSA, 2006, p. 344-351). Primeiro, através de uma leitura prévia e sistemática dos livros devotados aos estudos jornalísticos publicados em Portugal, desde 1974, procuraram-se apurar os paradigmas metodológicos seguidos pelos pesquisadores portugueses em jornalismo. Seguidamente, codificaram-se e contabilizaram-se os métodos de investigação a que recorreram esses pesquisadores, segundo categorias criadas, a partir da leitura prévia das obras citadas e das propostas taxionômicas de denominação, delimitação e descrição de métodos de pesquisa em jornalismo e comunicação apresentadas em várias obras de referência (DUARTE e BARROS, 2005; SOUSA, 2006; LAGO e BENETTI, 2007; HOHLFELDT e STRELOW, 2008).

1. Enquadramento teórico e terminologia

Uma pesquisa pode ser entendida, de acordo com Luna (1999, p. 15), como a procura de algo novo e desconhecido. Tem, por fim, a produção de novo conhecimento. A pesquisa *científica*, por dedução, tem por fim a produção de *conhecimento científico*. Implica a *resolução de um problema científico*, através de um processo metódico e sistemático que começa por uma observação ativa e interpretada (a observação, em ciência, é feita à luz de hipóteses baseadas no que já se sabe – as teorias existentes) e continua com a exploração, descoberta, recolha de dados e explicação interpretativa da informação obtida.

Numa perspectiva pós-positivista, que é aquela que se seguirá, no decorrer deste trabalho, conhecimento científico é aquele que, metódica e sistematicamente, aclara os fenômenos e as relações entre os fenômenos, com supremacia do objeto de conhecimento sobre os sujeitos de conhecimento (objetividade), tentando chegar, através da explicação dos múltiplos singulares, às regularidades universais, transcritas em leis, por sua vez agrupadas em teorias. Isto é, em ciência procura-se

identificar, delimitar e desvelar objetivamente determinados fenômenos, esclarecendo – também com objetividade – os nexos de causalidade que estabelecem com outros fenômenos, chegando a leis objetivas e, portanto, universais e, destas, a teorias, conjuntos de afirmações não contraditórias e de saber acumulado (SPONHOLZ, 2005) que orientam novas observações e servem de referente, enquanto suposições hipotéticas, para a produção de novo conhecimento científico.

> As teorias científicas pretendem representar, mediante conceitos articulados em linguagens e códigos específicos, as constrições que ligam os fenômenos entre si e encontrarão suas justificações nas positividades das verificações indutivas ou negatividades das falsificações dedutivas correlatas à ocorrência futura de determinados fenômenos. (EPSTEIN, 2005, p. 15)

Impõe-se, ao abordar questões que roçam a epistemologia e a hermenêutica da ciência, alguma clarificação terminológica, já que a utilização de determinados termos pressupõe uma categorização que não é universal e implica uma opção teórica. Desde logo, é fundamental delimitar o que se considerará por *fenômeno*. Numa perspectiva de base kantiana, entender-se-á um fenômeno como uma manifestação do fenômeno um objeto que pode ser positiva e objetivamente caracterizado e delimitado no tempo e no espaço, mas também que é uma *coisa* que *existe não intencionalmente em si mesma independentemente da observação*. A perspectiva assumida neste trabalho é, observa-se, pós-positivista e realista e não construcionista, crítica ou outra. Salienta-se, nomeadamente, assume-se que através da linguagem – e em especial da linguagem matemática – é possível descrever fenômenos reais com verdade. Isto é, conforme recorda Tambosi (2007), podem-se estabelecer correspondências entre a realidade e os discursos que a procuram

traduzir, pois os fatos reais, embora extralinguísticos, podem ser alvo de tradução linguística. Há verdade no discurso científico sempre que existe evidência e prova suficientes para fazer uma afirmação científica e sempre que o novo conhecimento produzido, eventualmente expresso como lei ou teoria, resista às tentativas de refutação e não se observem fenômenos que o contrariem ou transgridam (POPPER, 1975, p. 41-50). A atitude do cientista tem de ser, assim, antidogmática, até porque, tal como sustenta Popper (1975, p. 41-50), o cientista deve procurar testar as hipóteses que contradizem as teorias científicas, para as tentar refutar. Uma teoria científica só é aceite (aceita?) enquanto conhecimento universal e objetivo apenas e se, sendo refutável, não for refutada.

Os passos que, numa pesquisa científica, dão-se para se atingirem resultados podem ser designados por métodos. Um método, etimologicamente, significa *segundo um caminho*. A palavra provém da junção das palavras gregas *meta* (que significa *além* ou *segundo*) e *odos* (caminho). A ciência tem um método geral, justamente designado *método científico*. É um método em quatro etapas (ou três, caso não se considere a conclusão): parte-se da observação da realidade; colocam-se hipóteses a partir dessa observação; testam-se as hipóteses; e conclui-se. A conclusão realimenta a observação. Daí que se fale de *processo científico*, até porque, na verdade, a obtenção de conhecimento científico nunca está concluída.

Cada etapa de uma pesquisa também pode ser vista como um método particular, como um "caminho que é seguido". À semelhança do caminhante, um trajeto metodológico de um pesquisador, desde a observação à conclusão, pode integrar várias etapas, ou vários caminhos interligados. Cada caminho – ou método – leva o pesquisador de um determinado ponto a outro ao longo desse trajeto. O termo de um caminho pode ser apenas o começo de outro durante o mesmo trajeto. Ou seja, por outras palavras, tal como num trajeto, ou numa viagem, podem-se percorrer vários caminhos interligados, também numa pesquisa se podem interligar vários métodos. Portanto, grosso modo, neste trabalho,

tomar-se-á por *método científico* cada caminho particular (com princípio, meio e fim) seguido numa pesquisa científica ao longo de um trajeto. A articulação lógica e integrada dos métodos num determinado trajeto, ou seja, ao longo de uma pesquisa, será designada por *metodologia*.

Tendo em consideração que o objetivo deste trabalho é apurar os pesos relativos da pesquisa empírica e da pesquisa não-empírica, no campo do jornalismo, realizada em Portugal após 1974, torna-se fundamental explicitar o que se entende por investigação empírica. Quando se fala de empirismo em ciência, em sentido estrito, pretende traduzir-se o conceito de que a produção de conhecimento científico tem de partir da experiência, isto é, dos dados resultantes da apreensão da realidade pelos órgãos dos sentidos; mas, em sentido lato, sobretudo no campo das ciências sociais, envolve toda a investigação aplicada ou aplicável que implica trabalho de campo, contrapondo-se à investigação pura.[3]

---

3. Embora tenha raízes profundas na filosofia pré-socrática, o empirismo, enquanto doutrina filosófica, foi proposto pelo filósofo inglês John Locke, no século XVII. Para ele, o conhecimento forma-se na mente humana a partir do zero, graças à experiência e aos processos de tentativa-erro, cujos resultados são apreendidos pelos órgãos dos sentidos. O ser humano não teria, portanto, ideias inatas (o empirismo contrapõe-se ao idealismo). Essa noção foi importada pelas ciências experimentais e está patente no *método científico* (observação, hipóteses, experimentação, concussão). Nas ciências experimentais, toda a evidência tem de ser comprovável pelos sentidos; nas ciências humanas e sociais, o processo de formação da evidência científica empírica é mais complexo, mas implica, necessariamente, a noção de prova ancorada ao real, prova essa que é apreensível, em última análise, pelos sentidos e, em sequência, pela mente do pesquisador. O alcance dos órgãos dos sentidos pode ser ampliado por dispositivos técnicos apropriados (como acontece, por exemplo, com a utilização de uma câmara para a gravação

Em consonância, neste trabalho, considerar-se-á como *pesquisa científica empírica* aquela que envolve *trabalho de campo* e implica o recurso a *métodos de pesquisa empírica*, não se restringindo, nomeadamente, à revisão bibliográfica, à reflexão nem à mera dedução de nova teoria a partir do corpo teórico pré-existente.

2. Metodologia e resultados

Tendo em consideração que o objetivo deste trabalho é identificar as grandes tendências metodológicas da pesquisa em jornalismo produzida em território português, após 1974, e considerando-se, *a priori*, que essa identificação de tendências pode ser observada através da determinação dos métodos de pesquisa identificáveis na literatura científica produzida pelos pesquisadores do campo, o primeiro procedimento metodológico a que se recorreu foi a leitura, com exaustividade, dos livros representativos da investigação em jornalismo realizada em Portugal, depois de 1974, que constituíram a amostra. Seguidamente, procedeu-se à contabilização do recurso a cada método, com base em categorias definidas *a priori*. Os métodos formaram essas categorias, tendo sido definidos e descritos com base

audiovisual de um grupo de foco). Nesse sentido, a investigação aplicada implica a obtenção de dados empíricos novos para testar ou provar postulados teóricos e a investigação aplicável implica, em acréscimo, a possibilidade de aplicação prática dos resultados a que se chega. Já a investigação pura, nas ciências sociais e humanas, procura, essencialmente, sistematizar o conhecimento num campo determinado (revisão de literatura) ou deduzir novas ideias a partir de ideias já teorizadas, num processo de reprodução teórica a que se podem ir adicionando dados de macro-observações da realidade (mas sem trabalho de campo empírico e comprovativo).

na leitura prévia dos livros atrás referidos e em quatro obras que teorizam sobre a metodologia da pesquisa em jornalismo e comunicação:

1) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** (DUARTE e BARROS, 2005)

2) **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media** (SOUSA, 2006)

3) **Metodologia de pesquisa em jornalismo** (LAGO e BENETTI, 2007)

4) **Métodos de pesquisa em jornalismo** (HOHLFELDT e STRELOW, 2008)

Balizou-se a recolha empírica de dados, entre 1974 e o presente, pois até 1974 raras foram as pesquisas empíricas sobre jornalismo, em Portugal, tendo-se restringido a exemplos de análise documental e de análise qualitativa do discurso (SOUSA, coord. *et al.*, 2010).

Para operacionalização da análise, consideraram-se como categorias de codificação, em primeiro lugar, as pesquisas com procedimentos empíricos e sem procedimentos empíricos. Consideraram-se as pesquisas na sua totalidade. Não se consideraram, autonomamente, as revisões de literatura que enquadram as pesquisas empíricas e não-empíricas como exemplos de recurso a métodos não- empíricos, porque isso enviesaria os resultados em favor dos procedimentos não- empíricos. Usou-se, em acréscimo, um conceito relativamente amplo de pesquisa empírica como sendo toda aquela que implicasse o recurso algum tipo de "trabalho de campo". Assim, codificaram-se nesta categoria, por exemplo, as análises de *websites* e de docu-

mentos, desde que a intenção não fosse a da mera revisão teórica, dedutiva ou crítica. As pesquisas sobre direito, ética e deontologia jornalística, por exemplo, foram normalmente consideradas exemplos de pesquisa não-empírica.

Em segundo lugar, categorizaram-se os métodos de pesquisa empírica em jornalismo, conforme descritos na tabela 1. Considerou-se que uma pesquisa poderia ser classificada como empírica desde que recorresse a pelo menos um dos métodos referidos nessa tabela.

Tabela 1
Categorias de análise – métodos de pesquisa empírica considerados

Categoria (método empírico)	Descrição
Inquérito	Método que implica a aplicação de um questionário a um conjunto de pessoas, normalmente seleccionadas através de procedimentos de amostragem. Normalmente, tem por fim a obtenção de dados estatísticos sobre a população estudada e emprega questões que permitem a obtenção desses dados (perguntas fechadas, perguntas pré-formatadas, escalas de atitudes, perguntas de eleição forçada, diferencial semântico, etc.).
Entrevista	A entrevista sociológica ou em profundidade pressupõe um diálogo entre um entrevistador e um entrevistado para aprofundamento de um assunto ou conjunto de assuntos interligados. Normalmente, é baseada em perguntas abertas formuladas pelo entrevistador. O tratamento dos dados apurados é, habitualmente, extensivo e qualitativo.
Grupo de foco	Variante da entrevista, mas que compreende o debate de um assunto ou de um conjunto de assuntos entre membros de um grupo amostral selecionados pelo pesquisador que, normalmente, atua como moderador desse debate. Tem por fim a apuração de dados, habitualmente qualitativos, sobre cognições e interpretações, valores, atitudes e comportamentos desse grupo de pessoas, face a uma determinada problemática levantada durante a pesquisa.
Observação etnográfica	Método de pesquisa que implica a imersão do pesquisador no ecossistema dos fenômenos que pretende estudar, tendo em vista a sua observação direta. Também é conhecido por observação participante, embora o pesquisador possa manter uma postura o mais possível neutral durante a investigação.
Pesquisa-ação	Variante da observação etnográfica, em que o pesquisador não apenas imerge no espaço onde possam ocorrer os fenômenos que pretende estudar, como também provoca as ações que quer analisar. É quase uma variante do método experimental aplicada à escala de grupos e comunidades, mas dificilmente à escala de uma sociedade.

Recolha e análise de indicadores estatísticos (económicos, sociais, etc.)	Método de pesquisa usado, em particular, nas pesquisas sobre economia política do sistema jornalístico e sobre gestão e marketing das empresas jornalísticas. Implica o apuramento de indicadores contabilísticos, financeiros e econômicos, de forma geral ou particular, com o objetivo de analisar a conjuntura económico-financeira de um setor, um subsetor ou uma empresa, eventualmente, esclarecendo a sua evolução e perspectivas ("causas e consequências"). A obtenção e análise de indicadores sociais e económico-sociais (como a taxa de analfabetismo, os índices de audiência, as tiragens e os hábitos de leitura de jornais, etc.) também se englobaram nesta categoria.
Análise técnica de websites	Variante da análise do discurso frequentemente usada na pesquisa sobre ***webjornalismo***. Consiste na análise técnica de ***websites*** jornalísticos, tendo em vista, nomeadamente, perceber até que ponto os mesmos são amigáveis, interessantes e relevantes para o utilizador e até que ponto são aproveitadas as potencialidades da Internet pelos órgãos jornalísticos com presença na *World Wide Web*.
Análise do discurso	Análise qualitativa, por vezes crítica, do discurso jornalístico, surja este como texto, imagens, sons, multimédia ou hipermédia. Englobaram-se, nessa categoria metodológica, as análises semióticas e psicanalíticas do discurso jornalístico, a análise conversacional (por exemplo, entre jornalistas e fontes) e a análise linguística (por exemplo, de títulos e notícias).
Análise documental	Recolha de dados em documentos, como elementos de prova ou, sobretudo, para produção de conhecimento histórico-jornalístico, como no caso da sociologia histórica dos jornalistas. Foram contabilizados, nessa categoria (análise documental), os levantamentos documentais – principalmente históricos – sobre salários dos jornalistas, apesar de o montante do vencimento dos jornalistas ser um indicador económico.
Análise de conteúdo	Análise quantitativa do discurso, com categorias definidas a priori ou a posteriori ou de ambas as formas. Consiste na categorização (ou codificação) de unidades de análise (elementos que se quantificam), tendo em conta um sistema de quantificação que se estabelece no início do procedimento.
Análise e classificação de gêneros jornalísticos	Essa categoria de codificação criou-se para agrupar as análises efectivas de matérias jornalísticas nos diferentes meios de comunicação, tendo em vista a sua descrição paradigmática e a sua classificação em gêneros jornalísticos. Sendo próxima da análise do discurso, trata-se de um método empírico que, no entanto, tem suficientes elementos diferenciadores para poder ser considerado um método específico de pesquisa em jornalismo.
Sociografia	Tradução gráfica de relações comunicacionais estabelecidas entre actantes do processo jornalístico. É difícil considerá-lo um método específico, porque depende da utilização de outros métodos (nomeadamente de inquéritos, entrevistas, grupos de foco e/ou observação etnográfica).

Não se consideraram "métodos", por serem, sobretudo, "metodologias", ou seja, por assentarem, segundo a definição usada, neste trabalho, em combinações de métodos, os "estudos de caso", as "biografias ou histórias de vida", as "pesquisas comparativas", os "papéis sociais" e similares. No entanto, foram contabilizados os métodos empíricos usados para realizar estudos baseados nessas metodologias.

Na apuração dos métodos empíricos a que recorrem os investigadores portugueses do jornalismo, foi contabilizado o recurso a cada método. Isto é, quando necessário, não se contabilizou exclusivamente um método por obra, já que, numa pesquisa científica, poder-se-ão combinar vários métodos numa metodologia coerente e integrada. No final, foi feita a soma das ocorrências (casos) dos métodos e calcularam-se as

percentagens de recurso a cada método em função do total que resultou dessa soma.

Limitou-se a pesquisa aos livros devotados aos estudos jornalísticos publicados, em Portugal, por autores portugueses, por se considerar que, para avaliação das grandes tendências do recurso, no país, a métodos empíricos ou não- empíricos de pesquisa em jornalismo, os livros constituem uma amostra relevante e conveniente. Conveniente, desde logo, pela sua acessibilidade e pela consequente possibilidade de obtenção e delimitação fácil de um *corpus* de análise; relevante porque, normalmente, no campo dos estudos jornalísticos, os resultados das pesquisas de maior envergadura – e, portanto, mais representativas da investigação que se faz com profundidade e sistematicidade – tendem a ser publicitados em livros.

Com os resultados expressos na tabela 2, procura responder-se à primeira pergunta de investigação colocada, isto é, na literatura científica sobre jornalismo publicada, em Portugal, sob a forma de livros (em papel e *online)*, qual o peso percentual das pesquisas empíricas e não-empíricas. Categorizaram-se 128 pesquisas, repartidas entre as não empíricas (41) e as que recorrem a métodos empíricos (87). É de se relembrar que vários livros são obras colectivas que albergam mais do que uma pesquisa.

Tabela 2
Peso da pesquisa empírica nos estudos jornalísticos portugueses após 1974

Casos de pesquisa empírica (%)	Trabalhos sem pesquisa empírica (%)
68	32

A informação disponibilizada na tabela 2 documenta, em valores percentuais, que os pesquisadores portugueses em jornalismo preferiram, desde 1974, a pesquisa empírica (68% dos casos registados) à não-empírica (32% dos casos registados). Essa tendência, contrária à que se registou até 1974 (cf. SOUSA, coord., *et al.*, 2010), dever-se-á à constituição de uma comunidade portuguesa de pesquisadores em jornalismo, após a introdução do seu ensino nas universidades. Os pesquisadores portugueses em jornalismo avançaram para o terreno para comprovarem as suas hipóteses, abandonando a matriz de simples reprodução e discussão teórica que predominou até ao ano da Revolução de 25 de Abril.

Na tabela 3, sistematizam-se, percentualmente, os dados que permitem responder à segunda pergunta de investigação colocada – "Qual o peso que tem cada um dos métodos empíricos nas pesquisas empíricas no campo do jornalismo desenvolvidas, em Portugal, após 1974?".

É de se salientar que os casos registados (118) superam o número de pesquisas (e, portanto, de livros), pois várias pesquisas implicaram o recurso a mais do que um método empírico.

Tabela 3
Métodos de pesquisa empírica empregues pelos pesquisadores portugueses em jornalismo após 1974 (%)

Categoria (método empírico)	Recorrência ao método nas pesquisas empíricas em jornalismo (%)
Inquérito	3
Entrevista	12
Grupo de foco	1
Observação etnográfica	5
Pesquisa-ação	0
Análise documental	5

Recolha e análise de indicadores estatísticos	5
Análise de websites	6
Análise do discurso	32
Análise de conteúdo	30
Análise e classificação de gêneros jornalísticos	1
Sociografia	0

Os dados expostos, na tabela 3, demonstram, tendo em conta a amostra constituída pelos livros dedicados aos estudos jornalísticos publicados, em Portugal, por autores portugueses, a preferência dos pesquisadores em jornalismo do país pelo recurso à análise de conteúdo e à análise do discurso. Esse dado relacionar-se-á, em tese, com o fato de o jornalismo ser, na sua essência, uma atividade, cujo fim é a produção de discursos sobre "o que há de novo". Se a resultante do processo de produção em jornalismo é discursiva, então, também a atenção dos investigadores do jornalismo se volta, predominantemente, para o estudo dos discursos produzidos. As percentagens de pesquisas que empregam análise de conteúdo (30% dos casos registados) e de pesquisas que recorrem à análise do discurso (32% dos casos registados) são próximas, porque esses dois métodos de estudo do discurso jornalístico, o primeiro quantitativo e o segundo qualitativo, tendem a ser empregues complementarmente pelos investigadores do jornalismo. Isto é, numa mesma pesquisa sobre o discurso jornalístico tendem a coabitar as abordagens quantitativas e as qualitativas sobre esse mesmo discurso.

A entrevista (sociológica ou em profundidade) surge como o terceiro método de pesquisa empírica mais relevante nos estudos portugueses sobre jornalismo, pois, enquanto gênero informativo, é popular e familiar – e mais familiar ainda o será para o grupo de pesquisadores constituído por antigos jornalistas e/ou por antigos alunos de Jornalismo. Compreendendo

os investigadores a técnica da entrevista e conhecendo as potencialidades desse método empírico para a obtenção de dados, que esclareçam outras informações ou permitam a reconstrução, por vezes histórica, de processos e percursos, entende-se por que razão é o terceiro método (12% dos casos registados) de que os pesquisadores portugueses do jornalismo mais se socorreram. Menos frequente e quase residual, tendo em conta a amostra, é o recurso a outras técnicas de obtenção de informações diretas de pessoas, como os inquéritos (3% dos casos) e os grupos de foco (1% dos casos), embora os primeiros sejam importantes, por exemplo, para estudos sobre o perfil sociográfico dos jornalistas, e os segundos, por exemplo, para estudos de recepção das mensagens jornalísticas

A análise de *websitese* aparece como quarto método de pesquisa com mais casos contabilizados (6% dos casos). Decorre da aparição do *web-jornalismo* e da atenção que, consequentemente, os investigadores do jornalismo dedicaram a essa nova forma – *hipermediática* – de fazer jornalismo que, além do mais, terá a atracção do factor *novidade*.

A observação etnográfica, a análise documental e a recolha e análise de indicadores estatísticos, com 5% dos casos contabilizados, surgem na quinta posição amostral dos métodos de pesquisa empírica usados pelos pesquisadores portugueses em jornalismo. A recolha de informações em documentos é particularmente importante em pesquisas que envolvem as biografias de jornalistas e a história do jornalismo (englobando-se, aqui, a história dos jornalistas e dos meios jornalísticos), indiciando a importância desses objetos de estudo no panorama da pesquisa em jornalismo em Portugal. Do mesmo modo, a recolha e análise dos mais variados indicadores estatísticos (balanços contabilísticos, tiragens, audiências, escolaridade, poder aquisitivo, pirâmide etária, etc.) é relevante, em especial, para o estudo da indústria dos meios jornalísticos e dos seus subsetores (televisão, imprensa generalista, imprensa segmentada, imprensa regional e local, rádio…) e para o estudo do impacto das políticas públicas nos mesmos. Já a observação etnográfica permite, por exemplo, aclarar rotinas produtivas em jornalismo e hábitos de consumo de informação jornalística.

O estudo empírico dos gêneros jornalísticos é praticamente residual em Portugal (1% dos casos), pelo menos tendo a amostra em consideração. Não se registraram, na amostra, casos de recurso à pesquisa-ação e à sociografia, o que pode significar que os pesquisadores portugueses em jornalismo ou não os dominam ou não estão convencidos da sua utilidade no campo da pesquisa em jornalismo.

Considerações finais

Considerando que o objetivo principal desta pesquisa foi apurar qual o peso da investigação empírica entre as pesquisas em jornalismo desenvolvidas em Portugal, pode responder-se, com segurança, que os pesquisadores portugueses em jornalismo não são avessos à pesquisa empírica, pois empregam métodos empíricos na maioria dos seus trabalhos. Essa situação contrapõe-se àquela que se verificou até 1974 (cf. SOUSA, coord., *et al*, 2010). Se até esse ano a pesquisa empírica era meramente residual, na produção intelectual portuguesa, sobre jornalismo, desde aí até à actualidade, tornou-se predominante, possivelmente porque a introdução do ensino do Jornalismo, nas universidades, ao nível da graduação e da pós-graduação, permitiu a criação de uma comunidade portuguesa de pesquisadores em jornalismo que orientou a sua investigação para a resolução de problemas científicos que implicam o recurso a métodos empíricos, sendo de destacar a investigação sobre os discursos jornalísticos.

Entre os métodos empíricos, a preferência dos pesquisadores portugueses em jornalismo vai para a análise do discurso e para a análise de conteúdo, tal como ocorre, aliás, no Brasil (HOHLFELDT e STRELOW, 2008, p. 386-387). A hipótese levantada é a de que esses métodos foram os preferidos por causa da natureza do próprio jornalismo que é, em si mesmo, uma das mais relevantes atividades de produção social de discursos sobre a realidade atual (ou sobre realidades históricas, mas desde uma perspectiva atual). Investigação posterior poderá, de qualquer

modo, tentar apurar com mais propriedade quais as razões pelas quais os pesquisadores portugueses do jornalismo enveredaram por métodos empíricos ou não-empíricos na produção de conhecimento jornalístico e explicar a sua preferência por determinados métodos (com a análise do discurso e a análise de conteúdo à cabeça).

Referências

DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Orgs.), **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, São Paulo, Atlas, 2005.

EPSTEIN, Isaac, Ciência, poder e comunicação, *in* DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Orgs.), **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, São Paulo, Atlas, 2005, pp. 15-31.

HOHLFELDT, Antonio e STRELOW, Aline, Métodos de pesquisa em jornalismo, *in* SOUSA, Jorge Pedro (Org.), **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa**, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 378-391.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**, São Paulo, Vozes, 2007.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de, **Planejamento de pesquisa – Uma introdução**, São Paulo, EDUC, 1999.

POPPER, Karl, **A lógica da pesquisa científica**, São Paulo, Cultrix, 1975.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al.*, **O pensamento jornalístico português**, 2 volumes, Covilhã, Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.

SOUSA, Jorge Pedro, **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª edição revista e ampliada, Porto, Edições Universidade

Fernando Pessoa, 2006 [1ª edição de 2003].

SPONHOLZ, Liriam, O que o jornalismo pode aprender com a ciência: Objetividade na perspectiva do racionalismo crítico de Karl Popper. [On-line] **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**. Acessível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sponholz-liriam-jornalismo-pode-aprender-com-ciencia.pdf. [Consultado em 31 de Janeiro de 2011]. 2005.

TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 30, n.º 1, Janeiro a Junho de 2007, p. 35-48.

3.3 Digitalização da televisão em Moçambique: Estruturações, políticas e estratégias

João Miguel[1]

Considerações iniciais

Desde o seu surgimento, há mais de 30 anos, a televisão em Moçambique tem passado por várias transformações e reestruturações, resultantes das dinâmicas econômicas, políticas e sociais que o país vem atravessando nos últimos tempos. A primeira ocorreu, na década de 90, ocasionada pela mudança constitucional que abriu as portas à pluralidade de opiniões e visões, contrastando com a versão anterior, concebida ao ritmo do único partido, então vigente, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O fenômeno que estava processando-se,

1. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISNOS); Professor na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA/UEM) e na Escola Superior de Jornalismo (ESJ); membro do Grupo de pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), que conta com o financiamento da Ford Foundation; E-mail: <joaomiguelmz@yahoo.com.br>.

nessa altura, estava conectado a uma série de mutações estruturais do capitalismo que, por essa altura, tendia a se expandir por todos os cantos do planeta.

No setor midiático, um dos fatores a ser ressaltado, relativo a esse primeiro momento, foi o advento do primeiro dispositivo legal da regulamentação da atividade da mídia, a lei 18/91, de 10 de agosto, a Lei da Impressa, que, no corrente ano de 2011, completa vinte anos, mostrando, por isso, sinais claros de desajustamento em relação à realidade, atualmente, vivenciada no país. As mudanças (rápidas e complexas) que têm marcado o contexto moçambicano e global demandam constantes atualizações dos dispositivos que regulem as condutas sociais, em geral, e a práxis do setor midiático, em particular. Evidentemente, a lei, em si só, não é garantia de harmonização do jogo de interesses, por vezes, conflituantes. A lei precisa estar acompanhada por mecanismos de fiscalização eficazes e, sobretudo, por políticas de comunicação mais participativas e condizentes com a realidade do país.

Em 2008, o Gabinete de Informação (GABINFO) promoveu debates, em todo o país, com vistas à atualização da Lei da Imprensa. Passados cerca de três anos, o documento ainda espera sua aprovação pela Assembleia da República. Caso seja publicado, na melhor das hipóteses, estará clamando por uma nova revisão. O GABINFO é personalidade jurídica com autonomia administrativa e sem inserção no conjunto do Conselho de Ministros, mas ligada ao primeiro-ministro. Esse órgão tem as seguintes atribuições: a) assessorar o primeiro-ministro em matéria de comunicação social; b) facilitar a articulação entre o Governo e os meios de comunicação social; c) promover, em articulação com os porta-vozes dos ministérios, a divulgação pública das atividades oficiais; d) facilitar o acesso dos órgãos de comunicação social e do público em geral à informação sobre as atividades governamentais; e) promover iniciativas de apoio do Governo aos órgãos de comunicação do setor público, privado e cooperativo; d) exercer a tutela do Estado sobre as instituições estatais e

órgãos de comunicação do setor público nos termos da Lei da Imprensa.[2]

De entre as várias transformações processadas na comunicação social, a partir do marco legal, acima referenciado, pode ser destacada, também, a entrada de vários atores que passaram a se interessar pelo mercado da comunicação que, paulatinamente, tendia a crescer. O surgimento de diversas empresas midiáticas traduziu-se na multiplicidade de oferta de produtos comunicacionais, informacionais e culturais. Na verdade, esse fenômeno estava relacionado com o cenário global vivenciado, no final da década de 80 e início dos anos 90, em que o setor da comunicação, da informação e da cultura se revelava como uma arena privilegiada de inversão de capitais, mobilizando, consequentemente, atores de diversos quadrantes. Ao analisar esse fenômeno, Miège observa e constata a tendência do reforço da industrialização da comunicação, da informação e da cultura que, de entre vários fatores, caracteriza-se pelo aumento das ocasiões de consumo.[3] Assim sendo, produtos que antes estavam reservados a momentos especiais, tais como as salas de espetáculos, por exemplo, são colocados à disposição, através de diversos suportes.

A Multiplicidade da oferta e o acirramento da disputa

Passados vinte anos, desde que foi constituido o mercado midiático, no país, a disputa tem estado a crescer e atraindo atores moçambicanos e estrangeiros com vantagens em termos de recursos econômicos.

2. GABINETE DE INFORMAÇÃO. **Relatório das atividades do gabinete de informação:** 1995-1999. Maputo, 2000.

3. MIÈGE, Bernard. A multidimensionalidade da comunicação. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: Edusc, 1999. p. 23-23.

Em 2010, a empresa ZAP, do grupo Zon TV Cabo, a maior operadora portuguesa de televisão, Internet e telefone, com capitais portugueses e angolanos, passou a operar na distribuição de TV, por satélite, em Moçambique. A entrada dessa operadora trouxe problemas à Digital Satellite Television (DSTV), sul-africana que, até então, era a única do gênero a operar no país. O primeiro grande transtorno sofrido pela DSTV foi a perda dos direitos de transmissão da liga portuguesa de futebol, preferido pelos portugueses que vivem em Moçambique e na África do Sul e, também, por muitos moçambicanos, que nutrem alguma simpatia por times lusos. Aliás, grande parte dos assinantes o faz movido por essa paixão. Assim sendo, o *jogo* entre essas duas operadoras está apenas a começar e tudo indica que vai ser renhido.

Esse mesmo mercado de televisão, por assinatura, passou também a ser disputado, pela Startime Moçambique, uma Empresa de capitais moçambicanos e chineses. Essa companhia é participada pela Holding moçambicana Focus 21, com 15%, e pela Startime Intenacional, com 85% das ações.[4] Tendo como presidente do Conselho de Administração, Valentina Guebuza, a filha do Presidente da Republica, a Startime já está demonstrando sinais de que vai preocupar as concorrentes. Com apenas duas semanas de seu funcionamento, em maio de 2011, essa operadora já contava com cinco mil usurários. Falando à Televisão de Moçambique (TVM), a diretora de comunicação daquela instituição sublinhou que o número de clientes tenderá a crescer, na medida em que os preços de aquisição dos produtos estão coadunados com as possibilidades financeiras dos telespectadores de baixa renda. Mil e quinhentos meticais é o preço de cada *decoder* com 30 canais e a mensalidade é 300 meticais.

4. O PAÍS. **Moçambique vai escolher o modelo de radiodifusão digital a implementar**. Disponívelem: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38--economia/13703-startime-vai-operar-televisao-digital-em-mocambique-e-ja--preve-investir-100-milhoes-usd.html>. Acesso em: 20 maio 2011.

Não é por acaso que, nas lojas dessa empresa, veem-se filas enormes. Entretanto, a preocupação com a expansão e com o número de usuários não tem sido acompanhada com a oferta de sinal com melhor qualidade. Grande número de usuários já está reclamando e mostrando sua insatifação, dadas as dificuldades de sintonizar.

A Migração tecnológica e sua processualidade

A segunda transformação, no campo da comunicação, do país encontra-se, ainda, em processo e vem se desenhando, desde 2006, quando o governo de Moçambique anunciou a migração tecnológica na radiodifusão do país até 2015. Em janeiro de 2011, o Conselho de Ministros deliberou e decidiu adotar o padrão europeu de televisão digital (Digital Vídeo Broadcasting – DVB-T2) e, também, prorrogou o *switch-off* do sistema analógico para 2020, prazo intransponível de acordo com União Internacional das Telecomunicação (UTI) entidade internacional que supervisiona a área, e conta com financiamento das Nações Unidas para as Ciências, Educação e Tecnologia (UNESCO), organização a qual Moçambique é membro. Entretanto, a partir de 2013, de acordo com promessa da Startimes, estarão em funcionamento os dois sistemas, o analógico e digital. Dos 14 países da Comunidade dos Países da África Austral (SADC), as Ilhas Maurícias são a única nação que possui cerca de 90% de aparelhos adaptados para o sistema digital, mas a África do Sul e a Tanzânia estão avançados no processo.

Como se pode deparar, em relação a outros países da região, Moçambique está muito atrasado. Por muito tempo, o governo permaneceu no silêncio. Desde a altura do anúncio até o momento em que começaram a serem desenhadas algumas ações, houve um grande vazio. Quem ganhou visibilidade, de forma isolada, foi o diretor-geral do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). Em casos esporádicos, os operadores de rádio e TV apresentaram seus pontos de vista, mostrando, claramente, desarticulação

e despreparo para a nova plataforma. O INCM é a instituição responsável pelas políticas da radiodifuão digital. No entanto, a questão da migração tecnológica não é meramente técnica, não pode ser assunto da exclusividade desse organismo governamental.

A ausência de vários atores e diversos segmentos da sociedade moçambicana nas discussões é preocupante. Essas constatações levam a crer que as decisões tenderão a ser tomadas a sabor de motivos econômicos e políticos. Isso tampouco significa dizer que esses fatores sejam menos importantes. Entende-se, também, que a lógica social das tecnologias deve ser evidenciada, para que todos percebam a importância do processo da digitalização da televisão. A falta de ordenação jurídica da radiodifusão digital que deveria acompanhar o processo já está criando um vazio legal. A experiência tem mostrado que situações dessa natureza favorecem aos proprietários dos meios que poderão operar movidos por seus interesses. Os poderes públicos poderiam aproveitar que o processo está em andamento para impulsionar serviços que beneficiem o cidadão, principalmente o desfavorecido.

Desde o início da discussão sobre a radiodifusão naquele país, o Brasil tinha mostrado sua intenção de transferir seu modelo. Esse desejo foi expresso através de uma carta-compromisso, dirigida ao executivo moçambicano. O Brasil havia, também, garantido a doação de laboratórios para a produção de material audiovisual, bem como fornecimento de recursos humanos brasileiros e capacitação de quadros nacionais para o processo de implementação da radiodifusão digital, caso Moçambique optasse pelo modelo nipo-brasileiro. Da mesma forma, o governo brasileiro procurou persuadir outros países africanos a adotarem o padrão de TV digital nipo-brasileiro e estimava que 17 países do continente poderiam escolher esse modelo.[5] No rolo dessas conversações, as pretensões brasileiras de transferir o sistema nipo-brasileiro não vingaram, a velha ligação com a Europa evidenciou-se.

5. Idem.

Em Moçambique, as empresas de rádio e televisão responsabilizam-se pela aquisição de equipamentos de captura, edição e processamento de dados. Na situação atual, não existe nenhuma operadora com condições financeiras para, isolodamente, operar a migração. Ao perceber essa dificuldade, a TVM, a Televisão Independente de Moçambique (TIM) e a TV Maná assinaram acordos com a Startime. Estes passarão a ser incluídos num pacote de 30 canais (incluindo nacionais) que aquela instituição oferece aos telespectadores que, atualmente, usam os serviços de televisão paga.[6] A Startimes, como foi referenciado, é uma *joint venture* de capitais moçambicanos e chineses que vai investir 140 milhões de dólares na digitalização da televisão. Pretende liderar o processo de conversão do sinal analógico para o digital dos canais nacionais até 2013. Várias personalidades assistiram à cerimónia de apresentação da empresa. Dentre essas pessoas influentes, pode ser destacada a primeira-dama Maria da Luz Guebuza que é a mãe da presidente do Conselho de Administração. Estava, também, nesse evento, o ministro da Ciência e Tecnologia que, na ocasião, disse que a presença daquela empresa refletia as boas políticas que o país possui no setor da comunicação, tendo salientado que o benefício é cidadão.[7] Se a presença Startimes reflete, efetivamente, boas políticas, isso o tempo dirá, isto é, o sucesso da digitalização da televisão dependerá, principalmente, do grau democratizador, da pluralidade de conteúdos e, também, da existência de canais abertos a vários segmentos sociais.

6. Idem.

7. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE MOÇAMBIQUE. **Empresa chinesa Startimes vai introduzir em Moçambique televisão digital**. Disponível em: <http://www.tim.co.mz/por/Noticias/Nacional/Empresa-chinesa-StarTimes-vai-introduzir-em-Mocambique-televisao-digital>. Acesso em: 27 abr. 2011.

Digitalização: Uma breve conceitualização

Compreender a dinâmica da sociedade contemporânea não permite que seja colocada no escanteio a centralidade que vem sendo assumida pela tecnologia. Isso não significa afirmar o determinismo tecnológico, nem manter uma visão otimista ou pessimista. As promessas, em termos de melhorias sociais, têm sido sempre maiores, sendo que a realidade mostra resultados adversos. Assim, um posicionamento crítico reconhece, por um lado, a centralidade da tecnologia nas sociabilidades contemporâneas. Por outro lado, não deixa de ser verdade que muitas pessoas ainda vivem em sociedades pré-industriais, portanto, à margem desses processos.

O campo da cultura e da comunicação está, cada vez mais, acomodando o seu modo de fazer nos cânones digitais. Em comparação com as barreiras à entrada existentes, no mundo analógico das indústrias culturais, no mundo digital e *online,* estas são muito mais baixas, posto que, em tese, qualquer organização pode gerar conteúdos a baixíssimo custo e os inserir na rede. Assim, parece que esse novo cenário vem aparelhado com um pluralismo de conteúdos e formatos de produção informativa e cultural. A Internet é, frequentemente, entendida como prestadora universal de serviços, como se procurasse servir a todos os gostos e interesses possíveis.

Contudo, os entusiastas ignoram tanto a economia profunda quanto as desigualdades sociais, que ainda estruturam o acesso e a tendência da Internet para desestruturar a esfera pública, embora configure outros tipos de espaços de encontro entre as pessoas. Assim como os canais múltiplos da televisão, a dispersão de interesses na Internet esvazia a vida social, visto permitir às pessoas consumir apenas aquilo que já conhecem e falar só com que partilha os seus gostos e opiniões. Tal fragmentação funciona, poderosamente, contra a formação de novos pontos de contato que podem apoiar o processo deliberativo sobre questões coletivas.[8] O

8. MURDOCK, Graham. Transformações continentais: Capitalismo, comuni-

discurso dominante amalgama e exibe as vantagens das tecnologias, no entanto, as corporações tomam a dianteira e, sem esperar pelos lineamentos das políticas públicas, oferecem serviços que dão como resultado uma mudança substantiva da vida cotidiana dos indivíduos ou, ao menos, de uma parte dela.[9]

No âmbito das indústrias culturais, o panorama não parece tão claro nem esperançoso e se teme por uma concentração empresarial muito maior, de tipo horizontal e vertical, em relação aos conteúdos informativos. Nesse sentido, os portais são um claro exemplo de concentração de tipo vertical: através de compras e alianças de diversas índoles entre diferentes setores da produção simbólica (principalmente empresas de telecomunicações, *software* e televisão com produtores de conteúdos), as empresas proprietárias ofertam uma variada gama de serviços e possibilidades para que o internauta não tenha necessidade de sair do *site*.

Desse modo, o seu imaginário é arrebatado pelas novidades incessantemente despejadas por essas empresas, sempre atentas ao potencial de consumo dos indivíduos. O *lócus* da invocada interatividade é, na verdade, um espaço de consumo. O usuário, ao contrário do que se sucede na tradicional indústria das telecomunicações – concretamente na telefonia vocal –, não cria conteúdos, mesmo que a configuração da rede apresente mutações fundamentais.[10] As vivências globalizantes, possibilitadas pelos

---

cação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena. **Comunicação, economia e poder**. Porto: Porto, 2006. p. 13-28. p. 26

9. DRUETTA, Delia Crovi. Sociedad de la información y el conocimiento: algunos deslindes imprescindibles. In: _____ (Coord.). **Sociedad de la información e conicimiento**: entre lo falaz y lo possible. Buenos Aires: La Crujía, 2004. p. 17-55. p. 37.

10. BECERRA, Martín. De la divergencia a la convergencia. In: _____.

novos meios, atravessam os limites societários, rompem filtros civilizatórios, interferem em modos de relacionar-se e alteram costumes e convenções:

O espaço de consumo se exacerba como campo de forças internacionais que desalojam a ideia original de territorialidade (os homens pertencendo a um pedaço do planeta que também lhes pertence) e, com ela, a noção de identidade associada à participação de sentimentos e crenças. O megaterritório mundial está sempre em tensão, pois as mudanças são rápidas e instáveis. Os objetos novos buscam substituir os antigos e ordens verticais pragmáticas se impõem sobre as ordens horizontais da cultura. Os valores concentram-se em certos pontos e se despojam em outros.[11]

A digitalização refere-se à transformação da comunicação, incluindo palavras, imagens filmes e sons, numa linguagem comum. Sendo uma vantagem para o *ciberespaço*, a digitalização oferece ganhos consideráveis em velocidade e flexibilização, em comparação com os meios de comunicação eletrônicos anteriores, que se baseavam largamente em técnicas analógicas.[12] Hoje, é praticamente impossível refletir sobre as indústrias culturais sem ter em conta seu progressivo acoplamento na malhas da *infotelecomunicações.* A convergência tecnológica, a integração de suportes que facilitam a digitalização, a redução de toda mensagem a um código binário desembocam em fusões, concentrações e alianças entre atores

---

Sociedad de la información: proyecto, convergencia, divergencia. Buenos Aires: Norma, 1998. p. 91-102. p. 99.

11. MORAES, Dênis de. **Cultura mediática y poder mundial**. Bogotá: Norma, 2005. p. 45.

12. MOSCO, Vincent. Do mito do ciberespaço à economia política da comunicação digital. In: SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, economia e poder**. Porto: Porto, 2006. p. 79-102. p. 80.

industriais.[13] A digitalização é um processo técnico que transforma o sinal em qualquer dos suportes conhecidos: cabo satélite, linha telefônica, ondas hertizianas etc. Sua pricincipal vantagem destacável é a convergência que permite a reunificação de parentes da mesma família por muito tempo separados.[14] Em televisão, a digitalização afeta todas as fases do processo de comunicação, desde a criação até a pós-produção e difusão, com destaque para as consequências em cada uma dessas etapas. È justamente, nesse aspecto, que as empresas televisivas moçambicanas enfrentam dificudades, tendo em conta que ajustar as atuais estruturas ao novo modelo envolve grandes invesimentos.

A digitalização surge ao mesmo tempo em que o processo de comercialização da cultura se acentua. A expansão do produto leva à materialização da digitação. Os dispositivos tecnológicos passam, por um lado, a ser utilizados, antes de mais nada, para intensificar a comercialização da informação e do entretenimento. Por outro lado, passam a desempenhar um papel crucial no alargamento do mercado das audiências, com intuito de intensificar a comercialização do trabalho envolvido na produção, distribuição e troca de comunicação.[15]

Esse movimento da reestruturação capitalista permite a substituição do trabalho intelectual, paralelo a uma intelectualização geral de todos os processos de trabalho, de modo que a relação entre trabalho manual e intelectual tende a alterar-se, o que está relacionado com transformações

13. BECERRA, Martín, op. cit., p. 93.

14. BUSTAMANTE, Enrique; ERANQUET, Rosa; LEYVA, Ma. Trindade García; PEREIRA, Xozé López. **Alternativas en los medios de comunicación digitales**: televisión, radio, prensa, revistas culturales e calidad de la democracia. Barcelona: Gedisa, 2008. p. 31.

15. MOSCO, Vincent, op. cit., p. 81.

profundas do modo produção, de maneira que as tecnologias da informação e da comunicação adquirem um protagonismo crucial no processo.[16] Trata-se de uma processualidade devidamente planejada pelos arquitetos do capitalismo digital, orientada para a retomada da hegemonia norte-americana.

Para isso, havia necessidade de criar uma rede econômica alargada, que pudesse apoiar o leque cada vez mais vasto no interior das empresas e no relacionamento entre elas.[17] O sistema informacional, à sua frente a *web*, torna-se o vetor da ampliação de uma comunidade pacífica de democracias, melhor garantia de um mundo seguro, livre e próspero. Só uma rede de computadores capaz de enviar sinais, incluindo voz, imagem, vídeo e dados, até o último recanto da terra, acrescenta Schiller, seria adequada para sustentar essa migração crescente para o comércio eletrônico.[18] Os discursos aclamatórios da tecnologia pecam quando, propositadamente, não revelam a outra face desse processo, ou seja, o uso da ferramenta para agilizar a circulação de informações, em benefício do sistema.

Televisão digital e suas implicações socioeconômicas

No processo da digitalização da radiodifusão do país, quando se refere ao cidadão, o que se evidencia tem sido apenas a questão relativa ao

16. BOLAÑO, César Ricardo Sequeira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007. p. 63.

17. SCHILLER, Dan. O movimento neoliberal das ligações em rede nasceu nos EUA. In: _____. **A globalização e as novas tecnologias**. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 21-57. p. 21.

18. SCHILLER, Dan. op. cit. p. 21.

custo dos conversores que, como se pode prever, estará além das possibilidades de compra da maioria dos telespectadores. Entretanto, há outros aspectos a serem considerados que vão além da simples dificuldade de obtenção de aparelhos e de conversores. Entende-se que o conceito de televisão deverá expandir-se e apresentar reflexos significativos em sua qualidade e, complementarmente, trazer lógicas não comerciais e novos conteúdos, inclusive alguns não tradicionais do sistema televisivo. Da mesma forma, espera-se que sejam potenciadas as possibilidades de uso para tele-educação e telegoverno. Essas questões não têm sido tematizados, na media em que se evidencia apenas aspectos tecnológicos e financeiros.

Uma concepção democrática da transição digital exige um novo *protagonismo* da sociedade civil, e não apenas dos proprietários dos meios. Assim sendo, essa nova plataforma não pode ser moldada sob prespectiva exclusiva dos proprietário dos meios ou dos agentes que estão entrando no mercado, como é o caso da operadora que já anunciou o seu ingresso, a Startimes. Os debates realizados, nas redes sociais (o único espaço onde se discute esse processo), têm demonstrado a preocupação de alguns setores da sociedade em relação à forma como está sendo encaminhada a digitalização da televisão. Entre outros aspectos, questiona-se a pujança financeira da filha do Presidente da República que, além de tantos empreendimentos, está tornando-se, agora, grande empresária do setor da comunicação; igualmente, existe uma inquietação relativa à falta de regulamentação da radiodifusão digital. Aspectos técnicos e econômicos ganham mais visibilidade em relação a requisitos legais e sociais que poderiam garantir encaminhamento dos interesses, principalmente dos menos favorecidos. Há sinais de que o governo não tem políticas claras da digitalização da TV. Não diz nada sobre a participação das universidades, das organizações não-governamentais (ONGs) e outros organismos que poderiam ser contemplados no processo.

A digitalização da televisão, no país, veio agregar mais um problema político-comunicacional no rolo da problemática existente. Segundo o censo de 2007, menos da metade dos lares moçambicanos tem aparelho

de TV, ou seja, maior parte da população está excluída e não pode usufruir das possibilidades de informação, educação e entretenimento que podem ser proporcionadas por essa mídia. Na melhor das hipóteses, o único meio pelo qual essas pessoas se inserem, no mundo, é o rádio que funciona à pilha, já que a expansão elétrica encontra-se, ainda, em andamento, existindo, dessa forma, vários locais não contemplados.

Considerações finais

Os aspectos arrolados ilustram quão a digitalização da TV é um processo pleno de dificuldades, próprias de um país marcado por limitações, distorções e discrepâncias sociais. Nessa ótica, é fundamental que o governo moçambicano, ao pensar nas políticas de migração tecnológica, também invista em sistemas que permitam não apenas uma migração a baixo custo, mas que sejam estudados em função de sua capacidade de atuar, socialmente, em relação à educação e distribuição de conteúdos plurais e inclusivos. A migração tecnológica deve ser encarada como oportunidade para a democratização da comunicação e, também, para os novos meios sejam orientados para usos cidadãos, tais como educação à distância e acesso aos portais governamentais. Para que isso ocorra, a 'alfabetização digital' torna-se um componente indispensável à proposta de formação integral do ser humano. Esta poderá dar ao cidadão a possibilidade de entender e gerar mensagens comunicativas, reconhecendo o contexto social que o cerca, a partir de uma posição criativa, cidadã, reflexiva e critica.[19]

19. OJEDA-CASTANEDA, Gerardo. Brecha y alfabetizacíon digital en la formacíon ciudadana. In: MADARIAGA, Jose María García de; CALVI, Juan; FERNADEZ, Fernando Tucho; GONZALEZ, Miriam Meda (Orgs.). **Políticas de comunicacíon en Espana y Latinoamérica**: medios

A convergência digital dos meios de comunicação e informação do seculo XXI é uma indiscutível inovação tecnológica; também, é necessário estarmos atentos para impulsar uma permanente e ampla discussão orientada para a criação de espaços que permitam mais interação e que revitalizem os valores, a cultura e o sentido de pertecimento, da moçambicanidade.

Referências

BECERRA, Martín. De la divergencia a la convergencia. In: _____. **Sociedad de la información**: proyecto, convergencia, divergencia. Buenos Aires: Norma, 1998. p. 91-102.

BOLAÑO, César Ricardo Sequeira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BUSTAMANTE, Enrique; ERANQUET, Rosa; LEYVA, Ma. Trindade García; PEREIRA, Xozé López. **Alternativas en los medios de comunicación digitales**: televisión, radio, prensa, revistas culturales e calidad de la democracia. Barcelona: Gedisa, 2008.

DRUETTA, Delia Crovi. Sociedad de la información y el conocimiento: algunos deslindes imprescindibles. In: _____ (Coord.). **Sociedad de la información e conicimiento**: entre lo falaz y lo possible. Buenos Aires: La Crujía, 2004. p. 17-55.

convecionales, tercer setor audiovisual y alfabetizacón digital. Madrid: Dykinson, 2008. p.86.

GABINETE DE INFORMAÇÃO. **Relatório das atividades do gabinete de informação:** 1995-1999. Maputo, 2000.

MIÈGE, Bernard. A multidimensionalidade da comunicação. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: Edusc, 1999. p. 13-28.

MORAES, Dênis de. **Cultura mediática y poder mundial**. Bogotá: Norma, 2005.

MOSCO, Vincent. Do mito do ciberespaço à economia política da comunicação digital. In: SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, economia e poder**. Porto: Porto, 2006. p. 79-102.

MURDOCK, Graham. Transformações continentais: Capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena. **Comunicação, economia e poder**. Porto: Porto, 2006. p. 13-28.

O PAÍS. **Moçambique vai escolher o modelo de radiodifusão digital a implementar**. Disponívelem: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/13703-startime-vai-operar-televisao--digital-em-mocambique-e-ja-preve-investir-100-milhoes-usd.html>. Acesso em: 20 maio 2011.

OJEDA-CASTANEDA, Gerardo. Brecha y alfabetizacíon digital en la formacíon ciudadana. In: MADARIAGA, Jose María García de; CALVI, Juan; FERNADEZ, Fernando Tucho; GONZALEZ, Miriam Meda (Orgs.). **Políticas de comunicacíon en Espana y Latinoamérica**: medios convecionales, tercer setor audiovisual y alfabetizacón digital. Madrid: Dykinson, 2008.

SCHILLER, Dan. O movimento neoliberal das ligações em rede nasceu nos EUA. In: _____. **A globalização e as novas tecnologias**. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 21-57.

TELEVISÃO INDEPENDENTE DE MOÇAMBIQUE. **Empresa chinesa Startimes vai introduzir em Moçambique televisão digital**. Disponível em: <http://www.tim.co.mz/por/Noticias/Nacional/Empresa-chinesa-StarTimes-vai-introduzir-em-Mocambique-televisao-digital>. Acesso em: 27 abr. 2011.

4ª PARTE

A Pesquisa Empírica Aplicada: Métodos, desafios institucionais, meios de comunicação, educação e interfaces

4.1 A produção social do Telejornalismo Um olhar sobre os estudos acerca da oferta de conhecimento nos noticiários de TV

Iluska Coutinho[1]

Em uma sociedade na qual os telejornais se constituem na forma primordial de acesso ao conhecimento da realidade, ganha relevância a proposta de investigação de uma epistemologia do telejornalismo (EKSTRON, 2002), ou seja, do conjunto de regras, rotinas e procedimentos institucionalizados que estruturam uma forma particular de produção de conhecimento. Em nosso caso, trata-se de compreender a natureza do conhecimento social da realidade que é multiplicado, via tela de televisão, estabelecendo como recorte, no âmbito deste artigo, os olhares acadêmicos sobre o telejornalismo.

1. Jornalista pela UFES, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutora em Comunicação Social pela UMESP. Fez estágio doutoral na Columbia University (NY). Professora do departamento de Jornalismo e do mestrado em Comunicação da UFJF, coordena o GP Telejornalismo da Intercom e integra o conselho científico da SBPJor.

Para compreender a epistemologia do telejornalismo, também é importante abordar os recursos e estratégias utilizados por jornalistas e, mesmo pelo público, que os telejornais ajudam a construir, para legitimar esse conhecimento, *(tele)jornalisticamente* produzido.

Mats Ekstron (2002) propõe-se um roteiro de estudos de uma investigação que permitiria estabelecer as bases que estruturam a epistemologia do telejornalismo brasileiro. Vale salientar que, em nosso país, os telejornais gozam de uma centralidade no processo de produção de (re)conhecimento social que não encontra paralelo com as experiências, que deram suporte empírico às abordagens teóricas americanas e/ou européias. De acordo com o autor, para caracterizar a epistemologia do telejornalismo é necessário investigar três aspectos distintos: 1) a caracterização do tipo de conhecimento produzido, oferecido via telejornais; 2) o desvendamento das noções ou estratégias que fundamentam essas práticas de produção de conhecimento, *telejornalístico* e 3) o processo de aceitação e reconhecimento do público.

Nos limites deste artigo, propõe-se, inicialmente, caracterizar o conhecimento ofertado, via edições dos telejornais, a partir de uma revisão bibliográfica e do levantamento da produção científica relacionada ao jornalismo em televisão. Para tanto, recorreu-se ao levantamento dos trabalhos apresentados, nos últimos dez anos, nos congressos da INTERCOM sobre telejornalismo e outros gêneros de informação em TV.

Em um segundo momento, descreve-se as investigações acerca da oferta de conhecimento, e representações simbólicas e identitárias, nos telejornais, realizadas no âmbito do programa de pós-graduação em Comunicação da UFJF.

Informação em cena: em busca de uma caracterização do conhecimento nos telejornais.

Ao tratar de forma mais específica do telejornalismo, ou *telenoticiário*, para garantir a precisão da terminologia empregada pelo autor, José Arbex se refere a relações que ganham complexidade com a criação dos conglomerados de comunicação, em finais da década de 80. Dessa forma, a lógica do jornalismo em televisão seria determinada pelo relacionamento de cada emissora com o sistema político, econômico e financeiro em que se insere, convertendo o telejornalismo em peça política.

No caso brasileiro, ressalta o autor, sua importância, no jogo político, seria ainda maior na medida em que "A fonte principal de informação, no Brasil, é a televisão. Se isso é assim em todo o mundo, aqui a disparidade atinge níveis excepcionais. De fato, o Brasil situa-se na 102ª posição com relação a número de exemplares de jornal por habitante, 1/23, enquanto na Grã-Bretanha, por exemplo, esse índice é de ¼". (ARBEX JÚNIOR, 2001, p.264).

Rezende radicaliza o papel da TV no processo de informação da sociedade brasileira: "Ela desfruta de um prestígio tão considerável que assume a condição de única via de acesso às notícias e ao entretenimento de grande parcela da população." (REZENDE, 2000, p.23). A função social do telejornalismo, no caso do Brasil, ganharia maior relevância pelo fato de atingir um público semialfabetizado e que tem acesso às notícias quase como um rito de passagem televisivo, senha ou passaporte para o consumo das telenovelas. Para Rezende, é exatamente a existência desse "telespectador passivo", que amplia a importância do jornalismo de televisão, forma de democratizar as informações em uma cultura, na qual a oralidade mantém seu predomínio sobre a escrita.

Ainda que não disponha dos instrumentos de acesso ao jornal impresso, o telespectador entra em contato, por meio dos telejornais, com os fatos mais importantes, segundo os critérios de avaliação jornalísticos. É, fundamentalmente, ao assistir aos noticiários televisivos que significativa

parcela da população entra em contato com o mundo e "abastece" seu repertório com informações e notícias capazes de possibilitar sua inserção nas conversas cotidianas e mesmo sua orientação no tempo "presente".

Umberto Eco ressalta outra função ou uso das informações disponíveis nos telejornais. O que ele define como informação do presente ofereceria ao telespectador uma espécie de garantia de liberdade: "saber o que está acontecendo, faz-me sentir *coresponsável* pelo acontecimento" (ECO, 1979, p.355). Para o autor, a comunicação jornalística, na TV, baseia-se na novidade, razão pela qual seriam as transmissões ao vivo que, para Eco, estabeleceriam o diferencial do telejornalismo.

Características de cada mídia à parte, o fato é que o gênero telejornalismo ganha destaque não apenas em sociedades em que significativa parcela da população não tem acesso à educação formal, registrando altos índices de analfabetismo, absoluto ou funcional, como no Brasil. Afinal, como afirma Rui Cádima, a informação televisiva "é ainda, na maior parte das vezes, a principal ou a única fonte de informação sobre a realidade do mundo contemporâneo para o 'grande público'. Seu discurso se apresenta, inclusivamente, como legitimador de uma nova ordem do mundo através da televisão." (CÁDIMA, 1995, p.130).

No jornalismo de televisão, os códigos de imagens, texto e sons não se somariam, mas constituiriam uma espécie de "amálgama" que teria como diferença em relação ao cinema, meio do qual para muitos a TV seria tributária, o fato de se constituir em uma narrativa do cotidiano, com uma imagem do presente. Além disso, o jornalismo de televisão ofereceria como uma espécie de vantagem competitiva, em relação aos outros veículos, o chamado "efeito de presença".

Vizeu e Correia (2008) reafirmam a necessidade de refletir sobre o conhecimento do (tele)jornalismo, e sua natureza, ao pensar a construção de uma epistemologia do telejornalismo. Para eles, o jornalismo, como forma de conhecimento, teria quatro funções: exotérica, pedagógica, de familiarização e de segurança. A primeira função estaria relacionada a um compromisso com o público, o de tornar compreensíveis discursos antes

restritos ao saber especializado, enquanto a função pedagógica estaria relacionada ao ordenamento do discurso (e do mundo, seria possível completar) de forma a orientar e responder ao telespectador. As duas últimas funções elencadas estariam reunidas no conceito de lugar de referência: "conceito que entendemos dá uma dimensão mais ampla ao jornalismo como uma espécie de lugar de orientação nas sociedades complexas a que homens e mulheres recorrem para o bem e para o mal" (VIZEU E CORREIA, 2008, p.19).

Se a informação tradicional era de ordem histórica, o homem da era "visual" em contato com as notícias televisivas passa a ter contato com uma grande massa de informações, fragmentadas, sobre os fatos do presente, que o induzem a uma compreensão, apenas, intuitiva da realidade, e reduzindo sua vigilância, ou melhor, repassando esse papel ao telejornal que teria, de acordo com Vizeu, uma "função de segurança", e referência na cotidianidade. Em outras palavras, ordenadas seguindo o ritmo e a narrativa televisual, as notícias nos telejornais atuariam como sistemas peritos tal como descrito por Giddens.

Mas, em termos mais concretos, qual seria a característica desse conhecimento, acerca do mundo, que é *(re)produzido* no âmbito dos telejornais? Qual a sua estrutura narrativa, sua forma de "diálogo" com seus interlocutores? Quer seja como simulação ou, ainda, diante da impossibilidade absoluta de adesão ao modelo do jornalismo como construção objetiva da realidade, o conhecimento nos telejornais é produzido e difundido por sujeitos, que têm ou buscam construir laços de empatia, e afinidade, com o telespectador. Ao invés da narrativa impessoal do jornalismo impresso, por exemplo, na televisão, a informação é difundida, também, com marcas de expressão facial e/ou tonais. Em outras palavras, o conhecimento telejornalístico tem sons (re)conhecidos por aqueles que a ele se expõem, tem rosto(s), o(s) do(s) repórter(es).

A existência de uma dramaturgia do telejornalismo, uma estrutura narrativa característica do drama, nas notícias televisivas, seria favorecida por uma tendência intrínseca ao veículo, à sua forma de ordenamento das informações: a *serialidade*. Para Cádima "uma aproximação analítica,

histórico-cultural, da informação televisiva levar-nos-á a considerá-la essencialmente na sua dimensão predominante, na retórica política, hierarquizada e serial que daí emerge." (CÁDIMA, 1995, 131). Segundo o autor, o efeito de série contagiou de fato a TV; assim, organizado segundo essa lógica, o telejornalismo tenderia a serialidade, estruturalmente.

Mais que notícias e relatos do mundo, a televisão comunicaria aos telespectadores, continuamente, a sua presença, pela simulação do contato direto. No caso do jornalismo, é interessante acrescentar, essa "ilusão" ganha força na medida em que apresentadores, repórteres e entrevistados se dirigem, diretamente, ao telespectador, em um simulacro do 'olho no olho', que garante a proximidade, e que marca uma distinção à direção do olhar dos atores em cena na narrativa ficcional. Assim, ao contrário do foi anunciado por Adorno, o narrador estaria vivo a cada edição de telejornal, cada notícia narrada aos telespectadores, dando forma dramatizada ao conhecimento sobre o mundo.

Mas, em que medida essa estrutura narrativa, hegemônica em emissoras brasileiras locais e nacionais, comerciais e públicas, contribui para a (re)produção e oferta de conhecimento social, que dialogue com o público? Qual é a natureza do conhecimento ofertado via telejornais? Para responder a essa questão, optou-se por revisar pressupostos de dois autores centrais para a chamada Teoria do Jornalismo no Brasil, Adelmo Genro Filho e Luiz Beltrão.

Adelmo Genro Filho, na obra clássica *O Segredo da Pirâmide,* defende que o Jornalismo deveria ser entendido como uma forma de conhecimento da realidade. O autor critica o que considera as três concepções teóricas sobre o Jornalismo. Na primeira delas, que ele denomina de "generalidade abstrata", a atividade de informar seria vista apenas como uma forma de comunicação, o que em sua avaliação não seria capaz de captar o que é específico ou concreto do Jornalismo. Genro Filho também critica as perspectivas funcionalistas e a abordagem crítica, esta última por ver o jornalismo apenas como um instrumento de reforço da ordem vigente.

Genro Filho vai buscar, na filosofia, as referências para a concepção

do Jornalismo como "uma forma social de conhecimento". Por meio da apropriação das categorias de referência *Singular*, *Particular* e *Universal*, ele considera que a força do Jornalismo seria precisamente a singularidade. Isso porque, de acordo com o autor, seria por meio das características do fato, de seus detalhes que seriam recuperados pelos repórteres, é que seria possível montar um quadro semelhante com a percepção imediata dos indivíduos. Com acesso a esse tipo de conhecimento, os jornalistas poderiam construir narrativas próximas da maneira como os receptores da informação desvelam as coisas que veem ao seu redor, do modo com que leitores e telespectadores conhecem a realidade à sua volta.

Genro Filho salienta ainda que, como toda forma de conhecimento, o Jornalismo pressupõe, também, um posicionamento do sujeito (repórter, projeto editorial do veículo) diante do objeto (realidade a ser apurada). No caso do telejornalismo, há a entrada em cena do repórter e seus tons de voz, embora a estrutura narrativa característica do noticiário transfira, em tese, para os entrevistados o papel de oferecer aprofundamento da informação. Além das inserções de especialistas, cientistas e outras fontes autorizadas (conhecimento de) há, nas narrativas *telejornalísticas,* a incorporação da voz do cidadão comum (conhecimento acerca de), por meio de depoimentos da experiência vivida em determinada situação.

Assim, por meio do uso intensivo e quase exclusivo de entrevistas, como forma de apuração da realidade a ser noticiada, os repórteres não teriam condições de construir uma narrativa informativa com tantos elementos quanto àqueles comuns a percepção da realidade imediata pelos indivíduos, cuja emoção e/ou experiência vivenciada pode, eventualmente, ser partilhada por meio do recurso do "povo-fala".

Dessa forma, ao invés de se constituir em conhecimento social da realidade, o Jornalismo experimentado pelos telespectadores seria capaz apenas de apresentar algumas vozes e/ou sinais de fontes que teriam participado do fato, sem a garantia de credibilidade ou consolidação dessas informações.

Para além dos elementos complicadores, no que diz respeito ao aspecto ético e/ou de isenção das informações apresentadas, os resultados obtidos

reforçam a perspectiva de que haveria uma carência de aprofundamento dos relatos apresentados. Em outras palavras, em um mundo caracterizado cada vez mais pela complexidade, os produtos jornalísticos disponíveis ofereceriam reconstruções dos fatos limitadas a um conhecimento superficial, do domínio do senso comum. Dessa forma, tendo acesso apenas à informação ofertada pelos telejornais, os cidadãos teriam dificuldades para (re)conhecer de forma crítica e autônoma o mundo ao seu redor.

Fruto de uma forte seleção, a dimensão da notícia televisiva é limitada por exigência de tempo, espaço a ser ocupado no fluxo audiovisual. Assim, cada notícia em TV deveria ser oferecida em pacotes informativos com cerca de 90 segundos (um minuto e meio), sendo possível a ampliação desses limites em casos excepcionais, ou de excepcional interesse e atração da audiência.

Para Calabrese e Volli (2001), a informação jornalística, na televisão, é constituída por fragmentos da realidade, cuja lógica de montagem seria definida pela organização de um texto com características que remetem à oralidade. Para se constituir em um desses fragmentos, um fato deveria ser marcado por uma forte unicidade, ou ser componente de uma grande narrativa, ter impacto passional muito forte ou, ainda, ser apresentado de forma muito espetacular, parâmetros que definiriam os quatro critérios de noticiabilidade em televisão, segundo os autores.

O formato série de reportagem, para utilizar o termo com que os apresentadores dos telejornais da Rede Globo anunciam esse tipo de material jornalístico, aproximar-se-ia de uma espécie de novela informativa, em que cada capítulo possibilitaria o aprofundamento de um tema ou aspecto da realidade retratado na TV. Esse tem sido um formato utilizado com frequência nas reportagens relacionadas à temática de Saúde, assim como naquelas que tratam de Eleição e Direitos do Consumidor. Nessas matérias veiculadas em série, quase sempre as narrativas do telejornal assumem um tom didático, oferecendo a cada dia/capítulo parte do conhecimento aos telespectadores.

O telejornalismo como objeto de estudo: o olhar dos pesquisadores

Quais os olhares lançados para o telejornalismo, enquanto objeto de estudo, no âmbito da pesquisa em Comunicação? Teriam nossas pesquisas contribuído para caracterizar o conhecimento (re)produzido e veiculado por meio dos noticiários de TV? A proposta, neste artigo, foi realizar um levantamento preliminar sobre a reflexão acadêmica a respeito do telejornalismo, tomando os anais dos congressos da INTERCOM como base de dados privilegiada.

Além do levantamento do número total de trabalhos apresentados, a cada ano, e dos universos, nos quais emergia a pesquisa sobre o telejornalismo, evidenciou-se no levantamento o tipo de enfoque e/ou enquadramento privilegiado nos estudos, assim como os objetos empíricos preferenciais. Os dados levantados permitem traçar um diagnóstico preliminar sobre a reflexão acadêmica acerca do telejornalismo, no Brasil, e perceber um aumento do interesse pelo tema, nos últimos cinco anos, particularmente a partir de 2004.

Ao todo, entre 1999 e 2009, foram apresentados 124 trabalhos, tendo como foco o Telejornalismo. Inicialmente, quando a INTERCOM era estruturada em grupos de trabalho, havia presença de discussões sobre o Telejornalismo em dois GT, com apresentação de dois trabalhos em cada grupo: GT Jornalismo e GT Televisão. A partir de 2001, quando os congressos passam a ser organizar a partir dos Núcleos de Pesquisa, há um predomínio das discussões, no âmbito do NP Jornalismo, associado ao aumento do número de trabalhos apresentados, 7 trabalhos em 2001 e 2002. Em 2003, houve uma queda, com apresentação de 4 trabalhos, mas a perspectiva de aumento no número de reflexões sobre o telejornalismo foi retomada em 2004 (9 trabalhos).

De 2005 a 2009, foram apresentados noventa trabalhos sobre telejornalismo, sendo visível a potencialização das reflexões, a partir da constituição do Grupo de Pesquisa em Telejornalismo, em 2009. No último

congresso da INTERCOM, realizado em Curitiba, foram apresentados, ao todo, 36 artigos sobre telejornalismo, dois deles no âmbito do Grupo Comunicação Audiovisual e os demais no GP Telejornalismo.

Entre os temas e abordagens presentes, ao longo dos dez anos de levantamento, destacam-se: estudos sobre telejornalismo regional; análises de produtos/ coberturas; pesquisas sobre as rotinas produtivas; linguagem/ narrativa *telejornalística* e acerca do poder no/dos telejornais. Há, ainda, temas que aparecem com uma recorrência significativa, como ensino de telejornalismo; métodos de análise dos telejornais; história; gênero e aspectos tecnológicos, especialmente no que se refere aos impactos da tecnologia nos fazeres profissionais em telejornalismo.

A questão do poder dos telejornais e da participação desse tipo de gênero televisivo, na constituição do imaginário da nação, assim como os sabores do telejornalismo regional, é que marcam o primeiro ano de análise. Há, ainda, uma reflexão sobre a relação tecnologia-produção da notícia, nesse caso específico, um estudo sobre os impactos da edição não-linear no, então futuro do telejornalismo, e em seu ensino.

É curioso observar a presença dessa mesma linha de análise nos trabalhos apresentados, dez anos depois, embora nesse caso perceba-se uma aproximação entre as reflexões sobre telejornalismo regional e a questão do poder, inclusive, de constituir identidades, pela produção simbólica, e de notícias televisivas. No que se refere à tecnologia, os olhares se voltam para os impactos não mais do processo de captação de e edição de imagens, mas para as alterações na transmissão e recepção de sinais, agora de TV Digital. Como em 1999, a perspectiva é lançar olhares críticos, agora, sobre a mudança não apenas do processo de edição; mas, também, do papel do jornalismo, e das questões de poder, na tecnologia, e para além dela.

No que se refere ao tipo de estudo realizado, há um ligeiro predomínio da utilização de métodos como análise de conteúdo e telejornalismo comparado. Há, ainda, uma recorrente presença de trabalhos que se propõem a refletir sobre modos de olhar, e compreender os noticiários de televisão, com vistas ao estabelecimento de uma metodologia particular

para analisar esse tipo de produção, que é entendida no âmbito dos trabalhos também como instituição social.

Entre os telejornais tomados como objetos de análise, o Jornal Nacional (JN), primeiro programa a ser veiculado em rede nacional de televisão, no Brasil, noticiário há muitos anos líder de audiência, é o mais estudado. Em termos percentuais, 12,09% dos artigos apresentados, entre 1999 e 2009, um total de 15 trabalhos realiza investigações sobre o JN ou com reflexões a partir de sua cobertura de determinado tema.

Não por acaso, o Jornal Nacional constituiu-se no objeto empírico da análise que apresentamos a seguir. A perspectiva é compreender, como o telejornalismo incorpora a voz do cidadão comum em sua narrativa, na perspectiva de legitimar seu discurso, para tornar-se (re)conhecido pelos telespectadores.

Em busca de conclusões a partir da reflexão sobre jornalismo em televisão no PPGCOM-UFJF

No âmbito do programa de pós-graduação em Comunicação da UFJF, a pesquisa sobre telejornalismo envolve, de forma mais direta, duas docentes do corpo permanente, e resultou, em apenas dois anos, na defesa de cinco dissertações de mestrado. Atualmente, outros cinco alunos do programa de pós-graduação *stricto-senso* que tem o telejornalismo e seus diálogos com os processos de (re)conhecimento identitário como objeto.

Neste artigo, considerou-se como evidência empírica para compreender os eixos centrais da investigação sobre telejornalismo dois parâmetros: 1) os projetos de pesquisa cadastrados na Pró-reitoria de Pesquisa da instituição e 2) as dissertações de mestrado e qualificações defendidas no mestrado em Comunicação da UFJF.

Atualmente, há cadastradas três pesquisas em desenvolvimento que se dedicam à investigação do telejornalismo. Todas elas contam com algum tipo de financiamento, e envolvem estudantes de iniciação científica

e mestrandos. Há, ainda, dois projetos já concluídos, "Dramaturgia do Telejornalismo Regional", coordenado pela professora Iluska Coutinho (2007) e "Televisão e imaginário urbano: as narrativas da cidade no espaço dos telejornais", ambos com financiamento da Fapemig.

Na primeira investigação, que envolveu, então, três estudantes de graduação que, posteriormente, vincularam-se ao PPGCOM-UFJF, a proposta central era caracterizar a estrutura narrativa predominante dos telejornais de produção e veiculação local, relacionando-a ao modelo hegemônico nas redes nacionais de televisão (Coutinho, 2006). O projeto desenvolvido por Christina Musse, entre 2007 e 2009, lançou olhares para o cenário da cidade, palco de algumas das principais questões da contemporaneidade, tendo com questão central compreender qual é a imagem que a televisão constrói do espaço urbano.

Além disso, a investigação, que resultou em um *videodocumentário* e foi contemplada, em 2010, com recursos da 'Lei Murilo Mendes', com vistas à publicação em livro, questiona se, de alguma forma, esta imagem corresponde aos ideais de mobilidade, instantaneidade e *desterritorialização* que caracterizam, entre outros, a sociedade da modernidade tardia (Musse, 2009).

Atualmente, a professora Iluska Coutinho coordena dois projetos de pesquisa sobre as relações entre Público e Telejornalismo. Um deles, em fase de conclusão, contou com recursos do CNPq (Edital Universal), além de contar com bolsas de iniciação científica concedidas no âmbito da própria UFJF. Intitulado "A incorporação do público no telejornalismo brasileiro", o projeto envolve três estudantes de mestrado e investiga a relação entre Público e produção jornalística em Televisão, a partir de quatro grandes eixos: 1) a recuperação/ discussão dos conceitos de interesse e jornalismo públicos; 2) a avaliação da produção jornalística, em TV, como expressão do interesse público na programação televisiva, por meio da análise de edições de telejornais, e de sua apreensão por um grupo de telespectadores; 3) de um olhar sobre a incorporação do (interesse) público como tema de pauta e interlocutor no discurso de dois

telejornais veiculados em rede nacional: Jornal Nacional e Jornal do SBT; 4) compreender a dimensão (do) público no processo de constituição de uma identidade de produtos (tele)jornalísticos nacionais e locais.

Iniciado, em agosto de 2010, o projeto "Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil" tem financiamento da própria emissora, e implicou no estabelecimento de um termo de cooperação entre a UFJF e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). A proposta é a monitorar a efetivação da oferta de um novo modelo de telejornalismo, compromisso assumido na carta de princípios da TV Pública, nas edições dos telejornais da emissora. Em outras palavras, busca-se por meio do acompanhamento sistemático da produção veiculada, avaliar em que níveis e com qual grau de qualidade o interesse público e os direitos à Comunicação são de fato incorporados no telejornalismo da TV Brasil. Esse projeto envolve, atualmente, quatro bolsistas de iniciação científica e uma bolsista de apoio técnico, egressa do PPGCOM-UFJF.

A professora Christina Musse, por sua vez, propõe-se investigar a relação cidade- memória, tendo como ponto de partida o papel desempenhado pelas narrativas audiovisuais na construção da identidade urbana. A perspectiva é de complementar a outra investigação coordenada pela professora, em que o objetivo principal foi analisar a representação do espaço local nos telejornais de Juiz de Fora-MG.

A realização de pesquisas tendo o conhecimento telejornalístico como tema ou pretexto reflexivo propiciou a integração entre graduação e mestrado ao longo dos últimos três anos. Entre março de 2009 e março de 2010, foram defendidas, no âmbito do PPGCOM-UFJF, cinco dissertações que relacionavam o telejornalismo e os processos de (re)conhecimento social e produção identitária.

Desses trabalhos acadêmicos, três (Linhalis, 2009; Maia, 2009; Alvin, 2010) têm como objeto empírico um telejornal veiculado em rede nacional, confirmando a preferência pelo Jornal Nacional como espaço recorrente de investigação, tal como ocorrera nos trabalhos apresentados nos congressos da INTERCOM. Os outros dois estudos dedicaram-se a

estudar as relações entre a sociedade local e as narrativas televisuais, em Juiz de Fora (Martins, 2009; Fernandes, 2010).

Em comum nos trabalhos realizados, destaca-se a busca por compreender o conhecimento socialmente produzido nos telejornais, e legitimados por audiências nacionais e locais, a partir do viés da representação e produção identitárias. Mais que desvelar um real, os trabalhos realizados, no âmbito do mestrado em Comunicação da UFJF, assim como naqueles apresentados nos congressos da INTERCOM, parecem salientar a importância dos telejornais como espaço de narração e construção de uma determinada realidade. Ao narrar o mundo e a cidade, os telejornais acabam por ofertar, também, modelos de (re)conhecimento e identificação com seu público, ainda que essa relação entre telespectador e produto oferecido possa ser de identidade ou alteridade.

Referências

ALVIN, Bianca. **A materialização midiática da brasilidade**: a cobertura do Jornal Nacional sobre a seleção de futebol e a narrativa da identidade brasileira. Dissertação Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo***:* a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial. 1997

CÁDIMA, Francisco Rui. **O fenómeno televisivo**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

CALABRESE, Omar & VOLLI, Ugo. **I telegiornali:** istruzioni per l'uso. Roma: Gius. Lateza & Figli Spa. 2ª edição, 2001

CASETTI, Francesco; CHIO Federico di. **Análisis de la televisión:** instrumentos, métodos y práticas de investigación**.** Barcelona: Paidós, 1999.

COHEN, Akiba A**. Answers without questions: comparative analysis of television news interviews.** European Journal of Communicarion (SAGE, London) Vol. 4 (1989), 435-451

COUTINHO, Iluska. **Democracia eletrônica e televisão no Brasil: Os telejornais como espaço de disputa por hegemonia política e cultural.** Anais do XI Congresso daCompós. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

EKSTRÖM, Mats. **Epistemologies of TV journalism – A theorical framewoek.** London, Thousands Oaks, CA and New Delhi: Sage Pubications, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê, 1987.

GLEISER, Luiz. **Além da notícia: o Jornal Nacional e a televisão brasileira.** Master dissertation. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

FERNANDES, Livia. **TV Mariano Procópio e Identidade juizforana**: A construção do mito do pioneirismo nas páginas do Diário Mercantil e do Diário da Tarde. Dissertação Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

LINHALIS, Lara. **A identidade do povo brasileiro em cena**: a construção

a brasilidade no discurso do JN. Dissertação Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

MAIA, Aline Silva Corrêa. **Televisão e Identidade**: Estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens da periferia de Juiz de Fora-MG. Dissertação Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

MARTINS, Simone Teixeira. **Identidade no Telejornalismo Local**: A construção de laços de pertencimento entre a TV Alterosa Juiz de Fora e o seu público. Dissertação Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1969.

TÖNNIES, Ferdinand. A opinião pública. In BERGER, Christa e MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa.** Porto Alegre, Sulina, 2006.

VIZEU, Alfredo. **As marcas enunciativas do discurso jornalístico: algumas considerações.** In: 1º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2003, Brasília. CD'Rom.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão.** São Paulo, Ed. Ática, 1996.

4.2 A pesquisa em comunicação e os desafios da interface comunicação e educação[1]

Rosa Maria Cardoso Dalla Costa[2]

1. A trajetória da pesquisa de uma interface da comunicação:

A ideia do presente texto é a de fazer um balanço dos dez anos de atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Em o fazendo, pretende-se, aqui, esboçar uma reflexão sobre as características da pesquisa em comunicação em uma de suas interfaces, no caso a Educação, num estado em que os cursos de

1. Texto elaborado inicialmente para ser apresentado no INTERCOM Sul 2011 – realizado em Londrina, no Paraná, em 27 de maio de 2011. Após a apresentação, foi revisado e complementado.

2. Pós doutora em Ciência da Informação e da Comunicação, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR e Diretora Cultural da INTERCOM.

pós- graduação em comunicação iniciam-se tardiamente em relação a outros estados da federação.[3] Ou seja, até muito recentemente, qualquer objeto de pesquisa em comunicação só podia ser estudado, no Paraná, em sua interface ou fundamentado em Ciências afins, tais como a Educação, a História, a Linguística e as Letras, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, no Setor de Ciências Humanas ou, até mesmo em outros setores, como a Administração e a Economia no setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Essa foi uma das razões do ingresso desta pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação UFPR, como aluna de mestrado. A outra foi a existência de uma disciplina intitulada Educação e Comunicação, na época, início dos anos 90, ministrada pelo professor Elpídio. Coincidência ou não, na defesa da tese de doutorado em Ciência da Comunicação, na Universidade de Vincennes, na França, fez parte do júri, o professor Luís Busato que, nos anos 70, foi o criador da referida disciplina no PPGE.

De volta ao Brasil, o ingresso no programa de mestrado, como professora, deu-se pela proximidade teórico-metodológica da pesquisadora com a linha de pesquisa, então denominada Currículo, Conhecimentos e Saberes nas Práticas escolares que, mais tarde, passou a se denominar Cultura, Escola e Ensino. Há que se observar, aqui, um dos primeiros pontos favoráveis à pesquisa da comunicação em sua interface com a comunicação: a proximidade teórica na abordagem da cultura, seja ela entendida nas suas implicações na escola ou, a partir da presença dos meios

3. Em 2011 o estado do Paraná tem três programas de Pós Graduação em Comunicação: um na Universidade Tuiuti do Paraná, iniciado no ano 2001; outro na Universidade Estadual de Londrina, iniciado em 2008 e outro na Universidade Federal do Paraná, iniciado em 2010. Portanto, no período analisado neste texto – do ano 2000 a 2010 – havia apenas um mestrado na área de comunicação, o da UTP, instituição privada de ensino superior.

de comunicação e das novas tecnologias da informação e da comunicação. O fato da linha escolhida para ingresso no programa ter como foco "os saberes, a cultura e as práticas que são construídos e se mostram no cotidiano escolar", foi determinante para a realização de pesquisas sobre a recepção e o consumo dos produtos midiáticos. O objetivo da linha de "recuperar e analisar a dinâmica e a estrutura da educação escolar – seu pensar e a sua prática – correlacionando-a com o seu tempo", tem uma relação direta com a reflexão cada vez mais necessária sobre a presença desses meios e das Novas Tecnologias de Informação nas diversas esferas sociais.

Do ponto de vista metodológico, novas aproximações: "aqui"- explica o texto da linha no portal do PPGE[4] – "o objeto transita do empiricamente dado para as interpretações e análises das condutas dos sujeitos, do significado dos saberes e das práticas que são organizados e institucionalizados no cotidiano escolar". Também, na comunicação, em especial nos estudos que privilegiam o receptor, há uma ênfase metodológica na pesquisa empírica que busca compreender os sentidos que os indivíduos, devidamente situados social e culturalmente, dão às mensagens que recebem diariamente.

Vale esclarecer que o objeto de análise deste texto são as pesquisas orientadas pela autora, fundamentadas teoricamente na Teoria da Comunicação e nos autores da chamada "educomunicação[5]". Nesse período, outras pesquisas que tratam da mesma interface foram realizadas sob orientações de outros professores da linha, que se fundamentam em outras fontes teóricas.[6] Isso permite afirmar que, nos últimos dez anos, houve

4. Disponível em www.ppge.ufpr.brb

5. Segundo SOARES (2011,P.11) o termo educomunicação *ressemantizado pelo Núcleo de Comunica e Educação da USP, designa o conjunto de ações que produzem o efeito de articular os sujeitos sociais no espaço da interface comunicação/educação.*

6. Podemos citar como exemplo trabalhos orientados pela professora Susana

um crescente interesse pelos meios de comunicação e as Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, como objeto de estudo na área da Educação.

1.1 Um breve registro histórico

Segundo relato do professor Busato[7], já na década de 70, a então diretora do Setor de Educação da UFPR, professora Zélia Milléo Pavão, percebeu a necessidade de articulação entre comunicação e educação, ao propor a elaboração de um projeto de curso sobre os meios de comunicação social e educação destinados aos mestrandos em Educação.

Tal interesse tinha como contexto a plena expansão do setor de comunicação social, no Brasil, que implicava fortemente os governos federal e estaduais. "A comunicação parecia ter um potencial considerável para a educação, muito maior do que todas as inovações técnicas introduzidas pelos grandes pedagogos, de Montesori e Piaget a Anísio Teixeira", explica.

O setor de Educação enfrentava muitos problemas como orçamento incerto, formação lenta e custosa de professores, recursos defasados e impasse entre a emergência de ideologias de lazer e de consumo em paralelo às ideologias do trabalho e da formação individual tradicional. Já havia no Setor um departamento de Métodos e Técnicas de Educação que, como relata Busato, "tinha uma oferta curricular que englobava os

---

Ferreira da Costa, que faz pesquisas sobre o cinema e o ensino de história, ou ainda pelo professor Gilberto de castro, que pesquisa a linguagem, ou ainda os professores Geraldo Horn e Maria Rita César, que estudam, respectivamente, a Teoria Crítica e o gênero e que, eventualmente, orientam pesquisas que abordam, diretamente ou indiretamente, os meios de comunicação, além da professora Gláucia da Silva Brito, que pesquisa as NTICs.

7. BUSATO, Luiz Renato. Memória pessoal escrita a pedido da autora especialmente para este artigo e enviada por email em 30/05/2011 – email:rmdcosta@uol.com.br

campos da pedagogia e da didática tradicionais; mas, também, os campos herdados da tradição (sobretudo, inglesa e norte americana) das "educational tecnologies", com seus recursos de cinema educativo, rádio e gravador educativos, televisão educativa, diaporama. A UNESCO e promotores políticos apoiavam essa forma de utilização dos recursos tecnológicos e acreditavam que os professores poderiam, através deles, reanimar suas salas de aula e melhorar a produtividade das ações educativas.

Em resposta ao pedido da direção do setor, Busato propôs um projeto de curso com a dupla missão de "recuperar a experiência do Setor de educação em matéria de tecnologias educativas e de inovar a oferta pedagógica através de transações sinérgicas entre educação e comunicação social"

Segundo ele, os dois setores se desconheciam e desconfiavam profundamente um do outro, constituindo uma distância que se configurava como um desperdício insensato do ponto de vista social, econômico e político e, principalmente, educativo.

Sua proposta foi, então, a de uma mudança ótica em relação às tecnologias educativas: "ao invés de continuar a introduzir, na sala de aula, recursos do mundo "leigo" da comunicação, pretendíamos aproximar o professor do universo da comunicação social, tal como ela existia e funcionava no sistema mercadológico." Nessa proposta, o mestrando deveria dispor de conhecimentos mais aprofundados dos sistemas e dispositivos midiáticos, tanto em matéria de formas como de conteúdos, processos, funcionamentos e efeitos.

Para isso, o curso era constituído de capítulos de história da mídia, de análises dos discursos e mídia, de capítulos teóricos, críticos, bibliográficos e, finalmente, de aplicações práticas; incluindo aí pesquisas de campo sobre a recepção e os usos dos meios de comunicação pelos públicos escolares ou adultos, além de experiências com mídias e estágios dentro de estações de rádio, televisão e jornais.

Finalizando seu relato histórico, Busato afirma que essa proposta foi aprovada pelo Conselho Universitário e lançada, durante o primeiro semestre de 1976, ficando sob sua responsabilidade até 1978, quando viajou para a França para fazer seu doutorado. Depois, de 1982 a 1984,

assumiu novamente o projeto, deixando-o definitivamente, quando foi contratado pela Universidade de Grenoble.

A partir daí, a história dessa aproximação entre educação e comunicação não tem mais o mesmo registro. O professor Elpidio respondia pela disciplina, no início da década de 1990, mas o fazia sob um viés mais filosófico, a partir do qual a comunicação era estudada na sua dimensão antropológica, enquanto condição humana necessária para o processo educativo.

A pesquisa sobre os meios de comunicação de massa e sua relação com a escola volta a ganhar ênfase, no início do novo milênio, como será relatado a seguir.

2. As propostas de pesquisa: do impacto dos Meios à análise dos sentidos

A partir das dissertações de mestrado orientadas pela autora, pretende-se esboçar uma análise de como se constitui, na prática, a pesquisa sobre a interface entre comunicação e educação em um Programa de Mestrado em Educação, no caso o da UFPR. O seu objetivo é o de apontar as limitações e desafios da pesquisa empírica da comunicação, em sua interface com a educação, tendo como espaço a escola – suas contradições e características institucionais e culturais. Para fazê-la, serão considerados os seguintes aspectos: formação de origem dos alunos-autores das dissertações, temáticas abordadas, sujeitos investigados e metodologias utilizadas.

Do ano 2000 ao mês de março de 2011, foram orientados 15 pesquisas que resultaram em 15 dissertações de mestrados defendidas[8], conforme quadro abaixo:

8. Do total de alunos admitidos, neste período, sob a orientação da autora, dois não concluíram a pesquisa e foram desligados do programa.

Quadro 1- Interface Comunicação-Educação: dissertações defendidas:

ALUNO	TÍTULO	OBJETO	SUJEITO	DATA DA DEFESA
Joanita Aparecida Ramos Comunicação	Comunicação, Política e Culturas na Educação	Recepção crítica	Alunos do Ensino Médio	2003
Inês Astréia Almeida Marques Letras	Educação e Comunicação: recursos tecnológicos e sua utilização na escola	Uso dos meios por professores	Professores	2003
Adélia Valeska de Castro David Lopes Comunicação	A interação dos professores com a Internet em sala de aula	Uso da Internet por professores	Professores do ensino médio	2005
Lisandra Ogg Gomes Economia	Infância, indústria cultural e escola de educação infantil	Influência da Indústria Cultural nos alunos	Alunos da educação infantil	2005
Rosiane Correia de Freitas Comunicação	Internet na escola: o uso de ferramentas tecnológicas...	Formação crítica dos meios	Alunos do ensino fundamental	2006
Carin Wagner Rauth Comunicação	Adolescentes curitibanos e a recepção do programa Pânico	Recepção dos meios	Alunos do ensino médio	2006
Andressa Grillo Ornelas Comunicação	Adolescente e a televisão: análise de recepção crítica	Recepção crítica dos meios	Alunos do ensino fundamental	2006
Rosângela Gonçalves de Oliveira Pedagogia	Uso pedagógico do texto televisivo na alfabetização de jovens e adultos	Recepção crítica da televisão	Alunos do EJA	2007
Aline Nunes Silva Comunicação	Educação para os meios: a percepção e uso	Recepção dos meios	Alunos do ensino fundamental	2007
Anelise Leoni Bertuzzi Mota Psicologia	Criança e mídia: o acesso ao computador e seus reflexos...	Uso do computador por alunos da educação infantil	Alunos da educação infantil	2007

Tatiana de Medeiros Canziani Comunicação	TV Paulo Freire: desafios para a construção de uma televisão educativa	Produção de conteúdos dos meios para educação	TV educativa	2009
Ana Elisa de Oliveira Pedagogia	Rádio escola: uma sintonia no ar	Usos dos meios na escola	Alunos do ensino fundamental	2009
Paula Alexandra Reis Bueno Pedagogia-Música	A educomunicação na educação musical e seu impacto na escola	Uso dos meios no ensino de música	Alunos do ensino fundamental	2010
Elizandra Jackiw Pedagogia	A TV multimídia nas escolas estaduais do Paraná	Usos dos meios pelos professores	professores	2011
Viviane Ongaro Comunicação	Rádio escola como prática de uma educação libertadora	Usos dos meios no processo de ensino	Alunos do ensino fundamental em instituição de reeducação	2011

Fonte: elaborada a partir de dados do autor inseridos no currículo lattes

Das 15 alunas, acima relacionadas, nove são graduadas em Comunicação Social, oito em cursos ligados à Educação, como Letras e Pedagogia, uma é graduada em Economia e outra em Psicologia. Em relação à formação dos alunos e seu interesse de investigação, constata-se que os formados em comunicação têm propensão às análises que considerem o papel dos meios ou das tecnologias na formação do espírito crítico dos alunos. Já os formados na área da Educação têm uma preocupação em identificar as possibilidades de uso dos meios para o processo de ensino-aprendizagem.

Detalhando essas duas grandes linhas de interesse – a de uso dos meios, na escola, para a formação do espírito crítico dos alunos e a de uso dos meios, na escola, como parte do processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos curriculares – verifica-se que há uma mudança no decorrer dessa primeira década do século XXI. Se, no seu início, havia interesse e curiosidade em se pesquisar o impacto dos meios na escola, seja através do uso da recepção das mensagens, nos últimos cinco anos, tal interesse se volta para o estudo aprofundado e detalhado do consumo dos meios e os sentidos que os receptores do universo escolar conferem às mensagens por eles veiculadas. Alunos e professores são os sujeitos principais de tais análises, ficando em segundo plano, a investigação sobre a produção de conteúdos midiáticos dedicados à educação. Ainda em termos de sujeitos investigados, pode-se constatar um interesse por instituições que desenvolvem projetos de educomunicação, na escola, ou em substituição ao papel da escola, como ONGs ligadas ao movimento popular ou instituições públicas que indiretamente atuam na educação. Não foram feitas pesquisas voltadas para a análise dos projetos de educomunicação realizados pelas empresas de comunicação, embora alguns alunos tenham atuado nessas empresas[9].

9. A aluna Joanita Ramos trabalhou no 'Projeto Ler e Pensar', do Instituto GRPCOM, maior empresa de comunicação do Paraná. Atualmente, uma orientanda,

Os alunos do ensino fundamental foram objeto da maior parte das pesquisas, seguidos por alunos do ensino médio e da educação infantil. Não houve, no período analisado, nenhuma pesquisa voltada para o ensino superior.

Relacionando os interesses de pesquisa, acima elencados, com os quatro eixos de intervenção da educomunicação descritos por Soares (1999, p.27), pode-se inferir que a maior parte deles se inserem no que o autor denomina como educação para a comunicação, ou seja, visam compreender de que forma os meios de comunicação e as novas tecnologias da Comunicação e da Informação interferem na formação crítica dos indivíduos, ou, ainda, de forma a escola pode contribuir para a formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios.

Em seguida, observa-se um interesse em investigar a utilização dos meios de comunicação e das novas tecnologias da informação como instrumentos didático pedagógicos, área denominada por Soares de mediação tecnológica da educação. A ideia de que a escola e o professor viam os meios como concorrentes foi superada e deu lugar à compreensão de que é preciso saber mais sobre eles, para poder utilizá-los como aliados no processo educativo. As pesquisas procuram, então, analisar como professores utilizam as novas tecnologias que lhes são cada vez mais disponibilizadas, como a rede de computadores *online* ou a TV *pen-drive*.[10]

Os dois outros eixos de intervenção da educomunicação – gestão comunicativa e reflexão epistemológica – não foram contemplados com as pesquisas realizadas até então.

---

não mencionada, neste texto, por ainda não ter defendido o seu trabalho, é coordenadora de projetos de educomunicação do Instituto GRPCOM.

10. Objeto de estudo da dissertação da aluna Elizandra Jakiw (2011), a TV pen-drive é...

3. Metodologias e Técnicas de Pesquisa voltados para a análise do cotidiano escolar

A escola é o lugar por excelência da pesquisa empírica da comunicação em sua interface com a educação, principalmente nessa linha de pesquisa[11]. Dos 15 trabalhos, aqui analisados, em 11 a pesquisa de campo foi feita em escolas da rede pública e privada do Estado do Paraná, uma foi feita numa televisão educativa, ligada à Secretaria de Educação e outra foi realizada numa instituição de reeducação de menores infratores. Até as pesquisas que analisaram os projetos de educomunicação desenvolvidos por movimentos populares, o fizeram a partir de sua realização no cotidiano escolar.

Tais pesquisas fundamentam-se na compreensão da escola "não apenas como espaço de leitura e recepção crítica dos meios; mas, também, como *local de produção e endereçamento de respostas às mídias*" (grifo no original), (OROFINO, 2005, p. 42). A escola é, assim, entendida como lugar de muitas culturas e local onde se entrelaçam várias mediações: institucionais, individual e situacional. Segundo Orofino, porém, essas mediações capazes de dar sentido à recepção dos meios não são dadas.

> Elas se constituem enquanto ações reflexivas. E podem ocorrer de fato, tanto na esfera da produção quanto na recepção. [...] as mediações precisam ser potencializadas, desenvolvidas, trabalhadas. E a escola pode e deve estar articulada às demais esferas da sociedade civil na construção de alianças de transformação, na medida em que se inclua, nesta luta de conquista de poder, junto às camadas excluídas e marginalizadas, com respeito ao acesso às mídias contemporâneas. (OROFINO, 2005, p. 51)

11. Existe no PPGE uma outra linha de pesquisa na qual a comunicação pode ser objeto de estudo: Trabalho, tecnologia e Educação, cujo objeto de estudo é o trabalho como princípio educativo, norteador dos processos de humanização e de atualização histórica no próprio homem.

A escola, enquanto local de pesquisa empírica da comunicação em sua interface com a educação, foi considerada como um local de *ressignificação* da cultura midiática à medida que se constitui, também, como uma mediação dessa recepção.

A fundamentação teórica dessas pesquisas implicava na utilização de metodologias qualitativas, que exigiam do pesquisador um "mergulho" no universo da escola analisada. Isso trouxe algumas dificuldades provocadas pela especificidade do ambiente escolar. Em primeiro lugar, projetos ou atividades que instigam ou desenvolvem o espírito crítico dos alunos, resultam ou acentuam conflitos já existentes nesse contexto. Professores sentem-se ameaçados, alunos aproveitam para manifestar seus descontentamentos, diretores e técnicos sentem-se inseguros diante dos novos papéis propostos pelos projetos de educomunicação. De uma maneira geral, esses problemas institucionais e administrativos não representaram grandes obstáculos à realização da pesquisa e foram sendo solucionados gradativamente[12], mas evidenciam as várias contradições e impasses do ambiente escolar atual.

As principais técnicas de pesquisa utilizadas foram os questionários e entrevistas, para as investigações voltadas para identificar usos dos meios na escola, por professores ou alunos. Já os estudos de recepção e recepção crítica dos meios exigiram um maior entrosamento do pesquisador, no ambiente escolar, que se deu através de observação da sala de aula, realização de atividades em grupo e acompanhamento de projetos realizados

12. Para exemplificar, relata-se aqui a pesquisa na qual foi realizada uma oficina de vídeo na qual os alunos saíam às ruas para filmar os problemas que queriam resolver. A filmagem de um esgoto a céu aberto provocou o descontentamento do secretário do meio ambiente do município, que por sua vez, fez com que a diretora se sentisse ameaçada a ponto de querer interromper a realização da pesquisa em sua escola. Houve repercussão até mesmo na rádio da cidade, com um programa sobre o problema levantado pelos alunos na oficina.

por outras instituições, como ONGs ligadas ao movimento popular. Em alguns casos, os pesquisadores desempenharam papel mais ativo, envolvendo-se nos projetos de educomunicação realizados, caracterizando a metodologia denominada pesquisa-ação e pesquisa participante.

4. Nos passos da interface

As pesquisas analisadas podem ser agrupadas em quatro linhas de investigação: pesquisas de diagnóstico, pesquisas de recepção dos meios no contexto escolar, pesquisas sobre a presença dos meios e das NTICs e pesquisas sobre a produção de conteúdos. Os meios e tecnologias investigados foram o rádio, três pesquisas; a televisão, cinco; o audiovisual, quatro; a Internet, três e as novas tecnologias, de uma maneira geral, quatro. Os meios impressos, jornais e revistas, não foram analisados por nenhum trabalho. Observa-se uma preponderância do interesse pela pesquisa sobre o audiovisual, ainda que alguns o mencionem dessa forma, e outros prefiram especificá-lo como rádio ou televisão.

Em dez das pesquisas analisadas, o sujeito investigado foi o aluno, em três delas, os professores e, em duas, os projetos ou instituições. O nível de ensino privilegiado é o fundamental, seguido pelo ensino médio e a educação infantil.O local da pesquisa de campo, em onze das pesquisas, foi a escola, em uma delas, foi o Ensino de Jovens e Adultos e, em três, instituições educativas ou midiáticas.

Como temáticas, podem ser elencadas: o impacto das novas tecnologias na escola, a influência dos meios na formação do aluno, o uso dos meios por professores, o uso dos meios por alunos, o uso dos meios e seu impacto na escola e projetos de educação para os meios nas escolas e suas implicações.

Os resultados obtidos, nessas investigações, sinalizam dificuldades para a realização de pesquisas da comunicação em sua interface com a comunicação que podem ser classificadas como: teórico-metodológicas, metodológicas e técnico-metodológicas.

Do ponto de vista teórico-metodológico, percebe-se, primeiramente, uma dificuldade de se compreender a comunicação como um processo e não apenas como uma mediação tecnológica. Enquanto processo, a comunicação é um objeto de estudo complexo e contraditório, que pressupõe a utilização de diferentes técnicas metodológicas e de minucioso trabalho de pesquisa de campo, nem sempre permitido no universo cotidiano da escola.

Além dessa primeira dificuldade, a interface comunicação-educação pressupõe, também, um aprofundamento teórico em ambas as áreas para uma efetiva apropriação de seus conceitos e consequente articulação para a elucidação dos objetivos propostos. Os trabalhos analisados apontam que há uma dificuldade nessa interlocução teórica entre as duas ciências, reforçado pelo ensino compartimentado também na pós-graduação. Os alunos não conseguem, no curto espaço de tempo da realização de um curso de mestrado, apropriar-se com segurança das ideias e conhecimentos das duas áreas a ponto de ter autonomia para articulá-las e usá-las como fundamentação de suas análises. Acabam optando por algumas, as que parecem mais próximas de seus objetos ou com as quais têm mais proximidade e domínio, dependendo de seus cursos de origem.

Em relação às dificuldades que classificamos como metodológicas, verificou-se uma tendência para estudos mais qualitativos, que consideram necessária uma maior presença dos pesquisadores, nas escolas, e por maior período de tempo, como condição para a análise do objeto e das temáticas escolhidas. Novamente, constata-se uma apropriação teórica insuficiente das diferentes metodologias qualitativas. Aliada a essa falta de aprofundamento teórico-metodológico, apresentam-se como dificuldades as questões institucionais. O pesquisador em educomunicação para fazer sua pesquisa de campo, na escola, precisa conseguir autorização da escola – e, às vezes, até de instâncias superiores, como as secretarias municipais e estaduais de educação – para isso, precisa conquistar a autorização dos professores e alunos com os quais vai trabalhar e que, muitas vezes, sentem-se inibidos pela presença desse elemento estranho,

na escola, precisa descobrir os "meandros" de cada escola, o jogo de poderes e valores que fazem parte de cada contexto escolar. A escola sente-se ameaçada pelo olhar do pesquisador, o professor sente-se avaliado e os alunos aproveitam para fazer suas queixas, como se a pesquisa fosse uma espécie de ouvidoria. Para aqueles que fazem suas pesquisas em outros locais, esses problemas também se apresentam, embora diferentemente. Muitas vezes, durante o curso de mestrado, convivem na mesma sala de aula, professores e representantes das secretarias municipal e estadual de educação, que ocupam cargos de maior ou menor poder, mas que podem inibir ou modificar certos posicionamentos no grupo.

Ainda do ponto de vista metodológico, apontam-se algumas ideias pré- concebidas como *dificultadoras* da investigação em educomunicação. E, aqui, constata-se uma ideia equivocada dos sujeitos da escola enquanto receptores, muitas vezes, considerados como "pobres alunos" ou "professores retrógrados" e resistentes às novas tecnologias. Há uma falsa ideia de que a escola pública é sempre pobre e sem recurso, enquanto a escola privada é bem equipada e moderna. Finalmente, em relação aos meios, tais pesquisas, muitas vezes, partem da convicção maniqueísta de que os meios de comunicação são manipuladores e capitalistas por excelência – sem brechas para qualquer possibilidade educativa – enquanto as novas tecnologias são "salvadoras da educação".

Finalmente, encontramos as dificuldades técnico-metodológicas que dizem respeito à utilização inadequada de determinadas técnicas de pesquisa. A simples realização de questionários não configura um estudo de recepção e a entrevista deve ser entendida no contexto no qual é realizada, a fim de que as metodologias qualitativas não sejam banalizadas nem supervalorizadas. Há um descompasso temporal entre os prazos exigidos pela CAPES, que avalia os programas de mestrado, e o tempo da escola, fazendo com que o tempo possível para a realização da pesquisa de campo, na escola, seja realmente muito curto.

Considerações

A análise, aqui, proposta aponta para algumas constatações sobre os limites e avanços da pesquisa em comunicação na sua interface com a educação. A primeira delas é a de que a comunicação consolidou-se como temática de pesquisa, na área da educação, seja no número crescente de projetos apresentados, anualmente, para a seleção de alunos de mestrado e doutorado, seja no interesse demonstrado por pesquisadores de outros projetos pelo tema. Mas, constata-se um deslocamento no interesse por pesquisas mais diagnósticas sobre os usos, para pesquisas mais aprofundadas que deem conta da compreensão do processo de comunicação na perspectiva dos estudos culturais, que evidenciam novas relações professor-aluno e visam à compreensão dos sentidos que os meios adquirem no contexto escolar e suas determinações culturais.

Em relação aos sujeitos envolvidos, nessas pesquisas, verifica-se a descoberta de uma nova sensibilidade dos alunos para com a mensagem dos meios e as NTICs. Há, igualmente, a constatação de uma nova percepção do professor em relação ao papel da educação mais adequada à sociedade caracterizada pelos meios. Tais professores, a despeito dos impedimentos institucionais e curriculares, têm iniciativas próprias de ações voltadas para a interface em questão. Tais iniciativas e ações, se sistematizadas, poderão trazer novos esclarecimentos para todos.

Dois grandes desafios se apresentam nas pesquisas da área. O primeiro deles é o inserir o ensino superior nas pesquisas de educomunicação e o segundo é de transformar em objeto de pesquisa os projetos da área desenvolvidos por empresas de comunicação. Há uma tendência em se entender que a educação se faz apenas no ensino fundamental e médio, como se os alunos do ensino superior não estivessem, ainda, em processo de formação. Há um forte preconceito em relação às empresas de comunicação, sempre vistas com muita desconfiança por alguns intelectuais e pesquisadores, que desprezam o fato de que, contraditoriamente, elas

cumprem também um papel que a escola, por diversas razões, não dá conta de cumprir.

Olhar a educação com o viés teórico da comunicação tem possibilitado, entre outras coisas, entender o quanto uma pode ser complementar e necessária à outra.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. Campinas, SP: Editores Associados, 2001.(Coleção Polêmicas do Nosso tempo; 78).

BORELLI, Silvia H. S.; FREIRE FILHO, João (org.). Culturas Juvenis no século XXI. São Paulo: Educ, 2008

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. Comunicação & Educação: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Mediatamente! Televisão, cultura e Educação. Seminário Internacional Imagens, Cultura & Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação: a linguagem em movimento. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

CITELLI, Adilson. Palavras,meios de Comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2006.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso. Estudos de recepção: uma metodologia de análise dos meios de comunicação e a cultura escolar. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga; HORN, Geraldo Balduíno. Diálogos e Perspectivas de investigação.Ijuí: Unijuí, 208, p.95-119.

FERRÉS, Joan. Televisão e Educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Televisão & Educação: Fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Temas & Educação, 1).

FONSECA, Teresa. A televisão e a multiculturalidade: apropriação de mensagens televisivas por crianças de diferentes etnias. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2001.

FORT, Mônica Cristine. Televisão Educativa: a responsabilidade pública e as preferências do espectador. São Paulo: Annablume, 2005.

GOMES, Pedro Gilberto; COGO, Denise Maria. Televisão, Escola e Juventude. Porto Alegre, RS: Mediação, 2001.

GOMES, Pedro Gilberto; cogo, Denise Maria. O adolescente e a Televisão. Porto Alegre, RS: IEL:Editora da Unisinos, 1998.

GONNET, Jacques. Éducation et Médias.2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. (Colection Que sais-je? 3242)

GUIMARÃES, Gláucia. TV e Escola: Discursos em confronto. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época; v.74).

JACQUINOT, Geneviève. La escuela frente a las pantallas. 2.ed. (tradução de Marta Marin) Buenos Aires: Aique Grupo Editor S.A., 1985.

JACQUINOT- DELAUNAY, Geneviève. Imagem e Pedagogia. (Tradução de Manuel Pedras e Lia Raquel Oliveira). Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, LDA, 2006.

JACQUINOT- DELAUNAY, Geneviève. Novas Tecnologias, novas competências. In: Revista Educar, n.31, jan-jun/2008. Curitiba: Editora UFPR, p.267-284

JACQUINOT-DELAUNAY, Geneviève; FICHEZ,Élisabeth(dir .).**L'Université et les TICs:** chronique d'une innovation annoncée. Bruxelles: Éditions De Boeck université, 2008.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). Comunicação e Educação: caminhos cruzados. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

OROFINO, Maria Isabel. Mídias e Mediação Escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade.São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

PASQUIER, Dominique. Cultures Lycéennes: la tyrannie de la majorité. Paris: Éditions Autrement, 2005.

PENTEADO, Heloísa Dupas (org.). Pedagogia da Comunicação: teorias e práticas. São Paulo: Cortez, 1998.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. In: Contrato. Brasília, ano 1, n.2, jan/mar 1999, p. 19-74

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011,

SOUSA, Mauro Wilton de. Novas Linguagens. São Paulo: Editora Salesiana, 2001. (Coleção viva voz).

WOLTON, Dominique. É preciso salvar a comunicação. São Paulo: Paulus, 2006.

4.3 Pesquisa Empírica na Sociedade Digital[1]

Maria Cristina Gobbi[2]

"Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente única, mas dialogar com a incerteza"
Edgard Morin[3]

1. Artigo escrito para o Congresso da Intercom de 2011.

2. Pós-Doutora pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo. Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Coordenadora da pesquisa sobre o Panorama da Comunicação, no Brasil, cuja meta foi diagnosticar a produção de conhecimento nos principais segmentos da comunicação nacionalmente institucionalizados. Vice-coordenadora no exercício da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital e professora do Programa em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora da Universidade de Sorocaba (UNISO), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Coordenadora dos Grupos de Pesquisa "Pensamento Comunicacional Latino-Americano". Diretora de documentação da INTERCOM. Coordenadora do GT Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais na América Latina da mesma Instituição. Home Page: www.gobbi.pro.br e www.pcla.pro.br; e-mail: mcgobbi@terra.com.br; mcgobbi@faac.unesp.br

3. Referência: **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. RJ: Bertrand Brasil, 2000, p. 59.

A dicotomia entre teoria e prática

A comunicação tem um papel decisivo na História humana, quer como um meio de preservar a cultura, como forma de possibilitar a troca de informação ou, na atualidade, mediada pelas tecnologias digitais. Também é possível afirmar que são antigas as discussões sobre a consignação de parâmetros para o estabelecimento de uma Ciência da Comunicação. Porém, os problemas, atualmente, existentes na área persistem há várias décadas. Desde a escrita, passando por Gutenberg e chegando ao advento da Televisão Digital, novos formatos de comunicação foram criados e recriados, novas mídias foram e estão sendo desenvolvidas, com tecnologias capazes de permitir mudanças radicais na maneira de como se entende, usa e consome comunicação, mas os velhos problemas continuam em constantes "listas de espera".

As novas descobertas tecnológicas trazem para o campo da pesquisa científica múltiplas possibilidades de contemplar os processos teóricos e as práticas sob a égide do desenvolvimento comunicacional. Mas, para isso, é necessário conhecer, entender, dimensionar e reconhecer os diferentes percursos metodológicos. Quer através de pressupostos teóricos ou em análises sobre as práticas, os estudos devem buscar o entendimento sobre o conceito "comunicacional" que se está tratando. E preciso utilizar métodos e metodologias para além de simples procedimentos técnicos. É necessário desvelar a competência para tratar dos objetos comunicativos na perspectiva dos próprios processos comunicacionais, sem deixar de evidenciar as amplas interfaces da comunicação para abordar as "coisas" do mundo social.

Vivemos, ainda hoje, na área dos estudos e da pesquisa em comunicação sob o conflito de dois postulados. A teoria e a prática. Essa discussão nos remete a concepções sobre fragmentação e visão sistêmica, como se fosse possível criar uma situação ideal, estabelecendo pressupostos capazes de nortear toda uma área de estudos, tão antiga quanto à própria existência humana.

É notório para a sociedade que a comunicação, no Brasil, principalmente no que tange ao ensino superior, vem experimentando muitas mudanças, algumas até radicais. Aumentou a pesquisa, desenvolveu-se a pós-graduação, ampliou-se, significativamente, a produção científica e artística, especialmente aquelas diretamente ligadas aos cursos de comunicação, entre outras. As instituições, atualmente, buscam adaptar seus currículos às novas práticas comunicacionais e as tecnologias da comunicação. Mas, não conseguimos resolver a dicotomia entre a teoria e a práxis. Talvez, por que não sejam dicotômicas, mas complementares.

Há mais de 500 anos, quando Nicolau Copérnico[4] fez a afirmação de que o Sol e não a Terra era o centro do universo, derrubando a teoria de Ptolomeu[5], que mergulhamos em uma profunda dúvida sobre as formas de se comprovar "verdades" que surgem de argumentos contemplativos. Porém, foi com Galileu Galilei com o auxílio do telescópio, que pudemos evidenciar a assertiva proposta por Copérnico.

---

4. A teoria do modelo heliocêntrico, a maior teoria de Copérnico, foi publicada em seu livro, *De revolutionibus orbium coelestium* ("Da revolução de esferas celestes"), durante o ano de sua morte, 1543. (WIKIPEDIA, jul 2011).

5. A única informação que temos de sua vida é que ele trabalhou, em Alexandria, entre 120 e 160 d.C., período esse determinado com base em observações astronômicas anotadas por ele. A ideia do astrônomo foi adotada pelos teólogos medievais, que rejeitavam qualquer teoria que não conferisse à Terra o lugar de centro do universo. O sistema de Ptolomeu foi mantido e ensinado durante quase 14 séculos. Só no século 16 Copérnico o substituiu pelo sistema heliocêntrico, depois confirmado por Galileu. No começo do século 17, Kepler removeu as últimas dificuldades, demonstrando que os planetas não giram em círculos, mas em elipses. (Fonte: http://educacao.uol.com.br/biografias/ptolomeu.jhtm, jul de 2011).

Francis Bacon (autor do primeiro esboço racional de uma metodologia científica), fundador da ciência moderna, exaltava o método científico como um conjunto de regras essenciais de procedimentos para produzir conhecimento.

Por outro lado, foi por Descartes (1596 – 1650), que nasceu a proposição de ciência prática e não especulativa, fundamentada na criação de um "bom método". Este deveria ser universal e amparado pelo rigor matemático, com fundamentos racionalistas. Tinha como máxima jamais acreditar em nada que não tivesse maneiras de ser comprovado e, consequentemente, todo o conhecimento sujeito a controvérsias deveria ser eliminado. Abrolha o Método Cartesiano (1637), no qual a dúvida é o primeiro passo para se chegar ao conhecimento.

O filósofo Descartes foi um revolucionário. Sua proposição colocava em xeque os princípios de que todo o conhecimento advinha da Igreja. Ele enxergou que havia diferenças culturais e de costumes e que essas provocavam altercações nos conceitos de verdade ou não. Para ele, essas influências (culturas e costumes) deveriam ser eliminadas, criando a ideia de que só se pode dizer que existe algo à medida que se possa provar sua existência ("*cogito ergo sum*, penso logo existo"). Em outras palavras, tudo podia ser quantificado. A ciência (enquanto conhecimento), que tinha as qualidades da dúvida, passa, especialmente, a partir do século XVII, a ser mensurável, dividindo a realidade em "*res conngitas* (consciência e mente) e *res extensa* (corpo e matéria)". Era a lógica e a razão que definiam a criação do universo como um perfeito mecanismo. Tudo podia ser explicado pela dúvida metódica e não com pressupostos de certezas[6]. Era a fundamentação da razão para a compreensão do homem e da natureza, entendida como se governada e explicada somente por leis [...] matemáticas e físicas. (ANDRADA, 2007, p. 10)

6. O Pensamento Cartesiano, publicado 27/04/2008 por Robson Stigar em http://www.webartigos.com, acesso em junho de 2011.

Posteriormente, Sir Isaac Newton, um dos mais influentes pesquisadores na história da ciência, desenvolve leis (gravitação universal e as três leis de Newton – entre outras) que formaram as bases da revolução científica, evidenciando a noção de que a pesquisa racional pode revelar o funcionamento mais intrínseco da natureza.

"O universo *cartesiano* e *newtoniano* era um grande sistema mecânico que funcionava regido por leis matemáticas e físicas, servindo de suporte para a filosofia mecanicista (técnica) que influenciaria fortemente a Revolução Industrial". Em seguida, Kant (1724-1804), com o racionalismo, conciliando a razão e a experiência. O positivismo de Comte (1830), que atribui à palavra "positivo" sete acepções: real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático. Todos confluiram para um conjunto de saberes capaz de fornecer as bases necessárias e as justificativas para a introdução "de técnicas e modos de produção que favoreceram a acumulação de riquesas por meio do progressos material. A divisão do trabalho e a especialização com o estudo das partes, em detrimento do todo, e a compartimentalização crescente das técnicas e das ciências passaram a dominar o pensamento intelectual, científico e acadêmico". (ANDRADA, 2007, p. 11)

É o grande paradigma científico tradicional, que atribui à ciência o cerne da neutralidade, conferindo a essa (ciência) o grau mais elevado, sendo somente através dos resultados por ela obtidos a possibilidade de ser conhecimento. "Seria como se, pelo paradigma científico 'tradicional', o conhecimento tivesse que ser basicamente técnico-científico-acadêmico"[7].

7. Ciência e saberes: tecnologias convencionais e *Agroecologia*. Costa Neto, Canrobert. (Professor Doutor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Disponível em http://www.sul-sc.com.br/afolha/pag/paradigma.htm, acesso jun de 2011.

> Fundamentado nas descobertas de Galileu, Bacon, Descartes e Newton, o paradigma tradicional baseava-se no conhecimento "objetivo" obtido pela experimentação e na observação controlada, buscando o critério de verdade na experimentação (sensação) e na lógica matemática (razão), o que deu origem a duas correntes filosóficas importantes: o racionalismo e o empirismo. Foi o período do primado da razão, onde a essência do ser estava na razão e, através da racionalidade, atingia-se a verdade e solucionavam-se os problemas. Acreditava-se que todo pensamento lógico era verdadeiro. Era um mundo *pentassensorial* limitado pelos cinco sentidos, que podia ser cheirado, ouvido, degustado, palpado ou visto e a partir do qual se podia manipular e controlar as coisas. Toda a verdade, segundo esse paradigma, existia fora do sujeito, dependendo do conhecimento exterior, captado pelos órgãos dos sentidos. De acordo com esse modelo, dividir era necessário, e o pensamento caminhava do mais simples para o mais complexo. Mente e matéria eram duas coisas fundamentalmente distintas e separadas, sendo a primeira mais importante do que a segunda. O mundo era uma máquina perfeita que poderia ser descrita objetivamente, independente do observador humano, e os efeitos dependiam de suas causas[8]. (MORAES, 1996, p. 59)

No entanto, essa visão provocou como constata Maria Cândida (1996, p. 59), a fragmentação de nosso pensamento. "Instalou a competição pela vida e a 'crença no progresso material ilimitado a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico', presentes no mundo globalizado, em que o mercado impõe suas regras conforme ditames puramente econômicos e materialistas".

O caminho da 'evolução' e das revoluções científicas, também, nos ofertou, como afirma Andrada (2007), o método reducionista, trazendo

8. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun.1996, p. 59

à tona o conhecimento holístico em detrimento do pensamento crítico-questionador. Essa concepção homem-máquina emerge para um individualismo, cujas raízes encontram fecundidade na voracidade econômica, muitas vezes, desconectada da realidade social, gerando frutos como a exclusão, a valorização quantitativa em detrimento de aspectos qualitativos, danos ao meio-ambiente, a banalização do trabalho humano, a busca da eficiência e da eficácia a qualquer custo, em que o sujeito é fragmentado e não um conjunto de especialidades, capaz de gerar interfaces na construção do conhecimento.

Acreditamos, como Morin (2005), que a ciência não tem definição científica, por isso é impossível tentar delimitar suas fronteiras. Para ele, "diante das incertezas da ciência", o melhor caminho não é a fragmentação, mas a compreensão dos diferentes aspectos, sem jamais isolar ou separar as partes.

Também, devemos perceber as várias nuances do ato de pesquisar. Como afirma Demo[9], "é preciso distinguir a pesquisa como princípio científico e a pesquisa como princípio educativo". Ou seja, é necessário ampliar nosso olhar para além da simples técnica de construção do conhecimento. É fundamental apreendermos que a pesquisa indica a necessidade do sujeito participar de todo o processo de construção, de saber pensar com autonomia, não desprovido de técnicas, mas com consciência crítica, capaz de "fazer propostas próprias". É indispensável desmitificar a pesquisa, reconhecendo sua missão natural para a prática. Pesquisar é trilhar uma multiplicidade de caminhos. "Ao lado da preocupação empírica, deve haver preocupação teórica. A teoria faz parte de qualquer projeto de captação da realidade, a começar pelo desafio de definir o que seja real. Teoria e prática detêm a mesma relevância cientifica e constitui no fundo um todo só".

9. Fonte: http://pt.shvoong.com/humanitiesphilosophy/1779895pesquisa-princ%C3%ADpio-cient%C3%ADficoeducativo/#ixzz1Jn7P61Kx, acesso em jul de 2011.

O interesse prático, amparado por metodologias, permite uma intervenção crítica e qualificada sobre o objeto de análise, que é dinâmico e mutável. Essa união de forças se torna essencial para a evolução do próprio campo de estudos.

A observação da realidade, que se constitui fundamental na pesquisa empírica, deve estar associada a um conjunto de regras, de maneira que seja possível ter clareza sobre o objeto analisado. Para Minayo (2011, p. 10), "nem a teoria nem a prática são isentas de interesses, de preconceito e de incursões subjetivas". Nesse sentido, é necessário que o observador defina o rigor (teórico) de sua observação, através de princípios que vão consubstanciar sua prática, somente assim poderá produzir ciência.

Em outro aspecto, Bourdieu (1972, p.157) afirma que "a teoria da prática que aparece como condição de uma ciência rigorosa das práticas, não é menos teórica; qualquer investigador deve colocar em questão os pressupostos inerentes a sua qualidade de observador externo que tende a importar para o objeto os princípios de sua relação com a realidade". Defendendo que a neutralidade, na ciência, é um tanto quanto complicada de ser realizada na prática, o alerta de Bourdieu corrobora que o discurso e a prática, na pesquisa científica, devem estar embasados em métodos e metodologias que consintam redirecionar o eixo de orientação para além das convicções individuais, senão eliminando, pelo menos minimizando seus efeitos sobre os diagnósticos.

Também é necessário reforçar que se partirmos do pressuposto de que, na sociedade moderna, a comunidade é um laboratório permamente de pesquisa, então, como afirmam Tuzzo e Mainieri (2010, p. 15) "o espaço de aprendizado está em toda a sociedade. Os alunos devem enxergar o cotidiano como um grande laboratório, em que todo tipo de manifestação possa ser analisado, sob a ótica da ciência que se pesquisa e que se quer descobrir. O olhar deve ser crítico e o senso comum deve ceder lugar ao questionamento". Esse também se constitui um grande desafio para os professores, uma vez que, especialmente na comunicação, não necessitamos de laboratório equipados, tão pouco de cobaias. É

fundamental pensar a pesquisa como integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ser encarada com o rigor da ciência, mas sem perder de foco sua capacidade integradora e as possibilidades que se descortinam para as novas descobertas.

Mas, será que toda pesquisa é empírica? Ou toda empiria é pesquisa? Antes de responder a essas questões, é necessário discutir esses conceitos e sua importância no cenário comunicativo, objetivo deste artigo.

Vicissitudes metodológicas: escolhas necessárias

Qual o conceito de empírico? Podemos começar por buscar o significado do termo "pesquisa empírica". Nesse sentido Meksenas[10] (2011, web), define como:

> (1) o modo de fazer pesquisa por meio de um objeto localizado dentro de um recorte do espaço social. Assim, além de implicar num recorte da totalidade social, a pesquisa empírica está centrada na escolha de aspectos das relações entre sujeitos. (2) A pesquisa empírica lida com processos de interação e face a face, isto é, o pesquisador não pode elaborar a pesquisa em "laboratório" ou em uma biblioteca – isolado e apenas com livros à sua volta. Nesta modalidade da elaboração do conhecimento, o pesquisador precisa 'ir ao campo', isto é, o pesquisador precisa inserir-se no espaço social coberto pela pesquisa; necessita estar com pessoas e presenciar as relações sociais que os sujeitos-pesquisados vivem. É uma modalidade de pesquisa que se faz *em presença*.

10. PAULO MEKSENAS - Sociólogo, mestre em didática e doutor em educação pela USP. Professor do Centro de Ciências da Educação da UFSC e autor de *Cidadania, Poder e Comunicação* (São Paulo: Cortez, 2002)

Também é importante entender os conceitos de metodologia e de método. Há metodologias determinadas para diversos tipos de pesquisas e essas são diferentes de métodos. "Quando falamos em método, nos referirmos ao conjunto de procedimentos que nos ensinam a pensar ou a interpretar a realidade social de determinado modo e não de outro". O método é o ponto de partida d*o* 'problema' a ser resolvido. É o caminho ordenado e sistemático para se chegar a um propósito. É a estratégia, é o que fazer. "Então, podemos definir que se o método nos ajuda a pensar o mundo, a metodologia é o conjunto" de táticas "para coletar informações acerca da realidade examinada pelo pesquisador e no contexto da realização de uma pesquisa empírica". É a forma de aplicação do método, é a tática para a utilização da estratégia, é o como fazer. "Desse modo, método se refere mais a um estilo de pensamento no campo das ciências humanas", enquanto a metodologia oferece as formas de se chegar a resultados válidos, independente das verdades que se quer demonstrar com a solução do problema proposto na pesquisa. (MEKSENAS, 2011, web)

A metodologia deve atender a um instrumental coerente, claro, preciso, capaz de encaminhar e, posteriormente, dirimir os impasses teóricos para o desafio da prática. "O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis. Nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador." (MINAYO, 1994, p. 16).

Uma vez definido o que atribuímos a método e metodologia, outro fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer investigação é aquele que nasce da curiosidade do cientista. Neste cenário que se desenham os caminhos das investigações científicas. Na verdade, essa curiosidade pode ser traduzida como encantamento não somente pelas coisas a serem investigadas, mas por seu entorno. Esse acercamento termina por produzir o saber de forma metódica, sistemática e organizada. É o desenvolvimento da pesquisa. Nas Ciências Sociais Aplicadas, campo de enquadramento da Comunicação, torna-se fundamental uma nova

postura dos estudiosos, que devem passar da condição de pesquisares e assumirem a postura de cientistas sociais.

Além das investigações realizadas serem tratadas no contexto dos interesses sociais, devemos tomar como desafio a capacidade de questionamento, muitas vezes, impossibilitando admitir resultados definitivos. É o que permite a renovação, admite mudanças e impulsiona o confronto, propiciando um ambiente típico para ser tratado no campo da pesquisa e da comunicação social.

Se aventarmos o campo da Comunicação sob o enfoque positivista[11], a ideia de que os fenômenos sociais correspondem a leis universais intercambiáveis se faz presente, mas por outro lado, o científico social deve adotar uma posição de neutralidade, embora não seja indiferente aos fenômenos estudados. Como alerta Lozano Redón (1996, p. 21-23),

> Para esta corriente, el científico no constituye un agente de cambio social, sino un observador objetivo que desde fuera analiza las causas y las leyes que rigen los fenómenos sociales (y comunicacionales). La estrategia metodológica se basa en el empirismo, es decir, en el estudio sistemático solamente de aquello que es detectadle a través de los sentidos y que se diferencia de la subjetividad de los sentimientos, los principios filosóficos o éticos y el compromiso social.

O enfoque empírico-positivista também chamado de empirista, funcionalista, *condutivista* ou administrativa, enfatiza a utilidade dos siste-

11. Lozano Redón (1996, p. 23) afirma que o enfoque empirista-positivista "imita el método de las ciencias naturales; busca leyes universales incambiables; exige que el científico sea neutral; propone el empirismo como método; parte de una perspectiva funcionalista; no cuestiona el rol de los medios en la distribución desigual de poder".

mas e fenômenos comunicacionais para a preservação da sociedade. No prisma da comunicação, as análises tendem a abarcar a desigualdade do poder e o controle dos grupos sociais, sendo impossível a preservação da neutralidade defendida. Desenvolvida, principalmente, nos Estados Unidos, tem como teóricos principais Lazarsfeld, Schramm, Berlo, Lasswell, Katz, McQuail e McComs, entre outros. "Los enfoques de la influencia personal, usos y gratificaciones y el análisis funcional, por citar unos cuantos, pueden ubicarse igualmente en esta perspectiva". (LOZANO REDÓN, 1996, p. 22-23)

A corrente positivista, na América Latina[12], teve lugar privilegiado. Isso pode ser comprovado nas afirmações de Beltrán (1985), Sánchez Ruiz e Fuentes Navarro (1992), entre outros. Nos diversos estudos desses investigadores, podemos observar que a pesquisa latino-americana sobre comunicação social sofreu forte influência de modelos conceituais procedentes dos Estados Unidos. Sánchez Ruiz, por exemplo, afirma que principalmente até o início dos anos de 1960, a América Latina recebeu acriticamente e "sin mediaciones ni adaptaciones el empirismo, el funcionalismo, el difusionismo y su síntesis, el desarrollismo". (1992, pp. 17-18)

Já a corrente crítica[13] acreditava que, antes de estudar a comunicação,

12. "En América Latina [...] se advierte este enfoque como sustento conceptual de múltiplos estudios en la tradición de la difusión de innovaciones, y de la modernización a través de la comunicación de masas. Asimismo, se presente en diversos estudios que siguieron el famoso paradigma de Lasswell" (LOZANO REDÓN, 1996, p. 23).

13. Vale à pena um retorno a Mauro Wolf, no livro Teorias da Comunicação, de 1987, em que ele faz considerações sobre o surgimento desta corrente teórica. Segundo ele, essa corrente tem suas raízes no grupo de pesquisadores que freqüentaram "o Institut für Sozialforschung, de Frankfurt, fundado em 1923". Com o nazismo o centro é fechado e seus pesquisadores vão para Paris e poste-

era necessário analisar as diferenças sociais. Para eles, a grande busca da compreensão comunicativa caminhava no sentido do entendimento do posicionamento favorável dos meios, frente à preservação de sistemas sociais tão injustos, refletido nas desigualdades econômicas, educacionais e na manutenção do controle do poder. A amplitude dessas análises deveria partir das mensagens de difusão ideológica das elites econômicas e políticas dominantes e na manutenção da barreira ao câmbio social. (LOZANO REDÓN, 1996, p. 23-24)

Porém, cabe ressaltar, nesse contexto, a afirmação de Lozano Redón (1996, pp. 23-25) sobre a similitude de dois enfoques teóricos conceituais presentes nos estudos do campo da comunicação. Para ele, "aunque por mucho tiempo marxismo y teoría crítica fueran sinónimos, en la actualidad existen diversos enfoques conceptuales que parten de una posición claramente cuestionadora de los medios y de las desigualdades sociales, sin caer en los esquemas maniqueos del marxismo vulgar".

Essas pesquisas, referenciadas por Lozano Redón (1996, p. 24-25), buscaram a compreensão da participação dos *mass media,* no contexto social, analisando o processo comunicativo e suas relações com outras organizações e instituições sociais de forma integrada[14] e visualizando os

---

riormente para diversas universidades americanas, fundando o Institute of Social Research, em Nova Iorque. Foi reaberto, em 1950, difundindo o comportamento crítico nos "confrontos com a ciência e a cultura com a proposta política de uma reorganização racional da sociedade" (1987, p. 71).

14. Na verdade, para Lozano Redón, o enfoque crítico busca: estudar a comunicação dentro de um amplo contexto social; questionar o rol de comunicação na desigualdade econômica e no poder político; seus participantes não são neutros, como acontecia no enfoque positivista, mas seus pesquisadores se comprometem com o câmbio social e finalmente, essa corrente questiona a produção comunicativa no reforço da ideologia dominante (1996, p. 24-25).

meios massivos como "organizações dedicadas à produção e distribuição de significados sociais".

Os estudos críticos tiveram sua origem principal na Europa. Primeiro, pelo marxismo e suas derivações, refletidas nas correntes oriundas da Escola de Frankfurt, dos pesquisadores Althusser, Gramsci, Barthes, Williams e Hall. Essas pesquisas tiveram seu maior reflexo na Europa Ocidental e foram exportadas para a América Latina, através de pesquisadores que retornavam de seus estudos nessas regiões. Mas, não ficaram estagnadas, foram enriquecidas com raízes e características latino-americanas.

Atualmente, com muitas evoluções[15], os reflexos dessas correntes teórico-metodológicas podem ser referenciadas pelos aportes da escola culturalista latino-americana, representada por pesquisadores como Jesús Martín-Barbero (Colômbia), Nestor Garcia Canclini (Argentina e México), Guillermo Orozco e Jorge A. González (México). Essa evolução pode ser comprovada nas afirmações de Lozano Redón.

> es importante aclarar que las etiquetas de positivistas y críticos resultan cada vez menos útiles para caracterizar a los nuevos enfoques teóricos en ambos campos. Por vías diferentes, los positivistas han reconsiderado la influencia de los medios y perciben algunas de sus insuficiencias (por ejemplo, los enfoques de análisis del cultivo, del establecimiento de la agenda y de la sociología de la producción de mensajes). Paralelamente, los enfoques críticos de mayores auge hoy en día, los cultu-

15. Podemos afirmar que os enfoques positivistas (empiristas, funcionalistas) tinham por base: influência pessoal, análise funcional, usos e gratificações, estabelecimento da agenda (*agenda setting*) e a sociologia da produção de mensagens. Já os enfoques críticos tinham suas bases nos postulados da Escola Crítica de Frankfurt, economia política, imperialismo cultural e nos estudos culturais (LOZANO REDÓN, 1996, p. 26-27).

> ralistas, se han distanciado del pesimismo de las tradiciones críticas previas y han roto con la concepción de las audiencias pasivas y fácilmente manipulables (1996, p. 25).

Toda essa confluência de elementos presentes nos estudos dos fenômenos da comunicação de massa tem propiciado a proliferação de numerosos enfoques, que têm permitido a busca da compreensão dos processos comunicativos, confrontando postulados teóricos e práticos, em técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas, buscando detectar em estudos quantificáveis tendências comportamentais, atitudes pessoais e o aprofundamento, em casos específicos, nos níveis conotativos e latentes das mensagens, nas investigações qualitativas.

Para Raul Fuentes Navarro (2000, p. 54-55), a multiplicação das publicações acadêmicas, a participação de pesquisadores, nos cenários (eventos) internacionais, a maior discussão dos trabalhos com a comunidade acadêmica, a apresentação dos resultados das pesquisas em busca de outros consensos científicos, o crescente contato com outros investigadores em ciências sociais, o desenvolvimento de cursos de pós-graduação preocupados com a pesquisa em comunicação, a formação de pesquisadores mais jovens, assim como há forte presença de professores-pesquisadores nos programas de doutorado, são indícios claros e precisos de que a configuração do campo se descortina como uma possibilidade real de estabelecer-se como uma especialidade, cuja institucionalização e profissionalização avançam em termos de legitimação acadêmica, tanto científica quanto social.

> Esta legitimación, dependiente del reconocimiento que los agentes productores de conocimiento Del campo académico logren obtener en cuanto a la consistencia cinetífica y la pertinencia social de sus productos de investigación, no está asociada – como lo estuvo antes – con el proyecto de constituición de una ciencia 'autónoma' o una disciplina con sus propios y exclusivos 'paradigmas' y estructuras de producción

> y reproducción, sino con la posibilidad de apontar elementos de renovación de los estudios socioculturales según un modelo 'posdisciplinario' emergente (FUENTES NAVARRO, 2000, p. 55).

Nesta *re-configuração* das ciências sociais e das humanidades, afirma Fuentes Navarro (2000), a comunicação como campo de pesquisa parte, ao mesmo tempo, de uma evidente debilidade disciplinar, porém, há uma grande flexibilidade e abertura a integração de múltiplas perspectivas de trabalho, em comparação com outras ciências sociais, e de uma relevância cada vez mais reconhecida de seu objeto genérico de estudos, a comunicação, na constituição do mundo contemporâneo. Essas condições, juntamente com a utopia das discussões da comunicação como transformadora da sociedade, faz com que exista 'internamente', no campo, um 'núcleo básico' compartilhado pelos pesquisadores que o constituem, e faz de seu 'exterior' a chave de sua aspiração como diferença legítima no campo intelectual.

Além disso, é um campo interdisciplinar, uma vez que seus objetos específicos são produtos cujo conteúdo está contido nas demais disciplinas que constituem o universo científico. (MARQUES DE MELO, 1998, p. 40).

Hoje, diante das tecnologias da informação e da comunicação, novos cenários desenham o foco e os contornos de nosso entendimento sobre a pesquisa em comunicação social. Como afirma (MEKSENAS 2011, web), "a pesquisa tecnológica, que atua como estratégia de acumulação de capital, supera já a fonte da mais-valia. Portanto, valorizar a pesquisa é em primeiro lugar questioná-la".

Então, fundamental para o encaminhamento das pesquisas teóricas ou empíricas, é desfazer a tendência reprodutiva, abrindo caminho para que as tecnologias comportem um aprender criativo daquilo que precisa ser investigado, instrumentando o ambiente da investigação de um arsenal capaz não só de atender ao rigor da ciência, mas de produzir conhecimento que possa ser utilizado no "mercado" das práticas.

Porém, não se pode esquecer de que, nesse "meio", há sujeitos que pesquisam, objetos e outros sujeitos que são pesquisados. Para compreender essa dimensão, é necessário voltar a Paulo Freire e seus ensinamentos sobre a questão da empiria. Como afirma MEKSENAS (2011, web), as "metodologias da pesquisa empírica implicam em refletir acerca da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto da pesquisa, superando a noção comum do *sujeito-que-pesquisa*, atuando sobre os *sujeitos-que--são-pesquisados*, de modo unilateral e vertical". Para ele, é fundamental retomar as interações entre os diversos grupos, nos quais a horizontalidade da relação deve prevalecer sobre o processo. Isso permitirá o respeito das diferenças culturais e, principalmente, produzirá uma diversidade de conhecimento capaz de atender múltiplas demandas.

Paulo Freire, afirma que,

> a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. (1983, p. 36).

A prática da pesquisa "deve aparecer como preocupação maior", porém, é fundamental entender que "a prática não se restringe à aplicação da teoria", mas a possibilidade de desenvolver resultados críticos, que manifestem e respeitem as diferenças, mas e, principalmente, que seja ético enquanto processo (teórico e prático). Não se pode fazer pesquisa somente primando pela qualidade formal, mas nos procedimento (método, metodologia, sujeitos – pesquisador e pesquisado), de forma que

os resultados ofereçam o ferramental necessário para permitir o diálogo entre as partes envolvidas, produzir conhecimento, alinhavar possibilidade e permitir mudanças. Assim, conhecer as múltiplas realidades, os sujeitos envolvidos e suas culturas, através da pesquisa empírica, é antes um ato de "conviver [com-vivem], isto é, ao estarem *um-com-o-outro* podem, juntos, indagar; problematizar; educar; pesquisar; conhecer; re-educar e transformar" (MEKSENAS, 2011, web). Assim, de fato, estaremos produzindo ciência.

De qual ciência estamos falando, mesmo?

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por pesquisadores das comunicações de massa é constatar se as abordagens de seus estudos podem ser tratadas sob a perspectiva de ciência ou de um conjunto de diferentes ciências, afirma Lozano Redón (1996). Na verdade, a grande questão caminha no sentido de desvendar se a comunicação tem um objeto próprio ou, como pergunta Redón, trata-se de um fenômeno das ciências sociais[16].

Se, como afirma Bourdieu (1983, p. 84), um campo científico pode ser definido como um conjunto de métodos, estratégias e objetos legítimos de discussão e, em cada um desses elementos, são diversos os procedimentos capazes de contribuir para sua fragmentação ou sua consolidação. Então, podemos afirmar que temos, no campo da Comunicação, uma variedade

16. "Podemos afirmar que existem duas correntes neste sentido. A primeira afirma que a comunicação é factível e desejável. Esses pesquisadores estão ancorados em correntes positivistas, oriundas principalmente dos Estados Unidos. Outros, com enfoques mais críticos, fruto de correntes européias, afirmam ser a comunicação um processo tão amplo e complexo que requer uma abordagem interdisciplinar, tratando-se, portanto, de um processo social". (LOZANO REDÓN, 1996, p. 21). Tradução nossa.

de fontes das Ciências Sociais e Humanas capazes de explicar, descrever, interpretar e analisar produções comunicacionais (JENSEN, 2001). Algumas novas, que trazem desafios quer pelas metodologias empregadas, ou nas próprias fronteiras que definem o campo de estudos.

> O que distingue a atual conjuntura histórica como um caso particular de modernização é o papel intensificado da informação e da comunicação com o propósito de imaginar novas realidades na produção material quanto na política e cultura. É nessa conjuntura que a pesquisa sobre mídia e comunicação assume uma nova posição, dentro e fora da academia, posição cujo potencial tem sido descoberto, sistematizado, na literatura publicada, exceto talvez com referência a suas palavras sussurradas (JENSEN, 2001, p. 67).

O campo, acredita Jensen (2001, P. 69), ainda não está consolidado. A partir de 1950, as metodologias examinadas apresentavam hipóteses sobre efeitos massivos e direitos da mídia em opiniões a serem medidas. Posteriormente, houve a explosão da teoria cultural, dos estudos quantitativos de recepção, das pesquisas sobre audiência e as investigações sobre mídia e comunicação, criando uma variedade de subespecialidades humanísticas e científico-sociais. Todos esses trabalhos mostraram que a divisa do campo "são suas fronteiras com outros campos e instituições, e que estão prontas para serem movidas".

Por outro lado Newcomb (2001, p. 73-75) garante que identificar trabalhos inovadores e de peso, que direcionem ou redirecionem a pesquisa e o conhecimento, nos estudos de comunicação, é muito mais difícil que em outras áreas. Para ele, a comunicação não é uma disciplina. Se encarado como um "campo de conhecimento", é concebido sob dois aspectos. O primeiro, de uso mais comum, "é o senso convencional de uma área de estudo". O outro é usado para descrever as "tentativas de fazer nosso caminho através de suas principais extensões".

> Algumas áreas são marcadas e cercadas, claramente delimitadas. Algumas vezes, essas áreas são até mesmo mais severamente restritas. Outras áreas do "campo", entretanto, estão abertas, como um convite a todos aqueles que quiserem explorá-las, mapeá-las e medi-las. Estas áreas, é claro, não estão abertas sem os riscos inerentes. Aqueles que aí se aventurarem devem se defrontar com pântanos ou brejos, atolando-se em questões sem resposta. Mas outras áreas são bem definidas, cultivadas, plantadas e fertilizadas (NEWCOMB, 2001, p. 76).

Nesse sentido, os desafios propostos para que a comunicação possa se consolidar enquanto uma ciência, com método e metodologia própria é praticamente impossível. O conceito de comunicação perpassa o simples entendimento sobre suas fronteiras. É um diálogo e como tal interage, utiliza, reage e aproveita concepções e definições de outras ciências já consolidadas. Estamos classificados dentro da grande área de Ciências Sociais Aplicadas e, dessa forma, não é possível conceber que seja possível estudar os processos comunicativos, em sua multiplicidade de variáveis somente na perspectiva teórica. É necessário atravessar a fronteira da especulação e constar *in loco* as aplicações possíveis para os resultados alcançados.

Se por um lado a comunicação busca empréstimos para consolidar os desenhos teórico-práticos, por outro Miquel de Moragas SPA (1981, p. 12-28) afirma que esses estudos não proporcionam uma reflexão sobre os problemas epistemológicos da área. Para ele, a pesquisa em comunicação não pode ser tratada de forma separada da própria evolução científica e dos caminhos traçados nas ciências sociais em geral (sociologia, psicologia, economia política, antropologia social etc). Mais que uma ciência, a comunicação é um processo que aparece "tanto nos níveis cognoscitivos do indivíduo como em sua ação social"[17]. Em suma, para Moragas SPA (1981), os estudos comunicativos são uma reunião de distintas disciplinas

17. Tradução nossa.

já existentes, chamada por ele de pluridisciplinariedade[18]. Nesse sentido, as várias ciências se acercam do campo comunicativo, cada uma delas dentro de sua própria perspectiva, assegurando, dessa forma, um objeto de estudos comum. A meta seria conseguir a interdisciplinaridade[19] nos estudos da comunicação. Somente, assim, seria possível intercambiar métodos, pontos de vista e, como resultado, obter análises conjuntas nas várias dimensões dos processos da comunicação, quer teórico-prática, quer na aplicação de seus resultados.

Na produção das ciências, os caminhos são renovados constantemente. Há uma grande revitalização dos estudos comunicacionais na atualidade. As tecnologias da comunicação, mensagens, seus significados e discussões, bem como a busca por delinear uma nova abertura para o

18. Cabe, aqui, trazer à tona a forma como Edgar Morin (s/d) define o conceito de disciplina. Para ele, trata-se de uma categoria que agrupa um conjunto de saberes científicos, mas que organiza o conhecimento científico, instituindo a divisão e a especialização do trabalho, englobando a diversidade dos saberes das ciências. Marialva Barbosa (2000), citando alguns conceitos de Morin, afirma que, apesar de agrupar um conjunto científico, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação de suas fronteiras, pela linguagem na qual se constitui, pelas técnicas elaboradas no seu interior ou utilizadas por ela e pelas teorias que lhe são próprias.

19. O termo interdisciplinar de acordo com as definições do Dicionário Aurélio (1999) significa "comum a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento". Alguns pesquisadores empregam o termo no sentido de representar o "concurso de várias disciplinas científicas que se debruçam sobre uma matéria comum e empírica; e de outra parte, o termo refere à constituição de uma disciplina com objeto de estudo singular a partir das contribuições de várias outras disciplinas" (MARTINO, 2000, p. 4-5).

entendimento dos desafios das tecnologias digitais e as mudanças que, com certeza, trarão aos processos comunicativos, renovaram vitalmente o "terreno intelectual em que muitos de nós trabalhamos", constituindo-se, dessa forma, em uma nova opção de estudos (NEWCOMB, 2001, p. 75-77). Nesse sentido, faz-se necessária uma clareza das contribuições das diferentes ciências sociais e humanas, para não corrermos o risco de obter análises a partir de enfoques fragmentados e descontextualizados, sem nos darmos conta disso.

Desafios da pesquisa na Sociedade Digital

Soluções fragmentadas, dissociadas da realidade e desintegradas, presentes na maioria dos programas e projetos de investigação, mudam detalhes do exterior sem, contudo, provocar mudança interna e revolucionária nas condições sociais. É fundamental, para atender as novas demandas da sociedade digital, gerar uma força renovadora que coloque em prática ideias originais, novas arquiteturas e práticas de investigação. Algumas ações resultantes dos processos de investigação, na área, não provocavam mudanças importantes no processo, não levaram em consideração o "como" e, dessa forma, os resultados colaboraram para o prevalecimento das atuais níveis de desinformações quanto aos novos processos.

O desafio da pesquisa sempre enseja tratar o tema-foco de forma exaustiva. Nesse sentido, a metodologia é um processo para a tomada de decisões e que permite a definição de fases e de escolhas, conjuntamente com a determinação de um espaço-temporal, no qual o escopo é desenvolvido e operado em combinação com critérios de validação da seleção dos dados. As escolhas buscam determinar instrumentos para dar formato e *reconfigurar* o cenário comunicativo com foco nas tecnologias digitais, especialmente o desenhado, na última década, e por diversos atores, quer institucionais ou individuais.

A pesquisa é sempre um espaço de forças determinadas pela lógica

das condições sociais de produção. Revela os pré-supostos do discurso; mas, também, referencia o fazer produzido, em que atores encenam as práticas de uma autonomia relativa, mas não dissociada das condições concretas de elaboração, difusão e desenvolvimento daquilo que se está empreendo. Porém, as competências para abordar esse ou aquele objeto e a forma dada a ele são desenhadas na natureza de produção. Estas determinam o ponto de partida, a trajetória e motivam o objeto para a tomada de decisão.

Quando trazemos para o cenário da pesquisa dois fatores: tecnologia digital e juventude, por exemplo, percebemos que há certo pânico com referência ao sistema de aprendizagem da nova geração. Esse alerta dado pelas gerações mais experientes vem carregado, muitas vezes, de um viés crítico para a instantaneidade, o imediatismo e a superficialidade com que os jovens adquirem e administram seus conhecimentos. Talvez, a crítica feita a essa nova geração possa ser justificada com o que Kirsten Drotner (*apud* TAPSCOTT, 1999, p. 47) chama de "pânico da mídia". Ele caracteriza quatro pontos para o abismo entre as várias gerações. Desde a insegurança das gerações "mais velhas" quanto às novas tecnologias; passando pelo desconforto causado por esse aparente desconhecimento; as novas mídias sempre causam desconfiança; e que a revolução digital instalada não é controlada por adultos.

De fato, é uma mudança, uma nova maneira de aprender e de ensinar, na qual o conhecer primeiro e verificar depois deixam de existir. Hoje, essa juventude aprende fazendo. Nesse sentido, uma nova fisionomia de pesquisa se desenha. A juventude vai para a prática, tentando provar suas teorias. Ensejam, desenvolvem, configuram, desenham e combinam métodos e metodologias para que, a partir de suas experiências práticas, possam desenvolver novas teorias. São outros desafios e focos que estão sendo implementados. Não queremos dizer que os métodos e metodologias estão ultrapassados. Mas, que necessitam de combinações e de adaptações, objetivando entender e apreender essa nova realidade. Trata-se, na verdade, de um sentido de mão dupla, da prática para a teoria e vice-

-versa. É sair do conceito de que métodos e metodologias são camisas de força e entendê-los na lógica de sistemas que permitem sistematizar o conhecimento de forma ordenada, capazes de contribuir, significativamente, para o desenvolvimento social e a construção de novas teorias e de outros saberes práticos.

Inserida nesse contexto de inquietude, as experiências resultantes das investigações, que fazem uma aparente inversão de ordem, possibilitarão a construção de novos conhecimentos, superando a fragmentação dos saberes. Dessa forma, um dos desafios é o de alcançar objetivos mais amplos e resultados plurais, numa perspectiva integradora não apenas dos conteúdos; mas e, sobretudo, de formas, formatos, procedimentos, pesquisadores e instituições. Assim, a ameaça à formação de um campo da Comunicação autônomo, devido ao uso indiscriminado e desconectado dos múltiplos conhecimentos, poderá ser superada com a sistematização e a reflexão constante e integrada dos participantes, em todas as fases do processo, para que os diversos aportes teórico-metodológicos estejam voltados a um objetivo maior: o entrecruzamento de ciências, de modo que sejam modificadas e repensadas em função da comunicação, de um novo olhar transformador.

Nesse sentido, o resultado também poderá oferecer uma visão interdisciplinar, possibilitando uma prática diferenciada, que pode dar conta da complexidade e da dinâmica do campo da Comunicação, especialmente no Brasil. Essa prática pode se traduzir pela possibilidade que a pesquisa, como um todo, oferece de descrever e diagnosticar a produção do conhecimento comunicativo, analisando o desenvolvimento dos setores midiáticos; desenhando o panorama da indústria nacional de informação e de comunicação; analisando, mensurando e descrevendo os setores das profissões legitimadas e das ocupações emergentes no campo, além de traçar o perfil nacional da comunicação, evidenciando os aspectos socioeconômico, educativo-cultural, entre outros. Todo esse amplo escopo possibilita a reflexão teórica baseada na construção coletiva prática de novos conhe-

cimentos, fundamental para o avanço da Ciência da Comunicação.

Embora em estágio avançado, o conhecimento sobre o campo da comunicação, se comparado com outras regiões, principalmente da Europa e América do Norte, ainda busca a ampliação dos níveis de excelência na formação universitária e na inserção dos egressos no mercado profissional. Outras características da Comunicação Social altercadas são o amplo entendimento sobre o conceito do campo comunicacional, as definições de suas fronteiras, objetos, agentes (produtores e consumidores), cenários e produções, revisando os processos comunicativos, a partir do conhecimento atualizado produzido nos centros de excelência em pesquisa, instituições de produção de conteúdos comunicativos e de formação profissional. Também é necessário interpretar os resultados em suas interfaces nacionais, regionais e locais identificando, dessa forma, as tendências da comunicação, oferecendo perspectivas futuras para os setores profissionalmente legitimados e emergentes no campo.

Estamos diante de cenários diversificados e amplos, nos quais as "condições de produção, circulação e a recepção de mensagens" se alteraram de maneira radical. A revolução digital tem permitido que "no campo da comunicação, pessoas comuns descubram possibilidades e talentos de expressão que nos modelos tradicionais dificilmente poderiam exercer". Tornaram-se produtores, " nos mais variados formatos (fotografia, música, audiovisual, textos, hipertextos, conhecimento, cultura, educação, entretenimento etc)". Grandes e variados sistemas comunicativos, nas múltiplas etapas do processo, estão sendo criados e amoldados, não mais e somente sob a ótica de um único e tradicional produtor, mas do cidadão, que, com "singular inteligência, renovação artesanal e industrial, opera, ascende e flui nas culturas midiáticas" (MALDONADO, 2010, p. 1-2).

Toda essa mudança enseja a ideia de "dimensão multiforme" (MALDONADO, 2010, p. 3-4) que, a partir de pontos de distinção "concebem essa dimensão como formas de vida (Wittgenstein, 1988) articuladas em uma trama comunicacional e, no interior delas, é possível observar a inter-relação com organizações de outras espécies (técnica, política,

econômica, psicológica, linguística)". Assim, as "capacidades produtivas (artísticas, cognitivas, experimentais, políticas, sócio-organizativas, culturais, poéticas e de trabalho) são potencializadas, criando um caráter multidimensional para a comunicação". Quando são utilizados "recursos e técnicas digitais, pode-se mostrar, concretamente, as convergências hipertextuais, as formas de confluência, as misturas e sua transposição para as dimensões comunicativas".

Para Maldonado (2010, p. 7) há uma "transformação *tecnocultural* profunda que combina condições de produção digital com multiculturalidade intensa, renovadora e conflitiva", na qual há novos modos de interpretar o receptor multimidiático, situando-o a uma multidimensionalidade comunicacional, socializando as possibilidades de intercâmbio de inteligências múltiplas no processo de produção do conhecimento. Dessa forma, argumenta Maldonado (2010) que essas inter-relações promovem a inserção de milhões de pessoas, antes excluídas por desconhecimento das técnicas e das competências produtivas do processo comunicativo. "Hoje, é possível produzir audiovisual, música, jornais, revistas, artes visuais, textos, livros etc" (p. 8), sem uma infraestrutura sofisticada.

Esse novo cenário exige a construção de outras formas de dimensionar, estudar e analisar o processo comunicativo, definindo metodologias (métodos e técnicas) capazes acolher, sistematizar e responder a "problemas concretos", perpassando os métodos já conhecidos. É a perspectiva "*transmetodológica*, na qual se mesclam e configuram lógicas, categorias, teorias e desenhos metodológicos", que se alimentam de "conhecimentos dinâmicos que vão sendo produzidos pelos métodos gerais e particulares de cada área pertinente, fortalecendo-se de conhecimentos teóricos formulados na linha comunicacional transdisciplinar" (MALDONADO, 2010, p. 10). Dessa forma, defende ele, "se estabelece uma inter-relação dialética entre transmetodologia/transdisciplinaridade, sendo a primeira o correspondente metódico das exigências teóricas da segunda" (p. 10).

A *transmetodologia* "propõe um diálogo/confrontação entre métodos, lógicas e procedimentos para trabalhar pesquisas concretas", permitindo

o conhecimento mais amplo das "possibilidades metodológicas que oferecem novos e velhos descobrimentos, admitindo rupturas e continuidades epistemológicas, incluindo a esse esforço a incorporação de epistemologias autóctones e mundiais; científicas e milenares, *paraconsistentes* e formais; dialéticas e axiomáticas", que aceitam " os princípios da diversidade, da contradição, da alteridade, da fraternidade, da aventura intelectual e da paixão por transformar o mundo". (MALDONADO, 2010, p. 12)

Como toda investigação é fruto de escolhas, combinações, ajustes, exclusões, aceitações, conflitos, assentimentos e rejeições, deve estar permeada por regras que consubstanciem e evidenciem panoramas amplos e específicos sob a ótica de seus produtores, sem perder as características das especificidades e particularidades das escolhas feitas por esses atores comunicacionais. O que se busca nos desígnios da metodologia e das técnicas são a minimização dos erros e a amplitude das opções de forma que possibilite mapear, significativamente, aquilo que se está propondo.

O grande desafio é não dissociar instituições, pesquisadores e objetos de estudos, para não perder sua unidade e características. As teorias consolidadas pelas Ciências Sociais Aplicadas forneceram o ferramental necessário para o aporte teórico. Utilizando abordagens quantitativas e qualitativas, é possível superar a simples observação e atuar como agentes na construção do conhecimento.

A cultura brasileira, entre as décadas de 1950 até a primeira década do séc. XXI, e as repercussões nos processos e tecnologias comunicacionais demonstram que o desenvolvimento e consolidação da cultura de massa, no Brasil, exigiram, de forma crescente, a qualificação profissional dos quadros da Indústria Cultural. A comunicação de e para os trabalhadores ganhou, na região, a partir da segunda metade do século XX, a força e o paradigma de um movimento social, estabeleceu novos canais de comunicação entre a sociedade e o Estado.

Portanto, torna-se importante verificar o compromisso das escolas de Comunicação, dos programas de pós-graduação e das entidades representativas da área em difundir e motivar pesquisadores no fortaleci-

mento e no resgate da produção comunicacional. Um exemplo é o tema do Congresso Nacional da INTERCOM de 2011: "Quem tem medo da pesquisa empírica?". Assim, criam-se oportunidades para a disseminação das teorias e das trajetórias acadêmicas de pensadores e de instituições, reconhecidas e legitimadas pela comunidade científica nacional e descortinam novas possibilidades de conhecimento sobre outras formas e formatos de pesquisa em comunicação. Esses são, portanto, apenas alguns desafios das pesquisas empíricas.

Referências

ANDRADA, Antônio Carlos Doorgal de. **Mundo complexo**. Reforma do Pensamento. Juiz de fora: Unipac, 2007.

BOURDIEU, P. **Ésquisse d´une théorie de la pratique**. Paris: Librairie Droz, 1972.

BRAGA, J. L. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, A. et al. (org.). **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

BRAGA, J. L.; CALAZANS, M.R.Z. **Comunicação e educação:** questões delicadas na interface**.** São Paulo: Hacker, 2001.

CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

COSTA NETO, Canrobert. **Ciência e saberes: tecnologias convencionais e Agroecologia**. Disponível em http://www.sul-sc.com.br/afolha/pag/paradigma.htm, acesso jun de 2011.

DA VIA, S.; DENCKER, A. **Pesquisa empírica em ciências humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001.

DEMO, Pedro. Disponível em: http://pt.shvoong.com/humanities/philosophy/1779895-pesquisa-princ%C3%ADpio-cient%C3%ADfico--educativo/#ixzz1Jn7P61Kx, acesso em jul de 2011.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRADÃO, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico:** teoria e prática. SP: Harbra, 1986.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2. ed. RJ: Record, 1998.

JENSEN, Klaus Bruhn. Na fronteira: uma meta-análise da situação da pesquisa sobre mídia e comunicação. IN: **Comunicação & Sociedade**, nº 36, ano 23, 2º semestre. São Bernardo do Campo: Umesp, 2001.

LOZANO REDÓN, José Carlos. Teoría e investigación de la comunicación de masas. México: Alambra, 1996.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Procesos comunicacionales, recepción, educación y transmetodologia**. Congresso da ALAIC em 2010. Disponível em http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Estudios_de_recepcion/ponencias/GT10_4efendy.pdf, acesso em nov 2010.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINO, L. C. **Elementos para uma epistemologia da comunicação**. Apresentado no V Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, na Universidade Diego Portales, em Santiago do Chile, em abr 2000.

MEKSENAS, Paulo. **Aspectos Metodológicos da Pesquisa Empírica**: a Contribuição de Paulo Freire. Disponível em: http://metodologiapeseducaopopuplar.blogspot.com/2011/04/texto-de-paulo-meksenas-falar-de-paulo.html, aceso em jun de 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Maria Cândida. Em busca de um novo paradigma para a educação.In:_____. **Oparadigma educacional emergente.** São Paulo: Papirus,1997

MARTINO, L. C. *Elementos para uma epistemologia da comunicação*. Apresentado no V Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, na Universidade Diego Portales, em Santiago do Chile, em abril de 2000

MORAGAS SPA, Miquel. **Teorias da Comunicação**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 59.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NAVARRO, Raul Fuentes, 2000

NEWCOMB, Horace. À procura de fronteiras no campo dos estudos de mídia. IN: **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Umesp, ano 23, nº 36, 2º semestre de 2001.

TAPSCOTT, Don. **Growing Up Digital**. The rise of the Net Generation. McGraw-Hill, 1999.

PTOLOMEU. Disponível em: http://educacao.uol.com.br/biografias/ptolomeu.jhtm, acesso em jul de 2011.

SÁNCHEZ RUIZ, Enrique. **Medio de difusión y sociedad**. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, Centro de Estudios de la información y de la comunicación, 1992.

STIGAR, Robson. Disponível em: http://www.webartigos.com, acesso em jun de 2011.

TUZZO, Simone Antoniaci; MAINIERI, Tiago. **Aspectos metodológicos da pesquisa empírica em comunicação organizacional e relações públicas:** Uma análise das assessorias de comunicação em Goiás – Brasil, IN: Revista Educação, v.(5) n.(1), 2010.

WIKIPEDIA. Disponível em www.wikipedia.com.br, acesso em jul 2011

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

4.4 Revendo elementos clássicos da pesquisa empírica: Gênero e Análise de Conteúdo como bases de pesquisas empíricas em comunicação

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer[1]

A Análise de Conteúdo como método de pesquisa

A análise de conteúdo é, hoje, uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Esse modelo de análise pode ser descrito, também, como uma Técnica de Investigação sistematizada, em geral, vinculada

1. Professora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB, da Universidade Federal de Goiás. Doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, Especialista em Sociologia pela Universidade Federal de Uberlândia e Bacharel em jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autora dos livros *Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo*. Editora Sotese, Rio de Janeiro, 2002; e *Para Entender as Teorias da Comunicação*, Edufu, 2009, e *A televisão em busca da Interatividade*, Casa das Musas, 2009. E.mail: anacarolina.temer@gmail.com..

ao positivismo *comteano*[2], cuja origem documentada remonta ao final do século XIII[3]. O método está presente, desde os primeiros trabalhos de *communication reserach,* tendo passado por ciclos de larga utilização como base para pesquisas e fases marcadas por críticas, em geral, relacionadas à maneira superficial como alguns pesquisadores tratam os dados obtidos. Essas críticas têm sido superadas, no entanto, pelos autores modernos que, mesmo assim, como está sendo feito nesta pesquisa, pautam-se pela noção de que "o trabalho crítico não se define pelas técnicas que utiliza" (LOZANO, 1994), e adotam uma postura mais aprofundada, no tratamento dos dados obtidos por este tipo de análise, eventualmente, investindo na inferência analítica e na projeção desses dados.

Enquanto método de pesquisa, a Análise de Conteúdo é, também, uma reação contra a antiga análise de texto, excessivamente subjetiva, a partir de uma necessidade de sistematização imposta pelo próprio desenvolvimento dos processos de comunicação mediados (KIENTZ, 1973, p. 10).

Presente na análise das mídias, desde 1893, quando foi publicado o texto *Do newspapper now give the news?*[4], de C. J. Speed, e crescendo em uma relação direta com as análises sobre o jornalismo sensacionalista, a Análise de Conteúdo passa a ser mais valorizado, a partir de 1948, com

---

2. Corrente de pensamento desenvolvida por Augusto Comte, O positivismo valoriza as ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado (FONSECA JÚNIOR: 2006 p. 281)

3. O primeiro trabalho de Análise de Conteúdo é atribuído a uma procura sistemática pelos membros da corte suíça na análise de 90 hinos religiosos anônimos, denominados *Os cantos do Sião* em busca de provas de heresia. (FONSECA JÚNIOR: 2006, p. 280).

4. Os jornais se ocupam das notícias atualmente?

a publicação do livro *Content analysis in Comunication Research*, de Berelson[5] considerado como primeiro manual sobre Análise de Conteúdo. A busca por exatidão nos dados e a valorização do trabalho empírico fez com que o método ganhasse um novo vigor, nas últimas décadas do Século XX, em trabalhos que destacam a adaptabilidade do método a pesquisa com tecnologias eletro-eletrônica de comunicação e, a partir de uma tendência de utilização na esfera do ativismo político (FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 281), na análise da programação de meios eletrônicos e do conteúdo do jornalismo em diferentes veículos.

Colocada acima dos modismos, a Análise de Conteúdo tem por finalidade a discrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Entende-se que um estudo sistemático é aquele que trabalha com regras definidas, ou seja, um sistema operacional que conduz à pesquisa. Trata-se, portanto, da busca por dados objetivos ou, dito de outra forma, por uma análise objetiva que, desde o início, propõe-se a responder uma questão, a atingir um "objetivo", considerando que, dentre as possibilidades de investigação e análise, a quantidade é uma qualidade relevante para se compreender o conjunto dos dados investigáveis.

A objetividade do método, no entanto, não desobriga os pesquisadores de trabalharem, a partir da incorporação de marcos teóricos profundos e bem definidos, da aplicação de ferramentas estatísticas, da incorporação de dados procedentes de análises posteriores de qualquer tipo e, sobretudo, da definição de conceitos coerentes e suficientes para possibilitas a objetividade da análise. De fato, por ser um método que se fundamenta na objetividade, a Análise de Conteúdo exige uma definição precisa das categorias de análise, de modo a permitir sua utilização por diferentes pesquisadores. Da mesma forma, para a sistematização

5. Berelson, Bernard. ***Content Analysis in Communication Research.*** New York: Free Press, 1952. Em uma tradução livre do título: Análise de Conteúdo na Pesquisa em Comunicação

do método, é necessário que a totalidade de conteúdo analisado com relação a todas as agrupamentos (categorias, gêneros e/ou formatos) significativos. O ponto central do método está na qualidade da definição dos conceitos, categorias, tipos, gêneros ou formatos, ou qualquer outra denominação adotada para qualificar, selecionar e mensurar o conteúdo da comunicação.

A efetiva realização de uma Análise de Conteúdo pauta-se pela constituição de um *corpus* de pesquisa, ou amostragem, que respeitem concomitantemente a exaustividade, delimitando critérios que devem abranger, indistintamente, todas as possibilidades de variação em um período determinado; e a representatividade, ampla o suficiente para garantir a presença das variáveis possíveis; e a homogeneidade, considerando a similaridade dos veículos analisados.

Berelson (1952) destaca que a análise de conteúdo não possui qualidades mágicas, e que nada substitui as ideias brilhantes (*In* BARDIN, 1988, p.20). Os pesquisadores que utilizam o método com bons resultados têm procurado superar a ênfase dada ao aspecto quantitativo do método, indo além das respostas meramente descritivas, não deixando de lado a inferência sobre os dados reproduzíveis e válidos que podem se aplicar a seu contexto. (KRIPPENDORFF, 1990, p. 29)

A inferência é uma operação lógica que analisa os índices postos em evidência pelos dados numéricos para, a partir desses dados, deduzir novos conhecimentos sobre os emissores e suas intenções e quaisquer outros aspectos relevantes, eventualmente, fazendo a projeção da evolução destes dados ou configurado possibilidades. A inferência dá ao pesquisador as condições para "evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano" (FONSECA JÚNIOR *In* DUARTE, 2006, p. 299), permitindo a análise da articulação do sentido do texto e das condições de produção da mensagem.

Embora a empatia com os números não tenha desaparecido, o uso da inferência permite que a Análise de Conteúdo seja uma metodologia e uma técnica híbrida, que deve ser trabalhada como elo o formalismo es-

tatístico e a análise indutiva/dedutiva proporcionada por esses dados. Da mesma forma, o uso da Análise de Conteúdo não impede a utilização em paralelo com outras técnicas de pesquisa, sento um auxiliar importante nas pesquisas empíricas de recepção. A parceria da Análise de Conteúdo com outras técnicas de pesquisas empíricas sobre a mediação dos conteúdos e sobre aspectos relativos à produção midiática e, em particular, a produção jornalística, tem sido uma das tendências mais fortes entre os pesquisadores da comunicação latino-americanos que utilizam o método[6].

Particularmente, nos estudos sobre comunicação, essa dupla configuração metodológica se manifesta de diferentes formas, sendo comum o vínculo com a pesquisa bibliográfica de caráter histórico ou com indicativos sobre a produção dos veículos, cujo conteúdo está sendo analisado e suas rotinas produtivas. Em igual escala, o método, também, caminha bem quando realizado em paralelo com uma análise do *feedback* do material veiculado pela mídia ou com a análise da sua repercussão em outras mídias e espaços sociais definidos. Quando o *corpus* do trabalho permite, também, podem ser realizada análise sobre aspectos específicos ou característicos da dinâmica da construção das pautas jornalísticas, como elementos ligados ao exercício do poder e do *status* dos indivíduos que produzem o material midiático ou são objetos dessa produção (fontes, entrevistados, elementos citados no texto, etc.).

Em todos os aspectos, a realização de uma Análise de Conteúdo deve se fundamentar na compreensão do quadro social em que essa comunicação está efetivamente inserida, transcendendo a ideia dos efeitos intencionais dos processos comunicativos mediado. Nesse sentido, a

6. Na América Latina, a difusão da Análise de Conteúdo é atribuída ao Ciespal (Centro de Estudos superiores em Jornalismo para a América Latina) por meio dos estudos em jornalismo comparados realizados por Jacques Keyser, e do seu trabalho de maior impacto na região *Dos semanas em la prensa de América Latina.* (MARQUES DE MELO, 1972)

comunicação deve ser entendida como processo, conforme descrito por Berlo: "*Cada situação de comunicação difere de algum modo de qualquer outra, mas ainda assim podemos tentar isolar certos elementos em comum apresentados por todas.*" (1979, p. 33) e Schramm (1970).

Nesse processo, cabe a comunicação massa é manter a estabilidade do sistema social (DEFLEUR & BALL-ROKEACH, 1993, p. 155-156), oferecendo um conteúdo que satisfaça e motive o maior número possível de pessoas a cumprirem seus papéis dentro do sistema, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro – e, portanto, a estabilidade – deste sistema.

A análise de conteúdo e o tratamento dos dados

As utilizações iniciais da Análise de Conteúdo pelos pesquisadores da Comunicação eram marcadas pela busca da objetividade, ou seja, pelo empenho quantitativo no tratamento dos dados, uma vez que, trabalhado como instrumento de Análise, o método se aplica a diversas fontes de dados: as matérias jornalísticas, os discursos dos políticos, as cartas trocadas, os anúncios publicitários, os romances autobiográficos, os relatórios oficiais.

Com o desenvolvimento das pesquisas, o método foi se aproximando de outras abordagens e trabalhando em conjunto com outros métodos, iniciou relações de análise que incluíam aspectos característicos dos estudos de linguística, da etnologia, da história, da psiquiatria, da psicanálise, da psicologia, das ciências políticas, e muitos outros que se mostraram úteis na pesquisa sobre o jornalismo e de forma ampla, dos processos comunicativos.

A utilização de conceitos de outras áreas do conhecimento abriu espaço para os debates sobre a ênfase da Análise de Conteúdo na abordagem quantitativa nas pesquisas e o desenvolvimento de um maior aporte qualitativo nestas análises. A partir desse ponto, o método passou a se desenvolver a partir de uma dupla perspectiva: a análise quantitativa, que se desenvolve a partir a frequência (o número de vezes) com que surgem certas características fixas – um gênero, uma palavra, um modelo

de abordagem – no conjunto do conteúdo; e a análise qualitativa, cujo objetivo é destacar a presença ou a ausência de uma característica específica – que, igualmente, pode ser um gênero ou uma palavra ou até uma estratégia de linguagem (um estilo) ou de um conjunto de características em uma mensagem, conjunto de mensagens ou até mesmo um determinado fragmento de mensagem.

Na medida em que a exigência da realização de pesquisas quantitativas tornou-se menos rígida, os estudos que se apoiavam no método, mas privilegiando ou mesmo se restringindo a um tratamento qualitativo passaram a se desenvolver com maior freqüência. Paralelamente, a análise de conteúdo começou a ser vista como algo maior do que um trabalho cujo descritivo, e passaram a ser valorizados os resultados obtidos pela de inferência, ou seja, aqueles que buscavam as causas e não apenas os resultados expressos nos conteúdos.

Segundo Bardin (1988), três aspectos incentivaram o aumento das investigações que tem como base a análise de conteúdo: a) a utilização de programas de computadores; b) o interesse pelos estudos relacionados à comunicação audiovisual e outros aspectos não-verbais do processo comunicativo; c) a ausência de precisão nas análises linguísticas. As novas tecnologias da computação aplicadas à pesquisa permitiram uma análise mais aprofundada das mensagens, facilitando aspectos relativos à mensuração e a análise quantitativa de uma forma geral. Além disso, técnicas de estatísticas, antes especializadas, tornaram-se disponíveis em programas simples de computador, democratizando o seu uso. Também, a análise de aspectos não linguísticos ou não-verbais da mensagem passam a despertar maior atenção dos pesquisadores. O uso das cores, da tipografia, a presença ou não de entrevistados, a postura física dos jornalistas nos conteúdos *audiovisuais*, o uso da música e de outros recursos sonoros se afirmaram como possibilidades para serem analisados por meio da análise de conteúdo.

A ampliação das possibilidades de análise levou a novos questionamentos sobre o método, ampliando a sua prática. Atualmente, grande parte dos pesquisadores que utilizam a Análise de Conteúdo fundamenta-se

na noção de que, oculto em um discurso aparente objetivo, esconde-se um sentido que convém desvendar. Ou, ainda, que existe um texto que não está aparente já na primeira leitura e que só pode ser desvendado por meio de uma metodologia adequada.

Considerando esses aspectos, fica claro que a Análise de Conteúdo trabalha a partir da análise rigorosa dos dados e da necessidade de ir além das aparências. Ou seja: "A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. (FERREIRA, 2003).

Em termos metodológicos, duas orientações devem guiar as ações do pesquisador: uma função heurística; na qual a análise de conteúdo se dá como tentativa exploratória, que se baseia na busca de descobertas, e uma função de administração da prova; na qual as hipóteses, questões ou de afirmações provisórias servem de diretrizes para uma análise sistemática, visando confirmar ou negar o sentido analisado, ou seja, a análise de conteúdo para 'servindo de prova'. (BARDIN: 1988).

> A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a--vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente, transponíveis. (BARDIN, 1988, p.31)

Vista como método ou como um conjunto de técnicas de análise, a Análise de Conteúdo pode se desenvolver, a partir várias formas, adaptando-se a uma grande variedade de aplicações no campo das comunicações.

Sobre gênero

Desde e a Grécia clássica, o gênero tem sido uma preocupação dos estudiosos. Em Aristóteles, a noção de gênero tem início com os estudos sobre a oratória, cujo desenvolvimento se dá a partir da instauração da democracia na Grécia. A retórica classifica três tipos de discursos: o deliberativo, o judiciário, ou forense, e o epidítico, ou de exibição. Também Platão faz a distinção entre lírico, épico e dramático, vistos por ele como as três formas fundamentais da Literatura. Outra classificação do mesmo período opõe a tragédia à comédia.

Os povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros (MARCUSCHI, 2002), mas os com o advento da escrita e, principalmente, das técnicas de impressão, estes estudos evoluem para a análise da produção literária, com uma tipologização em gêneros. O primeiro passo foi a clássica distinção entre poesia e prosa (TODOROV, 1990). No entanto, logo essa separação se mostrou insuficiente, ou muito abrangente, uma vez que o sentido da palavra prosa não era claro e havia confusões quanto ao que era literário ou não-literário (BRANDÃO, 2002).

Para fins de análises científicas, podemos dizer que Gêneros são categorias a partir das quais podemos agrupar trabalhos semelhantes, que refletem um momento da sociedade, auxiliando a produção e leitura desses trabalhos. Da mesma maneira que, na literatura, os textos são categorizados como dramáticos, líricos e épicos, a produção dos meios de comunicação, também, segue uma categorização: filmes de ação, musicais, filmes de terror, comédias, *shows*, programas informativos, telejornais, entre outros.

Autores diversos (FISKE, FEUER, MARTÍN-BARBERO, WOLF, BORELLI, BALOGH, LOPES) concordam que essa definição pode ser feita a partir das estruturas, da estética, como nos gêneros literários, mas salientem a necessidade de diferenciação, quando o conceito é aplicado aos produtos dos meios de comunicação mediada.

O gênero é um conceito-chave para os veículos de comunicação, porque é, a partir dele, que o emissor pode agir em função de um quadro semântico – ou um conjunto de possibilidades linguístico-visuais delimitados e, previamente, conhecidos pelos receptores. O gênero é uma promessa de conteúdo, ou de uma possibilidade de conteúdo, uma espécie de contrato, previamente, acordado entre emissor e receptor. Jost entende que para se definir o que é gênero, o primeiro passo é a delimitação do conceito de contrato: "um acordo no qual emissor e receptor reconhecem que se comunicam e o fazem por razões compartilhadas" (2004, p. 9). Na produção mediática, o gênero é "realizado" através do "texto" ou do conteúdo, que é reconhecido, culturalmente, pelos grupos.

O gênero é, também, pode ser entendido como uma abordagem ritual, uma relação de troca entre o emissor e a audiência, por meio da qual texto se define ou, ainda, como "estratégia de comunicabilidade", (MARTÍN-BARBERO: 1997, 301). Os gêneros, nesse sentido, "constituem uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e a do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos". (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 298).

Analisados a partir da mensagem ou do conteúdo, os gêneros se constroem a partir de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que refletem as condições específicas e finalidades únicas de um contexto do qual são parte estrutural. Os gêneros se definem não apenas em função do seu conteúdo temático; mas, também, pela seleção operada nos recursos da língua – lexicais, fraseológicos e gramaticais – que constituem seu estilo verbal e por sua composição interna.

Cada edição ou unidade de um gênero elabora conjuntos, relativamente, estáveis de enunciados. Considerados de forma isolada, a riqueza e a variedade dos enunciados são imensas, mas a sua apreciação permite uma classificação por gêneros. Cada veículo comporta um repertório de gêneros que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que os próprios processos comunicacionais se desenvolvem e ficam mais complexos, eventualmente, incorporando aspectos de outros veículos. Novos

veículos abrem novas possibilidades para novos gêneros e novas estratégias de miscigenação.

Gêneros na comunicação mediada

Os meios de comunicação mediados usam os gêneros como recurso para atender às necessidades de padronização de produto, oposto ao conceito literário de um trabalho de autoria. Dessa forma, gêneros não são categorias neutras, mas "construtos ideológicos que fornecem e reforçam uma pré-leitura" (FEUER, 1987, p. 118): as leituras são direcionadas pelas condições de produção e conduzem os leitores a naturalizarem a ideologia dominante. Os gêneros são "sistemas de orientação, expectativas e convenções que circulam entre a indústria, o texto e o sujeito", que fornecem, antecipadamente, ao receptor um contexto interpretativo, controlando ideologicamente as reações da audiência. Os gêneros não são estáticos. Eles evoluem em função da tecnologia e, principalmente, de uma relação do mercado com o seu consumo cotidiano.

A classificação por gêneros, nos meios de comunicação, exige uma reflexão diferenciada em relação a esses meios e suas características gerais. Enquanto no jornal impresso, no qual a finalidade expressa do veículo é a divulgação de informações, é adotada pelos pesquisadores a classificação do material por categorias (publicidade e jornalismo) e gêneros; na televisão ou no rádio (para citar exemplos), cujo conteúdo é predominantemente voltado para o entretenimento; à classificação por gêneros ocorre a partir da programação, e os produtos jornalísticos se tornam gêneros específicos dentro do conjunto.

É necessário acrescentar que a dinâmica dos gêneros, nos meios de comunicação, é influenciada pelas transformações internas dos próprios meios e pelo mecanismo de intertextualidade que atravessa o sistema dos *media:* a busca constante por alternativas de conquista de audiência faz com que cada meio faça "novas experiências", testando sucessos consolidados em outros meios. (WOLF, 1986). Além disso, a evolução/ transformação dos

gêneros, na mídia, acontece tanto externamente – novos gêneros, gêneros mistos surgem e desaparecem – quanto internamente, com mudanças no conteúdo e adaptações que respondem às necessidades da recepção cotidiana e às necessidades do mercado.

Como na literatura, em que os gêneros refletem um momento da sociedade, também nas mídias, os gêneros sofrem modificações. Fiske entende que "os gêneros são populares, quando suas convenções têm uma relação próxima da ideologia dominante do momento" (FISKE, 1990, p.111). Os gêneros se definem em um conjunto de características, de formatos e regras de construção, produção e recepção. A dinâmica dos gêneros nos meios massivos, entretanto, não deve ser interpretada do mesmo modo que, na cultura culta, ou seja, a partir da ruptura e transgressão. Muito pelo contrário, deve ser vista como inerente ao próprio sistema produtivo, que se transforma internamente e externamente, atravessado pela intertextualidade dos outros meios e pela dinâmica da sociedade em que está inserido.

A dinâmica dos gêneros nos *media* é também um mecanismo geral de intertextualidade que atravessa o sistema, característica da perda da especificidade medialógica (o rádio se parece com a TV e o jornal com a revista), o que faz com que cada meio de comunicação possa experimentar, receber e manifestar formas expressivas típicas de outros meios (WOLF, 1986).

Tipo ideal: um recorte teórico

Weber utiliza o conceito de tipo ideal de um instrumento teórico e abstrato para a construção de hipóteses nas ciências sociais. Trata-se, em sua essência, de um conceito-contraste, criado previamente pelo pesquisador com inferências gerais e a partir do qual se pode medir a realidade efetiva. O tipo ideal é mais do que uma representação ou descrição dos fatos sociais: trata-se de um esforço teórico que reduz os fatos a algumas

de suas características básicas, de acordo com os interesses do pesquisador ou com o ambiente histórico vigente. Dessa forma, o *Tipo Ideal* "Tem antes o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade, a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada." (WEBER, 2001, p.140).

A utilização do tipo ideal ocorre de forma exemplar na História: quando os historiadores definem todo um período histórico complexo e longo, como *feudalismo*, eles criam um 'Tipo Ideal'. Ou seja, as características que o termo *feudalismo* engloba não representam todas as combinações e variantes que, efetivamente, ocorreram nesse período. Nesse sentido, é possível que as características próprias que associamos ao termo nem tenham acontecido efetivamente em conjunto em algum lugar. No entanto, quando pensamos nesse período, imediatamente o associamos às características presentes no 'Tipo Ideal' que define o feudalismo.

Essa relação se aplica a vários termos que as ciências sociais necessitam utilizar, tais como feudalismo, cristianismo, capitalismo, burguesia etc. O 'Tipo Ideal', portanto, é a síntese do conjunto de características consideradas pertinentes por esses historiadores, em seu contexto e de acordo com suas prerrogativas de pesquisa.

> Ou seja, são tipos exemplares que – seguindo nosso exemplo – contêm aquilo que o cristianismo deveria ser, segundo o ponto de vista do cientista; aquilo que, em sua opinião, é 'essencial' nesta religião, porque representa um valor permanente para ele. (WEBER, 2001, p. 143)

É importante ressaltar que o 'Tipo Ideal' não reapresenta com um modelo ideal, um "tipo a ser seguido" ou "o que deveria ser". O termo *ideal* não comporta, aqui, julgamento de valores, mas antes se trata de um arquétipo com um significado não normativo, como um "conceito puro" ou imaginado.

A determinação de um 'Tipo Ideal' deve ser buscada pelo pesquisador, a partir da "acentuação unilateral" dos elementos considerados mais relevantes, anotados a partir de observação isolada de diferentes manifestações de um fenômeno, de tal forma que se forme um "quadro homogêneo" representativo do tipo ideal. Assim, a determinação do tipo ideal não busca construir um modelo, mas apreender as características básicas de um modelo implícito previamente existente.

Para Weber, o uso do 'Tipo Ideal' como recurso para pesquisa se ajusta às limitações discursivas e analógicas do conhecimento humano, que é incapaz de apreender a realidade, a partir de suas múltiplas manifestações, mas se adapta bem à aplicação de simplificações, leis gerais e metáforas. O Tipo Ideal *weberiano* corresponde a uma metáfora ou representação idealizada de um fenômeno, mesmo compreendendo que esse fenômeno está em constante renovação (ou em permanente recriação.

O uso do Tipo ideal se adapta, portanto, a um modelo de processo de pesquisa que se baseia no contínuo refinamento, e se desenvolve por meio da adoção de modelos suficientemente flexíveis para se adaptarem a novos contextos de pesquisa, mas que não são tão maleáveis que deixem escapar as linhas marcantes dos fenômenos observados. A contínua mudança do Tipo Ideal não representa a falha teórica, mas a certeza de sua perenidade adaptável.

Dentro desse quadro teórico, torna-se importante pensar a possibilidade de analisar os gêneros, a partir da construção de Tipos Ideais que os definam. Ou seja, a partir de modelos idealizados – Tipos Ideais – que sendo construtos teóricos, representem, idealmente, um gênero midiático.

Nesse sentido, a indagação a ser feita é sobre a possibilidade de entender um gênero midiático (como, por exemplo, programas de auditório) ou um gênero jornalístico, como um tipo ideal representativo de um aglomerado de modalidades, práticas e expressões jornalísticas que, necessariamente, manifestam-se a partir de características semelhantes.

A resposta a essa questão passa, também, pela definição de quais seriam os elementos relevantes escolher para uma "acentuação unilateral" para a construção de um Tipo Ideal representativo de um gênero midiático.

Uma abordagem do gênero como estratégia discursiva

O gênero está diretamente relacionado com a esteriotipação dos produtos e somente se realiza ou ganha sentido, quanto localizado dentro de um espaço simbólico. Nesse sentido, a noção de gêneros midiáticos pode ser vista como um processo de construção identitária, associada à posição dos produtos (textos jornalísticos, programa de televisão ou rádio, matéria jornalística, etc.) no conjunto dos produtos que participam ou estão inseridos nesse veículo ou grupo de veículos, ou até mesmo uma atividade profissional (como no caso dos Gêneros jornalísticos).

Os gêneros se relacionam entre sim, em um processo que não é de dominação, mas de um diálogo dinâmico e fluído; incluindo não apenas as relações entre os gêneros; mas, também, entre veículos e atividades. Ou seja, um gênero presente em um veículo pode se adaptar a outro veículo, usando códigos desse meio; mas, ainda assim, mantendo algumas características básicas originais. Da mesma forma, um gênero característico de um determinado meio pode, eventualmente, assumir uma linguagem ou até um conteúdo diferente em outro meio. Além disso, como a relação entre sujeito e contexto é dinâmica e cambiável, os gêneros assumidos pelos meios de comunicação possuem, também, valor interpretativo e analítico na vida social. Ou ainda, por meio dos gêneros, o diálogo provocado no interior dos veículos midiáticos acontece, também, nos processos de interação social, eventualmente, imiscuindo-se no espaço da ação individual e de atribuição de sentidos aos conteúdos.

Segundo Bakhtin (1979), os gêneros se manifestam pelo estilo do texto (configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor); mas autores como Costa Val (2003) entendem que são os gêneros que definem o estilo, orientando o processo de seleção de recursos linguísticos. Nos gêneros midiáticos o estilo está ligado a modelos ou formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso.

O enunciado é individual em qualquer esfera da comunicação e, por isso, reflete a individualidade do produto ou da edição. Analisados a partir

dos gêneros, vemos que os estilos individuais – ou o enunciado – obedecem a normas implícitas de narrativas ou modelos de narrativas. Alguns gêneros oferecem mais liberdades do que outros para a construção de um estilo individual, mas mesmo os gêneros mais rígidos deixam espaço para a definição de diferentes articulações de linguagem.

Classificações dos gêneros no jornalismo brasileiro

No Brasil, sabe-se que a primeira classificação de gêneros foi proposta por Luiz Beltrão (1967), no final dos anos 60, sobre o jornalismo impresso. Esse autor realiza uma divisão funcionalista dos gêneros no jornalismo, pela qual é dividida em três categorias: Informativa, Interpretativa e Opinativa.

Na classificação proposta por Luiz Beltrão, o Jornalismo Informativo inclui como formatos a Notícia, Reportagem, História de interesse humano e Informação pela imagem; enquanto o Jornalismo Opinativo inclui o Editorial, Artigo, Crônica, Opinião ilustrada, Opinião do leitor; e o Jornalismo Interpretativo inclui a Reportagem em profundidade. Utilizado como referência nos dias atuais, Beltrão influenciou pesquisadores como Marques de Melo, que elabora diferentes tabelas de gêneros e formatos (1972,1985, 2003, 2007, 2010), sendo que a última inclui, além do informativo, opinativo e interpretativo, o jornalismo utilitário e diversional.

As classificações propostas por Beltrão e Melo são baseadas principalmente na intencionalidade (ou disposição psicológica) do emissor/autor, na natureza estrutural do texto e nos modos de escrita (no estilo do texto), na natureza do tema e/ou assuntos abordados e nas articulações culturais do texto com o veículo mediático no qual ele se expressam.

Mas, autores diferentes classificam os gêneros a partir de diferentes perspectivas. Chaparro apresenta uma classificação dos gêneros (1998), que os compara, no Brasil e Portugal, e questiona a divisão dos gêneros baseada na separação de informação e opinião. Para o autor, essa divisão

se baseia em um falso paradigma, já que informação e opinião são suportes implicitamente presentes nos discursos jornalísticos. (CHAPARRO, 1998, p.100). A partir desse paradigma, Chaparro relaciona o jornalismo a duas ações básicas: relatar e comentar, e propõe uma classificação baseada em dois gêneros: comentário (espécies argumentativas – artigo, crônica, cartas e coluna; e espécies gráfico-artísticas –caricaturas e charges) e relato (espécies narrativas – reportagens, notícias, entrevista, coluna e espécies práticas – roteiros, previsão do tempo, indicadores, agendamentos, cartas-consulta e orientações úteis).

Mesmo considerando a utilidade prática dessas classificações – em particular nos estudos sobre o jornalismo, elas ignoram outras possibilidades de classificação por gênero a partir de diferentes temáticas ou assuntos.

Tendo como base o estilo do texto e a natureza do tema e/ou assuntos, e as articulações interculturais do texto, podemos também classificar os gêneros a partir da tipologia (tipos de conteúdo), segundo estratégias discursivas direcionadas a grupos de receptores específicos. Enquadram-se, nessa classificação, as classificações do jornalismo esportivo, jornalismo feminino, o jornalismo literário, o jornalismo cultural e muitos outros. Nesse modelo de classificação não predomina a análise/classificação a partir da "intenção do autor", mas a efetiva realização de estratégias discursivas estatutariamente definidas por meio de um 'contrato de leitura' de modelos de conteúdos e estilos previamente aceitos pelo emissor e receptor.

Considerando, ainda, a tipologia do material jornalístico, é possível separar a informação nova ou inédita – notícia, a informação curiosa ou de "interesse humano" (*os fait-divers*), o jornalismo de serviço e as matérias de repercussão ou *suítes* (TEMER: 2002).

Enquanto 'Tipo Ideal', os gêneros podem ser compreendidos por meio da análise dos seus elementos estáveis ou definidores. No entanto, nos veículos mediáticos existe uma busca constante para conquistar e manter a fidelidade do seu público, constantemente ameaçado pela concorrência que implica, também, em uma constante inclusão de elementos novos.

Ao incorporar elementos novos, o gênero se afasta do "Tipo Ideal"

(ou do seu tipo ideal). Trata-se de uma estratégia de equilíbrio e desequilíbrio, ou de renovação constante, no qual o equilíbrio é representado pelos elementos estruturantes, ou elementos que permitem a rápida identificação do gênero; e o desequilíbrio é representado pela novidade – ou quebra de expectativas – constituída pelos elementos que, embora aparentemente se afastem das características básicas do gênero, podem ser utilizados como fator para despertar e/ou conquistar a atenção do público.

As classificações sobre os gêneros jornalísticos, em suas diferentes propostas, continuam como importantes fontes de pesquisas para a academia e elemento didático importante para o ensino do Jornalismo. No entanto, a proposta do estudo dos gêneros já se estendeu para além do jornalismo e configura-se como uma área que gera estudos nos diversos suportes midiáticos e atividades profissionais. Autores diversos já aplicam o modelo à análise do conteúdo de diferentes meios de comunicação: gêneros radiofônicos, gêneros televisivos (ARONCHI DE SOUZA, 2004) e gêneros da publicidade, entre outros.

Em todos os casos, a base para definição dos gêneros permanece a mesma, uma relação contratual de pré-decodificação do conteúdo, que se realiza por meio de uma estratégia discursiva característica.

Ainda assim, são poucos os estudos que procuram entender os gêneros a partir de um suporte teórico mais amplo, dando condições para o aprofundamento desse instrumento de análise.

Considerações finais

A questão dos gêneros, sem dúvida, coloca-se como um espaço aberto para debates e novas propostas de classificação. No entanto, o levantamento teórico, aqui vislumbrado, aponta a importância dessa questão para a realização de trabalhos que tenham como base a Análise de Conteúdo.

O ponto central da Análise de Conteúdo é uma definição criteriosa dos elementos para análise, no caso, os diferentes gêneros envolvidos no

processo comunicativo, eventualmente se aprofundando nos elementos estruturantes desses gêneros e, quando for o caso, das suas subdivisões em formatos. O estudo que tem como base a Análise de Conteúdo se propõe, portanto, a uma dupla colaboração ou uma dupla contribuição para os Estudos de Comunicação: a primeira referente aos dados da pesquisa em si mesmo, e a segunda – que em termos de elaboração deve proceder ao objetivo inicial ou primário – uma contribuição para a melhor elucidação dos gêneros e formatos analisados no estudo.

A riqueza dos dados oferecidos por meio da articulação da Análise de Conteúdo com o estudo sobre gêneros abre espaço para indagar se essa relação pode ser construtiva de uma teoria para os estudos sobre comunicação. Dessa forma, ainda que falar sobre uma teoria dos gêneros seja prematuro, o *intercruzamento* dos aspectos teóricos, aqui anotados, com embasamentos teóricos anteriores, permite anotar algumas conclusões:

Considerando-se que a mídia ocupa um lugar significativo na construção, ampliação, divulgação e partilha de significados simbólicos, podemos concluir que o mundo é, burocraticamente, organizado pelos comunicadores[7], em uma ação que tem como paralelo a organização do pensamento pelo indivíduo. Nesse sentido, os gêneros atuam como forma dos meios organizarem a informação (ou da multiplicidade da informação em um mesmo veículo ou em diferentes veículos). Essa organização espelha – ainda que de forma imperfeita e eventualmente intencionalmente deturpada – a percepção não consciente da hierarquização dos temas que compõem a esfera pública – ou seja, daquilo que é público e sendo público deve ser publicamente discutido.

A atuação dos gêneros, na organização das informações, dá-se tanto na hierarquização dos temas, como também de forma interna, na alocação de valores que determinam não apenas que assuntos vão ser *tematizados*;

7. A expressão original e mundo é burocraticamente organizado pelos jornalistas (FISHMAN, 1990: 51)

mas, sobretudo, a forma como vão ser tematizados: com seriedade, com leveza ou, mesmo de forma satírica, de forma pontual ou reflexiva, abrangente ou setorial, etc.

Como ponto final – ou ponto inicial de indagação – deste texto, fica a proposta de que novas pesquisas empíricas trabalhem a partir do instrumental fornecido pelos Estudos de Gênero e Análise de Conteúdo e, a partir dessa perspectiva, forneça novos elementos para a consolidação teórica desta proposta de pesquisa.

Referências

ARONCHI DE SOUZA, José. **Gêneros e Formatos na Televisão Brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BELTRÃO, L. Jornalismo pela televisão e pelo rádio - perspectivas. **Revista da Escola de Comunicação**, vol 1. São Paulo: USP, 1967.

BERELSON, B. ***Content analysis in comunication research***. Nova Iorque: Free Press, 1952.

BERLO, David K. **O processo da comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BRANDÃO, H. N. Texto, gênero do discurso e ensino. *In*: BRANDÃO, H. N. (org.). **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**. Busca prática por uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

COSTA VAL, M. da G. C. Atividades de produção de textos escritos em livros didáticos de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental. In ROJO,

R. & BATISTA, A. A. Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 125-152.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DeFLEUR, Melvin & BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Ferreira, B. **Análise de Conteúdo**. http://www.ulbra.br/psicologia/psi--dicas-art.htm em 03/04/10.

FEUER, Jane. ***Genre study and television*** In: ALLEN, Robert C. ***Channels of discourse*** – TV and contemporary criticism. University of North Carolina Press, 1987.

FISHMAN, Mark. ***Manufacturing news***. Austin, University of Texas Press, 1990.

FISKE, John. ***Britsh Cultural Studies and Television.*** In: ALLEN, Robert . ***Channels of Discourse***. – TV and contemporary criticism. Chapel Hil: University of North Carolina Press, 1987

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. In DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2006._

JOST, François. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa: análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia da Análise de conteúdo**. Barcelona: Paidós, 1990, p. 29

LOZANO, José Carlos. Hacia la reconsideración del análisis de contenido em la investigacion de los mensagens comunicacionales. In RUIZ, Enrique Sanches; BARBA, Cecília Cervantes (orgs) ***Investigar la co-***

municación: propuestas Iberoamericanas. Guadalajara: Universidad de Guadalaraja, 1994.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003. 239p.

MARQUES DE MELO, José & ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UMESO, 2010.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações***:* comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de Massa e Desenvolvimento**. O papel da Informação nos países em crescimento. Rio de Janeiro, Bloch, 1970.

TEMER, Ana Carolina R. P. **Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo**. Editora Sotese, Rio de Janeiro, 2002.

TODOROV, T. The origin of genres. In: PORTE, C. ***Genres in discourse.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WEBER, Max. **Metodologia em Ciências Sociais.** Parte I. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5ºed. Lisboa: Presença, 1999.

WOLF. Mauro. *Generi e Massi Media*. In BARLOZZETTI, G. **Il Palinsesto**. Milão: Franco Angeli, 1986.

4.5 Teoria e prática no ensino de Comunicação na Universidade Federal do Pará[1]

Maria Ataide MALCHER[2]
Suzana Cunha LOPES[3]
Universidade Federal do Pará

1. Este texto contém dados de duas pesquisas realizadas pelas autoras: a primeira é "Difusão dos paradigmas da Escola Latino-Americana de Comunicação: levantamento bibliográfico em diferentes cursos de graduação em comunicação nas disciplinas Teorias e/ou Fundamentos da Comunicação", desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais na América Latina, da Sociedade de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM); e a segunda é "Os dilemas da adolescente Comunicação: identificando os esforços para a formação de um habitus científico no curso de Comunicação Social da UFPA", desenvolvida no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso da segunda autora.

2. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Programa de Pós-graduação "Comunicação, Cultura e Amazônia" e dos projetos "Ciência e Comunicação na Amazônia", "Academia Amazônia" e "ABC Digital". Pesquisadora líder dos Grupos de Pesquisa, do CNPq, Audiovisual e Cultura (GPAC) e Preserv-ação: Comunicação, Ciência e Meio Ambiente. Pesquisadora do Grupo Comunicação Digital e Interfaces Culturais na América Latina. E-mail: ataidemalcher@uol.com.br.

3. Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Pará. Produtora do Projeto "Rádio Web da UFPA". Integrante do grupo de pesquisa Preserv-ação: Comunicação, Ciência e Meio Ambiente. E-mail:.suzanaclopes@yahoo.com.br.

A Comunicação no campo científico

Oitenta anos se passaram desde os primeiros registros de esforços para compreender cientificamente a comunicação, mas a área ainda vive as crises de um campo de estudo em formação. O ambiente desse conflito é o campo científico, conceituado por Bourdieu (1983) como um campo social específico, que possui dinâmicas próprias de trocas, de acumulação de capitais (valores simbólicos), de lutas entre dominantes e dominados.

Nessa dura realidade do cotidiano científico, a jovem Comunicação enfrenta os dilemas da busca por legitimação científica: não sabe se reproduz paradigmas e métodos já consolidados para, assim, conseguir ser bem vista pelas ciências ortodoxas; ou se adota uma atitude heterodoxa, desvencilhando-se das amarras de uma ciência caduca para revolucionar o modo de ser e se fazer ciência.

E nessa indecisão típica de sua imaturidade, a Comunicação acaba acumulando as problemáticas de posicionar-se ora tradicionalmente, ora revolucionariamente de forma pouco crítica. Exemplo prático de uma tentativa de legitimação da Comunicação por meio da reprodução da ordem hegemônica foi o empréstimo histórico de conceitos, métodos e teorias de outras ciências, constituindo-se de uma natureza interdisciplinar que hoje causa diversos conflitos de identidade. Atitude tão inconsequente quanto essa, é a atual tentativa de resolver a problemática da interdisciplinaridade, tomando-a como essência incontestável, aceitando de forma pouco crítica a importação de paradigmas; dessa forma, evita-se mexer em uma ferida muito mais profunda, que tem a ver com a formação epistemológica da Comunicação (MARTINO, 2007).

Mas, parecemos estar vivendo um momento interessante da História da humanidade em que o homem começa a voltar os olhos para si, questionando o moderno estilo de vida que construiu a partir do século XVI. No âmbito da Ciência, que se constituiu por um discurso progressista, vemos, no século XX, a conscientização de que a própria razão científica, que nasceu para substituir os mitos teológicos, tornou-se um novo mito (BOURDIEU, 1983).

Nesse sentido que Bourdieu (1983), Morin (2007) e Souza (2009), dentre outros teóricos, como cientistas sociais que são, desenvolvem o exercício da *autorreflexão* científica e denunciam a não neutralidade da Ciência. São ícones de uma geração de cientistas que se debruçam a entender o seu próprio trabalho. Morin (2007) aponta o fenômeno do autoconhecimento como uma tendência e necessidade da Ciência de conhecer o mundo; mas, também, de voltar os olhos para se autocompreender. Seria o caso, então, da criação de uma "metaciência", uma ciência das ciências, que fosse capaz de refletir sobre o desenvolvimento e o futuro do conhecimento científico.

Essa necessidade geral do homem e da Ciência de autoconhecimento torna, cada vez mais urgente, para o campo da Comunicação a empreitada nada fácil de autorreflexão e autocrítica. Ainda mais quando nos deparamos com uma série de problemáticas históricas que, justamente pela falta de autorreflexão, acumularam-se, gerando as diversas crises pelas quais a Comunicação passa.

Nesse contexto, Navarro (2007) lança-nos, então, o conceito interessante de metapesquisa:

> O conceito metapesquisa refere-se à pesquisa sobre a pesquisa; mas se considerarmos que, como toda ciência social, a pesquisa da comunicação está determinada por uma "dupla hermenêutica" (Giddens, 1984), uma vez que encerra uma interpretação de interpretações, abre-se uma dupla possibilidade: considerar a metapesquisa como pesquisa de terceiro grau (interpretação de interpretações de interpretações), ou bem, considerar a pesquisa da comunicação como uma prática social de comunicação institucionalizada, equiparável com outras práticas sociais de comunicação. Nesse sentido, a metapesquisa da comunicação é também pesquisa da comunicação, e do mesmo modo que na "semiótica de segunda ordem" ou semiótica da ciência de Klaus Bruhn Jensen (1995), ou na "sociologia da sociologia" de Bourdieu (1988), exige o uso dos melhores recursos de uma ciência para a análise de si mesma. (NAVARRO, 2007, p. 166).

Lopes (2003 *apud* NAVARRO, 2007), identifica a metapesquisa como um fenômeno que ganha cada vez mais espaço nos estudos em Comunicação[4]:

> Se, por um lado, essas análises são sinais de amadurecimento do campo da comunicação, do outro, manifestam uma insatisfação generalizada com o estado atual do campo e a urgência de repensar seus fundamentos e de reorientar o exercício de suas práticas de pesquisa. (LOPES, 2003 *apud* NAVARRO, 2007, p. 175).

França (2001b), por sua vez, vê com certo pessimismo o atual panorama desse tipo de pesquisas em Comunicação e denuncia a marginalidade com que elas ainda têm se posicionado no campo:

> vejo alguma negligência e até mesmo um certo ostracismo no tratamento dos fundamentos teóricos de nossa área; uma "quase falta de nobreza" na discussão do objeto da comunicação, das suas bases teóricas e metodológicas. Tal atitude se reveste de dois sentidos: de um lado, é como se se tratasse de questões muito antigas, há muito resolvidas ou há muito descartadas, reminiscências de um momento já passado. Um segundo sentido que pode ser percebido diz respeito à falta de relevância de tal debate: com tantas questões e aspectos mais

4. Diversos pesquisadores brasileiros têm dedicado estudos à reflexão epistemológica da Comunicação. Luiz Cláudio Martino, Vera França, José Luiz Braga, José Marques de Melo, Maria Immacolata Lopes, Francisco Rüdiger são apenas alguns pensadores que trouxemos neste trabalho para ajudar-nos a também metapesquisar. Ainda que não os tenhamos nas referências bibliográficas deste trabalho, não podemos deixar de destacar o empreendedorismo de Antonio Fausto Neto, Muniz Sodré, Lúcia Santaella e Ciro Marcondes Filho nesta linha de pesquisas epistemológicas.

> atuais, mais estimulantes, mais "glamorosos" para estudar sobre a comunicação, seria perda de tempo, ou um movimento estéril esse de pensar o estatuto teórico da área. Avança-se mais (e é mais interessante) investindo no desenvolvimento de estudos sobre as práticas comunicativas do que nesse esforço de buscar uma sistematização de seus referenciais teóricos e metodológicos. (FRANÇA, 2001b, p. 1-2).

No sentido de contribuir para o autoconhecimento da Comunicação que é o tema deste ano dos congressos da INTERCOM, "Quem tem medo da pesquisa empírica?", coloca-nos o desafio de (re)pensar nossos conceitos e metodologias como pesquisadores da Comunicação. Neste capítulo, pretendemos colaborar com essa empreitada, analisando o contexto do ensino da Comunicação, mais especificamente o ensino de teorias da Comunicação, no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, que completa 35 anos em 2011.

Cursos de Comunicação Social no Brasil

Sendo *lócus* privilegiado e estratégico de produção de conhecimento científico, a Universidade é legitimadora de campos do saber. Ela sozinha não formata áreas do conhecimento, mas certamente dá sua contribuição para organizar e agregar capitais aos campos que conseguem se inserir nela. No caso da Comunicação não é diferente. Como aponta Marques de Melo (2008b),

> [...]no século XX, o novo campo científico ganha legitimidade, quando o ensino dos saberes profissionais e a investigação dos impactos sociais da comunicação massiva são acolhidos pela universidade e valorizados pelo sistema empresarial e pelo governo (MARQUES DE MELO, 2008b, p. 9).

Mas, não é à toa que as universidades integram aos seus quadros cursos de Comunicação. A Comunicação chega aos centros de pesquisa a partir de uma demanda social, que Marques de Melo (2003, p. 35) caracteriza como formada por três frentes: 1) industrial – "As empresas da área informativa demandam recursos humanos qualificados e investem na sua formação" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 35); 2) profissional – "Os trabalhadores midiáticos reivindicam aperfeiçoamento intelectual para ter melhores oportunidades ocupacionais e, ao mesmo tempo, fortalecer as corporações a que pertencem" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 35); e 3) cívica – "Requerendo produtos culturais de qualidade, a sociedade civil reage ao abastardamento da imprensa diária, ou melhor, à sua popularização" (MARQUES DE MELO, 2003, p. 35).

Os primeiros investimentos universitários em Comunicação manifestaram-se na Europa e nos Estados Unidos. Foi assim que nasceu, em 1806, o primeiro curso de Comunicação, voltado para o Jornalismo, na Universidade de Breslau, na Alemanha. Mais de meio século depois, em 1869, foi criado o primeiro curso, nos Estados Unidos, no Washington College, Virgínia (MARQUES DE MELO, 2008b). O perfil dos cursos europeu e norte-americano, desde o início, configurou a diferenciação conceitual do pensamento comunicacional dos dois continentes:

> O curso europeu tinha perfil academicista, orientando-se no sentido de alavancar uma "ciência da imprensa". Por sua vez, o curso norte-americano era mais modesto, pretendendo simplesmente "aperfeiçoar tipógrafos", ou seja, ampliar seu conhecimento no âmbito das artes e das ciências (MARQUES DE MELO, 2008b, p. 12).

A criação de cursos universitários de Jornalismo também aconteceu de forma diferenciada na Europa e na América do Norte devido a outro fator: a relação entre as empresas jornalísticas e as iniciativas acadêmicas. Enquanto na Europa essa relação era amenizada pelos objetivos comuns

de tornar a imprensa mais qualificada, nos EUA, grande parte da mídia achava desnecessária a formação universitária do jornalista.

Joseph Pulitzer, utilizando sua influência de diretor de grande cadeia jornalística norte-americana, é quem vai se contrapor a esse pensamento, liderando a opinião de que a formação universitária é imprescindível àqueles que se sentem vocacionados a trabalhar com a informação. No ensaio *The College of Journalism* (A Faculdade de Jornalismo), publicado e m 1904, o jornalista caracteriza como deve ser um curso universitário de Jornalismo:

> Nada de ensinar tipografia ou gerência, nada de reproduzir com triviais variações o curso de uma escola comercial. Isso não é de âmbito universitário! A ideia é a de trabalhar para a comunidade, e não para o comércio, e não para o indivíduo, mas unicamente para o público. A Escola de Jornalismo deve ser no meu conceito, uma escola não-comercial e mesmo anticomercial. Deve exaltar os princípios, o conhecimento e a cultura às expensas do negócio, se necessário. Deve construir ideais, mantendo a contabilidade no seu lugar, e fazer da alma do jornalista a alma do jornal (RIZZINI, 1953 *apud* MARQUES DE MELO, 2008b, p. 14).

No ambiente latino-americano, tanto as experiências norte-americanas como as européias vão ecoar e influenciar a formação dos cursos de Comunicação no continente. O pioneirismo da criação de cursos universitários de Jornalismo foi da Argentina, com a Escola Argentina de Jornalismo, fundada em 1934 (MARQUES DE MELO, 2008b).

O Brasil foi o responsável pela criação da terceira Escola de Jornalismo do continente, integrada à Universidade do Distrito Federal (que, na época, era o Rio de Janeiro), mas seu funcionamento só durou de 1935 a 1939 (ano em que foi extinta pela Ditadura do Estado Novo). Só em 1947 surge a primeira escola permanente de Jornalismo, no Brasil, mantida pela Fundação Cásper Líbero em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (MARQUES DE MELO, 2008b).

Até o fim da primeira metade do século XX, o que vemos é a proliferação de Escolas de Jornalismo, tanto mundialmente como no Brasil. Ainda associado à arte literária e ao alto nível de leitura, o Jornalismo se constituía como uma atividade informativa muito restrita a um segmento da população que possuía domínio das letras, ou seja, as elites (MARQUES DE MELO, 2008b).

É a partir dos impactos sociais de outras mídias além da impressa, como o rádio, a televisão, a propaganda, dentre outras, que as universidades começam a criar cursos voltados também para essas "subáreas da Comunicação", ou, como se convencionou denominar no âmbito acadêmico brasileiro, "habilitações da Comunicação". A separação da Comunicação em habilitações é uma herança norte-americana (ALBA; BUENAVENTURA, 1997 *apud* MARQUES DE MELO, 2003), baseada nas profissões legalmente aceitas e regulamentadas (MARQUES DE MELO, 2003).

As Diretrizes Curriculares para a Área de Comunicação Social (2001) em vigor, atualmente, no Brasil preveem seis habilitações da Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Cinema – também chamada de Cinema e Vídeo –, Radialismo – também conhecida como Rádio e TV – e Editoração), mas o texto deixa aberta a possibilidade da criação de outras.

Inicialmente, como os cursos de Comunicação foram criados para formar o contingente de trabalhadores de comunicação que o mercado midiático necessitava, a formação universitária, na área, enraizou um caráter pragmático de influência norte-americana que, ainda hoje, marca muito os cursos no Brasil. Contudo, como ressalva Marques de Melo, "a nossa vanguarda manteve-se sintonizada não apenas com os modelos norte-americanos, mas também acompanhou o desenvolvimento dos padrões europeus do ensino de jornalismo" (MARQUES DE MELO, 2008b, p. 17), que, lembremos, possuía uma prática mais academicista. Em outras palavras, para além da característica puramente prática do ensino de técnicas, as

universidades brasileiras também se movimentaram no sentido de refletir teoricamente a Comunicação[5].

Esse embate entre teoria e prática está no centro das discussões sobre a Comunicação, não só em termos dos currículos dos cursos universitários, como do campo em geral. Marques de Melo (2003) ajuda-nos a compreender essa questão, destacando que se trata da própria composição do conhecimento, que é formado intrinsecamente por duas dimensões: a prática (práxis) e a teoria.

> *Práxis* – aplicação do saber acumulado pelas sociedades, e, dentro delas, pelas corporações profissionais. Sua meta é desenvolver modelos produtivos, transmitindo-os às novas gerações para acelerar o processo civilizatório.
> *Teoria* – apropriação do saber prático pela academia, que o submete a permanente reflexão e sistematização. Através do ensino e da pesquisa, a universidade atua como formadora de recursos humanos e como produtora de conhecimentos (MARQUES DE MELO, 2003, p. 33).

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social (2001) trazem essa perspectiva integradora da teoria e da prática, ao apontar uma matriz de conteúdos comuns a todas as habilitações, a saber: "conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos" (DIRETRIZES, 2001, p. 23).

---

5. É assim que Marques de Melo (2008) identifica uma nova tendência dos cursos de comunicação: a formação de competências não somente para atuar no mercado, mas também para seguir a carreira docente. Marques de Melo, contudo, aponta uma problemática causada pela falta de experiência empírica desses jovens professores, que, inexperientes mercadologicamente, acabam por reproduzir o conteúdo teórico apreendido na graduação sem aplicar esses conhecimentos ao cotidiano do fazer comunicação.

Apesar da tentativa de orientação do Ministério da Educação brasileiro, as universidades possuem autonomia para montar suas grades e, portanto, existem aquelas que enfatizam mais as práticas laboratoriais em detrimento da reflexão teórica, ao passo que existem também aquelas, cuja centralidade reside no aporte reflexivo sobre a área, diminuindo a importância do conhecimento prático da Comunicação.

Marques de Melo (2003) aponta o ideal de formação universitária em Comunicação que, segundo o pesquisador, deve constituir-se de três conteúdos básicos a serem ministrados *relacionalmente:* 1) Teorias da Comunicação e das habilitações; 2) conteúdo mais operacional (nem por isso menos reflexivo) das habilitações; e 3) conteúdo geral (história, geografia, etc.) que dará visão global da sociedade. E acrescenta que os cursos de Comunicação precisam ser dinâmicos:

> A rapidez com que se processam hoje as mudanças no âmbito da mídia e das tecnologias que lhe dão suporte exige constante atualização dos currículos, das estratégias de ensino/aprendizagem e naturalmente a reciclagem do corpo docente (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64).

Há mais de meio século fazendo história no campo da Comunicação, os cursos de graduação em Comunicação Social, no Brasil, formam os profissionais que trabalham nas mais diversas esferas de atuação da área, assim como têm despertado o interesse pela pesquisa científica e a carreira acadêmica nos jovens estudantes. Tal formação, contudo, difere de região para região, de universidade para universidade. Certamente, o mapa brasileiro do ensino de comunicação revela distorções de cunho infra-estrutural, teórico e metodológico.

Curso de Comunicação Social da UFPA

Em 2008, o quadro dos cursos de comunicação nas universidades brasileiras contabilizava 836 cursos de graduação, dos quais 412 estavam centralizados na região sudeste (MARQUES DE MELO, 2008a). Quando se trata do território do estado do Pará, o número de universidades que oferecem cursos de comunicação, em alguma de suas habilitações, totaliza oito. O primeiro deles foi criado em 1976, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Analisando a trajetória do curso a partir dos Projetos Pedagógicos implementados, identificamos que o curso teve seu primeiro currículo aprovado pela Resolução nº 399, de 21 de janeiro de 1977, do então Conselho Superior de Ensino e Pesquisa[6] da UFPA (Consep). A grade curricular tinha um perfil generalista e pragmático. As disciplinas eram agrupadas em dois ciclos, o básico, sendo comum a todos os cursos das áreas de Letras e Artes, e o profissional específico, sendo formado por disciplinas de formação básica para as duas habilitações e de formação profissional e específica.

Os cinquenta alunos que ingressavam todos os anos, via processo seletivo da Universidade, cursavam dois anos de conteúdo geral e, só na passagem para o terceiro ano, escolhiam em que habilitação gostariam de graduar-se.

Esse currículo foi melhor definido pela Resolução nº 669 do Consep, de 05 de agosto de 1980. Nele, já passou a constar a relação de disciplinas obrigatórias tanto da matriz comum quanto específica. Assim, vemos, por exemplo, que os primeiros alunos do curso estudavam disciplinas como "Noções de Economia", "Problemas Sócio-Econômicos Contemporâneos", "Língua Estrangeira Básica", "Estudo de Problemas Brasileiros", dentre outras que formavam o ciclo básico; e tinham aula de "Administração de Empresa Jornalística" ou "Administração Mercadológica", dentre outras do ciclo profissional. Na Resolução de 1980, também

6. Atual Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

passou a constar a obrigatoriedade da Educação Física e do Trabalho de Conclusão de Curso, na época, produzido nas disciplinas "Projetos Experimentais em Jornalismo" e "Projetos Experimentais em Publicidade e Propaganda".

O conteúdo teórico do curso, como se pode perceber, era primordialmente ministrado por outras áreas, como a Economia, as Ciências Sociais e as Letras. O próprio abrigo do curso no então Departamento de Artes e Comunicação (DAC)[7] já é um fato demonstrativo de que a Comunicação não possuía uma formatação autônoma, agregando conteúdos diversos – sem que se efetivassem correlações –, tampouco tinha uma matriz teórica própria que estivesse na base da formação dos graduandos.

Em termos de estrutura física, o curso iniciou de forma muito precária. Os únicos laboratórios existentes eram os de impresso (com máquinas de datilografar e pranchetas de diagramação, para os alunos de Jornalismo; e equipamentos sofisticados, alguns até importados, de criação publicitária, como tintas, esquadros, etc., para os alunos de Publicidade e Propaganda) e o de fotografia (com poucos equipamentos). Só em 1981 foram adquiridos alguns equipamentos de gravação de áudio, mas ainda muito aquém do necessário para dar suporte ao curso. Em entrevista que nos foi concedida, o professor Otacílio Amaral (2010), que foi aluno do curso na década de 1980, declarou que as disciplinas práticas ofereciam, na verdade, um ensino da teoria da prática, que consistia em ensinar como fazer só a partir da teoria, sem o experimento.

7. Além do curso de comunicação com suas duas habilitações, o DAC abrigava o curso de Educação Artística. Posteriormente, o DAC tornou-se Departamento só de Comunicação, mas continuou atrelado ao Centro de Letras e Artes. Uma mudança na estrutura administrativa da Universidade transformou, em 2008, o Departamento e o Colegiado em Faculdade de Comunicação, vinculada ao atual Instituto de Letras e Comunicação (ILC).

> A gente aprendia a teoria da prática, que era um formato pedagógico que a física usava, a Biologia usava. Só que eles aprendiam primeiro a teoria da prática e depois iam para o laboratório. Nós fazíamos só a teoria da prática porque não tínhamos laboratórios. Quando começaram a chegar professores mais especializados, profissionais do mercado, eles traziam o equipamento deles para a gente treinar (AMARAL FILHO, Entrevista, 2010).

Em 1988, ocorre uma nova reformulação curricular, que começou a introduzir um novo aspecto ao curso. A Resolução n. 1.706 do Consep, de 16 de dezembro de 1988, incorpora à formação básica comum às habilitações conteúdos teóricos específicos da área da Comunicação. São criadas, então, disciplinas como "Teoria da Comunicação" (em 4 edições) e "Metodologia de Pesquisa em Comunicação". Os conteúdos específicos, também, se *reconfiguram*, passando a delinear de forma mais clara as práticas para as quais o curso preparava. Surgem disciplinas específicas de foto, rádio e telejornalismo, projeto gráfico, edição, dentre outras.

Esses esforços de dinamização do curso eram bastante pontuais e desarticulados, não constituíam vontades institucionais e sim dependiam de iniciativas individuais de alguns professores e alunos. Certamente, contribuíram para a qualidade na formação dos estudantes que se envolviam nesses projetos, mas não deram conta de levar, em um primeiro momento, tal qualidade ao curso como um todo.

A redemocratização do país, que significou novas esperanças de melhoria do ensino superior, mostrou-se frustrante na medida em que desencadeou um processo progressivo de sucateamento das universidades públicas, liderada por governos neoliberais. A década de 1990 também foi marcada pelo desenvolvimento exponencial de novas tecnologias da comunicação ,tornando *complexo* instrumental e socialmente os processos comunicativos.

Essa conjuntura negativa resultou no baixo conceito do curso, quando da sua primeira avaliação feita pelo MEC em 1996. Laboratórios e currículo receberam o conceito insuficiente; somente o quadro docente foi avaliado como muito bom. Após essa avaliação, o curso entrou em crise com a ameaça de ser fechado.

Os professores trabalharam, então, em várias frentes para revigorar o curso, dentre elas, na reformulação do Projeto Pedagógico do curso baseados no redirecionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001. Após longas discussões, foi implantado, em 2002, o novo PPC de Comunicação (DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA UFPA, 2002), cujo currículo foi aprovado pela Resolução n. 3.057 do Consep, de 12 de junho de 2003. A partir desse currículo, foram realizadas profundas mudanças na estrutura do curso, a começar pelo seu sistema de ingresso, que passou a dividir as vagas, já no vestibular, para as habilitações de Jornalismo (oferta de 30 vagas) e de Publicidade e Propaganda (oferta de 20 vagas). O horário de funcionamento do curso passou a ser matutino[8], das 8h às 14h, facilitando que os alunos pudessem realizar estágio dentro e fora da Universidade.

Para além de transformações administrativo-acadêmicas, o novo PPC definiu princípios teórico-metodológicos fundamentais para a reconfiguração do curso no decorrer dos anos 2000. Em primeiro lugar, impôs a superação da visão puramente instrumental da comunicação. Se no mercado e na sociedade, em geral, essa concepção estava amplamente difundida, a Academia não podia reproduzir essa visão, comprometendo-se a, inclusive, formar os alunos de maneira a questionar e propor novas alternativas a esse modelo mecanicista hegemônico.

Uma segunda mudança proposta foi o redirecionamento da formação teórica, até então generalista, para a compreensão da mídia e

8. Antes, o curso funcionava, prioritariamente, nos períodos da tarde e da noite, mas também poderiam haver aulas pela parte da manhã.

da sociedade contemporânea a partir do olhar da Comunicação. Nesse sentido, os conteúdos interdisciplinares da Sociologia, da Filosofia e da Ciência Política, por exemplo, deveriam ser devidamente orientados para a Comunicação.

Por fim, o novo PPC registrou o princípio da *indissociabilidade* entre teoria e prática. A formação teórica não deverá se sobrepor ao ensino da prática, mas ser capaz de contribuir para que o aluno construa um repertório que lhe dê tanto competência para refletir sobre sua prática profissional quanto habilidade, para gerar novas formas de fazer comunicação, e ética para atuar em favor da sociedade.

A fim de dar conta dessas pretensões, montou-se uma grade curricular em que a oferta de disciplinas teóricas e práticas acontecesse desde o primeiro semestre de curso. Dessa forma, os estudantes poderiam desenvolver as habilidades e competências necessárias para integrar esses dois eixos fundamentais ao longo de toda a formação acadêmica.

Nesse sentido, foram criados os laboratórios específicos de cada habilitação, que tinham por obrigação exercitar e experimentar a produção de conteúdos nas mais diversas mídias, ter acesso a mais de um professor e aplicar os conhecimentos teóricos em produtos finais. Surgem, por exemplo, os laboratórios de Introdução ao Jornalismo, Jornalismo Impresso I e II, Radiojornalismo, Telejornalismo, Jornalismo Digital e Novas Mídias e Comunicação Institucional (para os alunos de Jornalismo) e os laboratórios de Introdução ao Marketing e Propaganda, Criação Publicitária I e II, Planejamento de Mídias, Produção em Mídias Impressas e Produção em Mídias Eletrônicas I e II (para os alunos de Publicidade).

As disciplinas teóricas obrigatórias passaram a priorizar o estudo interdisciplinar, mas com o foco na Comunicação. Exemplos: "Comunicação, Cultura e Sociedade", "Teorias da Comunicação", "Comunicação e Teorias da Linguagem", "Teorias da Cultura e do Contemporâneo", "Estética da Comunicação", "Estudos de Temas Contemporâneos" e "Estudos de Temas Amazônicos I e II" – essas duas últimas, voltadas

para o conhecimento da realidade regional, tentam imprimir ao curso a identidade amazônica que se fortificará no *pleiteamento* da pós-graduação em 2010.

Houve, também, um avanço na oferta de disciplinas optativas que, a partir de então, tanto podiam ser buscadas em outros cursos afins à Comunicação na Universidade como passaram a ser ofertadas pelo próprio curso, possibilitando ao estudante ter acesso a uma formação mais voltada para a área comunicacional. Como exemplos, podemos citar as disciplinas "Comunicação e Política", "Marketing Cultural", "Literatura e Comunicação", "Comunicação e Ciência", etc. Além disso, a inclusão de atividades complementares como carga horária integrante do currículo proporcionou a participação dos alunos em atividades extracurriculares ofertadas pelo próprio curso com o objetivo de apresentar ou aperfeiçoar conteúdos teóricos e práticos.

No novo PPC, altera-se, ainda, a estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso, imprimindo outra dinâmica de produção e instituindo a obrigatoriedade de defesa do trabalho diante de uma banca examinadora[9].

O contexto político nacional dos anos 2000 foi importante na reestruturação das universidades públicas, voltando a investir nos cursos de graduação e pós-graduação e nas áreas de Pesquisa e Extensão. O cenário da Comunicação, por sua vez, entra em fase de maior reflexão interna. A Pesquisa em Comunicação ganha cada vez mais demandas e o Curso de Comunicação Social da UFPA não se viu livre dessa necessidade.

---

9. Para mais informações sobre os impactos das mudanças curriculares e conjunturais do curso de Comunicação Social sobre os trabalhos de conclusão de curso (TCC), sugere-se a leitura do TCC "Os dilemas da adolescente Comunicação: identificando os esforços para a formação de um *habitus* científico no curso de Comunicação Social da UFPA", cuja autoria e orientação são das autoras deste capítulo.

A trajetória 'currículo-pedagógica' do curso reflete, nitidamente, a própria trajetória do pensamento comunicacional e a história acadêmica da Comunicação. Inicialmente, a dimensão instrumental, funcional, prática da comunicação, efervescente nas teorias da Comunicação e na sociedade, vai refletir na criação de cursos superiores na área voltados para a formação técnica de profissionais para atuarem no mercado de comunicação em expansão no país.

Posteriormente, com a redemocratização do Brasil, uma série de legislações norteará mudanças de concepção tanto dos processos comunicativos (principalmente os mediáticos) como dos perfis dos cursos universitários. Tais mudanças conceituais, contudo, encontraram dificuldade para se efetivarem na prática devido ao processo de sucateamento das universidades públicas brasileiras na década de 1990. Esse processo só começará a dar frutos verificáveis, nos anos 2000, quando do aumento dos investimentos públicos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Ao mesmo tempo, as práticas e teorias comunicativas e educacionais reavaliaram o papel do receptor/aluno, que é elevado ao *status* de ser crítico e produtor de cultura. Assim, tanto os receptores dos meios de comunicação como os alunos dos cursos de Comunicação começam a ser vistos como agentes sociais ativos, que produzem significados nos processos de que participam. É então que o receptor passa a ser consultado e pesquisado, enquanto que os estudantes de Comunicação são impelidos a construir sua própria formação, desde a escolha de disciplinas até a autonomia para buscar o conhecimento com os próprios esforços.

Atualmente, o currículo do curso de Comunicação Social da UFPA está em fase de reformulação, buscando adaptar-se às novas demandas do profissional de comunicação. O novo Projeto deverá manter a base do ano de 2002, mas trará algumas mudanças, como a inclusão de atividades de extensão na carga horária semestral dos alunos, a *relocação* de conteúdos entre as disciplinas (será reorganizada a distribuição de carga-horária do curso, prevendo a inclusão

das novas disciplinas como Tópicos em Estudos da Comunicação, Teorias do Jornalismo e Legislação Publicitária) e o apuro no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (que deverá ser desenvolvido em dois períodos letivos com a presença do orientador desde o início do processo). Esse é um Projeto Pedagógico, ainda, em fase de avaliação para sua posterior implementação, portanto, nos anos que seguem, podermos verificar os efeitos dessas mudanças.

Disciplinas de teorias da Comunicação

Especificamente, quanto ao ensino de teorias da Comunicação, no curso da UFPA, realizamos uma pesquisa no âmbito do Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais na América Latina, da Sociedade de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM), que nos permitiu fazer uma análise de qual a base teórico-metodológica desse ensino, cujos resultados queremos compartilhar aqui.

A UFPA oferta as disciplinas "Comunicação, Cultura e Sociedade" e "Teorias da Comunicação", respectivamente, no 1º e no 2º semestres do curso de Comunicação Social, tanto para os alunos de Jornalismo como de Publicidade e Propaganda, com carga horária de 60 horas.

Tendo como objeto empírico de análise os planos das disciplinas do 2º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010, iniciamos a pesquisa pelas ementas:

Tabela 1 - Ementas das disciplinas "Comunicação, Cultura e Sociedade" e "Teorias da Comunicação", ofertadas, respectivamente, no 1º semestres de 2010 e no 2º semestre de 2009.

Disciplina: Comunicação, Cultura e Sociedade
Delimitar e problematizar o objeto de estudo da Comunicação, refletindo sobre a interdisciplinaridade desta área do conhecimento e demonstrando sua indissociabilidade da cultura. A partir das transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas na passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, situar o contexto histórico específico sob o qual o campo dos media emerge e se legitima até assumir a função de principal mediador entre os diferentes campos sociais surgidos na modernidade. Ao apresentar a genealogia e natureza da legitimidade do campo midiático na modernidade, o curso busca fornecer ao aluno o primeiro arcabouço crítico sobre os problemas centrais da Comunicação, entre os quais se pode assinalar: as mudanças na concepção de tempo/espaço; processos de mediação e novas formas de experiência; a relação entre o público e o privado; modernidade e espaço público; os media e a cultura; os públicos autônomos e as novas formas de sociabilidade.
Disciplina: Teorias da Comunicação
A proposta do curso é organizar um painel aberto dos principais campos teóricos que discutem a comunicação. Vamos percorrer um itinerário generalista, mas dotado de uma perspectiva crítica. Essa perspectiva será lançada na primeira aula do curso e será constantemente evocada. Ela por ser resumida por meio do questionamento: que teoria da comunicação para compreender o nosso tempo? O "nosso tempo", de início deixamos claro, é o da sociedade do saber, a da interação social, via Web 2.0, a do capitalismo creditício em crise e a do reposicionamento (e espetacularização) dos papéis do Estado e da sociedade civil através da mídia. Conscientes de que essa indagação, esse posicionamento crítico, necessita de uma base epistemológica para ser melhor colocado – e que não é tarefa da disciplina Teoria da Comunicação explorá-lo integralmente – podemos dizer que o objetivo maior da disciplina é oferecer aos alunos, justamente, essa base epistemológica a respeito das teorias da Comunicação. O cardápio selecionado, como disse, é generalista. Não poderia ser diferente, porque a carga horária disponível é curta – e, de qualquer forma, trata-se de uma introdução, porque várias das linhas teóricas trabalhadas no curso serão melhor desenvolvidas posteriormente.

Em "Comunicação, Cultura e Sociedade", o objetivo é apresentar a trajetória da formação do campo da comunicação, relacionando-os com o próprio desenvolvimento da sociedade moderna. São expostos, então, aspectos como o objeto de estudo da comunicação, a interdisciplinaridade do campo e todas as problemáticas que as Ciências da Comunicação enfrentam no embate simbólico do campo científico. Na disciplina, não se aprofunda o estudo das diversas escolas do pensamento comunicacional.

Já em "Teorias da Comunicação", podemos notar uma continuidade em relação ao estudado na primeira. A disciplina se propõe a apresentar as diversas teorias da comunicação, refletindo qual a contribuição de cada uma para a compreensão do campo na atualidade.

A partir dessa proposta geral das disciplinas apresentada nas ementas, analisamos a bibliografia utilizada nas aulas para o ensino do conteúdo. Na Tabela 3, estão relacionadas às obras que compõem a bibliografia básica de "Comunicação, Cultura e Sociedade".

Tabela 2 - Lista de obras adotadas na disciplina "Comunicação, Cultural e Sociedade"(1º sem./2010)

Autor	Obra	Ano
BOURDIEU, P.	O Poder Simbólico	1989
CASTELLS, Manuel	A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2 – o poder da identidade	2008
FAUSTO NETO, Antonio et al. (orgs.)	Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas	2001
HOHLFELDT, Antonio et al. (orgs.)	Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências	2001
GEERTZ, C.	A interpretação das culturas	1989
HALL, Stuart	A identidade cultural na pós-modernidade	2001
LARAIA, Roque de B.	Cultura: um conceito antropológico	1996

RODRIGUES, Adriano D.	Estratégias da comunicação	1990
MATHEWS, Gordon	Cultura Global e Identidade Individual: à procura de um lar no supermercado global	2002
SANTAELLA, Lucia	Cultura das mídias	1996
SANTAELLA, Lucia	Os desafios da comunicação. In: Comunicação, espetáculo, jornalismo, Revista Lumina	2000
THOMPSON, John B.	A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia	1998
WEBER, M. H. et al. (org.)	Tensões e objetos da pesquisa em comunicação	2002
WOLTON, Dominique	Pensar a comunicação	1999

Na análise da tabela, podemos traçar um perfil das obras estudadas. Por ter uma proposta de introdução ao campo da comunicação, a disciplina "Comunicação, Cultura e Sociedade" traz leituras de obras sobre a modernidade (*A era da informação*, *A identidade cultural na pós-modernidade*, *A mídia e a modernidade*), a relação da comunicação com a cultura (*A interpretação das culturas*, *Cultura: um conceito antropológico*, *Cultura das mídias*) e as problemáticas das Ciências da Comunicação (*O poder simbólico*, *Os desafios da comunicação*, *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*, *Pensar a comunicação*).

Na bibliografia da disciplina "Teorias da Comunicação", por sua vez, constam as seguintes referências, relacionadas na tabela 4.

Tabela 3- Lista de obras adotadas na disciplina "Teorias da Comunicação" (2º sem./2009)

Autor	Obra	Ano
BERMAN, Marshal	Tudo o que é sólido desmancha no ar	1988
BOURDIEU, Pierre	A Distinção. Crítica social do julgamento	2007
CONNOR, Steven	Cultura pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo	1992
FREITAG, Barbara	A teoria crítica ontem e hoje	1993
LYOTARD, Jean-François	O Pós-moderno	1986
MACHADO, Roberto	Por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder	1979
MATTELART, Armand; NEVEU, Érik	Introdução aos Estudos Culturais	2004
RÉE, Jonathan	Heidegger. História e verdade em Ser e Tempo	2000
SELIGMANN-SILVA, Márcio	Adorno	2003
SIEBENEICHER, Flávio B	Jürgen Habermas. Razão comunicativa e emancipação	2003
WOLF, Mauro	Teorias da Comunicação	1994

Na bibliografia de "Teorias da Comunicação", percebemos o predomínio de obras que abordam a Teoria Crítica e teorias mais recentes (*A teoria crítica ontem e hoje*, *Cultura pós-moderna*, *O Pós-moderno*, *Introdução aos Estudos Culturais*) e obras cujo foco é o pensador/teórico (*Por uma genealogia do poder*, *Heidegger*, *Adorno*, *Jürgen Habermas*). As referências sobre as teorias norte-americanas, especificamente, e a trajetória geral das correntes teóricas (*Teorias da Comunicação*) são encontradas em menor quantidade. Dessa forma, a bibliografia dessa disciplina destoa da proposta de sua ementa, que é apresentar as diversas correntes de

pensamento, já que se deu maior ênfase ao ensino de algumas teorias, em detrimento de outras.

A partir de uma análise geral das obras estudadas, nas disciplinas de teorias da comunicação da UFPA, foi possível perceber que o ensino de teorias da comunicação, no curso, mostra-se contextualizado à trajetória do campo da comunicação; mas, ao mesmo tempo, privilegia alguns teóricos, em detrimento de outros.

Outra análise das bibliografias foi feita sobre o enfoque em autores e suas escolas de pensamento. Nas Tabelas 5 e 6, relacionamos os autores presentes nas bibliografias investigadas, categorizando-os em três principais escolas de pensamento: Escola Norte-Americana[10], Escola Europeia[11] e Escola Latino-Americana de Comunicação (Elacom)[12]. Os

10. A Escola Norte-Americana é uma das pioneiras no desenvolvimento de pesquisas que têm como objeto a comunicação. É caracterizada por uma abordagem funcional e pragmática dos processos comunicativos, com ênfase para as influências dos meios sobre os públicos. Essa vertente é conhecida também como *Mass Communication Research*. Mas, existem outros tipos de estudos, como o interacionismo simbólico da Escola de Palo Alto e a comunicação humana e social da Escola de Chicago. Ver mais em FRANÇA, 2001a, p. 53-5.

11. A Escola Europeia nasce na primeira metade do século XX orientada para pesquisas mais especulativas e intelectualistas e menos pragmáticas. A análise da cultura e da comunicação na sociedade industrial caracterizou os estudiosos da Escola de Frankfurt. Franceses estruturalistas e ingleses dos Estudos Culturais também compõem a Escola Europeia. Ver mais em FRANÇA, 2001a, p. 55-6.

12. A Elacom é a escola ocidental mais jovem. A partir da segunda metade do século XX, delineiam-se, com maior expressividade, os estudos desenvolvidos

autores que não são próprios do campo da comunicação foram categorizados em Escolas Transversais[13].

Tabela 4 - Autores citados na bibliografia básica da disciplina "Comunicação, Cultura e Sociedade" (1º sem./2010)

Autor	Nº. de obras	Escola Teórica
BOURDIEU, P.	1	Transversal – Francesa
CASTELLS, Manuel	1	Europeia – Ibérica
FAUSTO NETO, Antonio et al. (orgs.)	1	Elacom – Brasileira
HOHLFELDT, Antonio et al. (orgs.)	1	Elacom – Brasileira
GEERTZ, C.	1	Tranversal – Norte-Americana
HALL, Stuart	1	Transversal – Inglesa
LARAIA, Roque de B.	1	Transversal – Brasileira
RODRIGUES, Adriano D.	1	Europeia – Ibérica
MATHEWS, Gordon	1	Tranversal – Norte-Americana
SANTAELLA, Lucia	3	Elacom – Brasileira
THOMPSON, John B.	1	Norte-Americana
WEBER, M. H. et al. (org.)	1	Elacom – Brasileira
WOLTON, Dominique	1	Europeia – Francesa

por teóricos latino-americanos, seja na corrente anti-imperialista da década de 1970, seja nas concepções mais atuais de comunicação participativa. Ver mais em FRANÇA, 2001a, p. 56-7.

13. Neste artigo, denominam-se Escolas Transversais as correntes de pensamento de outras áreas do saber, como Artes, Ciências Sociais, Psicologia, Filosofia, etc.

Tabela 5 – Autores citados na bibliografia básica da disciplina "Teorias da Comunicação" (2º sem./2009)

Autor	Nº. de obras	Escola Teórica
BERMAN, Marshal	1	Transversal – Norte-Americana
BOURDIEU, Pierre	1	Transversal – Francesa
CONNOR, Steven	1	Europeia – Inglesa
FREITAG, Barbara	1	Transversal – Irlandesa
LYOTARD, Jean-François	1	Europeia – Francesa
MACHADO, Roberto	1	Transversal – Brasileira
MATTELART, Armand; NEVEU, Érik	1	Europeia – Francesa
RÉE, Jonathan	1	Transversal – Inglesa
SELIGMANN-SILVA, Márcio	1	Transversal – Brasileira
SIEBENEICHER, Flávio B	1	Transversal – Brasileira
WOLF, Mauro	1	Europeia – Italiana

Podemos identificar quais escolas de pensamento tiveram mais expressividade no ensino de teorias da comunicação na UFPA. Percebe-se que há predominância de teóricos da Escola Europeia, que representam 29,1% (7) dos autores citados nas bibliografias das disciplinas. Em seguida, está a Escola Latino-Americana, representada por 16,6% (4) dos autores, e a Escola Norte-Americana, com 4,1% (1).

Vale ressaltar a presença da Escola Latino-Americana nas disciplinas. Considerando a jovialidade dessa escola em relação às demais, é possível analisar que ela está começando a se difundir no curso da UFPA, proporcionando aos estudantes o conhecimento diversificado das teorias.

A quantidade de autores de áreas transversais, contudo, é mais significativa do que as demais escolas de pensamento, chegando a representar 50 % das referências. Esse dado nos leva a refletir sobre a problemática

da interdisciplinaridade do campo da comunicação, a partir do uso de autores de fora da área que ajudam a compreender os processos comunicacionais na sociedade.

Nesse contexto, Santaella (2000) acredita que a interdisciplinaridade da comunicação se dá pela sua onipresença na vida social, acabando por convergir os interesses de estudo de várias ciências. Ao mesmo tempo, o uso majoritário desses autores em detrimento de teóricos próprios da comunicação pode enfraquecer a constituição da área como campo científico. É uma questão de fazer da comunicação "mais que uma interseção passiva ou simples efeito de diferentes orientações do saber" (MARTINO, 2001, p. 29).

Considerações

Muitas foram as constatações fornecidas pelas pesquisas realizadas. O estudo dos planos das disciplinas de teorias da comunicação e a análise da trajetória curricular do curso de Comunicação Social da UFPA revelam um diagnóstico básico de como os fundamentos da comunicação estão sendo ensinados aos jovens estudantes da graduação nessa universidade.

O campo dispõe de escolas de pensamento e teóricos diversos – sem contar com as contribuições de outras áreas – que empreendem o esforço de compreender os processos comunicacionais. Ao longo do tempo, vem-se acumulando um arcabouço de conceitos e estudos que mostram não só o aspecto tecnológico dos meios de comunicação; mas, sobretudo, o desenvolvimento da sociedade e das relações humanas.

É preciso garantir que os estudantes tenham acesso a essa diversidade de conhecimentos sobre a área, o que só contribui para uma formação ampla e contextualizada. Predominantemente europeu e norte-americano, o pensamento comunicacional, a partir da década de 1970, passa a ter novas fontes de pesquisa, como a Escola Latino-Americana. Difundir essas fontes não é uma questão de regionalismo, mas uma necessidade da democracia de garantir a pluralidade.

Pela pesquisa realizada, é possível verificar que o ensino de comunicação, na UFPA, reflete essa busca pela diversidade, não excluindo teorias estrangeiras, mas colocando em posição de igualdade a essas teorias a produção científica de origem local (brasileira e latina). A experiência vem se desenvolvendo não só no âmbito das teorias; mas, também, das metodologias, o que contribui para que se possa superar o fosso historicamente construído entre teoria e prática.

A pesquisa empírica, nesse sentido, para além de uma simples classificação, é uma missão para os atuais e futuros comunicadores. Da prática pura, os cursos de Comunicação, no Brasil, passam cada vez mais a acrescentar uma dimensão teórico-reflexiva que permite o próprio desenvolvimento do campo. Contudo, o processo de teorização do campo não deve pretender se tornar o oposto da dimensão tecnicista do início da história das Ciências da Comunicação. Um movimento academicista é tão limitador quanto o tecnicista.

A chave para o futuro do campo está na aliança, nem sempre fácil, entre teoria e prática, seja dentro de veículos de imprensa, seja em sala de aula, seja ainda na produção científica dos pesquisadores da área da Comunicação. Como nos instiga Morin (2008), é preciso, pois, *repensar o pensamento*.

Referências

AMARAL FILHO, Otacílio. Entrevista. Entrevistadora: Suzana Cunha Lopes. Belém, 2010. Entrevista concedida para a elaboração do trabalho "Os dilemas da adolescente Comunicação. Identificando os esforços para a formação de um *habitus* científico no curso de comunicação da UFPA".

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais. p. 122-55.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA UFPA. **Projeto de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social**. 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufpa.br/wp-content/uploads/2010/04/Projeto-de-reestruturacao-curricular-PPC-Comunicacao-Social.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2010, 17h31.

DIRETRIZES Curriculares para a Área de Comunicação Social e suas Habilitações. In: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, p. 14-21. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2010, 21h20.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio et. al. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001a.

_____. **Paradigmas da comunicação:** Conhecer o quê? Trabalho apresentado no X Encontro da Compós, Brasília, 2001b. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em: 28 nov. 2010, 14h25.

MARQUES DE MELO, José (Org.). **O campo da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008a.

MARQUES DE MELO, José. **História política das ciências da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008b.

_____. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera (Org.). **Teorias da comunicação**: escolas, conceitos, tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 27-38.

MARTINO, Luiz C. (Org.). **Teorias da comunicação**: muitas ou poucas? Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Ciência com consciência**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

NAVARRO, Raúl Fuentes. Fontes bibliográficas da pesquisa acadêmica nos cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil e no México. **Revista Matrizes**, n. 1, out. 2007. p. 165-77. Disponível em: <http://revcom.portcom.INTERCOM.org.br/index.php/MATRIZes/article/viewDownloadInterstitial/3995/3751>. Acesso em: 20 nov. 2010, 17h48.

SANTAELLA, Lucia. Novos desafios da comunicação. **LUMINA**: Revista da Facom/UFJF, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 1-10, jul./dez. 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

4.6 A pesquisa empírica em comunicação organizacional e em relações públicas no Brasil: conquistas, tendências e desafios[1]

Margarida M. Krohling Kunsch[2]

1. Este estudo integra o projeto "Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas", vinculado à ECA-USP e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e contou com a participação das bolsistas de Iniciação Científica: Alana Gouveia Barbosa, Natália Ortiz Hazarian e Raquel Coutinho de Souza.

2. Professora titular e pesquisadora da Universidade de São Paulo. Chefe do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre e doutora em Ciências da Comunicação e livre-docente em Teoria da Comunicação Institucional: Políticas e Processos, pela ECA-USP. Autora de: *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada* e *Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacion*al, entre outras obras. Organizadora de quase 40 coletâneas de Comunicação Social. Foi presidente, em duas gestões, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic) e da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp). É diretora de Relações Internacionais da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom) e membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). E-mail: mkkunsch@usp.br.

Introdução

Para atender ao chamamento da INTERCOM que, por meio do seu XXXIV CECOM – Ciclo de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – Congresso INTERCOM 2011, desafia seus pesquisadores a debater o tema central "Quem tem medo da pesquisa empírica em comunicação?", objetiva-se, neste artigo, trazer algumas reflexões sobre a temática em questão e, ao mesmo tempo, apresentar um estudo exploratório sobre um recorte da produção científica em comunicação organizacional e relações públicas gerada em oito programas de pós-graduação em comunicação, no Brasil, no período de 2000 – 2010.

Verificou-se,sobretudo, a partir dos registros bibliográfico e dos resumos, que tipo de pesquisa foi utilizado e outros dados nas dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas nos programas de pós-graduação em Comunicação que possuem ainda que direta e indiretamente nas suas áreas de concentração e linhas de pesquisa os temas de comunicação organizacional e relações públicas. A partir do conjunto dessa produção científica no período mencionado, analisou-se quatro aspectos: volume, fonte geradora, gênero dos autores, tipos de pesquisa e a temática tratada.

1. Comunicação organizacional e relações públicas como campos acadêmicos de estudos

Os estudos de comunicação organizacional e de relações públicas têm adquirido um *status* de institucionalização acadêmica no panorama mundial. Essas áreas deixam de voltar-se simplesmente para as práticas profissionais e organizacionais e passam a ser consideradas também áreas acadêmicas.

Quanto às relações públicas, mais estudiosos internacionais compartilham essa percepção. Friz Cropp e J. David Pincus (2001 p. 189-203),

ao descreverem a evolução das práticas da área, destacam as várias perspectivas de sua abordagem no âmbito acadêmico e profissional. James Grunig (2003, p. 69) considera que "as relações públicas estão se tornando uma profissão fundamentada em conhecimentos acadêmicos". Portanto, podemos afirmar que hoje não se pode mais considerar as relações públicas apenas como atividade ou prática profissional, constituindo elas, também, um campo de conhecimento específico. No Brasil, a área está institucionalizada nessas duas vertentes.

Como áreas de conhecimento, comunicação organizacional e relações públicas inserem-se no âmbito das ciências da comunicação e das ciências sociais aplicadas. Possuem um *corpus* de conhecimento com literatura específica, teorias reconhecidas mundialmente, cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), pesquisas científicas etc. Constituem, portanto, campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas.

Como identidade e matriz acadêmica, cabe a hegemonia ao pensamento comunicacional norte-americano. Conforme registra a História, o surgimento e a evolução inicial, tanto das práticas como dos estudos, aconteceram nos Estados Unidos. Hoje, eles vêm merecendo a atenção dos pesquisadores em todos os continentes, principalmente a comunicação organizacional. Grandes avanços epistemológicos alcançados até agora dos estudos dos canais, mensagens, fluxos, redes, audiências etc., entre os anos de 1950 e 1970, aos estudos interpretativos, a partir de 1980, para os inúmeros e múltiplos enfoques na primeira década de 2000.

Esses campos do saber têm como característica geral a sistematização reflexiva das práticas profissionais e da práxis da comunicação nas e das organizações. Por serem áreas altamente aplicadas, é fundamental que os estudos levem em conta a natureza das organizações no contexto da dinâmica da história e das conjunturas sociais, políticas e econômicas para prefigurar os fenômenos e objetos de investigação científica.

Os campos de relações públicas e comunicação organizacional estão instituídos no País e foram muitas as conquistas alcançadas, sobretudo, nas duas últimas décadas. Nesse contexto, credita-se um papel importante

que foi exercido por professores, pesquisadores e dirigentes da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação –, desde 1988, e da Abrapcorp – Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas de 2006 até o momento presente. Há uma comunidade acadêmica atuante que tem se articulado e produzido novos conhecimentos e articulações em prol do desenvolvimento desses campos. Outro fator importante a registrar, que será objeto de análise, posteriormente, é o papel desempenhado também pelos cursos de pós-graduação em Comunicação nesse contexto.

No Brasil, estudos já realizados (KUNSCH, 2009ª e KUNSCH, 2009b) identificam que as interfaces entre os dois campos, tanto no nível acadêmico quanto na prática, estão muito presentes. Trata-se de uma característica singular da realidade brasileira, diferentemente, por exemplo, do que ocorre nos Estados Unidos. O diálogo entre esses dois campos é uma realidade construtiva e constante por parte da comunidade acadêmica de comunicação organizacional e relações públicas no País.

Considera-se que ambas as áreas possuem suas especificidades próprias e propósitos diferentes, mas que se interconectam à medida que focam em organizações e comportamentos de pessoas, grupos e formação de comportamento de públicos. A comunicação organizacional, como fenômeno intrínseco à natureza das organizações, é uma entidade dinâmica como um organismo vivo. A área de relações públicas, ao trabalhar diretamente com as organizações, públicos, imagem, reputação e comportamentos coletivos, tangencia e interpenetra nessa comunicação organizacional. Assim, suas interfaces são mais do que evidentes. Para compreender e aplicar os fundamentos teóricos das relações públicas, é necessário, também, conhecer o espectro abrangente da comunicação organizacional e das áreas afins. Todo esse processo mediador só é possível acontecer com e por meio da comunicação revestida de uma abrangência e complexidade sem precedentes.

2. Pesquisa empírica e os desafios para os estudos de comunicação

A pesquisa empírica implica na realização de estudos focados em fenômenos e determinadas realidades observáveis por parte de um pesquisador. Este busca construir um conhecimento sistematizado, reflexivo, e que possua alguns elementos básicos e características específicas em seus procedimentos, como destacam Ada Dencker e Sarah Chucid Da Viá:

> O uso de uma grande variedade de métodos quantitativos como estatística, econometria etc.; a preocupação com a formulação de alternativas lógicas que permitam alcançar maior exatidão nos resultados; sua finalidade principal é responder às perguntas colocadas acerca de um fenômeno, procurando aumentar o grau de conhecimento existente; e utiliza procedimentos padronizados de observação e de processamento lógicos de raciocínio (2001, p.66)

Observa-se, assim, que a pesquisa empírica pressupõe a busca e a observação dos fatos, bem como a análise sistemática desses fatos, conforme destacam as autoras, quando descrevem sobre a natureza dessa pesquisa. Isto é, "para que a ciência possa produzir conhecimentos sobre a realidade ou para que possua interesse prático, é necessário que contenha elementos empíricos, pois é apenas pela experiência sensível que podemos recolher informações básicas a respeito do mundo" (2001,p.64).

Nota-se, portanto, que a pesquisa empírica tem como foco central estudar uma realidade a partir de parâmetros metodológicos previamente escolhidos e estruturados. Para Pedro Demo a pesquisa empírica se caracteriza:

> [...]pela experimentação da realidade, lançando mão de todas as técnicas de coleta, mensuração e manipulação de dados e fatos. Participa da visão, segundo a qual a demarcação científica passa pelo teste da realidade empírica observável. Privilegia

> processos de quantificação e mensuração, o que acarretaria não somente o traço de proposta testada, mas igualmente a capacidade de ser mais útil, porque operacionalmente traduzida. Em absoluto é possível negar os méritos da pesquisa empírica. De certa forma, foi "um santo remédio" contra a tendência especulativa de ciências sociais muito dadas a teorizações mirabolantes e subjetivistas. (2004, p.36-37).

Ao analisar essas características destacadas pelo autor, aplicando-as para as ciências da comunicação, observa-se que a pesquisa empírica precisa ainda ser muito mais efetiva e praticada nos diferentes campos e subáreas da comunicação. Basta observar as comunicações apresentadas nos congressos das entidades e os *papers* submetidos para publicação em revistas científicas.

Acredita-se que se a prática da pesquisa empírica fosse muito mais institucionalizada, nos centros de pós-graduação e nas escolas e faculdades de comunicação do país, os avanços nos estudos teóricos e aplicados já alcançados seriam muito mais sólidos e possibilitariam uma maior intervenção social.

Apesar das conquistas e avanços, a pesquisa empírica ainda é um desafio para os estudos do campo das ciências da comunicação, sobretudo no contexto da América Latina e, particularmente, no Brasil. Quais seriam os motivos?

Estima-se que, primeiramente, até por falta de uma cultura, em que há uma tendência de se valorizar muito mais produções apenas bibliográficas, ensaísticas e, às vezes, até subjetivistas. A segunda razão é que faltam políticas mais definidas dos programas de pós-graduação em comunicação e valorização de estudos aplicados que, em alguns casos, sofrem do viés que se tais pesquisas tratam apenas de práticas profissionais e não são teóricas, quando que se sabe que andam juntas e que as teorias podem ser criadas a partir de reflexões sobre os estudos das experiências e das práticas. O terceiro motivo é a falta de condições institucionais

para pesquisa da maioria das escolas e ou faculdades de comunicação da rede privada, nas quais os docentes vinculados trabalham apenas como "horistas" no ensino de graduação sem receber apoio para pesquisas. E o quarto motivo é a escassez de recursos financeiros dado aos altos custos que implicam a realização de pesquisas empíricas mais complexas e abrangentes. Constata-se, em geral, que nem sempre os pesquisadores, principalmente de países mais pobres e em desenvolvimento, podem contar com financiamentos públicos e privados para a concretização de suas pesquisas de campo.

Ao se falar em pesquisa empírica, remete-se a outra questão-chave que é a metodologia empregada nos estudos que vêm sendo realizados. Embora os autores nas suas produções científicas (teses e dissertações de mestrado) se preocupem em descrever os procedimentos metodológicos adotados, algo que praticamente não ocorria, nas décadas de 1970 e 1980, pelas verificações já feitas, anteriormente, (KUNSCH, 2003) e existam obras específicas, avalia-se que essa temática precisaria ser muito mais debatida e disseminada entre professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação. No dia a dia, nas orientações de trabalhos científicos, nos níveis de graduação e pós-graduação, percebe-se grandes carências e lacunas nesse sentido.

A produção bibliográfica sobre metodologia em comunicação centrada, sobretudo, nas ciências sociais e em inúmeros manuais de metodologia científica em geral, necessita ser revitalizada e ampliada com adaptações mais pertinentes para os diferentes campos da comunicação. Realizar colóquios acadêmicos sobre a temática da metodologia, que vem sendo empregada na pesquisa científica em comunicação, e fomentar trocas de experiências entre pesquisadores, talvez seja um caminho a seguir para se construir bases metodológicas e epistemológicas mais sólidas no campo comunicacional.

Considera-se que uma pesquisa empírica bem sistematizada parte de uma sustentação teórica também sólida. Os dados empíricos devem ser precedidos de um referencial teórico capaz de ajudar o pesquisador

a observar a realidade. Luiz Cláudio Martino (2010), ao apresentar um panorama da pesquisa empírica em comunicação, e fazer toda uma retrospectiva de estudos já realizados por diversos autores, destaca que esse tipo de pesquisa "aparece nos livros de metodologia, nos quais dois usos distintos se destacam. Empírico pode ser entendido como: 1) uma característica geral da pesquisa científica; 2) ou pode ser considerado apenas como um tipo de pesquisa científica" (p.144-145). Após analisar em detalhes esses dois aspectos, chama atenção para a importância da teoria e "que essa deve andar junta com o estudo empírico." De nossa parte, insistimos que o dado empírico depende da teoria, antes de tudo porque ele não aparece de forma isolada. Mas, configura uma unidade com problema da teoria" (p.145).

Assim, pode-se concluir que pesquisa empírica e teoria andam juntas e, se bem conduzidas, certamente, trarão bons resultados.

3. A pesquisa científica em comunicação organizacional e relações públicas – recorte de uma realidade

A criação e expansão dos cursos de pós-graduação em comunicação (*stricto sensu*), no Brasil, foram fatores determinantes para que a pesquisa científica em relações públicas e em comunicação organizacional se desenvolvesse e alcançasse o estágio em que se encontra hoje.

No conjunto da produção científica e técnica disponível, compreendendo teses, dissertações de mestrados, livros, artigos em periódicos, capítulos de coletâneas e comunicações científicas apresentadas em congressos, constatam-se visíveis avanços quantitativos e qualitativos que, em grande parte, dessa produção são resultantes de estudos realizados nos programas e cursos de pós-graduação em comunicação.

3.1. Recorte de uma realidade da pós-graduação em comunicação

Esse estudo exploratório teve como principal propósito registrar e analisar a produção científica em comunicação organizacional e relações públicas desenvolvida de 2000 a 2010, nos programas de pós-graduação em comunicação que contemplem, nas suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, essas áreas, tendo como *locus* de pesquisa oito centros que serão descritos a seguir.

a) Procedimentos metodológicos

Como procedimentos metodológicos adotados, destacam-se os seguintes. No início foram identificados, no conjunto dos programas de pós-graduação em comunicação existentes, em 2011, quais deles contemplavam, ainda que indiretamente, nas suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, as áreas de comunicação organizacional e relações públicas. Primeiramente, foi feita uma atualização do quadro dos programas de pós-graduação em comunicação publicado por Kunsch (2009c, p.119-120), a fim de incorporar os novos cursos que foram criados em 2010 e 2011. Constatou-se, assim, que o Brasil até julho de 2011 conta com 40 programas de pós-graduação em comunicação, sendo que a maioria desses só oferece o mestrado, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – Cursos de Pós-Graduação em Comunicação

Instituições	Nome do Programa de Pós-Graduação	Ano de fundação	
		M	D
USP	Ciência da Comuicação	1972	1980
UFRJ	Comunicação	1972	1972
PUC-SP	Comunicação e Semiótica	1970	1978
UnB-DF	Comunicação	1974	2003
Umesp-SP	Comunicação Social	1978	1995
Unicamp-SP	Multimeios	1987	1998
UFBA-BA	Comunicação e Cultura Contemporânea	1989	1994
PUC-RS	Comunicação Social	1993	1999
UFMG	Comunicação Social	1995	2003
UFRGS	Comunicação e Informação	1996	2000
Unisinos-RS	Ciências da Comunicação	1997	1999
UFF-RJ	Comunicação	1997	2002
UFPE	Comunicação	1998	
CÁSPER LÍBERO	Mestrado em Comunicação	1999	
UTP-PR	Mestrado em Comunicação e Linguagens	2000	2006
Unip-SP	Mestrado em Comunicação	2002	
PUC-RJ	Comunicação Social	2003	
Unesp/Bauru-SP	Comunicação	2002	
UERJ-RJ	Mestrado em Comunicação Social	2002	
UFSM-RS	Mestrado em Comunicação Midiática	2006	
ESPM-SP	Comunicação e Práticas de Consumo	2005	
UFSM	Mestrado em Comunicação	2006	

UNISO	Pós-Graduação em Comunicação e Cultura - Mestrado	2008	
UAM	Mestrado em Comunicação	2007	
PUC-MG	Mestrado em Comunicação Social	2007	
UFJF	Mestrado em Comunicação e Sociedade	2007	
UFG	Mestrado em Comunicação	2007	
UFSC	Programa de Pós-Graduação em Jornalismo	2008	
UEL	Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Mestrado	2008	
UFSCcar	Programa de Pós-Graduação em Imagem e Som, Mestrado	2008	
UCB	Mestrado em Comunicação	2008	
UFPB	Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado)	2008	
UFC	Pós-Graduação em Comunicação da UFC (Mestrado)	2008	
UFAM	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação	2009	
USCS	Programa de Mestrado em Comunicação	2009	
UFRN	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia	2009	
USP	Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais	2010	
UFPR	Programa de Pós-Graduação em Comunicação	2011	
UFPA	Programa de Pós-Graduação. Comunicação, Cultura e Amazônia	2011	
UFSM	Mestrado em Comunicação	2011	
FUFPI	Mestrado em Comunicação	2011	

Fonte: Capes e Compós (www.compos.org.br)

Desse conjunto de programas, os que oferecem nas suas áreas e linhas de pesquisas possibilidades para que os pós-graduandos possam desenvolver estudos em comunicação organizacional e relações públicas, são:

- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) – ECA-USP
- Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – Faculdade de Comunicação Social (FAMECOS) – PUC-RS
- Pós-Graduação em Comunicação Social – Universidade Metodista de São Paulo – UMESP
- Programa de Mestrado em Comunicação – Faculdade Cásper Líbero
- Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria
- Mestrado em Comunicação Social – PUC-Minas Gerais
- Mestrado em Comunicação – Universidade Católica de Brasília – UCB
- Programa de Mestrado em Comunicação – UCSC – Universidade de São Caetano-SP

Tendo como objeto de verificação as teses e dissertações de mestrado defendidas nesses programas, de 2000 a 2010, foram feitos o levantamento e registro bibliográfico dessas teses de doutorado e dissertações. As fontes consultadas foram o banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o Sistema Dedalus da USP, Biblioteca da ECA-USP e, sobretudo, os *sites* dos próprios programas.

O acesso às teses e dissertações na íntegra foi mais facilitado, a partir do ano de 2006 que, por exigência da própria Capes, todos os programas devem disponibilizar na Internet as teses defendidas integralmente. A

maior dificuldade do estudo se deu justamente pela não existência dessa produção na rede, no período de 2000 a 2003; mas mesmo assim, graças aos levantamentos feitos anteriormente, pôde-se contar com os resumos.

A partir dos registros bibliográficos com o *abstract* e palavras-chave, bem como anotações feitas sobre a metodologia utilizada pelos autores, foram elaborados quadros sintéticos, que serão apresentados a seguir, com os dados sobre: número de teses e dissertações por ano e instituição; metodologia; e gênero. Por fim, será feita uma análise dos temas mais estudados e recorrentes.

b) Análise e interpretação dos dados

Por volume:

Como ponto de partida, optou-se por analisar o volume ou o número de trabalhos defendidos nesses oito programas, de 2000 a 2010, conforme tabela 1, a seguir:

Tabela 1
Número de dissertações de mestrado em comunicação organizacional e relações públicas, de 2000 a 2010, por programa/instituição

	2000	*2001*	*2002*	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*	*2008*	*2009*	*2010*	**TOTAL**
ECA – USP	3	4	1	4	-	4	4	3	1	4	4	32
PUC – RS	-	1	3	1	5	-	1	6	6	-	5	31
UMESP	3	-	1	-	3	3	3	1	1	2	-	17
PUC- Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CÁSPER LÍBERO	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFSM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UCSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UCB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6	5	5	6	8	8	9	10	9	6	9	80

Observa-se que a ECA-USP detém o maior número de dissertações defendidas e, em seguida, vem a PUC–RS e a Universidade Metodista de São Paulo que, juntas mantêm a tradição como polos que mais têm

formado pesquisadores em comunicação organizacional e relações públicas. O caso da Cásper Líbero é um tanto singular. O programa foi criado em 1999, com o título de Comunicação para o Mercado, mas teve um período de recesso e, em 2006, fez uma reestruturação. Esse fato talvez explique a baixa produção entre 2003 a 2008. Os últimos programas foram criados recentemente, nos últimos anos, por isso, começaram as primeiras defesas, praticamente em 2008.

Número de teses de doutorado em comunicação organizacional e relações públicas, de 2000 a 2010, por programa/instituição

	2000	*2001*	*2002*	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*	*2008*	*2009*	*2010*	TOTAL
ECA – USP	3	4	1	4	-	4	4	3	1	4	4	32
PUC – RS	-	1	3	1	5	-	1	6	6	-	5	31
UMESP	3	-	1	-	3	3	3	1	1	2	-	17
PUC- Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CÁSPER LÍBERO	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFSM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UCSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UCB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6	5	5	6	8	8	9	10	9	6	9	80

Chama a atenção que o número de teses de doutorado defendidas pelo programa de pós-graduação em comunicação da PUC-RS é equivalente ao da ECA-USP. Em parte, isso se explica pelo fato da ECA--USP ter reduzido o número de orientandos por professor com a reestruturação do programa, ocorrida em 2006. Outro fator que também contribuiu foi a aposentadoria de alguns docentes que se desligaram do programa e, com isso, diminuiu o número de ingressantes.

A opção de verificar a autoria das dissertações e teses quanto ao gênero partiu de uma curiosidade e, ao mesmo tempo, para certificar se havia prevalência feminina no recorte estudado em função da ascendência das mulheres no mercado das comunicações em geral.

James Grunig, ao destacar as novas tendências em termos mundiais,

no campo das relações públicas, afirma: "as relações públicas deixaram de ser uma profissão exercida apenas por homens para ser uma profissão exercida por uma maioria de mulheres e por profissionais de grande diversidade étnica e racial" (2009, p. 17-18).

Em estudo realizado por Kunsch (2003, p.57) sobre teses e dissertações defendidas por mulheres e homens na ECA-USP, de 1968 a setembro de 2002, constatou-se que, do conjunto de 2103, embora a diferença não fosse pequena (65), a produção feminina (1084) foi superior a da masculina (1019). Resta saber se hoje esse quadro se mantém.

Tabela 3
Dissertações em comunicação organizacional e relações públicas,de 2000 a 2010, por gênero

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		TOTAL	
	M	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*	*M*	*F*
ECA- USP	1	4	5	8	3	8	0	9	0	1	3	6	0	3	1	3	2	1	2	3	2	4	19	50
PUC- RS	1	5	1	2	0	1	2	2	0	1	1	3	0	3	0	4	0	5	1	2	0	2	6	30
UMESP	1	5	0	1	1	5	1	5	1	4	1	7	1	1	3	6	3	2	1	2	0	2	13	40
PUC- Minas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2	1	3	3
UFSM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	6	0	1	0	11
USCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	1
UCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	3	3	3
Cásper	3	1	0	3	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	0	2	1	9	10
Total	**6**	**15**	**6**	**14**	**5**	**15**	**4**	**16**	**1**	**6**	**5**	**17**	**2**	**8**	**5**	**14**	**6**	**13**	**5**	**15**	**10**	**15**	**55**	**148**

Observa-se que, pelos dados dessa tabela, há uma diferença expressiva e mais do que o dobro de dissertações entre o número de autores homens (55) e de autoras mulheres (148).

Tabela 4
Teses de doutorado em comunicação organizacional e relações públicas, de 2000 a 2010, por gênero

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
ECA – USP	1	2	1	3	1	0	1	3	0	0	2	2	3	1	2	1	1	0	3	1	0	4	15	17
PUC – RS	0	0	0	1	2	1	0	1	1	4	0	0	1	0	1	5	1	5	0	0	1	4	7	21
UMESP	3	0	0	0	1	0	0	0	2	1	1	2	1	2	0	1	1	0	2	0	0	0	11	6
PUC0 Minas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFSM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UCSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UCB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cásper	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**4**	**2**	**1**	**4**	**4**	**1**	**1**	**4**	**3**	**5**	**3**	**4**	**5**	**3**	**3**	**7**	**3**	**5**	**5**	**1**	**1**	**8**	**33**	**44**

É interessante observar que o mesmo não ocorre com as teses de doutorado, que, em termos totais, há um equilíbrio entre os gêneros, sendo que na PUC-RS o número de mulheres é três vezes maior.

Outro levantamento realizado foi no tocante à metodologia utilizada nas dissertações e teses. Registra-se que nem sempre, no material consultado, havia menção da metodologia que foi utilizada, dificultando, com isso, dados na sua totalidade da amostra estudada. O critério básico de análise foi verificar se as dissertações e teses utilizaram somente a pesquisa bibliográfica ou se realizaram pesquisa empírica, entendida, aqui, como pesquisa de campo que estudou determinada realidade nas suas diferentes tipologias, como pesquisa quantitativa, qualitativa e estudo de caso.

Tabela 5
Dissertação em comunicação organizacional e relações públicas, de 2000 a 2010, por metodologia

	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		TOTAL	
	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB
ECA – USP	5	-	12	1	9	2	9	-	1	-	9	-	3	1	4	-	3	-	4	1	5	1	64	6
PUC – RS	6	-	3	-	1	-	3	-	1	-	4	-	2	1	3	-	5	-	3	-	1	1	32	2
UMESP	6	-	1	-	4	2	6	-	5	-	7	1	2	-	9	1	5	-	3	-	2	-	50	4
PUC- Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	3	-	5	-
UFSM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	6	-	1	-	11	-
USCS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2	1
UCB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	5	-	6	-
Cásper	2	2	3	-	2	-	1	-	-	-	1	-	2	-	1	-	1	-	1	-	2	1	16	3
TOTAL	**18**	**2**	**19**	**1**	**16**	**4**	**19**	**-**	**7**	**-**	**20**	**1**	**9**	**2**	**18**	**1**	**19**	**-**	**19**	**1**	**21**	**4**	**186**	**16**

PE: Pesquisa Empírica PB: Pesquisa Bibliográfica

*Em algumas dissertações não foi possível identificar a metodologia utilizada

Nota-se que, diferentemente do que se imaginava pelas considerações anteriores sobre a área da comunicação, ao menos em comunicação organizacional e relações públicas, o número de trabalhos que se valeram de alguma forma de uma pesquisa de campo é infinitamente maior (186) que só os bibliográficos (16). Observou-se que, nesse conjunto, há um número muito grande de estudos de casos.

Tabela 6
Teses em comunicação Organizacional e Relações Públicas, de 2000 a 2010, por Metodologia

Semelhante ao que ocorreu com as dissertações nas teses de doutora-

	2000		*2001*		*2002*		*2003*		*2004*		*2005*		*2006*		*2007*		*2008*		*2009*		*2010*		*TOTAL*	
	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB
ECA – USP	3	-	2	2	-	1	3	1	-	-	3	1	3	-	3	-	1	-	3	1	4	-	25	6
PUC – RS	-	-	1	-	1	2	-	1	4	-	-	-	-	-	6	-	6	-	-	-	5	-	23	3
UMESP	3	-	-	-	1	-	-	-	3	-	1	2	2	1	1	-	1	-	2	-	-	-	14	3
PUC- Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UFSM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UCSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UCB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**6**	**-**	**3**	**2**	**2**	**3**	**3**	**2**	**7**	**-**	**4**	**3**	**5**	**1**	**10**	**-**	**8**	**-**	**5**	**1**	**9**	**-**	**62**	**12**

do, em que também prevaleceram os estudos empíricos.

Ressalta-se que este estudo exploratório possui limitações e que, para ser ter um quadro mais preciso, haveria necessidade de uma pesquisa mais aprofundada das teses na sua íntegra.

As temáticas mais recorrentes nas dissertações e teses

Em relação aos temas ou assuntos mais tratados no conjunto estudado dessas dissertações e teses, observa-se um predomínio, em termos gerais, de estudos focados em comunicação organizacional e relações públicas nas suas mais variadas vertentes.

Há uma variedade de temas que perpassam a comunicação e as organizações, tais como: cultura organizacional; gestão da comunicação; estratégias comunicacionais; responsabilidade social; sustentabilidade; comunicação integrada e suas modalidades (administrativa, interna, institucional, e mercadológica); imagem, identidade e reputação; avaliação e mensuração de resultados em comunicação; discurso organizacional; comunicação digital e seus usos institucionais (*blogs*, portais corporativos e governamentais, redes sociais *online.* etc.); governança corporativa; marketing cultural, memória institucional e empresarial; ouvidoria e comunicação; complexidade e comunicação organizacional; estudos bibliográficos de autores de relações públicas e de comunicação organizacional; comunicação pública; empreendedorismo e comunicação; comunicação e saúde; comunicação no mundo do trabalho, entre outros.

4. Percepções finais e tendências

Considera-se, por fim, que os estudos dessas áreas, no Brasil, conseguiram grandes avanços, na última década, e as perspectivas de crescimento e consolidação são promissoras. Se comparadas com trabalhos de períodos anteriores, já denotam uma abordagem de cunho mais teórico e científico muito mais consistente. A comunicação nas organizações tem sido analisada em uma perspectiva muito mais ampla e complexa do que no passado, no qual o lado instrumental era muito mais forte. A abrangência dos temas é uma característica predominante, e o foco na comunicação das organizações uma constante. Nos estudos mais teóricos, os pesquisadores têm avançado com novos focos temáticos como: o paradigma de Edgar Morin da complexidade; o estudo dos valores e da gestão das mudanças culturais da comunicação; a questão dos impactos da era digital sobre a comunicação nas organizações; os estudos da comunicação nos contextos organizacionais e dos espaços dialógicos e relacionais, entre outras questões.

Por fim, registra-se uma melhoria de qualidade do ensino e da pesquisa com as conquistas e os avanços, nas duas últimas décadas, sobretudo pela amplitude temática e novos enfoques teóricos que vêm sendo estudados. A produção científica disponível é significativa se comparada com outros países, por exemplo, os da América Latina e mesmo da Europa. A criação de novos cursos de pós-graduação com linhas de pesquisa no campo e novas produções. Novos cursos de graduação dessas áreas nas universidades federais e, consequentemente, abertura de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em comunicação.

Outros aspectos importantes a considerar são as condições de maior acessibilidade ao conhecimento que vêm sendo geradas com o uso *online* de bancos de dados e das publicações eletrônicas. O fortalecimento da comunidade acadêmica de comunicação organizacional e relações públicas com a existência da Abrapcorp – Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas –, que tem sido fundamental para articular a comunidade acadêmica dessas áreas e fomentar o debate em torno da investigação científica por meio dos seus congressos anuais e suas publicações.

Referências

CROPP, Fritz; PINCUS, David. The mystery of public relations: unraveling its past. In: HEAT, Robert. **Handbook of public relations**. Thousand Oaks / London: Sage, 2001. p.189-203.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante:** saber pensar e intervir juntos. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

DENCKER, Ada de F. Maneti; DA VIÁ, Sarah Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas:** com ênfase em comunicação. São Paulo: Editora

Futura, 2001.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

GRUNIG, James E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. Trad. de John Franklin Arce. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, Póscom-Metodista, a. 24, n. 39, p. 67-92, 1. sem. 2003.

GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações públicas**: teoria, contexto e relacionamento. **São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.**

KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009a. 512 p.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). Comunicação organizacional - Vol. 1 - Histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Editora Saraiva, 2009b. 408 p.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Relações públicas e comunicação organizacional: campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009c.

KUNSCH, Margarida M. Krohling **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. [1986]. 4. ed. - revista e ampliada. São Paulo: Summus, 2003a.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Relações públicas e modernidade**: novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Relações públicas e comunicação organizacional: campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação: os caminhos para construção e identidade de um corpus teórico de comunicação organizacional no Brasil (2004-2007).** Relatório técnico-científico apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São Paulo: ECA-USP, 2007.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. A produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil: análises, tendências e perspectivas. **Comunicação & Sociedade, *São Bernardo do Campo,*** PósCom-Umesp, a. 24, n. 39, p. 93-125, 2003a.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. A mulher na agenda temática da pesquisa comunicacional: um recorte dos estudos de comunicação organizacional e relações públicas no Brasil. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; BARBOSA, Sérgio (orgs.). **Comunicação Latino-Americana: o protagonismo feminino**. São Bernardo do Campo: Umesp,; Adamantina: FAI, 2003b. pp. 55-73.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

LESLY, Philip. **Os fundamentos de relações públicas e da comunicação**. São Paulo: Pioneira, 1995.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação:** formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Editora Loyola, 1990.

MARTINO, Luiz Carlos. Panorama da pesquisa em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MARTINO, Luiz Carlos (orgs.). Pesquisa empírica em comunicação. São Paulo: Editora Paulus, 2010, p. 135-160.

4.7 Pesquisa empírica, RP e a opinião que gera relacionamentos

Luiz Alberto de Farias (ECA-USP e Cásper Líbero)[1]
Vânia Penafieri (Belas Artes e Cruzeiro do Sul)[2]

1. Relações públicas ao longo do caminho

Após mais de uma centena de anos de caminhos percorridos e com uma trajetória expressa, muito fortemente por ações baseadas em empirismo, hoje, o campo das relações públicas – notadamente no Brasil, e também em outros lugares – apresenta um volume de pensamento crítico que dá forma e conteúdo a um pensamento teórico que oferta massa crítica em termos de forma e de conteúdo.

Ainda que se possa encontrar respaldo teórico na área de relações públicas, este trabalho busca expressar o olhar e a relevância do trabalho empírico em relações públicas, a partir da provocação lançada pela

1. Professor doutor da Universidade de São Paulo; professor titular da Faculdade Cásper Líbero; presidente da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), SP; editor da Organicom.

2. Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP; professora do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e da Universidade Cruzeiro do Sul.

INTERCOM "quem tem medo de pesquisa empírica?". A provocação é muito bem-vinda, pois ainda, há, na contemporaneidade, cientistas que acreditam que a pesquisa teórica seja o único caminho para o saber, desprezando de forma até ingênua, o conhecimento presente nas experiências, nas relações de troca. O fato é que não existe verdade ou saber absoluto e toda maneira de pesquisa – teórica ou prática – é importante para gerar debate, questionamento e conhecimento.

Talvez, seja até mesmo possível falar de um pensamento e ação latino-americanos em termos do que se pode entender como a filosofia de relações públicas. Mesmo havendo uma base fundamental de referência norte-americana e europeia, as relações públicas têm evoluído, no Brasil e na América Latina, para consolidar uma forma expressiva e de atuação de acordo comas características regionais.

Não se trata, aqui, de ofertar um protocolo para a efetivação da pesquisa empírica em relações públicas, mas de uma proposta de trabalho que possa ser mais questionadora que absoluta. Especialmente se entendemos que a área de relações públicas não se constitui ou constrói por si só, pois se trata, essencialmente, de área interdisciplinar, que deve dialogar com regiões teóricas como sociologia, antropologia, psicologia, filosofia etc., e outras mais práticas como o *marketing*, a administração, a economia etc.

Há um grande e significativo universo no pensamento e nas práticas de relações públicas, representado pelas universidades – e pelas pesquisas oriundas destas –, além do dito "mercado" profissional, representado pelas agências e empresas que contratam ou alocam em seus quadros áreas dedicadas à ação da comunicação institucional/corporativa, ou a própria essência de relações públicas – muitas vezes, nominada por meio outros termos. E tanto em um quanto em outro espaço a pesquisa empírica tem grande e inquestionável valor.

Para tanto, o que não se pode deixar de assinalar é que ouvir o mundo acadêmico e o mundo dos negócios – além dos diversos espaços sociais, habitados também por amplo e inquestionável conhecimento – permite

traçar um panorama o mais fiel possível em relação ao pensamento e às atitudes das relações públicas – praticadas por relações-públicas ou por outros profissionais que se dedicam a essa área, cujo crescimento tem sido diretamente proporcional ao seu nível de profissionalização.

Vale, aqui, também, assinalar os termos cunhados como sinônimos em nosso país: Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Tanto um quanto outro pode ser entendido como campos – em função de características como históricos próprios, teorias e conceitos particulares, elaborados ao longo dos anos, nos Estados Unidos, na Europa ou na América Latina, além de possuírem pesquisas efetivadas em linhas próprias e metodologias de pesquisa e de produção profissional.

Utiliza-se da ideia de campo (BOURDIEU, 2003, p. 66) como uma "estrutura de relações objetivas" que possam "explicar a forma concreta das interações". E isso está tanto nas características próprias, assumidas a partir do *habitus* – a interiorização de um conjunto de sistemas que *peculiariza* os componentes desse campo (BOURDIEU, 2004, p. 117) –, quanto na caracterização de um *corpus* – de um conjunto de produções que se relacionem a eles. Logo, a função de relações públicas está diretamente associada à ideia de formação de campo profissional – espaço da prática, do fazer, do agir e da crítica pela ação, da produção de um *corpus* técnico –, relacionado à atuação no universo organizacional, enquanto comunicação organizacional é um espaço de produção e disputa de sentidos (BALDISSERA, 2011).

A disputa e a geração de sentidos e de significados é, também, essencial para o entendimento das relações públicas e do que, aqui, propõe-se chamar de filosofia de relações públicas (FARIAS, 2011). Mais do que práticas e ações, relações públicas têm por base de sustentação a ideia de interação entre os públicos. E isso não se faz somente pelo debruçar teórico: exige à aproximação, a troca, a possibilidade de *experienciação*.

2. Comunicação e a contemporaneidade

O mundo contemporâneo guia a produção do conhecimento para uma maior amplitude, especialmente em função das novas (ou a cada dia mais antigas, em função de elas, para as novas gerações serem já parte do natural, da expressão cotidiana?) tecnologias. As ciências modernas são uma permanente sucessão de paradigmas. Cada um destes traz consigo a sua própria teoria e métodos de pesquisa, direcionando-se e direcionando comunidades no transcorrer de um determinado período.

Com novas formas de pensar e de agir, os públicos, orientação prioritária em relações públicas, demandam, também, dessa área de atuação profissional e de produção de sentidos, novas posturas, novas práticas, novos modos expressivos.

Seja pela construção de marcas (de produtos, de serviços ou institucionais), seja pela geração de conteúdo pelo usuário – o 'eu mídia' – ou pelas novas formas de relação entre o público e as organizações (dos mais diferentes tipos, setores e segmentos) que levam a opinião pública a um caráter de *empoderamento*, as relações públicas tornam-se essenciais no processo de manifestação das enunciações e dos discursos de tais organizações.

Para essa construção de diálogos, é necessário buscarmos o entorno, além do que já se encontra escrito e considerado consolidado. A realidade se dissolve no ar, criando realidades que precisam ser examinadas por diversas medidas, inclusive o olhar empírico.

As organizações – com suas transformações, nas últimas décadas, por conta das transformações das sociedades, em especial a brasileira – vivem em constante mutação e à procura de seu aperfeiçoamento em um cenário empresarial de maior competitividade no dia a dia. É nelas que se encontra o maior foco de postos de trabalho, objeto de aspiração da chamada População Economicamente Ativa (PEA).

Logo, seja pela busca de colocação, seja pela observação dos atos e discursos ou, então, pelo consumo de bens e de serviços, essas organizações

são, permanentemente, foco da atenção dos públicos e da geração da opinião pública.

A forma de comunicar, dentro desse contexto – que se dá por meio das Relações Públicas –, parece ser fundamental, pois está diretamente ligada ao modo de vida das sociedades. Assim, a comunicação das organizações é moldada por impulsos externos e causa efeitos na vida das comunidades com as quais se relacionam, em especial a comunidade interna. De acordo com Chanlat (1999), a dinâmica e o tipo de sociedade em construção têm suas formas estimuladas, substancialmente, pela hegemonia do econômico, pelo culto da empresa e pela influência crescente do pensamento empresarial sobre as pessoas.

Todavia, esses *inputs* percebidos pela organização são devolvidos na forma de uma cultura que se materializa na identidade corporativa e que reverbera, de maneira correta ou distorcida, sobre o modelo mental atribuído à organização pela imagem institucional.

Dessa relação podem advir pontos positivos ou negativos para a organização e, por consequência, para a população interna, circunvizinha (comunidade) e consumidora, dependente em maior ou menor grau da vida da organização. O próprio país em que se situe cada organização será, desse modo, influenciado pela comunicação que se dá nela e por meio dela.

3. Diálogos essenciais

Ao se olhar um cenário, a interpretação pode depender de diversos fatores: o texto, o silêncio, o contexto e o não-contexto. Buscar foco ao olhar as relações públicas é, em certa medida, procurar pensar como se dá essa percepção e em que condições. Lembrando Walter Benjamin, o distante se torna impressionista, vago, enquanto a própria realidade é mais real. A necessidade de interação se justifica pela efetiva carência de compreensão que se tem de espaços com os quais não se interaja.

O próximo, todavia, pode, também, ser uma unidade aberta, o que lhe permite estar ainda mais receptivo às diversas influências em período marcado pela globalização, especialmente em países cujo modelo neoliberal e cuja sujeição econômica se refletem na formação dos hábitos do povo e dos modos empresariais. A globalização influencia o desenvolvimento – benéfica ou negativamente – e a própria interpretação que possa ser dada aos campos, estes muito e explicitamente influenciados pelos países-guia – culturais, econômicos, sociais etc.

A possibilidade do "confronto" de experiências é um elemento de grande riqueza para as relações públicas, pois "no encontro dialógico duas culturas não se fundem nem se mesclam, cada uma conserva sua unidade, sua totalidade aberta, porém, ambas se enriquecem mutuamente" (BAKHTIN, 2003, p. 352).

É clara, por outro lado, a grande dificuldade em entender a tradução da tradição, o que se pode fazer por meio da audição de personagens de efetiva representatividade. Ainda que haja uma tradição em pesquisas empíricas de medir, antes disso, é necessária a decodificação de códigos presentes entre grupos, sociedades, corporações etc. Ou seja, a pesquisa empírica, a aproximação com o universo da pesquisa potencializa a reunião de falas que podem compor um cenário indicativo de busca pela compreensão do universo visado pelo estudo de uma pesquisa.

Não se pode crer – e isso tem muita importância nos estudos de campo – que os públicos se ***desencantoarão*** por si sós. Eles ***remanescerão*** em suas origens, cultura, códigos, mensagens, história etc. Somente o aprofundamento nesses espaços-tempos é que contribuirão para a real compreensão do objeto de pesquisa.

4. Pesquisas de opinião e empírica: interfaces possíveis

Sabe-se que, conceitualmente, a pesquisa empírica, por almejar a busca e a observação dos fatos e a análise sistemática dos mesmos

(DENCKER, VIÁ, 2001) está intrinsecamente relacionada à natureza quantitativa, pois se caracteriza pela exatidão e objetividade, tendo como critérios a verificação e a quantificação. No entanto, não existem modelos específicos para a aplicação de métodos de pesquisa empírica, sendo possível ao pesquisador implementar aspectos relacionados ao objeto de estudo, no sentido de buscar mais que métodos fixos, mas formas flexíveis de se chegar ao resultado proposto.

Ao transportarmos o conceito-base da pesquisa empírica, ou seja, a experimentação, para bases de atuação organizacional, salientamos que outras formas de abordagem empírica surgem, como a pesquisa qualitativa que, muito embora não esteja relacionada a métodos quantitativos cientificamente comprovados, exerce um importante papel para a elaboração de diagnósticos organizacionais, podendo trazer, com profundidade, aspectos essenciais, que poderão ser mensurados, futuramente, em estudo quantitativo. Reconhecer o ambiente é essencial para dirigir esforços de contorno e medição.

Nesse caso, a pesquisa qualitativa pode representar uma pré-pesquisa empírica. No item seguinte, deste texto, será apresentado o planejamento, análise e resultados de uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade[3], em ambiente organizacional relacionado a uma indústria de grande porte.

Ao observarmos a natureza da pesquisa empírica e suas características, podemos entender que a pesquisa de opinião, importante ferramenta para a tomada de decisão, tanto na área da comunicação quanto em muitas

3. A forma de coleta de dados por meio de entrevista em profundidade é utilizada em pesquisas de natureza qualitativa. São aplicadas, individualmente, a partir de roteiro previamente elaborado. Poucas entrevistas podem representar toda a amostra de um estudo qualitativo, pois é possível, mesmo que com poucos indivíduos, coletar um vasto material em termos de profundidade.

outras, é um instrumento derivativo da primeira, pois compreende dois importantes elementos essenciais já citados anteriormente: a busca e a observação dos fatos e a análise sistemática.

Muito embora o termo pesquisa de opinião seja utilizado como sinônimo de pesquisa eleitoral, vale ressaltar que nos ateremos ao primeiro termo, pois

> sabe-se que o termo pesquisa de opinião, recorrentemente empregado para pesquisas eleitorais, é mais adequado ao cenário das relações públicas, principalmente porque sugere o estudo com determinados públicos de relacionamento da organização, dentre os *stakeholders*, independentemente dos objetivos, que podem ser de cunho institucional ou de apoio mercadológico. (LOPES, PENAFIERI, 2011, p. 288).

A amplitude dos estudos com diferentes públicos possibilitados pela pesquisa de opinião é descrita por Kunsch como podendo ser

> utilizada nas relações com os empregados, consumidores, acionistas, revendedores e distribuidores, comunidade, imprensa, poderes públicos etc., a fim de conhecer a opinião desses públicos sobre a organização, fatos ou acontecimentos e o nível de satisfação nos relacionamentos entre ambos. (KUNSCH, 2003, p. 289).

Assim, ter acesso à opinião de públicos determinados passa a ser um importante norteador para os profissionais de comunicação, que podem implementar planos de comunicação aderentes às necessidades do público pesquisado e considerados estratégicos para a organização.

4.1 Levantamento de dados: construção de análises ambientais

A pesquisa empírica, seja ela de característica quantitativa, apresentada nesse estudo por meio da pesquisa de opinião, ou de característica qualitativa, um modelo adaptado de empirismo caracterizado por nós como pré-pesquisa empírica, não vem antes de estudos organizacionais imprescindíveis para a determinação da necessidade de pesquisas. É o caso das análises de ambiente organizacional, que podem ser entendidas como *desk research*, pesquisas a partir de dados secundários, para a busca de conhecimentos básicos, cuja essência é informativa e analítica.

Nessas análises, são levados em conta os macroambientes, que podem ser divididos em: demográfico, político-legal, econômico, tecnológico, sociocultural e natural – este para estudos que objetivam olhares sobre responsabilidade ambiental, sustentabilidade e formas de minimização de impactos ambientais (KOTLER, 2000).

Tais levantamentos, assim como as pesquisas quantitativa ou qualitativa, também contribuem para a tomada de ação, tendo ainda uma função adicional, a de auxiliar na decisão da necessidade de pesquisas empíricas, podendo contribuir para a clareza da definição do problema e mapeamento dos públicos relacionados.

Os macroambientes, a partir de um recorte estratégico, são analisados conforme as bases de atuação da organização. Por exemplo: estudos demográficos podem ser mais aprofundados na população infantil, se a organização tiver relação com o público dessa faixa etária, como uma escola, indústria ou comércio de brinquedos, entre outras.

Estudar amplamente os ambientes prepara a organização para enfrentar as adversidades do mercado. Uma organização que possui pleno conhecimento do ambiente político-legal que interfere em seus negócios, dificilmente se deparará com dificuldades oriundas de atendimento à legislação do setor. Da mesma forma, não é estratégico e proveitoso que os ambientes sejam analisados isoladamente. Por exemplo, uma organização que

busca, no ambiente tecnológico, informações acerca do modo de produção de seu próprio negócio para que sempre esteja amparada em critérios de modernização, mas não coloca olhar no ambiente sociocultural, pode não compreender a força com que as redes sociais podem impactar seus negócios.

Tão importante quanto o ambiente macroambiental é o ambiente microambiental, abordado de maneira analítica e aprofundada. Para ilustrarmos os aspectos microambientais divididos em três grandes blocos, que devem ser observados em uma análise de ambientes, destacamos os elementos (ver Quadro 1) propostos por Kunsch (2003), no contexto da pesquisa institucional.

I – Organização	○ Identificação e dados gerais ○ História ○ Infraestrutura física ○ Transportes ○ Produtos ou serviços ○ Situação econômica ○ Estrutura organizacional e administrativa ○ Cultura organizacional ○ Clima organizacional ○ Capital intelectual ○ Missão, visão e valores ○ Responsabilidade social e balanço social
II - Comunicação	○ Sistema de comunicação ○ Públicos ○ Estruturas departamental ou setorial da comunicação ○ Políticas, filosofias e objetivos
III – Comunicação organizacional	○ Comunicação administrativa e interna ○ Comunicação institucional ○ Comunicação mercadológica ou de *marketing*

Quadro 1 – Elementos para análise microambiental

Vale ressaltar que o mapeamento detalhado dos macro e microambientes devem partir de um mesmo processo, em um modelo de análise conjunta, pois limitar as respectivas análises a compartimentos estanques, nos impossibilitaria enxergar que uma determinada oportunidade (oriunda do ambiente externo, portanto, incontrolável) poderia ser enfraquecida ou até mesmo neutralizada por conta de uma importante fraqueza da organização (oriunda do ambiente interno, portanto controlável).

Da mesma maneira, as oportunidades que podem ser vislumbradas, a partir da análise macroambiental, só serão bem aproveitadas pela organização caso haja forças internas favoráveis. Em outras palavras, as forças e as fraquezas (microambiente) e as ameaças e as oportunidades (macroambiente) precisam ser interpretadas em um contexto de conjunto.

A esse mapeamento conjunto de macro e microambiente dá-se o nome de SWOT, avaliação global de ***s**trengths*, ***w**eaknesses*, ***o**pportunities* e ***t**hreats*.

4.2 Uso estratégico da SWOT: elemento da pré-pesquisa empírica

Para que a SWOT possa representar de fato um instrumento estratégico, mais analítico e menos descritivo, é importante que os elementos oriundos do mapeamento sejam cruzados (cf. Quadro 2).

Quadro 2 – Análise SWOT: Matriz de cruzamento

No cruzamento entre oportunidades e fraquezas são levantadas as bases para aprimoramento interno, ou seja, quais são as fraquezas que impossibilitam o aproveitamento das oportunidades vislumbradas no macroambiente e que precisam ser trabalhadas, de modo a almejá-las como forças futuras.

Ao cruzarmos forças e ameaças, tem-se o aproveitamento externo condicionado. Em outras palavras, é a maneira como as potencialidades organizacionais podem ser utilizadas para incentivar mudanças, no ambiente externo, de modo que as ameaças possam ser vislumbradas como oportunidades. Ressalta-se que estímulos para mudança, no cenário externo, são muito difíceis e estão condicionados a uma série de variáveis relacionadas à área de atuação da organização, ou seja, o aproveitamento do ambiente externo está condicionado a situações que possam potencializar as forças organizacionais.

O risco máximo é o resultado do cruzamento entre fraquezas e ameaças. A análise que se faz desse cruzamento é o ponto essencial para planejar os rumos da organização, que vão desde novas estratégias para conquista de mercado até bases para manutenção no próprio negócio.

O diferencial institucional, conseguido a partir do cruzamento de forças e oportunidades representa a maior vantagem da organização em termos competitivos, o que ela tem e faz de melhor que possa ser potencializado e estendido para planos estratégicos organizacionais. Vale ressaltar que o diferencial institucional precisa 'sobreviver' aos outros três cruzamentos, pois muito o que se entendia por diferencial institucional pode ser neutralizado por ameaças ou fraquezas sérias.

Para que os elementos representados no Quadro 2 sejam melhor compreendidos, o Quadro 3 apresenta os quadrantes preenchidos, a partir de SWOT desenvolvida para um parque de diversões[4].

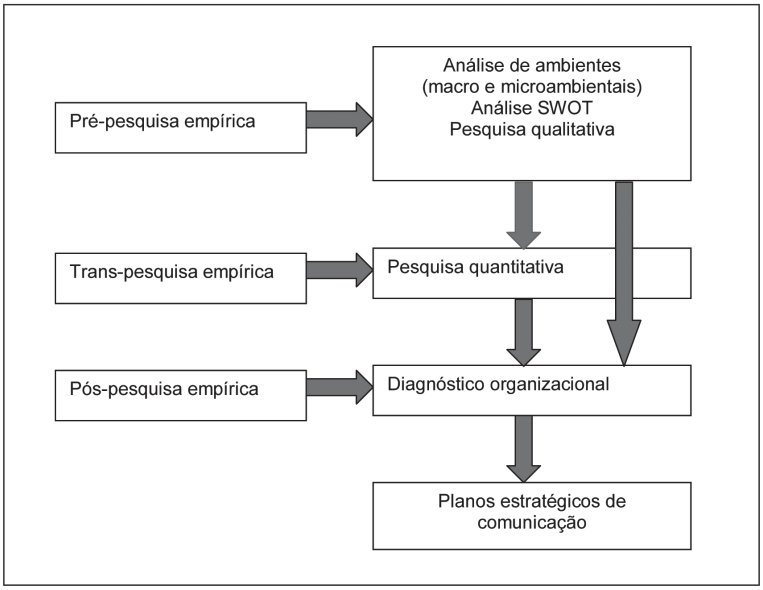
4. Vale destacar que o conteúdo apresentado, no referido quadro, é ilustrativo dos conceitos abordados e não representa a realidade de nenhum parque de diversão em específico.

Diferencial institucional As forças como: ações responsáveis, originalidade e marca são minimizadas diante do crescimento da concorrência, da falta de comunicação e da imagem desgastada. A maior vantagem competitiva concentra-se no pioneirismo dos eventos temáticos, que são os principais responsáveis pela projeção de imagem favorável do parque, aliada à localização privilegiada, uma das responsáveis por manter a freqüência de público, mesmo sem grandes investimentos em comunicação.	**Forças** - Localização privilegiada e de fácil acesso; - Ausência de concorrente direto (caráter geográfico); - Marca conhecida; - Ações de Responsabilidade Socioambiental.	**Aproveitamento externo condicionado** Os pontos fortes do parque têm em sua essência, a força do nome, como originalidade, marca tradicional, além de peças essenciais para seu sucesso, como a localização e a responsabilidade socioambiental. A ênfase em tais pontos fortes maximizam suas estratégias de negócios e podem enfraquecer ameaças como concorrência, imagem desgastada e sensação de insegurança.
Oportunidades - Cenário favorável para excursões; - Boa lembrança em eventos temáticos; - Top of Mind; - Aumento do poder de compra da classe C.	**Missão institucional**	**Ameaças** - Crescimento significativo das opções de lazer na cidade; - Tecnologia: o parque não tem inovado com atrações inéditas e impactantes. - Segurança: a localização pode favorecer ações associadas ao crime; - Crise de Imagem.
Aprimoramento interno O aproveitamento de oportunidades como a importância mercadológica de eventos temáticos e o fato da empresa ser tida como Top of Mind em parques de diversões na capital, possibilitam uma comunicação institucional focada e, se bem trabalhada, minimiza a situação de degradação percebida nas dependências do parque.	**Fraquezas** - Tempo de espera nas filas; - Degradação: comprometimento da infra-estrutura; - Falta de investimento; - Comunicação Interna falha; - Comunicação institucional pouco disseminada.	**Risco máximo** As ameaças existentes no macroambiente do parque, como o crescimento da concorrência e a imagem fragilizada são potencializadas por fraquezas como a degradação e um sistema de comunicação low profile. Investimentos tecnológicos e em comunicação são necessários para a manutenção do negócio e minimização das ameaças.

Quadro 3 – Cruzamento de análise SWOT: aplicação sintetizada

Os resultados dos cruzamentos que compõem os quatro elementos da SWOT servem, além de norteador para o planejamento de pesquisas, de embasamento para a construção de diagnósticos organizacionais, sendo elementos essenciais em projetos de comunicação, tanto voltados para o mercado quanto para os experimentais, utilizados como trabalhos de conclusão de curso.

Assim, o Quadro 4 apresenta a importância dos elementos pré, trans e pós-pesquisa empírica, para a efetivação de planos estratégicos de comunicação.



Quadro 4 – Caminhos de estudo para a construção do diagnóstico organizacional

5. Experiências: pesquisa empírica e projetos de RP

Dentro do conceito e da filosofia de relações públicas será relatado, aqui, um caso vivido pelos autores, na prática do empirismo sensível, aquele que dá forma e conteúdo à experiência por meio da experiência percebida dos públicos a que se destinem os projetos de pesquisa.

Ainda que não revelemos o nome da corporação – objeto do caso relatado a seguir – podemos dizer que se trata de empresa de grande porte, de capital misto e que passa por um momento de profunda transformação. Preocupados com esse momento de reordenação espontânea, na cultura organizacional, motivado por diversos fatores – macro e micro, internos e externos – os responsáveis pela área de comunicação buscaram o suporte de especialistas, identificando nas relações públicas o melhor canal para encaminhar os processos de reconhecimento, de conhecimento e de ações transformadoras para a comunicação como suporte ao *corpus* estratégico organizacional.

O processo se deu por meio de diversas etapas de pesquisa, iniciando-se pela auditoria de todos os elementos relativos à auditoria institucional: a organização, a comunicação (de forma geral) e a comunicação da organizacional (de forma específica). Com levantamento minucioso sobre a história da empresa, os principais fatos relevantes – comunicáveis ou não à opinião pública – e análise dos aspectos geográficos e demográficos, pôde-se dar início à construção de um roteiro que desse conta de cobrir as principais questões que influenciam o cenário da organização.

Além das reuniões de *briefing* e de *desk research,* foi realizada sondagem, com objetivos exploratórios para, finalmente, poder-se desenhar o roteiro que daria conta de uma minuciosa e ampla pesquisa qualitativa. Foi definido como número amostral a realização de 22 casos, tendo como universo as principais lideranças da empresa.

O roteiro as entrevistas em profundidade foi constituído por quatro eixos: o perfil da liderança-fonte e de suas relações com os liderados –

quantitativa e qualitativamente; a estrutura organizacional ou o modo como cada liderança geria sua área, os modelos de gestão praticados; a imagem e a identidade, os valores ditos e praticados pela e na empresa; os processos de comunicação e cada um dos instrumentos existentes na empresa: uso, periodicidade, suportes, níveis de confiança, atualização e atualidade etc. Ao fim de cada entrevista, optou-se por buscar sugestões e recomendações, visto que se tratavam de pessoas com vasta experiência: longo tempo de cada – superando duas décadas de atividade na empresa – e posição de grande relevância como tomadores de decisão e influenciadores de comportamento.

As pesquisas foram realizadas, ao longo de dois períodos de um mês por conta de ajustes no roteiro, agendamento e pela divisão em dois blocos de públicos. Ao final do processo qualitativo, algumas indicações quantitativas puderam ser explicitadas à empresa, bem como foi possível a construção de um Manual de Políticas de Comunicação em que se contemplaram os principais *inputs* oriundos da análise das entrevistas.

Enfim, ações práticas e mensuráveis, a partir de pesquisas de opinião, por abordagem qualitativa – que poderia ter sido realizada por meio de questionários, desenvolvendo-se em caráter quantitativo - são fruto da experiência e da *expertise* de relações públicas e caracterizam a área e o campo.

Considerações Finais

Identificar a realidade do entorno de uma empresa – seja ela pública, privada ou do terceiro setor – é a principal função de relações públicas. Na construção de sentidos, em meio a um espaço no qual as opiniões dialogam entre si e tornam-se independentes, é que se faz necessária a presença da mediação, elemento-chave na filosofia de relações públicas, o que se deve pensar e praticar em todas as situações de tranquilidade e de conflito.

Ao mesmo tempo em que se entende o ambiente externo, no qual as práticas mercadológicas ainda guiam muitas empresas – e não se defen-

de, aqui, o contrário de maneira simplista – deixa-se muito de enxergar , nesse mesmo espaço, as informações que podem dar origem a ações e posicionamentos que possam agregar diferenciais às organizações. O mesmo vale para o ambiente interno. Sem queremos entrar em conceitos de mais-valia, o que a cada dia mais vale para a empresa é o talento das pessoas e isso só se obtém, quando podemos ouvi-las, dar-lhes espaço de enunciação.

A integração de mensagens – nem sempre planejada – é o que se pode conseguir entendendo-se os públicos. Pode ser feito de modo científico, teórico, é claro, mas é urgente que pessoas e organizações aproximem-se de modo efetivo, gerando integração, movendo-as a relacionamentos. Pode ser por meio da pesquisa empírica que se sinta de fato o que acontece no entorno.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética de la creación verbal**. Trad. de Tatiana Bubnova. México: Siglo 21, 2003.

BALDISSERA, R. Da responsabilidade social à sustentabilidade: comunicação, cultura e imaginários. *In* FARIAS. Luiz Alberto de. (org.) **Relações públicas estratégicas**. São Paulo: Summus, 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Intr., org. e sel. de Sergio Miceli. 5a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 6a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHANLAT. J. F. **Ciências sociais e management**. São Paulo: Atlas, 1999.

DENCKER, A. F. M., VIÁ, S. C. **Pesquisa empírica em ciências humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001.

FARIAS. Luiz Alberto de. (org.) **Relações públicas estratégicas**. São Paulo: Summus, 2011.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 10ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LOPES, V. S. C., PENAFIERI, V. Opinião e pesquisa: instrumentos de orientação e de avaliação. In: FARIAS, L. A. (Org.) **Relações públicas estratégicas**: técnicas, conceitos e instrumentos. São Paulo: Summus, 2011.

4.8 Integração entre teoria e prática na obra de Nelson Werneck Sodré

Olga Sodré[1]

1. Um método precursor de pesquisa social

Nessa apresentação para o XXXIV Congresso Nacional da INTERCOM, que coincide com as celebrações do centenário de Nelson Werneck Sodré, acho oportuno por em relevo a proposta desse Congresso, demonstrando que toda sua obra, em particular sua ***História da Imprensa***

1. É doutora em Filosofia pela Universidade de Sorbonne (Paris, França) e Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem pós-doutorado em Filosofia pelo Instituto Católico de Paris e outro pós-doutorado no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Integra o Grupo de Trabalho, Psicologia e Religião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e trabalha como psicóloga clínica e social, tendo sido consultora, pesquisadora e professora, em diversas instituições brasileiras e estrangeiras, entre elas: Divisão de Política Científica (UNESCO), Laboratório de Psicologia Social (EHESS – Maison des Sciences de l' Homme de Paris), Associação de Prevenção da Delinqüência (DASS – Ministério da Saúde- Paris), Faculdade de Ciências Humanas Clínicas (Paris VII - Sorbonne); Secretaria de Desenvolvimento Social (RJ), PUC-RJ, e UEG (atual UERJ). Participou em 2010, do livro a ***Arte de Cuidar*** organizado pela pós-graduação da Faculdade de Medicina da USP e, em 2011, do livro ***Enfrentamento Religioso e Saúde*** organizado pelo Instituto de Psicologia da USP.

***no Brasil*[2]**, é um excelente exemplo de integração entre a teoria e a práxis. Esse livro será tomado como importante exemplo da intensa paixão do autor pela imprensa, de sua criativa utilização da teoria marxista, de seu desejo pelo conhecimento da realidade social com base nas informações e testemunhos da imprensa, assim como seu empenho sistemático em pesquisar suas fontes e, a partir delas, realizar a coleta de dados para suas pesquisas. Procurarei mostrar que essa integração ocorre não só em sua pesquisa da área da imprensa; mas, também, nas outras variadas áreas de suas pesquisas e se aprofunda ao longo de seu percurso intelectual.

Nelson Werneck Sodré pesquisava diariamente a imprensa. Costumava ler diversos jornais, abrindo-os como se fossem grandes livros e lendo-os com enorme atenção. Em seguida, ele recortava com método e precisão algumas partes dos jornais que lia, dobrando-os e guardando os recortes com grande cuidado em caixas ou fichários sobre os quais colava etiquetas que classificavam esses recortes por época e assunto. Essa era uma forma dele pesquisar, organizando, sistematicamente, os temas da atualidade para consultas posteriores, quando se propunha a escrever sobre os assuntos registrados nesses arquivos ou, quando queria relacionar esse material com outros dados históricos. Desse modo, o material por ele coletado nos diferentes periódicos era organizado, analisado e explicado à luz de sua perspectiva marxista numa visão integrada de sua práxis e de sua teoria de pesquisa.

Ao longo dos trintas anos, durante os quais realizou sua pesquisa para compor sua ***História da Imprensa no Brasil***, ele foi reunindo informações e testemunhos diversos sobre esse tema. Fazia isso também em relação a outros temas, interessando-se sempre pelo que as pessoas diziam e pensavam a respeito de cada assunto e fazendo um registro dessas informações para poder, posteriormente, compará-las e tirar suas

2. Nelson Werneck Sodré. ***História da Imprensa no Brasil***, São Paulo;Porto Alegre.Intercom;Edipucrs, 2011.

próprias conclusões com base em suas ideias e concepções. Esse tipo de pesquisa diária do fenômeno social e de sua representação era feito com grande zelo, constância e amor pelo conhecimento, o que contribuiu de modo decisivo para fazer dele um grande pesquisador. Observando a relação apaixonada de Nelson Werneck Sodré com a imprensa e sua pesquisa constante dos jornais, passei a apreciar, desde pequena, a dedicação que ele dedicava, diariamente, ao cultivo da palavra e do conhecimento da imprensa. Posteriormente, quando me tornei jornalista e pesquisadora, esse referencial me permitiu distinguir, claramente, esse tipo de jornalismo e de pesquisa histórica motivado por um autêntico desejo de compreender e explicar as transformações do mundo e de poder delas participar de outros tipos de abordagem da realidade social.

Pesquisadores posteriores a Nelson Werneck Sodré têm, recentemente, mostrado como a imprensa, no Brasil, vem atuando, desde sua fundação em 1808, como observadora e como protagonista da nossa história. Nelson Werneck Sodré não apenas ressaltou esse fato, em particular na introdução da última edição de seu livro; mas soube, também, valorizar suas sistemáticas leituras dos jornais e seu trabalho na imprensa para a pesquisa, utilizando as informações e testemunhos coletados como importantes fontes para seus estudos históricos. Esse entrelaçamento entre o estudo dos textos e arquivos da imprensa, e a pesquisa dos fatos históricos à luz da análise marxista da realidade social brasileira, é uma das características fundamentais de sua abordagem histórica.

Ao longo de sua ***História da Imprensa no Brasil***, Nelson Werneck Sodré estuda com grande e apaixonado interesse o processo pelo qual a imprensa se implanta e se diversifica, em nosso país, e como os jornais foram se multiplicando na medida em que foi crescendo o acesso da população à leitura, fazendo surgir diferentes publicações para os mais variados gostos, numa manutenção e renovação constante dos periódicos: alguns jornais e revistas começaram a circular, ainda no Império, mas outros foram sendo criados, posteriormente, havendo variedade de preço e de público, assim como diversos tipos de distribuição, até que,

mais recentemente, após a última elaboração da obra de Nelson Werneck Sodré, a redes sociais introduziram outras formas de apresentação e circulação da informação. Apesar das enormes inovações, nessa área, seu livro e suas pesquisas nessa área continuam, entretanto, insubstituíveis e de grande atualidade pela riqueza do material reunido, pelas questões levantadas e pelo cuidado e interesse que dispensou à pesquisa histórica da imprensa, integrando de forma harmoniosa sua teoria marxista sobre o Brasil às distintas práticas que exerceu como jornalista, pesquisador, historiador ou escritor.

Nelson Werneck Sodré foi um precursor da reflexão sobre a comunicação, no Brasil, sendo pioneiro no enfoque e compreensão da estreita relação entre a formação da nação brasileira e a história da imprensa, deixando um levantamento minucioso e uma profunda e detalhada análise dessa estreita relação. Ele pôs em relevo o papel da imprensa na formação histórica do país, mostrando como, desde os primeiros periódicos, a imprensa retrata a transformação do país e participa, intensamente, dessas transformações. Assim sendo, ele é não apenas precursor das pesquisas que fazem da imprensa um valioso objeto de estudo ou fazem dela uma preciosa fonte para outras pesquisas. Ele foi também um historiador que soube destacá-la como uma relevante protagonista da história brasileira, chegando a uma concepção do papel social da comunicação e a uma abordagem pessoal da formação da sociedade de comunicação no Brasil. Ao comemorarmos, em 2008, o bicentenário da imprensa, os estudiosos do assunto puderam, portanto, comprovar sua tese de que nossa imprensa vem testemunhando, registrando e veiculando nossa história, tornando-se uma fonte fundamental para a compreensão e explicação da realidade social do país. Relacionando a história e a imprensa, Nelson Werneck Sodré pode delinear, em sua ***História da Imprensa no Brasil*** e em outros diferentes livros de pesquisa da história do Brasil, um imenso e variado painel da formação da nação brasileira, como nenhum outro autor brasileiro conseguiu fazer até hoje.

2. Atualidade da obra no contexto das novas pesquisas

Os pesquisadores acadêmicos que pretenderam inovar os métodos da pesquisa social brasileira, após as mudanças universitárias introduzidas, na década de setenta, incorreram no erro de acentuar a importância da pesquisa empírica, em detrimento da teoria, manifestando um particular preconceito contra o marxismo. Menosprezando, igualmente, o estudo dos testemunhos e dos dados veiculados pela imprensa como uma forma de pesquisa, procuraram de vários modos negar o valor científico da pesquisa de Nelson Werneck Sodré. Atualmente, contudo, mesmo aqueles que não se baseiam no estudo do marxismo, consideram inegável o valor dessa teoria para o conhecimento das ciências sociais. Aqueles que se dedicam à pesquisa social ressaltam o caráter de fonte primária da imprensa e sua contribuição para diversos tipos de pesquisa. Essa fonte de pesquisa vem sendo reconhecida e, cada vez mais utilizada, em particular no âmbito da psicologia social e da historiografia. Foi com base em sua teoria marxista e seu método de pesquisa baseado na imprensa, que Nelson Werneck Sodré conseguiu reunir um precioso acervo de informações e testemunhos históricos, expondo as práticas políticas e intelectuais dos jornalistas e instituições jornalísticas de modo a expor a linha geral da história da imprensa em nosso país. Sua integração da teoria e da prática de pesquisa permitiu-lhe revelar a dinâmica interna da história da imprensa, passando pela Colônia, o Império, e a fundação da República até chegar ao Estado Novo e as transformações que lançaram as bases da sociedade de comunicação em nossos dias.

Para melhor apreciar seu pioneiro trabalho de pesquisa social, nessa área, é importante destacar que, antes mesmo do desenvolvimento da pesquisa acadêmica e da expansão editorial da área científica, no Brasil, ele conseguiu elaborar e consolidar um método próprio de pesquisa com base em uma teoria explicativa do Brasil e em uma sistemática consulta das fontes e coleta dos dados. Pôde, assim, registrar a variada produção da imprensa e suas instituições, focalizando a ação de seus principais

intérpretes e protagonistas históricos. Nelson Werneck Sodré nos legou, portanto, um levantamento bastante amplo dos acontecimentos e produções jornalísticas, reconstituindo de modo rigoroso e amplo um quadro bastante minucioso da história da imprensa até o século XX. Com grande habilidade no manuseio da dialética, ele traçou um exaustivo panorama das diversas contradições sociais, ressaltando as novidades e peculiaridades próprias da história brasileira e da nossa imprensa. Acompanhando a trajetória da produção jornalística na vida política, econômica, social e cultural do país, ele destacou a relação da imprensa com o poder e pôs a nu seus momentos de subserviência e de censura ou de combatividade e inovação, assim como o processo no qual se instalou sua dependência aos interesses dominantes e às agências de notícia internacionais, ensinando-nos a importância da luta pela liberdade e pela democracia para se conseguir uma imprensa livre e autônoma.

Face à proliferação posterior de textos que tratam os temas relacionados à imprensa de modo empírico, fragmentado e pontual, Nelson Werneck Sodré continua sendo de grande atualidade, pois não só reuniu, em seus rodapés, uma extensa e detalhada bibliografia dos periódicos de cada época e região do Brasil, fazendo um exaustivo levantamento de diversas fontes; como, também, dissecou as entranhas do poder e sua relação com as redações dos jornais, pintando um quadro bastante completo e variado da história da imprensa, em nosso país, que se contrapõe ao esfacelamento da atual pesquisa acadêmica nessa e em outras áreas das ciências humanas e sociais. Trabalhando uma metodologia marxista criativa e rigorosa, ele conseguiu alinhar os fatos, ao longo da dinâmica do processo social, revelando suas contradições. Produziu, assim, uma reflexão de grande e profunda abrangência, diversa da ótica dos especialistas, legando-nos uma visão mais ampla e abrangente do processo histórico e da vida jornalística brasileira. Sua historiografia é a de um historiador e jornalista de ofício que teve a iniciativa pioneira de estudar esse campo de investigação com o zelo de um estudioso que era, ao mesmo tempo, um autodidata (já que as escolas de jornalismo só são instaladas nos anos

sessenta), um profissional da imprensa e um dos mais ricos e complexos historiadores brasileiros.

Os artigos, teses e publicações sobre a imprensa têm revelado uma nova e rica produção especializada, mas ela é, no entanto, ainda restrita, reduzindo-se, em sua maioria quase absoluta, a um conjunto de análises parciais e desconexas que carecem de uma visão teórica ou a tentativas mais amplas que permanecem inacabadas ou interrompidas. Os estudos mais gerais sobre a imprensa periódica, no Brasil, não ultrapassam os limites de uma região ou pequeno período histórico. A partir de 1970, a imprensa torna-se objeto de estudos de natureza diversa, tendo se multiplicado as modalidades de publicação nos gêneros biografia, livro de memórias e de comemoração do tipo daqueles publicados por ocasião dos duzentos anos da imprensa no Brasil. Ao mesmo tempo, vem-se ampliando a reflexão sobre a prática jornalística, no país, e sobre as novas conquistas técnicas, começando a surgir tentativas de reunir grupos de pesquisadores que analisam diferentes facetas da imprensa numa obra conjunta. Desse modo, a ***História da Imprensa no Brasil*** de Nelson Werneck Sodré pode contribuir para as pesquisas atuais, pois permanece como um dos poucos trabalhos de fôlego a nos transmitir uma reconstituição crítica do longo processo histórico da imprensa, revelando-nos os momentos decisivos desse percurso. Tendo em vista a ausência de outras publicações do mesmo porte, é inegável o valor insubstituível dessa obra que continua sendo o único estudo geral da história da imprensa brasileira a dar uma visão global do processo dessa história como um todo.

A anterior edição desse livro, publicado pela primeira vez em 1966, foi renovada pelo autor numa quarta edição lançada pouco depois de sua morte, em 1999, para a qual escreveu uma apresentação que atualiza as linhas gerais de seu enfoque da questão: "O pensamento de Nelson Werneck Sodré sobre a imprensa e os meios de comunicação de massa, no Brasil, nos últimos anos". A atual edição preparada para a celebração de seu centenário, por iniciativa da INTERCOM, e publicada doze anos depois dessa última edição, permitirá aos pesquisadores e ao grande público ter um novo acesso a

esse livro, revendo-o na perspectiva do novo tipo de imprensa e dos enormes avanços e transformações tecnológicas, na área das comunicações, por ele já anunciadas, no final dessa obra. O enfoque histórico desenvolvido pelo autor permite compreender que essas atuais transformações fazem parte da trajetória histórica da imprensa por ele esboçada e correspondem a uma nova etapa do processo por ele pintado no quadro das relações capitalistas de produção. A prática jornalística de Nelson Werneck Sodré e sua teoria histórica sobre o Brasil foram as duas vigas mestras que favoreceram sua pesquisa de dados, possibilitando-lhe traçar uma trajetória da imprensa brasileira. Assim sendo, é importante entender como as duas se entrelaçam, desde o início de sua produção intelectual, estabelecendo uma relação privilegiada entre teoria e práxis e constituindo uma metodologia própria de pesquisa

3. Início da produção intelectual e do método de pesquisa

Revendo o percurso de Nelson Werneck Sodré, podem-se distinguir três fases ou momentos distintos em seu processo de produção intelectual e de pesquisa. O entrelaçamento entre história e imprensa atravessa essas três etapas, nelas assumindo diferentes formas. Na fase inicial de construção de seu pensamento, predomina uma intensa e direta participação na atividade jornalística; mas, desde esse início como jornalista, Nelson Werneck Sodré vai estabelecendo uma estreita relação entre a atividade jornalística, a atividade literária, a vida política e cultural do país e a história. Nesse primeiro momento de sua produção intelectual, anterior aos anos cinquenta, ele já se apresenta com a força e com o talento de um extraordinário pesquisador e historiador ao traçar o quadro da ***História Da Literatura Brasileira***[3] em seu primeiro livro, lançado em

3. Nelson Werneck Sodré. ***História da Literatura Brasileira***, 10 ed. Rio de Janeiro:Graphia, 2002.

1938. Embora mesmo alguns opositores reconheçam a sua tentativa de revisão de valores e de renovação de métodos, considera que os outros críticos literários da imprensa foram generosos com ele, como comenta em suas ***Memórias de um Escritor***[4], e os leva em consideração, refazendo totalmente o livro em sua terceira edição. Sua estreita relação entre jornalismo, literatura e história, desde essa época, pode ser igualmente verificado pelo fato de ele, no final desse ano, começar a publicar, em O Jornal, trechos de um livro que vinha preparando com vagar e que só apareceria três ou quatro anos depois, ***Orientações do Pensamento Brasileiro***[5], reunindo estudos sobre as principais figuras das letras brasileiras.

A inserção de Nelson Werneck Sodré na imprensa sustenta e impulsiona sua produção intelectual, nesse período. Em 1939, ele mantém como prioridade a crítica literária do Correio Paulistano e as eventuais críticas para Diretrizes, assim como uma participação, em periódicos: O Jornal, Vamos Ler, o Jornal da Manhã e o Roteiro, continuando, também, a escrever, para a revista Cultura e Política do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo federal, artigos que se destinavam a tornar conhecidas as atividades e realizações do Exército. Ao mesmo tempo, encaminha outro livro de história, ***Panorama do Segundo Império***[6], para a prestigiosa Editora Nacional, continuando a manter uma boa relação com as críticas da imprensa a esse livro, que considera, igualmente, como tendo sido generosas, destacando especialmente as que foram

4. Nelson Werneck Sodré. ***Memórias de um Escritor*** , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

5. Nelson Werneck Sodré. ***Orientações do Pensamento Brasileiro***, Rio de Janeiro:Vecchi, 1942.

6. Nelson Werneck Sodré. ***Panorama do Segundo Império***,2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

feitas por Oliveira Viana, por Peregrino Junior, por Plínio Barreto, por Brito Broca e Mário de Andrade. Ele próprio, contudo, considera esse livro seu como conservador e com evidentes laivos reacionários, embora escrito com estilo e numa forma superior ao conteúdo.

Em 1940, num ambiente literário dominado pelo pessimismo das nuvens da ditadura e da guerra, Nelson Werneck Sodré continua a pesquisar e a escrever para vários jornais, entre eles, para o Correio Paulistano e para o Jornal da Manhã. Em face de uma abundante safra de novos escritores e lançamentos, seu trabalho de crítico literário, na imprensa, multiplica-se. Em maio de 1941, ao ir servir na Escola Preparatória de S. Paulo, estreita o contato com o meio literário paulista, começando sua colaboração em O Estado de S. Paulo, no qual estréia com uma crítica a respeito de um livro sobre a formação da sociologia brasileira, continuando a participar, também, na revista Cultura e Política. A enumeração de todas essas variadas atividades demonstra seu modo de escrever e pesquisar, entrelaçando seus trabalhos na imprensa, na literatura, na história e na vida cultural e militar brasileira.

Entre 1942 e 1944, Nelson Werneck Sodré vai servir na Bahia e mantém uma colaboração quase diária com o jornal o Diário de Notícias de Salvador, em matérias não- assinadas, nas quais constavam apenas a inicial do nome com o título geral de "Esquina". Em março de 1945, quando já estava de volta ao Rio de Janeiro, cai o Estado Novo, enquanto que a atividade intelectual de Nelson Werneck Sodré continua intensa, sendo inteiramente absorvida pela colaboração em diferentes órgãos da imprensa: Estado de S. Paulo, Diário de Notícias (S. Paulo), Correio Paulistano, Jornal de S. Paulo, Diário de Notícias do Rio, revista Leitura do Rio, Revista do Globo de Porto Alegre e Observador Econômico e Financeiro. É importante mencionar que, durante essa primeira fase de sua produção intelectual e de sua pesquisa, entre os anos trinta e cinquenta, sua concepção teórica não tinha ainda amadurecido, como ele próprio observa, ao comentar, em suas ***Memórias de um Escritor***, os elogios de Antonio Cândido, em sua seção "Notas de Crítica Literária"

da Folha da Manhã de S. Paulo, sobre o livro, lançado no início de 1943, ***Síntese do Desenvolvimento Literário do Brasil***[7].

Nessas memórias, ele analisa, constantemente, seu próprio processo de produção intelectual, assinalando, ao falar em particular a respeito desse último livro, que ele demonstra os fracos conhecimentos que tinha, então, do materialismo histórico e da dialética marxista para o tratamento de fenômenos e processos tão complexos como os da criação literária e da história nacional. Nelson Werneck Sodré encerra o ano de 1943 com um artigo no Estado de S. Paulo sobre o livro de Caio Prado júnior, ***Formação do Brasil Contemporâneo***[8], publicado pela primeira vez em 1942, valorizando-o como um avanço importante no gênero e como o grande livro do ano, estreitando, desse modo, sua relação com o pensamento marxista.

No final de 1945, Nelson Werneck Sodré completa 12 anos de atividade jornalísticas e literárias, iniciadas no Correio Paulistano, em 1934, e na crítica literária, em 1936. Tinha já escrito nos maiores jornais do país e nas revistas de maior prestígio e circulação, realizado suas primeiras pesquisas, e publicado livros em editoras consagradas. Desde o início de sua carreira como jornalista, Nelson Werneck Sodré vai, portanto, integrando a atividade jornalística e a atividade literária com sua produção no campo da história e da vida política e cultural do país. É, nesse período, que ele se projeta como um jornalista que associa a análise histórica à atualidade do noticiário O estudo histórico e social está, portanto, presente desde esse começo de sua produção intelectual e de sua atividade como jornalista, que é, desde seus primórdios na imprensa,

---

7. Nelson Werneck Sodré. ***Síntese do Desenvolvimento Literário do Brasil*** , Rio de Janeiro: Martins, 1943.

8. Prado Jr., Caio. ***Formação do Brasil Contemporâneo***, *23* ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

marcada pela valorização das reportagens investigativas e dos artigos de mais fôlego. Nelson Werneck Sodré termina suas ***Memórias de um Escritor*** salientando que seus recursos culturais do período por ele relatado, nessas memórias e anterior aos anos cinquenta, eram insuficientes para que ele continuasse desenvolvendo sua produção intelectual, na nova fase, tornando-se necessário ampliar e aprofundar seus conhecimentos teóricos. Comenta que isso lhe demandaria, posteriormente, anos de estudo sistemático, metódico e progressivo, o que o levaria a se voltar, no campo das ciências sociais, para a história, e, no campo das artes, para a literatura.

4. Fase de maturidade da teórica e da prática

A partir da década de cinquenta, a industrialização e a urbanização do país estando já em curso, o Brasil se transforma de modo mais acelerado, ingressa na sociedade moderna, e vai sendo forjada a nova etapa na atividade intelectual de Nelson Werneck Sodré, acompanhando o aumento da participação de diferentes forças sociais na cena política, e a intensificação do debate intelectual e político dos anos cinquenta e sessenta. Nessa fase de grande efervescência intelectual, o aumento dos debates e da participação dos intelectuais, como Nelson Werneck Sodré, na vida pública, na comunicação social e no processo de mudança da sociedade contribuem não só para alterar várias ideias, valores e ideais sociais, mas também para promover um entrelaçamento entre cultura, comunicação e política, permitindo ao nosso autor o aprofundamento de sua teoria sobre o Brasil e de sua metodologia de pesquisa.

Acompanhei direta e intensamente essa nova fase de Nelson Werneck Sodré, após os anos cinquenta, e na qual ocorreu uma profunda reelaboração de sua metodologia marxista e de suas concepções da História em torno de dois eixos que passaram a presidir seu raciocínio, o da concepção materialista do universo e o da concepção do movimento da matéria.

Essas mudanças em seu pensamento o levam a aprofundar seus trabalhos científicos, no campo da história e da política, e foram transformadas em quatro antologias publicadas, posteriormente, em 1968: ***Fundamentos da Economia Marxista***,[9] ***Fundamentos da Estética Marxista***[10], ***Fundamentos do Materialismo Histórico***[11] e ***Fundamentos do Materialismo Dialético***[12]. Essas mudanças teóricas marcam a etapa da maturidade de Nelson Werneck Sodré como escritor, pesquisador e pensador brasileiro, na qual ele não abandona, no entanto, a imprensa, pois continua escrevendo no Correio Paulistano até o final da década de cinquenta e, em 1966, publica sua ***História da Imprensa no Brasil***, resultado de trinta anos de pesquisa com base na qual ele traça uma vasta visão da imprensa, no país, desde sua fundação até os anos sessenta.

Nessa segunda fase da produção intelectual de Nelson Werneck Sodré, seu trabalho de pesquisador se associa ao seu trabalho de ensino e a uma maior atuação no espaço público, passando ele a dar mais ênfase à pesquisa histórico-social, ao refinamento de sua metodologia científica e ao aprofundamento de um projeto para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Intensifica-se sua pesquisa e desenvolve-se sua produção intelectual na linha histórico-social, para a qual ele traz um olhar

9. Nelson Werneck Sodré. ***Fundamentos da Economia Marxista*** , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

10. Nelson Werneck Sodré. ***Fundamentos da Estética Marxista*** , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

11. Nelson Werneck Sodré. ***Fundamentos do Materialismo Histórico***, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

12. Nelson Werneck Sodré. ***Fundamentos do Materialismo Dialético***, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

novo sobre o enfoque marxista da História, mesclando o pensamento histórico-social ao memorialismo[13]. Em sua reflexão histórico-social, Nelson Werneck Sodré procura apreender a constituição da sociedade brasileira, como demonstram três de seus livros referenciais, ***Introdução à Revolução Brasileira***[14], ***História da Burguesia Brasileira***[15] e ***Formação Histórica do Brasil***[16] A relação de Nelson Werneck Sodré com a imprensa prossegue, entretanto, avançando e acompanha seu ingresso nessa fase de maturidade intelectual, que situo entre os anos cinquenta e setenta do século passado, e na qual sua produção dá um enorme salto. Nessa nova fase, a pesquisa jornalística e a pesquisa histórica se integram cada vez

13. Dois clássicos exemplos de seu enfoque histórico social da memória são: ***Memórias de um Soldado***, que foi publicado em 1967, no Rio de Janeiro, pela Editora Civilização Brasileira, e no qual ele delineia um panorama da dinâmica do Exército nas seis primeiras décadas do século XX, inscrita na dinâmica mais abrangente da vida brasileira; e ***Memórias de um Escritor***, livro publicado em 1970, pela mesma editora, no qual ele pinta um painel da intelectualidade brasileira, sua sociabilidade e suas condições de trabalho, dos anos trinta aos anos cinquenta / sessenta do século XX.

14. Nelson Werneck Sodré. ***Introdução à Revolução Brasileira***. 4.ed. S.Paulo: Ciências Humanas, 1978. A ***Introdução à Revolução Brasileira***, livro editado pela primeira vez em 1958, é o *r*esultado de conferências proferidas entre 1954 e 1956, nas quais ele explica sua concepção da Revolução Burguesa no Brasil.

15. Nelson Werneck Sodré. ***História da Burguesia Brasileira***, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

16. Nelson Werneck Sodré. ***Formação Histórica do Brasil***. 11.ed. S. Paulo: Difel, 1982.

mais à sua metodologia de pesquisa, servindo de base ao seu estudo da comunicação, que sintetiza toda sua caminhada anterior como jornalista e vem enriquecer seu aprofundamento da análise histórico cultural.

Nessa nova fase, Nelson Werneck Sodré continua articulando sua análise da situação social e política com as mais recentes notícias, questionando, por exemplo, nosso tipo de desenvolvimento, a partir dos problemas levantados nos noticiários cotidianos. Entra, então, num período de criatividade, pujança e harmoniosa integração entre sua metodologia científica, seu combate intelectual e as questões da atualidade histórica, no qual se torna um historiador de problemáticas levantadas, a partir da análise dos acontecimentos diários e um precursor da reflexão sobre a comunicação no Brasil. Desse modo, ele não apenas analisa as transformações sociais desse período, mas passa a ser um intérprete do forte anseio nacionalista e do desejo de transformações e reformas que, então, despontam em meio a lutas que tentam incorporar os setores populares na vida nacional. Sua voz e sua pena se engajam nessas lutas, contribuindo para o entrelaçamento da vida cultural, política, civil e militar do país, num mesmo espaço público de discussão e elaboração intelectual e para o debate dos temas dessas lutas na imprensa e em suas pesquisas e publicações.

A partir dos anos cinquenta e cinco, intensifica-se sua atividade como professor, pesquisador e escritor, ao ser criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no qual ele se dedica à produção de vários livros que refletem de perto as questões levantadas pelos acontecimentos dessa época numa perspectiva histórica[17]. Refletindo sobre o novo período da

17. A abertura democrática por Nelson Werneck Sodré descrita em vários de seus livros, entre eles ***Síntese da História da Cultura Brasileira***, teve um impacto fundamental na vida cultural brasileira, favorecendo o aparecimento, em 1955, desse instituto, no qual ele pesquisou, ensinou e aprofundou a compreensão da realidade social do país, consolidando e expandindo uma produção intelectual

história cultural brasileira, após o término da ditadura de Vargas e o início da abertura democrática, ele apresenta uma nova visão da cultura e da comunicação, no Brasil, em seu livro ***Síntese da História da Cultura Brasileira***[18], publicado pela primeira vez em 1970. As reflexões de Nelson Werneck Sodré, nesse livro, foram feitas com base em toda sua vivência de jornalista e pesquisa dos jornais, além de outras formas de levantamento obtidas, por exemplo, no contato direto com os homens da cultura e da comunicação.

O período de sua atividade no ISEB corresponde aos melhores anos de sua maturidade intelectual. O livro ***Formação Histórica do Brasil***, editado pela primeira vez em 1962, foi fruto de pesquisas e cursos ministrados, nessa instituição, e nele estão lançadas as bases para uma interpretação do conjunto da história da formação do Brasil, do período colonial aos desdobramentos da Revolução de 1930. A ***História da Burguesia Brasileira***, livro concluído e lançado em 1964, foi igualmente fruto da pesquisa nesse instituto e traça a história do desenvolvimento do capitalismo e da formação da burguesia no Brasil. Durante esse período, Nelson Werneck Sodré se dedica cada vez mais à publicação de livros, mas continua participando da atividade jornalística , por meio da qual se empenha nos combates políticos[19]. A relação por ele estabelecida entre a pesquisa histórica e a pesquisa da imprensa não termina, entretanto, com

---

enraizada nas questões levantadas em sua análise das lutas e particularidades brasileiras.

18. Nelson Werneck Sodré. ***Síntese da História da Cultura Brasileira*****,** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, 20º Ed.

19. Escreve, por exemplo, artigos para a Revista do Clube Militar pela campanha em prol do monopólio estatal do petróleo, no Brasil, ou criticando a participação do Brasil na Guerra da Coréia.

a publicação dos livros dessa fase de maturidade, em particular a ***História da Imprensa no Brasil***, mas se estende até a última fase de sua produção intelectual, que tem seu marco inicial no início dos anos setenta.

5. Última fase de pesquisa: Síntese da teoria e combate final

A divisão por períodos é sempre um pouco arbitrária, visando apenas estabelecer marcos didáticos, de modo que é importante especificar os critérios dessa demarcação. Considero o final dos anos sessenta como ainda pertencendo à fase de maturidade, pois as publicações de Nelson Werneck Sodré, após o final do período democrático anterior, colhem, ainda, os frutos de sua elaboração intelectual, nesse período, e guardam suas características. Na segunda metade dos anos sessenta, logo após o golpe militar de 1964, o autor tem os seus direitos políticos cassados por dez anos, sendo impedido de lecionar e de escrever artigos para a imprensa; mas se multiplica sua publicação de livros, que refletem o período de amadurecimento e de integração entre a teoria e a práxis da pesquisa. Sem contar as reedições, ele lança, já em 1965, quatro novos títulos: ***Ofício de Escritor***[20], ***O Naturalismo no Brasil***[21], ***As***

20. Nelson Werneck Sodré. ***Ofício de Escritor***, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

21. Nelson Werneck Sodré. ***O Naturalismo no Brasil***, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Razões da Independência[22] e a ***História Militar do Brasil***[23].

O governo militar reage, prontamente, contra esse último livro e, ainda em 1965, manda apreender, nas livrarias e depósitos das editoras, alguns de seus títulos, em particular a ***História Militar do Brasil***, que foi, entretanto, reeditada em 1968, porém, mais uma vez proibida de circular, em 1969 e reeditada, dez anos depois, em 2009. A reedição de 1969 provocou, também, um novo inquérito político militar (IPM) contra Nelson Werneck Sodré, mas esse IPM se transformou mais, recentemente, em preciosa fonte de pesquisa para o conhecimento das firmes posições intelectuais do autor, em particular em defesa da liberdade de pensamento, da democracia, da justiça social e da soberania brasileira. Esses temas da atualidade brasileira da época estão na base do entrelaçamento entre história e jornalismo, ao longo de sua obra, e continuam a ser temas atuais até hoje. As proibições e arbitrariedades não impediram, portanto, Nelson Werneck Sodré de continuar a refletir e a escrever sobre a situação brasileira, mas estimularam, ao contrário, seu espírito combativo.

A partir do início dos anos setenta, sua produção intelectual passa a refletir esses embates com a repressão e o cerceamento político, assim como as mudanças no cenário político cultural, tomando novos rumos. Passados os primeiros momentos de turbulência ligados à instalação da Ditadura Militar , e que tanto repercutiram sobre sua vida, Nelson Werneck Sodré se entrega ainda mais intensamente à atividade intelectual, em tempo integral, e cresce sua presença no noticiário. A relação entre a história e a imprensa se torna ainda mais estreita, nessa última fase de sua produção intelectual, quando ele mergulha mais profundamente na

22. Nelson Werneck Sodré. ***As Razões da Independência*** , 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

23. Nelson Werneck Sodré. ***História Militar do Brasil***, S. Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

crítica do que acontece no cenário político e social da ditadura. Nessa última fase, ele se dedica à revisão e síntese de seus trabalhos anteriores de pesquisa, à defesa de seu enfoque e à crítica da nova situação social, em particular no campo da cultura e da comunicação. Nas duas últimas fases de sua produção intelectual, portanto, Nelson Werneck Sodré não só aprofunda a questão da comunicação, mas também a relação com imprensa, que continua sendo sua fonte de consulta permanente. Aprofundando o estudo da cultura, da comunicação e da imprensa, Nelson Werneck Sodré denuncia a ameaça da crescente dependência e alienação cultural do Brasil, que acompanham a expansão da comunicação de massa, para o desenvolvimento autônomo da cultura brasileira. O estudo da comunicação lhe permite, por conseguinte, um novo ângulo de análise histórico-social.

Ao mesmo tempo, Nelson Werneck Sodré interpreta documentos e informações levantadas em outras obras ou publicações, contextualizando-os e tirando deles uma nova perspectiva sobre as questões da atualidade acompanhadas pela imprensa. Embora leitor assíduo das várias publicações sobre o Brasil, suas fontes de informação mais importantes são sempre os jornais, como se podem observar nos livros de sua última fase de produção, tais como ***A Farsa do Neoliberalismo***[24] ou ***O Governo Militar Secreto***[25], que são enriquecidos por seu exaustivo e sistemático levantamento de referências jornalísticas. Seus livros continuam igualmente sendo alimentados por suas publicações em jornais e revistas, como demonstra seu último livro, publicado em 1998, e organizado pelo jornalista Ivan Alves Filho, ***Tudo é Política*** – 50 anos do pensamento de

24. Nelson Werneck Sodré. ***A Farsa do Neoliberalismo***, Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

25. Nelson Werneck Sodré. ***O Governo Militar Secreto***, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

Nelson Werneck Sodré[26]. A explicação disso, não está em um desconhecimento das demais fontes bibliográficas, que ele costumava consultar, sistematicamente, mas numa opção por um método de pesquisa que dá importância à atualidade da notícia para sua leitura dos fatos passados. É a partir de sua análise dos acontecimentos, presentes à luz do marxismo, que ele faz sua leitura e interpretação da História.

Por tudo isso, sua ***História da Imprensa no Brasil***, publicada pela primeira vez em 1960, na fase de plena maturidade de sua pesquisa e de sua produção intelectual, não é apenas uma síntese do processo de formação e desenvolvimento da imprensa, desde sua fundação até os anos sessenta, mas reflete igualmente a intensa e apaixonada relação crítica de Nelson Werneck Sodré com a imprensa, ao longo de anos de prática jornalística que lhe permitiram ir levantando, estudando e analisando as diversas formas de sua produção, circulação, difusão, controle e regulação. Com base em seu enfoque marxista já bem consolidado, Nelson Werneck Sodré consegue estabelecer uma relação entre a história da imprensa, a história do capitalismo e a história das lutas políticas, no Brasil, dando um lugar de destaque para a imprensa não apenas na construção da sociedade brasileira e na ascensão da burguesia ao poder; mas mostrando, também, sua incidência nas lutas pela soberania, nas lutas revolucionárias e na formação da sociedade de comunicação. Com base nessa visão da relação com a imprensa, ao longo do desenrolar de sua produção intelectual, e tendo em vista como essa relação permeia a elaboração da ***História da Imprensa no Brasil,*** pode-se melhor entender sua apresentação dela, em sua última edição, antes do encerramento do século vinte e do seu longo percurso de vida e atividade na imprensa.

26. Nelson Werneck Sodré e Ivan Alves Filho (Org.). ***Tudo é Política***, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

6. Relação do autor com a pesquisa da nova comunicação

Na apresentação que escreveu, no final de sua vida, especialmente para a última edição da ***História da Imprensa no Brasil***, publicada em 1999, ano de seu falecimento, Nelson Werneck Sodré enfatiza seu ponto de vista que a imprensa nasce com o capitalismo e acompanha seu desenvolvimento, espelhando também sua crise, na época atual da sociedade da comunicação. Ele realça as linhas gerais de sua visão sobre a relação entre a história da imprensa e a história do capitalismo, no processo social de luta pelo controle dos meios de difusão de ideias e de informações, descrevendo sua implantação, na Europa e USA, e os vários aspectos dessa luta, em particular a luta entre as agências de notícias, a partir do início da segunda metade do século XIX, a luta entre a informação e a opinião e o entrosamento entre as agências de notícias e as agências de publicidade, que acompanha o desenvolvimento da economia de monopólio. Tendo podido observar os avanços tecnológicos de proporções inéditas, nessa área, após os anos noventa, ele prevê que mudanças profundas serão operadas nas atividades dos meios de comunicação, mas teme que isso seja feito em detrimento da imprensa. Salienta a dimensão de grande porte das empresas que passam a dominar os jornais, as revistas e os meios de comunicação, formando enormes conglomerados nas mãos dos quais se concentra o poder econômico e financeiro dessa área. Denuncia o desaparecimento de numerosos jornais e revista e a transformação das oficinas dos grandes jornais em fábricas, num processo que acompanha a *oligopolização* ocorrida na economia mundial.

Nelson Werneck Sodré mostra que a dominação passa a ser exercida não mais pelo uso da força, mas pelo exercício da propaganda e do convencimento, numa comercialização crescente da informação para o controle do poder, passando a predominar uma tendência à homogeneização dos grandes jornais e das televisões que tendem a se assemelhar, na medida em que se servem das mesmas agências internacionais de notícias e das mesmas distribuidoras de filmes. Isso revela a dependência dos meios

de comunicação, que procuram se emancipar, mantendo correspondentes no exterior. O autor acompanha as transformações das oficinas de impressão, as modificações nas funções dos jornalistas e dos operários da imprensa, o avanço na importância da reportagem, a impressionante uniformidade de posições, o alheamento em relação à cultura nacional e o processo de alienação em relação à realidade social brasileira, em curso nessa grande imprensa.

Nosso historiador não deixa de mencionar, contudo, que a própria dialética desse processo gera um extraordinário esforço contrário que se manifesta no aparecimento de centenas de jornais novos e pequenos, que procuram preencher o vazio estabelecido pela grande imprensa em relação ao que é nacional e democrático, numa tentativa de retratar o Brasil real em sua imensa diversidade e seus enormes problemas. Essa apresentação resume, portanto, o pensamento de Nelson Werneck Sodré sobre a imprensa e os meios de comunicação, no Brasil, nos últimos anos de sua vida, situando a ***História da Imprensa no Brasil*** em relação ao contexto da época em que ocorreu esse último lançamento. Nelson Werneck Sodré não pode acompanhar os desdobramentos desse processo dialético e suas consequências para as enormes transformações introduzidas pela participação do público nas novas relações tecidas nas sociedades em rede, mas essas se inserem no processo de formação da sociedade de comunicação, cujos alicerces ele desvenda nessa obra e em sua ***Síntese Da História Da Cultura Brasileira***.

É por isso que, desde 2008, ao assumir as funções de curadora de sua obra e presidente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Nelson Werneck Sodré (ISEB-NWS), venho me preocupando em ligar os passos dados por esse jornalista e historiador à caminhada atual dos que refletem sobre a nova imprensa e a comunicação, tentando mostrar que estes não podem prescindir de sua visão dialética de nosso processo histórico nessa área, de sua perspectiva histórica sobre a imprensa, de seus estudos sobre as bases da nova comunicação de massa e de suas reflexões sobre o desenvolvimento das novas tecnologias para a comunicação e a

imprensa. A abordagem da história da imprensa feita por Nelson Werneck Sodré termina com sua apresentação escrita, no encerramento do século XX; mas seria necessário prosseguir suas principais linhas de pesquisa, estudando as questões por ele levantadas e situando-as no processo que se desenrolou a seguir.

Seria fundamental mostrar as novas estratégias da imprensa para superar a crise e continuar transformando os meios de comunicação, improvisando alguns caminhos que permitiram avançar em direção à liberdade e à reconstrução do estado de direito e outros caminhos que se orientaram em direção ao aumento do controle dos meios de comunicação e da população. Outra contribuição fundamental para o aprofundamento das pesquisas de Nelson Werneck Sodré sobre a imprensa e as comunicações seria a de continuar a narração dessa história, na perspectiva da análise da sociedade de comunicação e da formação da cultura nacional, apresentada no livro ***Síntese Da História Da Cultura Brasileira***.

Para se caminhar nessa direção, seria fundamental levar em consideração as novas condições da imprensa criadas pelo desenvolvimento da informática, do mundo virtual e da globalização, na qual se formam redes sociais de transmissão cada vez mais rápida da notícia em tempo real. Seria interessante estudar as contradições do desenvolvimento de um novo tipo de jornalismo baseado em recursos tecnológicos de ponta que permitem unir, instantaneamente, as diferentes partes do globo, possibilitando registros imediatos dos acontecimentos contemporâneos, assim como o testemunho daqueles que vivem os acontecimentos e dos que transmitem e elaboram a notícia no dia a dia, no contexto da nova era da comunicação *online* e da mídia socializada para milhares de participantes simultâneos espalhados pelo planeta.

Desde o evento Jornalismo-02, realizado em Itu (SP), em novembro de 2008, no Centro de Estudos do Museu Republicano (USP), que homenageou Nelson Werneck Sodré e o jornalista Armênio Guedes, venho procurando mostrar a relação entre esse novo jornalismo – que enfatiza a formação da sociedade em rede, as mídias sociais e as comunidades

virtuais – e a obra de Nelson Werneck Sodré. Essas homenagens a Nelson Werneck Sodré e à sua clássica obra, ***História da Imprensa no Brasil***, ganharam ainda maior amplitude, a partir da celebração dos dez anos de sua morte. Venho destacando, em vários trabalhos e eventos, desde então, sua contribuição para o estudo e análise das modernas formas de comunicação com base num esforço para focalizar, historicamente, a imprensa em sua ligação com a comunidade social, desnudando as entranhas da formação capitalista da sociedade de comunicação no Brasil. Essas primeiras homenagens e reflexões tiveram prosseguimento, nos anos seguintes, estendendo-se até seu centenário em 2011.

Um marco nessas homenagens e reflexões foi o evento ***Pensar a imprensa***, realizado na Casa de Rui Barbosa do Rio de Janeiro, em março de 2009, no qual apresentei o tema: "Imprensa, Pesquisa e Informação: uma ponte entre Nelson Werneck Sodré e a atual condição da comunicação social, no Brasil". Nessa apresentação ressaltei o valor científico da metodologia de Nelson Werneck Sodré para as pesquisas das diferentes áreas das ciências humanas e sociais, valorizando o fato de ele ter estabelecido uma íntima relação entre a história e a imprensa. Mostrei que esse enfoque de Nelson Werneck Sodré permitiu-lhe introduzir uma nova compreensão dos fatos históricos à luz da atualidade social e de uma visão marxista da dinâmica social que leva em conta não apenas as relações sociais; mas, também, a ação dos homens de imprensa, de suas práticas e instituições jornalísticas para o processo social e suas transformações.

Por ocasião do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências das Comunicações INTERCOM, em setembro de 2010, na Universidade de Caxias do Sul (RS), Jorge Pedro Sousa[27] fez a comunicação: "As histórias da

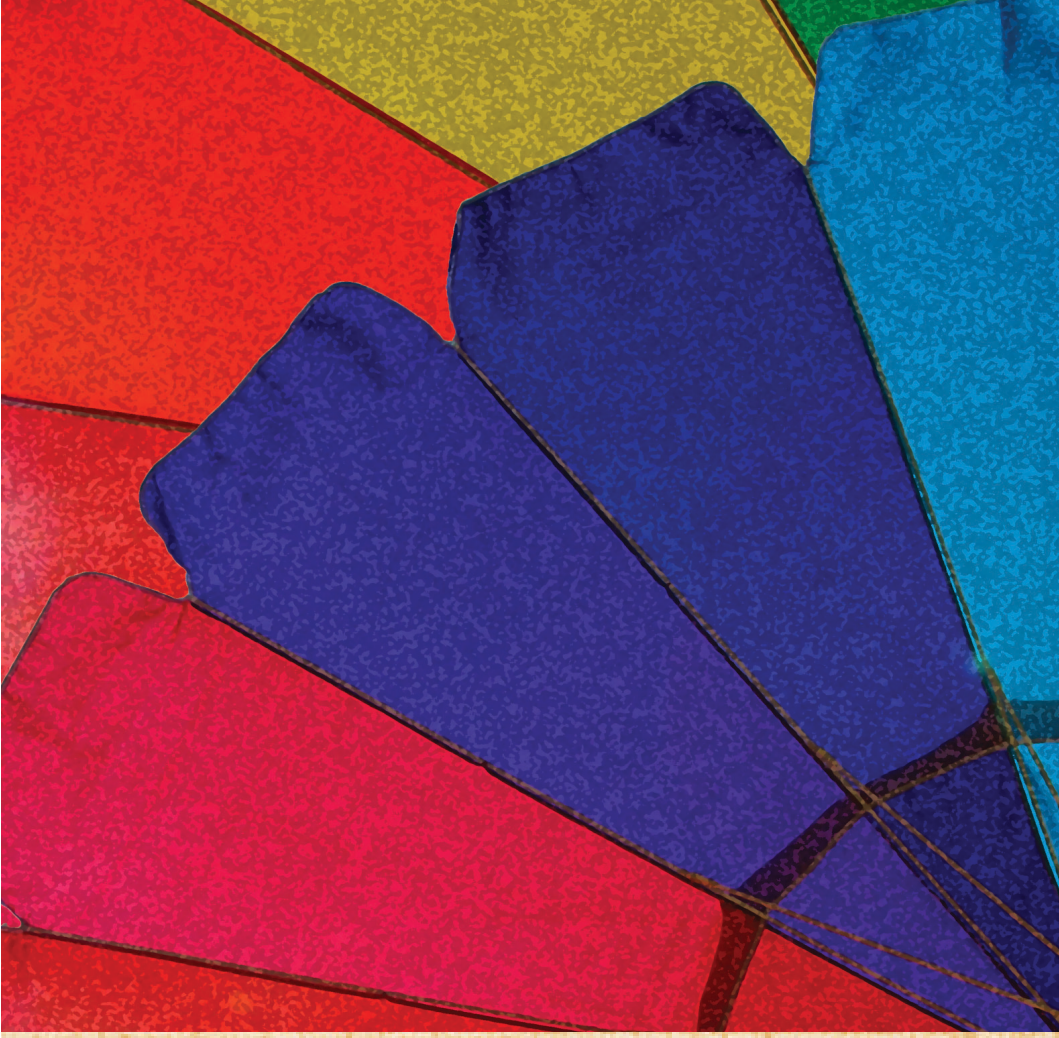
27. Jorge Pedro Sousa é professor catedrático de Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa e investigador do Centro de Investigação Media e Jornalismo., agregado em Jornalismo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e doutor e pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação", na qual apresentou e comparou as histórias da imprensa brasileira e portuguesa escritas, respectivamente, por Nelson Werneck Sodré e por José Manuel Tangarrinha, levando em conta o contexto histórico de cada uma dessas produções e a história de vida dos seus autores. Considera Jorge Pedro Sousa que esses dois historiadores são dois nomes incontornáveis na historiografia do jornalismo impresso no mundo de língua portuguesa. Essas duas obras, lançadas muito próximas uma da outra, são para ele exemplos pioneiros do resgate de fatos esquecidos do jornalismo dos países que falam essa língua, num valioso esforço de recuperar os acontecimentos da história da imprensa para a memória coletiva, por intermédio de abundantes pesquisas em arquivos e intensa consulta documental. Observa, contudo, que mais importante do que isso é o fato de as duas obras apresentaram e sistematizaram dados que permitem desenvolver pesquisa e proporcionar a milhares de estudantes e professores um conhecimento referencial sobre o jornalismo impresso no Brasil e em Portugal.

Nesse mesmo evento, foi realizada uma mesa-redonda em homenagem a Nelson Werneck Sodré, da qual participei com o trabalho: "História, jornalismo e comunicação de Massas em Nelson Werneck Sodré", publicado na Revista do Livro[28] . Essa mesa-redonda reuniu importantes pesquisadores da área de comunicação, entre eles o professor José Marques, que o destacou não só como precursor do estudo da história da imprensa, mas também como o primeiro a pensar as comunicações no Brasil. Tudo isso nos permitiu chegar ao XXXVI Congresso da INTERCOM de 2011, podendo colher os frutos de todas essas homenagens e avanços na reflexão da questão da imprensa e da comunicação tal como ela é

28. Olga Sodré. História, jornalismo e comunicação de Massas em Nelson Werneck Sodré, in ***Revista do Livro*** da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, nº 54, ano 18, março de 2010.

apresentada por Nelson Werneck Sodré, comemorando o seu centenário com o lançamento de uma nova edição de sua ***História da Imprensa no Brasil*** que tão bem integra a teoria e a práxis da pesquisa nessa área, na linha do que propõe esse evento.



CAPES

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FAPESP

PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Turismo

Secretaria da Casa Civil

CNPq

FINEP

REFEITURA DO RECIFE!

Banco do Nordeste

BR PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

FACEPE Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco

EMPETUR

Cepe COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO